

Investigación en Información, Documentación y Sociedad

Perspectivas y tendencias

Volumen 2

Aurora Cuevas-Cerveró
María Teresa Fernández-Bajón
(coords.)

Sonia Sánchez-Cuadrado
Elmira Simeão

Aurora Cuevas Cerveró
Sonia-Sánchez-Cuadrado
M^a Teresa Fernández Bajón
Elmira Simeão
(Coordinadoras)

Investigación en Información, documentación y sociedad. Perspectivas y tendencias

VOLUMEN 2

MADRID
2017

© Los respectivos autores
© De la presente edición: Universidad Complutense de Madrid
Facultad de Ciencias de la Documentación <http://documentacion.ucm.es/>
Departamento de Biblioteconomía y Documentación
C/ Santísima Trinidad, 37.
28010 Madrid. España. 2017
ISBN: 978-84-617-6684-0

Diseño de portada: Pablo Parra Valero. UCM

Maquetación: Sonia Sánchez, Pablo Parra, Julián Ochoa, Mario Estudillo, Álvaro Gómez de Zamora y Brenda Siso



Los textos e imágenes publicados en esta obra están sujetos –excepto que se indique lo contrario– a una licencia de Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual (BY-NC-SA) v.3.0 España de Creative Commons. Por tanto, la obra se puede copiar, reproducir, distribuir, remezclar, transformar o comunicar públicamente en cualquier medio o formato, siempre que se cite al autor y a la fuente (UCM. Universidad Complutense de Madrid), y siempre que la obra derivada quede sujeta a la misma licencia y que se haga sin fines comerciales o ánimo de lucro. La licencia completa se puede consultar en: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/es/>

INDICE

(I) Organización, Tratamiento y Comunicación de la Información

IDENTIFICAÇÃO DE TIPOLOGIA DOCUMENTAL COMO BASE PARA ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVO PESSOAL DE CIENTISTA

Alexandre Faben Alves, Maria Celina Soares de Mello e Silva 13

OS TIPOS DOCUMENTAIS: A FORMA DE REGISTRO DE UM MODO DE VIVER

Lucia Maria Velloso de Oliveira 23

DOCUMENTO, ARQUIVO E FORMAS DE REPRESENTAÇÃO DA REALIDADE

Rodrigo Rabello, Georgete Medleg Rodrigues 32

A DIFUSÃO DOS ACERVOS DAS DOPS NO BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS

Caroline Almeida Sodré, Cynthia Roncaglio 41

AUDITORIA ARQUIVÍSTICA: UMA ANÁLISE DE REQUISITOS NO CONTEXTO DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Danielle Alves Batista, Eliane Braga Oliveira 55

ARQUIVOS MANUSCRITOS NA PROGRAMAÇÃO CULTURAL DA CASA FERNANDO PESSOA

Taiguara Villela Aldabalde, Isabel Ponce de Leão 69

APLICACIÓN DE LOS PRINCIPIOS DE LAS ONTOLOGÍAS A LA RECUPERACIÓN DE INFORMACIÓN EN BIG DATA

Zuriñe Piña Landaburu 81

(II) Políticas de Información

POLÍTICAS DE ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL: AVANÇOS E RECUOS NAS VIAS DE ACESSO À CIDADANIA

Acácia Mendonça Rios, Aurora Cuevas-Cerveró, Ronaldo Linhares 93

TRANSPARÊNCIA E LEI DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES PÚBLICAS: IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS LIMITES PARA SUA APLICAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Janyluce Rezende Gama, Georgete Medleg Rodrigues 105

**A TRANSPARÊNCIA DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS:
PROPOSTA DE UM MODELO DE ANÁLISE**

Luzia Zorzal, Georgete Medleg Rodrigues 117

**REFLEXIONES DE ACCESO A LA INFORMACIÓN Y POLÍTICA DE INCUMPLIMIENTO DE
LEYES EN ARCHIVOS IFES.**

Ramón Maciel Ferreira, Raone Somavilla, Martius Vicente Rodríguez y Rodrigues 131

**OS ARQUIVOS NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO:
ESTUDO DE IDENTIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS PARA O
ACESSO À INFORMAÇÃO**

Ana Celia Rodrigues 145

**PROPUESTAS PARA LA INTEGRACIÓN DE LAS COMPETENCIAS MEDIÁTICAS E
INFORMACIONALES (ALFIN/AMI) EN EL SISTEMA EDUCATIVO**

Felicidad Campal García 157

POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO E ARQUIVOS EM UNIDADES DE SAÚDE NO BRASIL

*Francisco José Aragão Pedroza Cunha, Fernanda Maria Melo Alves de Melo, José Antonio Moreira
González* 177

**INFORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO BRASIL: GRANDES BARREIRAS A
ULTRAPASSAR**

Maria Cristina Figueiredo Aguiar Guasti 187

**O CONTEXTO INTERNACIONAL E NACIONAL DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS PARA
INTEGRAÇÃO DAS TIC NA ESCOLA: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE BRASIL E
ESPANHA**

José Gomes da Silva y Maria Helena Dionizio Gomes da Silva 199

**AS DIRETRIZES ORIENTADORAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL BRASILEIRA
PARA AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS**

Maria Ivonete Gomes do Nascimento, Eliane Braga de Oliveira 211

**LAS POLÍTICAS INFORMACIONALES EN ECUADOR Y EL PAPEL DE LAS BIBLIOTECAS:
AVANCES DE LA INVESTIGACIÓN PROMETEO**

Sara Martinez Cardama, Mercedes Caridad Sebastian 223

CIDADE E CULTURA: BIBLIOTECAS PÚBLICAS E POLÍTICAS CULTURAIS MUNICIPAIS

Alessandro Rasteli, Rosângela Formentini Caldas 235

ANÁLISE DA INFORMAÇÃO COMO DISCIPLINA DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Dulce Maria Baptista 247

(III) Docencia, Innovación e Investigación

LAS METODOLOGÍAS DE APRENDIZAJE ACTIVO EN LA ENSEÑANZA BIBLIOTECONOMÍA: LA EXPERIENCIA CON UN MAPA CONCEPTUAL Y EL DIAGRAMA DE BELLUZZO

Gabriela Belmont Farias, Maria Giovanna, Guedes de Farias..... 261

MÉTODOS DE EVALUACIÓN E INTERNACIONALIZACIÓN EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR: EL CASO DE INFORMACIÓN/DOCUMENTACIÓN Y COMUNICACIÓN AUDIOVISUAL EN LA UNIVERSIDAD DE EXTREMADURA

Cristina Faba-Pérez..... 275

PANORAMA DE LA EDUCACIÓN BIBLIOTECOLÓGICA EN AMÉRICA LATINA

María Teresa Munera Torres..... 287

A COLABORAÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA NO CONTEXTO DO PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS

Cláudia Daniele de Souza, Daniela De Filippo, Elías Sanz Casado 299

AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) DISPONÍVEIS PARA O ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO HOJE E A PERCEPÇÃO DAS MESMAS COMO INSTRUMENTO ACADÊMICO POR PARTE DO ALUNADO BRASILENSE

Claudio G. Duque 311

OS ALUNOS DO ENSINO A DISTÂNCIA À MARGEM DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS: NORMAS QUE EXCLUEM

Emir José Suaiden, Fabiane Nogueira Freitas 321

COMPETENCIAS INFORMACIONALES: BIBLIOTECA DEL COLEGIO UNIVERSITARIO DE ESTUDIOS FINANCIEROS (CUNEF)

M^{ra} Antonia Agúndez Soriano..... 331

LA FOTOGRAFÍA EN LA DOCENCIA: ASPECTOS METODOLÓGICOS Y APLICACIONES

Maria Olivera Zaldua, Juan Miguel Sánchez Vigil, Antonia Salvador Benítez 339

(II) Organización, Tratamiento y Comunicación de la Información

REAPROPRIAÇÃO COMO DESORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO: FOUND FOOTAGE E YOUTUBE

Claudio Marcondes Castro Filho y Carlos Adriano Jerónimo de Rosa 351

EVOLUCIÓN EN LA PRODUCCIÓN DE LAS TESIS DOCTORALES ESPAÑOLAS EN CRIMINOLOGÍA

José Carlos Toro y Yolanda Martín 363

A PRESENÇA DE RECURSOS DA WEB 2.0 NOS SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO DE BIBLIOTECAS (SAB): UMA SUGESTÃO DE INTERFACE

Marcelo Bezerra Da Silva, Luana Gomes Días, Hallison Phelipe Lopes de Catro y Zeny Duarte de Miranda 375

FUENTES PARA LA BÚSQUDA DE OFERTAS DE EMPLEO EN EL SECTOR PRIVADO PARA PROFESIONALES DE LA INFORMACIÓN EN ESPAÑA. UNA EXPERIENCIA PERSONAL

María José Baños 385

PATRIMONIO SONORO Y AUDIOVISUAL UNIVERSITARIO HISPANO-BRASILEÑO (UCM, UEX, UNB, UFBA): CINE, PRENSA, RADIO, TELEVISIÓN, WEB SOCIAL EN ARCHIVOS-BIBLIOTECAS-CENTROS DE DOCUMENTACIÓN

Alfonso López Yepes, Jorge Caldera Serrano, Cynthia Roncaglio, Eliane Braga de Oliveira, Miriam Manini, Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva 399

EL ESTUDIO DE LA FOTOGRAFÍA EN SU DIMENSIÓN SOCIAL: RECURSOS WEB DE INVESTIGACIÓN Y COMERCIALES, Y REDES SOCIALES EN ESPAÑA Y ESTADOS UNIDOS

Alicia Parras Parras, Julia R. Cela 409

ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS AUDIOVISUAIS: NOVAS ABORDAGENS INTERDISCIPLINARES

Daniela Lucas 427

ACERVOS AUDIOVISUAIS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: IMAGEM, MEMÓRIA E INFORMAÇÃO

Miriam Paula Manini, Eliana Braga Oliveira, Elizângela Carrijo 439

TRAJETÓRIAS TERMINOLÓGICAS RELACIONADAS À INTELIGÊNCIA COMPETITIVA

Kira Tarapanoff, Marta Valentin, Lilian Álvares 449

A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: CONCEITOS REVISITADOS

Lucilene Cordeiro da Silva Messias Messias, Oswaldo Francisco Almeida Junior469

PERCEPÇÕES DO VALOR DA INFORMAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO EM AMBIENTES EMPRESARIAIS

Marta Lígia Pomim Valentim483

(I) ORGANIZACIÓN, TRATAMIENTO Y COMUNICACIÓN DE LA INFORMACIÓN

IDENTIFICAÇÃO DE TIPOLOGIA DOCUMENTAL COMO BASE PARA ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVO PESSOAL DE CIENTISTA

Alexandre Faben Alves, Maria Celina Soares de Mello e Silva

Universidade de São Paulo y Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo

Estudo de identificação de tipologia documental em arquivo pessoal de cientista. O objetivo desta pesquisa é estudar os tipos documentais originados a partir das atividades de cientistas, visando a organização e difusão do arquivo. Utiliza como laboratório o arquivo do ornitólogo Helmut Sick e apresenta resultados preliminares obtidos nesta fase inicial de identificação tipológica, base para o tratamento técnico arquivístico e constituição do glossário de espécies e tipos documentais identificados nos arquivos pessoais de cientistas do Arquivo de História da Ciência do MAST. Helmut Sick nasceu em 1910, em Leipzig, Alemanha. Estudou ciências naturais nas universidades de Königsberg, Munique, Leipzig e Berlim. Em 1937 obteve o título de Doutor em Filosofia pela Faculdade de Matemática e Ciências da Universidade Friedrich Wilhelm de Berlim, com a tese “A estrutura microscópica da pena da ave e sua função”. Em 1939, viajou ao Brasil em expedição organizada e patrocinada pelo Museu Zoológico da Universidade de Berlim, em convênio com o Museu Nacional do Rio de Janeiro, para realizar pesquisas ornitológicas, com o objetivo de coletar material ornitológico e estudar espécies raras. Sick foi preso por ser alemão na época da guerra e não ter autorização para suas incursões nas matas brasileiras, e todo o material de sua pesquisa foi apreendido pelo Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil. Na prisão continuou seus estudos e apaixonou-se pelas aves brasileiras. O Arquivo pessoal de Helmut Sick, doado ao MAST, é constituído em grande parte de correspondência, fotografias, negativos, diplomas, prospectos, medalhas, dentre outros documentos de arquivo, totalizando 23 caixas do modelo padrão do Arquivo de História da Ciência, aproximadamente 3 metros lineares. As cartas compõem a maior parte do acervo e referem-se às atividades profissionais e ao desenvolvimento de pesquisas. Durante os anos dedicados à ornitologia brasileira, Sick manteve intensa correspondência com pesquisadores, não só do Brasil, mas também de outros países, tais como Alemanha e Estados Unidos. Além disso, realizou um importante trabalho de taxidermia e descrição ornitológica. Produziu um livro sobre ornitologia brasileira, até hoje considerado a grande referência brasileira sobre o assunto. A identificação de tipologia documental é uma das primeiras etapas para organização de um arquivo pessoal, sendo o alicerce para realizar as funções arquivísticas de classificação e descrição. A proposta deste estudo perfaz o desafio de identificar, classificar e descrever os documentos do Arquivo Helmut Sick e, deste modo, ampliar o conhecimento sobre o produtor e sua produção documental. A organização do arquivo Helmut Sick é fundamentada na teoria arquivística e tem por objetivo elaborar um quadro de arranjo a partir da identificação da tipologia documental, para que os documentos de arquivo possam ser classificados de acordo com as atividades que os produziram. Uma das particularidades dos arquivos pessoais é a liberdade de constituição do acervo, o produtor possui autonomia para produzir e acumular tipos documentais, conforme haja necessidade o que permite um amplo campo de investigação e possibilidades de fonte de informação para a pesquisa. Nesta perspectiva, a identificação de tipologia documental contribui para a construção de um glossário de espécies e tipos documentais de arquivos pessoais de cientistas sob a guarda do MAST, instrumento de referência para os profissionais que

organizam e elaboram os instrumentos arquivísticos, bem como para os usuários na recuperação da informação.

Palavra-chave: Identificação de tipologia documental. Tratamento técnico arquivístico. Arquivo pessoal Helmut Sick. Glossário de espécies e tipos documentais

Abstract

Identification study of typology of documents in personal archives of a scientist. The objective of this research is to study the documentary types arising from the activities of scientists, aimed at the Organization and dissemination of the archives. Uses as a laboratory the ornithologist Helmut Sick personal archives and presents preliminary results obtained at this early stage of typological identification, basis for the archival and technical treatment of the glossary of species and documentary types identified in the personal archives of scientists of the MAST History of Science Archives. Helmut Sick was born in 1910, in Leipzig, Germany. He studied natural sciences at the universities of Königsberg, Munich, Leipzig and Berlin. In 1937 he obtained the title of doctor of philosophy from the Faculty of Mathematics and Sciences of the University Friedrich Wilhelm of Berlin, with the thesis "the microscopic structure of the sentence of the bird and its function". In 1939, he travelled to Brazil on an expedition organised and sponsored by the Zoological Museum of the University of Berlin, in partnership with the National Museum of Rio de Janeiro, to conduct ornithological research, with the aim of collecting material and ornithological study rare species. Sick was arrested for being a German during the war and did not have authorization for incursions in Brazilian forests, and all his research material was seized by the Supervisory Board of the Artistic and scientific Expeditions in Brazil. In prison he continued his studies and he fell in love with the Brazilian birds. The personal archive of Helmut Sick, donated to the MAST, consists largely of correspondence, photographs, negatives, diplomas, prospectuses, medals, and other archival documents, totaling 23 boxes of the standard model of the History of Science Archives, approximately 3 metres. The letters is the major part of the archives and refer to professional activities and research development. During the years devoted to brazilian ornithology, Sick has kept intense correspondence with researchers, not only Brazil's, but also from other countries, such as Germany and the United States. In addition, held an important work of taxidermy and ornithological description. Produced a book on brazilian ornithology, until now considered the great brazilian reference on the subject. Identification of document type is one of the first steps to a personnel archives organization, being the basis to conduct the archival functions of classification and description. The purpose of this study makes the challenge of identifying, classifying and describing the documents of Helmut Sick Archives and thus extend the knowledge about the producer and documentary production. Helmut Sick archives organization is based on archival theory and aims to draw up a framework of arrangement from the identification of the document type, so that the archives records can be classified according to the activities that produced them. One of the particularities of personal archives is the freedom of establishment of the acquis, the producer has autonomy to produce and accumulate documentary types, as necessary allowing a wide field of research and information source for the research. In this perspective, the documentary typology identification contributes to building a glossary of species and types of personal archives of scientists under the guard of the MAST, a reference tool for professionals who organize and develop archival as well as instruments for users in information retrieval.

Keywords: Identification of document type. Archival technical treatment. Helmut Sick personnel archives. Glossary of document types and species.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado parcial do projeto de pesquisa “Estudo da espécie e tipologia documental de arquivos de ciência e tecnologia”, coordenado pelo Arquivo de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins, MAST, instituto de pesquisa subordinado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, MCTIC. O Projeto é financiado pelo Programa de Capacitação Institucional, PCI/MCTIC, com bolsas de pesquisa gerenciadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq. Inicialmente o objetivo deste projeto de pesquisa foi estudar as espécies e tipos documentais originados a partir das funções e atividades de cientistas, bem como de instituições científicas, visando a elaboração de procedimentos, recomendações e políticas de preservação para os acervos arquivísticos de laboratório de ciência e tecnologia. O foco do projeto foi o estudo dos documentos de arquivo nos laboratórios científicos e tecnológicos, subordinados ao MCTIC na cidade do Rio de Janeiro, RJ. Um dos produtos da fase inicial do projeto foi a publicação de um glossário de espécies e tipos documentais em arquivos de laboratório.

A partir deste primeiro esforço, o projeto teve como laboratório de estudo os arquivos pessoais de cientistas sob a guarda do MAST. Foi realizado um estudo de identificação das espécies e tipos documentais em arquivos pessoais já organizados e com inventários disponíveis. Atualmente é feito um estudo de identificação de tipologia documental em arquivos não organizados, como etapa inicial da organização do arquivo pessoal, visando a identificação do produtor e dos tipos documentais produzidos e acumulados por ele.

O trabalho aqui apresentado tem como objeto de estudo o Arquivo Helmut Sick e apresenta resultados parciais da identificação de tipologia documental, base para a organização arquivística e implementação do glossário de espécies e tipos documentais identificados nos arquivos pessoais de cientistas sob a guarda do MAST.

2. O ARQUIVO PESSOAL DE HELMUT SICK

Heinrich Maximilian Friedrich Helmuth Sick nasceu em 10 de janeiro de 1910, em Leipzig, Alemanha. Estudou ciências naturais nas universidades de Koenigsberg, Munique, Leipzig e Berlim. Em 1937 obteve o título de Doutor em Filosofia pela Faculdade de Matemática e Ciências da Universidade Friedrich Wilhelm de Berlim, com a tese “A estrutura microscópica da pena da ave e sua função”. Em 1939, viajou ao Brasil em expedição organizada e patrocinada pelo Museu Zoológico da Universidade de Berlim, em convênio com o Museu Nacional do Rio de Janeiro, para realizar pesquisas ornitológicas, tendo por objetivo coletar material e estudar espécies raras, tal como o mutum, *Crax blumenbachii*, e o jacu-de-estalo, *Neomorphus geoffroyi*.

O alemão naturalizado brasileiro, em 1952, foi o primeiro a escrever, de maneira mais aprofundada, sobre as aves brasileiras ameaçadas de extinção. A mais importante obra de sua vida, o livro *Ornitologia Brasileira*, publicado pela primeira vez em 1984, é uma importante referência bibliográfica até os dias atuais. Durante cinquenta e dois anos de vida no Brasil, desde a chegada ao Estado do Espírito Santo, em 1939, até poucos dias antes de falecer, realizou intensa atividade científica. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 5 de março de 1991.

Helmut Sick era viúvo e não possuía filhos; em decorrência disso todos os bens, assim como todos os documentos produzidos e acumulados durante a sua vida foram deixados para Ingeburg Kindel, brasileira, amiga e vizinha de Sick. Após negociação, a legatária doou o arquivo Helmut Sick para o MAST/MCTIC, que tem dentre os seus objetivos o de preservar, organizar e inventariar arquivos pessoais de cientistas, para viabilizar o acesso a estudos e pesquisas relacionados à história da ciência.

O Arquivo Helmut Sick, doado ao MAST, é constituído de correspondência, fotografias, negativos, diplomas, certificados, prospectos, medalhas, dentre outros documentos de arquivo, totalizando 23 caixas do modelo padrão do Arquivo de História da Ciência, (altura 130mm x largura 390mm), correspondendo a aproximadamente 3 metros lineares. Durante os anos de sua vida dedicados à ornitologia brasileira, Helmut Sick manteve intensa correspondência com estudantes, pesquisadores e ornitólogos. Além disso, realizou um importante trabalho de descrição ornitológica, especializando-se em taxidermia¹.

A organização do arquivo Helmut Sick é fundamentada na teoria arquivística e tem por objetivo elaborar um quadro de arranjo a partir da identificação da tipologia documental, para que os documentos possam ser classificados de acordo com as atividades que os produziram.

Uma das particularidades dos arquivos pessoais é a liberdade de constituição do acervo, pois o produtor possui autonomia para produzir e acumular tipos documentais, conforme haja necessidade, o que permite um amplo campo de investigação e possibilidades de fonte de informação para a pesquisa.

A proposta deste estudo perfaz o desafio de identificar, classificar e descrever os documentos do Arquivo Helmut Sick e deste modo ampliar o conhecimento sobre o produtor e sua produção documental. Neste sentido são apresentados resultados preliminares obtidos na fase inicial e essencial para a organização do arquivo, identificação de tipologia documental.

3. IDENTIFICAÇÃO DE TIPOLOGIA DOCUMENTAL: UMA ETAPA DO TRATAMENTO ARQUIVÍSTICO

A identificação de tipologia documental é uma das primeiras etapas para organização de um arquivo pessoal, sendo a base para realizar as funções arquivísticas de classificação e descrição. Trata-se de um estudo que parte da gênese do documento de arquivo, ou seja, dos motivos pelos quais o documento foi criado, com o objetivo de identificar a natureza da atividade e o objeto da ação somado à espécie documental.

Espécie documental é a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas. A espécie documental diplomática é aquela que obedece a fórmulas convencionadas, em geral estabelecidas pelo Direito administrativo ou notarial. O tipo documental é a configuração que assume a espécie documental de acordo com a ação que a gerou. (Camargo and Bellotto, 1996).

A identificação também permite a padronização do conteúdo destes instrumentos, pois na análise tipológica são apresentados os elementos formais e de conteúdo que caracterizam a tipologia de documentos e que fundamentam esta etapa. (Mendo Carmona, 2004: p. 45-46). Assim, uma vez conhecida a fórmula da estrutura que compõe o documento e o nome que este recebe, por semelhança, identifica-se os demais documentos.

Para Rodrigues (2013), o tratamento técnico se inicia pelo estudo de identificação tipológica. Seguido da identificação do órgão produtor. Esta pesquisa inicial sustenta a elaboração da proposta de classificação e descrição do arquivo. Nos arquivos pessoais, a identificação refere-se também ao levantamento da biografia do cientista, de tal forma que as atividades e funções desempenhadas sirvam para auxiliar na definição da classificação.

¹ Técnica de preservar e exibir animais tal como quando vivos. A palavra taxidermia provém de duas palavras gregas que significam arranjo e pele. Museus de história natural exibem aves, e outros animais selvagens em seus habitats.

O conhecimento dos tipos documentais é fundamental. Para Antonia Heredia Herrera, “os nomes das coisas são o primeiro passo para seu reconhecimento” (Heredia Herrera, 2007: p. 46, tradução nossa). A consolidação da denominação correta dos tipos documentais é imprescindível, pois a padronização é essencial para elaboração dos instrumentos arquivísticos de classificação e descrição.

Nesta perspectiva, a identificação de tipologia documental contribui para a construção de um glossário de espécies e tipos documentais de arquivos pessoais de cientistas sob a guarda do MAST, instrumento de referência para os profissionais que organizam e elaboram os instrumentos arquivísticos, bem como para os usuários na recuperação da informação.

A identificação de tipologia documental é a etapa que antecede todo o tratamento arquivístico, sendo a base para a organização do arquivo, pois é a partir desta etapa que os documentos de arquivo identificados serão classificados e descritos.

4. TIPOS DOCUMENTAIS IDENTIFICADOS

No âmbito do Arquivo de História da Ciência do MAST, o Arquivo Helmut Sick está sendo a primeira experiência de pesquisa tendo a identificação de tipologia documental como etapa inicial para a classificação e posterior descrição dos documentos.

A seguir são apresentados os tipos documentais como resultado parcial da pesquisa de identificação de tipologia documental no arquivo do cientista Helmut Sick.

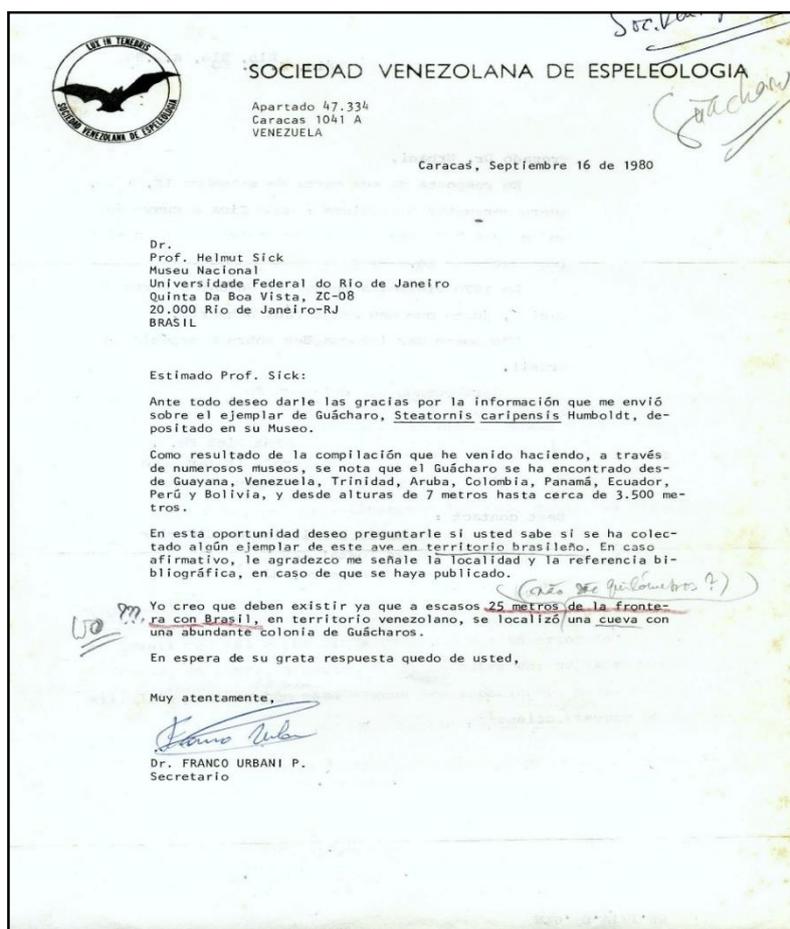


FIGURA 2 - CARTA DE INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES CIENTÍFICAS.

FONTE: ARQUIVO HELMUT SICK. ACERVO MAST/MCTI

A Figura 2 apresenta um exemplo de carta de intercâmbio de informações científicas. A troca de informações científicas é uma atividade muito comum entre os cientistas e isso se reflete em seus arquivos pessoais, pois os documentos produzidos e acumulados por uma pessoa representam as funções e atividades desenvolvidas que foram registradas durante sua vida. Este tipo de carta é recorrente nos arquivos pessoais sob a guarda do Arquivo de História da Ciência do MAST. A grande maioria dos arquivos refere-se ao período do início e meados do Século XX, alguns poucos abrangem o final do Século XIX, portanto um período anterior ao massivo uso dos computadores portáteis para a troca de mensagens. As cartas eram um importante meio de troca de informações sobre as pesquisas em andamento, entre pesquisadores ao redor do mundo.

Assim, como o Arquivo de História da Ciência recebe arquivos de cientistas de diferentes áreas do conhecimento, foi definido então, o tipo documental “Carta de Intercâmbio de Informações Científicas”. No caso do Arquivo Helmut Sick, é o tipo documental identificado com maior frequência.

O idioma é um dos grandes desafios da identificação de tipologia documental em correspondência e, além disso, os documentos manuscritos exigem do arquivista um intenso trabalho de pesquisa para identificar o tipo documental correto.

A Figura 3 apresenta uma certidão de crisma, um documento emitido pela Igreja Luterana em Leipzig, Alemanha. Está escrito em alemão gótico, e é um tipo documental que exige um intenso trabalho de pesquisa para ser identificado corretamente devido à configuração das informações contidas no documento. É necessário realizar a pesquisa a partir da gênese do documento de arquivo, para identificar a razão e a motivação da produção do documento, ou seja, dos motivos pelos quais o documento foi criado, com o objetivo de identificar a natureza da atividade e o objeto da ação somado à espécie documental.

No caso deste documento, é preciso levar em consideração as questões que envolvem a tradução, como, por exemplo, a literalidade da tradução. A forma de cada língua e cada povo se expressar devem ser estudadas, para não se produzir uma nomeação inadequada à língua para a qual se está traduzindo. No exemplo da Figura 3, se fôssemos traduzir literalmente, o nome do documento seria “confirmação de batismo”. Porém, a confirmação, no nosso caso, seria a atividade, e não a espécie. Em português, baseado nos outros documentos já conhecidos, nas informações constantes do documento, e no conhecimento de que, na Igreja Católica, a confirmação do batismo é a “Crisma”, optou-se por nomear o documento como “Certidão de Crisma”. Este documento apresenta as informações de data de nascimento de Sick, bem como a data de batizado.

É importante, então, estarmos atentos ao nos depararmos com um documento em outro idioma, porque não basta proceder a uma simples tradução. Faz-se necessário analisar o conteúdo e o aproximar do que já é conhecido em nossa língua, estudando o melhor nome, aquele que realmente representa a espécie somada com a atividade que gerou o documento.

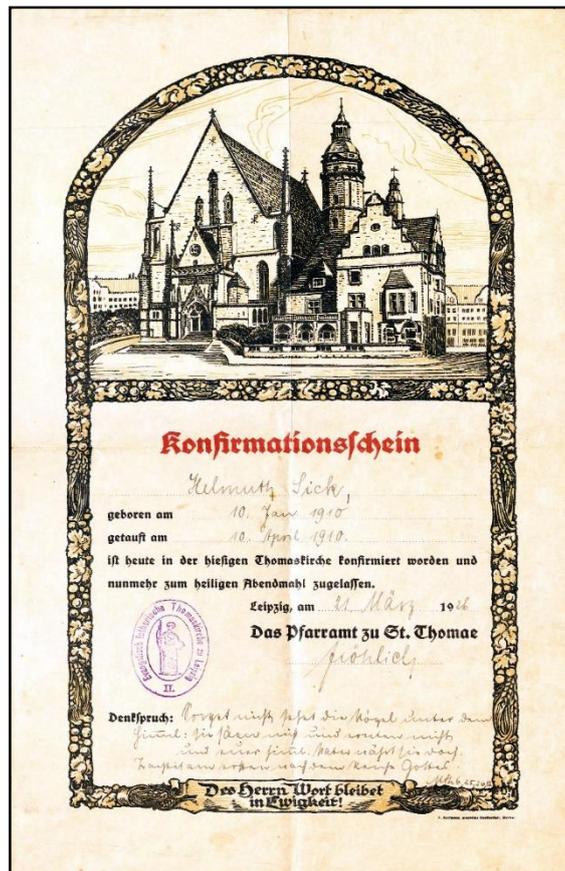


FIGURA 3 - CERTIDÃO DE CRISMA.

FONTE: ARQUIVO HELMUT SICK. ACERVO MAST/MCTI

A identificação de tipologia documental exige um trabalho de pesquisa para que o documento de arquivo seja nomeado corretamente. Alguns tipos documentais são “auto-referentes” tais como as certidões de óbitos. E por conhecermos sua fórmula e estrutura são facilmente identificadas. Outro caso recorrente em arquivo pessoal acontece com os tipos documentais que recebem de seu produtor um determinado título que não condiz com as configurações das informações presentes no documento, neste caso cabe ao profissional que está o identificando, realizar pesquisa em direção a gênese do documento de arquivo para que a espécie e o objeto da ação sejam identificados corretamente.

5. PERSPECTIVAS FUTURAS

A identificação tipológica pressupõe não apenas a identificação do documento como também das atividades desempenhadas pela pessoa no decorrer de sua vida. Com esta perspectiva, o trabalho arquivístico de elaboração do quadro de arranjo torna-se metodologicamente consistente. É possível promover uma classificação baseada nas atividades e funções desempenhadas, permitindo que a classificação de cada documento seja possível em apenas um lugar dentro do plano de classificação.

A identificação de tipologia documental permite maior controle sobre os nomes dos documentos. Isto permite a elaboração de um glossário de espécies e tipos documentais. O Arquivo de História da Ciência do MAST está elaborando um glossário voltado especificamente para os arquivos pessoais de cientistas sob a guarda do MAST, com o objetivo de retroalimentar o próprio trabalho. O glossário apresenta a definição da espécie e tipo documental. Assim, o tipo documental é padronizado e os documentos de arquivo com as mesmas características, em qualquer fundo, serão identificados da mesma forma. O

glossário serve como instrumento fundamental para o trabalho. Não é um documento que se pretenda concluir, pois está em constante crescimento e desenvolvimento.

Além da questão da identificação e da nomeação do documento, a padronização é útil também na atividade de descrição, já que a espécie e tipo de documento são mencionados na descrição do conjunto documental. Então a identificação de tipologia documental é fundamental para as atividades de classificação e descrição dos arquivos pessoais do MAST.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de identificação de tipologia documental em arquivos pessoais tem revelado novos tipos documentais, que um arquivo público dificilmente abrigaria. A liberdade de possibilidades que um arquivo pessoal proporciona é um dos fatores que os torna importantes fontes para a pesquisa histórica. Porém, a identificação dos documentos, baseada em uma metodologia consistente e consolidada, vinculada à atividade que produziu o documento, é o referencial para podermos considerar o estudo relevante e seus resultados os mais confiáveis possíveis, a fim de que os documentos do arquivo pessoal possam de fato contribuir para estudos históricos e, no caso dos arquivos pessoais, também pesquisas biográficas.

Esperamos com este estudo trazer mais elementos para as discussões sobre os arquivos pessoais, a identificação tipológica e sua contribuição para a classificação e a descrição de documentos em arquivo pessoal.

7. REFERÊNCIAS

- Bellotto, H.L. (2002), Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo, Associação de Arquivistas de São Paulo, São Paulo, (Projeto como fazer, 8).
- Bellotto, H.L. (2005), Arquivos pessoais como fonte de pesquisa, in “Arquivos permanentes: tratamento documental”, 2 ed. rev. ampl, Ed. FGV, Rio de Janeiro, pp. 263-278.
- Camargo, A.M.A. (1998), “Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais” Estudos históricos, vol. 11, nº. 21, 1998, pp.169-174.
- Camargo, A.M.A. (2009), “Arquivos pessoais são arquivos”, Revista do Arquivo Público Mineiro, nº. 2, jul/dez., pp. 26-39,
- Camargo, A.M.A. and Bellotto, H.L. (1996), Dicionário de terminologia arquivística, Secretaria da Cultura, São Paulo.
- Camargo, A.M.A. and Goulart, S. (2007), Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso, Edição bilíngue: português e inglês, Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC), São Paulo, p. 316.
- Haas, J. K., Samuels, H.W. and Simmons, B.T. (1985), Appraising the records of modern science and technology: a guide, Institute of Technology, Cambridge, MA.
- Mendo Carmona, C. (2004), “Consideraciones sobre el método enarchivística”, Documenta & instrumenta, vol. 1, pp. 35-46. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/DOCU/article/view/DOCU0404110035A/19190>>. (Acessado em: jul. 2016)

- Museu de Astronomia e Ciências Afins (2014), Glossário de espécies e tipos documentais em arquivos de laboratório, MAST, Rio de Janeiro.
- Rodrigues, A.C. (2008), Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos, Tese de Doutorado em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/. (Acessado em: abr. 2012)
- Silva, M.C.S.M. (2007), Visitando laboratórios: o cientista e a preservação de documentos, Tese de Doutorado em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Silva, M.C.S.M. (2013a), “Configuração e recuperação da informação em documentos de ciência e tecnologia: estudo tipológico no arquivo pessoal do físico Bernhard Gross”, *Perspectivas em Ciência da Informação*, vol. 18, nº. 3, jul./set., pp. 160-174.
- Silva, M.C.S.M. (2013b), “Identificação de tipos documentais em arquivos pessoais: estudo no arquivo do físico Joaquim da Costa Ribeiro”, *Arquivo & Administração*, vol. 12, nº. 2, jul./dez., pp. 1-88.
- Silva, M.C.S.M. (2015), “Arquivos pessoais como fonte: reconhecendo os tipos documentais”, in Granato, M. (Org.), *Museologia e patrimônio*, MAST, Rio de Janeiro, pp. 178-203, (MAST 30 anos de pesquisa, v.1).
- Silva, M.C.S.M. and Trancoso, M.C.D. (2015), “Produção documental de cientistas e a história da ciência: estudo tipológico em arquivos pessoais”, *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol. 22, nº. 3, pp. 849-861.

OS TIPOS DOCUMENTAIS: A FORMA DE REGISTRO DE UM MODO DE VIVER

Lucia Maria Velloso de Oliveira

Universidade de São Paulo

Resumo

A pesquisa em tipologia documental vem ocupando lugar na agenda de grupos de pesquisadores na Espanha e no Brasil, dando especial destaque à inserção da tipologia na gestão de documentos. Camargo (2008), declara que a variedade de tipos documentais ainda não reconhecidos contribui para a dificuldade do tratamento dos tipos documentais, e é visando contribuir para a produção de conhecimento sobre os tipos documentais que constituem os arquivos pessoais, que desenvolvemos um projeto de pesquisa com o título Tipologia documental na família Barbosa de Oliveira. Esse projeto financiado pela instituição Fundação Casa de Rui Barbosa conta com uma equipe de 03 pesquisadores (doutor e mestres) e 01 estudante de Arquivologia com bolsa de Iniciação Científica. Nossa proposta no V Seminário Hispano-Brasileño de Investigación en Información, Documentación y Sociedad é apresentar os aspectos teóricos que envolvem a relação entre a produção do documento e a sociedade, considerando resultados alcançados no projeto de pesquisa citado.

Os arquivos pessoais possuem um ambiente de produção distinto dos arquivos institucionais ou organizacionais. Para fins desse trabalho, seguimos a definição de Oliveira (2016, p.2) para arquivos pessoais que é “conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e funções sociais”. A informação registrada nos ambientes de negócios tem o seu processo de elaboração circunscrito e padronizado de acordo com a legislação e com documentos normativos institucionais. Esse quadro no ambiente privado e pessoal não se reproduz. O indivíduo enquanto sujeito social ocupa diferentes papéis e se relaciona com instituições e pessoas. O arquivo pessoal representa esses diferentes “lugares” sociais que ocupa e suas relações, dessa forma reúne documentos de natureza distinta, desde os que representam sua relação com o Estado e com a sociedade em níveis institucionais, mas também, que representam a sociabilidade do indivíduo, seus afetos, ideologias, emoções, além de dimensões não oficiais de seus papéis no mundo do trabalho e dos negócios. Diferente dos documentos diplomáticos os documentos produzidos dentro do universo da intimidade nos desafiam a compreender o seu processo de produção. Os documentos objeto de nossa pesquisa são aqueles que segundo Oliveira (2012, p.83) são “destituídos de rigor na elaboração decorrente da representação de um ato administrativo ou jurídico”. São, portanto, os documentos considerados não-diplomáticos e conseqüentemente mais difíceis de serem analisados porque são a sua estrutura apresenta poucos elementos formais. Apesar desse cenário aparentemente pouco regulado e desprovido de regras é possível identificar que os registros produzidos seguem parâmetros e regras de sociabilidade que estão representados na forma que assumem, nos símbolos que carregam e nas informações que transmitem. O estudo dos tipos documentais nos arquivos pessoais deve considerar o tempo histórico em que os documentos foram elaborados; as atividades e ações que lhes dão origem, uma vez contextualizadas no conjunto das funções sociais do produtor do arquivo; o grupo social ou grupos aos quais o produtor pertence; os aspectos culturais do período histórico e dos grupos sociais representados no arquivo. Esses elementos fundamentam as convenções que orientam socialmente o produtor do arquivo e seus interlocutores, e que se plasmam nos documentos que são produzidos. Mesmo sem um contorno institucional, como vimos, por meio de pesquisa em periódicos ou outros canais

de comunicação, manuais de postura ou de etiqueta, ou outros protocolos que ditem a forma de conviver e se comunicar em determinado grupo, é possível identificar modelos e padrões de comportamento que serão traduzidos nas formas de registro trocadas entre os indivíduos.

A metodologia empregada pressupõe uma abordagem interdisciplinar em que a discussão arquivística sobre a tipologia documental amplia os aspectos teóricos predominantemente focados na gestão de documentos, e busca na compreensão do contexto histórico e cultural os elementos necessários para identificar os contornos modelares na produção de documentos produzidos na intimidade e que fazem parte dos arquivos pessoais.

Palavra-chave: Arquivo pessoal. Tipologia documental. Arquivo e sociedade.

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa em tipologia documental vem ocupando lugar na agenda de grupos de pesquisadores na Espanha e no Brasil, dando especial destaque à inserção da tipologia na gestão de documentos. No Brasil, um grupo de pesquisadores, como Ana Maria de Almeida Camargo, Lucia Maria Velloso de Oliveira e Maria Celina Soares de Mello e Silva, vem estudando sistematicamente os tipos documentais nos arquivos pessoais. E, visando contribuir para a produção de conhecimento sobre os tipos documentais que constituem os arquivos pessoais, desenvolvemos um projeto de pesquisa com o título Tipologia documental na família Barbosa de Oliveira.

Esse projeto, de caráter interdisciplinar, reunindo uma equipe de arquivistas, arquivistas-historiadores e estudantes de Arquivologia e História, é financiado pela instituição Fundação Casa de Rui Barbosa. Em sua configuração original, o projeto contava com uma equipe de 03 pesquisadores (doutor e mestres) e 01 estudante de Arquivologia com bolsa de Iniciação Científica. Recentemente, foi incluído um novo bolsista de Iniciação Científica/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

A seguir, vamos apresentar os aspectos teóricos e metodológicos que envolvem a relação entre a produção do documento e a sociedade, considerando os resultados parciais alcançados no projeto de pesquisa citado.

2. OS ARQUIVOS PESSOAIS

Os arquivos pessoais possuem um ambiente de produção distinto dos arquivos institucionais ou organizacionais. Os processos que marcam a elaboração dos documentos dos arquivos de indivíduos representam sua relação com as pessoas dentro dos contextos familiar, de amizade e afetivo, com as instituições e com o Estado, além das questões íntimas do produtor do arquivo. Para fins desse trabalho, seguimos a definição de Oliveira (2016, p. 2): arquivo pessoal é o “conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e funções sociais”.

A informação registrada nos ambientes de negócios e de instituições tem o seu processo de elaboração circunscrito e padronizado de acordo com a legislação e com documentos normativos. A relação do indivíduo com o Estado é igualmente estabelecida pela legislação e por instrumentos normativos. Nesses dois cenários, inexistente a liberdade na forma de comunicação e de relacionamento entre o indivíduo e os agentes de Estado ou de instituições.

O indivíduo, enquanto sujeito social, ocupa diferentes papéis e se relaciona com instituições e pessoas. O arquivo pessoal representa esses diferentes “lugares” sociais que seu produtor ocupa e as suas relações. Dessa forma, reúne documentos de natureza distinta e diversa, em especial no que se refere à representação da sociabilidade do indivíduo, seus afetos, ideologias e emoções. Os documentos que constituem o objeto de nossa pesquisa são aqueles que, segundo Oliveira (2012, p. 83), são “destituídos de rigor na elaboração decorrente da representação de um ato administrativo ou jurídico”. São, portanto, os documentos considerados não-diplomáticos e, conseqüentemente, mais difíceis de serem analisados porque apresentam poucos elementos formais em sua estrutura.

Apesar desse cenário, em princípio pouco regulado e desprovido de regras e normas de repercussão geral, é possível identificar que os documentos seguem parâmetros e códigos de sociabilidade, evidenciados na forma que assumem, nos símbolos que trazem e nas informações que transmitem. Em nossa pesquisa, consideramos relevante que o estudo dos tipos documentais nos arquivos pessoais considere o tempo histórico em que os documentos foram elaborados e, conseqüentemente, quando ocorreram as atividades e ações que lhes deram origem. Tal reconhecimento se pauta na necessidade de contextualizar alguns fatores relevantes: o conjunto das funções sociais do produtor do arquivo; o grupo social ou grupos

aos quais o produtor pertence; e os aspectos culturais do período histórico e dos grupos sociais representados nos documentos. Esses elementos fundamentam as convenções que orientam socialmente o produtor do arquivo e seus interlocutores, e que se plasmam nos documentos produzidos.

Mesmo sem um contorno institucional, como vimos, é por meio de pesquisa em fontes como periódicos, programas de televisão, redes sociais, manuais de postura ou de etiqueta, ou outros protocolos que ditam a forma de conviver e se comunicar em determinado grupo que se torna possível identificar modelos e padrões de comportamento que serão traduzidos nas formas de registro trocadas entre os indivíduos.

A metodologia empregada pressupõe uma abordagem interdisciplinar na qual a discussão arquivística sobre a tipologia documental amplia os aspectos teóricos predominantemente focados na gestão de documentos. Para além disso, busca, na compreensão do contexto histórico e cultural, os elementos necessários para identificar os contornos modelares na produção de documentos realizada na intimidade e que fazem parte dos arquivos pessoais.

3. OS TIPOS DOCUMENTAIS E OS ARQUIVOS PESSOAIS

Como observamos, o estudo do tipo documental nos arquivos pessoais é um desafio. Mas, como Heredia Herrera (2007, p. 45) afirma, “Tipo documental es un modelo que permite reconhecer otros documentos de iguales características que son testimonio de una acción o acto determinado”. No âmbito do projeto, a análise do tipo documental se apresenta como método fundamental para a potencialização do uso dos acervos arquivísticos, uma vez que oferece os elementos necessários para a compreensão do arquivo na perspectiva do contexto arquivístico, e traduz em suas formalidades o contexto de produção dos documentos em um cenário que reconhece os elementos externos ao documento.

Mas em nosso trabalho avançamos no sentido de não só identificar os tipos, mas também conceituá-los para que possam ser reconhecidos. Camargo (2008) declara que a variedade de tipos documentais ainda não reconhecidos contribui para a dificuldade do tratamento dos mesmos. Ainda, consideramos que o estudo do tipo documental contribui para o acesso aos acervos, na medida em que utilizar o tipo como ponto de acesso nos sistemas que veiculam as informações sobre os acervos arquivísticos oferece uma ponte mais direta entre o usuário e o seu objeto de pesquisa.

O estudo do tipo documental permite analisar aspectos não explicitados na estrutura do documento, fornecendo elementos para compreender o comportamento da sociedade, ou de seus segmentos em determinadas situações (...). A identificação dos tipos documentais adequada, demonstrando seu vínculo com a atividade ou ato que dá origem à criação do documento, oferece aos usuários amplas possibilidades de abordagem dos arquivos, seja para a história social, a psicologia ou a cultura. (OLIVEIRA, 2012, p. 83-84)

O período escolhido para ancorar o estudo dos tipos documentais produzidos na intimidade expressa um momento de grandes transformações da sociedade, associadas à modernidade, principalmente no campo do controle social. As transformações que ocorrem no modo de produção e na organização social são inscritas nos discursos da época e nas práticas sociais. Segundo Frohmann (2012), as práticas documentárias são práticas sociais.

Os manuais de etiqueta e da escrita epistolar foram veículos para a normatização dos comportamentos sociais. Apesar de utilizados pelas elites, seu público alvo é aquele que não domina a norma. Representam o comportamento e a forma da comunicação pessoal das elites econômica e intelectual, um comportamento indicado socialmente como o adequado e que deve ser seguido. Os que almejam a ascensão e o reconhecimento social precisam conhecer e se comportar conforme as regras. Esses manuais deliberam sobre as saudações, as demonstrações de afeto ou desafeto, os infortúnios e como deveriam ser as práticas sócias e documentárias. Investigamos, em nosso projeto, as normas de convivência e de

comunicação, para estabelecer padrões que resultassem em elementos de formalidade e padronização inscritos nos documentos produzidos na intimidade.

4. A FAMÍLIA BARBOSA DE OLIVEIRA

O projeto Tipologia documental na família Barbosa de Oliveira concentra-se nos séculos XVIII e XIX. Considerando o recorte temporal, escolhemos a coleção da Família Barbosa de Oliveira como campo empírico porque a mesma reúne um conjunto quantitativamente significativo e variado de documentos, temáticas e espécies documentais, possibilitando a expectativa de conseguirmos identificar um número expressivo de tipos documentais.

A coleção foi doada para a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) em 1993, pela família de Américo Lourenço Jacobina Lacombe, o qual foi responsável pela reunião de documentos valiosíssimos. Historiador e genealogista, Lacombe se dedicou a reunir documentos dos diferentes segmentos da família, cobrindo, portanto, um período de 1778 a 1965.

A coleção é composta por 5,53 metros lineares de documentos textuais e iconográficos, constituídos em sua grande maioria por correspondência trocada entre, aproximadamente, 215 missivistas. No acervo são retratados o cotidiano, as relações de negócios, as mudanças econômicas, culturais e políticas do país e seus reflexos na vida privada das famílias que se entrecruzaram ao longo dos séculos. As relações sociais são marcadas por sobrenomes importantes no Brasil, destacando-se as famílias Imperial, Rui Barbosa, Jacobina, Leuzinger, Masset, Lacombe e Geraldo de Resende, dentre outras. Por meio da troca de correspondência entre os indivíduos, percebemos através dela as transformações que ocorreram no país até tornar-se um estado republicano, com mão de obra livre. Os registros documentais também tratam de temas como a educação, produção e comércio do café, escravidão e abolição.

O arranjo da coleção está fundamentado no processo de reunião dos documentos por parte do colecionador, respeitando por princípio sua organização e as relações familiares. A coleção está organizada, inventariada e acessível ao público.

5. IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DOCUMENTAL

A metodologia empregada na pesquisa está centrada na revisão de literatura da área sobre os principais temas arquivos pessoais, tipologia documental, manuais de postura e etiqueta e no estudo do tipo de documento que visa estabelecer um padrão de registro documental a partir de elementos como a origem; a relação com as funções e atividades do titular do arquivo; a vinculação entre a espécie documental e o tipo de documento; o conteúdo estruturado no documento; e a sua datação, de forma socialmente contextualizada. Para cumprir os objetivos deste trabalho, seguimos o protocolo abaixo.

- Seleção de bolsistas.
- Elaboração de levantamento bibliográfico com ênfase em arquivos pessoais, tipologia documental, manuais de postura, de etiqueta e epistolares e legislação.
- Seleção das fontes bibliográficas e respectiva análise.
- Identificação das espécies documentais que fazem parte da Coleção Família Barbosa de Oliveira dentro do período dos séculos XVIII e XIX.
- Sistematização dos parâmetros de sociabilidade e de comunicação escrita a partir dos manuais.
- Identificação preliminar dos tipos documentais com base na relação entre a espécie documental, a atividade que dá origem ao documento e as normas de comportamento social.
- Identificação das espécies e tipos documentais em bases de dados internacionais utilizadas no processo de difusão de informações sobre os acervos arquivísticos.

- Análise comparativa entre as características dos documentos e o código social e outras fontes de pesquisa.
- Análise comparativa das características dos documentos entre si, dentro de uma mesma espécie.
- Definição do tipo documental e sua validação.
- Conceituação do tipo documental.

Destacaremos, a seguir, as etapas de identificação das espécies e tipos documentais, o levantamento em bases de dados e o processo de atribuir o conceito aos tipos documentais identificados na Coleção Família Barbosa de Oliveira.

A coleção está organizada e a descrição arquivística foi concluída. Entre os produtos da descrição, foi elaborado o inventário analítico, que é o instrumento para o levantamento das espécies e tipos documentais. Nessa etapa, a equipe analisa o inventário e registra as indicações de espécies e tipos documentais feitas pela equipe que atuou na elaboração do instrumento de pesquisa. Essas indicações são assumidas como preliminares, porque não foram feitas com base na metodologia atual utilizada no escopo do projeto de tipologia. Às indicações, são associadas as notações dos documentos, o que permite a localização dos mesmos para análise. São somente selecionados os documentos que se inserem no recorte temporal dos séculos XVIII e XIX.

No decorrer da análise de cada item documental selecionado, são identificadas as características que o vinculam à coleção, além das ações e atividades que lhes dão origem, e as informações contextuais. A partir da análise desses elementos, é possível formular uma identificação preliminar que permita perceber a inscrição dos parâmetros sociais e epistolares, e das práticas de descrição arquivística. Associa-se a essa fase uma análise comparativa dos elementos comuns e de distinção entre os itens documentais arrolados sob o mesmo tipo documental.

Nesse momento do projeto, ressaltamos a importância do apoio da professora dra. Ana Maria de Almeida Camargo, que vem acompanhando o projeto e se reúne regularmente com a equipe para analisar a identificação do tipo do documento.

Escolhemos a Library of Congress (EUA), o National Archives (Reino Unido) e o Archives Nationales (França) para analisar a prática arquivística na identificação do tipo documental no processo de descrição e elaboração de instrumentos de pesquisa. A seleção tomou como base a tradição arquivística dos países no tratamento dos arquivos pessoais. Nessa etapa, o objetivo era o de analisar, nas bases de dados institucionais, as ocorrências de termos relativos a espécies e tipos documentais em arquivos ou coleções pessoais ou familiares, com datas-limite entre os séculos XVIII e XIX, período estudado no projeto.

Concluímos o levantamento na Library of Congress (EUA) e foram verificados 186 instrumentos de pesquisa que se enquadravam nos critérios adotados. A seguir, apresentamos alguns dados analisados.

A pesquisa na base de dados buscou reunir informações sobre:

Título do fundo/coleção;

- Ano de elaboração do instrumento de pesquisa;
- Ano de atualização do instrumento de pesquisa;
- Termos identificados;
- Notas sobre o arranjo;
- Observações; e
- URL do instrumento de pesquisa (em PDF).

Observamos que não existe uma preocupação com a identificação de tipos documentais e que os termos encontrados (211) nos instrumentos analisados não são precisos. Os termos encontrados indicam uma relação entre natureza, espécie e tipo. E uma prática de classificação por natureza da atividade, com o uso dos termos como financial, business, legal, family e military antecedendo os termos material, papers e records.

Os termos correspondence (154 ocorrências) e letters (36 ocorrências), foram os mais recorrentes nos instrumentos de pesquisa. Notamos que há a prática de qualificar a correspondência novamente por uma relação com a natureza da atividade, como, por exemplo, routine correspondence, family correspondence, business correspondence, commercial correspondence, diplomatic correspondence, financial correspondence, oficial correspondence e personal correspondence.

A análise nos permitiu identificar a prática na utilização dos tipos cartas de amor e cartas de negócios, identificados preliminarmente no projeto.

Até o presente momento foram identificados, no desenvolvimento de todo o projeto, 203 espécies e tipos documentais, em 649 documentos.

A conceituação dos tipos documentais identificados segue a orientação já existente na Fundação Casa de Rui Barbosa, baseada na Teoria do Conceito de Dalberg, em que o conceito é formado por três elementos: o referente, as características que o compõem e a forma verbal. Associamos à Teoria do Conceito as questões típicas da Arquivologia, como o contexto arquivístico, a descrição e a análise tipológica do documento de arquivo.

Considerando a peculiaridade do tipo documental produzido na intimidade, as notas de pesquisa, explicativas e de estruturação do documento serão incluídas no glossário, nos casos em que for necessário para a compreensão do leitor.

A representação dos relacionamentos de equivalência será percebida por meio do Usado por ou Use, e os demais relacionamentos pelo Ver também.

O núcleo das fontes para a definição dos tipos documentais considera:

- Manuais de civilidade e etiqueta;
- Dicionários, vocabulários e tesouros técnicos e obras científicas;
- Glossários e tesouros de espécie e tipos documentais;
- Legislação do período da pesquisa;
- Códigos epistolares.

Exemplos de tipos documentais já com conceito atribuído e que possuem nota para melhor compreensão:

Exemplo 01

Agradecimento de participação

Documento enviado, podendo ser sob a forma de cartão de visita, bilhete ou carta, agradecendo a consideração de participar de algum fato relevante, como nascimento, noivado ou casamento.

O agradecimento deve ser feito em um prazo de oito dias após receber a participação.

Nota: O agradecimento deve ser feito mesmo que você não compareça ao evento gerador da participação. Neste caso, deve-se explicitar um motivo pela ausência.

Exemplo 02

Aviso de falecimento

Documento que informa o falecimento e sepultamento de alguém. Apresenta, em geral, os últimos momentos do falecido e a causa mortis.

A redação contém o nome do parente mais próximo e depois os demais, que irão informar nome e o grau de parentesco em relação ao falecido e convidar, com dia, hora e local, para a cerimônia de sepultamento.

O aviso será aberto e de papel ornado em preto ou azerado (cor de aço).

Nota: Não contém o termo morte. Se for sob a forma de telegrama tem por costume ter um alto grau de formalidade. Se for sob a forma de carta aos parentes e amigos, a escrita é mais informal.

Ver também Aviso fúnebre.

Exemplo 03

Convite de casamento

Documento enviado a amigos e familiares informando data, hora e local da cerimônia de matrimônio.

Nota: O documento impresso dever ser enviado pelos pais ou avós da noiva com quinze dias de antecedência à data de cerimônia. O convite tem à esquerda a família da noiva e, à direita, do noivo. No caso de brasão, este irá acima de tudo. No caso de órfão ou viúva, são os próprios que convidam. Se for órfã, cabe ao tutor, tio ou parente próximo à noiva.

6. CONCLUSÃO

O projeto está em andamento e a equipe já analisou 50% da coleção. Podemos já observar que a identificação realizada até o momento possibilita uma maior agilidade no processo da pesquisa, visto que alguns tipos documentais são mais recorrentes nos acervos do período estudado, como o noticiário epistolar cotidiano, uma vez que a troca das epístolas era a forma mais corriqueira de comunicação escrita.

Como vimos, os tipos documentais retratam as práticas sociais e, dessa forma, possibilitam um conhecimento mais acurado do conjunto documental, assim como também fornecem aos usuários um mecanismo de busca eficaz em suas pesquisas. Nesse sentido, o incentivo à pesquisa de tipologia em arquivos pessoais é muito oportuno.

Esperamos, ao final do projeto, termos contribuído para a bibliografia sobre os tipos documentais nos arquivos pessoais e para a formação de pesquisadores com interesse em arquivos pessoais e em tipologia documental.

7. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A Vocação do Prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Rocco. 2ª edição, 1993. 406p.

- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Tipologia documental em arquivos. Novas abordagens. In: Belloto, Heloísa Liberalli. Arquivos: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 347-363.
- _____. Diplomática e tipologia documental em arquivos. 2ed. rev. e ampl. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008. 106 p.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. 'Sobre arquivos pessoais', Arquivo & Administração. V. 7, n. 2, jul./dez., 2008, p. 5- 10.
- CAMPOI, Camilla. Relatório de pesquisa jan-jul 2016. Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro. 20p, 2016.
- CAMPOS, Maria Luiza Almeida. Linguagem documentária: teorias que fundamentam sua elaboração. Niterói; RJ: EdUFF, 2001. 133p.
- Compilación de Manuales de Tipología Documental de los Municipios. Madrid: Consejería de Cultura de la Comunidad de Madrid. 474p. Disponível em: <<http://www.madrid.org/archivos/images/ACTIVIDADES/PUBLICACIONES/compilacionmanuales.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2016.
- DAHLBERG, Ingetraut. 'Teoria do Conceito'. Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 7(2): 101-107, 1978.
- FROHMANN, B. A documentação rediviva: prolegômenos a uma (outra) filosofia da informação. Morpheus: Revista Eletrônica em Ciências Humanas, ano 9, n.14, p. 227-249, 2012.
- HEREDIA Herrera, Antonia. 'En torno al tipo documental', Arquivo & Administração. v.6, n.2, jul./dez. , 2007, p. 25- 50.
- OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges. Relatório de pesquisa jan-jul 2016. Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro. 50p, 2016.
- OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. 'Família Barbosa de Oliveira', Guia. Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro. 2012. Disponível em: <<http://acervos.casaruibarbosa.gov.br/>>. Acesso em: 09 set. 2016.
- _____. Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Móbile, Rio de Janeiro, RJ. 2012.
- _____. 'A propósito da carta de Mário' in FREITAS, Lídia S. de; FONSECA, Vitor M. M. da; LIMA, Marcia H. T. de F.(orgs.). Ética e políticas da informação: agentes, regimes e mediações. EdUFF, Niterói, (Estudos da Informação, 4). No prelo.
- _____. Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012. 171p.

DOCUMENTO, ARQUIVO E FORMAS DE REPRESENTAÇÃO DA REALIDADE

Rodrigo Rabello, Georgete Medleg Rodrigues

Universidade de Brasília

Resumo

Considera a função do documento como prova e o arquivo como instituição privilegiada para o seu armazenamento e acesso. Traça um panorama de abordagens probatórias que podem constituir ou instrumentalizar formas de representação da realidade social. Para tanto, lança mão do recurso bibliográfico e de uma perspectiva interdisciplinar, envolvendo teóricos das áreas de arquivologia, diplomática, história, ciência da informação, para corroborar os seguintes valores probatórios que podem incidir sobre o documento de arquivo: 1. “Aprisionamento da palavra/registo”; 2. “Representação da realidade”; e 3. “Legitimação de discursos”. Após abordar tais perspectivas, identifica a necessidade de se aprofundar a última abordagem de modo a investigar a materialidade do documento de arquivo em um programa de investigação em que se pesem: a dimensão simbólica, a materialidade dos enunciados – permeados socialmente mediante a documentação e as fases documentais da memória constitutivas ou constituintes – e a relação saber-poder presente no contexto institucional.

Keywords: Documento. Prova documental. Arquivo. Arquivologia. Diplomática. História. Ciência da Informação.

Abstract

This paper considers the function of the document as proof and the archive as privileged institution of storage and access. It traces a panorama of probing approaches that can constitute or provide tools for forms of representing social reality. For such, it makes use of bibliographic resources and an interdisciplinary perspective, involving theoreticians of Archival Science, Diplomats, History, and Information Science, to corroborate the following probing values that can relate with the archival document: 1. “Capturing the word/register”; 2. “Representing reality”; and 3. “Legitimizing discourses.” After approaching such perspectives, it identifies the need to deepen the latter approach so as to investigate the materiality of the archival document in an investigation program weighing: the symbolic dimension, the materiality of the utterance – socially permeated amidst the documentation and constitutive or constituting documental phases of memory – and the power-knowledge relation found in the institutional context.

Keywords: Document, Documental proof, Archive. Archival Science, Diplomats, History, Information Science.

1. INTRODUÇÃO

Quando se pensa o documento na contemporaneidade, um dos entendimentos possíveis diz respeito ao suporte que contém alguma informação de valor social e/ou institucional. Por institucionalidade se entende a objetivação de atributos ou de valor ao objeto por aqueles que produzem, armazenam ou o utilizam. Em cada contexto, o documento pode apresentar funções das mais diversas (ensinamento, instrução, prova, dentre outras) próprias à sua criação ou atribuídas a posteriori.

Dentre tais possibilidades, a função de prova do documento por vezes se confunde com a função ou com a trajetória da instituição que o produz ou o armazena. Este é, por exemplo, o caso da instituição arquivo. Antes mesmo de o arquivo ocupar espaço na academia como objeto de estudo, a sua constituição secular vinha garantindo uma condição dinâmica à sua própria institucionalidade, à luz de sua tradicional função de permitir o acesso à prova documental.

Uma primeira aproximação do documento de arquivo a uma demarcação científica passa a ganhar forma e concretude com a criação e a sistematização de procedimentos diplomáticos, no século XVII, algo que permitiria o processo de observação, “dissecação” e descrição do logos inato ao objeto, consonância com ideais particulares do racionalismo cartesiano.

Após dois séculos, a diplomática constituiu-se em uma disciplina com cadeira na universidade, juntamente com a paleografia, servindo de apoio metódico para além do direito eclesiástico, legitimando o discurso de cientificidade, por exemplo, da história, e servindo de base para a análise crítica do conteúdo dos documentos de arquivo.

A importância atribuída pela historiografia ao arquivo nos novecentos, a proliferação de arquivos no solo europeu e a demanda por profissionais com algum saber técnico, não apenas reforçou a já citada aproximação do documento de arquivo ao campo científico, mas também propiciou a criação do construto “arquivo” como objeto de uma ciência, cujos saberes seriam disciplinados por um campo denominado arquivística ou arquivologia.

Sob a influência do “espírito positivo” do século XIX, este objeto passou a ser influenciado, por exemplo, pelos saberes da história natural, que culminariam, dentre outras disciplinas, na biologia, ao ser concebido como um todo orgânico e pelas noções de leis universais expressas pela física e pela então derivação no campo social (“física social” ou sociologia), encarnado sob a égide do positivismo filosófico.

Se, por um lado, no século XIX, o arquivo era uma instituição que garantia os elementos documentais necessários de fidedignidade e autenticidade para a produção de conhecimento científico sobre a realidade social, por outro o gradativo desenvolvimento científico, sobretudo no bojo da historiografia do século XX, também gerou subsídios para o questionamento dessa forma de institucionalidade e ao discurso que nela se sustentava.

Nessa direção, a institucionalização do documento no arquivo e a formas de representação da realidade constituem um campo interpretativo controverso, pois o valor probatório nesse contexto pode ser posto em perspectiva. Com isso, propõe-se uma reflexão sobre a trajetória do valor probatório do documento de arquivo de modo a elencar ao menos três perspectivas e, a partir delas, refletir sobre possíveis estudos futuros.

Lançando mão do recurso bibliográfico, buscou-se diferenciar tais perspectivas tendo em vista os seguintes valores probatórios que podem incidir sobre o documento de arquivo: 1. “Aprisionamento da palavra/registo”, possibilidade de armazenamento de modo a permitir acesso e uso; 2. “Representação da realidade”, à luz do aprisionamento do registo; 3. “Legitimação de discursos”, valendo-se da

interpretação de intencionalidades materialmente identificadas, expressas ou não em palavras, para a constituição de monumentos (Rabello; Rodrigues, 2014).

2. APRISIONAMENTO DA PALABRA

A trajetória do “aprisoamento da palavra” pode ser abordada considerando a passagem da “tradição oral” para a “tradição escrita”, momento em que se educou o falante ao bom uso da língua (Barthes; Marty, 1987). Desde a Antiguidade Clássica permanecem distintos sentidos para a utilização do escrito, como: a) “origem”, em direção à memória e à história, b) “ordem”, “comando” ou “lei”, num contexto administrativo e/ou jurídico.

Esses sentidos são constitutivos do arkhé (Derrida, 2001) que forma o radical de arquivo, representado na expressão greco-romana *archeion*: lugares de prova e de publicização de documentos oficiais, ou na derivação medieval e latina *archivum*: espaço destinado ao documento com valor probatório (Favier, 2001). A sobreposição do valor de prova do objeto arquivado é uma tipificação da polissêmica palavra latina *documentum*, derivada do verbo *docere*, que significa ensinar e instruir (Núñez Contreras, 1981), podendo encontrar correspondência sinônima, na passagem da Antiguidade para o Medieval (Silva et al., 1999), à palavra latina *liber*, correspondente à grega *biblos* (βιβλος), radical das palavras biblioteca, biblioteconomia e bibliografia. Mais tarde, na Idade Moderna, o conceito de “livro” (*liber/biblos*) foi reduzido ao produto dos avanços da imprensa e ao resultado da escrita (Rabello, 2009).

Paralelamente, o documento de arquivo, que comprova ou atesta algo ou “registra uma ação” (Duranti, 1994), ganhou novos contornos em solo europeu, sendo influenciado pelas ações políticas e administrativas, a partir do século XV, bem como pela especialização de instituições públicas, principalmente as francesas, que passaram a desempenhar função de destaque para o resgate histórico, especialmente a partir do século XVIII (Favier, 2001). Ademais, a priorização do método científico na Idade Moderna (Vuillemin, 1987) encontrou na Diplomática, sobretudo no século XIX (Duranti, 1995), um referencial para crítica dos documentos oficiais escritos – diplomas – armazenados nos arquivos.

A obra do monge beneditino Jean Mabillon *De re diplomatica libri VI*, de 1681, é considerada o nascedouro da diplomática, a qual só obteve cátedra pela primeira vez apenas em 1891, na École Nationale des Chartes, em Paris, e tinha por objetivo estudar a autenticidade dos documentos medievais (Duranti, 1995).

Estudos realizados recentemente atribuem aos procedimentos metódicos e aos elementos constitutivos do pensamento de Mabillon à racionalidade expressa na obra *Discurso do método* de René Descartes, publicado quarenta anos antes do *De re diplomatica* (Sina, 2008; Grassi, 2008).

Mabillon incentivava o emprego do método cartesiano para a análise dos “diplomas” com o intuito de enfrentar, mediante o que Descartes denominava os quatro preceitos da lógica, o conhecimento de algo para: a) evitar os julgamentos; b) dividir cada dificuldade em tantas partes quantas fossem possíveis e necessárias para resolvê-la; c) ordenar o pensamento sobre os objetos indo do mais simples ao mais complexo; d) fazer enumerações tão completas de tudo e revisões tão gerais para ter certeza de nada omitir (Descartes, 2001: 23).

O método de Mabillon decerto pressupunha apreciar um conjunto de documentos, examinando-os no que tinham de semelhança e diferenças entre si para, então, ordená-los segundo essas características às quais chamou de elementos internos e externos da forma documental, ambas subdivididas em várias partes. Esse procedimento permitiria estabelecer a autenticidade do documento.

O posterior aprimoramento e transformação da diplomática como disciplina acadêmica foi relevante, dentre outros aspectos, por permitir a relação, por exemplo, entre diplomática e paleografia,

apreendidas, na época, como disciplinas auxiliares da história (Bloch, 1997). Essa relação contribuiu, noutra oportunidade, para a fundamentação teórica e metodológica arquivística com vistas ao ordenamento dos documentos e à construção de instrumentos para servir ao resgate da memória e aos estudos históricos (Bautier, 2002).

O “aprisionamento da palavra/registro” está relacionado ao processo de transformação de um objeto em algo com valor, com função determinada – numa palavra, documento – que possa ser organizado em espaços institucionais determinados de modo a permitir o acesso e o uso. Historicamente bibliotecas e arquivos têm se constituído como instituições privilegiadas para o acesso às várias funções que podem ser atribuídas ao documento, embora a função de prova tenha se destacado no âmbito dos arquivos por conta das suas características constitutivas. Este é um dos motivos da difusão da crença, ainda presente nos dias de hoje, segundo a qual o documento arquivado permite o acesso à verdade histórica e, por conseguinte, constitui a fonte privilegiada para a representação fidedigna da realidade social.

3. REPRESENTAÇÃO DA REALIDADE

A “representação da realidade” está relacionada à aceção de ciência segundo a qual a realidade social pode ser descrita, classificada, enfim, representada inequivocamente numa linguagem objetiva e universal, seguindo preceitos empíricos e metódicos de observação, de coleta e análise de dados e de apresentação dos resultados (Rabello; Rodrigues, 2014).

A proposição de disciplinas como a sociologia e a história é representativa de um período denominado “cientificismo” em que os fenômenos sociais passaram a ser investigados como base no arquétipo das ciências naturais. Com efeito, a história “tradicional” do século XIX objetivou alcançar a “origem” dos fatos sociais mediante o “método” de crítica textual, em estruturas documentais previamente reconhecíveis, valendo-se do arquivo como “laboratório” de pesquisa.

Nessa perspectiva, os historiadores, com as contribuições “metódicas” de Leopold von Ranke, passaram a se basear nos relatos de fontes documentais enaltecidas por sua autenticidade. O arquivo se estabelece, a partir de então, como o lugar privilegiado do historiador, já que permite o acesso a documentos que, na maior parte das vezes, nunca foram consultados. A contribuição de Ranke à ciência histórica “[...] residia em sua visão enaltecida dos documentos.” (Gay, 1990: 74-75). O interesse imediato foi direcionado à

[...] escrita em registros oficiais, emanados do governo e preservados em arquivos. O preço dessa contribuição foi a negligência de outros tipos de evidência. O período anterior à invenção da escrita foi posto de lado como ‘pré-história’. (Burke, 1992: 13).

O arquivo passa a ser, a partir de então, o “laboratório” do historiador, já que permite o acesso a documentos “inéditos” para a escrita da história. A disciplina história deve a esse espaço, juntamente com os procedimentos metódicos, como os da diplomática, parte significativa para que pudesse ocupar cátedra na universidade. Com efeito, passou a se demandar não apenas historiadores, mas outros profissionais que pudessem contribuir para a organização daquele “laboratório”, de modo a permitir o acesso à prova documental. Nesse caso, tais demandas estão também relacionadas ao processo de disciplinarização da arquivologia, no século XIX, para a formação de arquivistas.

A crítica à aceção historiográfica “tradicional” foi realizada a partir do encontro e da troca de ideias, com a elaboração de projetos, entre Lucien Febvre e Marc Bloch, em Estrasburgo, França, no início do século XX, dentre eles a publicação do periódico *Annales d’Histoire Économique et Sociale*, em 15 de janeiro de 1929. Tal movimento (Reis, 2004) culminou na denominada “escola dos Annales” (Burke, 1997).

Os Annales promoveram uma controvérsia em relação às formas de representação da realidade social. O movimento surgiu do questionamento da forma de narrativa histórica “tradicional” – enaltecida dos grandes feitos políticos, as grandes personalidades, os acontecimentos de Estado –, que desconsiderava os demais atores sociais então “marginalizados” (Schmitt, 1978: 422). Para tanto, a crítica à exclusividade do documento de arquivo como único meio para a escrita da história se constitui como uma das “peças-chave”.

Aquela perspectiva “tradicional” era considerada por esse movimento como “elitista” ao desconsiderar, seletivamente, atores sociais para a escrita da história. Além disso, para os historiadores tradicionais, a historiografia somente seria possível por meio de documentos escritos que permitiriam “[...] atingir numa imagem a mais próxima possível daquela que teria dado a observação direta do fato passado” (Chartier, 1978: 517).

Para os historiadores “tradicionais”, o documento se afirma essencialmente como “[...] um testemunho escrito.” (Le Goff, 1994: 536, grifos do autor). Assim, caberia aos historiadores dos Annales fazerem “[...] novos tipos de perguntas sobre o passado, para escolher novos objetos de pesquisa”, necessitando, para tanto, de “[...] novos tipos de fontes, para suplementar os documentos oficiais.” (Burke, 1992: 25).

O salto qualitativo em relação ao conceito de documento foi necessário, pois “[...] o seu conteúdo enriquecia-se e ampliava-se.” (Le Goff, 1994: 539). Tal necessidade de transcendência ao sentido positivista estrito de “prova documental” – referenciado, em grande medida, na crença nos atributos da palavra ou do registro “aprimorado” no documento e numa forma de institucionalidade que lhe garantia legitimidade – foi uma resposta às novas demandas sociais que não se reconheciam mais mencionada concepção elitista de se escrever a história.

4. LEGITIMAÇÃO DE DISCURSOS

A “legitimação de discursos” diz respeito ao entendimento segundo o qual os limites da representação podem estar para além das palavras registradas (Bloch, 1997), encontrando nas coisas em si (Le Goff, 1994) e na vida social dos objetos (Kopytoff, 1991) – ou da informação registrada em documentos (Buckland, 1991) – os recursos para o entendimento, na parcela que cabe à cultura material (Bucaille; Pesez, 1989), das representações de mundo e da própria construção da concepção de homem, de sua historicidade (Rede, 1996).

Os limites da representação dependem, ainda, da correlação de forças daqueles que definem qual documento falará como monumento (Le Goff, 1994), isto é, que delimitam qual versão da história será objeto da verdade (Foucault, 2005). Sob esta perspectiva, a palavra ou informação “aprimorada” e a “representação da realidade” servem de subsídio para a constituição e legitimação de monumentos (Le Goff, 1994). Esse raciocínio levou Rabello e Rodrigues (2014: 17) a concluir que, nesse movimento, a “[...] mediação da linguagem é tensionada pelas forças sociais que delinham a construção da memória coletiva e instrumentalizam a escrita da história.”

No âmbito da “legitimação de discursos”, a contundência da prova documentada ou arquivada admite, em seu lugar, a evidência de algo monumentalizado diante do silêncio e do ocultado. A intencionalidade do monumento pode se forjar no encobrimento de acontecimentos durante ou após, por exemplo, regimes de exceção.

O enunciado trazido em 1969 por Foucault (2005: 33) de que o historiador contemporâneo – leia-se: a partir das contribuições dos Annales – transforma documento em monumento foi uma matéria-prima para que mais tarde Le Goff (1994: 545) pudesse desenvolvê-la de modo a retomar a crítica à ilusão positivista de documento “[...] objetivo, inócuo, primário”, como prova de “[...] boa-fé, desde que fosse autêntico”.

À luz dessa perspectiva, os limites da representação positivista dependem sobremaneira da correlação de forças daqueles que definem qual documento falará como monumento (Le Goff, 1994), isto é, que delimitam qual versão da história será objeto da verdade (Foucault, 2005). Sob este prisma, a palavra ou informação “aprisionada” e a “representação da realidade” servem de subsídio para a constituição e “legitimação de discursos” e de monumentos (Rabello; Rodrigues, 2014).

E como pensar a relação documento e arquivo nessa perspectiva? Um caminho profícuo e convergente ao da “legitimação de discursos” foi trazido por Schwartz e Cook (2004). Os autores demonstraram que o arquivo como meio para a representação da realidade tem sido tensionado pela mediação da linguagem segundo forças sociais que delineiam a construção da memória coletiva e instrumentalizam a escrita da história. Tal concepção vai ao encontro da construção de monumentos a partir de documentos (Rabello; Rodrigues, 2014: 17-18).

5. MATERIALIDADE DO DOCUMENTO

A perspectiva probatória da “legitimação dos discursos” tem no enunciado “todo documento é um monumento” o cerne para entender a materialidade documento. Essa concepção está para além da forma documental e da fisicalidade do suporte, segundo a diplomática (Núñez Contreras, 1981), ou da coisificação da informação para a inserção do registro num sistema de recuperação de informação institucionalizado (Buckland, 1991).

Ainda que a fisicalidade do suporte, no sentido sobredito, seja algo presente, a materialidade do documento se constitui a partir da institucionalidade e das intencionalidades envolvidas. Assim, a materialidade pode ser concebida à luz de uma dimensão simbólica (Bourdieu, 1996) ou da comparação com a materialidade dos enunciados (Foucault, 2005) que circulam socialmente por meio da documentação (Frohmann, 2008), algo que pode ser melhor apreendido conforme a “fase documental” da memória (Ricoeur, 2007) e a dimensão política presente na relação saber-poder no âmbito institucional, por exemplo, dos arquivos (Schwartz; Cook, 2004).

O percurso acima indicado pode se apresentar como um relevante programa de investigação para o estudo da materialidade do documento, segundo os seguintes argumentos:

- a) Relação entre os atributos de autoridade do documento validados institucionalmente e a lógica de funcionamento do Estado burocrático moderno, naquilo que Pierre Bourdieu compreendeu como um tipo de “capital simbólico” objetivado na forma e na letra da lei. O “capital simbólico” do Estado se traduz, em parte, em “capital de informação” (manifestação do capital cultural) numa dimensão objetiva – como é o caso da cartografia, do recenseamento, da estatística, do meio escrito, do arquivo – manifesta em operações unificadas, totalizadoras, universalizantes e homogeneizadoras, como forma de “racionalidade burocrática” (Bourdieu, 1996).
- b) Diálogo com a dimensão “simbólica” em aderência à perspectiva foucaultiana abordada por Frohmann (2008) quando identificou correspondência naquilo que nomeia tal materialidade – o documento – como algo essencial para ligar informação e seu caráter social e público. O grau de imersão institucional dos enunciados constitui-se em algo essencial para a análise de sua materialidade, pois são as rotinas institucionais e as suas relações que lhes conferem peso, massa, inércia e resistência ao enunciado. Por meio dos documentos, fontes de massa e energia, torna-se possível pensar a materialidade da informação em dessemelhantes campos e práticas sociais.
- c) Compreensão da “fase documental” da memória em três eixos que podem se entrecruzar: 1. Fase do “testemunho”, 2. Fase do “arquivo”, 3. Fase da “prova documental” (Ricoeur, 2007). O testemunho oral constitui um tipo de propedêutica para a construção de fontes com vistas às

demais fases. Portanto, o testemunho pode ser considerado como instituição da “memória natural” que permite a “memória artificial”. Esta última enriquece ou potencializa a fala do testemunho ao permitir que ela, a fala, seja posta em situação contraditória aos demais documentos que lhe conferem autenticidade. Na fase do arquivo, a forma e o conteúdo documental estão em jogo quando em relação à proveniência e à organicidade que auxiliam a recuperar a “biografia funcional” dos conjuntos documentais arquivados. Na fase da “prova documental”, o provar de um documento ou de um conjunto de documentos pressupõe a articulação da “fase documental” às fases explicativa, compreensiva e literária de representação, algo que se diferencia, por exemplo, dos procedimentos dos positivistas ou dos historiadores “tradicionais” que utilizam como parâmetro a reunião e a leitura de documentos os quais, se autênticos, são utilizados como prova.

- d) Arquivo como um construto social que sintetiza a controversa relação entre realidade e representação (Shwartz; Cook, 2004), tal qual observada nas diferenças teórico-metodológicas entre a historiografia “tradicional” e a “contemporânea”. As origens dos arquivos “[...] se sustentam na necessidade de informação e nos valores sociais dos ditadores, governos, negócios, associações, e indivíduos que os determinam e os mantêm.” (Shwartz; Cook, 2004: 16). A relação entre arquivo e sociedade se caracteriza não apenas pelas contribuições para a memória social ou coletiva, mas por ações centradas no poder (Shwartz; Cook, 2004: 18). Nessa direção, arquivos e registros “[...] precisam se sujeitar a um processo de ‘interpretação contínua’ entre produtores, guardiões e usuários.” (Shwartz; Cook, 2004: 23).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória do valor probatório do documento de arquivo trilhada, a partir das perspectivas “aprisionamento da palavra/registro”, “representação da realidade” e “legitimação de discursos”, convergiu para a necessidade de se aprofundar o último prisma que fora pouco explorado no texto de Rabello e Rodrigues (2014).

Conforme observado, a materialidade do documento se apresenta como um tema ou um programa de investigação profícuo e premente aos estudos sobre documento e arquivo, ou outras instituições de memória. A materialidade está em convergência com preocupações contemporâneas que tiram do foco a harmonia social, almejada pelos positivistas, e apresentam as instituições como espaços de conflitos, de disputas e de “legitimação de discursos” para a “representação da realidade”.

A perspectiva positivista transformava monumentos em documentos. Nesse caso, a representação da realidade se constituía como um discurso único e legitimado pela força. A perspectiva contemporânea tem partido do princípio de que todo documento é monumento e que diferentes formas de legitimação de discursos podem ser estudadas considerando concorrências em que se pesem: a dimensão simbólica, a materialidade dos enunciados – permeados socialmente mediante a documentação e as fases documentais da memória constitutivas ou constituintes – e a relação saber-poder presente no contexto institucional.

AGRADECIMENTOS

À CAPES, pelo financiamento concedido.

7. REFERÊNCIAS

Barthes, R. & Marty, E., 1987. Oral/Escrito. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 11 pp.32-57.

- Bautier, R., 1961. Leçon d'ouverture du cours de diplomatique à L'École des chartes. In: Bibliothèque de L'école des Chartes. Paris: [s.n.], pp.194-225. Tome 119.
- Bloch, M., 1997. Introdução à História. [S.l.]: Fórum da História/Publ. Europa-América.
- Bourdieu, P., 1996. Espírito do Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In: Bourdieu, P. Razões práticas sobre a teoria da ação. 4.ed. Campinas, SP: Papirus, pp.91-135.
- Bucaille, R.; Pesez, J.-M., 1989. Cultura material. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 16.
- Buckland, M.K., 1991. Information as thing. JASIS, 45(5), pp.351-360.
- Burke, P., 1997. A Escola dos Annales: 1929-1989: a revolução francesa da historiografia. São Paulo: UNESP.
- Burke, P., 1992. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: Burke, P. (ed.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, pp.7-37.
- Chartier, R., 1978. História positivista. In: Le Goff, J.; Chartier, R.; Revel, J. et al. (ed.). A nova história. Coimbra: Almedina, pp.516-518.
- Derrida, J., 2001. O mal de arquivo: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume.
- Descartes, R., 1996. Discurso do método. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes.
- Duranti, L., 1995. Diplomática: usos nuevos para una antigua ciencia. Carmona: S&C Ed.
- Duranti, L., 1994. Registros documentais contemporâneas como prova de ação. Estudos Históricos, 7(13), pp.49-64.
- Favier, J., 2001. Les archives. Paris: Presses Universitaires de France.
- Foucault, M., 2005. A Arqueologia do Saber. Lisboa: Almedina.
- Frohmann, B., 2008. O caráter social, material e público da informação. In: Fujita, M.; Marteleto, R.; Lara, M. (dir.). A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação. São Paulo: Cult. Acadêmica; Marília: Fundepe, pp.19-34.
- Gay, P., 1990. Ranke: o crítico respeitoso. In: Gay, P. O Estilo na História. São Paulo: Companhia das Letras, pp.63-93.
- Grassi, O., 2008. La filosofia medievale nell'opera di Jean Mabillon. Rivista di Filosofia Neo-Scolastica, 1, pp.17-31.
- Kopytoff, I., 1991. La biografía cultural de las cosas: la mercantilización. In: Appadurai, A. (Ed.). La vida social de las cosas: perspectiva cultural de las mercancías. México: Grijalbo, pp.89-122.
- Le Goff, J., 1994. Documento/monumento. In: Le Goff, J. História e memória. 3.ed. Campinas: Ed. UNICAMP.
- Nuñez-Contreras, L., (1991). Concepto de documento. In: Nuñez-Contreras, L. Archivistica: estudios básicos. Sevilla: Diputación Provincial, pp.25-44.

- Pomian, K., 1984. Coleção. In: Enciclopédia Einaudi, Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda.
- Rabello, R., 2009. A face oculta do documento: tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – UNESP, Marília.
- Rabello, R. & Rodrigues, G.M., 2014. Prova documental: inscrições e materialidade. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, 7(2), pp.1-21, Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/viewArticle/151>>.
- Rede, M., 1996. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. *Anais do Museu Paulista*, 4, pp.265-282.
- Reis, J.C., 2004. A História, entre a Filosofia e a Ciência. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica.
- Ricoeur, P., 2007. Fase documental: a memória arquivada. In: Ricoeur, P. A memória, a história, o esquecimento, Campinas: Ed. Unicamp.
- Schmitt, J.-C., 1978. A história dos marginais. In: Le Goff, J.; Chartier, R.; Revel, J. et al. (ed.). A nova história. Coimbra: Almedina, pp.394-426.
- Shwartz, J.M. & Cook, T., 2004. Arquivos, documentos e poder: a construção da memória moderna. *Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba*, 3(3), pp.15-30.
- Silva, A.M. et al., 1999. Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação. Porto: Afrontamento.
- Sina, M., 2008. Mabillon e la filosofia moderna. *Rivista di Filosofia Neo-Scolastica*, 1, pp.33-48.
- Vuillemin, J. (1987). Conceito. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 37, pp. 77-124.

A DIFUSÃO DOS ACERVOS DAS DOPS NO BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS

Caroline Almeida Sodré, Cynthia Roncaglio

Universidade de Brasília

Resumo

As Delegacias de Ordem Política e Social – DOPS tiveram forte atuação durante o regime militar no Brasil (1964-1985) exercendo funções de investigação, controle e repressão a movimentos políticos e sociais contrários ao regime militar. Com a redemocratização do Brasil, tais delegacias foram paulatinamente extintas e seus acervos, a partir da década de 1990, recolhidos a instituições arquivísticas custodiadoras, responsáveis a partir de então pela organização, descrição, difusão e acesso aos documentos decorrentes das atividades oriundas de tais delegacias. Mais recentemente, em 2009, desenvolveu-se um projeto de integração em rede das instituições que custodiam os acervos das DOPS que culminou na criação do Banco de Dados Memórias Reveladas (BDMR). Tal projeto de integração foi auxiliado também pela promulgação da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e do dispositivo legal que instituiu a Comissão Nacional da Verdade no Brasil (Lei nº 12.528/2011). Esse artigo analisa o alcance do BDMR como instrumento de difusão dos acervos DOPS, em seus pontos fortes e fracos, considerando os dados disponibilizados e os esforços realizados pelas instituições arquivísticas custodiadoras, desde o recolhimento da documentação, para contextualizar, descrever e dar acesso intelectual aos documentos de um período obscuro e repressivo da história do Brasil.

Palavra-chave: Brasil, DOPS, Acesso Intelectual, Arquivos Públicos, Banco de Dados Memórias Reveladas.

Abstract

The Police of Political and Social - DOPS had strong performance during the military regime in Brazil (1964-1985) performing research functions, control and repression of political and social movements against the military regime. With the democratization movements in Brazil, such stations were gradually extinguished and their collections, from the 1990s, collected archival institutions responsible from then on for the organization, description, dissemination and access to documents arising from the activities arising from such stations. More recently, in 2009, we developed an integration project networking of institutions that guard the assets of DOPS which culminated in the creation of the Database Memories Revealed (BDMR). This integration project was also aided by the enactment of the Access to Information Act (Law No. 12,527 / 2011) and the legal provisions establishing the truth of the National Commission in Brazil (Law No. 12,527 / 2011). This article analyzes the scope of dissemination tool of DOPS collections in their strengths and weaknesses, considering the available data and the efforts made by archival institutions from the gathering of documentation, to contextualize, describe and provide intellectual access to documents an obscure and repressive period in the history of Brazil

Keywords: Brazil, DOPS, Intellectual Access, Public Archives, Database Memories Revealed

1. INTRODUÇÃO: O FIM DA DITADURA MILITAR E O INÍCIO DAS POLÍTICAS DE DIFUSÃO DOS ACERVOS

A Ditadura Militar no Brasil, ocorrida entre os anos de 1964 a 1985, instalou uma máquina estatal de cunho repressivo com a finalidade de vigiar e reprimir aqueles que eram considerados perigosos para a manutenção do regime. Tais atividades de vigilância e repressão tinham como fundamentos a lógica da desconfiança e a Doutrina de Segurança Nacional. Dentro de tal aparato estão inseridas as Delegacias de Ordem Política e Social – DOPS. Essas delegacias, apesar de terem sido instituídas nos estados brasileiros durante os anos de 1920 e 1930, tiveram maior atuação e representatividade durante o regime militar.

Durante esse período da história brasileira ocorreram inúmeras violações aos direitos humanos e o cerceamento crescente das liberdades individuais e coletivas. O fim do regime e o início da redemocratização deram ensejo a movimentos sociais com vistas a promover a chamada justiça de transição. A justiça de transição é necessária para promover uma “paz sustentável após um período de conflito, violência em massa ou violação sistemática dos direitos humanos” (VAN ZYL apud BETTAMIO, 2014, p. 21).

Nessa mesma linha, para Stampa, Santana e Rodrigues, a justiça de transição refere-se a um “conjunto de ‘mecanismos, abordagens e estratégias’ ou de ‘processos e mecanismos’ utilizados em períodos de mudança política para enfrentar um legado histórico de violações de direitos humanos” (STAMPA, SANTANA e RODRIGUES, 2014, p. 46).

Bettamio (2014) analisa o processo de transição sob dois aspectos principais: o político e o social. Ainda segundo a autora as transições democráticas não se concluem apenas com o aspecto político, já que o processo deve contemplar também o aspecto social. Nesse sentido, o caso brasileiro é emblemático, pois “no Brasil, apesar da transição política ter ocorrido nos anos seguintes ao fim da ditadura, a social continua em andamento até hoje, caminhando na medida do possível” (BETTAMIO, 2014, p. 29).

A primeira iniciativa para a reparação das vítimas da ditadura foi a Lei de Anistia¹. Embora possa ser considerada uma vitória inicial no sentido da redemocratização, ela não previa compensações para todos os brasileiros que sofreram com o regime:

A Lei da Anistia não representou a consagração integral das teses defendidas pelo movimento popular pela anistia, frente diversificada de oposição ao regime, que propugnava por uma anistia “ampla, geral e irrestrita”. De fato, em seu artigo 2º, o referido diploma legal excluiu da anistia todos aqueles que tivessem tomado a via da ação armada contra o regime ditatorial. (STAMPA, SANTANA e RODRIGUES, 2014, p. 48).

Porém, mesmo com essas ressalvas, “ela estipulou algumas medidas de reparação imediata para alguns dos perseguidos políticos. Entre tais medidas está a previsão de restituição de seus direitos políticos (...) e a garantia do direito de servidores públicos afastados de voltarem ao trabalho” (ABRÃO; TORELLY apud BETTAMIO, 2014, p. 30).

As primeiras comissões para a reparação foram criadas em 1995 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. São elas: a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, instituída pela Lei nº 9.140/2002; e a Comissão de Anistia, instituída pela Lei nº 10.559/2002. Por meio desta última comissão tornou-se

¹ Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm>. Acesso em 23 dez. 2015.

possível ao anistiado pleitear reparação pecuniária, se for comprovada a interrupção arbitrária de vínculos trabalhistas e/ou no caso de familiar morto ou desaparecido político.

Importante salientar que, também a partir de 1995,

O Estado brasileiro já vem reconhecendo (...) que as pessoas que desapareceram sob a custódia das forças de segurança do regime militar foram, na verdade, assassinadas. Esse reconhecimento possui uma significativa importância moral para os familiares de desaparecidos políticos, no sentido de afirmá-los como vítimas da repressão (STAMPA, SANTANA e RODRIGUES, 2014, p. 49).

Já a reparação sob o viés simbólico só ocorreu a partir do governo Lula. Primeiramente foi lançado em 2007 o livro *Direito à memória e à verdade*, fruto de onze anos de trabalho da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, integralmente disponível na Internet². A partir de 2008 começaram a ocorrer, por iniciativa da Comissão de Anistia, as Caravanas de Anistia.

Mais recentemente temos a criação do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil – Memórias Reveladas, por meio da Portaria nº 204, de 13 de maio de 2009, a Lei de Acesso à Informação – LAI³ que, entre outras coisas, possibilita o acesso aos documentos, outrora restritos, produzidos pela máquina repressiva do estado. Graças à LAI:

Atualmente, o acesso à informação não poderá ser negado, sob qualquer hipótese, quando esta informação versar sobre violações de direitos humanos praticadas por agente público ou a seu mando. Da mesma forma, deverá ser liberada qualquer documentação cujo acesso seja fundamental para a compreensão de relevantes fatos históricos. (STAMPA, SANTANA e RODRIGUES, 2014, p. 51).

Por fim temos a Comissão Nacional da Verdade - CNV⁴ cujo Relatório Final entregue em 10 de dezembro de 2014 contribui não só para a apuração das graves violações aos direitos humanos, ocorridas entre 1946 e 1988, mas também para a reconstrução da história recente do Brasil e para a consolidação da memória sobre o período. Como diz Bettamio: “na medida em que a CNV vem desvendando inúmeras violações aos direitos humanos perpetradas por aparelhos repressores da ditadura e seus agentes, a história oficial sobre o período vem sendo problematizada” (BETTAMIO, 2014, p. 34).

Para a produção do referido Relatório Final, houve a necessidade de que a CNV utilizasse vasta documentação pública para corroborar e retificar os relatos. Com isso podemos ter noção da importância da documentação de arquivo não só para os trabalhos desenvolvidos na CNV, mas também seu papel primordial no esclarecimento da prática de graves violações aos direitos humanos ocorridas no período ditatorial brasileiro (STAMPA, SANTANA e RODRIGUES, 2014, p. 60).

Nesse sentido as políticas voltadas para a abertura e difusão dos arquivos da repressão ganham destaque principalmente porque, sem as informações contidas nesses documentos, a compreensão do que ocorreu no período de 1964 a 1985, torna-se nebulosa. Importante salientar que a importância desses acervos não se dá apenas para a reconstrução histórica, já que “a adoção de políticas específicas de memória (...) tem por objetivo não somente garantir a compreensão do que ocorreu, mas, também, reforçar o entendimento de que não é possível a um povo (re)conhecer a si próprio sem entender o legado de sua história política e social” (STAMPA, SANTANA e RODRIGUES, 2014, p. 43).

² Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/55814712/livrodireitomemoriaeverdadeid>>. Acesso em: 23 dez. 2015.

³ Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

⁴ Instituída pela Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011.

Embora tardias, se comparadas às medidas adotadas pelos demais países do Cone Sul que enfrentaram regimes ditatoriais, no Brasil a criação do Memórias Reveladas, da LAI e da CNV são fundamentais para a consolidação dos direitos à memória e à verdade no país. Mais especificamente o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil – Memórias Reveladas é uma iniciativa voltada para a difusão de fontes documentais da ditadura militar brasileira. (STAMPA, SANTANA e RODRIGUES, 2014, p. 44, 45).

Ainda com relação à CNV, de acordo com o dispositivo legal que a criou, com o fim de suas atividades, todo o acervo documental que foi acumulado pela comissão deve ser recolhido ao Arquivo Nacional para, posteriormente, integrar o Banco de Dados Memórias Reveladas. Essa documentação foi entregue para a custódia permanente do Arquivo Nacional em 24 de julho de 2015⁵.

Conforme já mencionado, o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil – Memórias Reveladas foi criado por meio da Portaria nº 204, de 13 de maio de 2009 com o objetivo não só de servir como um repositório, onde é possível ter acesso aos documentos produzidos por entidades repressivas, mas também “foi idealizado para promover a articulação de diversas instituições que têm sob sua guarda acervos do período ditatorial” (STAMPA, SANTANA e RODRIGUES, 2014, p. 53).

Essa articulação de diversas instituições dentro de uma mesma rede de cooperação é um grande passo para que se possa vislumbrar a reparação no sentido simbólico de que fala Bettamio (2014). Dadas as suas dimensões continentais, o Brasil possui uma gama de entidades custodiadoras com acervos de diversas naturezas e períodos e é importante salientar que, conforme Silva (2008, apud STAMPA, SANTANA e RODRIGUES, 2014, p. 54), somos os detentores do maior conjunto documental proveniente de entidades repressivas de todo o Cone Sul.

Ainda tomando como base o trabalho dos autores anteriormente citados, o Memórias Reveladas brasileiro se espelhou em parte no Archivo Nacional de la Memoria Argentino. Essa instituição, criada em 2003 pelo governo da Argentina, visa “reunir, em microfilmes e meios digitais, documentos localizados em diversas instituições do país, públicas e privadas, [compreendendo ao todo] cerca de 2.000.000 (dois milhões) de páginas digitalizadas” (STAMPA, SANTANA e RODRIGUES, 2014, p. 55). Já o modelo brasileiro difere principalmente porque:

O Memórias reveladas não tem por objetivo copiar acervos de outras instituições. Em lugar disso, promove a articulação em rede de diversas entidades custodiadoras de acervos do período ditatorial. Essa articulação é feita a partir do Arquivo Nacional, órgão gestor do Memórias Reveladas e atualmente vinculado ao Ministério da Justiça, onde também está abrigada a Comissão de Anistia (STAMPA, SANTANA e RODRIGUES, 2014, p. 55).

Importante salientar que esses autores apontam a assimetria (tanto de profissionais quanto de recursos financeiros) como a grande dificuldade de se manter uma iniciativa como o Memórias Reveladas, conclusão essa endossada também por esta pesquisa, sobretudo depois da aplicação das entrevistas semiestruturadas cujos dados e conclusões serão expostos mais adiante. Essa dificuldade se deve principalmente ao fato de que a rede que integra o Memórias Reveladas é composta de diversas instituições, tanto públicas quanto privadas, algumas delas dotadas de pessoal qualificado e recursos materiais, enquanto outras carecem de infraestrutura mínima para promover a o tratamento e a disponibilização dos seus acervos na rede (STAMPA, SANTANA e RODRIGUES, 2014, p. 56).

⁵ Tal informação está disponível em <<http://www.cnv.gov.br/todos-volume-1/656-documentos-da-cnv-no-arquivo-nacional.html>> e <<http://www.cnv.gov.br/institucional-acesso-informacao/acervo.html>>. Acesso em 28 dez. 2015

Esse fato se reflete diretamente na quantidade de material digitalizado disponível para consulta no Banco de Dados Memórias Reveladas – BDMMR. Conforme o comparativo feito por Stampa, Santana e Rodrigues (2014), até fevereiro de 2014, o BDMMR contava com 30.000 representantes digitais, número considerado baixo se levarmos em consideração que se estima que apenas os acervos das DOPS (que não constituem a única entidade produtora dentro do universo que abrange o Memórias Reveladas) contem aproximadamente 10 mil documentos textuais.

Porém, o Memórias Reveladas não se limita somente à integração em rede de instituições custodadoras de acervos repressivos e identificação e tratamento arquivístico de acervos da ditadura. Promove também eventos técnico-científicos ligados à temática de interesse do Centro e, ainda, a interlocução com o público acadêmico por meio da Comissão de Altos Estudos do Memórias Reveladas (STAMPA, SANTANA e RODRIGUES, 2014, p. 59).

Oliveira (2012) aponta em seu trabalho algumas ações de iniciativa do Memórias Reveladas que foram importantes para a difusão dos acervos da ditadura no Brasil:

Outra importante ação foi a divulgação de peças publicitárias feitas em 2009 para dar conhecimento ao público sobre o projeto, além de intensificar ações para encontrar os corpos de desaparecidos durante o período de repressão. O projeto contou também com ajuda financeira de patrocinadores para realização da digitalização e/ou microfilmagem dos acervos do período da repressão recebidos pelo Arquivo Nacional ou por entidades parceiras. (OLIVEIRA, 2012, p. 12)

Infelizmente, a despeito de ser a primeira iniciativa que visa integrar a União, Estados e DF em uma rede de cooperação, o Memórias Reveladas não possui orçamento próprio. Essa informação pode parecer irrelevante, mas é um ponto crucial se pensarmos na importância desse Centro para a sociedade. Conforme apontam Stampa, Santana e Rodrigues (2014), o fato de o Memórias Reveladas não ser reconhecido como uma ação de Estado e sim de governo faz com que a continuidade de suas atividades no futuro seja incerta, já que a sua existência depende de interesses político-partidários. Nessa mesma linha argumenta Sousa (2003) quando se remete à questão da estabilidade institucional dos órgãos governamentais, que é testada a cada mudança de governo:

O alicerce que sustenta as instituições é muito frágil. Não há uma política que garanta a continuidade dos projetos. A saída de alguns dirigentes ou técnicos é o suficiente para destruir ou paralisar atividades que estavam sendo desenvolvidas com êxito. A estruturação e o planejamento das ações (...) são, muitas vezes, movidos por interesses clientelísticos e casuísticos de grupos ou de pessoas com poder. (SOUSA, 2003, p. 256).

Segundo Oliveira (2012), apesar dos pontos positivos do Projeto Memórias Reveladas ainda há muito a ser feito. A autora assinala que “alguns historiadores apontam certo desagrado com o projeto, segundo eles, devido à forma burocrática com que ele é estabelecido no Arquivo Nacional e nos Arquivos Estaduais” e ainda que “alguns pesquisadores caracterizam o projeto como ‘burocrático’ e demorado” (OLIVEIRA, 2012, p. 7, 12). Cabe também reforçar que o historiador “[Carlos] Fico alega que o Brasil tem uma quantidade enorme de documentos referentes ao período da ditadura, no Arquivo Nacional, porém, lembra que ainda faltam documentos relativos ao que ele chama de ‘informações sensíveis’ sobre os desaparecidos políticos” (OLIVEIRA, 2012, p. 8).

Para Oliveira (2012) “apesar das dificuldades e das críticas justas, o projeto ‘Memórias Reveladas’ já é uma referência no que diz respeito à difusão e ao acesso de arquivos da Ditadura Militar no Brasil” (OLIVEIRA, 2012, p. 18).

2. A INTEGRAÇÃO DOS ACERVOS DOPS NO BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS

O Banco de Dados Memórias Reveladas - BDMM⁶ é fruto da integração de várias entidades custodiadoras que são as responsáveis por inserir os dados no sistema. Cada instituição recebe um código e indicam técnicos que serão responsáveis pela supervisão e pela inclusão de dados no banco. Ou seja, ao contrário do que acreditávamos, a princípio, não é o Arquivo Nacional que alimenta o BDMM, mas sim cada entidade custodiadora que detém o acervo DOPS.

Com a finalidade orientar as entidades custodiadoras foi instituída no Arquivo Nacional a Equipe de Normalização do Banco de Dados que, quando acionada, auxilia e monitora a atividade das instituições custodiadoras no que tange à utilização e inserção de dados.

Já a atualização dos dados do sistema também depende de cada entidade custodiadora. A atualização no nível do Memórias Reveladas depende de fatos novos, como uma nova instituição que passa a integrar o BDMM ou o recolhimento de novo acervo. A equipe do Memórias Reveladas ainda realiza ações com a finalidade de estimular a pesquisa e a localização de novos acervos.

Quanto ao controle de vocabulário no âmbito do BDMM, notamos durante a nossa pesquisa, que o BDMM apresenta as siglas DOPS e DEOPS e descreve as atividades dos dois órgãos da mesma forma, ou seja, como tendo funções/atividades semelhantes. Tanto é assim que o tratamento desses acervos foi objeto do projeto PRONAC 07-6040, de 2007. Porém percebemos que a base de dados não cruza referências e isso poderia dificultar a nossa pesquisa.

A título de exemplo: se pesquisarmos no BDMM como instituição o Arquivo Público de Alagoas e o termo de pesquisa 'DOPS' ou 'Delegacia de Ordem Política e Social', em qualquer nível de descrição, o sistema recupera os dados do acervo objeto de nossa pesquisa. Porém o mesmo não ocorre se for utilizado 'DEOPS' ou 'Departamento de Ordem Política e Social'. Sabemos que em cada Estado tal órgão possuía uma nomenclatura, mas o fato de não existir o cruzamento desses dados dificulta o trabalho do pesquisador, que vai ter que saber o termo exato de pesquisa ou testar alguns dos termos possíveis.

Conforme os esclarecimentos do Arquivo Nacional, existia um módulo destinado ao controle de vocabulário no BDMM, mas, no momento da inauguração do sistema, tal módulo apresentou alguns problemas que inviabilizaram sua instalação.

Fomos informadas, no entanto, que existem estudos e trabalhos com vistas a aperfeiçoar e modernizar esse e outros sistemas sediados no Arquivo Nacional.

Sobre o BDMM salientamos que foi muito importante obter essas informações para a elaboração do guia para a realização das entrevistas. Através dessas informações adequamos as questões que propusemos à realidade do Memórias Reveladas.

⁶ Após a realização da coleta de dados tendo por base as descrições dos 14 acervos DOPS disponíveis no BDMM, surgiram algumas questões cujas respostas não conseguimos localizar dentro do site do Memórias Reveladas. Para tanto contamos com a ajuda da Sra. Sílvia de Moura, servidora do Arquivo Nacional, que diligentemente respondeu nossas perguntas por *e-mail*, sobre os dados técnicos sobre alimentação e gerenciamento do BDMM.

3. O ACESSO AOS ACERVOS DAS DOPS POR MEIO DO BANCO DE DADOS MEMÓRIAS REVELADAS

De acordo com nossa pesquisa, realizada em 2015, identificamos 14 acervos das DOPS preservados em 14 estados brasileiros e disponíveis para consulta em 14 instituições. Destas instituições 12 são Arquivos Públicos Estaduais (nos estados de Alagoas, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe) e 02 são Universidades Federais (nos estados de Goiás e Paraíba).

Os acervos das 14 instituições mencionadas já foram inseridas no Banco de Dados Memórias Reveladas, que conta com um universo de quarenta e quatro⁷ entidades custodiadoras de acervos arquivísticos sobre a repressão espalhadas pelo país. E por meio dessa base de dados, essas instituições compartilham as descrições de seus acervos, instrumentos de pesquisa e alguns itens documentais digitalizados, conforme exposto na tabela abaixo:

ESTADO	ENTIDADE CUSTODIADORA
ALAGOAS	Arquivo Público de Alagoas
CEARÁ	Arquivo Público do Estado do Ceará
ESPÍRITO SANTO	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
GOIÁS	Universidade Federal de Goiás (Centro de Informação, Documentação e Arquivo – CIDARQ)
MARANHÃO	Arquivo Público do Estado do Maranhão
MINAS GERAIS	Arquivo Público Mineiro
PARAÍBA	Universidade Federal da Paraíba (Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos)
PARANÁ	Departamento Estadual de Arquivo Público
PERNAMBUCO	Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
RIO DE JANEIRO	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
RIO GRANDE DO NORTE	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte
RIO GRANDE DO SUL	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
SÃO PAULO	Arquivo Público do Estado de São Paulo
SERGIPE	Arquivo Público Estadual de Sergipe

QUADRO 1 - ENTIDADES CUSTODIADORAS DE ACERVOS DOPS POR ESTADO.

FONTE: ELABORADO PELAS AUTORAS.

O método escolhido para estudar o BDMR foi o da pesquisa documental (por meio das descrições dos acervos contidas no BDMR). Para tanto, a amostra foi das 14 (quatorze) instituições acima mencionadas. Todas fazem parte do Projeto Memórias Reveladas e possuem descrições de seus acervos DOPS disponíveis no Banco de Dados Memórias Reveladas.

⁷ Informação obtida no Banco de Dados Memórias Reveladas no campo 'instituições participantes'. Disponível em: <<http://www.an.gov.br/mr/Seguranca/Principal.asp>>. Acesso em 09 dez. 2015.

Utilizando as informações presentes no Banco e acessíveis pela rede mundial de computadores, objetivamos obter dados sobre a história administrativa, arquivística, instrumentos legais e acesso ao acervo de cada estado por meio de seus instrumentos de pesquisa.

Para realizar este estudo, analisamos como documentos as 14 descrições dos acervos DOPS que estão no BDMR. Segundo Flick (2009), os documentos podem estar em um arquivo eletrônico (na forma de um banco de dados) e a análise dos documentos pode ser “uma estratégia complementar para outros métodos como a entrevista” (FLICK, 2009, p. 231).

Outra questão que Flick (2009) aborda em seu estudo, referente à metodologia, é que os documentos devem ser vistos como representantes de uma realidade específica e são produzidos para atender a uma determinada realidade. E ainda “devem ser vistos e analisados como dispositivos comunicativos metodologicamente desenvolvidos” (FLICK, 2009, p. 234). As descrições foram produzidas pelos custodiadores para representar a informação dos acervos das DOPS e também foram metodologicamente produzidas, seguindo as diretrizes da Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE.

Com relação à utilização do BDMR, que é uma ferramenta disponível por meio da Internet, para estudar as descrições dos acervos DOPS, Flick (2009) cita em seu trabalho a análise documental por meio da Internet. Segundo o autor, “a análise de documentos da internet é um modo de transferir a análise de documentos para o âmbito virtual” (FLICK, 2009, p. 250).

No tocante ao recorte da pesquisa retratado neste artigo, buscamos realizar uma análise comparativa entre as descrições dos 14 acervos das DOPS presentes no BDMR. Posteriormente promovemos uma análise comparativa das diferenças e semelhanças entre o recolhimento e o acesso a esses 14 acervos. Isso tudo tendo em vista as particularidades de cada conjunto documental e das estruturas político-administrativas de cada estado brasileiro.

Através da coleta de dados, realizada com base na bibliografia e descrições no BDMR, foi possível verificar como era dado o acesso intelectual aos acervos DOPS nos idos dos anos 1990 e, mais recentemente, à época que os dados foram inseridos na BDMR, em 2009. Analisamos as particularidades de cada Estado e observamos se foram ou não realizadas melhorias (quantitativas e/ou qualitativas) na descrição e acesso.

3.1 sobre o recolhimento dos acervos das DOPS

As DOPS (nos 14 estados que constituem o universo dessa pesquisa) foram criadas, em sua maioria, nas décadas de 1920 e 1930 e são esquematicamente apresentadas a seguir (quadro 2):

As informações que serviram de base para a criação da linha do tempo foram retiradas das descrições dos acervos DOPS disponíveis no BDMR. Dos três estados não contemplados no quadro, dois deles (Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul) não apresentam a data de criação nem o instrumento normativo que instituiu as DOPS nesses estados.

Com relação à DOPS-GO não há especificação da data de sua criação. Campos (1998) afirma que os primeiros registros encontrados, dos chamados “arquivos DOPS/GO”, remontam à década de 1950 e que provavelmente a organização de tal departamento tenha sido “produto da modernização administrativa que o Governo Mauro Borges promoveu em Goiás a partir de 1961” (CAMPOS, 1998, p. 85-86).

São Paulo Lei nº 2.034, de 30.12.1924
Minas Gerais Ano de 1927
Espírito Santo Decreto Estadual nº 129, de 27.11.1930 (criou o cargo de Delegado de Ordem Social)
Rio de Janeiro Decreto nº 3.137, de 21.09.1934
Paraíba Ano de 1935
Pernambuco Lei nº 71, de 23.12.1935
Ceará Lei nº 130, de 30.07.1936
Sergipe Lei nº 61, de 16.12.1936
Paraná Lei nº 177, de 15.03.1937
Alagoas Decreto nº 2.287, de 18.10.1937
Maranhão Lei Delegada nº 23, de 10.06.1969 (antes da DOPS existia uma Divisão de Ordem Política e Social)

QUADRO 2 - CRIAÇÃO DAS DOPS NOS ESTADOS. FONTE: ELABORADA PELAS AUTORAS.

Já no que tange ao encerramento das atividades das DOPS, a polícia política foi extinta primeiramente no estado de Minas Gerais, durante a década de 1970, e a última foi extinta no estado do Maranhão, em 30 de outubro de 1991, conforme ilustrado pela figura abaixo:

Minas Gerais Década de 1970
Rio de Janeiro 1975
São Paulo Decreto nº 20.728, de 04.03.1983
Paraíba 1987
Espírito Santo 1990
Pernambuco Decreto nº 14.276, de 22.03.1990
Paraná Decreto nº 577, de 11.07.1991
Maranhão Lei nº 5.332, de 30.10.1991

QUADRO 3 - ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES DAS DOPS NOS ESTADOS. FONTE: ELABORADO PELAS AUTORAS.

No tocante à extinção da DOPS-GO, conforme já mencionado no campo destinado ao estado de Goiás, não foi possível determinar a data da extinção dessa delegacia no estado e, por isso, eles atribuíram o ano de 1987 como o da extinção da DOPS/GO. Já as descrições dos acervos DOPS nos estados de Alagoas, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Sergipe e Ceará não informam qual a data da extinção desses órgãos repressivos no âmbito desses estados.

Quanto às datas-limite de cada um dos 14 acervos das DOPS elas diferem muito em relação às datas de criação e extinção dessas delegacias em cada estado e, em muitos desses acervos, a documentação não contempla todo o período em que o órgão funcionou. Isso pode ser explicado por alguns fatores, dentre

eles a incompletude do acervo que está disponível para a consulta pública nessas instituições custodiadoras.

Quanto aos suportes documentais que constituem os documentos das DOPS, realocamos no quadro a seguir quais gêneros documentais estão presentes no acervo de cada estado:

ESTADO	GÊNEROS DOCUMENTAIS				
	Textual	Iconográfico	Bibliográfico	Tridimensional	Micrográfico
ALAGOAS	X	X			
CEARÁ	X		X		
ESPÍRITO SANTO	X	X	X	X	
GOIÁS	X	X			
MARANHÃO	X				
MINAS GERAIS		X			X
PARAÍBA	X				
PARANÁ	X	X			X
PERNAMBUCO	X				
RIO DE JANEIRO	X	X	X	X	
RIO GRANDE DO SUL	X				
SÃO PAULO	X				
SERGIPE	X				

QUADRO 4 - GÊNEROS DOCUMENTAIS DOS ACERVOS DOPS. FONTE: ELABORADO PELA AUTORA.

O estado do Rio Grande do Norte não aparece na tabela devido ao fato de, na descrição, não existir menção alguma aos gêneros documentais do acervo DOPS-RN. Segundo a NOBRADE, gênero documental é:

A reunião de espécies documentais que se assemelham por suas características essenciais, particularmente o suporte e o formato, e que exigem processamento técnico específico e, por vezes, mediação técnica para acesso, como documento audiovisual, documento bibliográfico, documento cartográfico, documento cinematográfico, documento iconográfico, documento eletrônico, documento micrográfico, documento textual.

Ainda segundo a Norma:

À exceção dos documentos textuais, todos os demais gêneros devem ser, preferencialmente, quantificados por espécie ou tipo, conforme a classificação a seguir, que, em alguns casos, não é exaustiva e pode ser atualizada:

Gênero bibliográfico: folheto(s), livro(s), monografia(s), obra(s) rara(s), periódico(s), periódico(s) raro(s) e tese(s);

Gênero cartográfico: atlas, carta(s) aeronáutica(s), cartograma(s), desenho(s) técnico(s), diagrama(s), fotografia(s) aérea(s), fotoíndice(s), mapa(s), mosaico(s) aéreo(s), perfil(is) e planta(s);

Gênero eletrônico; [não consta exemplos]

Gênero filmográfico: filme(s) cinematográfico(s), fita(s) videomagnética(s), filme(s) cinematográfico(s) negativo(s);

Gênero iconográfico: caricatura(s), cartaz(es), cartão(ões)-postal(is), charge(s), cópia(s) por contato, desenho(s), diapositivo(s), fotografia(s), gravura(s), ilustração(ões), negativo(s) fotográfico(s) e pintura(s);

Gênero micrográfico: cartão(ões)-janela, cartucho(s), jaqueta(s), microficha(s),

rolo(s) 16mm e rolo(s) 35mm; 1.5.5.7

Gênero sonoro: disco(s) e fita(s) audiomagnética(s);

Gênero tridimensional: descrição livre, podendo-se recorrer a tesouros especializados. (NOBRADE, 2006, p. 27-28).

Como exceção aos outros estados, os documentos que constituem o acervo da DOPS no estado do Ceará foram doados anonimamente ao jornal Diário do Nordeste no ano de 2005 e este os repassou ao governo do estado. Segundo a descrição do BDMR, até o momento, é esse o único conjunto documental proveniente da DOPS-CE preservado no estado.

Considerando que a NOBRADE é a referência de descrição adotada pelo BDMR, observa-se que as descrições dos 14 acervos das DOPS não possuem a área 8: “área de pontos de acesso e descrição de assuntos - onde se registra os termos selecionados para localização e recuperação da unidade de descrição” (NOBRADE, 2006, p. 18). De acordo com essa norma tal elemento descritivo não existe na ISAD (G). Ele deve contemplar:

Nome de entidades, eventos, áreas geográficas, períodos e assuntos tópicos. Os assuntos tópicos devem ser indexados de acordo com as necessidades, possibilidades e objetivos da entidade custodiadora, levando-se em consideração a metodologia e os resultados distintos obtidos pela indexação pré-coordenada. (NOBRADE, 2006, p. 59).

A ausência da descrição de pontos de acesso e descrição de assuntos pode ser derivada da dificuldade de inserir dados na Área 8 da NOBRADE, já que ela demanda que se registrem “os procedimentos para recuperação do conteúdo de determinado elemento de descrição, por meio da geração e elaboração de índices baseados em entradas autorizadas e no controle do vocabulário adotado” (NOBRADE, 2006, p. 29). Ou seja, é necessária, além da observância a todos os elementos de descrição anteriores, a elaboração de índices e uso de vocabulário controlado. Raríssimas são as instituições arquivísticas que possuem controle de vocabulário e, conforme esclarecimentos obtidos no Arquivo Nacional sobre o BDMR, tal base de dados também não possui vocabulário controlado.

Observa-se ademais a dificuldade de se localizar os dispositivos legais que criaram, modificaram e extinguíram as DOPS em alguns estados, o que impede que seja feita uma melhor reconstituição da história administrativa de algumas dessas delegacias. A própria entidade que custodia o acervo da DOPS-GO (Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás) aponta esse problema na descrição do fundo:

Considerando que até a presente descrição não foram encontrados documentos dispositivos, como leis ou decretos, que tratem da estrutura e funcionamento da Secretaria de Segurança Pública e/ou do Departamento de Ordem Política e Social que disponham sobre extinção deste Departamento e suas Divisões, definimos como marco de suas extinções e conseqüentemente da Divisão Central de Informações, a Lei nº 10.160 de 09 de abril de 1987, uma vez que nela o DOPS já não consta na estrutura da Secretaria de Segurança Pública. Sendo assim, até maiores informações, fica definido para presente descrição que a extinção do órgão produtor deste fundo é o ano de 1987. (Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás, 2010)⁸.

⁸ Disponível em: < http://www.an.gov.br/mr/Multinivel/Exibe_Pesquisa.asp?v_CodReferencia_ID=228>. Acesso em 20 out. 2015.

Apontamos, ainda, que existia uma intencionalidade, devido ao caráter ditatorial do regime, de não publicar os dispositivos legais dos órgãos de repressão nos diários oficiais. Tal pode ser sido o motivo da dificuldade de se identificar, durante a nossa pesquisa, os dispositivos legais que criaram, modificaram e extinguiram as DOPS nos estados brasileiros.

4. CONCLUSÕES

Tendo em vista o marco inicial da nossa análise comparativa, que foi a publicação da Revista Quadrilátero em 1998, acreditamos que o ponto culminante para a melhoria do acesso intelectual aos acervos das DOPS não tenha sido a Lei de Acesso à Informação, mas sim o Projeto Memórias Reveladas. Por meio deste, muitas instituições custodiadoras de acervos reviram os seus sistemas de classificação e promoveram a elaboração de instrumentos de pesquisa (no caso daquelas que não os possuíam).

O Memórias Reveladas também foi um dos responsáveis pelo recolhimento ao Arquivo Público de Alagoas- APA, dos documentos da DOPS-AL. O projeto ainda promove ações que incentivam a melhoria contínua das atividades dentro dos arquivos (por meio de capacitações e pelo auxílio da Equipe de Normalização), incentivo à pesquisa utilizando os acervos da repressão (por meio de premiações) e também a localização de acervos provenientes da máquina repressiva que ainda não tenham sido identificados e não possuam acesso público.

A integração em rede dos acervos repressivos por meio do BDMR foi (e é) de grande importância para o acesso intelectual, já que fez com que muitas instituições revissem suas práticas. Também foi por meio do Projeto Memórias Reveladas que instituições custodiadoras receberam recursos que possibilitaram o tratamento de alguns acervos que compõem a rede.

Do ponto de vista do usuário, o BDMR facilitou o acesso aos acervos DOPS e às instituições custodiadoras. Em um só site é possível que sejam identificados muitos documentos de interesse para o consulente, isso quando a entidade custodiadora não disponibiliza a visualização dos itens documentais no próprio BDMR.

O Projeto Memórias Reveladas foi pioneiro e devemos a ele grandes mudanças positivas, tanto no tocante ao acesso intelectual quanto ao acesso físico. Porém, existem ainda grandes dificuldades para a utilização do sistema que dificultam a busca do usuário (e em alguns casos até das entidades custodiadoras). Dentre eles podemos citar a usabilidade do site, que não é intuitiva e deixa a desejar em termos de clareza, na medida em que algumas instituições custodiadoras inserem no sistema descrições confusas e ambíguas. Os dados das próprias instituições custodiadoras nem sempre estão atualizados, dentre outras dificuldades que enfrentamos durante a consecução da presente pesquisa.

Assim, ainda que o Projeto Memórias Revelada seja pioneiro no contexto brasileiro e tenha trazido melhorias para a integração em rede das entidades custodiadoras de acervos da ditadura, apresenta ainda vários problemas relativos à usabilidade, tanto para o usuário quanto para as próprias entidades custodiadoras. Também existe o problema da falta de garantias de que esse Banco continuará a ser desenvolvido com o fim do atual governo do Brasil, tendo em vista ser o Projeto Memórias Reveladas uma iniciativa de governo e não de Estado.

Outra questão delicada, que não abrange somente o BDMR, é a falta de informações básicas com relação às instituições custodiadoras. A pesquisa foi dificultada porque nem sempre conseguimos o telefone, endereços físicos e de e-mail das instituições. Boa parte delas não possui site institucional (o que é compreensível levando em consideração o baixo orçamento das instituições e o descaso com a questão dos arquivos em nosso país). Porém nem o BDMR, nem o Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras – CODEARQ possuem dados atualizados das instituições custodiadoras, isso quando as informações também se apresentam contraditórias. Desse modo, apesar da grande importância de iniciativas como o

BDMR, ainda identificamos um abismo entre a teoria e a prática no que tange ao acesso (tanto intelectual quanto físico) aos acervos das DOPS.

5. BIBLIOGRAFIA

BETTAMIO, Rafaella. A Justiça de transição no Brasil e o papel da Comissão Nacional da Verdade. In: THIESEN, I. (Org.) Documentos sensíveis: informação, arquivo e verdade na Ditadura de 1964. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

CAMPOS, Francisco Itami. Os arquivos DOPS de Goiás: a documentação sonogada. In: ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. Quadrilátero: Revista do Arquivo Público do Distrito Federal, v.1, n. 1. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1998.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ. NOBRADE: Norma Brasileira de descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/nobrade.pdf>> Acesso em: 18 set. 2014.

FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

OLIVEIRA, Maiara Portela. O projeto “Memórias Reveladas” e sua repercussão na difusão e acessos aos arquivos da Ditadura Militar. In: Relatório Final do Programa de Iniciação Científica da UnB. Brasília: Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, 2012.

SOUSA, R. T. B. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. (Org.). Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação. Brasília: Thesaurus, 2003, v. 2, p. 240-269. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1439/1/CAPITULO_PrincipiosArquivisticosConceitoClassifica%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2015.

STAMPA, I; SANTANA, M. A.; RODRIGUES, V. Direito à memória e arquivos da ditadura: a experiência do Centro de Referência Memórias Reveladas. In: THIESEN, I. (Org.). Documentos Sensíveis: Informação, arquivo e verdade na Ditadura de 64. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

AUDITORIA ARQUIVÍSTICA: UMA ANÁLISE DE REQUISITOS NO CONTEXTO DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Danielle Alves Batista, Eliane Braga Oliveira

Universidade de Brasília

Resumo

Estudo sobre auditoria arquivística que analisa o caso do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Discute-se os conceitos de auditoria, controle externo e interno, fiscalização, arquivística e gestão de documentos. As técnicas para coleta de dados são a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e entrevista semiestruturada. Realiza uma análise comparativa dos requisitos identificados na literatura de auditoria e a proposta implementada pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo. Os resultados são a proposta de requisitos básicos da auditoria arquivística e a identificação das contribuições da auditoria às funções arquivísticas

Palavra-chave: Auditoria, Auditoria Arquivística, Auditoria de Gestão de Documentos.

Abstract

Study on archival audit that analyzes the case of the Public Archives of São Paulo. State. Discuss the concepts of audit, external and internal control, investigation, archival and document management. Data collection techniques are the bibliographical research, documental research and semi -structured interview. Makes a comparative analysis of the requirements identified in the audit literature and the proposal implemented by the Public Archives of São Paulo State. The results are the basic requirements of archival audit proposal and identifying the contributions of the audit to archival functions.

Keywords: Audit; Archival audit; Records management audit

1. INTRODUÇÃO

A gestão de documentos é uma atividade administrativa, de caráter estratégico, tendo em vista a sua potencial contribuição para a tomada de decisão. Além disso, um dos produtos da gestão documental é a constituição dos arquivos permanentes que, no caso dos documentos públicos no Brasil, são considerados patrimônio cultural brasileiro.

O processo de auditoria constitui-se em uma atividade de controle fundamental para os procedimentos de qualquer tipo de gestão e proporciona transparência e confiabilidade às instituições que a utilizam. É um procedimento que estimula a conformidade regulamentar.

O Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (SAESP) iniciou um modelo do que chamou de auditoria arquivística em 2010, com o intuito de disseminar as boas práticas arquivísticas nas unidades de protocolo e arquivo das instituições que compõem o sistema.

Este trabalho analisa a atividade de auditoria arquivística desenvolvida pelo Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (SAESP), em paralelo com os conceitos de auditoria, auditoria de gestão de documentos, auditoria arquivística e as abordagens metodológicas propostas para auditoria operacional pelo TCU, e auditoria arquivística pelo México.

Discutem-se os conceitos de auditoria, controle interno, controle externo, gestão de documentos e arquivística; apontam-se as principais características dos modelos de auditoria operacional do TCU e de auditoria arquivística do México; e compara-se o modelo adotado pelo SAESP com os modelos tomados como referência para este trabalho.

A abordagem metodológica deste estudo é qualitativa, pois sua ênfase está em compreender a auditoria arquivística praticada pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo e apontar formas mais eficientes de execução, por meio de estudo de caso.

As técnicas usadas para coleta de dados foram a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a entrevista.

Os dados foram analisados por meio da comparação entre os requisitos de auditoria levantados na literatura e aqueles aplicados pelo Núcleo de Monitoria e Fiscalização (NMF) e o Centro de Atendimento os Municípios (CAM) do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

2. AUDITORIA, CONTROLES INTERNO E EXTERNO

A finalidade primordial das primeiras auditorias era “detectar desfalques e verificar se os indivíduos que ocupavam cargos de confiança agiam e honestamente, prestavam contas de seus atos” (COOK e WINKLE, 1929).

A auditoria e a fiscalização são formas de controle. Para Ferreira auditoria “pode significar verificação administrativa, fiscalização financeira, ou ainda o poder de ter sob seu domínio o comando e a fiscalização” (FERREIRA, 1982).

O conceito de auditoria não é unânime, tendo em vista sua modificação através do tempo e do espaço. Seu desenvolvimento acontece considerando as modificações e evoluções nos contextos organizacionais e a amplitude cada vez maior dos trabalhos de auditoria. Inicialmente seu foco era exercido sobre falhas e erros e atinha-se às ações passadas. Atualmente, seu escopo é voltado para a análise de ações do passado e presente vislumbrando melhorias para o futuro.

A norma ISO nº 19.011/2012 define auditoria como o “processo sistemático, documentado e independente para obter evidências de auditoria e avaliá-las objetivamente para determinar a extensão na qual os critérios da auditoria são atendidos” (ISO 19.011/2012).

Castro defende que “a auditoria é utilizada para validação das informações, verificação da obediência às normas e recomendações e avaliações dos controles em busca dos resultados de gestão” (CASTRO, 2013).

O conceito estabelecido pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai)¹ é “o exame das operações, atividades e sistemas de determinada entidade, com vista a verificar se são executadas ou funcionam em conformidade com determinados objetivos, orçamentos, regras e normas”.

O Tribunal de Contas da União (TCU) sintetizou vários desses conceitos chegando ao que denominou “conceito geral de auditoria”, onde afirma que “auditoria é o processo sistemático, documentado e independente de se avaliar objetivamente uma situação ou condição para determinar a extensão na qual critérios são atendidos, obter evidências quanto a esse atendimento e relatar os resultados dessa avaliação a um destinatário predeterminado” (TCU, 2011). Conforme o Tribunal de Contas (2011), as auditorias classificam-se, quanto à natureza, em auditorias de regularidade e operacionais. A classificação das auditorias depende do objetivo principal de cada trabalho, tendo em vista serem componentes de todo da auditoria governamental.

A auditoria de regularidade consiste em “examinar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão dos responsáveis sujeitos à jurisdição do Tribunal, quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial”. É composta pelas auditorias de conformidade e as contábeis.

A auditoria operacional objetiva “examinar a economicidade, eficiência, eficácia e efetividade de organizações, programas e atividades governamentais, com a finalidade de avaliar seu desempenho e de promover o aperfeiçoamento da gestão pública”

As finalidades principais de todos esses processos de controle podem resumir-se em duas: combater o abuso de poder e transmitir à sociedade segurança e confiança nas ações do Estado, garantindo transparência e participação popular na gestão pública.

Conforme os objetivos estabelecidos neste trabalho, é possível afirmar que, apesar das grandes discussões acerca da definição de auditoria, esta prática mantém relação com qualquer atividade administrativa que envolva processos de trabalho, como é o caso tanto da gestão de documentos quanto da arquivística.

Existe uma estreita relação entre a definição e as práticas relacionadas à auditoria e às funções de controle do Estado, daí a importância de discutir as definições de controle, bem como diferenciar o controle interno do controle externo.

Castro afirma, ainda, que a palavra controle sempre esteve associada às finanças:

Em francês, *contrôle* significa registrar, inspecionar, examinar. A palavra é originária de *contre-rôle*, registro efetuado em confronto com o documento original, com a finalidade da verificação da fidedignidade dos dados. Para o direito inglês significa *vigilância*. No italiano, *controllo* é o mesmo que registro ou exame. Consagrou-se o

¹ Trata-se da organização central para o controle externo público. “Há mais de 50 anos (...) tem proporcionado um marco institucional para a transferência e o aumento de conhecimento para melhorar a nível mundial o controle externo público e fortalecer a posição, a competência e o prestígio das diferentes Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS) de seus respectivos países” (Disponível em: <http://www.intosai.org/es/acerca-de-nosotros.html>)

vocábulo, na técnica comercial, para indicar inspeção ou exame que se processa nos papéis ou nas operações registradas nos estabelecimentos comerciais (CASTRO, 2013, p. 323).

Castro apresenta uma divisão do controle em dois blocos: controles externos ou controles horizontais e controles internos ou controles verticais. Os primeiros consistem nos controles exercidos entre os poderes constituídos: controle social e controle de contas. Os controles internos são os hierárquicos ou administrativos (CASTRO, 2013).

Para Medauar (2012) “o controle interno da Administração Pública é a fiscalização que a mesma exerce sobre os atos e atividades de seus órgãos e das entidades descentralizadas que lhe são vinculadas”.

O controle externo é uma atividade que, no Brasil, realiza-se predominantemente por meio de “auditorias e inspeções de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial”, seguindo normas técnicas e diretrizes de padrão internacional (TCU, 2011, p. 23).

3. GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVÍSTICA

É fundamental identificar diferenças conceituais entre auditoria de gestão de documentos e auditoria arquivística. Para o alcance deste objetivo, é necessário discutir as definições de gestão de documentos e da arquivística, como forma de apontar suas especificidades.

Para Heredia Herrera, além da definição mais simples como “gestão aplicada aos documentos”, gestão documental também é:

Uma expressão que aceitamos e incorporamos ao nosso vocabulário (...) a partir da tradução francesa do records management anglo-saxão que é relacionado à teoria das três idades. Expressão e conceito que (...) não correspondia com nossa realidade arquivística, tanto quanto o records management supunha uma atenção só aos documentos administrativos pelos gestores documentais sem contar com a existência dos Arquivos e à margem dos arquivistas (HEREDIA HERRERA, 2013).

Conforme a Lei nº 8.159, de 08/01/1991, gestão de documentos é “o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente”. Trata-se da mesma definição utilizada pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), que a equipara ao termo “administração de documentos”.

A norma ISO 30300/2011 define gestão de documentos como “área de gestão responsável por um controle eficaz e sistemático da criação, recepção, manutenção, uso e ordenação dos documentos, incluindo os processos para incorporar e manter, em forma de documentos, a informação e provadas atividades e operações da organização”.

O Guía para la auditoría archivística, do Archivo General de La Nación, do México (2015), define administração de documentos como “metodologia destinada a planejar, dirigir e controlar a produção, circulação, conservação, uso, seleção e disposição final dos documentos de arquivo, com o propósito de alcançar eficiência no manejo dos mesmos ao longo de seu ciclo vital. Possibilita o tratamento dos fundos desde sua criação até seu depósito definitivo no arquivo histórico ou sua eliminação”

A arquivística é algo muito maior, mais abrangente que a gestão de documentos, daí a relevância deste levantamento teórico para a diferenciação das duas auditorias.

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística considera que os conceitos de arquivística e arquivologia são os mesmos, definindo-a como “disciplina que estuda as funções do arquivo e os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos. Também chamada arquivística” (CONARQ, 2005).

Heredia Herrera afirma que o contexto da arquivística ultrapassa as fronteiras da gestão de documentos “onde o conceito de gestão (rentabilidade, economia, eficácia) que vai mais além do tratamento arquivístico, abarcará os documentos e sua custódia” (HEREDIA HERRERA, 2013).

Rousseau e Couture definem arquivística como a “disciplina que rege a gestão da informação orgânica (arquivos)”, podendo assumir “uma forma nova, integrada e englobante, que tem como objectivo ocupar-se simultaneamente do valor primário e do valor secundário do documento (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 284).

Schellenberg (1958, apud HEREDIA HERRERA, 2013) referia-se à Arquivística: como “ciência que trata dos arquivos, de sua conservação, administração, classificação, ordenação, interpretação etc.”

Heredia Herrera aponta a definição proposta de Conselho Internacional de Arquivos (CIA) como o “estudo teórico e prático dos princípios, procedimentos e problemas concernentes às funções dos arquivos”, ressaltando que a definição se refere aos arquivos não só como estrutura administrativa, mas como instituição arquivística (Arquivos). (HEREDIA HERRERA, 2013).

A autora destaca que esta definição proposta pelo Conselho reconhece à arquivística sua condição de teoria e prática, enfatizando sua referência aos Arquivos como instituição, tendo em vista que os arquivos no sentido de conteúdo documental não exercem funções, apesar de serem afetados por elas (HEREDIA HERRERA, 2013).

Observa-se que a gestão ou administração de documentos volta-se para o documento enquanto produto da atividade administrativa. Sua ênfase está no valor primário do documento de arquivo e a relação de seu tratamento com as noções administrativas de eficiência, eficácia, efetividade e economicidade.

Por outro lado, a arquivística preocupa-se, além do valor primário documental, com os arquivos enquanto instituições e com outros valores dissociados das veias administrativas, como o social e o cultural.

A relação das práticas de auditoria e controle com a gestão documental e a arquivística são evidentes. A atividade de auditar surgiu da busca de conformidade entre registros, sua relação com a contabilidade e com a administração se dá desde os seus primórdios. A gestão documental é um macro processo integrante do rol das atividades administrativas, portanto pode perfeitamente ser controlada por meio de auditoria e fiscalização. A arquivística extrapola as fronteiras da gestão documental. Trata também de diretrizes teóricas para realização das atividades de arquivo, tanto dentro das organizações administrativas, quanto dentro das instituições arquivísticas. O grau de observância dessas diretrizes pode ser entendido como objeto de uma auditoria arquivística.

Para efeitos deste trabalho consideramos auditoria conforme o conceito formulado pelo TCU “o processo sistemático, documentado e independente de se avaliar objetivamente uma situação ou condição para determinar a extensão na qual critérios são atendidos, obter evidências quanto a esse atendimento e relatar os resultados dessa avaliação a um destinatário predeterminado” (TCU, 2011).

Quanto à classificação das auditorias, utiliza-se neste trabalho a proposta pelo TCU, por ser uma proposta voltada para a realidade da gestão pública brasileira.

A definição de arquivística que respalda este artigo é a de Heredia Herrera (2013), por apoiar-se no conceito canadense de abranger a gestão de documentos como parte da arquivística e também pela

relevância de sua visão de que “o objeto da arquivística segue sendo duplo: os documentos de arquivo, em papel e eletrônico, e todos os Arquivos como instituições, sempre que sejam tais (...)”.

Considerando esse esquema de classificação, conclui-se que a auditoria arquivística estudada nesta pesquisa contextualiza-se dentre as auditorias operacionais, por serem estas mais voltadas para análise, tanto na questão da conformidade (com leis, decretos, regulamentos) quanto na questão da melhoria dos processos de trabalho.

4. AS FUNÇÕES DE CONTROLE NO ESTADO BRASILEIRO

A auditoria, conforme demonstrado anteriormente, é uma atividade de controle. Tendo em vista este projeto tratar de uma atividade de controle de estado, é importante destacar as funções de controle estatal no Brasil. Neste capítulo, utilizou-se como referência o autor Domingos Poubel de Castro, um dos principais responsáveis pela estruturação do controle interno no Poder Executivo Federal, em vigor desde 2001.

No Brasil, o cerne do controle interno sempre esteve relacionado à imagem negativa do termo, apontado para a correção bem mais do que em busca dos objetivos.

Além disso, com o tempo as organizações tendem a afastar-se de sua missão. No caso do Estado, essa tendência é ainda maior, por ser uma organização grande e complexa, com características específicas, que aumentam a demanda pelo controle interno. Estas características, segundo Castro (2013), são a participação cidadã, pelo seu poder de compulsão, a ausência de mecanismos naturais de correção e o direito de propriedade difuso.

Mas quem controla quem e o que no estado brasileiro? As formas de controle externo sobre a administração apresentados por Medauar (2012) são: controle parlamentar; controle do Tribunal de Contas, controle pelo Ministério Público e os chamados novos controles, sendo o controle social e controle das políticas públicas.

O controle do Tribunal de Contas no Brasil é realizado como auxílio técnico ao Congresso Nacional, instituição responsável pelo controle externo, conforme dispositivo constitucional.

O controle pelo Ministério Público é apontado por Medauar (2012) como realizado “diretamente sobre a Administração Pública quanto a atos e omissões”. A autora fala sobre as funções extrajudiciais do Ministério Público, por se tratar de outras que não o ajuizamento de ações penais ou civis (MEDAUAR, 2012).

O primeiro novo controle, o controle social, é aquele onde o cidadão é o executor do controle. Envolve sua participação e transparência dos atos praticados. Conforme Medauar, “a transparência facilita a participação e também o controle da atividade administrativa. Um dos meios de efetivação da transparência e do controle se encontra no acesso às informações relativas a atuações, planos, projetos, orçamento e despesas” (MEDAUAR, 2012).

O outro, controle de políticas públicas, pode ser efetivado tanto pelos mecanismos de controle interno, quanto pelo Poder Judiciário, Legislativo e Ministério Público (MEDAUAR, 2012).

O controle interno, também controle interno administrativo, é a segurança do administrador. Fundamental para o gestor público, pois ele responde pelos atos que pratica ou delega (CASTRO, 2013). No Âmbito do Poder Executivo Federal esta atividade é desempenhada pela CGU. Nos demais poderes existem unidades com certa independência dentro de suas estruturas orgânicas.

Neste estudo foi possível perceber que o Brasil possui vários órgãos com funções de controle externo e diretrizes para a realização dos controles internos. É possível compreender o papel do Ministério Público e Tribunal de Contas como órgãos fiscalizadores. O primeiro é considerado “fiscal da lei” e possui prerrogativas legais para cobrar dos agentes públicos, autoridades e entidades públicas o adequado cumprimento da legislação. Já o Tribunal de Contas possui a atribuição de emitir parecer e punir administrativamente os maus gestores públicos.

A função de controle interno fica evidenciada na atividade desempenhada pelo SAESP, já que trata de uma espécie de fiscalização exercida sobre os órgãos da mesma estrutura administrativa do APESP: o Poder Executivo Estadual.

5. OS REQUISITOS DE AUDITORIAS

A auditoria arquivística está contextualizada dentre as auditorias operacionais. Para reforçar esta afirmação, é necessário discorrer sobre este tipo auditorias.

A auditoria operacional, no ponto de vista de Araújo, consiste em “revisões metódicas de programas, organizações, atividades ou segmentos operacionais dos setores público e privado, com a finalidade de avaliar e comunicar se os recursos da organização estão sendo usados eficientemente e se estão sendo alcançados os objetivos operacionais” (ARAÚJO, 2004)

Cunha define a auditoria operacional como

revisões metódicas de programas, organizações, atividades ou segmentos operacionais dos setores público e privado, com a finalidade de avaliar e comunicar se os recursos da organização estão sendo usados com eficiência, eficácia e economia, com vistas ao atingimento dos objetivos organizacionais e gerenciais. Atua sobre os planos e objetivos, métodos de controle, meios de operação e utilização do potencial humano e de ativos físicos, além de verificar a observância às leis e regulamentos aplicáveis. É um processo de avaliação do desempenho real, em confronto com o esperado, levando à apresentação de recomendações destinadas a melhorar o desempenho e a aumentar o êxito da organização (CUNHA, 2013)

Para Graciliano et al (2010) “a auditoria operacional vai além dos aspectos financeiros analisados, buscando avaliar as questões de economia, eficácia e eficiência, mediante revisão de processos administrativo-operacionais”.

Conforme Albuquerque (2007), “cada auditoria operacional é precedida de uma etapa denominada análise preliminar, na qual se estabelece se existem as condições requeridas para a execução da auditoria (análise principal) e, caso existam, é apresentada uma proposta de auditoria junto com um plano de trabalho”.

Os relatórios gerados por uma auditoria operacional podem variar consideravelmente em extensão, forma e natureza. Seu conteúdo consiste em informações úteis para o processo gerencial e decisórios, “em lugar dos achados próprios das auditorias tradicionais, que reportam apenas desconformidades”. (ALBUQUERQUE, 2007).

O cumprimento das recomendações depende de alianças com os gestores e, em algumas instituições, utiliza-se de instrumento denominado “plano de ação”. Nele consta compromisso acordado com os gestores do órgão ou programa auditado, contendo um cronograma e as definições dos responsáveis, atividades e prazos para a implementação das recomendações resultantes da auditoria (ALBUQUERQUE, 2007).

Não há uma metodologia estabelecida, nem um conjunto de práticas determinadas como escopo da auditoria operacional (ALBUQUERQUE, 2007).

Um dos modelos utilizados como parâmetro para a elaboração dos requisitos de uma auditoria arquivística é o Manual de auditoria operacional do TCU, publicado em 2010.

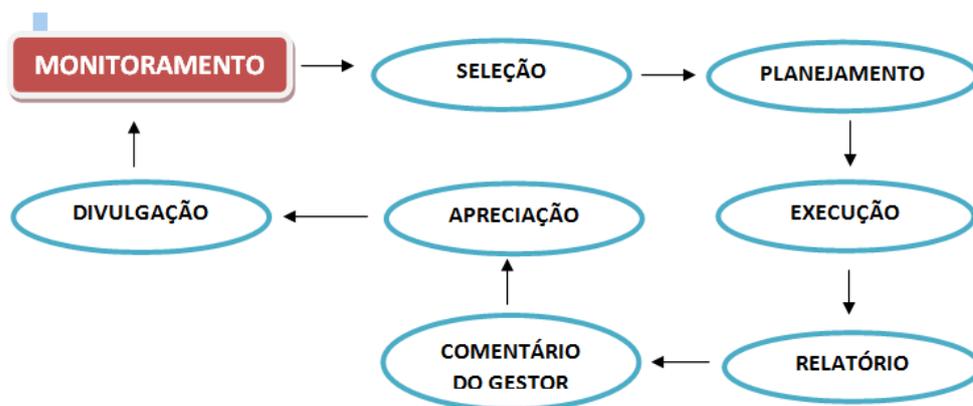


FIGURA 1 - CICLO DA AUDITORIA OPERACIONAL. FONTE: MANUAL DE AUDITORIA DO TCU, 2010.

A primeira etapa, da seleção, trata da seleção do objeto de auditoria e é o início do ciclo. Nela define-se “um objeto que ofereça oportunidade para a realização de auditoria que contribua para o aperfeiçoamento da administração pública e forneça à sociedade opinião independente sobre o desempenho da atividade pública” (TCU, 2010). Nesta fase serão apontados todos os objetos de auditoria com base em critérios preestabelecidos, integradamente com o planejamento estratégico, e também por meio de levantamento de dados.

O planejamento é constituído pelas seguintes etapas: análise preliminar do objeto de auditoria; definição do objetivo e escopo da auditoria; especificação dos critérios de auditoria; elaboração da matriz de planejamento; validação da matriz de planejamento; elaboração de instrumentos de coleta de dados; teste piloto; e elaboração do projeto de auditoria.

Durante a fase de execução, as principais atividades são: desenvolvimento dos trabalhos de campo; análise dos dados coletados; elaboração da matriz de achados de auditoria²; validação da matriz de achados de auditoria.

O relatório é o “principal produto da auditoria” (TCU, 2010). Nele verificam-se os objetivos, questões, metodologia, achados conclusões e a proposta de encaminhamento, conforme o Manual de Auditoria Operacional do TCU. O manual apresenta várias especificações e padrões internacionais para a apresentação deste documento.

Finalmente o monitoramento é a “verificação do cumprimento das deliberações do TCU e dos resultados delas advindos, com o objetivo de verificar as providências adotadas e aferir seus efeitos”. Este procedimento aumenta a probabilidade de solução dos problemas detectados durante uma auditoria (TCU, 2010).

² Achado de auditoria é “a discrepância entre a situação existente e o critério. Achados são situações verificadas pelo auditor durante o trabalho de campo que serão usadas para responder às questões de auditoria” (TCU, 2010).

O Archivo General de La Nación, do México, lançou em julho de 2015 o Guia para la auditoria archivística, que afirma ser esta atividade “uma estratégia para incentivar o cumprimento normativo e dos processos técnico da gestão documental na Administración Pública Federal”.

Os objetivos do material são: servir de ferramenta de trabalho para os Órgãos Internos de Controle emitindo para eles as recomendações necessárias; avaliar o cumprimento normativo e os processos técnicos arquivísticos para garantir a integridade, acessibilidade e conservação dos documentos através de sistemas modernos de gestão documental; e avaliar as atividades desempenhadas no sistema institucional de arquivos, aprimorando continuamente os serviços arquivísticos e a gestão documental (MÉXICO, 2015).

O âmbito de aplicação do material é toda e qualquer instituição da Administración Pública Federal e sua metodologia se dá por meio de entrevista in loco, inspeção física e revisão de documentos e registros.

O guia foi elaborado com base nas melhores práticas e padrões internacionais e avalia três níveis da gestão documental. O primeiro deles é o nível estrutural, que verifica o estabelecimento de um sistema de arquivos institucional, se este conta com recursos humanos, financeiros e materiais para seu adequado funcionamento, regula os processos técnicos com os que operam os diferentes tipos de arquivo da instituição, o perfil de cada responsável e as condições físicas de conservação dos documentos de arquivo.

O segundo, nível documental, visa comprovar a elaboração e atualização dos instrumentos de controle e consulta arquivística.

Por último, o nível normativo, que verifica o cumprimento das disposições provenientes da legislação federal do México, sobre regulação da produção, uso e controle da documentação oficial, em conformidade com as atribuições e funções estabelecidas nas regulamentações internas de cada instituição, estas vinculadas com a transparência, acesso à informação, classificação da informação e proteção de dados pessoais.

O guia é dividido em dois instrumentos: um questionário de diagnóstico para a auditoria arquivística e cinco questionários para avaliação dos órgãos de controle interno do país.

O primeiro é composto das seguintes seções: área de identificação, que identifica a instituição avaliada; dados do responsável da área coordenadora de arquivo; produção e integração de expedientes; instrumentos de controle e consulta arquivísticos; descrição documental; avaliação e organização documental; conservação e preservação de arquivos; tecnologia; organização estrutural; recursos humanos; planejamento do desenvolvimento arquivístico; empréstimo e consulta de informação; normalização em matéria de arquivos e transparência.

Os cinco outros questionários são denominados “cédula analítica de verificação do cumprimento de obrigações em matéria de arquivos”, todas compostas de objetivo, descrição de procedimentos, atividade às quais tais procedimentos estão vinculados, fundamento legal de cada procedimento exigido; níveis de cumprimento de cada procedimento (cumpre, cumple parcialmente ou não cumple) e um campo aberto reservado às observações do auditor. Ao final de cada questionário há a indicação das recomendações feitas pelo órgão de controle.

O primeiro questionário avalia a área coordenadora de arquivos, cujo objetivo é “verificar a realização das ações necessárias para a adequada administração dos documentos de arquivo, de maneira conjunta com as unidades administrativas e/ ou áreas competentes em cada dependência e entidade, a fim de garantir a organização, disponibilidade, localização, integridade e conservação dos arquivos” (MÉXICO, 2015).

O questionário seguinte avalia a unidade de correspondência e “verifica a proporcionalidade, em tempo e forma, do serviço de envio, entrega e recepção da correspondência e encomenda oficial, interna ou

externa, em todas as áreas da dependência ou entidade, respeitando o princípio de privacidade e confidencialidade” (MÉXICO, 2015).

O terceiro questionário avalia o arquivo corrente, sua existência e a conservação dos documentos de uso diário, necessários à execução das atividades administrativas (MÉXICO, 2015).

O quarto questionário avalia o arquivo intermediário quanto à sua existência, sua vinculação à área coordenadora de arquivos, a custódia da documentação por razões administrativas, legais, fiscais e contábeis (MÉXICO, 2015).

O último questionário avalia o arquivo histórico para “verificar que os sujeitos obrigados transfiram seus documentos com valores históricos ao Archivo General de la Nación, em conformidade com as disposições que para isso se estabelecem. Em caso contrário, deverão contar com um arquivo próprio. Verificar que o arquivo histórico está vinculado à área coordenadora de arquivos e que se constitua como fonte de acesso público, encarregado de divulgar a memória documental institucional, estimular o uso e aproveitamento social da documentação e difundir seu acervo e instrumentos de consulta” (MÉXICO, 2015).

Neste modelo, os macro requisitos para avaliação da situação arquivística são: elaboração de diagnóstico inicial; execução da avaliação por um órgão interno de controle; análise do cumprimento da legislação; avaliação da aplicação de boas práticas com os documentos de arquivo em todas as suas idades; elaboração de recomendações.

Foi possível observar que o material proposto pelo TCU foi elaborado de forma a nortear a proposição de auditorias operacionais e contribui com os macro requisitos de uma auditoria arquivística. O modelo elaborado pelo Archivo General de La Nación, do México, fornece procedimentos mais detalhados e específicos para análise arquivística.

6. O MODELO DE AUDITORIA EXECUTADO PELO SAESP

Em 2010, a equipe do Arquivo Público do Estado de São Paulo, mais especificamente, do Núcleo de Monitoria e Fiscalização (NMF), desenvolveu uma metodologia chamada de auditoria arquivística. O processo visa “disseminar as boas práticas de gestão documental nas unidades de protocolo e arquivos dos órgãos e entidades integrantes do sistema de Arquivos do Estado de São Paulo” (SOUSA et al, 2011).

Em 17/12/2015, às 10h00min, realizou-se entrevista semiestruturada com o Sr. Benedito Valério Carmo Neto, Diretor do Núcleo de Monitoria e Fiscalização, subordinado ao Centro de Gestão Documental unidade sob a direção do Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo. A entrevista ocorreu na sede do Arquivo Público do Estado de São Paulo, na Rua Voluntários da Pátria, 596, 10º andar – São Paulo.

As questões colocadas durante a entrevista foram: 1) como e quando se deu a criação desta unidade? 2) quais são as atribuições da unidade? 3) qual o conceito de auditoria arquivística adotado pelo Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo? 4) quais são os procedimentos adotados para realização de auditoria? 5) quais são os requisitos dessa atividade? 6) quais são os produtos; resultados dessa atividade? 7) o que levou o SAESP a firmar o convênio com o MPSP? 8) como funciona essa parceria? Qual é a abrangência do convênio?

A criação do Núcleo de Monitoria e Fiscalização se deu por meio do Decreto nº 54.276, de 27/04/2009, que reestruturou o Arquivo Público do Estado de São Paulo e o subordinou à Casa Civil, antes vinculado à Secretaria de Cultura. A nova subordinação proporcionou a expansão das atribuições da instituição. A

partir de então se achou viável que o órgão não apenas orientasse quanto à implementação das políticas de arquivo, mas também a fiscalizasse.

O conceito de auditoria arquivística adotado pelo SAESP surgiu parte das políticas públicas do estado e parte da literatura da área de arquivo. Houve intensa pesquisa sobre o termo auditoria.

Os procedimentos adotados para a realização da auditoria estão especificados em um trabalho denominado “Roteiro do Processo de Monitoria e Fiscalização”, desenvolvido pela equipe do Núcleo, que consiste no detalhamento das seis etapas componentes desse processo: planejamento; preparação da visita técnica; análise da fiscalização; recomendações técnicas; acompanhamento periódico. Cada uma das etapas será detalhada mais adiante.

A primeira etapa, do planejamento, marca o início do processo de trabalho e é um momento de análise e estabelecimento das diretrizes que serão seguidas durante determinado período. Nesta etapa serão fixados e analisados os indicadores que podem ser externos ou internos; a fiscalização será apontada ou não como ação de rotina. Em caso negativo, elabora-se um projeto específico. Caso contrário, a ação constará do cronograma de visitas anual.

A segunda etapa, a preparação da visita técnica, consiste em reunir todos os elementos necessários à ação, bem como a comunicação com o coordenador da Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso (CADA).

A visita técnica configura a terceira etapa do processo. Existe uma diferenciação entre os procedimentos da primeira visita e das demais. Caso seja a primeira atuação do NMF, este deve ser apresentado em uma reunião com os gestores do órgão fiscalizado. A partir daí, o procedimento é o mesmo para qualquer visita: informa-se o procedimento adotado; aplica-se o formulário de Monitoria e Fiscalização e registra-se a situação encontrada por meio de fotografias.

O formulário é objetivo, composto por 207 itens de verificação, cujas respostas podem ser “sim”, “não” ou “não avaliado”. Os itens são classificados em: descrição do espaço; descrição do acervo; descrição do protocolo; descrição do acesso à informação. Ao final há o campo para observações e um local onde é registrada a pontuação do órgão e seu grau de conformidade.

A análise da fiscalização consiste em verificar o formulário, preparar dados e informações e definir o grau de conformidade.

A etapa de recomendações técnicas é composta da elaboração do parecer, elaboração de matéria para publicação no sítio do Arquivo Público do Estado, encaminhamento do parecer ao dirigente do CGD. Caso haja a necessidade de intervenção do MP ou da CGA, o parecer será encaminhado àquelas instituições. Em caso contrário, segue apenas para o dirigente do órgão auditado.

Finalmente, a sexta etapa é a de monitoria, cuja nova visita acontece após 12 meses, caso a instituição fiscalizada esteja em conformidade com as especificações técnica e legais. Caso essa conformidade não esteja presente, há nova visita após seis meses, para que sejam providenciadas as adequações. O ciclo se encerra com o agendamento da data de retorno.

O trabalho de auditoria pode partir de uma ação proativa, ou seja, durante a realização de outras atribuições da unidade, constata-se que há necessidade de auditar uma instituição; por demanda das próprias secretarias de estado; ou por meio de projetos baseados no acervo do Arquivo do Estado.

Quanto aos requisitos: o Núcleo de Monitoria e Fiscalização atua sobre o trabalho realizado nos órgãos de estado, há aplicação de formulário com o levantamento de toda a situação das instituições: implementação da política de gestão de documentos, funcionamento das unidades de protocolo,

aspectos físicos e de recursos humanos e avaliação dos Serviços de Informação ao Cidadão. Alguns requisitos são extraídos da literatura e das melhores práticas, outros são provenientes da legislação.

A atuação do Núcleo se dá por meio de parceria técnica com a Corregedoria-Geral do Estado, sem instrumento de formalização, tendo em vista ambas as unidades estarem subordinadas à mesma secretaria de governo. O diálogo entre as unidades é direto.

As referências regulamentares de todos os critérios estão especificadas ao final do formulário, exceto dos requisitos de caracterização do espaço.

A proposta de auditoria arquivística elaborada pelo SAESP contempla todas as etapas sugeridas pelo TCU.

O modelo adotado pelo SAESP não contempla todas as questões incluídas no modelo proposto pelo governo do México. Não há a preocupação com a formação e manutenção dos arquivos permanentes que se constituem em arquivos como instituição e são formadores do patrimônio cultural brasileiro.

7. CONCLUSÃO

Neste trabalho foi possível analisar a atividade do SAESP comparando-a às propostas do TCU e do Governo do México.

Os requisitos utilizados pelo SAESP são satisfatórios chegando a um nível de detalhamento que permite traçar o panorama da situação dos documentos de arquivo das instituições nas fases corrente e intermediária.

No entanto, não foi possível perceber, como se percebe no material do Archivo General de La Nación, do México, dentre as opções avaliadas no Formulário de monitoria e fiscalização, a preocupação com os aspectos da política de gestão das instituições e da relação destas com a terceira idade do ciclo de vida dos documentos de arquivo. Daí a indagação: por que se denominou a atividade de auditoria arquivística e não auditoria de gestão de documentos?

Mesmo que o Núcleo se atenha apenas à gestão de documentos, tendo em vista sua subordinação ao Centro de Gestão Documental, seria interessante atentar-se para as questões do recolhimento dos documentos provenientes dos órgãos do governo do estado.

Apesar de esta pesquisa ter atingido seus objetivos específicos e seu propósito, também gera novos questionamentos que poderão ser respondidos em futuros projetos: como se daria aplicação dos requisitos apontados nesta pesquisa? Em âmbito federal, qual seria a instituição com atribuições legais para a realização deste tipo de auditoria? É possível estabelecer os indicadores de desempenho para cada requisito ou comparar os resultados deste trabalho com iniciativas vigentes em outros países. Fica evidente que ainda há um longo caminho a percorrer quanto aos conhecimentos científicos relacionados à auditoria arquivística.

8. REFERÊNCIAS

AENOR - Associação Espanhola de Normalização e Certificação. (2011), UNE-ISO 30300/2011- Sistema de gestão de documentos: fundamentos e vocabulário. AENOR - Associação Espanhola de Normalização e Certificação, Madri.

Albuquerque, F. F. T. (2007), A Auditoria operacional e seus desafios: um estudo a partir da experiência do Tribunal de Contas da União, Rio de Janeiro, Renovar.

Araujo, I. P. S. (2004), Introdução à Auditoria Operacional,; Rio de Janeiro, FGV.

- Castro, D. P. (2013), Auditoria, contabilidade e controle interno no Setor Público. São Paulo, Atlas.
- Cook, J. W. Winkle, G. M. (1929), Auditoria: filosofia e técnica; São Paulo, Saraiva.
- Governo do Estado de São Paulo (1984), Decreto nº 22.789, São Paulo.
- Governo do Estado de São Paulo (2012), Decreto nº 58.052, São Paulo.
- Graciliano, E. A. et al (2010), Accountability na Administração Pública Federal: Contribuição das Auditorias Operacionais do TCU. Pensar Contábil, 12, 43-51.
- Heredia Herrera, A. (2013), Manual de Archivística Básica: gestión y sistemas. México, El Errante.
- Medauar, O. (2012), Controle da Administração Pública. São Paulo, Revista dos Tribunais.
- NBR-ISO 19.011 (2012), Diretrizes para auditoria de sistemas de gestão. Rio de Janeiro.
- Presidência da República (1991), Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, Brasil.
- Presidência da República (2005), Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Arquivo Nacional, Brasil.
- Rousseau, J; Couture, C. (1998), Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa; Dom Quixote.
- Secretaria de Gobernación. Archivo General de La Nación. (2015), Guía para la auditoría archivística. Archivo General de La Nación, México
- Sousa, A. G.; Delatorre, H.; Banevicius, M. (2011), “Auditoria arquivística: a experiência do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo”, Apresentado no IX Congresso de Arquivologia do Mercosul, Montevideu.
- Tribunal de Contas da União (2010), Manual de Auditoria Operacional. Secretaria-Geral de Controle Externo, Brasil.
- Tribunal de Contas da União. Secretaria-Geral de Administração (2011), Normas de auditoria do Tribunal de Contas da União. Secretaria-Geral de Administração, Brasil.

ARQUIVOS MANUSCRITOS NA PROGRAMAÇÃO CULTURAL DA CASA FERNANDO PESSOA

Taiguara Villela Aldabalde, Isabel Ponce de Leão

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo

Este trabalho apresenta os primeiros resultados de uma pesquisa de pós-doutorado em Ciência da Informação. O objetivo é identificar os traços das representações dos arquivos manuscritos no programa cultural da Casa Fernando Pessoa e inferir quantas dessas representações estiveram presentes na casa-museu. Para tanto, o método adotado é a pesquisa histórico-documental nos arquivos da Casa Fernando Pessoa no ano de 1995, e de 2006 até 2015. Como resultado, conclui-se que, o que foi encontrado no presente estudo demonstrou as 154 representações dos arquivos manuscritos em 19 práticas. Os tipos de práticas seguiram a terminologia institucional: recriações históricas de espaços da casa, exposições, exposição multimídia, efemérides e curso. As representações encontradas estavam reduzidas para fragmentos temáticos sem os vínculos arquivísticos e significado original.

Palavra-chave: Arquivos manuscritos – Fernando Pessoa – Representações – Programação Cultural – Casa-museu – Casa Fernando Pessoa

Abstract

This work presents the first results of a post-doctoral research in Information Science. The goal is to identify the traces of the archival manuscripts representations in the cultural program of the House Fernando Pessoa and inferring how many these representations have been present in the house-museum. For this, the adopted method is the historico-documentary research in the archives of the House Fernando Pessoa in the year 1995 and from 2006 to 2015. As a result, it is concluded that, the findings of the present study demonstrated the 154 representations of the archival manuscripts in 19 practices. The types of practices following the institutional terminology: historical recreations of spaces in the house, exhibitions, multimedia exhibition, ephemeris and course. The found representations were reduced to thematic fragments without the archival bonds and the original significance.

Keywords: Archival Manuscripts – Fernando Pessoa – Representations – Cultural Program – House museum – House Fernando Pessoa

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

A lacuna na literatura sobre os arquivos de Fernando Pessoa (1888-1935) é explícita no levantamento de Blanco (2008) que sistematizou toda bibliografia passiva, seletiva e temática associada ao escritor até 31 de dezembro de 2004. Blanco (2008) não registra nenhuma referência bibliográfica sobre os arquivos pessoanos. Também não encontramos na Biblioteca da Casa Fernando Pessoa (CFP) um título sequer sobre os arquivos de seu patrono e isso é relevante, pois se trata da biblioteca mais especializada sobre o poeta do mundo.

A Casa Fernando Pessoa (CFP) não se encontra no rol daquelas que possui uma seção de arquivo em sua estrutura interna, mas tem valorizado e explorado os documentos arquivísticos, que por sua vez, estão presentes nas linhas de atuação institucional sob a forma de representações em diversas práticas, e na própria estética da casa-museu.

As representações são, segundo Chartier (2002), instrumentos do conhecer mediato tal como uma carta que contém o texto oficial de um monarca que é capaz de tornar pública a vontade desse rei sem a efetiva presença de sua pessoa. As representações dos arquivos manuscritos permitem a circulação através da substituição desses artefatos por uma “imagem” capaz de reconstituí-los em memória. É essa “imagem” que tem sido mediada no espaço da programação cultural da CFP já que o espólio está sob a custódia da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP).

O Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea da BNP e a CFP são as instituições públicas responsáveis pela maior parte dos conjuntos fragmentados do fundo fechado de Fernando Pessoa (1888-1935). A primeira responde pela custódia legal do Espólio Pessoano e a segunda pelos livros, marginálias, assinaturas, selos, dedicatórias, anotações, estudos, objetos e alguns registros pessoais de seu patrono. Esses dois acervos constituíam até a morte de seu produtor uma parte significativa do seu arquivo pessoal, que funcionava, dentre outras coisas, como laboratório de escrita.

Embora se achem fisicamente separados, os conjuntos documentais são potencialmente capazes de refletir a lógica de produção, recepção e acumulação de Pessoa na sua totalidade. Isso acontece porque ainda que desrespeitados em sua integridade, os conjuntos documentais do fundo fechado de Pessoa totalizam mais de 30.000 peças, e não se diferem da natureza fundamental de outros documentos arquivísticos, isto é, a sua formação é de tal maneira congênita em relação às atividades de seu produtor, que podem revelar o contexto e o sentido originalmente ligados à lógica de sua produção. A ativação dessa capacidade, porém, depende de práticas, tais como o arranjo, a descrição e a mediação sob o método da Arquivística, pois por meio destas práticas é que se viabiliza a apropriação das ideias, das imagens e dos conteúdos dos fundos.

Por um lado os documentos arquivísticos têm sido objetos de sonegação de direitos democráticos, pois o “confisco do arquivo histórico” e o “ocultamento do arquivo contemporâneo”, identificados por Jammet (2007), se contrapõe a democratização e a democracia cultural. Por outro os arquivos manuscritos de Pessoa têm sido democratizados e levados ao conhecimento do público não só por meio de publicações de inéditos, mas por representações desses documentos que circulam nas práticas do programa cultural da CFP.

Uma vez que a CFP é uma instituição que pode ser enquadrada na categoria de casa-museu, cabe destacar que já existe, pelo menos há um tempo considerável, uma preocupação interinstitucional com as práticas que envolvem os arquivos no contexto dos museus. Um exemplo da sistematização dessas práticas é a terceira edição do Código de Práticas com Arquivos para Museus que foi publicada em 2003 no contexto da Conferência Permanente em Arquivos e Museus do Reino Unido.

Ora, os manuscritos de Pessoa são um dos mais valiosos tesouros documentais na língua portuguesa e são enquadrados como bens móveis da nação pela Lei do Património Português (lei 13/85), apesar disso, grande parte de sua obra é inédita, porque segundo Gomes há óbices técnicos (2009,p.49):

[...]a verdade é que a maior parte da narrativa de Fernando Pessoa continua inédita. Nem está sequer feito o levantamento dos originais, entretanto dispersos, e pela razão simples de que é tarefa difícil, exigente, morosa e frustrante.[..] Em 2009, podemos dizer que 90 % da obra narrativa de Pessoa continua desconhecida”

Partindo da premissa de que o património documental de Pessoa deve ser democratizado pelas instituições estatais de custódia do acervo, o que não exclui o aparelho cultural do município de Lisboa denominado “Casa Fernando Pessoa”, objetivamos identificar os rastros das representações dos arquivos manuscritos de Fernando Pessoa (1888-1935) na programação cultural da Casa Fernando Pessoa e aferir em que medida essas representações tem marcado a programação cultural da referida casa-museu.

2. MÉTODO ADOTADO

Tendo em vista alcançarmos o nosso objetivo, adotamos o método histórico-documental. A base empírica trata-se dos registros das práticas da programação da Casa Fernando Pessoa (CFP) tendo como marco inicial do nosso projeto o ano de 1993, quando a Câmara Legislativa de Lisboa inaugurou o espaço. Até o momento, tivemos acesso à documentação que está sob a custódia da CFP que inclui um documento do ano de 1995, os programas do período de 2006 até 2015 e documentação complementar a programação. A maior parte da documentação já foi remetida aos arquivos da Câmara Municipal de Lisboa. A colaboração da CFP e de sua equipe foi imprescindível para a continuidade da investigação.

No primeiro estágio do trabalho realizamos uma pesquisa bibliográfica na literatura lusófona em busca de referências para nossa investigação e no sítio na Internet da Casa Fernando Pessoa. Nesse momento a Biblioteca da Casa Fernando Pessoa destacou-se como a principal base de dados sobre Fernando Pessoa (1888-1935), trabalhos acerca dos arquivos pessoais e evidentemente fonte de publicações da própria casa-museu.

Teoricamente optamos trabalhar a partir do conceito de Roger Chartier (2002) de representação. Os tipos de práticas seguiram a terminologia institucional da CFP. Em relação ao entendimento da obra pessoal, optamos principalmente pelos seguintes autores: Teresa Rita Lopes, Dionísio Vila Maior e Fernando Cabral Martins.

Na fase de análise dos documentos buscamos todos os documentos recebidos, produzidos e acumulados pela instituição no decorrer das práticas incluindo os seguintes tipos e espécies documentais: comunicações, dossiês de projetos, catálogos de exposições, folhetos de programas, planos de ações, fotografias e relatórios.

Uma vez que os documentos foram analisados, identificamos os rastros das representações dos arquivos manuscritos e classificamos as práticas da programação quando houve a ocorrência de uma representação ou mais. Para identificarmos a autoria de manuscritos pessoais que encontravam-se sem descrição ou referência recorremos ao formato digital do espólio que foi disponibilizado pelo Serviço de Coleções Especiais da Biblioteca Nacional de Portugal. O formato digital totaliza 64.0017 arquivos na extensão Joint Photographic Group (JPG) virtualmente acondicionados em 760 pastas e armazenados em 78,8 GB em nosso hard disk (HD) externo.

No tocante ao quantitativo total do ano de 1995 e período de 2006 até 2015 apresentamos uma série temporal pelo gráfico de dispersão. Após a apuração do qualitativo, dividimos as práticas por tipos numa

série estatística. Descrevemos e citamos nomeadamente aquelas práticas que consideramos mais relevantes.

3. OS MANUSCRITOS PESSOANOS E A CASA FERNANDO PESSOA

Antes de discutirmos a ligação da CFP com os arquivos manuscritos pessoanos é preciso reconhecer que havia um arquivo pessoal com integridade a partir do qual o autor escrevia e guardava seus escritos numa ordem original. Nesse sentido pontua Sepúlveda (2014, p.57-74):

“Não se trata afinal de papéis avulsos, sem princípio de ordem, e a ordenação arquivística do autor aproxima-os de uma ideia de reunião que caracteriza os volumes.[...] Numa procura de sistematização, poder-se-ia distinguir diversos tipos de codificação bibliográfica do texto em Pessoa, isto é, da inserção de elementos que o associam ao formato do livro. Note-se que estes elementos estão presentes exclusivamente em documentos do arquivo, ou seja, não se encontram em testemunhos de publicações em vida.[...] “35 Sonnets”, foi profusamente anotado e emendado por Pessoa, através de pelo menos duas campanhas de anotações sobre dois exemplares de mão conservados no arquivo[...] O arquivo pessoano está repleto de textos inacabados, e entre as marcas desse inacabamento destaca-se a presença de anotações, emendas e variantes. Estas marcas remetem para um texto materialmente inexistente, mas que o editor póstumo se vê na necessidade de compor a partir das indicações deixadas. As metodologias de edição divergem quanto aos elementos que privilegiam, com vista ao estabelecimento de um texto que diverge necessariamente do material que se encontra arquivado.[...] Inserindo-se num contexto modernista de atenção particular às dimensões bibliográficas da página escrita, Pessoa legou-nos uma obra principalmente contida num arquivo, cujo suporte, o papel, como na imagem da arca[...]

A seção intitulada “Os exploradores da arca perdida” registra uma descrição sobre o entendimento de uma parte dos arquivos pessoanos e é publicada nos seguintes termos por Teresa Rita Lopes (1990, p.14-15):

Para melhor entender a situação dos inéditos pessoanos é preciso dizer que Pessoa escrevia, em geral, em folhas soltas, aproveitando qualquer pedacinho de papel à mão, algumas vezes até envelopes usados. Quero crer que essas folhas soltas estariam, quando Pessoa morreu, arrumadas à sua maneira dele. (O criador, por mais desordenado que pareça, tem critérios e precauções de sobrevivência mais ou menos conscientes.) As posteriores incursões na Arca, com fins de pesquisa ou de inventariação, devem ter desfeito toda essa frágil coerência. Quando em 1968 se iniciou o arrolamento oficial do espólio pessoano, executado pelos funcionários para isso designados, a arca já tinha sido longamente revolvida por muitas e variadas mãos [...] Trinta e três anos assim permaneceu à mercê de curiosidades, voracidades, e boas-vontades. (Como se sabe, Pessoa morreu em 1935). A arrumação a que procederam, vaga e hibridamente temática e por géneros literários, revela, quase sempre, uma atenção superficial ao documento. [...] Os papéis foram arrolados, quase sempre, bric-a-bric, sem a preocupação de respeitar a sequência de folhas soltas, mesmo quando, às vezes, ela é evidente. Além disso, em vez de refazerem conjuntos, os inventariadores desfizeram-nos, esfacelaram-nos para cumprirem a sua função de arrumar os papéis por “envelopes”. Assim estão ainda. O investigador que hoje se acerque do Espólio, agora na Biblioteca Nacional, se quiser, de facto, investigar e não apenas publicar avulsamente inéditos, tem que percorrer todos os

documentos porque os envelopes estão, com vagos rótulos (“Política”, “Religiões”, “Ocultismo”, “Prosas breves”, etc) são apenas gavetas mal arrumadas. É como ter guardado separadamente as peças de um relógio: aqui os parafusos, ali as molas, acolá os ponteiros [...] Utilizar o Espólio, não apenas no sentido de dele se servir para determinados fins, obriga o investigador a re-ordenar, re-arrumar os 27543 documentos[...]

Ora, se para Tereza Rita Lopes (1990), uma das principais especialistas nos estudos pessoais, há dificuldades técnicas relacionadas aos arquivos pessoais, que incluem, segundo Lopes (1990), no mínimo 18.816 manuscritos, então podemos considerar que as dificuldades de inteligibilidade se amplificam quando se tratam de públicos leigos cujo distanciamento entre esses bens culturais é profundamente maior. Isso reforça a função da CFP como mediadora do patrimônio documental de Pessoa, pois os manuscritos estão enquadrados na Lei 13/85 considerada aqui como um marco para as garantias de acesso democrático ao patrimônio nacional.

Portanto, os arquivos manuscritos de Pessoa devem, ou ao menos deveriam por força da evocação democrática da lei, serem postos ao alcance de todos os contribuintes sem discriminação, o que muitas vezes não se efetiva pela intermediação inanimada das redes de máquinas, mas através de práticas de mediação cultural capazes de proporcionar experiências presenciais insubstituíveis. Consideramos que o objetivo último da mediação cultural é a democratização da cultura através de uma dinâmica aproximativa do patrimônio documental em relação ao público. As práticas de mediação cultural são, por exemplo: exposições, oficinas, recitais, debates e concertos.

Se a guarda e o tratamento técnico dos arquivos manuscritos de Pessoa são de responsabilidade da BNP, o papel da CFP centra-se principalmente em mediar o legado pessoal. A mediação tem ocorrido por via das práticas da programação cultural que assumem um papel estratégico. Os programas culturais são, a nosso ver, espaços da valorização dos arquivos aqui entendida conforme Cardin (2012). Isso significa que a realização daquilo que foi programado é parte dum processo de construção de significados que transcendem o objeto valorizado para atualizar as representações dos arquivos que são mediadas num sistema de práticas culturais que não condicionam a forma como os documentos estão inseridos nos processos das atividades da instituição.

O papel mediador da casa-museu inclui cidadãos portugueses e também pessoas de diversas nacionalidades, pois seu contexto de fundação se deu a partir de um encaminhamento para a internacionalização da obra pessoal. Esse projeto de internacionalização que inclui o Brasil, Estados Unidos, países da Europa e do restante do mundo foi denominado por “Casa Fernando Pessoa” em 1985 sendo inaugurado em 1993 como uma casa-museu. Ainda em 1985, a celebração dos 50 anos da morte de Fernando Pessoa (1888-1935) levou a diversas edições de livros a partir dos arquivos manuscritos. Esse aumento na circulação das ideias do autor influenciou a Câmara Municipal de Lisboa (CML) na iniciativa de empreender um projeto para internacionalizar a obra e a memória de Pessoa.

A CML comprou a biblioteca de Pessoa com 1.161 volumes, muitos deles anotados e manuscritos. Esses documentos são custodiados na Casa Fernando Pessoa (CFP) e possuem um vínculo potencialmente orgânico com os arquivos que se acham na BNP. Esse vínculo decorre do fato de que a atividade de escrita do poeta não está dissociada de sua biblioteca particular que, de fato, compõe o mesmo fundo de arquivo.

Atualmente a CFP cria e gerencia diversos projetos como uma casa-museu consolidada. Desde o ano de 2012, passou a ser administrada pela Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural de Lisboa mantendo uma programação cultural que já era regular. Além de marginalias e autógrafos também estão sob a custódia da CFP alguns arquivos pessoais de Fernando Pessoa (1888-1935) como os documentos de identidade, um envelope, um contrato, o título de arrendamento da casa, um certificado, um emblema,

uma carta e a folha com a última frase escrita. A maior parte desses arquivos está exposta no lugar que é dedicado a reconstituição do quarto de Pessoa e, portanto, se encontram num contexto museal.

A fim de entendermos esse contexto é preciso considerar que a Casa Fernando Pessoa é enquadrada na categoria de “casa-museu”. Este termo designa uma categoria de museus instalados em casas com objetivo de preservar e divulgar a memória e a obra de uma personagem histórica. A categoria tem reconhecimento oficial no Conselho Internacional de Museus e representação pelo Comitê Internacional para Casas-Museus. Ainda que entendamos que a casa-museu seja uma classe de museus, não fica totalmente clara a sua especificidade. Sua natureza está, a nosso ver, ligada a análise sobre “souvenirs e biografias” de Alice Semedo (2010):

“Este museu oferece-nos um espaço para a interconexão de espaço expositivo, público e de espaço biográfico, privado. Funciona não só como um arquivo coletivo mas também como uma prática terapêutica. Por outro lado (quer queiramos quer não) ainda não deixou de ser um espaço de turismo que expõe permanentemente o papel heróico de uma comunidade e os souvenirs da tragédia; mas é também (e talvez de forma mais importante) um lugar de biografias culturais, no sentido em que realça o reconhecimento público do sujeito e das suas histórias. Neste sentido, funciona como uma herança, um dote de substituição que preserva a cultura material de gerações passadas e, desta forma, oferece aos membros da comunidade o prazer de verem os seus espaços pessoais expostos e reconhecidos pelo museu.” (SEMEDO, 2010, p.79)

Desta maneira, ao mesmo tempo, em que podemos entender que uma casa-museu é um arquivo coletivo, uma herança, um lugar de memória como aponta Semedo (2010), também consideramos que a seguinte assertiva cabe para a CFP: “Não se trata de uma unidade museológica acerca de uma pessoa, mas sim de um museu acerca de uma obra.” (Leão e Lira, 2010, p.344). E o que caracteriza a obra pessoana? Para Vila Maior (1994) nenhum escritor, antes de Fernando Pessoa, conseguiu sustentar heterônimos com a veracidade, a credibilidade e a autonomia como Pessoa o fez.

Encontramos representações dos manuscritos de heterônimos de Pessoa na fachada, no chão, nas exposições, nos ambientes da CFP. Essas representações seriam elementos de validação do espaço como lugar de memória de Pessoa? Se assim consideramos, então por que a CFP não mantém uma seção de arquivos?

Se preservar a memória de seu patrono parece ser um dos objetivos da CFP, a ausência dum arquivo na estrutura da CFP a torna distinta em comparação com outras casas-museu com esse mesmo objetivo tais como: a Fundação Casa de Rui Barbosa, a Casa de Oswaldo Cruz, a Casa de Cora Coralina (autora que legou mais de dez mil documentos arquivados). Maison de Victor Hugo, La Maison de Jean Cocteau. É no aspecto da inexistência de um arquivo permanente, de custódia legal dos arquivos e da falta de explicitação de serviços arquivísticos que a CFP se difere das seguintes casas-museu: York House Museum and Archives, Reynolda House Museum of American Art Archives, Michener House Museum and Archives, Nichols House Museum, Admiralty House Museum and Archives, The Michener House Museum and Archives, Valence House Museum and Archives, Orangetown Historical Museum and Archives, Dunkeld Chapter House Museum and Community Archives, Homewood House Museum Archives, The Kelley House Archives e Scott Manor House Museum Archives.

Embora a CFP não possua uma seção de arquivos em sua estrutura administrativa, as suas atribuições podem apoiar a luta contra o ocultamento dos arquivos. Entendendo a casa-museu como projeto de mediação, difusão e internacionalização da obra de Pessoa, o interesse pelos arquivos manuscritos de Pessoa estão para além de Portugal. Os brasileiros, por exemplo, estão entre os principais públicos. Há

inclusive abertura da mídia para noticiar sobre a documentação pessoana. Em 16 de janeiro de 2016, o jornal “A Folha de São Paulo” publicou uma reportagem sobre a descoberta de arquivos manuscritos de autoria de Fernando Pessoa (1888-1835) enfatizando o espólio associado ao literato com destaque para a existência de um manuscrito de mais de 2.000 páginas. Posto isso, entendemos que a CFP possui o desafio de oferecer uma programação aos turistas estrangeiros e em particular aos brasileiros.

Além da repercussão na mídia, observamos um impacto do legado pessoano para a economia cultural do Brasil. A obra pessoana está presente em empreendimentos editoriais e artísticos. Um exemplo disso é a presença nos produtos fonográficos de Música Popular Brasileira notadamente da cantora Maria Bethânia. No álbum “Maricotinha ao vivo” de 2002, o Poema do Menino Jesus de Alberto Caetano ocupa a faixa 23. Outro registro da cantora é o Ultimatum (Mandato de despejo aos mandarins do mundo) encontrado no álbum “Dentro do mar tem rio - Ao vivo” de 2007 na faixa 33.

Os arquivos pessoanos encontraram lugar nos aparelhos culturais brasileiros como o Museu da Língua Portuguesa. Isso nos permite considerar os manuscritos de Pessoa como bens culturais materiais de interesse internacional e a literatura pessoana como patrimônio imaterial de amplitude global. Não é por acaso que o projeto “Casa Fernando Pessoa” nasceu como internacionalização da obra de Pessoa de modo que a própria CFP atende, em grande parte, os turistas de Lisboa que usufruem dos bens culturais mediados através das práticas desenvolvidas pela casa-museu. É no âmbito dessas práticas, como já foi dito antes, que as representações dos arquivos manuscritos de Pessoa são mediadas é precisamente sobre o peso dessas representações e qualidade dessas práticas é que trataremos a seguir.

4. RASTREANDO A REPRESENTAÇÃO DOS ARQUIVOS MANUSCRITOS NA PROGRAMAÇÃO CULTURAL

O fundo fechado de Pessoa é um dos bens culturais mais preciosos na língua portuguesa. A valorização desses papéis depende da exploração, da criação de significados e atribuição de valores. Segundo Meneses (2010) os valores do patrimônio cultural são múltiplos: cognitivos, formais, afetivos, pragmáticos e estéticos. A exploração, como concebida por Lemay (2012), é a utilização dos arquivos em diversas atividades que podem visar o lucro ou não, incluindo os empreendimentos culturais, publicitários, editoriais e artísticos. A programação cultural da CFP esquematiza práticas que fazem agir as ideias, as crenças, os afetos, os significados, as expectativas, os juízos, em resumo, os valores apontados por Meneses (2010). Analisamos os documentos relativos a essas práticas e chegamos a identificar, por enquanto, 154 representações de arquivos manuscritos pessoanos, e em particular representações artísticas, visuais, fac-similares e representações gráficas conforme indicado no Gráfico 1:

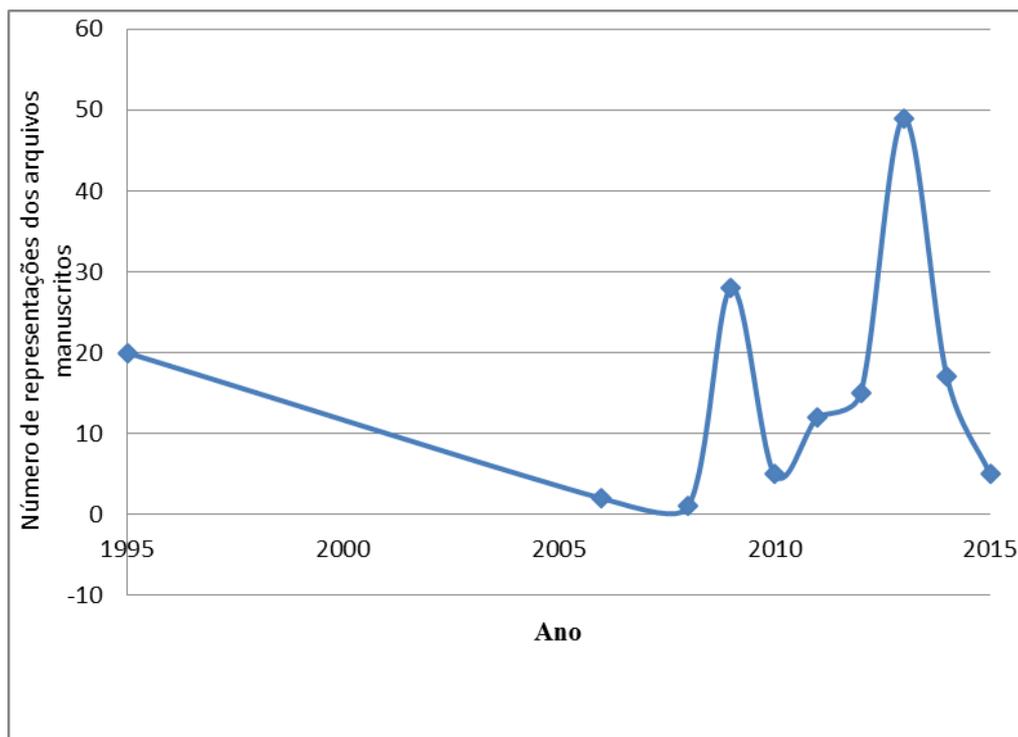


GRÁFICO 1 – SÉRIE TEMPORAL EM NÚMEROS ABSOLUTOS DAS REPRESENTAÇÕES DOS ARQUIVOS MANUSCRITOS NA PROGRAMAÇÃO CULTURAL DA CASA FERNANDO PESSOA POR ANO (1995-2015).

FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES COM BASE EM COMUNICAÇÕES, DOSSIÊS DE PROJETOS, CATÁLOGOS DE EXPOSIÇÕES, FOLHETOS DE PROGRAMAS, PLANOS DE AÇÕES, FOTOGRAFIAS E RELATÓRIOS.

Por um lado notamos que algumas práticas da programação ofertada focaram-se na exploração do valor cognitivo enfatizando o aprendizado, a produção de conhecimento e o estudo a partir dos documentos pessoanos. Um exemplo é o "Curso de Introdução à Astrologia, através de Fernando Pessoa" (2012-2013) que explorou cálculos, gráficos e anotações manuscritas.

Por outro, a maioria das práticas explora os arquivos por seu valor formal e estético perceptíveis nas seguintes exposições: "Um quarto de página" (1995), "Os lugares de Pessoa" (2008 – até os dias de hoje), "A Casa Poema" (2009 – até o presente momento), "Agrimensor de Metáforas" (2009), "A devolução da alma" (2009), "Pessoa, o bairro e o barro" (2012), "O Mistério das Cousas/ Desassossego" (2012), Pessoa-Astrólogo (2013), "Poemas Manuscritos" (2013), "Autopsicografia – desassossego da imagem e da palavra: Pessoa / Voves" (2013) e "Nós, os de Orpheu" (2015). Como podemos observar são precisamente as exposições que somam o maior número dentre as 19 práticas identificadas no Gráfico 2:

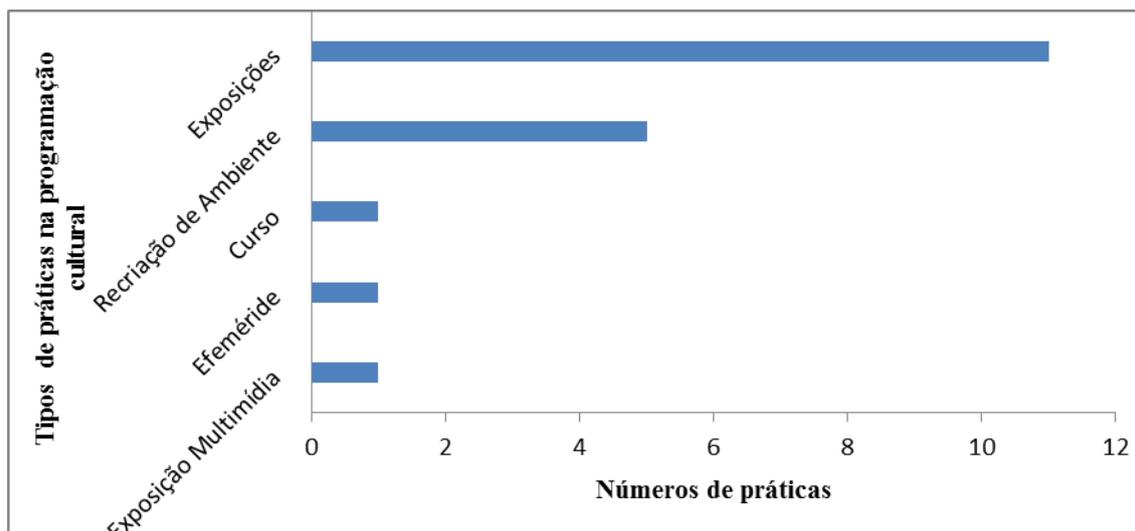


GRÁFICO 2 – SÉRIE POR TIPO DE PRÁTICAS NA PROGRAMAÇÃO CULTURAL DA CASA FERNANDO PESSOA POR EM NÚMEROS ABSOLUTOS DAS PRÁTICAS COM REPRESENTAÇÕES DOS ARQUIVOS MANUSCRITOS (1995-2015).

FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES COM BASE EM COMUNICAÇÕES, DOSSIÊS DE PROJETOS, CATÁLOGOS DE EXPOSIÇÕES, FOLHETOS DE PROGRAMAS, PLANOS DE AÇÕES, FOTOGRAFIAS E RELATÓRIOS

Destacamos a exposição “Poemas Manuscritos” (2013) que levou ao público os manuscritos de diversos autores incluindo um manuscrito inédito de Fernando Pessoa com um quadro de Bartolomeu Cid. Nesse caso, apesar de tantos outros manuscritos em evidência, consideramos apenas uma representação já que as representações dos arquivos pessoanos é que são objetos do nosso rastreamento. Destaca-se também “Nós, os de Orpheu” que está patente desde 2015 até o presente momento na CFP. Nesse caso, pronome “Nós” refere-se à geração de intelectuais unidos pela arte em torno do projeto da revista portuguesa de literatura chamada “Orpheu” (1915) dirigida por Fernando Pessoa e Mario de Sá-Carneiro. A exposição não resultou tão somente na valorização dos arquivos, mas na exploração dos documentos. As representações dos arquivos manuscritos são encontradas tanto no piso zero junto à recepção e a loja onde está disponível um produto cultural fruto da colaboração como uma empresa. Assim a exploração se encontra no contexto do uso dos seguintes arquivos pessoanos com fins lucrativos pela indústria editorial: bilhete postal, lista dos autores, notações astrológicas da revista “Orpheu”, cartas astrológicas da revista “Orpheu” e “Orpheu 3” que não foi publicada, um excerto com variantes do final da peça O Marinheiro publicada no primeiro número de “Orpheu”. O produto cultural é um livro-CD comercializado pela CFP e também via editora, que por sua vez disponibiliza no formato eletrônico (e-book e mp3). O livro-CD é bilíngue e possui o mesmo título da exposição que oferece ao consumidor o áudio da leitura de excertos, músicas, poesias, transcrições de poemas inéditos, e também o catálogo integral da exposição patente na CFP em inglês e português.

Considerando as especificidades da CFP em relação a outras casas-museus salientamos as recriações dos quartos dos heterónimos Alberto Caieiro (2009), Ricardo Reis (2010), Bernardo Soares (2011) e de Raphael Badaya (2013). Essas recriações possuem um caráter particular a CFP, pois no contexto museal não é pertinente o sentido histórico como sucessão de fatos ocorridos. A fidelidade da recriação dos quartos refere-se nesse caso a características delimitadas pela obra pessoana em relação aos seus heterónimos. Esses ocupam lugares desiguais e compreendem 136 autores fictícios. Segundo Lopes (2004), os heterónimos foram criados para contradizer Pessoa, exorcizar sua introversão, medos, ansiedades e dúvidas de modo que cada heterônimo possui um papel no conjunto de um drama no qual adquire o seu significado. Nas recriações dos quartos é que encontramos o maior número de representações fac-similares.

Já a recriação do quarto de Fernando Pessoa (2014-até o momento), inclui a réplica de sua arca com diversas representações de arquivos manuscritos muitos deles com o aspecto de amassados. Parece que nessa ocasião a representação da arca foi relacionada com o fato de que os manuscritos pessoanos eram ali depositados e em última análise está a se representar um arquivo pessoal. O próprio termo “arca” tem ocultado no âmbito dos estudos pessoanos o termo “arquivo”, pois o segundo é recorrentemente implícito no primeiro. Um exemplo disso é o texto veiculado ao termo “arca” do dicionário coordenado por Martins (2010, p.55):

A penúltima fotografia incluída no livro de Maria José de Lancastre, “Fernando Pessoa. Uma fotobiografia.” (Lisboa, IN-CM 1981), ostenta a legenda “A Arca dos Inéditos”. Vê-se na imagem a arca, com a tampa aberta cheia de envelopes e tendo por pano de fundo uma estante preenchida de livros. É a última imagem autêntica da linha biográfica do volume, já que a fotografia derradeira em absoluto é a reprodução de um óleo de Costa Pinheiro. [...] De acordo com a memória de Maria Aliete Galhóz, que teve oportunidade de estudar esse espólio antes de a Biblioteca Nacional o ter acolhido, a arca albergava, “primitivamente sacos de papel e embrulhos atados com cordéis, contendo-se os escritos num primeiro delineamento de classificação e tendo escrito por fora de seu punho [ie, de Pessoa], o teor dos conteúdos as vezes titulado outras vezes não.” (Galhóz, 1993:216). Por outro testemunho, que procura apesentar um objeto complexo no momento que se inicia a inventariação do espólio pessoano, depreende-se que a palavra “arca” se pode referir a três recipientes diferenciados do espólio do autor: 1.uma arca de grande dimensão, contendo 91 envelopes numerados; 2.uma mala pequena onde se encontravam 25 pacotes (22 numerados e sendo os outros três um saco de plástico, uma pasta de cartão e um embrulho); 3.25 envelopes numerados, guardados num armário;

Por um lado houve práticas que não conseguimos atestar a consciência deliberativa a favor de se representar os arquivos manuscritos, por outro podemos deduzir existiram atividades com a intenção consciente de fazer uso das representações sem que, no entanto, conseguíssemos mensurá-las. Um exemplo desse tipo de prática é a oficina “Espólio(s) Pessoa” (2016) que explorou a representação digital dos documentos e a oportunidade de estudantes terem o contato com as obras inéditas de Pessoa.

Defendemos, por fim, que a CFP pode vir a ser um centro de desenvolvimento de cooperações e parcerias entre pessoas, entidades públicas e privadas que já tiveram ou que possuem ligação com a materialidade do legado de Pessoa. Acreditamos assim que a CFP pode promover a valorização e exploração dos arquivos juntamente com aqueles que detêm desde um conjunto expressivo até mesmo uma pequena coleção de documentos pessoanos que podem ser mediados planejadamente a partir dos programas e projetos da casa-museu.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos quantitativos rastreamos, do ano 1995, e do período de 2006 até 2015, o total de 154 representações dos arquivos manuscritos em 19 práticas que foram ofertadas pela programação cultural da Casa Fernando Pessoa. Dessas práticas identificamos, preservando a terminologia institucional, cinco tipos: recriações do ambiente, exposições, exposição multimídia, efeméride (aniversário da Casa Fernando Pessoa) e curso.

Concluimos que os documentos têm sido valorizados e alguns explorados, no entanto já com o impacto da inobservância de princípios arquivísticos como o princípio de respeito aos fundos, o princípio da ordem original e o princípio da organicidade. Soma-se isso a inexistência de descrição e arranjo com metodologia

arquivística. Assim as representações encontraram-se destituídas do sentido original e sem o inter-relacionamento dos conjuntos. Isso por sua vez tem distorcido a representação/“imagem” mediada dos arquivos manuscritos fazendo-os conhecidos justamente pelo que eles não são: fragmentos temáticos. Em outras palavras: o espelhamento natural dos arquivos que deveria refletir com exatidão as atividades de Pessoa não chega aos públicos (pesquisadores do espólio, visitantes da casa-museu e buscadores via Internet) por suas qualidades, mas como estilhaços que refletem tão somente alguns pedaços soltos dum espelhamento quebrado sem sentido integral e relação orgânica. Sentido esse que, na carência, é muitas vezes artificialmente concebido por mediadores, na sua maioria artistas ou agentes da Casa Fernando Pessoa, possibilitando o usufruto do patrimônio apesar dos óbices técnicos.

Uma vez alcançado parcialmente o nosso objetivo, além de apontar o peso numérico das representações dos arquivos manuscritos para as atividades da Casa Fernando Pessoa e identificarmos os tipos de práticas, esses primeiros resultados da investigação podem vir a servir de insumo para que outras casas-museus e aparelhos culturais dentre os quais destacamos: as bibliotecas públicas, os centros de documentação, os museus, centros de memória, os centros culturais, os arquivos públicos e as casas de cultura.

Como primeiros apontamentos para pesquisas futuras, indicamos a formação de quadros comparativos com outras casas-museu no fito das seguintes questões: Em que medida os arquivos dos patronos têm sido valorizados, e, explorados pelas casas-museu, e como os arquivistas, os bibliotecários, os museólogos, os colecionadores, os pedagogos, os professores universitários, os agentes e os gestores públicos tem contribuído para a valorização e exploração desses documentos? A exploração dos arquivos tem incluído os agentes do desenvolvimento como as indústrias culturais, os empresariados do setor do patrimônio, do turismo, da educação e da cultura?

6. REFERÊNCIAS

- Blanco, José (2008). *Pessoana*. 2 volumes. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Cardin, M. (2012) *La valorisation des archives: pourquoi ? Pour qui ? Comment ? La valorisation des archives: une mission, des motivations, des modalités, des collaborations*. Louvain: L’Harmattan, p. 33-49.
- Chartier, R. (2002) *A história cultural entre práticas e representações. A história cultural entre práticas e representações*. 2. ed. Lisboa: DIFEL, Coleção Memória e Sociedade.
- Gomes, L. (2009) *Pessoa por descobrir. O homem interminável: Entre leilões polêmicos e arcas por abrir, revelamos seis inéditos e a história do labiríntico Livro do Desassossego. Fernando Pessoa está aí para nos inquietar – felizmente*. Revista LER. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Jammet, Y. (2007) *La médiation au service des publics: les enjeux, les moyses, les experiences. L’action educative et culturelle des Archives. Actes du colloque “Quelle politique culturelle pour les services éducatifs des archives?”*, Paris, La documentatiom Française.p.183-p.193
- Leão, I.; Lira, S. (2010) *Museu Agustina Bessa-Luís. Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola, Volume 1*, p. 341-352
- Lemay, Y. (2012) *Comment valoriser ? Les options possibles et leurs implications. La valorisation des archives: une mission, des motivations, des modalités, des collaborations*. Louvain: L’Harmattan,
- Lopes, T. (1990) *Pessoa por conhecer: Roteiro para uma expedição*. Front Cover. Maria Teresa Rita Lopes. Lisboa, Editorial Estampa.

- Lopes, T. (2004) *Fernando Pessoa et le Drame Symboliste: Héritage et Création*, Paris: Édition de la Différence, Collection Les Essais.
- Martins, F.C. (2010). *Dicionário de Fernando Pessoa e do modernismo português*. São Paulo: Leya.
- Meireles, M. (2016) Caixa com textos inéditos de Fernando Pessoa é encontrada na África do Sul. Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/01/1730006-caixa-com-ineditos-de-fernando-pessoa-e-pesquisa-sobre-poeta-e-achada.shtml>> [Acesso em: 19/03/2016.]
- Meneses, U. (2010) O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. Conferência Magna. Fórum nacional de patrimônio cultural, 1., 2010, Brasília. Anais... Brasília: IPHAN, 2010. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Texto%204%20-%20MENESES.pdf>>. [Acesso em: 09 dez. 2015.]
- Portugal. (1999) Lei do Património cultural português. Lei n.º 13/85. DR 153/85 SÉRIE I de 06 de julho de 1985. Assembleia da República. Cadernos de Sociomuseologia, Lisboa, n.15, p. 271-303, 1999. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/3775/Lei%2013_85.pdf?sequence=1> [Acesso em: 12 set. 2016.]
- Semedo, A. (2010) Práticas (i)materiais em MUSEUS Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola, Volume 1, p. 62-80.
- Sepúlveda, P. (2014) *Pessoas-livros: O Arquivo Bibliográfico de Fernando Pessoa*. Revista do Programa de Doutoramento em Materialidades da Literatura. Volume 2.1. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa. p. 55-77
- Standing conference on archives and museums, (2002) *A Code of Practice on Archives for Museums and Galleries in the United Kingdom*. Museums Association, The Society of Archivists, and The Association for Independent Museums. Third Edition. London,
- Disponível em: <www.archivesandmuseums.org.uk/scam/code.pdf> [Acesso em 19/02/2016]
- Vila Maior, D. (1994) *Fernando Pessoa: heteronímia e dialogismo — O contributo de Mikhaïl Bakhtine*. Coimbra, Livraria Almedina.

APLICACIÓN DE LOS PRINCIPIOS DE LAS ONTOLOGÍAS A LA RECUPERACIÓN DE INFORMACIÓN EN BIG DATA

Zuriñe Piña Landaburu

Universidad Complutense de Madrid

Resumen

En los últimos años, el área tecnológica de Big Data ha vivido un crecimiento excepcional. Este concepto puede definirse como la gestión, análisis y tratamiento de grandes volúmenes de datos mediante diferentes técnicas, con el objetivo de encontrar patrones que se repiten, siendo esto una valiosa fuente de información. Esta información se puede usar habitualmente en el ámbito empresarial o el marketing; incluso, se trata de una información aplicable a ámbitos tan dispares como el análisis político o la investigación científica. Esta información es un activo imprescindible para ayudar a las organizaciones a tomar buenas decisiones.

Al tratarse de grandes volúmenes de datos –en algunos casos, correspondientes a distintas bases de datos–, es necesario aplicar herramientas de análisis y gestión propias, específicas de esta área tecnológica; sin embargo, existen herramientas de representación y gestión del conocimiento que, convenientemente adaptadas, pueden aplicarse a estos grandes volúmenes de datos.

Existen algunas herramientas tradicionales ya utilizadas, como la minería de datos o el análisis de texto; sin embargo, es interesante aplicar otras iniciativas, ya conocidas en el ámbito de las Ciencias de la Documentación, para potenciar y mejorar la capacidad de recuperación de grandes volúmenes de datos.

Un ejemplo de estas herramientas son las ontologías: definidas como “una especificación formal de una conceptualización compartida”, han pasado a ser un concepto tradicional propio de la filosofía a herramientas de gestión del conocimiento íntimamente relacionadas con las Nuevas Tecnologías e Internet.

La aplicación de las ontologías al ámbito de Big Data está directamente relacionada con la esencia misma de los datos que se manejan: su heterogeneidad. Como se ha explicado, se trata de grandes volúmenes de datos, a menudo de diferentes orígenes; esto implica una descentralización y desorganización, que puede repercutir negativamente a la recuperación de información. Existe, por tanto, un paralelismo con la problemática a la que se enfrentan los desarrolladores de ontologías a la hora de establecer la representación de un dominio: descentralización, desorganización y falta de estructura. Teniendo en cuenta que las ontologías han demostrado ser muy eficaces para solventar este problema, se considera que la aplicación de algunos de los principios ontológicos a la recuperación de la información en Big Data puede ser muy beneficiosa.

Hay que tener en cuenta que se trata de una aproximación teórica; es decir, se analizan los diversos aspectos fundamentales del diseño y desarrollo de una ontología, para observar su posterior aplicación a los grandes volúmenes de datos. Para ello, podemos establecer paralelismos entre conceptos fundamentales de las ontologías y su reflejo desde la perspectiva de recuperación de la información en Big Data. Un ejemplo de ello es el dominio, como se ha dicho. La organización fundamental de un dominio

—es decir, de un elemento del mundo real- se realiza mediante la división de sus conceptos en clases, es decir, en categorías que comparten unas características comunes.

Por su parte, otros aspectos fundamentales de las ontologías como las propiedades y las instancias pueden ser el reflejo —desde un punto de vista teórico- de una representación de un entorno complejo; un ejemplo de ello es la aplicación de estos principios a la idea del análisis de la información relevante del área de Big Data que se esté analizando, especialmente en relación a su uso posterior. Esta información, que usualmente estará compuesta por los conceptos propios del “mundo real” que se estudia, puede verse reflejada en el marco teórico de las ontologías como las instancias. De la misma manera, en el caso de las propiedades, se puede aplicar un meta-análisis de los “datos sobre los datos”, es decir, de la información utilizada para la definición, descripción y delimitación de la información que se ha considerado relevante.

En conclusión, podemos ver que la aplicación de un marco teórico propio de la representación del conocimiento en el ámbito de las ontologías puede ser beneficioso al ámbito de Big Data. Por supuesto, al tratarse de un acercamiento teórico, es necesario llevar a cabo un análisis en profundidad tanto desde el punto de vista de la recuperación de la información como desde el punto de vista de la propia arquitectura de Big Data. En consecuencia, el marco ideal para ello sería un trabajo en conjunto de profesionales de estas dos áreas, para poder obtener un resultado que aúne las ventajas de ambas.

Palabras clave: Ontologías, Big Data

Abstract

In recent years, the technological area of Big Data has experienced exceptional growth. This concept can be defined as the management, analysis and treatment of large volumes of data using different techniques, in order to find repeating patterns, which is a valuable source of information. This information can usually be used in business or marketing; This information is also applicable to areas as diverse as political analysis or scientific research. This information is an essential asset to help organizations make good decisions.

In the case of large volumes of data - in some cases, corresponding to different databases - it is necessary to apply analysis and management tools specific to this technological area; however, there are tools for representation and knowledge management that, suitably adapted, can be applied to these large volumes of data.

There are some traditional tools already used, such as data mining or text analysis; however, it is interesting to apply other initiatives, already known in the field of Documentation Sciences, to enhance and improve the retrieval capacity of large volumes of data.

An example of these tools are ontologies: defined as "a formal specification of a shared conceptualization", have become for a traditional concept of philosophy to knowledge management tools closely related to New Technologies and the Internet.

The application of ontologies to the field of Big Data is directly related to the essence of the data being handled: its heterogeneity. As explained, these are large volumes of data, often from different sources; this implies a decentralization and disorganization, which can negatively affect the retrieval of information. There is, therefore, a parallelism with the problematic that the ontology developers face when establishing the representation of a domain: decentralization, disorganization and lack of structure. Taking into account that ontologies have proven to be very effective in solving this problem, it is

considered that the application of some of the ontological principles to information retrieval in Big Data can be very beneficial.

It must be taken into account that this is a theoretical approach; that is to say, it analyzes the diverse fundamental aspects of the design and development of an ontology, to observe its later application to the great volumes of data. For this, we can establish parallels between fundamental concepts of ontologies and their reflection from the perspective of information retrieval in Big Data. An example of this is the domain, as has been said. The fundamental organization of a domain - that is, of an element of the real world - is achieved by dividing its concepts into classes, that is, into categories that share common characteristics.

On the other hand, other fundamental aspects of the ontologies like the properties and the instances can be the reflection - from a theoretical point of view - of a representation of a complex environment; An example of this is the application of these principles to the idea of the analysis of the relevant information of the area of Big Data that is being analyzed, especially in relation to its later use. This information, which will usually be composed of the concepts of the "real world" studied, can be reflected in the theoretical framework of ontologies as the instances. Similarly, in the case of properties, a meta-analysis of the "data on the data" can be applied, that is, the information used for the definition, description and delimitation of the information that has been considered relevant.

In conclusion, we can see that the application of a theoretical framework of the representation of knowledge in the field of ontologies can be beneficial to the scope of Big Data. Of course, as it is a theoretical approach, it is necessary to carry out an in-depth analysis both from the point of view of information retrieval and from the point of view of Big Data's own architecture. Consequently, the ideal framework for this would be a joint work of professionals from these two areas, in order to obtain a result that combines the advantages of both.

Keywords: Ontologies, Big Data

1. EL CONCEPTO DE BIG DATA Y SU RELACIÓN CON LAS CIENCIAS DE LA DOCUMENTACIÓN

El conocimiento es un valor en sí reconocido desde la Antigüedad; por ejemplo, el sabio militar chino Sun Tzu recomendaba lo siguiente en su libro “El arte de la guerra”: conócete a ti mismo y conoce a tu enemigo. Es decir, desde los inicios de la Historia se ha tenido en cuenta el conocimiento como un factor clave para llevar a cabo decisiones estratégicas. Sin embargo, nunca hemos tenido en nuestras manos tal cantidad de conocimiento como el que existe desde mediados del siglo XX hasta hoy en día; es decir, desde el desarrollo de nuevas tecnologías e iniciativas para el desarrollo, recuperación y expansión de la información.

Este fenómeno tiene una parte negativa y otra positiva. La parte negativa, por supuesto, es que la habitual sobrecarga de información puede dificultar la creación de conocimiento realmente útil. Por otro lado, la parte positiva es que, a mayor cantidad de información, más posibilidades de hallar algo realmente útil y, por tanto, de crear conocimiento. En este contexto, podemos definir el conocimiento como la información con un valor añadido.

Internet ha sido el punto de inflexión de este fenómeno. La aparición de una tecnología capaz de crear y compartir, a cada segundo, una ingente cantidad de información ha hecho que exista una popularización del conocimiento que no ha tenido parangón desde la aparición de la imprenta. Por otra parte, sus características técnicas y su uso centrado en el usuario han hecho que este haya pasado a ser tanto emisor como receptor de la información. En esencia, podemos ver el nuevo papel de los usuarios y la información digital como algo similar a una conversación: ambas partes comparten y obtienen información y ambas partes resultan enriquecidas.

Esta expansión del conocimiento implica la aparición de sistemas e iniciativas capaces de organizar, documentar y filtrar la información necesaria de esta gran nube de datos, para poder convertirla en conocimiento. En respuesta a esta necesidad, han aparecido algunas nuevas iniciativas que prometen ser revolucionarias. Entre ellas, el concepto de Big Data aparece como una de las más interesantes.

Como se observa en la obra “Big Intelligence: nuevas capacidades Big Data para los sistemas de Vigilancia Estratégica e Inteligencia Competitiva” (Miranda Raya, 2015) el concepto de Big Data parece estar claramente definido por su término de uso, es decir, “muchos datos”. Sin embargo, va mucho más allá de la gestión de los grandes volúmenes de datos, siendo en sí misma toda una forma de pensar.

Este autor define Big Data no sólo como una técnica, sino como un paraguas que abarca un grupo heterogéneo de tecnologías y áreas de conocimiento que sirven para la extracción del conocimiento de grandes volúmenes de datos. Podemos afirmar que, en este marco, el dato es la unidad básica, la información son los datos almacenados y relacionados y, por su parte, como hemos dicho, el conocimiento es información con un valor añadido. Desde el punto de vista práctico, el conocimiento es la información que sirve para satisfacer una necesidad.

Por su parte, en el artículo “Técnicas Big Data: análisis de textos a gran escala para la investigación científica y periodística” (Arcila-Calderón, Barbosa-Caro y Cabezuelo-Lorenzo, 2016) este concepto es definido de la siguiente manera: volúmenes masivos y complejos de información tanto estructurada como no estructurada, que es recogida durante cierto período de tiempo y que requiere de métodos computacionales para extraer conocimiento. A pesar de esta definición, también se observa que existe un escaso consenso y claridad acerca del concepto de Big Data y sobre las técnicas para análisis de textos a gran escala (Verbeke et al., 2014).

Finalmente, en el artículo “Big Data y analítica web: estudiar las corrientes y pescar en un océano de datos” (Serrano-Cobos, 2014) se explica que estas palabras, más que un concepto en sí, hacen referencia a una marca fácilmente reconocible, exportable y comerciable que haga grandes promesas pero sin una definición clara: el desarrollo de sistemas que puedan gestionar grandes conjuntos de datos (data sets).

Si bien no podemos obtener una definición universal, sí que podemos ver un patrón en la literatura y entorno profesional de este concepto: su utilidad. Además del hecho en sí de la obtención del conocimiento, se observa como una de las metas principales la obtención de un conocimiento capaz de ayudar en la toma de decisiones. Esto puede ser de gran utilidad en acciones como la venta de un producto nuevo o incluso en política, para conocer mejor los distintos perfiles de los votantes y crear campañas electorales en consecuencia. A esto se le denomina “análisis predictivo”. Podemos observar un paralelismo con lo explicado al inicio, en el cual el conocimiento es el activo más importante para tomar las decisiones adecuadas.

2. INICIATIVAS DE LAS CIENCIAS DE LA DOCUMENTACIÓN APLICADAS A BIG DATA

Si bien habitualmente este concepto se encuentra claramente relacionado con disciplinas como las matemáticas, la estadística y la informática, debemos tener en cuenta cuál es su base principal: la gestión de la información y del conocimiento. En consecuencia, se puede ver que las Ciencias de la Documentación pueden ser un punto de apoyo imprescindible para Big Data, sobre todo si observamos esta ciencia, como se ha dicho, como un paraguas: un entorno multidisciplinar en el que convergen varias ciencias distintas entre sí con un objetivo común.

Algunas de las iniciativas típicas del ámbito de las Ciencias de la Documentación ya están siendo aplicadas a Big Data. Un ejemplo de ello es la minería de datos (Arcila-Calderón, Barbosa-Caro y Cabezuelo-Lorenzo, 2016), que consiste en la extracción de conocimiento a partir de datos masivos y las relaciones subyacentes que pueden existir entre ellos.

También es habitual el uso del procesamiento de lenguaje natural, especialmente en el área de la lingüística computacional, que es una disciplina que se ocupa de las cuestiones relacionadas con los sistemas informáticos cuyo propósito es el de intentar comprender, analizar o generar textos en lenguaje natural (Miranda Raya, 2015). La gran mayoría de la información existente en Internet está creada en lenguaje natural, sobre todo teniendo en cuenta que el usuario, habitualmente, no utiliza y/o desconoce el uso de lenguajes controlados.

En definitiva, a la hora de gestionar grandes volúmenes de datos en lenguaje natural es muy recomendable aplicar el procesamiento de lenguaje natural. Esto puede hacerse utilizando herramientas tradicionales de las Ciencias de la Documentación, como los vocabularios controlados o las ontologías.

3. LAS ONTOLOGÍAS EN LA ACTUALIDAD EN EL ÁMBITO DE LA RECUPERACIÓN DE LA INFORMACIÓN

Berners-Lee, el creador de la actual visión de Internet, definió la Web semántica de la siguiente manera: es una extensión de la actual web, en la que la información es dada con un significado bien definido, permitiendo a los ordenadores y personas trabajar de manera cooperativa (Berners-Lee, Hendler, Lassila, 2001). Por su parte, para la aplicación real de los principios de esta visión de la Red al Internet actual, es necesario tener en cuenta algunos puntos:

Disponibilidad de contenido, que implica una actualización y conversión de las páginas web para la web semántica, aplicando contenido XML y contenido dinámico, multimedia y servicios web.

Una mayor disponibilidad, desarrollo y evolución de las ontologías, para hacer posible mostrar de forma semántica el contenido de cada web, así como controlar la evolución de anotaciones de las ontologías.

Escalabilidad, para llevar a cabo un esfuerzo significativo para la organización del conocimiento existente en la web semántica y un almacenamiento, además de ofrecer mecanismos para su recuperación.

Un soporte multilingaje, de manera que toda aproximación a la web semántica pueda ofrecer mecanismos de acceso a la información en lenguajes distintos.

Visualización intuitiva, por la cual un reconocimiento simple del contenido por parte de los usuarios satisfaga sus necesidades.

Estabilidad de los lenguajes de la web semántica, por lo que es imprescindible llevar a cabo iniciativas para la estandarización en este ámbito (Marcano Aular, Talavera Pereira, 2006).

Las ontologías, definidas como una especificación formal de una conceptualización compartida (Gruber, 1993), han demostrado ser uno de los activos imprescindibles para el desarrollo de la Web semántica. Los conceptos de Big Data y Web semántica están íntimamente relacionados, ya que el fenómeno de los grandes volúmenes de datos hubiera sido imposible de comprender sin el desarrollo de herramientas tecnológicas capaces de hacer que personas sin una especialización directa fueran capaces de ser creadores y receptores del conocimiento.

Los datos analizados, por supuesto, pueden ser de todo tipo de ámbitos: desde análisis estadísticos a estudio de conclusiones de diferentes publicaciones científicas. Sin embargo, si Internet no hubiera evolucionado de manera que sus capacidades hoy en día no fueran utilizables por un perfil heterogéneo de personas, desde científicos de distintas ramas hasta economistas, pasando por los usuarios de Redes Sociales, el volumen de datos disponibles sería mucho menor. Es importante no olvidar al usuario como centro mismo de la Gestión del Conocimiento, tanto en su visión de receptor como creador, ya que los datos a analizar existen por ser, en última instancia, obra de seres humanos.

Como podemos ver, si bien en su origen el concepto de ontología estaba relacionado con el ámbito de la filosofía, ha pasado a ser una de las herramientas fundamentales de las Ciencias de la Documentación y, en fecha más cercana, uno de los conceptos más útiles para representación y recuperación del conocimiento en el ámbito de Internet.

Su utilidad para representar un área del conocimiento concreta, sobre todo teniendo en cuenta el desarrollo que han tenido las tecnologías afines a este ámbito que sirven para aprovechar las ventajas de las ontologías en el entorno digital, hacen que podamos defender sus ventajas en el entorno de la información existente en Internet. Esto se debe a su heterogeneidad, tanto temática como referente a la tipología documental, que abarca desde textos escritos hasta contenido multimedia.

Se trata de un contenido en continuo crecimiento, descentralizado y desorganizado, que necesita de un proceso documental para poder aprovechar toda su utilidad. Este proceso documental, hasta ahora llevado a cabo por seres humanos, puede realizarse por parte de las máquinas gracias a la implementación de la Web semántica, aplicando a su vez los puntos imprescindibles explicados anteriormente.

4. LOS PRINCIPIOS BÁSICOS DE LAS ONTOLOGÍAS Y SU APLICACIÓN AL ÁMBITO DE BIG DATA

Teniendo en cuenta la capacidad que han demostrado las ontologías para servir como respuesta a la problemática de la información desestructurada y con dificultades para satisfacer las necesidades de los usuarios, consideramos que este hecho puede ser un buen punto de partida para establecer paralelismos entre la problemática a la que tienen que hacer frente los gestores de Big Data y la gestión del conocimiento en la Web semántica y social.

Se trata de una aproximación teórica, ya que la reformulación completa de tecnologías creadas específicamente para la gestión de información de Big Data implicaría una complejidad y unos conocimientos que en este momento en concreto no se pueden afrontar. Sin embargo, esto no es óbice para que no podamos establecer paralelismos entre los conceptos principales de toda ontología y su reflejo en este aspecto.

Para ello, el primer punto consiste en delimitar con exactitud cuáles son estos conceptos y de qué manera se pueden aplicar. En primer lugar, existe el dominio como base fundamental de toda ontología. El dominio es el elemento del “mundo real” que se pretende representar en la ontología, como puede ser un área temática. En líneas generales, podemos decir que, para que una ontología sea considerada como tal, es preciso que tenga, al menos, dos tipos de componentes, que son los elementos y relaciones entre ellos. Por su parte, en la literatura científica se han definido una serie de componentes básicos que son comunes a la gran mayoría de las ontologías (Pedraza-Jiménez, Codina, Rovira, 2007).

Clases. Entidades del mundo real, categorizables en conjuntos con características similares, que pueden ser objetos físicos o conceptuales. Dentro de este tipo de componente se pueden encontrar las clases hermanas, que son las que comparten una misma clase de origen, y disjuntas, que son clases que se caracterizan por la imposibilidad de un elemento que exista en una esté también en otra.

Entidades. Se trata de la descripción de los conceptos de un dominio, siendo este componente el núcleo de toda ontología.

Propiedades. Son pares de atributo-valor, que se utilizan para describir las características principales de las entidades de la ontología.

Instancias. Las instancias son las representaciones de los elementos particulares de una clase; lo habitual es que se trate de conceptos del “mundo real”.

Como hemos dicho, dado que se trata de una aproximación teórica y creada como apoyo para un entorno claramente multidisciplinar, procederemos a analizar estos componentes y su aplicación teórica al ámbito de Big Data. en relación a la recuperación de la información.

En primer lugar, tenemos el elemento definido como dominio. En el caso de las ontologías, un dominio es el conocimiento humano que se desea conceptualizar. Por definición, un dominio es heterogéneo, desorganizado y con múltiples ramificaciones; esto se debe a que el conocimiento humano, al igual que el lenguaje natural en el que se representa, es caótico en sí mismo.

Esto se aplica a cualquier área temática; por sus características, la tecnología y conocimientos actuales imposibilitan crear una ontología universal, que pueda representar de forma completa la totalidad del conocimiento humano; sin embargo, si bien una ontología es la representación a escala delimitada de parte de ese conocimiento, el desarrollador de la ontología debe hacer frente a este problema.

Por esta razón, es necesario que delimite con la mayor exactitud posible qué se desea representar. En el caso de los grandes volúmenes de datos, nos encontramos con un problema similar, si bien hay que tener en cuenta que lo heterogéneo y ramificado no es el conocimiento, sino los datos en bruto. Pero, dada la misma problemática, podemos aplicar el mismo principio: es necesario definir con exactitud cuáles son los datos que “se tienen entre manos”, es decir, con qué se está trabajando. En este caso, sería recomendable aplicar un proceso documental en el momento de la recopilación, si bien esto depende de los medios técnicos y humanos de los que se disponga.

Siguiendo con el dominio, hemos explicado que, en una ontología, el conocimiento existente en el mismo se clasifica en clases, esto es, en categorizaciones según características similares. Este principio también resulta aplicable, si bien hay que hacerlo de manera parcial, ya que en los grandes volúmenes de datos las clases habrán de ser forzosamente más abundantes y complejas; por esta razón, sería muy recomendable aplicar subclases y relaciones entre ellas.

Esta organización teórica, aplicada a proyectos de Big Data de manera personalizada según las características de los datos y la tecnología disponible, haría posible el posterior proceso de recuperación de información. Una forma de aplicar esto desde un punto de vista práctico es tenerlo en cuenta en el proceso de creación de un software de gestión de grandes volúmenes de datos. De esta manera, una primera organización implicaría un proceso de recuperación de información posterior más eficiente.

Consideramos que la visión general de los datos de Big Data como un dominio del conocimiento es uno de los puntos que más se podrían beneficiar de la aplicación de los principios ontológicos. A pesar de esto, también puede ser de gran utilidad tener en cuenta los otros principios, como las propiedades y las instancias, sin olvidar la antedicha visión teórica. En el caso concreto de las propiedades y las instancias, se pueden analizar como reflejo de una representación de un entorno complejo.

Por ejemplo, se hace posible aplicar estas bases al concepto del análisis de la información más relevante de los datos que se estén analizando; es decir, separar los datos que no ofrezcan información real según los estándares que se hayan definido y que, en consecuencia, no sean susceptibles de convertirse en conocimiento. Se trata de información habitualmente compuesta por los citados conceptos del “mundo real”, y en el contexto del marco teórico de las ontologías, se trata de las instancias.

Finalmente, en el caso de las propiedades, se hace posible la aplicación de un meta-análisis de los datos analizados gracias al concepto de las instancias. Se trata de un análisis de los “datos sobre los datos”, esto es, de la información que se ha utilizado para poder definir, describir y delimitar la información que anteriormente hemos definido como susceptible de ser relevante.

De esta manera, se hace posible un ahorro de tiempo y esfuerzo y la obtención de resultados de mayor calidad. Además, puede servir como punto de aprendizaje; las experiencias obtenidas en este meta-análisis serán, sin duda alguna, de gran utilidad para procesos posteriores, tanto en el mismo contexto en el que se han aplicado como en otros. En consecuencia, la aplicación de las lecciones aprendidas y experiencias de este proceso puede ayudar a otros grupos o iniciativas, redundando en un beneficio global del ámbito completo de Big Data.

5. CONCLUSIONES

Si analizamos esta aplicación como un todo, podemos ver que no se trata de un “volcado” teórico y conceptual, sino de una aplicación de algunos principios que pueden ser de utilidad para algunos aspectos concretos de la recuperación de información en el ámbito de Big Data. Esto se debe a que, para el éxito de esta tarea, es necesario que converjan elementos de distintas áreas del conocimiento. En el caso de las Ciencias de la Documentación, podemos ver que, además de una ciencia en sí, ofrece principios que

se pueden aplicar a otros entornos; sus características la hacen tanto una ciencia en sí misma como una ciencia auxiliar.

En concreto, podemos ver que aplicar el marco teórico de las ontologías puede ser de gran ayuda al área de Big Data. Como hemos explicado a lo largo de este trabajo, se trata de una aproximación teórica; esto implica que, antes de una aplicación práctica, resulta imprescindible realizar un completo análisis del tema, teniendo en cuenta tanto los aspectos referentes de la recuperación de la información como la arquitectura, las infraestructuras y las características teórico-prácticas y tecnológicas disponibles.

Esto da lugar a un nuevo campo de trabajo que sirva para poder aprovechar el potencial que hemos reseñado: un trabajo en conjunto de profesionales de estas distintas áreas, que, como hemos visto, tienen muchos puntos en común. Esta colaboración puede dar beneficios a todas las partes implicadas; por una parte, los profesionales de la documentación podrían aplicar sus conocimientos en el área de la recuperación de información, aplicando tanto los aspectos teóricos que podrían resultar beneficiosos como la experiencia de los años de trabajo de una completa disciplina; por otra parte, ayudaría a mejorar las habilidades de estos profesionales, tanto de un lado como de otro, gracias a un reciclaje profesional y formativo.

Gracias a esta colaboración, las propias disciplinas podrían salir también beneficiadas. Las Ciencias de la Documentación, como hemos explicado al principio, se encuentran en un proceso de continua mejora y adaptación a los tiempos, por lo que es necesario tener en cuenta otras áreas teórico-prácticas relacionadas con la documentación y, sobre todo, con la gestión del conocimiento. De esta manera, estarán mejor preparadas para satisfacer las necesidades de los usuarios, que son vivas y adaptativas.

También es necesario dar a conocer las indudables ventajas que esta disciplina tiene para otras áreas del conocimiento, especialmente las que están en continuo crecimiento, como es Big Data. Este conocimiento redundaría de manera beneficiosa en la empleabilidad de estos profesionales, y ayudaría a una mejora en la consideración social de la disciplina.

En conclusión, es necesario que las Ciencias de la Documentación y Big Data encuentren puntos de trabajo común y retroalimentación, ya que este proceso sólo puede traer beneficios generales. Por tanto, es preciso que se mejore la comunicación en este sentido, ya que las herramientas existentes en nuestra disciplina están siendo poco aprovechadas por otras; muy posiblemente, esto se deba a un escaso conocimiento.

Finalmente, según hemos explicado con anterioridad, la aplicación práctica de Big Data a menudo está relacionada con la obtención de conocimiento para la toma de decisiones beneficiosas. En consecuencia, la aplicación de principios básicos de las Ciencias de la Documentación, como las ontologías, ayudaría en gran medida a este proceso, por lo que las personas e instituciones que precisen de estas decisiones también se verían beneficiadas.

6. BIBLIOGRAFIA

- ARCILA-CALDERÓN, C. et al. (2016). "Técnicas Big Data: análisis de textos a gran escala para la investigación científica y periodística". En *El profesional de la información*, julio-agosto, v. 25, n. 4. eISSN: 1699-2407.
- BERNERS-LEE, T.; HENDLER, J.; LASSILA, O. (2001). "The Semantic web". En: *Scientific American*, New York, nº 284, mayo 2001, p. 34-43.
- GRUBER, T. R. (1993). "What is an Ontology?" [En línea]. Acceso: <http://www-ksl.stanford.edu/kst/what-is-an-ontology.html> Última consulta: 6 de agosto de 2014.

- GRUBER, T. R. (1995). "Toward Principles for the Design of Ontologies Used for Knowledge Sharing". *International Journal of Human-Computer Studies, Special Issue on the Role of Formal Ontology in the Information Technology*, 43(5/6), pp. 907-928.
- MARCANO AULAR, Y. J. y TALAVERA PEREIRA, R. "Gestión de la información a través de la web semántica: Iniciativas y dificultades". *Revista Venezolana de Gerencia [online]*, vol.11, n.36, pp. 550-558. ISSN 1315-9984
- MIRANDA RAYA, A. (2015). "Big Intelligence: nuevas capacidades Big Data para los sistemas de Vigilancia Estratégica e Inteligencia Competitiva" [En línea]. Acceso: http://api.eoi.es/api_v1_dev.php/fedora/asset/eoi:80517/EOI_BigIntelligence_2015.pdf Última consulta: 25 de agosto de 2016.
- PEDRAZA-JIMÉNEZ, R.; CODINA, L.; ROVIRA, C. (2007) "Web semántica y ontologías en el procesamiento de la información documental". En: *El profesional de la información*, noviembre-diciembre, v.16, n. 6, pp. 569-578.
- SERRANO-COBOS, J. (2014). "Big Data y analítica web: estudiar las corrientes y pescar en un océano de datos". En *El profesional de la información*, noviembre-diciembre, v. 23, n. 6. ISSN: 1386-6710
- VERBEKE, M. et al. (2014). "When two disciplines meet, data mining for communication science". En: 64th Annual meeting of International Communication Association (ICA) conf. Seattle, USA [En línea]. Acceso: <https://lirias.kuleuven.be/handle/123456789/436424> Última consulta: 20 de agosto de 2016.

(II) POLÍTICAS DE INFORMACIÓN

POLÍTICAS DE ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL: AVANÇOS E RECUOS NAS VIAS DE ACESSO À CIDADANIA

Acácia Mendonça Rios, Aurora Cuevas-Cerveró, Ronaldo Linhares

Universidad Complutense y Universidade Tiradentes

Resumo

Este trabalho se propõe a investigar os tipos de solicitações feitas sobre o programa Bolsa Família no portal www.acessoainformacao.gov.br, desde que a LAI - Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527) entrou em vigor, em 2012, para entender como e por quais segmentos especificamente vêm sendo utilizados e de que forma a lei efetivamente vem cumprindo o seu papel na construção e fortalecimento da cidadania. A partir das perguntas analisadas, foi possível observar que os pedidos se dividem principalmente entre pesquisadores e beneficiários do Bolsa Família. A metodologia utilizada neste trabalho consiste na contextualização da LAI, na análise deste conteúdo específico do portal e na sistematização e interpretação das informações filtrando pela entrada “Bolsa Família” no período 2015-2016. Além disso, a pesquisa indica que a natureza das solicitações mostram que o portal tem um caráter ‘organizador’ da informação, não só respondendo, mas principalmente orientando e redirecionando as perguntas para os respectivos órgãos.

Palavra-chave: Lei de Acesso à Informação, Bolsa Família, cidadania

Abstract

This study aims to examine the types of requests made about the Brazilian cash transfer program “Bolsa Família” in the www.acessoainformacao.gov.br portal, since the LAI – (Lei do Acesso à Informação, or Information Access Act) came into force in Brazil, in 2012. The study intends to understand which segments of the population have been using the portal, and how, and also how the legislation is effectively fulfilling its role in building and strengthening citizenship. The methodology used is the contextualization of LAI, the analysis of the specific content of the portal and the systematization and interpretation of information filtering by the entry “Bolsa Família”. In addition, the research indicates that the portal has an ‘organizing’ character, not only responding, but mostly directing and redirecting questions to diverse bodies of the government. From an analysis of the questions presented by users, one concludes that applications are divided mainly between researchers and beneficiaries of “bolsa família”.

Keywords: Information Access Act, Bolsa Família, Citizenship

1. INTRODUÇÃO

Este texto aborda a Lei de Acesso à Informação (LAI), como política pública de acesso à informação no Brasil. De número 12.527 e sancionada em 2011, a lei entrou em vigor em 16 de maio de 2012. Pretende-se explorar aqui especificamente os tipos de solicitações feitas sobre o programa Bolsa Família¹ (BF, a partir de agora), o perfil dos solicitantes e das perguntas. O objetivo é verificar os mecanismos de controle utilizados pelo governo e se a lei cumpre o seu papel na construção e fortalecimento da cidadania. Para isso, entretanto, faremos uma abordagem contextual das políticas de acesso à informação na América Latina.

O direito de acesso à informação pública, de acordo com Oyhanarte e Kantor (2015) se relaciona com o exercício da liberdade de expressão (direito a saber), participação dos cidadãos nos assuntos públicos, transparência dos atos do governo e com a propriedade da informação.

Atendendo a este direito, as leis de acesso à informação, elaboradas por alguns países, também têm se tornado um requisito de maturidade dos sistemas democráticos e é o principal responsável pelo bom funcionamento do Governo Aberto, modelo de administração pública que se baseia em quatro pilares: transparência, *accountability*, participação e tecnologia/ inovação² e foi descrita na Declaração de Princípios Open *Government Partnership*. Publicada em setembro de 2011, inspira-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos e teve seu marco com o discurso de Barack Obama na ONU, em 2010, sobre transparência na administração. Alguns países, a partir daí, formaram as bases de uma parceria internacional para serem considerados países reconhecidamente abertos (EUA, Brasil, África do Sul, Filipinas, Indonésia, Noruega, México e Reino Unido).

Depois deste pontapé inicial, outros países também passaram a fazer parte, mas de acordo com Ribeiro (2012, p. 5), são necessários alguns critérios: a) transparência orçamentária; b) acesso à informação; c) divulgação de declarações patrimoniais pelas autoridades e d) liberdades civis e participação social. Cada país membro deve elaborar um plano de ação para, num prazo de dois anos, alcançar quatro objetivos principais: 1) aumentar a disponibilidade de informações sobre atividades governamentais; 2) apoiar a participação social; 3) implementar os padrões mais altos de integridade profissional na administração e 4) ampliar o acesso às novas tecnologias. A cada dois anos, uma instituição externa avalia e apresenta um relatório sobre os resultados alcançados por aquele país (www.governoaberto.gov.br).

No contexto latino-americano, o Brasil foi um dos mais recentes países a criar uma lei de acesso à informação (LAI). Prevista na Constituição de 1988 (Art. 5, Inciso XXXIII), até então não tinha formulado uma norma específica.

De acordo com Paes (2012, p. 242),

A LAI foi construída a partir de novos parâmetros internacionalmente reconhecidos para fins de direito de acesso à informação. Ela incorporou novos conceitos que ampliam o entendimento comum sobre o princípio da publicidade (...) e apontam para a adoção da máxima transparência.

Na tabela (1) abaixo, podemos observar que a Colômbia saiu na frente ao criar uma lei de acesso à informação e somente dezessete anos depois outro país, o México, teria a sua também. A partir daí,

¹ O Bolsa Família é um programa de transferência criado em 2004 pelo governo de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) que tem o objetivo de combater a fome e reduzir a extrema pobreza e miséria e promover a emancipação das famílias em situação de maior pobreza do país. A renda per capita é de até 154 reais mensais e é condicionada ao acesso à educação, saúde e assistência social. Fontes: www.bolsafamilia.datasus.gov.br e www.mds.gov.br

² Disponível em www.governoaberto.gov.br

outros viriam a adotar também a lei como política de acesso à informação com características bastante similares entre elas devido a um modelo internacional sugerido pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura).

Ano	País
1985	Colômbia
2002	México Panamá Peru
2003	Argentina ³
2004	Equador República Dominicana
2006	Honduras
2007	Nicarágua
2008	Chile Guatemala Uruguai
2011	Brasil El Salvador
2014	Paraguai

TABELA 1 – ORDEM NA QUAL AS LEIS DE ACESSO À INFORMAÇÃO FORAM CRIADAS NA AMÉRICA LATINA. FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

Fenômeno recente, as políticas de acesso à informação nesta parte do continente vêm se consolidando a partir de duas frentes. A primeira, devido ao cenário democrático protagonizado pela Sociedade Civil nos quinze países onde a legislação já existe. A segunda, graças à presença das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC's), que possibilitam que o acesso seja prático, rápido e eficaz.

Podemos afirmar que somente a Democracia pode albergar uma lei que possibilite às pessoas o acesso às informações públicas de qualquer natureza, salvo, as que forem de segurança nacional. Este ambiente possibilita levar à prática o artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, editada em 1948, que destaca que “todo ser humano tem direito à liberdade de opiniões e de procurar, receber e transmitir informações”. Para que possa exercê-lo, no entanto, é necessário que os Estados deem as condições de acesso à informação.

Se de um lado o ambiente democrático exige a liberdade de expressão, de outro, ele encerra também o direito de acesso à informação pública. Esta, de acordo com Lopes (2011, p. 4), “empodera o cidadão, amplia a capacidade de monitoramento da sociedade e, como resultado, cria um ambiente em que governos se tornam muito mais responsivos”.

Uhlir (2006, p. 27-27) destaca alguns benefícios:

Para as informações produzidas pelos governos, um dos maiores valores não-econômicos associados à disseminação da informação governamental no domínio público é a “transparência” da governança e a promoção dos ideais democráticos: igualdade, democracia e abertura. Quanto maior for a quantidade de informação disponível abertamente pelo governo e sobre o governo, menor será a possibilidade de este governo conseguir ocultar atos ilegais, corrupção e má administração. O sigilo excessivo, ao contrário, produz a tirania. A disseminação aberta e irrestrita da informação do setor público também promove a melhoria da saúde e segurança

³ No caso da Argentina, em 2004 foi editado o decreto 1.172/2003 e somente no dia 14 de setembro de 2016 homologou a Lei de Acesso à Informação.

públicas e do bem-estar social geral, à medida que os cidadãos se tornem mais bem informados para tomar decisões sobre sua vida cotidiana, seu ambiente e seu futuro.

O contexto da Sociedade da Informação com a introdução das TIC's também criou um ambiente favorável à sua efetivação e cumprimento das normas legais, transformando-se num canal entre cidadão e Governo. Segundo Muggah e Diniz (2014, p. 3), quase a metade da população total da América do Sul e da América Central estará em breve conectada à internet, muito à frente, inclusive, da Ásia, África e outros. "O acesso à internet cresceu por volta de 13 vezes na última década, acompanhado por um incremento de 10 vezes no número de linhas telefônicas portáteis no mesmo período". Segundo os dados utilizados por estes autores, dois terços dos usuários possuem menos de 35 anos. Nesse contexto, há um aparelho celular por habitante com o uso de smartphone com acesso à internet e um uso mais dinâmico de aparelhos móveis, comparado com dispositivos fixos, o que aumenta, segundo os autores, as determinadas potencialidades.

Dentre os efeitos positivos, nota-se a intensificação do uso das TIC's por parte de governos para aprimorar a participação dos cidadãos em eleições e também no planejamento e na tomada de decisões. Depois de décadas de ditaduras e governos repressivos, alguns governos na América Latina estão utilizando as potencialidades da era digital em uma aposta para modernizar as instituições públicas e o provimento de serviços públicos, seja por meio de plataformas de governo eletrônico ou iniciativas de open data ("dados abertos"), promovendo assim mais transparência e prestação de contas (p. 5)

Muito antes da criação da LAI, a Controladoria Geral da União (CGU) criou em 2004 o Portal da Transparência⁴, já no primeiro mandato do governo Lula (2003-2011), para "assegurar a boa e correta aplicação do dinheiro público". O objetivo, segundo o próprio portal www.cgu.gov.br é:

umentar a transparência da gestão pública, permitindo que o cidadão acompanhe como o dinheiro público está sendo utilizado e ajude a fiscalizar. O Governo brasileiro acredita que a transparência é o melhor antídoto contra corrupção, dado que ela é mais um mecanismo indutor de que os gestores públicos ajam com responsabilidade e permite que a sociedade, com informações, colabore com o controle das ações de seus governantes, no intuito de checar se os recursos públicos estão sendo usados como deveriam.

Embora a LAI tenha sido criada somente alguns anos depois, já havia aí o princípio de um novo tratamento que seria dado à gestão pública e ao exercício da cidadania. Esta etapa marca o começo da cultura do acesso, consolidada posteriormente pela LAI, em contraposição à cultura do segredo, na qual os dados administrativos, orçamentários e de gestão do dinheiro público eram omitidos e/ou inacessíveis.

Dissemos acima que o ambiente democrático e a presença das TIC's foram os pilares sobre os quais se assentaram o acesso à informação. No Brasil, há uma confluência das duas coisas, pois é durante a Democracia que ocorre uma inserção na chamada Sociedade da Informação (SI) por meio de políticas públicas de usos da rede.

No governo de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010), o tema da SI⁵ se cristaliza e passa a ser abordado a partir de uma nova concepção, passando a ter como meta a inclusão digital com programas que valorizam

⁴ No ano em que foi criado, 2004, houve um total de 64.326 acessos. Nos últimos cinco anos, entretanto, esse número tem crescido bastante e até julho de 2016 foram registrados 10.292.893 acessos. Fonte: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/sobre/>

⁵ Antes do Governo Lula (2003-2010), dentro de um contexto de mudanças proporcionadas pelas novas tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) e por pressões nacionais e internacionais, o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) iniciou um programa de ações para introduzir o país na chamada Sociedade da Informação no

a conectividade. No entanto, apesar de todos os programas pensados para a chamada Inclusão digital, segundo Santos e Carvalho (2009, p. 3), “a preocupação com a alfabetização digital e com a produção de conteúdo e troca de informações não foram contempladas”, uma vez que naquele momento prevaleceu o aspecto meramente tecnológico.

Ainda que esses programas não tenham se encaminhado para projetos de capacitação informacional e educacional que tivesse possibilitado uma mudança estruturante, podemos apontar alguns aspectos da inclusão digital que são importantes para entender como se constituem os futuros usuários das redes e dos serviços de acesso à informação.

Utilizando os dados de Oliveira (2011, p. 68), temos abaixo na tabela 2 o seguinte balanço sobre o programa de inclusão digital do governo federal no período de 2003-2010:

Programas oficiais de inclusão digital do Governo Federal	
Acesso às tecnologias de comunicação e Informação	1-Computador para todos 2-Centro de Difusão de Tecnologia e Conhecimento (SDTC) 3-Programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC)
Telecentros comunitários	1-Computadores para Inclusão (CI) 2-Oficina para Inclusão Digital 3-Observatório Nacional de Inclusão Digital (ONID) 4-Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades (Telecentros.BR) 5- Rede Nacional de Formação para Inclusão Digital 6-Kit Telecentro 7-Centro de Acesso à Tecnologia para a Inclusão Social (Catis) 8-Cidade Digital para Convergência Social 9-Territórios Digitais 10- Casa Brasil 11- Centros Vocacionais (CVT) 12- Telecentros de Pesca - Maré 13- Pontos de Cultura – Cultura Digital 14- Programa SERPRO de Inclusão Digital (PSID) 15- Quiosque do Cidadão 16- Telecentros Banco do Brasil 17- Telecentros de Informação e Negócios (TIN) 18- Programa Estação Digital
Inclusão Digital nas Escolas	1-Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo) 2- Portal Domínio Público 3- Linux Educacional - solução em software livre 4- Programa Banda Larga nas Escolas 5- Portal do Professor 6- Banco Internacional de Objetos Educacionais 7- Projetor ProInfo 8- Programa Um Computador por Aluno (Prouca) 9- Computador Portátil para Professores 10- e-ProInfo - Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)
Massificação de Banda Larga	Programa Nacional de Banda Larga (PNBL)

Brasil – Livro Verde (LV), em 2000. Encabeçado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e por uma equipe formada por profissionais do Brasil e do exterior, o processo foi dividido em três etapas: “1) Elaboração - do LV, discussão com a Sociedade, elaboração de um Livro Branco; 2) Execução – Ações operacionais do triênio (2001-2003); 3) Consolidação – Avaliação geral do Programa, elaboração de conjunto de propostas (LV, 2004, citado por Santos & Carvalho, 2009, p. 47). Mas esse programa não deu certo e as políticas de inclusão digital ficaram a cargo do governo Lula.

TABELA 2 – BALANÇO DE PROGRAMAS DE INCLUSÃO DIGITAL DO GOVERNO FEDERAL 2003-2010 FONTE: OLIVEIRA (2011)

De acordo com a última pesquisa do IBGE (www.ibge.gov.br), metade dos brasileiros estão conectados de alguma maneira, quer por telefonia fixa ou móvel. Entre 2011 e 2014, o acesso dos brasileiros à internet triplicou, passando de 15% para 47%. O Comitê Gestor da Internet no Brasil, do Ministério das Comunicações, por sua vez, mostra que o celular é a ferramenta mais usada para conexão (76%), seguido pelo computador de mesa (54%), notebook (46%) e tablet (22%).⁶

A ONU, em seu relatório *The state of broadband* (2015), reconhece que o avanço em acesso à internet no Brasil foi devido às políticas de popularização do acesso, mas também afirma que seus indicadores permanecem abaixo dos padrões de países desenvolvidos. Ainda assim, o relatório da ONU destaca o Plano Nacional de Banda Larga 2.0 (2014) que tem o objetivo de popularizar a internet no Brasil, sobretudo nas regiões mais carentes.

De acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia (PBM, 2015), realizada pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República sobre os hábitos de consumo da mídia pela população brasileira, o tópico internet nos fornece um dado bastante interessante para este artigo. Respondendo à pergunta sobre as atividades dos últimos 12 meses, 8% dos entrevistados entraram em contato com governo ou instituições públicas por e-mail; 8% o fez através de formulário eletrônico, bate papo ou chat; e 19% acessou sites oficiais do governo ou instituições públicas.

De acordo com este estudo, “é baixo o contato direto entre o cidadão e governos ou instituições públicas. Apenas 25% dos usuários entraram em contato por e-mail, formulários eletrônicos, chats, redes sociais, fóruns de discussão ou de consultas públicas nos últimos 12 meses” (PBM, 2015, p. 50). Ainda assim, apesar de um baixo percentual mostrado por essa pesquisa, comparado com outros anos, a participação tem aumentado muito. O ano de 2015, sobretudo, foi quando houve mais consultas ao portal do acesso à informação.

Dessa forma, em 2012, quando a LAI entra em vigor, é que passamos a ter a página web www.acessoainformação.gov.br que instrui sobre a lei e ensina o passo a passo para se pedir uma informação. Em maio deste ano de 2016, o portal completou 4 anos de existência. De acordo com informações publicadas no site da CGU, entre 2012 e 2013, tramitaram mais de 14 mil pedidos. Só em 2015, o sistema registrou mais de 5 mil solicitações de informação, um aumento de 80% em relação a 2013.

⁶ Disponível em: (<http://www.mc.gov.br/sala-de-imprensa/todas-as-noticias/telecomunicacoes/36981-acesso-a-internet-pelo-celular-triplica-no-brasil>)

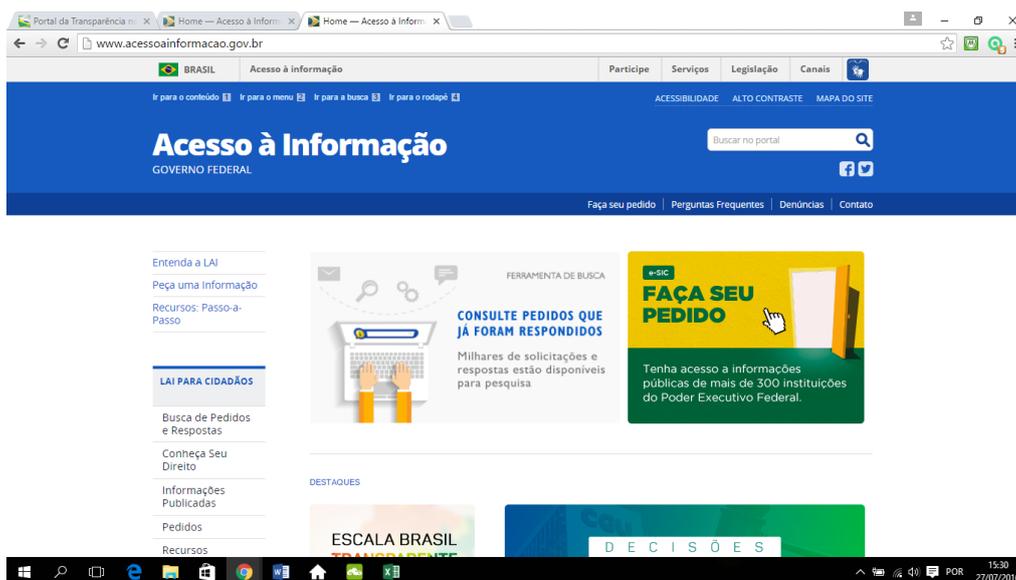


ILUSTRAÇÃO 1 – ATUAL PORTAL www.acessoainformacao.gov.br

No Dia Internacional da Corrupção, 9 de dezembro de 2015, foi lançado um novo portal. O objetivo era “apresentar uma linguagem mais cidadã e novas funcionalidades que ampliassem a usabilidade e contribuísse para a disseminação das informações.”⁷

De fato, o portal tem uma interface simples e clara. Aplica, do nosso ponto de vista, o critérios de usabilidade e da acessibilidade. A primeira, segundo Días (2007, citado por Santana, García, Teles; Aguiar, 2012, p.3), “é a capacidade de um produto ser usado por usuários para alcançar objetivos específicos com eficácia, eficiência e satisfação em um contexto específico de uso”. Acessibilidade, por sua vez, é quando “pessoas com diferentes tipos de limitação podem perceber, entender, navegar, interagir e contribuir com a Web” (Santana; Almeida; Baranauskas, 2008, p. 2).

O conteúdo de apresentação do portal não apresentante um conceito analítico de informação nem insere a LAI num contexto, mas cumpre a parte de fazer com que as pessoas ultrapassem a burocracia da solicitação de informação, uma vez que o passo a passo é minucioso. Para isso, o portal dispõe de vídeos didáticos, infográficos e publicações sobre o tema.

A orientação para quais informações podem ser pedidas é bem clara:

A LAI é um instrumento para solicitar informações públicas, ou seja, aquelas produzidas ou mantidas pelos órgãos governamentais. Você pode solicitar, por exemplo, acesso a documentos públicos, informações sobre o uso de recursos, dados relativos à execução de programas e também orientações sobre o próprio processo de obter informação (transcrição do vídeo, disponível no site www.acessoainformacao.gov.br)

Por outro lado, o portal também alerta para o que não se constitui pedido de informação, quais sejam: desabafos, reclamações e elogios, denúncias e consultas sobre aplicação da legislação (que são encaminhadas ao canal adequado). A LAI abrange os três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) em todas as esferas do governo (municipal, estadual, federal e distrital).

⁷Disponível em: www.cgu.gov.br

Mesmo com todas as indicações (manual de instruções, passo a passo, infográfico, perguntas frequentes) de como proceder para fazer o pedido, são muitos os que se enquadram na classificação “não se trata de solicitação de informação” (ver tabela 3, abaixo). Nesse caso, o teor das perguntas resvala para dúvidas e denúncias, sentido diametralmente diferente ao proposto pelas regras. No caso do BF, citamos alguns exemplos dessa classificação, na qual os temas mais recorrentes são os seguintes: pedido de correção dos valores do benefício; frustração sobre os diferentes valores que cada família recebe (uns acham que merecem mais que outros pela idade dos filhos); saber a razões pelas quais não consegue receber; como se cadastra; quais são os critérios que garantem o direito ao benefício; saber o número do NIS (Número de Identificação Social); como fazer atualização de cadastro; pedido de desbloqueio do benefício, dentre outros.

De acordo com Mendel (2009, p. 14), “o direito à informação é mais comumente associado ao direito de pedir e receber informações de órgãos públicos. Trata-se de uma modalidade chave, mas não é a única”. Para este autor, outro aspecto importante da aplicação da legislação tem sido assegurar que se tenha informações sobre as violações dos direitos humanos. Dessa forma, a lei tem garantido às Comissões da Verdade de diversos países o acesso a documentos antes considerados sigilosos, e no Brasil isso não tem sido diferente. Mas, como afirmou Fernandez de la Riva (2008, p. 30-31), também pode atender outros interesses, inclusive, privados.

É verdade que o acesso à informação pública é requisito para a participação pública, mas também é um mecanismo para que as pessoas possam satisfazer outros interesses, inclusive privados. Em suma, o acesso à informação é um requisito prévio da participação do cidadão na res publica, mas a sua finalidade ultrapassa a participação, pois se constitui em um autêntico direito fundamental que busca a realização da pessoa numa sociedade globalizada, onde a informação é a chave do desenvolvimento, do progresso e, sem dúvida, do sucesso (tradução nossa).

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta pesquisa consistiu em um levantamento bibliográfico, leitura de artigos científicos publicados em revistas eletrônicas sobre o contexto das leis de acesso na América Latina e no Brasil e coleta de dados no portal www.acessoinformacao.org.br. Neste, foram obtidos dados abertos de solicitações de informações referentes ao tema bolsa família e coube-nos sistematizá-los para então proceder à análise e interpretação, alcançando assim o objetivo da pesquisa, qual seja conhecer os diferentes tipos de solicitações feitas pelos beneficiários do bolsa família ao site de acesso à informação e se ajuda e construir e/ou reforçar a cidadania.

Quanto à sistematização, elaboramos uma tabela reunindo os dados disponíveis no portal entre 2015 e agosto de 2016, devido ao fato de ter sido o período com maior número de solicitações. Adotamos também a classificação do próprio portal, que divide os pedidos em: 1) acesso concedido 2) acesso negado 3) não se trata de solicitação de informação, 4) acesso parcialmente concedido 5) órgão não tem competência para responder sobre o assunto 6) informação inexistente 7) pergunta duplicada/repetida.

3. RESULTADOS

Ao fazer uso de dados abertos, que são aqueles disponíveis em estado bruto, sem análise, sistematizamos as informações e disponibilizamos na seguinte tabela (3).

O número de pedidos é aproximado e corresponde apenas ao tema BF e ao período 2015-agosto/2016. A cada dia são incorporadas ao portal novas solicitações. Quanto à quantidade de encaminhamentos, os pedidos sobre o Bolsa Família foram feitos e/ou encaminhados aos seguintes órgãos:

2015/2016	Acesso concedido	Acesso negado	Não se trata de solicitação de informação	Acesso parcialmente concedido	Órgão não tem competência para responder sobre o assunto	Informação inexistente	Pergunta duplicada/repetida
Quantidade de pedidos	140	30	40	3	5	3	5
Categoria dos pedidos	Pessoa, família e sociedade Governo e Política Economia e Finanças Educação	Governo e Política Economia e Finanças	Pessoa, família e sociedade/ Governo e Política	Governo e Política	Governo e Política Economia e Finanças Pessoa, família e sociedade Educação Trabalho	Governo e política Economia e Finanças	Governo e política Economia e Finanças Agricultura, extrativismo e Pesca
Subcategoria dos pedidos	Comunidade e Sociedade Fiscalização do estado Administração Financeira Administração Pública Legislação Educacional	Fiscalização do Estado Economia Administração Pública	Família/Assistência e desenvolvimento social/ Fiscalização do Estado	Fiscalização do Estado	Fiscalização do Estado Assistência e desenvolvimento social Administração financeira Gestão Escolar Política trabalhista	Fiscalização do estado/ Política Economia	Fiscalização do Estado/ Administração Pública Economia Agricultura de subsistência
Classificação de resposta	Pedido encaminhado aos órgãos destinatários Resposta inserida no e-Sic	Dados pessoais Pedido genérico Pedido exige tratamento adicional de dados	-	Parte do pedido é desproporcional ou desarrazoado	-	-	-

TABELA 3: DADOS OBTIDOS NAS SOLICITAÇÕES DE INFORMAÇÃO DO PORTAL www.acessoinformacao.gov.br

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

De acordo com o gráfico 1, vemos que o órgão mais solicitado é o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que gere o programa Bolsa Família, seguido pela Caixa Econômica Federal, banco que faz o pagamento dos benefícios. Os temas são os mais diferentes possíveis: pesquisa acadêmica, BF em números (quantidade de beneficiários, valores pagos, gastos do governo com estrutura nos municípios), perguntas sobre nomes, valores recebidos, CPF e NIS de pessoas de determinado município, dúvidas sobre gestão do programa e com relação ao benefício, aprovação no cadastro e orientações básicas sobre a inscrição no programa.

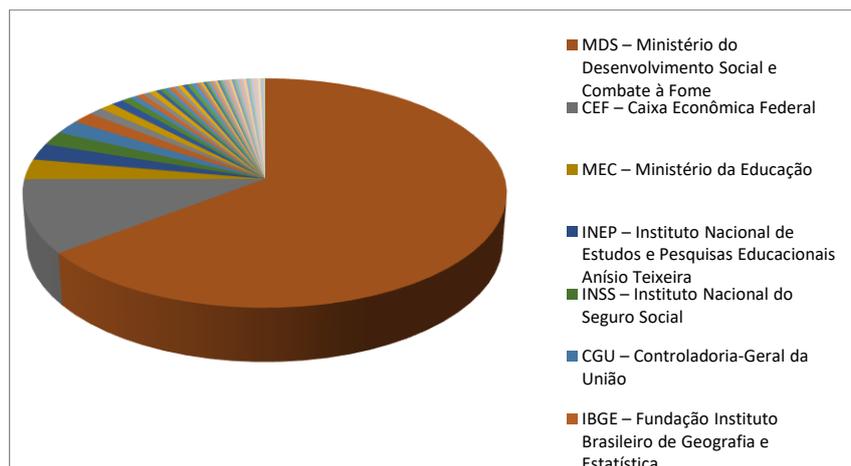


GRÁFICO 1 – ÓRGÃOS PARA OS QUAIS FORAM ENCAMINHADAS AS SOLICITAÇÕES DE INFORMAÇÕES REFERENTES AO BF.
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DOS DADOS DISPONIBILIZADOS NO PORTAL www.acesoainformacao.gov.br

É importante ressaltar que não é necessário justificar o pedido. Mesmo assim, alguns o fazem. É possível notar que algumas solicitações, ainda que escritas corretamente, são obscuras e genéricas.

4. CONCLUSÕES

Para os beneficiários do BF, ter acesso à informação significa exercer esse direito perguntando as coisas que lhes importam, que é a dimensão prática da vida. É a necessidade que os impele: “como posso fazer para obter isso a que tenho direito e de que preciso?” “Aonde devo me dirigir?” “Com quem devo falar?”, são, em suma, o teor das perguntas em algumas das solicitações.

É necessário levar em consideração que, até há pouco tempo, esse canal nem existia. Para o brasileiro, que sempre foi receoso com relação às instituições e ao trato com o funcionário público, obter esse tipo de informação sem ter que passar constrangimento é um grande alívio. Mostra também que, em geral, estão querendo se informar, e informação para eles, nesse momento, é exercer o direito que sabe que têm.

A nosso ver, trata-se de um importante exercício de cidadania para essa parcela da população, pois mostra que esse portal tem uma função para além da que foi pensada originalmente. Não é apenas o estudante, graduado ou pesquisador que solicita informações dentro das regras pré-estabelecidas, mas também a população com menos estudo formal que está se habituando a ter direitos e a reivindicá-los. Isso se nota pela linguagem informal, digamos, utilizada nas solicitações, sobretudo (mas não exclusivamente) referentes ao BF.

Ainda falta muito para que a cultura do acesso se naturalize, não só por parte da sociedade como por parte do servidor público. Mas os primeiros passos já foram dados na busca da transparência e do exercício da cidadania, ainda que embrionária.

5. BIBLIOGRAFIA

Brasil. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. 2014. *Pesquisa Brasileira de Mídia 2015: hábitos de consumo da mídia pela população brasileira*. Brasília: Secom. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>

- Canela, G. & Nascimento, S. 2009. Acesso à informação e controle social das políticas públicas. Brasília, DF: Andi. Disponível em: file:///C:/Users/Ulisses/Desktop/acesso_a_informacao_final_01_04_0.pdf
- CGU. 2010. *Política Brasileira de Acesso às Informações públicas: garantia democrática do direito à informação, transparência e participação cidadã*. Brasília: CGU. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/acesso-a-informacao/politica-brasileira-de-acesso-a-informacoes-publicas-garantia-democratica-do-direito-a-informacao-transparencia-e-participacao-cidada-2013-unesco-e-cgu>
- Da Matta, R. 2011. *Sumário executivo: Pesquisa diagnóstico sobre valores, conhecimento e cultura de acesso à informação pública no Poder Executivo Federal Brasileiro*. Brasília: CGU. Disponível em: <http://www.acessoainformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes/arquivos/pesquisadiagnostico.pdf>
- Fernández de la Riva, M. S. D. (COORD.). 2008. *El derecho de acceso a la información pública*. CERSA: Madrid.
- Lopes, C. A. 2011. O uso das Tecnologias da Informação e Comunicação nas políticas de acesso à informação pública na América Latina. Brasília: Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos (IPEA). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area9/area9-artigo5.pdf>
- López, P. V. 2002. La sociedad de la información em América Latina y el Caribe: TIC's y un nuevo marco institucional. Madrid: OEI, Revista CTSI, nº 2, Enero – Abril. Disponível em: <http://www.oei.es/historico/revistactsi/numero2/valenti.htm>
- Mendel, T. 2009. *Liberdade de informação: um estudo comparado*. 2. ed. Brasília: UNESCO.
- Muggah, R. & Diniz, G. 2014. *Prevenindo a violência na América Latina por meio de novas tecnologias*. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé.
- Paes, E. B. 2012. Os desafios de implementação da nova Lei de Acesso à Informação –Lei 12.527. In: *Revista de Informação Legislativa*. Brasília a. 49 n. 193 jan./mar.. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496570/000940661.pdf?sequence=1>
- Ribeiro, R. S. 2012. *Parceria para Governo Aberto – Open Government Partnership (OGP)*. 1ª Conferência Anual de Alto Nível da Parceria para Governo Aberto (OGP). Brasília: Conselho de Transparência. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/assuntos/transparencia-publica/conselho-da-transparencia/documentos-de-reunioes/arquivos/14-apresentacao-conferencia-ogp.pdf>
- Santana, Vagner F. de, Almeida, Leonelo D. A., Baranauskas, M. Cecília C. 2008. Aprendendosobre acessibilidade e construção de websites para todos. *Revista Brasileira de Informática na Educação*, v.16, n. 3, p.71-83, set/dez. 2008. Disponível em: <http://www.br-ie.org/pub/index.php/rbie/article/view/45/39>
- Santos, P. L. V. A. da C. & Carvalho, A. M. G. de. 2009. Sociedade da Informação: avanços e retrocessos no acesso e no uso da informação. In: *Inf.&Soc.: Est.*, João Pessoa, v. 19, n. 1 p. 45-55, jan./abr.
- Unesco. 1998. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Brasília: Representação da UNESCO no Brasil. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>
- Unesco. 2015. *The state of broadband*. Broadband as foundation for sustainable development. Genebra; ITU & Unesco.

TRANSPARÊNCIA E LEI DE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES PÚBLICAS: IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS LIMITES PARA SUA APLICAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Janyluce Rezende Gama, Georgete Medleg Rodrigues

Universidade de Brasília

Resumo

Resultado de uma convergência de pressões internas e externas desde os anos 1990, a Lei de Acesso à Informação brasileira, sancionada em novembro de 2011, marca o início de uma política de acesso às informações públicas no País. Além da lei de acesso à informação, outras leis dão diretrizes para que as entidades públicas promovam a transparência das informações públicas. Dentre essas entidades encontram-se as universidades públicas, que também são obrigadas, pela Constituição Federal, a prestar contas do uso de seus recursos e dar transparência aos atos públicos, cumprindo todas as normas legais. A comunicação apresenta alguns dos resultados de uma tese de doutorado em Ciência da Informação concluída em 2015 tendo como objetivo geral analisar a aplicação da Lei de Acesso à Informação na Universidade Federal do Espírito Santo, buscando identificar as limitações para a efetiva transparência das contas públicas desta instituição. Os procedimentos metodológicos compreenderam pesquisa bibliográfica e documental e um levantamento de informações na Página de Acesso de Informação e no Portal da universidade, na Página da Transparência e no Portal da Transparência do Governo Federal, buscando identificar se há limitações – e quais são elas - na Página de Acesso à Informação da UFES que podem interferir na transparência das informações da universidade. Foram analisados vinte e quatro itens na Página de Acesso à informação da instituição. Os resultados mostram que desses vinte e quatro, nove itens não funcionaram e dois apenas parcialmente, ou seja, 45% dos links apresentaram defeitos; a Página de Transparência Pública da universidade mantida pelo Governo Federal não apresenta atualização diária; a Página de Transparência Pública não tem informações sobre a receita pública orçamentária; os portais do Governo Federal, bem como o da Controladoria Geral da União, disponibiliza somente a prestação de contas dos órgãos superiores, não sendo possível consultar as contas da universidade por esses portais. Conclui que o artigo 8º da Lei de acesso à informação é atendido apenas parcialmente, confirmando que somente ações como edição de normativos legais e criação de portais para a divulgação de informações públicas não garantem a efetiva transparência das contas públicas, que necessitam de outras ações de apoio do Governo Federal para sua efetiva operacionalização.

Palavra-chave: Lei de acesso à informação. Transparência. Universidade Pública. Universidade Federal do Espírito Santo

Abstract

Result of a convergence of internal and external pressures since the 1990s, the freedom of information law to Brazilian, enacted in November 2011, marks the beginning of an access policy to public information in the country. In addition to the Freedom of information laws, other laws provide guidelines for public authorities to promote transparency of public information. Among these entities are public universities, which are also required by the Federal Constitution, the account of the use of its resources and provide transparency to the public acts, complying with all legal standards. The Communication presents some of the results of a doctoral thesis in Information Science completed in 2015 having as main objective to

analyze the implementation of the Freedom of information acts at the Federal University of Espírito Santo, seeking to identify the constraints to effective transparency of public accounts this institution. The methodological procedures included bibliographical and documentary research and survey information in the Freedom of information page and the Portal of the university, on Page Transparency and Transparency Portal of the Federal Government in order to identify if there are limitations in UFES information access page that may interfere with the transparency of the university information. They were analyzed twenty-four items in the Page Access to information of the institution. The results show that these twenty-four nine items have not worked, and two only partially, 45% of the links presented defects; the University Public Transparency Page maintained by the Federal Government does not provide daily updates; the Page Public Transparency has no information on the budgetary revenue; the portals of the Federal Government as well as of the Comptroller General, only provides the accountability of the governing bodies, it is not possible to consult the accounts of the university by these portals. It concludes that Article 8 of the Freedom of information law is met only partially, confirming that only actions such as editing of legal regulations and the creation of portals for the dissemination of public information do not ensure effective transparency of public accounts, which require other actions support of the Federal Government for its effective implementation.

Keywords: Freedom of information law. Transparency. Public university. Universidade Federal do Espírito Santo

1. INTRODUÇÃO

Com o crescimento da tecnologia, cada vez mais a sociedade tem buscado a informação digital para tomada de decisão, principalmente a disponibilizada em sites e portais de organizações públicas e privadas. Entretanto, a despeito da grande quantidade de informação gerada e disponibilizada na internet por tais entidades falta, muitas vezes, o devido tratamento dessa informação para que ela possa, de fato, gerar conhecimento por parte de quem a busca.

Diante do uso crescente da tecnologia para criá-la, processá-la e distribuí-la, a informação, segundo alguns autores, passou a ser um bem excessivo, e o principal problema na maioria das organizações contemporâneas não é a sua falta, mas sim o excesso de informação, que ultrapassa a capacidade humana de processamento (Moody; Walsh, 1999). Para outros autores, a sobrecarga de informação, o assédio de informação, a desinformação, e a burocracia negativa são hoje as consequências mais comuns da má qualidade da informação gerada, processada, transmitida e utilizada nos sistemas de informação (Dragulanescu; Boje, 2004).

Por outro lado, a transparência e o livre acesso à informação fortalecem a capacidade da sociedade de participar de modo mais efetivo da tomada de decisões que os afeta. Porém, publicar informações em excesso, não significa necessariamente divulgar algo de forma transparente. Uma informação só poderá ser útil para a participação popular, quando for relevante, compreensível, confiável e tempestiva, transformando assim o conceito de transparência mais amplo que o conceito de publicidade (Platt Neto; Cruz; Vieira, 2006).

O cidadão bem informado tem mais condições de conhecer e acessar outros direitos essenciais. Por este e por outros motivos, o acesso à informação pública¹ tem sido, cada vez mais, reconhecido como um direito em várias partes do mundo.

Nesse contexto, o acesso à informação é um direito fundamental reconhecido por cortes internacionais de direitos humanos e em pelo menos 50 constituições do mundo inteiro. A natureza fundamental do direito de acesso à informação foi confirmada internacionalmente pelos seguintes organismos e documentos: Corte Interamericana de Direitos Humanos, Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, Comitê de Direitos Humanos da ONU, Relatório Especial da ONU sobre Liberdade de Expressão, Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, Organização dos Estados Americanos, e União Europeia (Access Info Europe, 2013).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), previa, desde 1948, em seu art. 19, o direito à informação. Porém, no Brasil, o direito de acesso às informações públicas somente foi previsto na Constituição federal de 1988. E a Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº 12.527, que regulamenta este direito constitucional, foi sancionada apenas em novembro de 2011. Sua abrangência é um dos principais avanços, pois seus dispositivos são aplicáveis a todas as esferas do governo, seja no âmbito federal, estadual, distrital ou municipal.

A LAI marca o início de uma política de acesso às informações públicas com foco na transparência e no controle social, cujo princípio é o livre acesso e o sigilo, a exceção. Porém, o uso de portais pelo governo brasileiro já data de 1995, ano em que a quantidade de sites do Governo Federal aumentou

¹ O conceito de informação pública adotado aqui segue o de Batista (2010, 40): [...] informação pública é um bem público, tangível ou intangível, com forma de expressão gráfica, sonora e/ou iconográfica, que consiste num patrimônio cultural de uso comum da sociedade e de propriedade das entidades/instituições públicas da administração centralizada, das autarquias e das fundações públicas. A informação pública pode ser produzida pela administração pública ou, simplesmente, estar em poder dela, sem o status de sigilo para que esteja disponível ao interesse público/coletivo da sociedade. Quando acessível à sociedade, a informação pública tem o poder de afetar elementos do ambiente, reconfigurando a estrutura social.

consideravelmente. A análise independente de princípios de 1996 chegou a apontar o Brasil como o exemplo nas Américas para informações governamentais de caráter público na Internet. Nos anos seguintes, o acesso às informações no âmbito do Governo Federal, foi sistematizado pelo Ministério do Planejamento, através do portal [http:// www.redegoverno.gov.br](http://www.redegoverno.gov.br). (Takahashi, 2000).

Depois disso, outros instrumentos de transparência surgiram como a Lei n.º 9.755 de 1998, que obrigou o Tribunal de Contas da União (TCU) a criar uma homepage com o título "contas públicas", divulgando diversas informações de natureza contábil, financeiras e orçamentárias; a Lei Complementar (LC) n.º 101/2000, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a Lei Complementar n.º 131/09, ou Lei da Transparência; o Decreto n.º 7.185/10, que a regulamentou e a Lei n.º 12.527/11, a LAI.

Como resultado, por força dessas leis, as entidades públicas devem promover a transparência das informações públicas, nos portais, e em tempo real, conforme a Lei Complementar n.º 131/09 que acrescentou dispositivos à LRF, LC n.º 101 de 2000. Essa obrigação abrange todas as entidades públicas, dentre essas as universidades públicas, que também são obrigadas pela Constituição Federal a prestar contas do uso de seus recursos e dar transparência aos atos públicos, cumprindo todas as normas legais.

Para Platt Neto, Cruz e Vieira (2009) mais do que garantir o atendimento das normas legais, as iniciativas de transparência nas universidades constituem uma política de gestão responsável que favorece o exercício da cidadania pela população. Essa atitude poderá servir de estímulo aos estudantes, professores e demais servidores, contribuindo para o controle social, fomentando o hábito de solicitar esclarecimentos junto às entidades governamentais.

Dessa maneira, visando a contribuir com a missão de geração e disseminação do conhecimento, missão esta que orienta as universidades públicas, essa comunicação tem como objetivo analisar a aplicação da Lei de Acesso à Informação na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), buscando identificar as limitações para a efetiva transparência das contas públicas da referida instituição, buscando contribuir com as universidades federais para melhoria dos procedimentos de atendimento às leis de transparências, dentre elas, a LAI. Realizada na fase inicial de implementação da lei, a pesquisa buscou identificar limitações, propondo corrigir falhas do processo de operacionalização e assim planejar ações futuras rumo a uma política efetiva de acesso a informações públicas.

Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, que utilizou a pesquisa bibliográfica e documental, além da pesquisa nos portais do governo federal. Como objeto da pesquisa foi escolhida a UFES, que se encontra entre as dez universidades que mais registraram pedidos de informação por meio do portal do e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão) do Governo Federal, tanto no primeiro quanto no segundo ano de implementação da LAI, conforme dados levantados dos Relatórios Estatísticos deste sistema. Os procedimentos metodológicos consistiram em revisão de literatura constituída por artigos científicos, relatórios de organizações nacionais e internacionais; além de leis, decretos e portarias sobre transparência das contas públicas no Brasil. Foi realizada, ainda, uma pesquisa nos seguintes portais da administração pública federal: Portal da UFES; Página de Acesso de Informação da UFES, Página da Transparência da universidade, Portal da Transparência do Governo Federal.

A pesquisa nos portais da universidade teve como objetivo identificar o funcionamento de links das contas públicas da instituição. Foi elaborado um checklist e analisados 24 itens da Página de Acesso à Informação da UFES. Os itens foram classificados em quatro grupos: Grupo 1. Acesso à Informação (Institucional, Ações e Programas, Participação Social, Auditorias, Convênios e Transferências, Receitas e Despesas, Licitações e Contratos, Servidores, Informações Classificadas, Serviço de Informação ao Cidadão – SIC); Grupo 2. Institucional (Estrutura Organizacional, Competências, Cargo, Endereço e telefones, Projetos e Obras, Relatórios de Gestão e Auditoria); Grupo 3. Legislação (Lei de Acesso à Informação, Leis, decretos, portarias e resoluções); e Grupo 4. SIC (e-SIC, Dicas para Pedidos, Reclamações/Recursos, Relatórios,

Perguntas Frequentes, Fale Conosco). A pesquisa nos portais de transparência do Governo Federal permitiu a identificação das limitações na transparência das contas públicas da universidade. Estas limitações foram classificadas em dois grupos: 1. Aspectos internos à universidade, e 2. Aspectos externos à universidade.

Assim, o presente texto está dividido, além da introdução, em uma descrição de experiências internacionais quanto à implementação do direito de acesso à informação; o caso brasileiro; apresentação e análise dos dados relacionados à UFES e, por fim, as considerações finais do estudo.

2. EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL NA ADOÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

As leis de acesso à informação, em várias partes do mundo, contribuem para reforçar a transparência, aumentando a responsabilidade dos governos e promovendo a participação da sociedade na elaboração de políticas públicas, além de melhorar a divulgação de informações orçamentárias e financeiras. Porém, o sucesso ou fracasso dessas leis, até mesmo em países desenvolvidos, dependem de uma implementação adequada.

A pressão da sociedade civil sobre o governo também se mostra relevante para a adoção das leis de direito à informação em alguns países. Nos países das Américas, por exemplo, há um forte ativismo da sociedade civil em torno do direito de acesso à informação, embora esta seja mais fraca em alguns países tais como Canadá, Colômbia e Panamá e mais forte em outros, como México, Peru e Estados Unidos (Foianet, 2013).

A experiência internacional mostra que a taxa de adoção de novas leis de acesso à informação foi lenta e relativamente estável entre 1980 e 1998 e que, após esse período, aumentou drasticamente, mantendo-se mais ou menos estável até os dias atuais (Foianet, 2013). Até 1995, quase todo o crescimento (relativamente lento), da adoção de leis de acesso à informação pode ser atribuído aos países desenvolvidos, sendo que apenas cinco leis tinham sido adotadas até essa data, em todas as outras regiões do mundo. Nos dez anos seguintes, quase metade de todas as novas leis vieram do Oriente e da Europa Central, com 19 novas leis; já a outra metade foi compartilhada, na maior parte, entre a América Latina e Caribe e Ásia (dez e nove novas leis, respectivamente), e quatro leis que estavam sendo adotadas nos países Subsaarianos. Por volta de 2005, quase todos os países europeus tinham leis, e o crescimento nos oito anos seguintes tinha se concentrado na América Latina e no Caribe (oito), Ásia (sete) e África (seis). Além disso, todas as três leis no mundo árabe foram adotadas este período (Rti-Rating.org, 2013).

Os Estados Unidos tornaram-se o terceiro país do mundo, seguido da Suécia e da Finlândia, e o primeiro país das Américas a adotar uma lei de direito à informação em 1966. Os Estados Unidos foram seguidos pelo Canadá em 1982 e, em seguida, por uma onda de países da América Central e do Sul durante os últimos 20 anos. Na América Central e do Sul, às vezes essas leis foram introduzidas no contexto de uma reforma mais ampla de mecanismos democráticos, por exemplo, após o colapso dos regimes autoritários. O primeiro acesso amplo ao direito da informação na América Latina foi obtido pelo México que aprovou a sua lei em junho de 2002, após uma mudança da regra instalada há 70 anos pelo Partido Revolucionário Institucional. O desenvolvimento dessa lei foi facilitado por um grupo de ativistas da sociedade civil, formado por jornalistas e acadêmicos que pressionaram para a adoção da lei em 2001 (Foianet, 2013).

Um número considerável de países em desenvolvimento da Europa Oriental, América Latina, Ásia e África, adotaram recentemente leis de acesso à informação, elevando o número total de países com estas leis para mais de 90, contra apenas 13 em 1990 (World Bank, 2013). Ressalta-se que segundo a RTI-Rating.org (2013) até o mês de setembro de 2013, esse número era de 95 países. Além disso, pesquisas realizadas pelo Banco Mundial mostram que as experiências de implementação das leis de acesso à informação têm enfrentado desafios em todos os países, mas tem sido especialmente difícil em países onde o ambiente

de governança é mais fraco em dimensões como o Estado de direito, a eficácia do governo, responsabilização, liberdades civis e direitos políticos. A evidência sugere que os países com ambientes de governança desafiadora e limitações na capacidade de adotar leis de acesso à informação terão de encontrar soluções para se adaptar a essas limitações e empreender iniciativas complementares para reforçar o seu ambiente de governança (World Bank, 2010, 2013).

3. PRESSÃO SOCIAL E INTERNACIONAL NA CRIAÇÃO DE LEIS DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA NO BRASIL

A redemocratização brasileira trouxe consigo um importante vetor de pressão social por mais transparência e controle social. Organizações da sociedade civil, órgãos de controle externo dos governos, agentes públicos e interesses privados atuam em um ambiente em que os governos são pressionados para proverem um volume mais amplo de informações. Novas práticas de transparência têm sido instituídas em resposta a essa pressão (Vaz; Ribeiro; Matheus, 2010).

A pressão social mostra que a sociedade brasileira vem procurando maior participação na política e no controle dos gastos da Administração Pública. Em face desse novo quadro de controle social, não só a própria Administração Pública, como outros setores da sociedade, têm disponibilizado ferramentas que visam a fortalecer o controle social. Vários são os sites que procuram fornecer dados sobre os gastos públicos de modo que o cidadão comum possa exercer o controle social (Borborema; Ribeiro, 2006).

A pressão social ou interna e a pressão internacional ou externa para aprovação dos instrumentos de transparência no Governo Federal brasileiro pode ser encontrado na literatura, por exemplo, na aprovação de dois marcos da transparência pública: a Lei de Responsabilidade Fiscal, a LC 101/2000 (Pereira Junior, 2001; Abrucio e Loureiro, 2002; Nunes e Nunes, 2002), e a Lei de Acesso à Informação, Lei n.º 12.527/2011 (Malin, 2012).

Sobre a aprovação da lei de responsabilidade fiscal, a Constituição Federal de 1988 já previa, no seu artigo 163, uma Lei Complementar que fixaria os princípios norteadores de finanças públicas no Brasil. Passados dez anos da promulgação da Constituição, esse artigo ainda não havia sido regulamentado e a emenda constitucional da reforma administrativa, aprovada em junho de 1998, estabeleceu um prazo de 180 dias para que o Poder Executivo encaminhasse uma proposta ao Legislativo (Nunes; Nunes, 2002).

Alguns fatores internos podem ter influenciado na aprovação da lei de responsabilidade fiscal. Além do sucesso inicial do Plano Real e das pressões do mercado, exigindo maior confiabilidade para os investidores externos, também atuaram num consenso em relação à responsabilidade fiscal uma maior intolerância social em relação à corrupção e uma consciência mais clara dos danos que a insolvência dos governos geram a sociedade, tais quais as consequências do não pagamento de salários a funcionários públicos, greves, insegurança nas cidades, deterioração dos serviços públicos etc. (Abrucio; Loureiro, 2002).

O fator de pressão externa pode ser representado por um conjunto de crises financeiras ocorridas nesse período como a do México em 1995, Ásia em 1997 e a Rússia em 1998, assim como a turbulenta desvalorização cambial, em janeiro de 1999. A crise russa já tinha levado o Congresso Nacional a aprovar um amplo programa de cortes orçamentários no final do primeiro período FHC, pois, dizia-se que ou se fazia isso, ou o Brasil entrava em bancarrota. O empréstimo articulado pelo FMI, instituições multilaterais e pelos EUA, na casa dos 40 bilhões de dólares, simbolizava tal pressão (Abrucio; Loureiro, 2002).

Diante disso, no Brasil, a aprovação LAI levou em consideração a confluência de dois movimentos advindos, por um lado, do cenário nacional e por outro, do internacional, onde o tema emerge com grande força na década de 1990. A LAI é uma construção da sociedade brasileira em resposta à pressão de

movimentos da sociedade civil e a uma sequência de decisões e políticas de Estado. Dentre os movimentos atuantes da sociedade civil podem ser citados: Transparência Brasil; Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas; Contas Abertas; Movimento Brasil Aberto; e ARTIGO 19 (Malin, 2012).

Mas, além de pressões da sociedade civil e políticas de Estado, considera-se que a aprovação do instrumento de acesso à informação no Brasil seja também uma resposta às pressões externas, dentre elas exigências feitas a partir de 1990 por convenções, tratados, bancos multilaterais e instituições financeiras internacionais, representando uma adesão do país ao novo regime global de informações. Manter-se fora deste cenário passou a ter um elevado custo político para o Brasil, sobretudo no momento em que postula uma posição de liderança mundial (Malin, 2012).

4. O ACESSO ÀS INFORMAÇÕES NA UFES: AVANÇOS E LIMITES

Com o objetivo de identificar possíveis limitações na Página de Acesso à Informação da UFES que poderiam interferir na transparência das informações da universidade, buscamos, como indicado anteriormente, mapear alguns indicadores dessas limitações. A Página de Acesso à Informação da universidade, exigida pela LAI é de responsabilidade da própria entidade, sendo que pode haver indicação de link para o Portal da Transparência e para a Página da Transparência do órgão, no caso de despesas, licitações e contratos. Além disso, a Página de Acesso à Informação pode, a critério da instituição, inserir outras informações que julgar pertinentes.

Os dados apresentados nessa seção foram consultados durante os meses de maio, junho e julho de 2015. O Portal da UFES é acessado por meio do link <http://www.ufes.br/> e o link que direciona a Página de Acesso à Informação fica posicionado em local de fácil visualização, sendo o primeiro item da lista ao lado direito da página. O link para a Página de Acesso à Informação é <http://sic.ufes.br/apresentacao>.

Os indicadores verificados correspondem àqueles arrolados no artigo 8º da LAI, como descritos no Quadro 1. Além de verificar a existência desses indicadores, foram também verificados como os links existentes na Página de Acesso à Informação da UFES estão funcionando, ou seja, totalmente, parcialmente ou mesmo sem funcionamento.

Link	Checagem de funcionamento dos links				
	Sim	Não	Parcial	Descrição do problema	Comentário
1. Acesso à Informação					
Institucional		x		O link não apresenta nenhuma informação	Página em branco
Ações e Programas			x	Alguns links referentes aos programas não funcionam	Mensagem: "Esta página da web não está disponível"
Participação Social		x		O link não apresenta nenhuma informação	Página em branco
Auditorias		x		O link não apresenta nenhuma informação	Página em branco
Convênios e Transferências		x		O link não apresenta nenhuma informação	Página em branco
Receitas e Despesas		x		O link não apresenta nenhuma informação	Página em branco
Licitações e Contratos	x				O link direciona à Página de Transparência
Servidores	x				O link direciona ao Portal de Transparência

Link	Checagem de funcionamento dos links				
	Sim	Não	Parcial	Descrição do problema	Comentário
1. Acesso à Informação					
Informações Classificadas	x				
Serviço de Informação ao Cidadão – SIC		x		O link não apresenta nenhuma informação	Página em branco
2. Institucional					
Estrutura Organizacional	x				
Competências	x				
Cargo	x				
Endereço e telefones	x				
Projetos e Obras		x		Os links referentes a projetos e obras não funcionam	Mensagem: “Esta página da web não está disponível”
Relatórios de Gestão e Auditoria		x		O link da Proplan referente aos relatórios não funciona	Mensagem: “A página não foi encontrada.”
3. Legislação					
Lei de Acesso à Informação	x				
Leis, decretos, portarias e resoluções			x	O link de legislação da Progep não funciona	Mensagem: “A página não foi encontrada.”
4. SIC					
e-SIC	x				
Dicas para Pedidos	x				
Reclamações/Recursos		x		Os links não funcionam	Mensagem: “A página não foi encontrada.”
Relatórios	x				
Perguntas Frequentes	x				As perguntas frequentes não referem-se a Ufes, mas são retiradas da fonte: http://www.acessoainformacao.gov.br
Fale Conosco	x				

QUADRO 1 - FUNCIONAMENTO DOS LINKS NA PÁGINA DA UFES. FONTE: ELABORADO PELAS AUTORAS COM BASE NOS DADOS DA PESQUISA.

A análise do Quadro 1 permitiu verificar que dos vinte e quatro indicadores analisados na Página de Acesso à Informação da UFES, nove não funcionaram e dois funcionaram parcialmente, apresentando alguns links com problemas, ou seja, 45% dos links apresentam defeitos.

O link de despesas não funcionou e pode ensejar que os usuários que ali procurem informações dirijam-se ao departamento de contabilidade e finanças (DCF) para obtê-las. Assim, como também não funciona o link de receitas públicas da universidade. O link referente à Prestação de Contas da universidade também se encontra com defeito. Parte da prestação de contas são os relatórios de auditoria e gestão, que também se encontram com defeito na Página de Acesso à Informação da UFES.

Deve-se observar, ainda, que o item “perguntas frequentes” não se refere às perguntas direcionadas à UFES, mas sim, ao Governo Federal, por meio da página de acesso à informação. Assim, não retratam a realidade da instituição, mas sim do Governo Federal como um todo. Caso o usuário queira realizar uma reclamação, ressalta-se que o item de reclamações e recursos também não funcionou e apresentou como mensagem “A página não foi encontrada”. Esse problema, por si só, impede que o usuário tenha sua reclamação respondida.

Assim, os resultados permitem afirmar que, em relação ao atendimento ao disposto do artigo 8º da LAI, a universidade apresentou o seguinte resultado, conforme Quadro 2.

Item da LAI analisado na página da UFES	Atendimento à LAI		
	Sim	Não	Parcial
I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;	x		
II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;		x	
III - registros das despesas;		x	
IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;	x		
V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e			x
VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.			x

QUADRO 2 - SÍNTESE DO FUNCIONAMENTO DOS LINKS NA PÁGINA DA UFES. FONTE: ELABORADO PELAS AUTORAS COM BASE NOS DADOS DA PESQUISA.

A análise da Página de Acesso à Informação da UFES mostrou que somente os incisos I e IV do artigo 8º são atendidos integralmente. Todos os demais itens apresentaram problemas.

Essa pesquisa na UFES confirma os resultados de pesquisas anteriores realizadas em outras universidades públicas no Brasil, que também apresentam limitações na transparência das suas contas. Como, por exemplo, as limitações na transparência das informações dos demonstrativos contábeis das instituições públicas de ensino superior brasileira (Lyrio et al., 2008; Bezerra; Borges; Valmorbidia, 2012); limitações na transparência da prestação de contas da Universidade do Estado de Santa Catarina (Roczanski; Tomasi, 2010); limitações de padrões nos portais das universidades públicas federais relacionados ao conceito de transparência ativa, evidenciado na LAI (Rodrigues, 2013); falta de práticas de gestão da informação na Universidade Federal de Santa Catarina (Silva; Almeida, 2013), além da falta de preparação da Fundação Universidade Federal de Rondônia para uma efetiva resposta ao cidadão requerida pela LAI, devido às fragilidades que sua estrutura apresenta, sobretudo na insuficiência de seus ativos intangíveis: capital humano e tecnológico, os quais são imprescindíveis para a prática da transparência e do acesso à informação (Oliveira et al., 2013).

Em resposta a consulta formulada nessa pesquisa, endereçada à Equipe Técnica Responsável pelo Portal da Transparência do Governo Federal da Controladoria Geral da União, realizada em 04 de maio de 2015, sobre melhorias nos portais de transparência do Governo Federal, foi-nos informado que “[...] o Portal da Transparência está sendo reestruturado. O novo Portal deverá possuir uma arquitetura que apresente novas informações, facilite a inserção de novos dados e ofereça novas funcionalidades. Está prevista a inclusão do conteúdo das páginas de transparência, assim como a revisão dos normativos que trata do assunto”.

Assim, sugere-se que até a reestruturação do novo Portal da Transparência do Governo Federal, que pretende incluir o conteúdo das páginas de transparência, a Universidade Federal do Espírito Santo, assim como as demais universidades federais que apresentam somente o link das páginas de transparência em seus portais, disponibilize também o link do Portal de Transparência do Governo Federal, visando oferecer um canal com informações aos usuários em tempo real.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar o funcionamento da Lei de Acesso à Informação (LAI) na Universidade Federal do Espírito Santo, a partir da identificação da existência ou não de indicadores descritos no artigo 8º da LAI buscando, com base no resultado, estabelecer as limitações na transparência das contas públicas dessa instituição.

No contexto das universidades federais brasileiras, esse estudo espera contribuir para a gestão das informações disponibilizadas nos portais dessas instituições, que são tão relevantes para o desenvolvimento de um país. Dessa forma, destacam-se os estudos na área de transparência e acesso à informação, enfocando as contas públicas, já que são ferramentas fundamentais para que haja maior controle social.

Por meio dos resultados encontrados nesse estudo, é possível afirmar que as limitações na Página de Acesso à Informação da UFES podem interferir na transparência das informações da universidade, gerando mais demandas aos órgãos e aos servidores responsáveis por responder tais solicitações. Essas demandas podem gerar custos adicionais para a universidade já que pode ser necessária a contratação de mais recursos humanos para atendimento dessas solicitações.

As limitações ora apresentadas nesse estudo confirmam que ainda existe a necessidade de um caminho simples para que o usuário encontre a informação. Somente ações como edição de normativos legais e criação de portais para a divulgação de informações públicas não garantem a efetiva transparência das contas públicas, que necessitam de outras ações de apoio do Governo Federal para sua efetiva operacionalização.

É necessário investir em características que melhorem a qualidade e a utilidade da informação publicada, ou seja, investir na compreensibilidade, acessibilidade, disponibilidade, autenticidade, integridade e primariedade da informação. São essas características que irão tornar a informação efetivamente transparente.

Registra-se que a transparência é um processo longo que depende da contribuição de todos os atores envolvidos. É dever de cada entidade pública contribuir para o avanço da transparência no País. A melhoria dos portais de transparência e a melhoria da infraestrutura de recursos técnicos e humanos da Administração Pública, aliadas a ações do governo para alcançar uma cultura de abertura, ao invés do sigilo, pressupõe um avanço na transparência pública em médio ou longo prazo.

As pesquisas com informações de contas públicas em instituições de ensino superior ainda são escassas. Esse tema pode ser replicado em pesquisas futuras, em outras instituições e em outros períodos, a fim de confirmar os resultados obtidos com a UFES.

6. REFERÊNCIAS

Abrucio, F. L. and Loureiro, M. R. (2002), O Estado numa era de reformas: Os Anos FHC - Parte 1. MP, SEGES, Brasília.

- Access Info Europe (2013), Open Government Standards: Transparency Standards. Madrid. available at: http://www.accessinfo.org/documents/Access_Docs/Advancing/OGD/Transparency_Standards_12072013.pdf. (accessed 10 July 2013).
- Batista, C. L. (2010), "Informação pública: entre o acesso e a apropriação social". 202f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. available at: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/2349823%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/2349823%20(1).pdf) (accessed 12 february 2016).
- Bezerra, R. O., Borges, L. J. and Valmorbida, S. M. L. (2012), "Análise das prestações de contas na internet da Universidade do Estado de Santa Catarina". Revista GUAL, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 66-82, jan./fev./mar./abr. available at: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2012v5n1p66> (accessed 01 May 2014).
- Borborema, E. A. and Ribeiro, C. C. (2006), "A Homepage Contas Públicas: Um Diagnóstico de Contribuição para o Controle Social". available at: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2053966.PDF> (accessed 04 March 2013).
- Dragulanescu, N. and Boje, C. C. (2004), "Epistemological Approach of Information Concept within Different Disciplines". In: Conference Proceedings, American Society For Engineering Education/ASEE, Annual Conference, Salt Lake City, USA. available at: http://www.ndragulanescu.ro/en_lucr.html (accessed 30 june 2014).
- Foianet - Freedom of Information Advocates Network (2013), Global Right to Information Update An Analysis by Region. July. available at: http://www.foiadvocates.net/dmdocuments/News_Documents/global_right_to_information_update.pdf. (accessed 23 july 2014).
- Lyrio, M. V. L. et al. (2008), "Proposta de um modelo para avaliar o grau de transparência das demonstrações financeiras publicadas por uma instituição pública de ensino superior brasileira: a abordagem da metodologia multicritério de apoio à decisão construtivista: contabilidade, gestão e governança". Revista UnB Contábil, v.11, n.1-2, p.170-186.
- Malin, A. M. B. (2012), "Reflexões sobre a adesão brasileira ao Regime Global de Acesso à Informação Pública". XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XIII ENANCIB. available at: <http://obgi.org/wp-content/uploads/2013/08/Produção-Intelectual-2012-Reflexões-sobre-a-adesão-brasileira-aoregime-global-de-acesso-à-informação-pública.pdf>. (accessed 20 june 2015).
- Moody, D. and Walsh P. (1999), "Measuring the value of information: an asset valuation approach". In: European Conference on Information Systems, 7. Copenhagen Business School, 23-25 June, Frederiksberg, Denmark. available at: <http://wwwinfo.deis.unical.it/zumpano/2004-2005/PSI/lezione2/ValueOfInformation.pdf>. (accessed 13 july 2013).
- Nunes, S. P. P. and Nunes R. C. (2002), "O Processo Orçamentário na Lei de Responsabilidade Fiscal: instrumento de planejamento", In: Figueiredo, C. M.; Nóbrega, M., Administração Pública: direitos administrativos, financeiros e gestão pública: prática, inovações e polêmicas. Revista dos Tribunais, 34p. São Paulo. available at: http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/orcamento/boletins/O_Processo_orcamentario_na_LRF_instrumento_de_planejamento.pdf. (accessed 02 march 2015).
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (2013) Governo at a Glance 2013. Paris: OCDE Publishing, available at: doi: 10.1787/gov_glance-2013-en. (accessed 21 july 2014).

- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (2004) Principles of Corporate Governance. Paris: OCDE Publishing available at: <http://www.oecd.org/corporate/ca/corporategovernanceprinciples/31557724.pdf> (accessed 21 July 2014).
- Platt Neto, O. A., Cruz, F. and Vieira, A. L. (2009) "A evolução das práticas de uso da internet para divulgação das contas públicas na Universidade Federal de Santa Catarina". in: IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis.
- Platt Neto, O. A., Cruz, F. and Vieira, A. L. (2006) "Transparência das Contas Públicas: um enfoque no uso da Internet como instrumento de publicidade na UFSC", Revista Contemporânea de Contabilidade, ano 03, v.1, n°5, p. 135-146, Jan./Jun.
- Pereira Junior, J. T. (2001) "Aspectos Constitucionais da Lei de Responsabilidade Fiscal", Revista da EMERJ, v.4, n.15.
- Rodrigues, G. M. (2013) "Indicadores de transparência ativa" em instituições públicas: análise dos portais de universidades públicas federais". Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v.9, n.2, p. 423-438, novembro. available at: <http://www.ibict.br/liinc> (accessed 03 March 2014).
- Rti Rating.Org (2013) RTI Rating Data Analysis Series: Overview of Results and Trends. 28 . available at: <http://www.rtirating.org/files/docs/Report.13.09.Overview%20of%20RTI%20Rating.pdf>. (accessed 20 July 2014).
- Roczanski, C. R. M. and Tomasi, M. (2010) "Universidade Pública e Accountability". In: Congresso Consad de Gestão Pública, 3 Consad, Brasília. available at: http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/Material%20CONSAD/paineis_III_congresso_consad/painel_45/universidade_publica_e_accountability.pdf (accessed 27 January 2014).
- Silva, J. A. F, et al. (2011) "Princípios da Governança no Setor Público: Um Estudo no Tribunal de Contas do Estado do Ceará". XXXV Encontro Anpad. Rio de Janeiro, set. available at: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APB1623.pdf> (accessed 02 April 2015).
- Transparência Internacional (2002), Relatório Anual, available at: www.transparency.org. (accessed 02 March 2015).
- Takahashi, T. (2000), Sociedade da informação no Brasil: livro verde. Ministério da Ciência e Tecnologia, Brasília available at: <http://livros01.livrosgratis.com.br/ci000005.pdf> (accessed 19 December 2015).
- Vaz, J. C., Ribeiro, M. M. and Matheus, R. (2010), "Dados governamentais abertos e seus impactos sobre os conceitos e práticas de transparência no Brasil". Cadernos PPG-AU/FAUFBA, v. 9, p. 45-62, 2010. available at: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/ppgau/article/viewFile/5111/3700> (accessed 10 March 2014).
- World Bank (2013), Public Accountability Mechanisms (PAM).In: World Bank Governance and Public Sector Group. Methodology Paper, September. available at: http://siteresources.worldbank.org/publicsectorandgovernance/Resources/285741-1343934891414/8787489-1361546839123/PAMmethodology_30Sept2013.pdf. (accessed 11 June 2014).

A TRANSPARÊNCIA DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: PROPOSTA DE UM MODELO DE ANÁLISE

Luzia Zorzal, Georgete Medleg Rodrigues.

Universidade Federal do Espírito Santo y Universidade de Brasília

Resumo

A informação sob a tutela do Estado é um bem público e sua evidenciação deve ser iniciativa da Administração Pública, de forma espontânea, proativa, independente de solicitação, ou seja, transparência ativa, como definido no Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012 que regulamentou a Lei de Acesso à Informação no Brasil. Assim, às instituições públicas cabe identificar as informações mais demandadas pela sociedade e disponibilizá-las proativamente na Internet e/ou outros meio de comunicação, a fim de oportunizar seu acesso pelos stakeholders evitando custos para ambas as partes. As Tecnologias de Informação e Comunicação facilitam a produção de informações e a sua disseminação, mas aquelas precisam estar organizadas. Nessa perspectiva, a transparência é condição imprescindível para a garantia do acesso à informação pública, que deve ser socializada e democratizada. Propiciar à sociedade informações governamentais de qualidade para que os stakeholders possam aproveitar todo o potencial que os dados podem oferecer é fundamental para os gestores públicos. Essa comunicação apresenta parte dos resultados de uma tese de doutorado em Ciência da Informação concluída em 2015. Apresenta a proposta de um modelo de análise para avaliação dos Relatórios de Gestão de Universidades Federais. Com base no modelo metodológico já utilizado em outro contexto institucional para definir categorias e subcategorias, foram identificadas 14 categorias subdivididas em 110 subcategorias indicadoras de boas práticas de governança. A pesquisa concluiu que as categorias e respectivas subcategorias detectadas podem se constituir em indicadores para um modelo de análise do nível de transparência para as universidades públicas. Permite, ainda, calcular o nível de transparência dos Relatórios de Gestão de cada universidade e a obtenção de um ranking de classificação entre elas.

Palavra-chave: Transparência; Relatórios de Gestão; Universidades Federais; Setor público.

Abstract

The information under the State supervision is a public good and its disclosure should be the initiative of the Public Administration, spontaneously, proactive, regardless of request, or rather, active transparency as defined in federal Decree nº 7.724, on May 16, 2012 which regulates the Access to Information in Brazil. Thus, public institutions must identify the most demanded information by society and make them available proactively on the Internet and / or other means of communication in order to provide access by stakeholders avoiding costs for both parties. The Information and Communication Technologies facilitate the production of information and its dissemination, but those need to be organized. In this perspective, transparency is a crucial condition for ensuring access to public information, which must be socialized and democratized. Provide to society quality government information so that stakeholders can take advantage of all the potential that the data can offer is essential for public managers. This communication presents the results of a doctoral thesis in Information Science completed in 2015. It presents a proposal of an analysis model to evaluate the Management Reports of Federal Universities. Based on the methodological model already used in other institutional context to define categories and subcategories have been identified 14 categories divided into 110 subcategories of good governance practices. The research concluded that the categories and their subcategories detected may constitute

indicators for an analysis model of the level of transparency for public universities. It also allows to calculate the level of transparency of Management Reports from each university and obtaining a ranking classification between them.

Keywords: Transparency; Management Reports; Federal Universities; Public sector.

1. INTRODUÇÃO

A partir das últimas décadas do século XX e início do XXI, período em que a economia mundial se tornou globalizada, via nova infraestrutura propiciada pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e pela ajuda decisiva das políticas de desregulamentação e de liberalização, postas em prática pelos governos e pelas instituições internacionais norte-americanas e europeias, um novo cenário se configurou para a maioria dos países, sobretudo aqueles considerados em desenvolvimento (Castells, 2008).

Do ponto de vista econômico, verificam-se novas práticas de produção, comercialização e consumo de bens e serviços, cooperação e competição entre os agentes, assim como de circulação e de valorização do capital, a partir da maior intensidade no uso de informação e conhecimento nesses processos. Tais práticas apoiam-se, por sua vez, em novos saberes e competências, em novos aparatos e instrumentais tecnológicos e em novas formas de inovar e de organizar o processo produtivo, expressando-se, assim, como uma nova economia ou um novo padrão técnico/econômico e ensejando também a necessidade de novas abordagens na própria teoria econômica e do valor. O desenvolvimento, a difusão e a convergência das TICs são vistos como centrais na conformação dessa nova dinâmica técnico/econômica.

As intensas mudanças que se verificam nas relações socioeconômicas e nos procedimentos, especialmente aqueles ligados, por um lado, à produção e divulgação e, por outro, à decodificação e interpretação das informações, tornaram-se questões-chave na contemporaneidade. As instituições públicas e privadas estão passando por grandes transformações em virtude da dinâmica desses processos.

O panorama político e social avança para uma democracia mais efetiva e uma sociedade mais democrática (Akutsu e Pinho, 2002). A disponibilização de dados completos, atuais e com qualidade pelas instituições públicas, além de promover a transparência ativa fortalece a democracia, amplia o exercício da cidadania, colabora com a participação social, para a promoção da eficiência da gestão pública e do combate à corrupção. Esse cenário requer que o Estado atue de forma transparente na busca de resultados confiáveis para entregar eficaz accountability (Matias-Pereira, 2010). O termo accountability não tem tradução literal para o idioma português, mas seu significado está relacionado com a obrigação de prestar contas dos resultados obtidos, em função das responsabilidades decorrentes da delegação de poder.

Configuram-se e exigem-se novos modelos e instrumentos institucionais, normativos e reguladores bem como políticas industriais, tecnológicas e de inovação, que sejam capazes de dar conta das questões que se apresentam em frente à nova realidade econômica.

É nesse contexto que será proposto, neste estudo, um modelo de análise para avaliação do nível de transparência das informações dos Relatórios de Gestão (RGs) das Universidades Federais (UFs), com o objetivo de a sociedade compreender como a transparência poderá contribuir no processo de comunicação das universidades com a sociedade.

O modelo proposto baseou-se nos instrumentos de governança dirigidos ao setor público tanto internacionais quanto nacionais, notadamente os da Australian National Audit Office (Anao), Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo (Clad), International Federation of Accountants (Ifac), International Monetary Fund (IMF) e Tribunal de Contas da União (TCU).

Os procedimentos metodológicos consistiram no estabelecimento de categorias e subcategorias de análise com base nos instrumentos de governança (códigos, diretrizes, manuais, guias, orientações, padrões etc.) na literatura e na legislação brasileira que tratam da publicização, transparência pública, accountability e acesso à informação. Em seguida, buscou-se verificar se essas categorias e subcategorias estavam contempladas nos Relatórios de Gestão das universidades pesquisadas. Com base no modelo

metodológico já utilizado por Bizerra (2011) foram identificadas 14 categorias subdivididas em 110 subcategorias indicadoras de boas práticas de governança.

2. ACESSO À INFORMAÇÃO E DADOS ABERTOS

A informação é apenas um dos elementos para o exercício do direito de cidadania e da democracia. A Constituição Federal (CF) de 1988 elevou o acesso à informação pública como um dos direitos fundamentais para os cidadãos brasileiros. A sua falta, ou insuficiência, reforça as desigualdades sociais, fomenta injustiças e gera exclusões. A disseminação da informação faz parte de um conjunto de direitos ratificados pelas sociedades modernas. O acesso a informações é um direito humano fundamental previsto no art. 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Esses aspectos são retomados na perspectiva de Wersig e Neveling (1975), também citados por Saracevic (1991), quando argumentam que a Ciência da Informação desenvolveu-se historicamente, porque os problemas de informação modificaram completamente sua relevância para a sociedade: "Atualmente, o problema de transmitir conhecimento para aqueles que dele necessitam é uma responsabilidade social, e essa responsabilidade parece ser a verdadeira origem da ciência da informação" (Wersig e Neveling, 1975, p. 28, grifo do autor, tradução nossa).

Considerando que a "informação pública" está no centro desta pesquisa, apresenta-se a definição formulada por Batista (2010, p. 40) como resultado de sua pesquisa de mestrado:

Informação pública é um bem público, tangível ou intangível, com forma de expressão gráfica, sonora e/ou iconográfica, que consiste num patrimônio cultural de uso comum da sociedade e de propriedade das entidades/instituições públicas da administração centralizada, das autarquias e das fundações públicas. A informação pública pode ser produzida pela administração pública ou, simplesmente, estar em poder dela, sem o status de sigilo para que esteja disponível ao interesse público/coletivo da sociedade. Quando acessível à sociedade, a informação pública tem o poder de afetar elementos do ambiente, reconfigurando a estrutura social.

No contexto dos Poderes Públicos, toda informação gerada, recebida ou acumulada por eles deve ser difundida aos cidadãos, como meio de transparência de seus atos, para permitir a participação cidadã na vida pública e potencializar a confiança da sociedade nas instituições públicas que a servem (Ramos-Simón, Carmona e Avilés, 2009).

Os cidadãos podem acessar a informação produzida pelos entes públicos de duas formas: a) a instituição propaga dados por força de uma política de comunicação ou procedimento legalmente exigido, isto é, divulgação proativa ou, como na Lei de Acesso à Informação (LAI), transparência ativa; b) o cidadão solicita informações ou documentos a uma instituição pública, ação definida na LAI como transparência passiva ou, como denominaram Mendo et al. (2013), informação reativa.

É grande a variedade de conteúdos de interesse público para os stakeholders (partes interessadas), no entanto o tratamento automatizado da informação pública faz com que os dados sejam convertidos em unidade de informação básica, pois permitem combinar, agregar e desagregar para elaborar novas informações, gerando, assim, grande interesse para que as instituições possibilitem seu livre acesso para criar novos conhecimentos e riqueza em um contexto em que a informação e o conhecimento se tornaram um importante ativo econômico (Mendo et al., 2013).

Por outro lado, os dados abertos ampliam o alcance da informação pública proporcionando maior transparência da informação disponibilizada pelos gestores públicos. Dados abertos, de acordo com a definição da Open Knowledge Foundation (2012), são dados que qualquer pessoa pode usar livremente,

reutilizá-los e redistribuí-los, respeitando a exigência de creditar a sua autoria e compartilhar pela mesma licença.

Os oito princípios sobre os quais se fundamentam os atuais modelos de dados abertos são: a) completos; b) primários; c) oportunos; d) acessíveis; e) processáveis por máquinas; f) não discriminatórios; g) não proprietários; h) licenças livres (Open Government Data Principles, 2007).

Para que a informação seja apreendida, ela necessita estar disponibilizada, ou melhor, divulgada (disclosure) tempestivamente, ter abertura, ser compreensível, apresentar elevado grau de precisão, ser transparente para que se possa entregar eficaz *accountability*.

3. TRANSPARÊNCIA

Após os anos 1970, a transparência teve lugar de destaque no discurso administrativo na América do Norte e na Europa ocidental. Tornou-se, então, um dos valores essenciais da Administração Pública, configurando-se como um eixo privilegiado do reformismo administrativo que fez da transparência o princípio, e do segredo a exceção (Jardim, 1999; Rodrigues, 2013).

Na literatura, encontram-se diversas definições para o termo transparência, com variados graus de especificidades, dependendo do contexto. A argumentação de Michener e Bersch (2011), acerca da conceitualização da qualidade da transparência está centrada em duas dimensões que a circundam: visibilidade e *inferabilidade*, que representam o grau no qual a informação é completa e facilmente localizada (visível), e o nível no qual a informação é útil e verificável (inferível).

A percepção de que algumas informações são mais visíveis ou inferíveis do que outras está em consonância com a noção de que alguns governos poderiam ser mais transparentes do que outros. Em razão de a visibilidade e a *inferabilidade* representarem partes constituintes da transparência, elas também em algum grau são conceitos que se sobrepõem. Elementos de visibilidade podem ter relevância para *inferabilidade*. A visibilidade da informação é uma das duas condições necessárias, mas não suficiente, a outra é a *inferabilidade*. Para ser inferível, a informação deve ter qualidade, ou seja, ter acurácia e clareza, sem dúvida de sua credibilidade. São duas as condições necessárias para a transparência - e o uso do termo transparência frequentemente falha para satisfazer uma ou ambas as condições. Informações incompreensíveis, ou não inteligíveis, são não verificáveis e certamente não utilizáveis (Michener e Bersch, 2011).

Schnackenberg e Tomlinson (2014) sustentam que a transparência não é unidimensional, e sim composta de três dimensões específicas: *disclosure*, clareza e acurácia da informação. Cada uma dessas dimensões contribui exclusivamente para o nível global de transparência, aumentando a confiança dos *stakeholders* na qualidade da informação recebida da organização, isto é, como os cidadãos percebem a informação: a) mais relevante e oportuna – *disclosure* é aumentado; b) mais compreensível – clareza é aumentada; c) mais confiável – acurácia é aumentada.

4. PROPOSTA DE UM MODELO DE ANÁLISE

Para a elaboração das categorias de análise e suas respectivas subcategorias, isto é, as métricas de análise, adotou-se, como ponto de partida, o modelo metodológico já utilizado por Bizerra (2011), efetuando-se as devidas adaptações para RG e para as universidades, uma vez que sua pesquisa se baseou no Relatório de Gestão Fiscal do Poder Municipal. Também foram feitas adequações e estabelecidas outras categorias e subcategorias, tendo em vista novas referências nacionais e estrangeiras, legislações, notadamente a LAI e sua regulamentação, novos códigos de boa governança no setor público e/ou suas atualizações e a legislação específica do TCU acerca do RG, de modo a abranger uma variedade considerável de aspectos

essenciais que caracterizem a boa governança para a obtenção da transparência e criem condições para que haja eficaz *accountability*. A partir das 14 categorias elencadas no Quadro 1, foram identificadas 110 subcategorias, dispostas nas Tabelas 1 a 9.

Vale ressaltar que as categorias e subcategorias identificadas não são exaustivas, pois outras poderiam ter sido arroladas e/ou algumas suprimidas. Também é possível haver algum grau de sobreposição, tendo em vista que há correlação nos temas abordados e a sobreposição poderá trazer robustez a cada uma das subcategorias individualmente consideradas, conforme argumentado no Referencial para Avaliação de Governança em Políticas Públicas (Brasil, 2014).

CATEGORIAS	
1 Certificações externas e internas	8 Política contábil
2 Avaliação de desempenho e comparabilidade	9 Riscos
3 Compreensibilidade	10 Informações ambientais
4 Controle	11 Informações sociais
5 <i>Disclosure</i>	12 Aspectos operacionais e estratégicos
6 Tempestividade	13 Gestão patrimonial
7 Governança	14 Relacionamento com a sociedade

QUADRO 1: CATEGORIAS DE BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA PARA OS RGS DAS UFS

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA, COM BASE NOS DADOS DA PESQUISA

Pontua-se cada subcategoria dentro de suas respectivas categorias, utilizando-se uma pontuação dicotômica [1 = atendido pelo RG analisado, e 0 = quando não atendido pelo RG analisado] em relação à análise dos relatórios de cada uma das universidades. Não foi atribuído peso a cada subcategoria, pois, quando se dispõe de uma grande quantidade de itens, os *scores* tendem a dar o mesmo resultado (Beattie, McInnes e Fearnley, 2004) ou são equivalentes (Wallace e Naser, 1995).

As categorias e respectivas subcategorias estão dispostas sequencialmente conforme se apresentam no Quadro 1, iniciando-se com a **¡Error! No se encuentra el origen de la referencia.1** e finalizando com a Tabela 9. Ao término das 14 categorias e 110 respectivas subcategorias, apresenta-se uma tabela-síntese (Tabela 10), com as categorias, número e proporção de subcategorias de boas práticas de governança dos RGs das universidades. Dessa maneira, é possível analisar e efetuar comparações entre as métricas estabelecidas com base nos princípios de boa governança da Administração Pública, e os RGs das universidades, quanto aos aspectos da transparência.¹

4.1 CERTIFICAÇÕES EXTERNAS E INTERNAS

Esta categoria relaciona-se com a verificação da existência de informações com validações externas e internas dos dados apresentados nos RGs. No caso das UFs, são as auditorias realizadas pela Controladoria-Geral da União (CGU), Auditoria Interna (AI), o parecer do Conselho de Curadores ou seu órgão equivalente e informações a respeito da atuação das Auditorias externas e internas. A Tabela 1 mostra as subcategorias que compõem essa categoria e sua pontuação máxima a ser obtida. Essa lógica de pontuação será repetida da Tabela 1 a 9.

¹ A aplicação deste modelo, para cinco UFs, poderá ser visto em Zorzal (2015).

Item	Descrição	Pontos máximos
1	Disponibilização dos relatórios de auditorias da CGU referentes ano em análise	1
2	Disponibilização do parecer do Conselho de Curadores ou seu equivalente acerca das DCs	1
3	A AI disponibiliza, no sítio eletrônico, diretrizes (ou planos ou programas) de trabalhos para que dessa forma possam contribuir para a melhoria dos processos de governança, de gestão e de gerenciamento de riscos e controles	1
4	O RG possui informações sobre a atuação da AI, conforme disposto pelo TCU, a saber:	
	Estrutura e posicionamento da AI no organograma	1
	Trabalhos mais relevantes realizados no período em análise e principais constatações	1
	Informação da relação entre a quantidade de recomendações feitas pela AI e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência	1
	Descrição das rotinas de acompanhamento das recomendações da AI	1
	Informação da sistemática do monitoramento dos resultados dos trabalhos da AI	1
	Descrição da forma de certificação da alta gerência em relação às recomendações da AI	1
	Total de pontos	9

TABELA 1: SUBCATEGORIAS DE CERTIFICAÇÕES EXTERNAS E INTERNAS FONTE: ADAPTADO DE ZORZAL (2015, P. 140).

4.2 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E COMPARABILIDADE

Essa categoria demonstra dados e informações de forma comparativa acerca do alcance das metas estabelecidas pelo governo, tanto em termos financeiros quanto físicos. Suas subcategorias estão apresentadas na Tabela 2.

Item	Descrição	Pontos máximos
1	Comparação do atual desempenho alcançado no ano com as medidas de desempenho determinadas no exercício anterior	1
2	Comentário objetivo, equilibrado e compreensível da posição e do desempenho financeiro e não financeiro da entidade	1
3	Informação comparativa sobre as receitas e despesas nos dois últimos exercícios	1
4	Projeção comparativa para o exercício corrente e seguinte das receitas e das despesas	1
5	Comparação de desempenho projetado vs desempenho real dos dois últimos anos	1
6	Informação de que medidas de desempenho estão disponíveis para os <i>stakeholders</i> e são utilizadas para decidir se os serviços poderiam ser prestados de forma mais eficiente e eficaz pelo setor privado	1
	Total de pontos	6

TABELA 2: SUBCATEGORIAS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E COMPARABILIDADE FONTE: ADAPTADO DE BIZERRA (2011, P. 83).

4.3 COMPREENSIBILIDADE E CONTROLE

A categoria 3, *compreensibilidade*, contempla dados e informações relevantes que proporcionam compreensão do seu significado, pelo menos satisfatória, por parte dos *stakeholders* ou para os órgãos de controle. Busca auferir se os RGs evidenciam as decisões dos gestores e suas respectivas justificativas. Envolve atributos que tornam úteis as informações para os *stakeholders*. No entanto, a mensuração da qualidade da informação não é uma tarefa simples e precisa, em virtude de seu caráter subjetivo.

A categoria 4, *controle*, procura explicitar se os RGs contemplam informações acerca da eficácia dos controles internos, de forma a garantir, com razoável segurança: a verificabilidade e, conseqüentemente, a representação fiel dos dados e informações apresentados; a obediência (*compliance*) às leis e regulamentos; a salvaguarda dos recursos de modo a evitar perdas, mau uso e danos; a eficácia e a eficiência das operações. Por meio da Tabela 3, os itens de 1 a 5 apresentam as subcategorias de *compreensibilidade* e os de 6 a 7 os de *controle*.

Item	Descrição	Pontos máximos
1	Relatório claro e conciso de forma a bem explicar aos <i>stakeholders</i> as decisões tomadas	1
2	Demonstração de dados de modo a fornecer uma compreensão da política seguida	1
3	Comentários sobre os dados numéricos e explicações para divergências entre valores previstos e reais, distinguindo-se receitas, gastos e financiamentos, e os gastos classificados por categorias econômica, funcional e administrativa	1
4	Informação sobre a dependência de subsídios ou outro apoio financeiro	1
5	Comentários detalhados sobre cada programa de receitas e despesas com previsões a atualizações orçamentárias refletindo tendências para as receitas e despesas, ressaltando a evolução econômica e compromisso de políticas bem definidos	1
6	Dados dos relatórios financeiros devem ser consistentes e reconciliados com outras fontes	1
7	Controle que garanta representação fiel das demonstrações orçamentárias e extraorçamentárias e outras informações publicadas pela universidade	1
	Total de pontos	7

TABELA 3: SUBCATEGORIAS DE *COMPREENSIBILIDADE* E *CONTROLE*. FONTE: ADAPTADO DE BIZERRA (2011, P. 84) E DE ZORZAL (2015, P. 143).

4.4 DISCLOSURE E TEMPESTIVIDADE

A categoria 5, *disclosure*, evidencia a disponibilização dos dados e informações das universidades, admitindo-se o sigilo como exceção nos termos da lei. É uma das mais importantes categorias, pois é por meio do *disclosure* que é possível auferir a maioria das demais categorias. A disponibilização dos relatórios de prestação de contas para toda a sociedade facilita a análise das políticas e promove a *accountability*. Auferem-se ainda os aspectos de facilidade de uso (usabilidade) na busca dos RGs, além de aspectos de *compreensibilidade* e suas respectivas derivações, conforme descritos nos itens 1 a 17 da Tabela 4. Com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a LAI, é dever das instituições promover, independente de solicitação, a divulgação de informações de interesse dos cidadãos, em seus sítios na *Internet*, colaborando dessa forma com a transparência ativa. O *disclosure* das Demonstrações Contábeis (DCs) proporciona um melhor embasamento para a tomada de decisão ao comunicar aos seus usuários informações relevantes.

A categoria 6, *tempestividade*, item 18 da Tabela 4 focaliza se há elementos que denotam que a instituição cumpre os prazos previstos na legislação para divulgação dos RGs.

Item	Descrição	Pontos máximos
1	Disponibilização do Balanço Patrimonial	1
2	Disponibilização do Balanço Orçamentário	1
3	Disponibilização do Balanço Financeiro	1
4	Disponibilização da Demonstração das Variações Patrimoniais	1
5	Disponibilização da Demonstração dos Fluxos de Caixa	1
6	Disponibilização da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)	1
7	Disponibilização das Notas Explicativas	1
8	Divulgação das DCs de forma comparativa – dois últimos exercícios	1
9	Descrição sintética nos RGs dos planos estratégico, tático e operacional	1
10	Disponibilização de relatório de prestação de contas para os <i>stakeholders</i> de modo a facilitar a análise das políticas e promover a <i>accountability</i>	1
11	Publicação de informações sobre a investigação da visão dos usuários dos serviços	1
12	Divulgação de planos estratégicos futuros	1

Item	Descrição	Pontos máximos
13	Divulgação das responsabilidades sobre planejamento e execução orçamentária, eficácia da estrutura de controle e gestão de riscos, adequação das DCs e responsabilidades das DCs	1
14	Relação dos principais parceiros (externos à universidade) associados com a atividade-fim	1
15	Disponibilização dos RGs, desde 2004, no Portal da Universidade	1
16	Usabilidade no sítio eletrônico da universidade, em apenas um único <i>click</i> , chega ao RG	1
17	RGs disponibilizados nos Portais das Universidades em formatos de dados abertos	1
18	Publicação do RG na <i>Internet</i> (data de envio ao TCU: até o dia 31/03 do ano subsequente)	1
	Total de pontos	18

TABELA 4: SUBCATEGORIAS DE DISCLOSURE E TEMPESTIVIDADE FONTE: ADAPTADO DE BIZERRA (2011, P. 85-86) E DE ZORZAL (2015, P. 151).

4.5 GOVERNANÇA

A categoria 7, *governança*, apresentada por meio de suas subcategorias elencadas na Tabela 5, busca, nos RGs, informações a respeito das práticas, procedimentos e mecanismos de governança adotados e a sua divulgação para os *stakeholders* e os órgãos de controle.

Item	Descrição	Pontos máximos
1	Divulgação da estrutura organizacional (Organograma funcional)	1
2	Composição dos órgãos colegiados superiores (Conselho Universitário, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, Conselho de Curadores ou equivalentes)	1
3	Estrutura orgânica de controle da universidade, com a descrição da base normativa, atribuições e a forma de atuação	1
4	Divulgação do instrumento de governança adotado	1
5	Informação sobre o cumprimento do instrumento de governança adotado e/ou possíveis aspectos não cumpridos e respectivas explicações	1
6	Divulgação de princípios e boas práticas de governança adotados e suas avaliações, incluindo um plano de ação para melhoria, quando necessário	1
7	Evidenciação da forma de condução da gestão de TI da entidade, notadamente em relação à estrutura de governança e às estratégias de mitigação de riscos das atividades de TI	1
	Total de pontos	7

TABELA 5: SUBCATEGORIAS DE GOVERNANÇA FONTE: ADAPTADO DE ZORZAL (2015, P. 147).

Embora esse seja um tema bastante discutido, o Brasil, até recentemente, não dispunha de um código de governança para o setor público. Somente em 2014, o TCU publicou o Referencial Básico de Governança (RBG) aplicável a órgãos e entidades da Administração Pública. As diretrizes de uma boa governança no setor público visam a garantir que as ações dos entes públicos estejam alinhadas com o interesse público (International Federation of Accountants, 2014).

4.6 POLÍTICA CONTÁBIL E RISCOS

A categoria *política contábil*, e suas subcategorias (Tabela 6, itens de 1 a 4) indicam a política, as práticas e os procedimentos contábeis que foram utilizados para a elaboração das DCs e demais demonstrativos financeiros para a evidenciação da situação patrimonial e financeira da entidade. Busca detectar se foram adotadas as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASPs), o regime de caixa ou competência, assim como os sistemas de informação de custos do setor público.

A categoria *riscos*, expõe suas subcategorias na Tabela 6, dos itens 5 ao 8 e caracteriza o cuidado que a instituição deve ter no sentido de prevenir riscos nos processos de gestão, fazendo com que possa haver diminuição de fraudes e corrupções, bem como de conflitos de interesses.

A Ifac (2014) destaca que as instituições devem se preocupar em gerenciar seus riscos por meio de controle interno robusto e sólida gestão financeira pública para coibir a ocorrência de fraudes, conflitos de interesse e corrupção.

Item	Descrição	Pontos máximos
1	O resumo da política contábil deve acompanhar os relatórios, contendo a base da contabilidade aplicada (caixa ou competência) na preparação dos relatórios e divulgação de quaisquer desvios de práticas contábeis geralmente aceitas	1
2	As alterações nas políticas contábeis, a natureza da mudança e suas razões devem ser amplamente divulgadas e informações para os períodos de referência anteriores devem ser ajustadas, para permitir que sejam feitas comparações entre os períodos reportados	1
3	A demonstração das medidas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas NBCASPs, para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da instituição, respectivamente, devem ser explicitadas	1
4	A declaração do Contador responsável deve indicar que as DCs do exercício refletem (declaração plena) ou não refletem (declaração com ressalva) corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da entidade	1
5	Explicitação nos RGs da frequência em que é feita a avaliação de riscos, de modo a identificar mudanças no perfil de risco, ocasionadas por transformações nos ambientes	1
6	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão	1
7	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da universidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos	1
8	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da universidade	1
	Total de pontos	8

TABELA 6: SUBCATEGORIAS DE POLÍTICA CONTÁBIL E RISCOS FONTE: ADAPTADO DE BIZERRA (2011, P. 87) E DE ZORZAL (2015, P. 150).

4.7 INFORMAÇÕES AMBIENTAIS E SOCIAIS

A categoria *informações ambientais*, Tabela 7 (itens 1 a 16), reflete a postura da instituição em relação aos recursos naturais. Suas subcategorias compreendem os gastos com prevenção, proteção e recuperação; investimentos em equipamentos e tecnologias voltadas à área ambiental e aos passivos ambientais. Envolvem, ainda, medidas para redução dos impactos, políticas de sustentabilidade e educação ambiental tanto internamente quanto na comunidade, pesquisas internas, bem como levam em consideração as gerações futuras (tempo que excede o período de vida dos indivíduos envolvidos), entre outros. A temática ambiental tem sido uma grande preocupação para a maioria dos gestores e faz parte da agenda política mundial.

Item	Descrição	Pontos máximos
	Políticas ambientais:	
1	Divulgação das políticas, práticas e ações atuais do aspecto ambiental	1
2	Estabelecimento de metas e objetivos ambientais	1
3	Cumprimento da legislação ambiental (<i>compliance</i>)	1
4	Parcerias, Conselhos, Fóruns, Núcleos etc. ambientais	1
5	Explicitação da gestão ambiental	1
6	Informação acerca de prêmios e participações em índices ambientais	1
	Impactos dos serviços e processos no meio ambiente:	
7	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens/serviços	1
8	Política de separação de resíduos recicláveis descartados	1
9	Política adotada para o uso racional do consumo próprio de papel	1
10	Política adotada para o uso racional do consumo próprio de energia elétrica	1
11	Política adotada para o uso racional do consumo próprio de água	1
12	Adesão a programas de gestão da sustentabilidade	1
13	Evolução histórica do consumo, em valores monetários e quantitativos, de energia elétrica e água no âmbito das unidades que compõem o RG	1
14	Dados acerca de desenvolvimento ou exploração de novas fontes de energia	1
	Educação e pesquisa ambiental:	
15	Educação ambiental internamente e/ou na comunidade	1
16	Pesquisa interna relacionada com o meio ambiente	1

Item	Descrição	Pontos máximos
	Informações sociais	
17	Demonstração da força de trabalho e dos afastamentos que refletem sobre ela	1
18	Qualificação da força de trabalho de acordo com cargos, idade e escolaridade	1
19	Custos associados à manutenção dos recursos humanos	1
20	Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas	1
21	Indicadores gerenciais sobre recursos humanos	1
22	Informação sobre terceirização de mão de obra	1
23	Informação sobre a contratação de estagiários	1
24	Informação sobre contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva	1
	Total de pontos	24

TABELA 7: SUBCATEGORIAS DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS E SOCIAIS .FONTE: ADAPTADO DE ZORZAL (2015, P. 155 E 157).

A categoria *informações sociais*, Tabela 7 (itens 17 a 24), suas subcategorias expressam as informações sobre os recursos humanos e seus respectivos indicadores. Componente não obrigatório das DCs requeridas pela legislação, mas que objetiva demonstrar o resultado da instituição com o meio em que está inserida. Visa a destacar o perfil da força de trabalho. Estas categorias representam parte do Balanço Social. O Balanço Social busca demonstrar o grau de responsabilidade social assumido pela instituição e, dessa forma, prestar contas à sociedade pelo uso do patrimônio público, constituído dos recursos naturais, humanos e o direito de conviver e usufruir dos benefícios da sociedade em que atua (Iudícibus et al., 2013).

4.8 ASPECTOS OPERACIONAIS E ESTRATÉGICOS E GESTÃO PATRIMONIAL

Na categoria *aspectos operacionais e estratégicos*, Tabela 8 (itens 1 a 17), evidencia-se dados da caracterização institucional, sua estrutura, aspectos da atividade-fim e meio ligados à produção, estratégia, eficiência etc. e alguns indicadores específicos da área educacional.

Na categoria *gestão patrimonial*, (Tabela 8, itens 18 a 22), suas subcategorias evidenciam a forma como a universidade gerencia sua frota de veículos automotores e outros bens móveis, assim como os bens imóveis sob sua responsabilidade, tanto os de propriedade da União, quanto os locados de terceiros.

Item	Descrição	Pontos máximos
1	Caracterização da universidade	1
2	Indicadores de desempenho da Graduação	1
3	Indicadores de desempenho da Pós-Graduação	1
4	Análise dos resultados dos indicadores de desempenho da Graduação	1
5	Análise dos resultados dos indicadores de desempenho da Pós-Graduação	1
6	Taxa de sucesso na Graduação	1
7	Indicadores de desempenho da pesquisa	1
8	Indicadores de desempenho da extensão	1
9	Informação acerca da utilização da capacidade instalada	1
10	Informação dos custos por cursos (Graduação e Pós-Graduação)	1
11	Informação sobre os custos dos cursos de Educação a Distância (EAD)	1
12	Indicadores de bibliotecas	1
13	Descrição da missão, visão e valores da universidade (1 ponto para cada um dos itens)	3
14	Aprovação e publicação do plano estratégico institucional que está em vigor	1
15	Perspectivas de novos cursos de Graduação e/ou novas vagas	1
16	Perspectivas de novos cursos de Pós-Graduação	1
17	Discussão acerca da qualidade do ensino nos respectivos cursos	1
18	Informações sobre a gestão da frota de veículos automotores	1
19	Informações sobre a gestão de outros bens relevantes	1
20	Informações sobre a gestão dos imóveis da União de responsabilidade da universidade	1
21	Informações sobre o valor de reavaliação dos bens imóveis da União que estejam sob a responsabilidade da universidade	1
22	Informações sobre a gestão dos imóveis locados de terceiros	1
	Total de pontos	24

TABELA 8: SUBCATEGORIAS DE ASPECTOS OPERACIONAIS E ESTRATÉGICOS E GESTÃO PATRIMONIAL FONTE: ADAPTADO DE ZORZAL (2015, P. 153 E 158).

4.9 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Por fim, a categoria *relacionamento com a sociedade*, Tabela 9, suas subcategorias indicam a existência de estruturas na instituição que garantam um canal de comunicação do cidadão com a universidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias e sugestões, assim como mecanismos ou procedimentos que permitam verificar a percepção da sociedade sobre os serviços prestados pela entidade.

Item	Descrição	Pontos máximos
1	Descrição dos canais de acesso do cidadão à entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas	1
2	Informação da disponibilização da <i>Carta de Serviços ao Cidadão</i> em cumprimento ao Decreto nº 6.932/2009	1
3	Informações acerca da Ouvidoria da universidade	1
4	Dados do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) previsto na Lei nº 12.527/2011 regulamentada pelo Decreto nº 7.724/2012	1
5	Mecanismos para medir a satisfação dos <i>stakeholders</i> dos produtos e/ou serviços resultantes da atuação da universidade	1
6	Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas, nos últimos três anos, com os <i>stakeholders</i> , resultantes da atuação da universidade	1
7	Evidenciação das atividades culturais oferecidas à comunidade interna e externa à universidade e seus respectivos indicadores	1
	Total de pontos	7

TABELA 9: SUBCATEGORIAS DE RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE FONTE: ADAPTADO DE ZORZAL (2015, P. 159).

4.10 TABELA-SÍNTESE DA ANÁLISE DOS DADOS

A Tabela 10 apresenta uma síntese dos dados auferidos das Tabelas 1 a 9, assim como exibe o total de pontos e respectivos percentuais possíveis, referentes às categorias e subcategorias de boas práticas de governança.

Após análise de cada um dos RGs das universidades estudadas, chega-se aos resultados de cada uma delas. A tabela-síntese (Tabela 10) mostra, tanto em termos absolutos, quanto em termos relativos (percentuais):

- o total de pontos máximos, em números absolutos e relativos, que cada instituição poderá alcançar em cada categoria, com base nas subcategorias;
- o somatório total de subcategorias em termos absolutos, no caso, 110 e, em termos relativos, 100,00%, em que cada universidade poderá alcançar;
- os totais de pontos máximos, em números absolutos e relativos, a serem auferidos pelas universidades a serem estudadas, em cada categoria, com base nas subcategorias;
- o somatório total de subcategorias em termos absolutos e em termos relativos alcançados pelas universidades a serem pesquisadas.

Se as subcategorias forem todas atendidas, consideram-se 100% de aderência à transparência nos RGs das UFs, nos moldes delineados neste estudo.

Categorias	Pontos máximos da subcategoria	
	Quantidade de subcategoria	%
1 Certificações externas e internas	9	8,18
2 Avaliação de desempenho e comparabilidade	6	5,45
3 Compreensibilidade e controle	7	6,36
4 <i>Disclosure e tempestividade</i>	18	16,36

Categorias	Pontos máximos da subcategoria	
	Quantidade de subcategoria	%
5 Governança	7	6,36
6 Política contábil e riscos	8	7,27
7 Informações ambientais e sociais	24	21,82
8 Aspectos operacionais e estratégicos e gestão patrimonial	24	21,82
9 Relacionamento com a sociedade	7	6,36
Total	110	100,00

TABELA 10: TABELA-SÍNTESE COM CATEGORIAS E EM NÚMEROS ABSOLUTOS E RELATIVOS, DAS SUBCATEGORIAS DE BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA PARA OS RGS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS FONTE: ADAPTADO DE ZORZAL (2015, P. 162).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho consistiu em elaborar um modelo que pudesse ser utilizado para a avaliação dos RGs das UFs no que diz respeito à transparência. Foram estabelecidas categorias e subcategorias de análise (métricas) com base nos instrumentos de governança nacionais e internacionais, literatura e legislação brasileira que tratam dos aspectos de publicização, transparência pública, *accountability* e acesso à informação, bem como o modelo metodológico já utilizado por Bizerra (2011), para verificar se essas métricas estão contempladas nos RGs das UFs pesquisadas. Essa verificação, por meio do modelo proposto, constitui inferências para se verificar se os RGs atendem aos princípios de boa governança da Administração Pública Federal, segundo as diretrizes nacionais e internacionais, com base na noção de transparência. Concluiu-se que as categorias e respectivas subcategorias identificadas podem constituir indicadores para um modelo de análise do nível de transparência para as universidades públicas. Permitem também calcular o nível de transparência dos RGs de cada universidade e a obtenção de um *ranking* de classificação entre elas.

6. REFERÊNCIAS

- AKUTSU, L e PINHO, J. A. G. (2002). Sociedade da informação, *accountability* e democracia delegativa: investigação em portais de governo no Brasil. *RAP*, 36 (5), p.723-745.
- BATISTA, C. L. (2010). *Informação pública: entre o acesso e a apropriação social*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.
- BEATTIE, V., McINNES, B. e FEARNLEY, S. (2004). A methodology for analysing and evaluating narratives in annual reports: a comprehensive descriptive profile and metrics for disclosure quality attributes. *Accounting Forum*, 28 (3), p. 205-236.
- BIZERRA, A. L. V. (2011). *Governança no setor público: aderência dos relatórios de gestão do Poder Executivo municipal aos princípios e padrões de boas práticas de governança*. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. (2014). *Referencial para avaliação de governança em políticas públicas*. Brasília: TCU, Secretaria-Geral de Controle Externo.
- CASTELLS, M. (2008). *A Sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. v.1. Tradução de Roneide Venâncio Majer. 11 ed. São Paulo: Paz e Terra.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS (2014). *International Framework: Good Governance in the Public Sector*. Disponível em: <<https://www.ifac.org/publications-resources/international-framework-good-governance-public-sector>>. Acessado: 18 jul. 2014.

- IUDÍCIBUS, S. et al.(2013). *Manual de contabilidade societária*. 2. ed. São Paulo: Atlas.
- JARDIM, J. M. (1999). *Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental*. Niterói: EdUFF.
- MATIAS-PEREIRA, J. (2010). *Governança no setor público*. São Paulo: Atlas.
- MENDO, C. et al. (2013). Del acceso a la reutilización, del dato al documento: una visión conceptual de la información pública. *Revista Española de Documentación Científica*, 36 (3), p. 1-12.
- MICHENER, G. e BERSCH, K. (2011). Conceptualizing the quality of transparency. In: *1st Global Conference on Transparency*, Rutgers University, Newark, May 2011. Disponível em: <http://gregmichener.com/Conceptualizing_the_Quality_ofTransparency--Michener_and_Bersch_for_Global_Conference_on_Transparency.pdf>. Acessado: 26 maio 2013.
- OPEN Government Data Principles (2007). *8 Principles of Open Government Data*. Disponível em: <https://public.resource.org/8_principles.html>. Acessado: 23 mar. 2015.
- OPEN KNOWLEDGE FOUNDATION. (2012). *Open Data Handbook Documentation*. Disponível em: <<https://okfn.org/opendata/>>. Acessado: 12 nov. 2014.
- RAMOS-SIMÓN, L. F., CARMONA, C. M. e AVILÉS, R. A. (2009). La producción informativa y documental del Estado: hacia un inventario de los recursos públicos. *Revista Española de Documentación Científica*, 32 (1), p. 40-59.
- RODRIGUES, G. M. (2013). Indicadores de “transparência ativa” em instituições públicas: análise dos portais de universidades públicas federais. *Liinc em Revista*, 9 (2), p. 423-438.
- SARACEVIC, T. (1991). *Information science: origen, evolution and relations*. Disponível em: <<http://comminfo.rutgers.edu/~kantor/601/Readings2004/Week2/w2R1.PDF>>. Acessado: 18 jun. 2014.
- SCHNACKENBERG, A. K. e TOMLINSON, E. C. (2014). Organizational transparency: a new perspective on managing trust in organization-stakeholder relationships. *Journal of Management*, XX (X), p. 1-27.
- WALLACE, O. e NASER, K. (1995). Firm-specific determinants of the comprehensiveness of mandatory disclosure in the corporate annual reports of firms listed on the stock exchange of Hong Kong. *Journal of Accounting and Public Policy*, 14 (4), p. 311-368.
- WERSIG, G. e NEVELING, U. (1975). The phenomena of interest to information science. *Information Scientist*, 9 (4), p. 127-140.
- ZORZAL, L. (2015). *Transparência das informações das universidades federais: estudo dos relatórios de gestão à luz dos princípios de boa governança na Administração Pública Federal*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília.

REFLEXIONES DE ACCESO A LA INFORMACIÓN Y POLÍTICA DE INCUMPLIMIENTO DE LEYES EN ARCHIVOS IFES.

Ramón Maciel Ferreira, Raone Somavilla, Martius Vicente Rodríguez y Rodrigues

Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal de Santa Maria y

Universidade Federal Fluminense

Resumen

Este artículo presenta un aporte teórico, con base en las legislaciones brasileiras relacionadas a la archivística. Se Buscó un levantamiento de datos con respecto al cumplimiento de las normativas del Sistema de Gestión de Documentos de Archivo por 29 de las Instituciones Federales de Educación Superior (IFES) en Brasil, siendo utilizada como herramienta los dispositivos de la Ley de Acceso a la Información.

Palabras clave: Ley de acceso a la información; Políticas públicas; e Gestión de Documentos.

Abstract

This paper presents a theoretical framework, based on Brazilian legislation related to archiving. He attempted a survey of data on the performance of ordinances Archive Document Management System for 29 of Federal Colleges (IFES) in Brazil, being used as a tool devices the Access to Information Act.

Keywords: Information Access Law; Public policies; and Records Management

1. INTRODUCCIÓN

La información se constituye como un factor esencial en la supervivencia del ser humano en una sociedad organizada y politizada. El acceso a la información es fundamental al proceso democratizador, dado que abastece al individuo de argumentos para el ejercicio de la ciudadanía. El ciudadano tiene cada vez más participación en los procesos y planificación, y cada vez más su capacidad de decisión está relacionada con el acceso a la información y la apropiación de conocimientos.

En otras palabras, la participación de cada individuo es proporcional a aquello que se ubica dentro de su horizonte de entendimiento: aquellos que detentan mayor conocimiento presentan mayor posibilidad de participar activamente en las discusiones críticas públicas que integran, en la práctica, el principio ideológico de control social.

Para que acontezca este encuentro entre actor social e información es preciso, incluso más que el interés del ciudadano, que se estimule la divulgación permanente de informaciones sobre acciones y servicios de interés público. Esto garantiza que se produzca el sostén del proceso democrático, pues facilita el debate por parte de la población sobre ideas y proyectos para su propia vida.

La información es un elemento bruto que puede ser transformado mediante la intervención humana: procesos humanos complejos de procesamiento de esas informaciones moldean el conocimiento. Hombre y conocimiento están estrechamente conectados, el uno no existe sin el otro, es decir, el conocimiento forma parte integrante de una persona y al mismo tiempo necesita del individuo para ser creado a partir de informaciones, experiencias y vivencias, así como para ser compartido.

El acceso a las informaciones puede suceder por diferentes motivos: la necesidad o curiosidad del ciudadano que va en busca de aquello que desea saber, o del interés del propio gobierno en hacerse transparente, revelando a través de los medios de comunicación, informaciones sobre sus acciones que juzguen de interés y utilidad pública. Del punto de vista de la legislación brasileña que regula este tema, los motivos citados se encajan en dos categorías: la transparencia pasiva, cuando la solicitud de información parte del ciudadano; y la transparencia activa, cuando la institución pública coloca disponible sus informaciones sin necesidad de cualquier solicitud.

El requisito de acceso a las informaciones caracteriza el pleno ejercicio de la ciudadanía en la sociedad del conocimiento, como evolución del momento anterior, que era el de generar información en abundancia. Si por un lado, el ciudadano tiene derecho a recibir informaciones de su interés, por otro lado, las instituciones públicas tienen la obligación de, siempre que no viole las determinaciones legales relacionadas a la confidencialidad, prestar cuentas de forma clara y objetiva a la sociedad. El principio del *accountability*, o responsabilidad, que, según Iacovino (2016: 261) presupone la existencia del acceso abierto a las informaciones del poder público, explica justamente la obligación de la rendición de cuentas que el Estado tiene para con el pueblo, su ejercicio indica la distancia que existe entre gobierno y gobernados y la posibilidad de participación o control social en las tomas de decisiones.

2. DERECHO A LA INFORMACIÓN: LEY BRASILEÑA DE ACCESO A LA INFORMACIÓN

La gran multiplicidad de los servicios públicos en Brasil, su complejidad, y la necesidad de hacer con que se desplieguen por todos los puntos del territorio, “implicarían un caos en la administración si los sectores

de la esfera del Poder Ejecutivo no estuviesen unidos entre sí por coordinación y por subordinación, con el fin de asegurar la armonía en su actividad¹ (Masagão, 1974: 143).

En este contexto, es evidente la importancia del flujo de informaciones fiables y Auténticas entre las distintas instituciones de las diferentes esferas del poder, o sea, el acceso a la información documentada es esencial para la calidad de los servicios de la administración pública. La transparencia en las acciones de estas instituciones implica en la comunicación de las informaciones, y su conocimiento es sumamente importante para el ejercicio de la ciudadanía.

Teniendo en cuenta que hay una diferencia entre documento, que es el soporte sumado al registro fijado en él, e información, que son los datos que se refieren a alguien o algo, se defiende el derecho al acceso y disponibilidad tanto de uno como del otro, aunque la ley 12.527/2011 – Ley de acceso a la información (LAI), se aplique únicamente a la información. Esto porque, al ciudadano, se le debe conceder lo que es de su interés, sea la información o el documento, para la solución de problemas o negociaciones

Es innegable el avance proporcionado por la LAI con respecto a la consolidación de la democracia y transparencia del gobierno, uno de los aspectos más destacados es el hecho de que el acceso es la regla, y el secreto es la excepción. Así, se parte de la suposición de que todo debe ser accesible, y que la confidencialidad, cuando se aplica, debe ser justificada y es susceptible de recurso. Además, la ley de acceso deja claro en su Art. 8º, que la transparencia debe ser proporcionada por las agencias públicas, sin petición de los ciudadanos. La ley establece y define los procedimientos y los plazos que deben ser observados para satisfacer las demandas, al mismo tiempo que señala las acciones que deben tomarse si no se presta la información.

De acuerdo con la controladoria geral da união (CGY, 2011: 12), el principal reto en la implementación de un sistema de acceso a la información es “vencer la cultura del secreto que, a menudo, prevalece en la gestión pública”. La oferta de informaciones al ciudadano requiere una cultura de apertura y el funcionario público tiene un papel clave para el cambio cultural, porque el trata diariamente con la información pública en su custodia

En la cultura de la confidencialidad, la información se conserva y, a menudo, se pierde. La gestión pública pierde eficiencia, el ciudadano no ejerce un derecho, y el estado no cumple con su deber. Esta cultura todavía, de acuerdo con la CGU (2011: 12), “se guía por el principio de que el flujo de informaciones plantea riesgos [...] esto favorece la creación de obstáculos para que las informaciones estén disponibles”, debido a la comprensión de que el ciudadano solo puede solicitar informaciones que le afecte directamente, o que los datos pueden ser mal utilizados por grupos de interés, que la demanda sobrecarga a los funcionarios y compromete otras actividades, que siempre recae en el liderazgo la responsabilidad de decidir la liberación o no de la información, o todavía de que los ciudadanos no están preparados para ejercer el derecho de acceso a la información

La LAI es una herramienta importante en las manos de la sociedad para luchar por sus derechos, una vez que, de acuerdo con Urbanetto y Rosa (2014), el ciudadano bien informado tiene mejores opciones y condiciones para conocer y exigir sus derechos básicos, como salud, educación y beneficios sociales, por tanto, el acceso a la información ha sido cada vez más reconocido como un derecho en diversas partes del mundo. Las autoras señalan que, sin embargo, hay que resaltar que las demandas de información siguen procediendo de un círculo limitado de personas más familiarizadas con la burocracia de la gestión pública y con la tecnología de la información

¹ Traducción libre de los autores. En el original “*acarretariam o caos na administração se os órgãos da esfera do Poder Executivo não estivessem ligados entre si por coordenação e por subordinação, de maneira a ficar assegurada a harmonia em sua atividade*” (Masagão, 1974: 143).

3. GESTIÓN DE DOCUMENTOS Y DE LA INFORMACIÓN

La institucionalización de la gestión de documentos en Brasil tiene una importante baliza en la aprobación de la Política Nacional de Archivos Públicos y Privados, por la Ley 8.159 de 8 de enero de 1991, que articula, con otros instrumentos de regulación (véase la Tabla 01), las bases jurídicas para gestionar el gran volumen de informaciones y la explosión en la producción de documentos por parte del gobierno brasileño, más allá de la creación del Consejo Nacional de Archivos (CONARQ), organismo encargado de las directrices y gestión de políticas y la implementación del Sistema de Gestión de Documentos de Archivo (SIGA) para asegurar la eficiencia de la gestión de documentos en la Administración Pública, facilitar el acceso a la información, establecer la responsabilidad penal sobre quién causa daños a los archivos, y establecer directrices para asegurar la eliminación eficiente, y del SINAR (Sistema Nacional de Archivos), formado por todas las instituciones archivísticas de todos los organismos públicos de diversos ámbitos estatales.

Disposición Legal	Determinación
Constitución Federal/ 1988, Art. 216, § 2º	Corresponde a la administración pública, de acuerdo con la ley, la gestión de la documentación gubernamental y las medidas para franquear su consulta a todos que necesiten
Ley Federal de Archivos – Nº 8.159/1991, Art. 1º	Es deber del gobierno la gestión documental y la protección especial a los documentos de archivo, como herramienta de apoyo a la administración, a la cultura, al desarrollo científico y como prueba e información.
Ley Federal de Archivos – Nº 8.159/1991, Art. 3º	Se considera gestión de documentos el conjunto de procedimientos y operaciones relativos a su producción, tramitación, uso, valoración y archivamiento en fase corriente e intermediaria, para su eliminación o transferencia a custodia permanente.
Ley Federal de Archivos – Nº 8.159/1991, Art. 17º	La administración de la documentación pública corresponde a las instituciones archivísticas federales, estaduais, del Distrito Federal y municipales.
Ley Federal de Archivos – Nº 8.159/1991, Art. 17º	La legislación del estado, del Distrito Federal y municipal definen los criterios de organización y vinculación de los archivos estatales y municipales, así como la gestión y el acceso a los documentos sujetos a las disposiciones de la Constitución Federal y en esta ley.

TABLA 1: LA LEGISLACIÓN BRASILEÑA RELATIVA A GESTIÓN DE DOCUMENTOS.

FUENTE: [HTTP://WWW.SIGA.ARQUIVONACIONAL.GOV.BR/CGI/CGILUA.EXE/SYS/START.HTM?SID=170](http://www.siga.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=170) [ADAPTADO POR LOS AUTORES]

En relación a la gestión documental, el art. 3º de la ley de archivos la define como conjunto de procedimientos y operaciones relativas a su producción, tramitación, uso, valoración y archivamiento en fase corriente e intermediaria de los documentos, para su eliminación o transferencia a custodia permanente.

Los documentos se producen intencionadamente para registrar y acompañar las acciones administrativas, durante su fase de uso, son acciones necesarias para el control y preservación de la información. Rhoads (1989) señala que la primera fase de la gestión es la producción del documento, indicando que esta fase es particularmente importante, ya que tiene como objetivo evitar la creación de documentos no esenciales, mejorar su uso y el valor de los documentos que sean necesarios, garantizar el uso de materiales apropiados en la producción de documentos, y asegurar el uso apropiado de los métodos de reprografía o automatización.

El documento debe estar en perfectas condiciones de uso, ordenado, organizado y accesible, excepto en el caso de la información clasificada con confidencialidad. Rhoads (1989) en sus escritos señala que la segunda fase de la gestión documental es el uso de documentos, e implica el control, uso y almacenamiento de los documentos necesarios para el desarrollo de las actividades de una organización, tratamiento adecuado al patrimonio y las determinaciones del plazo del cuadro de valoración y selección de documentos, aprobado para el órgano en particular. Acciones contrarias se identificarán bajo el

aspecto criminal, como la eliminación de documentos sin criterios previamente determinados y aprobados se califica como delito, por el código penal brasileño.

Es importante apuntar, estudiar e implementar políticas públicas para el tratamiento de la información y documentos de archivos, en relación con los procedimientos de acceso a la información en virtud de la Constitución Federal Brasileña y asegurado por la Ley de Acceso a la Información.

Un sistema completo de gestión de documentos se ocupa de todo lo que sucede a un documento a lo largo de su ciclo de vida, es decir, desde su nacimiento, a lo largo de su vida productiva como medio de llevar a cabo las funciones de la organización hasta su muerte o destrucción, cuando ya ha servido a todo lo que pudiera servir útilmente, o su reencarnación, en forma de archivos, si merecen ser conservados de forma permanente². (Rhoads, 1989: 24)

Para Serra Jr. (2006) la gestión de la información en las organizaciones públicas debe ser entendida bajo dos puntos de vista: la información como insumo para la toma de decisiones y la información como prueba de los hechos que resultan de las acciones de la organización. De acuerdo con Roedel (2005), la información se puede entender como datos que hacen la diferencia cuando son dotados de significado, están organizados y son comunicados. Al proporcionar la posibilidad de adquirir nuevos puntos de vista para la interpretación de los acontecimientos o situaciones, también se considera un medio para extraer y construir conocimiento.

La información es uno de los principales insumos para el proceso de toma de decisiones. Esta afirmación se aplica también a las instituciones públicas, aunque los conceptos de los ambientes, las amenazas y las oportunidades deben ser adaptados a las organizaciones estatales, cuyo objetivo no es el lucro, sino la satisfacción de los ciudadanos. Los escritos relacionados con las teorías de comunicación se centran principalmente en los “procesos de producción y transmisión de la información y el papel de los actores en los procesos de comunicación sin tener en cuenta el significado de lo que se transmite³” (Dubois, et al., 1995: 340). Aunque la comprensión de estos procesos es relevante, principalmente al impacto generado por la tecnología de la información, muchos autores no consideran estos aspectos en relación con la gestión de la información.

Las ciencias de la información, donde la bibliotecología y la archivología se insieren, traen diferentes conceptos de información y las técnicas necesarias para su gestión. Miranda (2003) al comparar y analizar diferentes definiciones de la ciencia de la información y su evolución, establece que estudian el fenómeno de la inscripción de los conocimientos y trabajan para la mejora de las formas de producción, almacenamiento y uso (es decir, todo el ciclo de la información) del conocimiento registrado.

Rousseau y Couture (1998: 61), al recordar que la información en el pasado se transmitieron oralmente, resaltan el avance obtenido con la introducción de la información documental, grabada en el soporte con la ayuda de un código preestablecido, y lo que permitió “registrar, copiar, autenticar, transmitir, comparar, recibir, difundir, clasificar, recuperar, almacenar, retener y utilizar en última instancia, la información con relativa facilidad, estable y exacta⁴”. Los autores comentan que la producción y el uso de

²Traducción libre de los autores. En el original “Um sistema completo de gestão de documentos se ocupa de tudo o que acontece com um documento ao longo de seu ciclo de vida, ou seja, desde seu nascimento, ao longo de toda a sua vida produtiva como meio de executar as funções da organização até sua morte ou destruição, quando serviu para tudo o que podia servir utilmente, ou sua reencarnação, em forma de arquivos, se merecer ser conservado permanentemente.” (Rhoads, 1989: 24).

³ Traducción libre de los autores. En el original “*processos de produção e transmissão de informações e o papel dos agentes nos processos de comunicação desconsiderando o sentido do que é transmitido*” (Dubois, et al., 1995: 340).

⁴ Traducción libre de los autores. En el original “*registrar, copiar, autenticar, transmitir, comparar, receber, difundir, classificar, recuperar, armazenar, conservar e, finalmente, utilizar a informação de um modo relativamente fácil, estável e exato*” (Rousseau y Couture, 1998: 61).

las informaciones crecieron de manera exponencial, proyectando un mundo de hiperconsumo de información, bajo todas sus formas.

La producción de información orgánica registrada origina los archivos de entidades y pueden estar, en diferentes momentos, en el lugar de trabajo o en los depósitos especialmente preparados para esto. Su característica principal es el testimonio de las acciones y, en muchos casos, como prueba legal de actos. Las informaciones orgánicas son utilizadas por las instituciones en un primer momento para decidir, actuar y controlar las decisiones y las medidas adoptadas. En esta fase, lo que caracteriza por su uso, de acuerdo con la teoría archivística, es el valor primario de los documentos. En segundo lugar, se utilizan por su valor secundario, con el fin de realizar estudios retrospectivos, que evidencian las decisiones o acciones pasadas.

Rousseau y Couture (1998, p. 65) al abordar el papel de la archivística en la gestión de la información, sostienen que la gestión de la información archivística “permite el estudio retrospectivo, reduce la incertidumbre y mejora la toma de decisiones, profundiza el conocimiento de la cultura institucional y del proceso de toma de decisiones⁵”. Cada vez más organizaciones utilizan sus documentos en sus investigaciones retrospectivas, con el fin de entender mejor el presente.

4. MÉTODO DE INVESTIGACIÓN

Con vistas en los aportes legales mencionados y en las dificultades reales que enfrentan las Instituciones Federales de Educación en el campo de la gestión de documentos y el cumplimiento de las normas legales del Sistema de Gestión de Documentos de Archivo (SIGA), se elaboró una encuesta para cuantificar el cumplimiento de la legislación sobre archivos, trenzando un panorama que servirá de base para trabajos futuros.

La recogida de datos se llevó a cabo a partir de instrumentos de acceso a la información implementado por la Ley de Acceso a la Información, que regula el acceso a informaciones en organismos públicos de la administración directa. La aplicación de estas preguntas se basan en las solicitudes realizadas en el sistema e-Sic⁶ (Sistema Electrónico de Servicio de Información al Ciudadano), donde las respuestas constituyen documentos oficiales de los citados organismos, respetando la secuencia de plazos y procedimientos requeridos por la ley, siendo una solicitud inicial e cuatro instancias de recursos. Fueron consultadas las informaciones sobre el cumplimiento de las resoluciones del SIGA por las Instituciones Federales de Educación Superior Brasileñas (IFES).

En cuanto a las IFES que eran sujetos de la investigación, se decidió incluir en la muestra, por lo menos, una institución de cada estado (unidad federativa), dando prioridad a aquellas situadas en las capitales de cada estado. Los datos fueron recogidos e interpretados durante la construcción de la investigación mientras que eran recibidos, debido a los plazos existentes para la respuesta de los organismos y los subsiguientes plazos de los recursos oficiales, utilizados cuando las respuestas no estaban de acuerdo con las solicitudes o no reflejan, durante la interpretación, todo su contenido.

La presentación interpretativa de los datos, en forma de gráficos, aclara y facilita la comprensión de las informaciones recogidas durante el proceso de construcción del estudio de caso. Para evitar cualquier respuesta genérica o inconsistentes, fueron introducidas situaciones adversas en medio de las solicitudes. El instrumento interpelaba a respecto de diez ordenanzas: dos de las cuales no se refieren al Poder

⁵ Traducción libre de los autores. En el original “*permite a pesquisa retrospectiva, reduz a incerteza e melhora a tomada de decisão, aprofundando o conhecimento da cultura institucional e do processo de decisão*” (Rousseau y Couture, 1998: 65).

⁶ Sitio de acceso al sistema <http://www.acessoinformacao.gov.br/sistema/>

Ejecutivo (no se aplica, por lo tanto, a las instituciones investigadas) y otras dos resoluciones relativas al mismo objeto, siendo sólo un cambio de fecha de entrada en vigor.

Estos dispositivos fueron muy útiles para mantener la transparencia y la coherencia de la investigación, sirviendo como instrumentos de control, utilizados en recursos por veces en que algunas instituciones informaron el cumplimiento de las resoluciones que no se refieran a su jurisdicción o sus necesidades, al ser cuestionadas sobre el cumplimiento, revisaron y reestructuraron las informaciones en sus respuestas, dando mayor claridad y confiabilidad.

Además de los mecanismos mencionados, fueron encaminadas seis preguntas relativas a seis ordenanzas (véase Tabla 02), con las siguientes posibles respuestas en su aplicación: Cumplimiento Total (TOTAL); Cumplimiento Parcial (PARCIAL); No Conformidad (NO); En Implementación o Estudios (IMPL); e No respondió (SIN RESP).

	Norma Legal	Fecha	Objeto que trata
1	Ordenanza Interministerial MJ/MP nº 851	03-07-2015	Sistema de Protocolo Integrado
2	Ordenanza Interministerial MJ/MP nº 705	22-06-2015	Número Único de Protocolo – NUP
3	Ordenanza MEC nº 1.261	23-12-2013	Código de Clasificación y Cuadro de Valoración y Selección de Documentos de Archivo relativos a las actividades de las IFES
4	Ordenanza MEC nº 1.224	18-12-2013	Mantenimiento Custodia de Acervo Académico
5	Ordenanza Normativa - Departamento de Recursos Humanos/MP nº 3	18-11-2011	Creación el Legajo Funcional Digital
6	Ordenanza – Sistema de Gestión de Recursos de Información y Tecnologías de la Información/MP nº 3	07-05-2007	e-MAG – Institucionaliza el Modelo de Accesibilidad

TABLA 2: ORDENANZAS ANALIZADAS. FUENTE: LOS AUTORES

Los procedimientos de solicitud de información por parte de la Ley de Acceso a la Información fueron utilizados para recopilar datos sobre el cumplimiento de las ordenanzas que se indican. En este estudio se planteó la hipótesis de que estas normas no se cumplen, lo que requiere intervenciones para que este panorama se modifique.

5. PERCEPCIONES DE LA REALIDAD ARCHIVÍSTICA EN LAS INSTITUCIONES

El análisis individual de los instrumentos legales citados apunta cuales ordenanzas se cumplen más o menos a menudo por las Instituciones Federales de Educación Superior en Brasil. Se observará en los gráficos analizados que una gran parte de las universidades no respondió a las preguntas, correspondiendo a 21-35% de la ausencia de respuestas en las diferentes ordenanzas estudiadas.

La primera norma legal analizada es la Ordenanza Interministerial MJ⁷/MP⁸ n.º 851, de 03 de julio de 2015, que modifica la validez de la Ordenanza Interministerial n.º 2.320, de 30 de diciembre de 2014, que establece el *Sistema de Protocolo Integrado*⁹ dentro de los órganos y entidades de la Administración Pública Federal. Se puede observar en el Gráfico 01 que la mayoría de las IFES (52%) no han creado los sistemas de *protocolo* definidos por dicha norma, por otro lado, el 14% de las universidades están en

⁷ Ministerio de la Justicia tiene la tarea de garantizar y promover la ciudadanía, la justicia y la seguridad pública, a través de una acción conjunta entre el Estado y la población.

⁸ Ministerio de Planificación, Presupuesto y Gestión es un organismo central de la Administración pública federal que tiene como misión: Planificar y coordinar las políticas de gestión de la administración pública federal, para fortalecer las capacidades del Estado para promover el desarrollo sostenible y la mejor entrega de resultados al ciudadano

⁹ Sistema integrado de apertura, registro e control de trámite de expedientes.

proceso de aplicación, y todavía un 10% se encuentran en fase de estudio dentro de los órganos de registro y control de documentos.

El sistema de protocolo proporciona numerosos beneficios para la administración pública y para sus usuarios internos y externos. El flujo de información institucional y el trámite de documentos y expedientes es informatizado, a menudo con plataformas ya adaptadas a *smartphones*, que permiten un acceso en menor tiempo, así como su tramitación interna más rápida. Además, permite de la reducción de impresos, proporcionando estandarización en los procedimientos, con bajo costo gerencial y operacional, mayor transparencia activa y también más sostenibilidad.

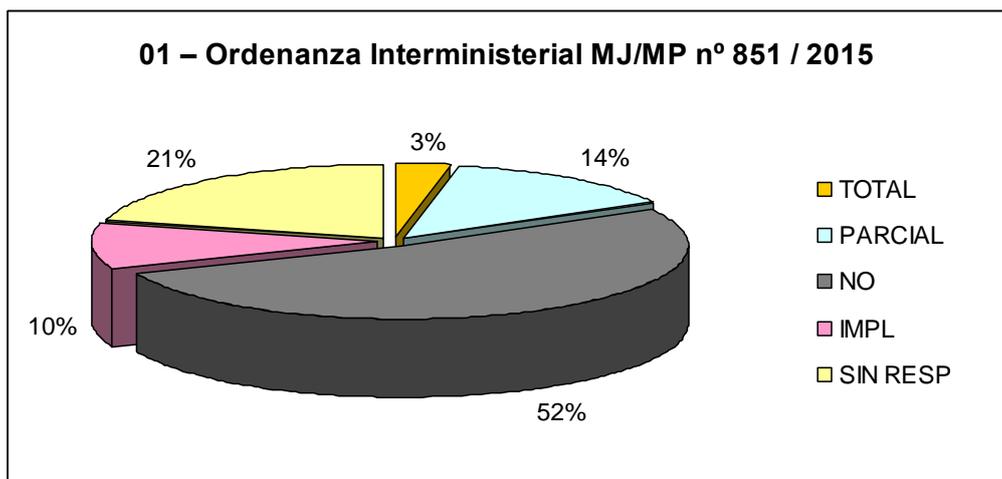


GRÁFICO 01: CUMPLIMIENTO DE LAS IFES A LA ORDENANZA INTERMINISTERIAL MJ/MP N° 851/2015. FUENTE: LOS AUTORES

A continuación, se ha analizado la Ordenanza Interministerial MJ/MP n° 705, de 22 de junio de 2015, que modifica la validez y el Anexo de la Ordenanza Interministerial n° 2.321, de 30 de diciembre de 2014, la cual define los procedimientos relativos a la utilización del *Número Único de Protocolo*¹⁰ (NUP) dentro de los órganos y entidades de la Administración Pública Federal y otras disposiciones.

El Gráfico 02 muestra una porción mayor que la anterior de incumplimiento del instrumento jurídico, ya que el 63% de las universidades informan no estar desarrollando acciones para la creación e implementación de sus NUP's en el plazo establecido, mientras que sólo un 24% están considerando estrategias de implementación. Se observa que todavía hay universidades que respondieron que la Ordenanza estaba en pleno cumplimiento (en el momento de recogida de los datos del estudio). Sin embargo, se destaca que la efectiva aplicación del NUP fue prorrogada hasta 2018, siendo prohibido su uso antes de esta data.

La ordenanza en cuestión ya se considera una evolución dentro de la administración pública federal, pero los cambios no son simples y muchas de las instituciones no son capaces de adecuarse. En muchos casos, las universidades encuestadas reclaman la falta de personal capacitado, la falta de fondos para implementación y problemas con la adecuación de los sistemas informáticos. Por estas y por otras cuestiones, ha ocurrido la ampliación mencionada de los plazos de implementación del NUP.

¹⁰ Número que recibe un expediente en el momento de su apertura e que sirve para identificarlo y controlar su tramitación. En ese caso, se determina que cada institución debe numerar sus expedientes bajo un mismo prefijo numérico.

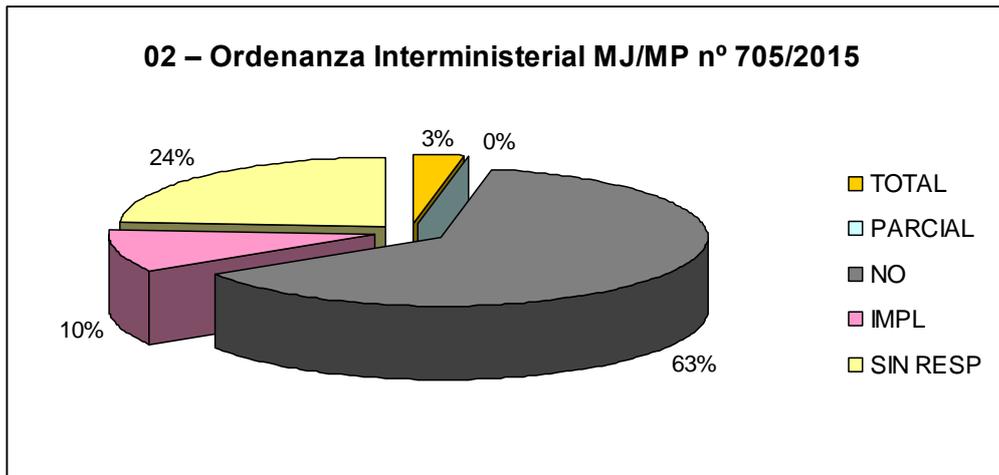


GRÁFICO 02: CUMPLIMIENTO DE LAS IFES A LA ORDENANZA INTERMINISTERIAL MJ/MP Nº 705/2015. FUENTE: LOS AUTORES

El tercer instrumento normativo analizado fue la Ordenanza MEC nº 1.261, de 23 de diciembre de 2013, que establece la obligación del uso del Código de Clasificación y Cuadro de Valoración y Selección de Documentos de Archivo Relativos a las Funciones Administrativas Específicas de las Instituciones Federales de Educación Superior¹¹, aprobado por la Ordenanza nº 92 del Archivo Nacional de Brasil, de 23 de septiembre de 2011.

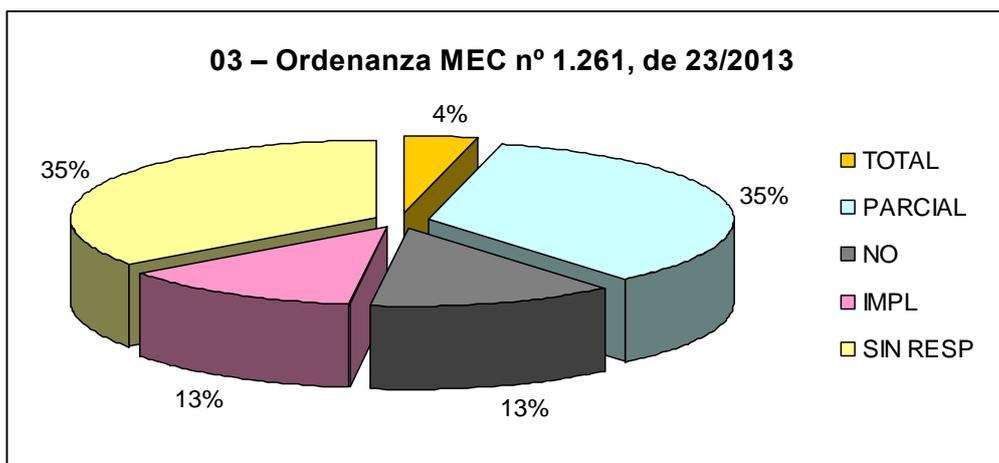


GRÁFICO 03: CUMPLIMIENTO DE LAS IFES A LA ORDENANZA MEC Nº 1.261/2013. FUENTE: LOS AUTORES

Considerando los datos presentados en el Gráfico 03, la mayoría, es decir, el 52% de las IFES, considera la existencia de los instrumentos de clasificación y selección de documentos, siendo que 13% de ellas están en la etapa inicial de estudio para implantación, 35% han aplicado parcialmente y 4% cumplen plenamente las disposiciones legales que determinan el uso de los instrumentos de gestión propuestos por el CONARQ. Por otra parte, 13% de las IFES no cumplen o incluso desconocen tales instrumentos.

A continuación, se analiza el cumplimiento de la Ordenanza MEC nº 1.224, de 18 de diciembre de 2013, que establece normas sobre el mantenimiento y custodia de los Fondos Académicos en las Instituciones Federales de Educación Superior (IFES) pertenecientes al sistema de educación. El Gráfico 04 muestra que el 14% de las IFES satisface completamente la norma, un 24%, sin embargo, la cumple solo en parte, y

¹¹ Traducción libre de los autores. En el original *Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)*

también hay un 14% de las universidades que aún estudian la aplicación de la norma en sus fondos académicos. En contraste, se percibió que una parte significativa, equivalente a 21% de las universidades, no cumple la política de tratamiento, mantenimiento y custodia de esos conjuntos documentales.

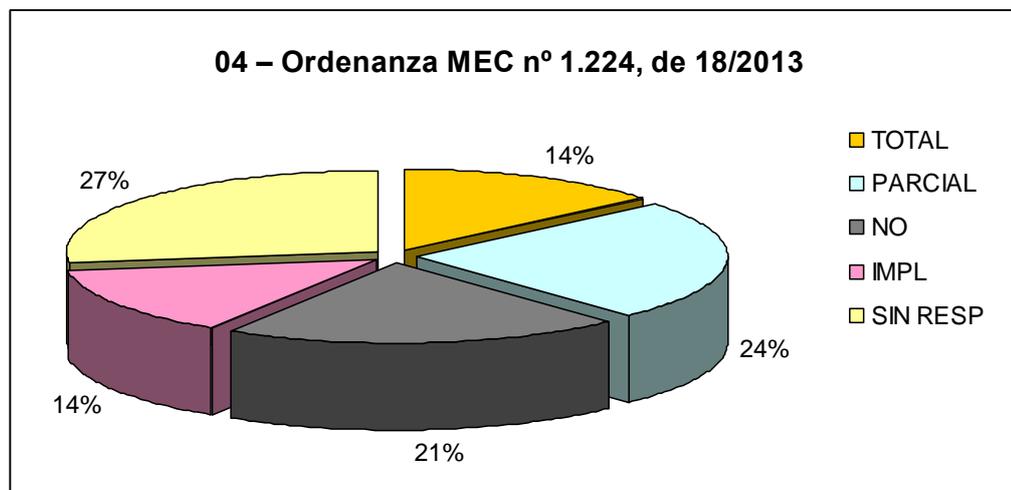


GRÁFICO 04: CUMPLIMIENTO DE LAS IFES A LA ORDENANZA MEC Nº 1.224/2013. FUENTE: LOS AUTORES

En la secuencia, fue analizado el cumplimiento de la Ordenanza Normativa MP nº 3, de 18 de noviembre de 2011, que crea el Asentamiento Digital de Personal¹² y orienta a los organismos y entidades del Sistema de Personal Civil de la Administración Pública Federal (SIPEC)¹³, como proceder para la organización, digitalización y almacenamiento de los documentos de funcionarios de las instituciones.

El Gráfico 05 muestra que no se cumple totalmente las condiciones de la Ordenanza Normativa MP nº 3 por ninguna IFES, sólo de manera parcial en el 24% de las universidades encuestadas. Por un lado, una pequeña porción del 17% de las instituciones todavía estudia el instrumento jurídico con el fin de proceder su aplicación, por otro lado, gran parte de ellas no tiene en cuenta esta posibilidad, ya que el 31% de las instituciones reportó el incumplimiento de dicha ordenanza.

Los procedimientos para la aplicación del Asentamiento Digital de Personal chocan con la cultura de custodia y producción excesiva de copias de documentos en poder de las instituciones públicas. Además, hay un gran vacío entre las orientaciones de la norma y los medios de ejecución de la tarea, en especial por el entrenamiento ofrecido a los profesionales, con un contenido extremadamente superficial e incompatible con la magnitud de las acciones previstas. La adquisición de equipos, aunque autorizado, tropieza, en muchos casos, con la falta de espacio para ellos en las instituciones. En realidad, la mayoría de las instituciones no tienen un número suficiente profesionales capacitados y autorizados a llevar a cabo estas etapas. Por estas y otras razones, la entrada en vigor de la ordenanza se ha ampliado.

¹² Traducción libre de los autores. En el original *Assentamento Funcional Digital (AFD)*.

¹³ Traducción libre de los autores. En el original *Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal (SIPEC)*.

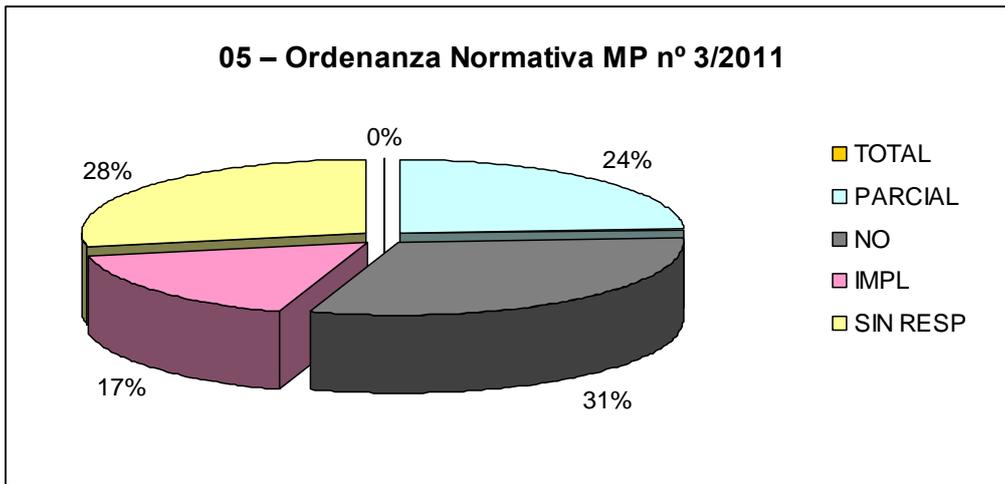


GRÁFICO 05: CUMPLIMIENTO DE LAS IFES A LA ORDENANZA NORMATIVA MP Nº 3/2011. FUENTE: LOS AUTORES

La última legislación analizada se refiere a la Ordenanza MP nº 3, de 7 de mayo de 2007, que institucionaliza el Modelo de Accesibilidad en el Gobierno Electrónico (e-MAG)¹⁴ en el ámbito del Sistema de Gestión de Recursos de Información y Tecnologías de la Información¹⁵. El gráfico 06 muestra que existe conciencia del 44% de las instituciones en cuanto al Modelo: un 24% de las instituciones apuntan para el cumplimiento parcial, un 17% indican estudiar el contenido de dicho instrumento normativo y un 3% informa el pleno cumplimiento de la Ordenanza. A diferencia, el 21% de las universidades dijeron que no cumplen con los requisitos establecidos en el instrumento normativo mencionado.

En Brasil, todavía se enfrenta a muchos problemas cuando se trata de la accesibilidad: los procedimientos apuntados por la Ordenanza, algunos con alto costo de implantación, no se han aplicados en las instituciones educativas federales. Sin embargo, muchas acciones están en pleno funcionamiento y de forma eficiente, lo que demuestra que es posible cumplir las disposiciones previstas en dicha norma. En algunos casos las instituciones no presentan, entre sus alumnos, estudiantes con necesidades especiales, pero la pregunta es: el estudiante no buscó la institución por falta de interés en ella, o porque ya está claro que su vida académica será un reto, con muchas barreras?

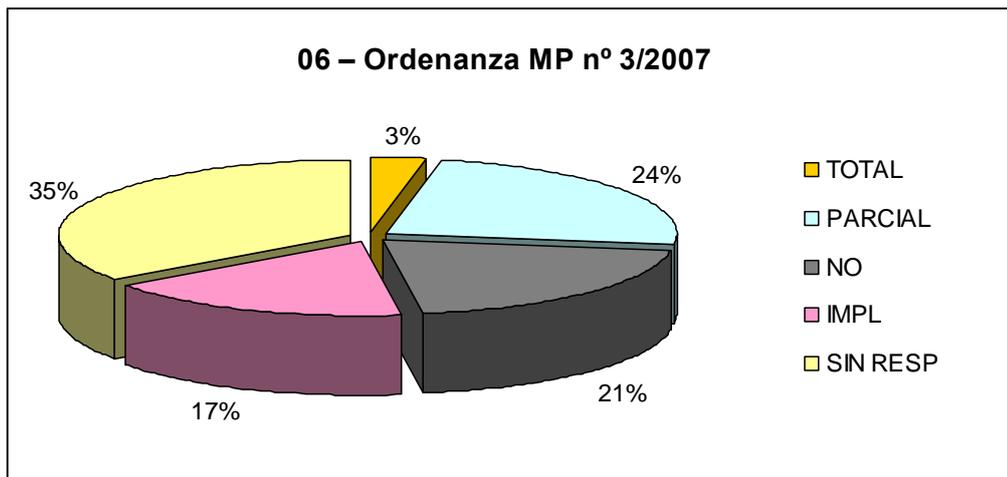


GRÁFICO 06: CUMPLIMIENTO DE LAS IFES A LA ORDENANZA MP Nº 3/2007. FUENTE: LOS AUTORES

¹⁴ Traducción libre de los autores. En el original *Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG)*.

¹⁵ Traducción libre de los autores. En el original *Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP)*.

Esta investigación no busca explicar las causas del incumplimiento de las normas legales, asimismo, algunas universidades lo justifican por la falta de recursos, de personal, de fondos para la mejora e implementación de las determinaciones. Sin embargo, sigue siendo muy importante profundizar en el tema con el objetivo de construir un camino para que este escenario se invierta y mejore.

Después de revisar los datos presentados, más que el incumplimiento de las normas, lo que es más sorprende es la omisión de informaciones por parte de una gran parte de las IFES, a pesar del uso del e-SIC como herramienta para la recogida de datos, que, de acuerdo con lo que determina la Ley de Acceso a la Información, deberían obligar a las instituciones públicas a dar el acceso a la información para los ciudadanos cualesquiera que sean, independiente del uso que les sea dado.

Es evidente que Brasil necesita evolucionar en las cuestiones de transparencia pública. Si por un lado la LAI garantiza el derecho que el ciudadano tiene de recibir informaciones de su interés, por otro lado, no se ha producido, por parte de las agencias del gobierno brasileño el compromiso necesario para su cumplimiento y aplicación de forma efectiva. La falta de respuestas de las IFES puede ser considerado más grave que el incumplimiento de lo que demandan las ordenanzas analizadas.

6. CONCLUSIONES

El incumplimiento de la legislación archivística por parte de las instituciones estudiadas es un hecho agravado por la omisión de muchas de estas IFES a ese respecto, incluso cuando son interrogadas por medio de un sistema que, por ley, las obliga a responder. Las respuestas ponen en relieve la necesidad de una investigación que estudie más a fondo este fenómeno de incumplimiento.

Ciertamente se ha identificado una gran parcela de universidades federales que no cumplen los requisitos legales para el tratamiento archivístico de los documentos en Brasil. Se puede imaginar que esta situación puede ser aún más grave cuando se trata de instituciones públicas, o todavía en instituciones privadas, donde el cumplimiento de estos dispositivos no es obligatorio, o aún desconocido.

El cumplimiento de las determinaciones legales para tratamiento de los documentos reflejan directamente en la difusión de informaciones, lo cual puede genera el conocimiento que dota al ciudadano, precisamente, de recursos para participar de modo activo en discusiones referidas a las políticas públicas; esto significa que, como ya se ha afirmado con anterioridad, la democratización de la información resulta y es esencial para el pleno ejercicio del control social, tan importante para el mantenimiento de las sociedades democráticas.

Al plantear este debate se espera que tanto los archiveros como la sociedad tengan más consideración con los archivos de las universidades, ya que estos se encuentran relegados, infravalorados en muchas Instituciones Federales de Educación Superior, carentes de políticas archivísticas integradoras, y a este respecto de ausencias de directrices, en lo referente a el tratamiento de los documentos y a la difusión de las informaciones, cuya existencia permitiría una ampliación de la demanda y uso de este arsenal tanto desde el mundo académico como desde la sociedad en general.

La falta de políticas públicas de acceso a la información gubernamental, a pesar de la legislación vigente en Brasil, muestra la falta de interés por parte de la administración pública a invertir en esta acción. Por otro lado, los profesionales de archivo no saben presentarse activamente en la función de informadores. Con el tiempo, la práctica de archiveros fue direccionada en función de custodia de documentos en papel. Fue recientemente que su práctica se ha incorporado el concepto de información independiente del soporte.

Lo importante a destacar es que el archivero, dirigido por el notorio cambio de su apoyo teórico tradicional, necesita mejorar sus prácticas de acción. En este momento surge la oportunidad, cada vez

más evidente, de hacer del archivo un centro de información calificada, desarrollando, con la prensa, la tarea de mediación de las comunicaciones en esfera pública, necesaria para el mantenimiento de las prácticas democráticas.

7. BIBLIOGRAFÍA

- Arquivo Nacional do Brasil (2001) Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos as atividades-meio da administração pública, http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/cctt_meio.pdf [06 de septiembre de 2016].
- Arquivo Nacional do Brasil (2005) Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. <http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf> [06 de septiembre de 2016].
- Bernardes, Ieda Pimenta; Delatorre, Hilda (2008) Gestão documental aplicada, São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/gestao_documental_aplicada.pdf [06 de septiembre de 2016].
- Brasil (1988) Constituição da República Federativa do Brasil, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm [06 de septiembre de 2016].
- Brasil (1991) Lei No 8.159, de 09 de janeiro de 1991. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm [06 de septiembre de 2016].
- Brasil (1997) Decreto n. 2.134, de 24 de janeiro de 1997, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2134.htm [06 de septiembre de 2016].
- Brasil (2002) Decreto n. 4.073, de 03 de janeiro de 2002, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm [06 de septiembre de 2016].
- Brasil (2011) Lei n. 12.527, de 18 de Novembro de 2011. Lei de Acesso à Informação, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm [06 de septiembre de 2016].
- Controladoria Geral da União (2011) Acesso à informação pública: uma introdução à Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Brasília: CGU. <http://www.acessoainformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes/arquivos/cartilhaacessoainformacao.pdf> [06 de septiembre de 2016].
- Dubois, Jean et al. (1995) Dicionário de linguística. São Paulo: Cultrix.
- Iacovino, Livia (2016) "Os arquivos como arsenais de responsabilidade" in Eastwood, T.; MacNeil, H. (eds.) Correntes atuais do pensamento arquivístico. Belo Horizonte: UFMG, 261-302.
- Jardim, José Maria (2013) Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006), <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3077/2203> [06 de septiembre de 2016]. [07 de julho de 2016].
- Masagão, Mário (1974) Curso de direito administrativo. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 5. ed.

- Miranda, Antonio (2003) "A ciência da informação e a teoria do conhecimento objetivo: um relacionamento necessário" in Simeão, Elmira (ed.) *Ciência da Informação: teoria e metodologia de uma área em expansão*, Brasília: Thesaurus. <http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=41224&cat=Artigos> [06 de septiembre de 2016].
- Rhoads, James (1989) *The role of archives and records management in national information systems: a RAMP study. Revised Edition. General Information Programme and UNISIST*. Paris: UNESCO, <http://unesdoc.unesco.org/images/0005/000566/056689eo.pdf> [06 de septiembre de 2016].
- Rodrigues, Ana Célia (2014). Identificação arquivística como requisito da gestão de documentos: contribuição para aplicação da lei de acesso à informação no Brasil, <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/2593/Rodrigues.pdf?sequence=1> [06 de septiembre de 2016].
- Roedel, Daniel (2005) "Estratégia e inteligência competitiva" in Starec, Cláudio; et al.(eds.). *Gestão estratégica da informação e inteligência competitiva*. São Paulo: Saraiva. 67 - 86.
- Santos, Antônio Raimundo (2006) "Sociedade do Conhecimento: mudanças de expectativa no Ocidente e no Brasil" Congresso Nacional de Arquivologia, 2. Porto Alegre: AARS.
- Serra Jr., Lamberto Ricarte (2006) "O papel do arquivista na gestão do conhecimento" Congresso Nacional de Arquivologia, 2. Porto Alegre: AARS.
- Silva, Junia Guimarães; Marinho Jr, Inaldo Barbosa (1996) "Socialização da informação: aportes da teoria da ação comunicativa" *Revista Ciência da Informação*. 25(3), 466-472. <http://cat.inist.fr/?aModele=afficheN&cpsidt=2830251> [06 de septiembre de 2016].
- Urbanetto, Rosanara P.; Rosa, Tatiana C. (2014) "A busca da transparência na gestão pública: lei de acesso brasileira", <http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/563> [06 de septiembre de 2016].

OS ARQUIVOS NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO: ESTUDO DE IDENTIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS PARA O ACESSO À INFORMAÇÃO

Ana Celia Rodrigues

Universidade Federal Fluminense

Resumo

Estudo de identificação das políticas públicas arquivísticas implementadas nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a “Grande Rio”, como contribuição para a aplicação da Lei de Acesso à Informação. No Brasil, os dispositivos expressos na Constituição Federal de 1988 fundamentaram a aprovação da Lei nº 8.159/1991, a Lei Nacional de Arquivos e a Lei n. 12.527/2011, a Lei de Acesso à Informação. A LAI, como ficou conhecida, vem fortalecer os instrumentos de controle da gestão pública, o combate à corrupção e a transparência dos atos administrativos. Entretanto, na área pública, a realidade arquivística brasileira ainda aponta dados surpreendentes no que tange ao tratamento dispensado a documentos originais, conservados nos arquivos. Registros que provam, testemunham, dão fé e modificam decisões, são encontrados amarrados, amontoados e marginalizados nos porões dos edifícios, entregues à destruição. As consequências da falta de preparo da administração pública brasileira e da dificuldade para estabelecer políticas de gestão para seus documentos e arquivos vêm causando impactos para a aplicabilidade da LAI no Brasil, sobretudo nos municípios. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro, também conhecida como Grande Rio é a segunda maior área metropolitana do Brasil, terceira da América do Sul e 20ª maior do mundo, integrada por 21 municípios (IBGE, Censo, 2010). Viabilizar a implantação de uma política pública arquivística, pressupõe uma dupla perspectiva: dotar os órgãos públicos de instrumentos de gestão que garantam o acesso a documentos e informações e dotar os arquivos de condições técnicas e legais para seu funcionamento, pois são condições e requisitos básicos do acesso à informação. Neste contexto cabe perguntar: os municípios da Grande Rio estão preparados para a aplicação da Lei de Acesso à Informação, para garantir o pleno acesso aos documentos e informações exigidas para seu cumprimento? Esta pesquisa alia uma dimensão teórica a uma dimensão aplicada. Do ponto de vista teórico pretende descrever os fundamentos teóricos dos sistemas de arquivos e das políticas públicas de arquivos municipais, como requisitos do acesso à informação. Na dimensão aplicada, pretende investigar nos sites institucionais como estes parâmetros são aplicados no âmbito das Prefeituras Municipais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a “Grande Rio”, levantando os requisitos que contribuam para o planejamento da pesquisa de campo prevista no projeto ao qual este recorte vincula-se, utilizando a identificação arquivística como metodologia de pesquisa. Estudos desenvolvidos anteriormente sobre a construção teórica da metodologia de identificação aplicada à arquivística permitiram sistematizar os aspectos teóricos e metodológicos que a caracterizam e sua pertinência como metodologia de pesquisa para a arquivística, relacionando-a com as funções de classificação, avaliação, descrição e também para o planejamento da produção documental, escopo que se amplia nesta discussão relacionando a identificação arquivística aos diagnósticos de arquivos (Rodrigues, 2008, 2013, 2015). Trata-se de um recorte temático que apresenta resultados parciais do projeto “Gestão de documentos, arquivos e acesso à informação: identificação dos requisitos da transparência administrativa nos municípios da Grande Rio”, pesquisa em desenvolvimento financiada

pelo Programa Jovem Cientista do Nosso Estado – 2015 / FAPERJ, que conta com a participação de bolsistas de Iniciação Científica, PIBIC/UFF/CNPq e integra a produção do Grupo de Pesquisa “Gênese Documental Arquivística”, UFF/CNPq. Espera-se, que os resultados desta pesquisa possam trazer novos elementos para o debate sobre a identificação como uma nova função arquivística, definindo procedimentos metodológicos para diagnosticar a situação dos arquivos e da legislação que sustentam as políticas públicas do governo transparente.

Palavra-chave: Identificação arquivística. Políticas públicas arquivísticas. Arquivos municipais. Lei de Acesso à Informação. Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a “Grande Rio”.

Abstract

Study of the identification of archival public policies implemented in the municipalities of the Metropolitan Region of Rio de Janeiro, "Grande Rio", as a contribution to the application of the Law on Access to Information. In Brazil, the provisions set forth in the Federal Constitution of 1988 supported the approval of Law No. 8,159 / 1991, the National Filing Law and Law no. 12,527 / 2011, the Law on Access to Information. The LAI, as it became known, strengthens the instruments of control of public management, the fight against corruption and the transparency of administrative acts. However, in the public area, the Brazilian archival reality still points to surprising data regarding the treatment of original documents preserved in archives. Records that prove, testify, authenticate, and modify decisions are found tied up, piled up and sidelined in the basements of buildings, given to destruction. The consequences of the lack of preparation of the Brazilian public administration and the difficulty to establish management policies for its documents and files have been causing impacts to the applicability of LAI in Brazil, especially in the municipalities. The Rio de Janeiro Metropolitan Region, also known as Grande Rio, is the second largest metropolitan area in Brazil, the third largest in South America and the 20th largest in the world, with 21 municipalities (IBGE, Census, 2010). Enabling the implementation of an archival public policy presupposes a double perspective: to provide public agencies with management tools that guarantee access to documents and information and provide the archives with technical and legal conditions for their operation, since they are basic conditions and requirements of the access to information. In this context, it should be asked: are the municipalities of Grande Rio prepared for the application of the Law on Access to Information to ensure full access to the documents and information required for compliance? This research combines a theoretical dimension with an applied dimension. From the theoretical point of view, it intends to describe the theoretical foundations of the file systems and public policies of municipal archives, as requirements of access to information. In the applied dimension, it intends to investigate in the institutional sites how these parameters are applied in the scope of the Municipalities of the Metropolitan Region of Rio de Janeiro, the "Great Rio", raising the requirements that contribute to the planning of the field research foreseen in the project to which This clipping is linked, using archival identification as a research methodology. Previously developed studies on the theoretical construction of the methodology of identification applied to the archives allowed to systematize the theoretical and methodological aspects that characterize it and its relevance as a research methodology for archival, relating it to the functions of classification, evaluation, description and also for The planning of documentary production, a scope that is broadened in this discussion linking archival identification to archival diagnoses (Rodrigues, 2008, 2013, 2015). This is a thematic clipping that presents partial results of the project "Management of documents, archives and access to information: identification of the requirements of administrative transparency in the municipalities of Grande Rio", a research project funded by the Young Scientist Program of Our State - 2015 / FAPERJ, which counts on the participation of fellows of Scientific Initiation, PIBIC / UFF / CNPq and integrates the production of the Research Group "Documentary Genesis Documentary", UFF / CNPq. It is hoped that the results of this research may bring new elements to the debate about identification as a new archival function, defining

methodological procedures to diagnose the situation of the archives and the legislation that underpin the transparent government's public policies.

Keywords: Archival identification. Archival public policies. Municipal archives. Law of Access to Information. Municipalities of the Metropolitan Region of Rio de Janeiro, the "Great Rio".

1. INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa insere-se no campo teórico da Arquivologia e pretende investigar questões ligadas a identificação das políticas públicas arquivísticas desenvolvidas pelos municípios que integram a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a “Grande Rio”, como contribuição para a aplicação da Lei de Acesso à Informação. Trata-se de um recorte temático que apresenta resultados parciais do projeto “Gestão de documentos, arquivos e acesso à informação: identificação dos requisitos da transparência administrativa nos municípios da Grande Rio”, pesquisa em desenvolvimento financiada pelo Programa Jovem Cientista do Nosso Estado – 2015 / FAPERJ, que conta com a participação de bolsistas de Iniciação Científica, PIBIC/UFF/CNPq e integra a produção do Grupo de Pesquisa “Gênese Documental Arquivística”, UFF/CNPq.

No Brasil, os dispositivos expressos na Constituição Federal de 1988, onde se afirma que “compete à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta aos quantos dela necessitem” (§ 2º do art. 216), ofereceu os fundamentos para dotar o país de uma legislação arquivística. A Lei nº 8.159, aprovada em 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, conhecida como Lei Nacional de Arquivos, possui características notadamente conceituais, fazendo referência à gestão e ao acesso aos documentos. Evidencia os princípios federalistas e de autonomia que definem os arquivos brasileiros, estabelecendo a rede de arquivos existentes nos níveis de governo.

Estes princípios constitucionais fundamentaram a aprovação da Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, com o propósito de regulamentar o acesso a informações no âmbito da administração pública brasileira e seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A Lei de Acesso à Informação vem fortalecer os instrumentos de controle da gestão pública, o combate à corrupção e a transparência dos atos administrativos. Com a entrada em vigor da LAI em maio de 2012, a demanda por documentos e informações que caracteriza o Estado Brasileiro ampliou-se cada vez mais. Todo cidadão passa agora a ter direito de solicitar cópia de qualquer informação contida em registros ou documentos produzidos ou acumulados pelos órgãos públicos.

A Lei de Acesso à Informação (LAI), como ficou conhecida a Lei n. 12.527/2011, define que cabem aos órgãos e entidades do poder público assegurar a “gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação” e a “proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade” (art. 6, I e II).

O acesso à informação de que trata a lei, caracteriza-se como o direito de obter “orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada” e “informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos.” (art. 7, I e II). Na perspectiva da LAI, a negativa de acesso é vista como “conduta ilícita que enseja responsabilidade do agente público” se este, “utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública” (art. 32, II).

A LAI fundamenta-se no direito amplo à informação, princípio constitucional de exercício da cidadania e reconhece que documentos e informações produzidas e conservadas pelo Estado brasileiro constituem bem público. É preciso lembrar que o direito à informação “vai além de um simples direito comum, trata-se de um dos direitos humanos fundamentais, que pertence a todos os indivíduos, lhes faculta exigir, receber e difundir informação”. (Baudrit Barquero, 1999: p. 9, tradução nossa)

Direito à informação e acesso aos documentos e arquivos são conceitos muito relacionados, mas diferentes entre si; o primeiro tem a ver com a legalidade e legitimidade de obter informação; o segundo com a possibilidade material de localizar os documentos de meu interesse. (Baudrit Barquero, 1999: p. 9, tradução nossa)

Entretanto, na área pública, a realidade arquivística brasileira ainda aponta dados surpreendentes no que tange ao tratamento dispensado a documentos originais, conservados nos arquivos. Registros que provam, testemunham, dão fé e modificam decisões, são encontrados amarrados, amontoados e marginalizados nos porões dos edifícios, entregues à destruição. (Rodrigues, 2003)

Abrucio (2012) ressalta que a LAI mostrará que é fundamental reorganizar as administrações públicas, “sem isso, os pedidos dos cidadãos serão frustrados, e tal cobrança será quase inútil”, pois “os governos estaduais e, sobretudo, municipais terão enorme dificuldade para cumprir a nova legislação, simplesmente porque não terão muitas das informações requeridas”.

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro, também conhecida como a “Grande Rio”, é a segunda maior área metropolitana do Brasil, terceira da América do Sul e 20ª maior do mundo (IBGE, Censo, 2010). Segundo dados do IBGE, a “Grande Rio” constitui o segundo maior pólo industrial do país. Concentra 70% da força econômica do estado e 8,04% de todos os bens e serviços produzidos no Brasil. (Brasil, IBGE, 2009b)

Domícia Gomes, coordenadora do Conselho Nacional de Arquivos, comenta durante reunião realizada em junho de 2013, sobre as dificuldades da implantação da Lei de Acesso à Informação (LAI) no âmbito dos municípios, destacando que “enquanto mais da metade dos estados já regulamentaram a lei de acesso, apenas oito por cento (8%) dos municípios o fizeram, segundo dados da Controladoria Geral da União – CGU” e salienta que “a dificuldade de se implantar a LAI nos municípios já era previsível, pois se não há no âmbito municipal a ‘figura do arquivo público municipal’ e políticas de gestão de documentos, certamente não haverá informação organizada e, portanto, não haverá informação acessível”. (Brasil, CONARQ, 2013, grifo nosso)

O Projeto da I Conferência Nacional de Arquivos, realizada em 2012, destaca que os arquivos públicos brasileiros “permanecem periféricos no Estado e pouco visíveis à sociedade. Carecem de institucionalidade no âmbito da administração e conseqüentemente encontram-se ausentes das políticas públicas”. (Brasil, CONARQ, 2012)

Neste contexto cabe perguntar: os municípios da Grande Rio estão preparados para a aplicação da LAI, para garantir o pleno acesso aos documentos e informações exigidas para seu cumprimento? Como transformar os arquivos municipais em instrumentos eficientes da transparência administrativa?

Esta pesquisa tem por objetivo desenvolver estudo de identificação das políticas públicas arquivísticas implementadas nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a “Grande Rio”, como contribuição para a aplicação da Lei de Acesso à Informação.

Estas questões remetem à necessidade de reconhecimento da natureza dos documentos e informações que circulam como produto da gestão administrativa e da necessidade de metodologias capazes de gerar tal conhecimento no âmbito da administração pública brasileira como exigência para o efetivo cumprimento da LAI, perspectiva da identificação como metodologia de pesquisa para a arquivística.

Trata-se de uma questão emergente no âmbito do debate científico e profissional, na busca de soluções para superar os desafios impostos para a plena aplicabilidade da Lei de Acesso à Informação e em especial, no âmbito municipal, onde se observam as maiores dificuldades no seu cumprimento.

2. O MUNICÍPIO BRASILEIRO E SEUS ARQUIVOS

Os arquivos dos povos e as cidades nasceram com a administração diária de direitos e obrigações; para sua constituição, prova ou comunicação. Os arquivos se caracterizam como espaços de preservação da memória institucional, pois neles estão conservados os direitos dos envolvidos nos processos administrativos; mas, são também lugares da memória nacional que preservam a história de sujeitos singulares, que participam do processo de construção social de um país. (Rodrigues, 2003)

Heloisa Bellotto (2013) discutindo a importância dos arquivos públicos municipais aponta que

Aqueles documentos, que tinham sido produzidos/recebidos/acumulados durante as ações decorrentes da especificidade da administração municipal, de início, quando usados pelas razões pelas quais tinham sido criados, constituíram então o “arsenal da administração”, as ferramentas com que administradores e munícipes provaram que haviam cumprido seus deveres e por onde podiam reivindicar seus direitos. Passada sua utilização primária, a documentação acumulada, já devidamente avaliada e livre das informações sem valor permanente, passaram a constituir o “celeiro informacional da administração” para efeitos da memória e da história. (Bellotto, 2013)

O Município brasileiro da Constituição de 1988 tem assegurado sua autonomia, uma prerrogativa política conferida pelo direito público nos limites da Constituição, que lhe permite organizar seu governo e prover sua administração.

Nesta perspectiva, “o atributo municipal tem, em primeiro lugar, o sentido de originário do ‘poder público municipal’, isto é, se refere aos órgãos que exercem, na base da organização estatal brasileira, o Poder Executivo e o Legislativo. São, portanto, municipais os documentos produzidos, recebidos e acumulados pela Prefeitura e Câmara de Vereadores no desempenho de suas funções”, cabendo ao arquivo municipal a “responsabilidade por sua custódia, tratamento e utilização”. (Camargo&Machado, 2000)

Estes princípios fundamentaram a estruturação de uma ampla e complexa rede de arquivos no país, que analisados do ponto de vista da evolução da administração pública do Brasil e das políticas de preservação do patrimônio arquivístico, foram determinantes para que as instituições responsáveis pela custódia e preservação de documentos assumissem características muito peculiares.

A problemática que envolve a formulação de políticas para o funcionamento dos arquivos sempre foi encarada do ponto de vista da divisão das funções que cumprem como órgão de apoio à administração ou instituição de preservação de da memória. Destacam Ana Maria Camargo e Helena Correa Machado (1996) que alguns administradores

(...) têm uma tendência em ver apenas os valores imediatos da documentação, no se preocupando com seu conteúdo histórico. A consequência de tal apreciação tem sido a destruição indiscriminada, o acúmulo caótico de conjuntos de documentos básicos para a reconstrução do passado municipal. No outro extremo estão os que, supervalorizando a utilização do acervo para pesquisa histórica, desconhecem a importância da fase inicial do arquivamento; as consequências tem sido, entre outras, a perda de provas documentais que sustentam o exercício dos direitos dos cidadãos, a falta de precisão em prover subsídios para o processo decisório e sérias lacunas no resgate das raízes históricas da comunidade. (Camargo&Machado, 1996: p. 99).

Os arquivos públicos contêm aspectos relevantes da história das comunidades no contexto nacional, no cenário das transformações históricas do mercado de trabalho, da economia e das lutas sociais pela democracia e pelos direitos à plena cidadania que marcaram a vida brasileira.

Uma política de arquivos não deve se vista como uma forma de reprodução da cultura, mas como a que subsidia os elementos para o equilíbrio político e social do país. Uma comunidade estará mais integrada à nação na medida em que reconheça sua forma especial de comportamento e de inserção na sociedade. A consciência dos atos realizados pelas gerações passadas e a percepção do processo de construção social das comunidades são fortes elementos para a integração dos indivíduos e grupos a uma ideia de nacionalidade.

Os arquivos se caracterizam como espaços de preservação da memória institucional, pois neles estão conservados os direitos dos envolvidos nos processos administrativos; mas, são também lugares da memória nacional que preservam a história de sujeitos singulares, que participam do processo de construção social de um país. (Rodrigues, 2013)

Entretanto, o Projeto da I Conferencia Nacional de Arquivos, realizada em 2012, destaca que os arquivos públicos brasileiros “permanecem periféricos no Estado e pouco visíveis à sociedade. Carecem de institucionalidade no âmbito da administração e, conseqüentemente, encontram-se ausentes das políticas públicas”. (Brasil, CONARQ, 2012)

Neste sentido, é urgente repensar o papel que os arquivos públicos municipais representam para a sociedade brasileira hoje e especificamente para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a “Grande Rio”, nosso objeto de estudos.

3. ARQUIVOS MUNICIPAIS DA “GRANDE RIO”: O ESTADO DA ARTE

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro, também conhecida como a “Grande Rio”, é a segunda maior área metropolitana do Brasil, terceira da América do Sul e 20ª maior do mundo (IBGE, Censo, 2010). Segundo dados de 2009 do IBGE, a “Grande Rio” constitui o segundo maior pólo industrial do país. Concentra 70% da força econômica do estado e 8,04% de todos os bens e serviços produzidos no país. Abaixo se encontra o quadro dos municípios que integram a região, com sua respectiva população:

Município	População (2013)
1. Belford Roxo	619.487
2. Cachoeiras de Macacu	54.370
3. Duque de Caxias	856.167
4. Guapimirim	53.411
5. Itaboraí	231.749
6. Itaguaí	94.835
7. Japeri	61.243
8. Magé	219.405
9. Maricá	130.663
10. Mesquita	197.361
11. Nilópolis	181.575
12. Niterói	497.507
13. Nova Iguaçu	795.067
14. Paracambi	50.536
15. Queimados	69.906
16. Rio Bonito	55.586
17. Rio de Janeiro	6.595.105
18. São Gonçalo	1.025.507
19. São João de Meriti	346.293
20. Seropédica	83.561
21. Tanguá	30.741

FONTE: BRASIL, IBGE, 2009A.

Em Itaguaí, a Prefeitura Municipal vem trabalhando para modernizar a Secretaria de Saúde e entende a importância que os arquivos desempenham para garantir a qualidade dos serviços prestados à população. A secretária de Saúde de Itaguaí, Andréa Lima, relata que fez uma visita de avaliação técnica nas Unidades Básicas de Saúde (UBS's) da Mangueira e Vila Califórnia, que passam por reformas, com o intuito de avaliar os dois arquivos onde estão guardados todos os documentos, inerentes ao histórico de atendimento médico hospitalar do município, e demais documentos correlatos e avaliando a situação em que se encontram os arquivos do município (...). Apesar de encaixotados, o local onde estão armazenados não é apropriado, isso porque não possui ventilação e nem iluminação adequada, o que acabou criando um ambiente propício para proliferação de parasitas e fungos, que estão deteriorando os documentos. Outros já estão em estado de decomposição, e é difícil identificar o que contém em cada arquivo. Dessa forma o acesso a documentos importantes da secretaria fica quase inacessível. São mais de duas mil caixas armazenadas de forma precária. “O acervo é composto de uma vasta documentação, muitos indispensáveis para a memória e a historicidade do município. Por isso, deverá ser tratado com cuidado e responsabilidade,” observa Andréa Lima. (PM Itaguaí, 2014)

Em Itaboraí, em 2013, o secretário municipal de Habitação e Políticas Sociais, Wolney Trindade, ressalta

(...) fui surpreendido ao vasculhar os arquivos de sua Secretaria e encontrar o projeto de um novo bairro, incluído no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), oferecido praticamente sem custos ao Município por meio de uma parceria entre os governos Estadual e Federal. O projeto foi praticamente ignorado pela gestão anterior de Itaboraí, e repousava há um ano na gaveta. Era preciso apenas uma assinatura do prefeito para concretizar o convênio, cujo prazo para ser firmado terminaria em março deste ano (PM Itaboraí, 2013)

Neste mesmo ano, no município de Magé, o vice-prefeito Claudio da Pakera relata com relação aos arquivos que

Na Secretaria de Obras os funcionários não encontraram documentos importantes, nem arquivos necessários para dar continuidade ao trabalho, então foi preciso organizar toda a secretaria, que foi reestruturada para que o trabalho seja feito com responsabilidade e agilidade, fazendo com que o mageense seja o principal beneficiado. (PM Magé, 2013)

Dados levantados nos sites institucionais dos governos municipais de Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaboraí, Magé, Nova Iguaçu, Niterói e São João de Meriti, recorte da primeira fase da pesquisa, demonstraram que apenas o município de Itaboraí¹ apresenta iniciativa para criação do arquivo público municipal, embora neste contexto o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro² tenha sido instituído em 1975.

4. IDENTIFICAÇÃO COMO METODOLOGIA DE PESQUISA

O termo identificação surge no campo da arquivística nos anos 1980, no âmbito do Grupo Ibero-Americano de Gestão de Documentos Administrativos, coordenado pela Espanha, e do qual participavam Espanha, Brasil, México e Portugal, os quais “com longa tradição administrativa e prática diária não haviam se preocupado com a transferência sistemática de seus fundos documentais”. (Mendo Carmona, 2004: p. 41).

¹ A Lei Complementar nº 43, de 28 de dezembro de 2004, estabelece ações para implantação do arquivo público municipal e o Decreto nº 98, de 30 de dezembro de 2004, institui no âmbito da Secretaria Municipal de Administração o Arquivo Público do Município de Itaboraí. Disponível em: <http://www.itaborai.rj.gov.br>. (Acesso em: ago. 2016).

² O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro foi instituído pelo Decreto nº 2.053, publicado em 6 de março de 1979. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/seculo-xx>. (Acesso em: set. 2016)

O grupo estabelece as bases metodológicas da identificação e formula o conceito, caracterizando-a como fase independente no âmbito da metodologia arquivística, abordagem sistematizada por Mendo Carmona (2004), que foi incorporado pelo Dicionário de Terminologia Arquivística espanhol, que o define como “fase do tratamento arquivístico que consiste na investigação e sistematização das categorias administrativas e arquivísticas em que se sustenta a estrutura de um fundo” (DTA, 1993: p. 37).

No Brasil, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, define esta fase como “processo de reconhecimento, sistematização e registro de informações sobre arquivos, com vistas ao seu controle físico e/ou intelectual”, conceito que remete também ao controle físico dos arquivos, propondo a coleta de dados e registro de informações sobre a situação de acumulação dos documentos. (DBTA, 2005)

Estudos desenvolvidos anteriormente pela autora sobre a construção teórica da metodologia de identificação aplicada à arquivística permitiram sistematizar os aspectos teóricos e metodológicos que a caracterizam e sua pertinência como metodologia de pesquisa para o desenvolvimento das práticas arquivísticas, relacionando-a com as funções de classificação, avaliação, descrição e também com o planejamento da produção documental. (Rodrigues, 2003, 2008, 2013).

Nesta perspectiva, a identificação arquivística pode ser utilizada como metodologia de pesquisa, para estudar os requisitos arquivísticos e de acesso à informação no contexto dos municípios da Grande Rio, gerando parâmetros para o debate científico e para a definição de políticas públicas na área.

Esta pesquisa alia uma dimensão teórica a uma dimensão aplicada. Do ponto de vista teórico pretende descrever os fundamentos teóricos dos sistemas de arquivos e das políticas públicas de arquivos municipais, como requisitos do acesso à informação. Na dimensão aplicada, pretende investigar nos sites institucionais como estes parâmetros são aplicados no âmbito das Prefeituras Municipais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a “Grande Rio”, levantando dados sobre a história dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a existência de instituições arquivísticas e a legislação que dispõe sobre os arquivos, elaborando relatório que contribua para o planejamento da pesquisa de campo e discussões sobre a situação identificada.

A pesquisa será desenvolvida em três fases: primeira, municípios com população superior a 200 mil habitantes; segunda, municípios com população de 50.000 a 200.000 habitantes e na terceira fase, os municípios com menos de 50.000 habitantes, cujos resultados serão estruturados em banco de dados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Viabilizar a implantação de uma política pública arquivística, pressupõe uma dupla perspectiva: dotar os órgãos públicos de instrumentos de gestão que garantam o acesso a documentos e informações e dotar os arquivos de condições técnicas e legais para seu funcionamento, pois são condição e requisitos básicos do acesso à informação.

Somente um programa de gestão documental e de arquivos bem estruturado permite a definição dos requisitos que garantam a necessária rapidez na localização de documentos e informações exigidas para o cumprimento da legislação em vigor, conferindo eficácia e eficiência para um melhor funcionamento da administração pública em sua rotina diária de tomada de decisões, estreitando os laços entre governo e comunidades.

Espera-se, que os resultados desta pesquisa possam trazer novos elementos para o debate sobre a identificação como uma nova função arquivística, definindo procedimentos metodológicos para diagnosticar a situação dos arquivos e da legislação que sustentam as políticas públicas do governo transparente e projetos de cooperação institucional, especificamente nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a “Grande Rio”.

6. REFERÊNCIAS

- Abrucio, F. (2012). A Lei de Acesso à Informação e a cidadania. Revista Época. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/opiniao/fernando-abrucio/noticia/2012/06/lei-de-acesso-informacao-e-cidadania.html>>. (Acesso em: ago. 2014).
- Baudrit Barquero, Álvaro. (1999). El derecho a la información. In: Actas del Seminario Internacional de Normatividad Archivística, 1999. Lima (Peru): Archivo General de la Nación. (CD)
- Bellotto, H. B. (2013). Arquivos para a gestão e para a memória municipais. Palestra proferida no V Seminário Regional de Museus, Arquivos e Bibliotecas da Baixada Santista e Vale do Ribeira. Santos. Santos: Fundação Arquivos e Memória de Santos.
- Brasil. Conselho Nacional de Arquivos. CONARQ. (2013). Ata da 69ª Reunião Plenária Ordinária, de 25 de junho. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=895&sid=47>>. (Acesso em: jul. 2014).
- Brasil. Conselho Nacional de Arquivos. CONARQ. (2012). Texto base da I Conferência Nacional de Arquivos. 2012. Disponível em: <<http://www.cnarq.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=239&sid=6>>. (Acesso em: nov. 2015).
- Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal (1988). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. (Acesso em: ago. 2012).
- Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. (2010). Censo. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. (Acesso em: jul 2014).
- Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE (2009b). Produto Interno Bruto dos Municípios 2004-2008. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. (Acesso em: jul 2014).
- Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. (2009a). Estimativas da população para 1º de julho de 2009 (PDF). Estimativas de População.. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. (Acesso em: jul 2014).
- Brasil. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei de Acesso à Informação. Disponível em <<http://www.acessoainformacao.gov.br/acessoainformacaogov/acesso-informacao-brasil/legislacao-integra-completa.asp>>. (Acesso em: ago. 2015).
- Brasil. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm> (Acesso em: ago. 2012).
- Camargo, A. M. A. & Machado, H. C.(2000). Como implantar arquivos municipais. São Paulo: Arquivo do Estado. (Projeto Como Fazer, v. 3)
- Diccionario de Terminología Archivística (2003). Madrid: Dirección de Archivos Estatales / Ministerio de Cultura.
- Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

- Mendo Carmona, C. (2004). Consideraciones sobre el método em archivística. *Documenta & instrumenta*, vol. 1, p. 35-46. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/DOCU/article/view/DOCU0404110035A/19190>>. (Acesso em: jul. 2016)
- Prefeitura Municipal de Itaboraí (2013) Habitação e Políticas Sociais, Notícias. Secretaria de Habitação retoma projeto de PAC que estava esquecido. 19 de fevereiro de 2013. Disponível em: <<http://itaborai.rj.gov.br/novosite/1134/secretaria-retoma-projeto-de-pac-que-estava-esquecido/>>. (Acesso em: jul. 2014).
- Prefeitura Municipal de Itaguaí (2014). Visita aponta necessidades de restauração do acervo documental da Saúde. 15 jan 2014. Disponível em: <<http://itaguai.rj.gov.br/pmi/visita-aponta-necessidades-de-restauracao-do-acervo-documental-da-saude/>> (Acesso em: jul. 2015).
- Prefeitura Municipal de Magé. (2013). Assessoria de Comunicação. Município de Magé recebe obras em vários bairros. Disponível em: <<http://www.mage.rj.gov.br/governo/317-municipio-de-mage-recebe-obras-em-varios-bairros>> (Acesso em: jul. 2014).
- Rodrigues, A. C. (2008). *Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese (Doutorado em História Social). Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/.../8/.../TESE_ANA_CELIA_RODRIGUES.pdf>. (Acesso em: set. 2015).
- Rodrigues, A. C. (2013). Os Arquivos Públicos e o Direito à Informação. In: *História, Arquivos & Mídias Digitais*. 1 ed. Fortaleza, CE: Expressão Gráfica e Editora, p. 13-30.
- Rodrigues, A.C. (2003). *Tipologia documental como parâmetro para a gestão de documentos de arquivos: um manual para o Município de Campo Belo, MG*. São Paulo: Universidade de São Paulo. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <www.teses.usp.br>. (Acesso em: jun. 2014).

PROPUESTAS PARA LA INTEGRACIÓN DE LAS COMPETENCIAS MEDIÁTICAS E INFORMACIONALES (ALFIN/AMI) EN EL SISTEMA EDUCATIVO

Felicidad Campal García

BPE de Salamanca

Resumen

Desde el Grupo de Trabajo de Alfabetización Informacional (en adelante GTALFIN), que coordino desde su creación en 2007 en el seno del Consejo de Cooperación Bibliotecaria (CCB), hemos redactado el Informe "Integración de las Competencias ALFIN/AMI en el Sistema educativo: referencias, contexto y propuestas", que tiene como objetivo básico y a la vez global, permitir y facilitar la integración real de las competencias informacionales, mediáticas y digitales en el día a día de los centros educativos a través de las bibliotecas escolares y de sus responsables. En el GTALFIN tenemos muy claro que la Biblioteca Escolar es esencial en el desarrollo de instrumentos para la organización de la información y la calidad de los conocimientos. Sabemos que la comprensión lectora es un medio hacia la inclusión y un proceso que, en la actualidad, se ve enriquecido por las distintas maneras de leer y de escribir que facilitan las TICs. Entendemos que las instituciones educativas, en todos sus niveles, deben ser el centro de una educación por competencias "en información", y deben ser imprescindibles ante los desafíos del siglo XXI: conocer y saber en la web, aprender cooperativa y permanentemente en red y asumir una mentalidad integradora y cohesiva para la inclusión digital y social. Apoyamos la idea de la Biblioteca Escolar, como Centros de Recursos para la Enseñanza y el Aprendizaje, CREA, creadora de materiales educativos propios y gestora de repositorios digitales elaborados junto al profesorado. Por y para todo ello, hemos elaborado una serie de propuestas, relacionadas con la competencia en el manejo de la información, de los medios y de la tecnología, dirigidas a mejorar el sistema educativo desde el aula, desde los centros educativos y desde las bibliotecas escolares, para que las teorías se hagan realidad.

Abstract

From the Information Literacy Working Group (hereinafter GTALFIN), which I coordinated since its creation in 2007 within the Library Cooperation Council (CCB), we have drafted the report "Integration of ALFIN / AMI Competencies in the Education System: References, context and proposals ", which has as basic and global objective to allow and facilitate the real integration of information, media and digital competences in the day-to-day of schools through school libraries and those responsible. In the GTALFIN we are very clear that the School Library is essential in the development of instruments for the organization of information and the quality of knowledge. We know that reading comprehension is a means to inclusion and a process that, today, is enriched by the different ways of reading and writing facilitated by ICTs. We understand that educational institutions, at all levels, should be the center of an education by competences "in information", and must be essential to the challenges of the 21st century: to know and to know on the web, to learn cooperative and permanently network and Assume an integrative and cohesive mentality for digital and social inclusion. We support the idea of the School Library, as Resource Centers for Teaching and Learning, CREA, creator of own educational materials and manager of digital repositories developed with teachers. For all of this, we have developed a series of proposals, related to the competence in the management of information, media and technology, aimed

at improving the educational system from the classroom, from the educational centers and from the libraries Schools, so that theories become reality.

1. INTRODUCCIÓN

A pesar de que, existen una documentación amplia y abundantes propuestas para la incorporación de las competencias informacionales y mediáticas en el sistema educativo; a pesar de que los diferentes elementos que constituyen el currículo hacen referencia (aunque de forma muy dispersa) a habilidades y destrezas que pueden ayudar al desarrollo de estas competencias, lo cierto es que las aulas no son escenario habitual de trabajos y actividades que contribuyan a la adquisición de las mismas. Existen resistencias, confusión conceptual y obstáculos muy diversos que dificultan al alumnado el desarrollo de estas competencias. El análisis de toda la documentación que constituye el grueso del informe [“Integración de las Competencias ALFIN/AMI en el Sistema educativo: referencias, contexto y propuestas”](#), aporta suficientes argumentos para que las políticas educativas a nivel estatal y autonómico contemplen de una forma decidida, articulada y sostenida en el tiempo estas competencias como lo que los/as expertos aseguran que son: las competencias esenciales para poder moverse con seguridad en la sociedad del siglo XXI.

El proceso de trabajo seguido por el GTALFIN para la elaboración de las propuestas, ha sido:

- Un análisis exhaustivo de la documentación internacional focalizándose en problemas de atención prioritaria: clarificación conceptual, especificación del marco de competencias, modelos de implantación y evaluación.
- Un análisis DAFO completo, que ha resultado ser un instrumento fundamental para establecer una metodología en la definición de propuestas y detectar ámbitos de intervención específica.
- Una estructura para concretar y definir las propuestas necesarias en distintos ámbitos y niveles de actuación.
- Una ruta de prioridades para el periodo 2016-2020 mediante la formulación de 10 medidas urgentes para la implantación de AMI.

El resultado de este proceso ha permitido agrupar las propuestas en cuatro grandes ámbitos de actuación:

1. Estructuras mínimas de implantación
2. Equipo humano
3. Innovación, investigación y gestión del cambio
4. Comunicación y difusión

A su vez, en función de los agentes que pueden intervenir o del campo desde el que se podría actuar, cada una de las propuestas va asociada a alguno de estos niveles de intervención:

- Sistema educativo
- Centro educativo/aulas
- Biblioteca escolar
- Redes bibliotecarias y comunidad profesional
- Otros agentes estratégicos
- Comunidad educativa y sociedad.

A continuación se presentan y desarrollan un conjunto propuestas que podrían facilitar el trabajo a favor de la competencia mediática e informacional en los centros educativos y que inciden en distintos aspectos en los que, a juicio de los/as integrantes del Grupo de Trabajo que realiza este informe, conviene intervenir de forma decidida. Casi 50 propuestas que se resumen, como conclusión, en 10 medidas urgentes para la implantación de AMI en el sistema educativo. Con la exploración exhaustiva de las propuestas se ha pretendido dar una visión poliédrica que albergue al conjunto del sistema educativo, en sus distintos niveles de actuación y decisión. Por ese motivo, algunas de las iniciativas propuestas pueden requerir de la intervención aunada de distintos niveles y ello queda reflejado en la descripción de iniciativas. Con este desarrollo exhaustivo de las propuestas no pretendemos apabullar, sino más bien, al contrario, destacar los modos en que cada ámbito de competencia debe aportar para asegurar la implantación de ALFIN/AMI en el conjunto del sistema educativo.

2. ESTRUCTURAS MÍNIMAS DE IMPLANTACIÓN

Algunas de las resistencias que se observan en el sistema educativo a la hora de favorecer el desarrollo de las competencias mediáticas e informacionales, parecen responder a dificultades derivadas de estructuras educativas excesivamente rígidas y alejadas de la realidad de la sociedad de la información, en diferentes aspectos. Tal y como se recoge en el informe, existe literatura suficiente sobre la importancia de estas competencias y la necesidad de incorporarlas a los currículos de las diferentes etapas educativas. Son muchos y variados los documentos y foros de carácter internacional que alertan sobre la necesidad urgente de educar a la población, desde los niveles iniciales del sistema educativo, en el acceso, la lectura crítica y la producción responsable de información, en todas sus formas y manifestaciones. También se puede comprobar en documentos en el Informe recogidos, que los currículos derivados de la LOE (BOE 106, 2015) y también los nuevos currículos elaborados a partir de la LOMCE (BOE 295, 2013) recogen, si bien de manera dispersa, buena parte de las habilidades, destrezas y actitudes necesarias para desarrollar competencias informacionales. Hay pues la necesidad de señalar aquellos factores que pueden estar dificultando la implantación seria de una educación para usar y producir información de manera crítica, ética y responsable, la adquisición de competencias ALFIN/AMI para una sociedad del conocimiento. Desde estas propuestas, se opta por poner el enfoque en aquellas estructuras que podrían facilitar la plena incorporación de las competencias objeto de este informe en los centros educativos.

2.1 EN RELACIÓN CON EL SISTEMA EDUCATIVO

Asumir, por parte de las Comunidades Autónomas y el Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, en el marco de la Conferencia Sectorial de Educación, un compromiso firme para el cumplimiento efectivo del artículo 113 de la LOE/LOMCE, (el desarrollo de normativa referida al artículo 113 es una de las acciones del "[II Plan estratégico del CCB 2016-2018](#)"), de manera que todos los centros educativos puedan contar con una biblioteca escolar que facilite el acceso del alumnado a los recursos de aprendizaje en todas las áreas y materias, y a la formación en el uso de esos recursos con sentido crítico, tal y como reconoce la ley. Resulta imprescindible retomar un plan de atención a las bibliotecas escolares con presupuestos mixtos de administraciones educativas central y autonómicas, que garanticen la existencia de bibliotecas escolares, convenientemente dotadas y atendidas en todos los centros educativos, adaptándose a la tipología de los centros y a sus características. Se tratará con especial atención la cuestión de los recursos humanos imprescindibles para fijar su existencia; el presupuesto económico necesario; un plan de formación intensivo para el profesorado que en estos momentos mantiene las bibliotecas, y para el profesorado en general, con el fin de garantizar la integración entre los recursos que la biblioteca ofrece para el aprendizaje y el trabajo en las aulas; las funciones de la biblioteca en los centros educativos y su participación en la certificación de competencias clave (competencia digital), y un programa de ayudas para la innovación y la comunicación de prácticas de excelencia.

Establecer por parte del Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, en régimen de cooperación con las Comunidades Autónomas, a partir del año 2017, una dotación económica anual, reflejada en los presupuestos, para el desarrollo explícito de proyectos ALFIN/AMI, con la participación de las bibliotecas escolares de los centros, de forma que se garantice el diseño y el desarrollo de programas específicos para la atención de la competencia informacional y mediática, según las pautas de la UNESCO, en todos los niveles educativos. Para ello deberán seguirse las recomendaciones de las "[Directrices IFLA 2015](#)" que establece unos mínimos recomendables.

Incluir de forma explícita los contenidos ALFIN/AMI para el desarrollo de competencias clave correspondientes, de forma transversal en las distintas áreas de aprendizaje, en todos los currículos elaborados por las CCAA para los distintos niveles educativos. A la hora de proponer materias de libre configuración autonómica se tendrán especialmente en cuenta los contenidos ALFIN/AMI para garantizar un tratamiento adecuado en las distintas etapas educativas, como ya sucede en Galicia con la asignatura

[“Investigación e Tratamiento da Información”](#) (DOGA, 2015). El plazo para esta acción no debe superar el 2016.

Incorporar a las estadísticas anuales del MECD y las CA.AA., a partir de 2017, la recogida de información sobre la biblioteca escolar y sobre las condiciones que estas reúnen para la implantación de la enseñanza de contenidos ALFIN/AMI, así como los resultados que se obtienen en este cometido. Durante el curso 2015/2016 está prevista la recogida de información sobre bibliotecas escolares, dentro del [Plan de Estadística Educativa del Ministerio de Educación en colaboración con las CCAA](#), y tras un periodo de cinco años sin información sobre la situación real de las bibliotecas escolares en el conjunto del Estado. Los resultados se conocerán, según lo previsto, a finales del 2016. Parece conveniente alinear esta estadística con los indicadores fijados para el conjunto del sistema bibliotecario a fin de conocer el impacto de las bibliotecas de los centros, desde el punto de vista educativo pero también socioeconómico en el seno de las comunidades educativas de referencia, en consonancia con el Informe de aproximación [“El impacto económico y social de las bibliotecas”](#) elaborado por el Grupo de Trabajo Grupo de Trabajo Estratégico para el Estudio del Impacto socioeconómico de las Bibliotecas en la Sociedad promovido por el propio CCB (2013).

Resulta imprescindible establecer mecanismos de seguimiento de las medidas tomadas para la implantación de los contenidos ALFIN/AMI en los centros educativos; es decir, se hace necesario conocer las dificultades que los centros va encontrando en ese proceso. Es imprescindible, así mismo, conocer el impacto de los programas de educación en competencias informacionales y mediáticas que se hayan establecido por lo que las administraciones deberán incorporar en sus evaluaciones indicadores del trabajo que se está realizando en los centros a este respecto y los niveles de competencia alcanzados por el alumnado.

2.2 EN RELACIÓN CON EL CENTRO EDUCATIVO Y LAS AULAS

En tanto no se desarrolle un marco legislativo para la biblioteca escolar, y con el fin de que los centros puedan tomar las medidas organizativas pertinentes, las diferentes administraciones educativas deberán regular, mediante instrucciones específicas, la organización y el funcionamiento de las bibliotecas de los centros, con carácter anual. Estas normas deberán establecer de forma explícita las funciones y la dedicación horaria de la persona responsable de la biblioteca y de los integrantes del equipo de apoyo.

Los reglamentos orgánicos de los centros deberán recoger, en un plazo no superior a dos años desde la publicación de este informe, la existencia de la biblioteca escolar, su organización y funcionamiento, el horario de apertura (que ha de corresponder como mínimo con el horario lectivo); los recursos materiales necesarios para cumplir sus objetivos y la forma en que pueden obtenerse; los recursos humanos y el perfil adecuado para realizar las funciones que les corresponden; su horario de desempeño y la forma en que se cubrirán los diferentes puestos atendiendo a la formación y experiencia; las fórmulas para coordinarse con el equipo directivo y el resto de equipos y programas del centro; las fórmulas para participar en red con otras bibliotecas escolares y la necesaria colaboración con la biblioteca pública de referencia, entre otras instituciones culturales del entorno; las funciones que han de desarrollar atendiendo a las alfabetizaciones múltiples, el apoyo al tratamiento del currículo, el fomento de los hábitos de lectura, y la adquisición de las competencias informacionales y mediáticas del alumnado.

Se hace imprescindible potenciar y difundir experiencias entre el conjunto del profesorado formas de organización de centro que refuerzan la existencia y el funcionamiento de la biblioteca escolar con proyectos ALFIN/AMI. Se trata de potenciar un modelo de biblioteca en un modelo de centro diferente, donde el enfoque se pone en el/a alumno/a y en sus posibilidades de aprendizaje con la utilización de fuentes informativas diversas, más allá del libro de texto tradicional, y que responde a las tendencias sociales y educativas de la sociedad de la información. Tanto el [“Marco de referencia para las bibliotecas](#)

[escolares](#)” (MEC, 2011) como el documento de [“Prospectiva sobre bibliotecas 2020”](#) (CCB, 2013), realizan aportaciones interesantes para poner en marcha esta medida.

Facilitar equipamiento de red que favorezca el uso de tecnologías móviles en los centros. Diseñar un plan de reconversión a nivel tecnológico de los centros que permita avanzar desde los actuales modelos de aulas de informática a un modelo descentralizado de los servicios informáticos de los centros e incorporar los recursos electrónicos a las aulas, a las bibliotecas escolares, a las zonas comunes para el alumnado, profesorado y familias. Es imprescindible asegurar la posibilidad de procesos mediatizados por la tecnología en cualquier espacio del centro. Se debe primar, en este sentido, la redistribución de los equipos tecnológicos y la organización de los centros para el uso de las tecnologías móviles en aulas y espacios comunes de uso diverso, versátil; en función de proyectos y metodologías activas. Como medida transitoria, se propone pilotar durante un año un pequeño número de centros y evaluar el impacto de estos nuevos criterios de equipamiento tecnológico y de red en ellos, analizando el impacto que este nuevo enfoque puede tener en el desarrollo de los programas de capacitación en competencias ALFIN/AMI. Para esto es necesario contar con personal especializado en el mantenimiento de infraestructuras informáticas en cada centro durante el horario lectivo. La formación y el horario de este personal debe estar regulado a nivel estatal, ya que en ciertas Comunidades Autónomas no se asignan horas suficientes al personal encargado de las aulas de informática para mantener la totalidad el equipamiento informático del centro dentro de las horas laborales. Además, es necesario una buena conexión a Internet, para lo cual, se puede y debe tener en cuenta centros en los que se haya desarrollado el plan [“Conectividad de Centros Escolares”](#) (MECD, 2015) que garantiza Banda Ancha Ultrarrápida.

Comprometer a las administraciones educativas y, en consecuencia, a los equipos directivos de los centros de enseñanza para el cumplimiento de las recomendaciones IFLA 2015 sobre el presupuesto ordinario anual de la biblioteca escolar, que recomienda una cantidad mínima destinada a la adquisición de nuevos recursos, material administrativo y actividades en la biblioteca (como mínimo el 5% de la cantidad destinada a cada estudiante en el sistema escolar, excluyendo salarios, coste de educación especial, transporte y fondos para las mejoras clave). A efectos prácticos, se recomienda que los centros destinen a su biblioteca como mínimo un 5% del presupuesto anual del centro para gastos de funcionamiento. Este criterio fija el presupuesto ordinario y a él deberán añadirse otros recursos para intervenciones extraordinarias (por ejemplo, mejorar infraestructuras, programas de impulso y formación u otras acciones no contempladas en el funcionamiento habitual de la biblioteca). Estas recomendaciones pueden incorporarse a las instrucciones anuales para la organización y el funcionamiento de la biblioteca escolar en tanto no se apruebe un marco legislativo propio.

2.3 EN RELACIÓN CON LA BIBLIOTECA ESCOLAR

Como queda patente a lo largo del Informe las bibliotecas escolares deben ser atendidas por las administraciones educativas de forma que puedan ejercer las funciones que les corresponden y servir a las comunidades educativas de manera eficaz. Una de las primeras medidas ha de ser la de extender a todas las administraciones educativas autonómicas los presupuestos recogidos en el [“Marco de referencia para las bibliotecas escolares”](#) (MEC 2011), como punto de partida para la creación y refuerzo de las bibliotecas escolares de los distintos niveles educativos no universitarios. Es preciso avanzar en unas directrices actualizadas que contemplen los cambios necesarios, según las tendencias que se observan para todas las bibliotecas, y específicamente, para las escolares, en el documento del CCB de [“Prospectiva sobre Bibliotecas 2020”](#) (CCB 2013). Estas directrices deben hacer especial hincapié en el papel de la biblioteca escolar a la hora de implementar programas para la educación de las competencias clave en materia de información y de medios de comunicación (AMI). La Comisión Técnica de Bibliotecas Escolares, órgano dependiente del Consejo de Cooperación Bibliotecaria, presidida por representantes del Ministerio de Educación y con participación de responsables de programas de bibliotecas escolares de todas las CCAA, parece el organismo más adecuado para elevar una propuesta a la Conferencia Sectorial

de Educación que pueda ser asumida por todas las administraciones educativas. En cualquier caso, el CCB debería liderar la creación de un grupo de trabajo en este sentido.

2.4 EN RELACIÓN CON REDES BIBLIOTECARIAS Y COMUNIDAD PROFESIONAL

Resulta imprescindible favorecer la creación de redes de colaboración entre bibliotecas escolares y bibliotecas públicas de referencia; entre bibliotecas escolares y bibliotecas universitarias; entre bibliotecas universitarias y bibliotecas públicas. En definitiva, marcos de colaboración entre las bibliotecas de distinta tipología que estimulen y desarrollen programas para la adquisición de competencias ALFIN/AMI entre el alumnado y la población en general. Los programas de apoyo a las bibliotecas escolares deberán recoger como requisito la necesaria colaboración entre la biblioteca de un centro y la biblioteca pública de su entorno más próximo. En este apartado conviene recordar que las bibliotecas deben colaborar desde la igualdad y la diferencia de objetivos y características de cada una de ellas, procurando cooperar en aquellos aspectos que les son comunes y que en este ámbito tienen que ver con la necesidad de que la población escolarizada y adulta adquiera competencias en el uso, tratamiento, producción y comunicación de información y de los diferentes medios de comunicación.

Además de redes institucionales, se potenciará la existencia y el funcionamiento de redes profesionales de bibliotecarios de los distintos tipos de bibliotecas. Son de gran interés los grupos de trabajo creados a partir de redes informales de bibliotecas escolares (que forman parte a su vez de la red institucional de bibliotecas escolares en un determinado territorio), y que se reúnen entre sí de forma periódica y con los responsables de las bibliotecas públicas municipales de referencia, para compartir experiencias y llevar a cabo iniciativas conjuntas, constituyendo auténticos grupos colaborativos y de autoformación. En este ámbito, son un ejemplo también los grupos de trabajo creados en el seno del Consejo de Cooperación Bibliotecaria, con representación de profesionales de bibliotecas de diferente tipología.

2.5 EN RELACIÓN CON OTROS AGENTES ESTRATÉGICOS (CENTROS DE FORMACIÓN DEL PROFESORADO, DIRECTIVOS DE LOS CENTROS, INSPECCIÓN EDUCATIVA...)

Se hace necesario involucrar de forma directa a determinados agentes educativos cuyo rol es decisivo a la hora de tomar iniciativas en los centros educativos: los equipos directivos y el servicio de Inspección. Del conocimiento que estos agentes tengan de los requisitos que han de reunir los centros educativos para poder implantar programas para las competencias ALFIN/AMI depende en buena medida el éxito de estos programas. Se propone la creación de grupos de trabajo dinámicos, a nivel autonómico, con la participación de equipos directivos e inspectores/as, que se formen en contenidos ALFIN/AMI, que puedan conocer experiencias de éxito y que contribuyan a la necesaria evolución de los centros para una correcta implementación de trabajo por competencias (cambios en la organización de los espacios y los tiempos escolares, equipos interdisciplinares para la puesta en marcha de los programas, metodologías más adecuadas, etc.). A nivel estatal, se propone la creación de un taller piloto, a realizar en el año 2016, con las finalidades citadas. Se solicitará a la Comisión Técnica de Bibliotecas Escolares (CTBE) que elaboren propuestas viables para que las bibliotecas escolares puedan intervenir en el proceso de certificación de competencias informacionales del alumnado, en plazo máximo de cuatro años. Así mismo, se propone la creación de un grupo de trabajo, en el seno de la CTBE, o en el propio CCB, que estudie las medidas necesarias para que las bibliotecas escolares puedan contribuir a la certificación de competencias AMI del alumnado.

3. EQUIPO HUMANO

Los centros educativos tienen en la biblioteca escolar un aliado imprescindible a la hora de desarrollar programas que faciliten la adquisición de las competencias informacionales. Es el lugar natural de acceso a la información en cualquier soporte y, también, un lugar de trabajo, de colaboración, de comunicación

y de aprendizaje. Pero las bibliotecas escolares españolas carecen de un elemento fundamental que garantice su sostenibilidad: los recursos humanos convenientemente definidos. Para que las bibliotecas escolares puedan ejercer las funciones que les corresponde en el sistema educativo (y muy concretamente, su función en la formación del alumnado para las competencias lectoras e informacionales), precisan contar, de manera urgente, con un equipo humano estable, con la formación adecuada y el tiempo y los recursos suficientes para el desempeño de su trabajo. Tal y como recoge el documento "[Perfiles profesionales del Sistema Bibliotecario Español: fichas de caracterización](#)" (CCB, 2013), hablamos de bibliotecario escolar o responsable de biblioteca escolar, profesores/bibliotecarios que en este momento son los que están trabajando en las bibliotecas escolares. Por ahora solo nos referimos a las funciones que esos profesionales han de desarrollar, dejando para otro momento, otro entorno y quizá otro grupo de trabajo, cuales han de ser los catálogos y relaciones de puestos de trabajo y los requisitos de acceso a los mismos. En este sentido se requiere una política de refuerzo de las bibliotecas escolares al servicio del currículo por competencias, lo que exige, además de un planteamiento teórico actualizado, la asunción de compromisos en este terreno.

Por otra parte, los centros educativos que deseen avanzar en este ámbito deben, ante todo, tomar medidas organizativas y de funcionamiento de la biblioteca escolar (en relación con el equipo humano), como instrumento esencial para el desarrollo del currículo y para la capacitación del alumnado en competencias de uso, tratamiento, valoración y producción de información. Una biblioteca escolar con espacios de trabajo diferenciados, dotada con equipos técnicos suficientes, que promueve y enseña el uso de fuentes informativas variadas en soportes diversos, que diseña y organiza programas de formación de usuarios y de trabajo con la información, que apoya la elaboración de los trabajos de investigación en los diferentes momentos del proceso, que facilita oportunidades de aprendizaje variadas y enriquecedoras, que impulsa el aprendizaje de la lectura comprensiva y de las alfabetizaciones múltiples, que facilita el trabajo colaborativo y que cuenta con profesorado atento a las necesidades de alumnado y profesorado, es la mejor herramienta para la innovación educativa y la mejora de resultados, según demuestran estudios a nivel internacional (Williams, Wavell, Morrison, 2013).

3.1 EN RELACIÓN CON EL SISTEMA EDUCATIVO

Desde las administraciones educativas, y en tanto no se establezca la figura del bibliotecario escolar o *responsable de biblioteca* se debe garantizar un horario mínimo de atención a la bibliotecas escolar por parte de un equipo de profesores/as del centro, de forma que se pueda cubrir buena parte del horario lectivo y parte del horario extraescolar, fijando un plazo de tres años para llegar a la dedicación completa de la persona responsable de la biblioteca, de forma que pueda ejercer las funciones que le corresponden, entre las que se encuentra el diseño e implantación de programas para la formación del alumnado en competencias ALFIN/AMI, en colaboración con el resto del profesorado. A título orientativo se podría establecer el siguiente cómputo:

Tipo de centro	Dedicación mínima (semanal) en la biblioteca
Centros de primaria	6 horas para la persona responsable (profesor/a-bibliotecario/a) 1 hora por cada 25 alumnos para el conjunto del equipo de biblioteca (responsable + integrantes del equipo de apoyo)
Centros de secundaria	8 horas para la persona responsable (profesor/a-bibliotecario/a) 1 hora por cada 30 alumnos para el conjunto del equipo de biblioteca (responsable + integrantes del equipo de apoyo)

TABLA 2 TIPO DE CENTRO Y DEDICACIÓN SEMANAL.

Se propone priorizar durante un cuatrienio (2016-2020) una línea para la formación permanente del profesorado en materia de competencias mediáticas e informacionales, de forma que todas las estructuras de formación permanente del profesorado oferten actividades en esta materia en sus diferentes modalidades (presencial, a distancia, formación en centros), con el objetivo de que al menos un 30% del profesorado en ejercicio pueda actualizar su formación en este ámbito. Para ello se tomarán como referencia los contenidos recogidos en el documento de la UNESCO, "[Alfabetización Mediática e Informacional. Currículo para profesores](#)" (UNESCO, 2011), así como las directrices europeas recogidas en el "[Marco para el desarrollo y comprensión de la competencia digital en Europa](#)" (DigComp, 2013). Para conseguir este objetivo resulta imprescindible la colaboración entre el MECD y las diferentes Comunidades Autónomas, a nivel presupuestario y de coordinación. Estas actuaciones en el campo de la formación permanente del profesorado son imprescindibles para garantizar la renovación metodológica contemplada en la normativa curricular vigente.

Además de priorizar esta línea específica de formación, también procede que, desde los servicios de formación del profesorado de las CCAA, se diseñen módulos sobre contenidos ALFIN/AMI para integrar en ámbitos de formación específicos de las diferentes áreas de aprendizaje o en actividades destinadas a distintos colectivos dentro del conjunto del profesorado, con un enfoque transversal que facilite la inclusión del trabajo para la adquisición de las competencias informacionales y mediáticas en todas las etapas educativas y en todas las áreas de aprendizaje.

3.2 EN RELACIÓN CON EL CENTRO EDUCATIVO Y LAS AULAS

La asunción de metodologías activas, de metodologías por proyectos, con el apoyo de la biblioteca escolar y de sus recursos, asociadas a programas de trabajo con la información y los medios de comunicación es una fórmula operativa que permite al alumnado avanzar en la adquisición de las competencias objeto de este informe.

Resulta imprescindible apoyar directamente a aquellos equipos docentes que incorporen los contenidos AMI a sus programas didácticos (mediante la dotación de horas para el desarrollo de sus programas, de recursos extraordinarios, de mayor flexibilidad en relación con el uso de los espacios y los tiempos académicos, etc.), o bien por medio de programas de formación del profesorado en centros, incentivando

aquellos proyectos que tratan de mejorar sus prácticas en este ámbito. Esto puede hacerse priorizando aquellos proyectos que contemplen la adquisición de competencias informacionales y mediáticas del alumnado, la investigación y la innovación en este terreno. Además, todos aquellos docentes que se incorporen a un centro en el que se trabajen los contenidos ALFIN/AMI, deben tener obligatoriamente formación en los mismos, además del cuatrienio 2016-2020 propuesto en el punto 2.1. De este modo se asegura que los profesores que han cambiado de destino o los profesores interinos puedan continuar con el proyecto de centro.

3.3 EN RELACIÓN CON LA BIBLIOTECA ESCOLAR

Resulta imprescindible adoptar normativas claras que establezcan en los centros educativos la figura del responsable de biblioteca con funciones de gestión y de docencia, que aseguren el funcionamiento de la biblioteca escolar y que regulen la existencia de un equipo de apoyo, con horario de atención a la biblioteca que cubra, en su conjunto, la totalidad del tiempo lectivo del centro.

Se propone elevar a la Conferencia Sectorial de Educación una propuesta normativa para la creación de puestos de responsable de biblioteca en los centros educativos que garanticen la estabilidad y funcionamiento de las bibliotecas escolares, propuesta que ha de vehiculizarse a través de la Comisión Técnica de Bibliotecas Escolares (con presencia de representantes de las administraciones educativas autonómicas con responsabilidad en programas de bibliotecas escolares y lectura), y de su presidencia (MECD). Este profesional tendría responsabilidad directa en el diseño y desarrollo de programas para el refuerzo de las competencias mediáticas e informacionales del alumnado del centro, en colaboración con el equipo de biblioteca y el resto del equipo docente. Esta normativa deberá regular la existencia de equipos de apoyo a la biblioteca, de carácter interdisciplinar, formado por integrantes de los diferentes equipos o departamentos del centro. También contemplará aquellos casos en que se precise la incorporación de personal auxiliar para hacer frente a todas las funciones de la biblioteca. La creación de plazas de responsable de la biblioteca escolar podría desarrollarse en diversas fases hasta alcanzar al conjunto de los centros docentes.

Se hace imprescindible, a su vez, establecer un sistema de acreditación para el profesorado que en la actualidad se encarga del funcionamiento de las bibliotecas escolares, con el fin de reconocer la formación y la experiencia acumuladas, de cara a cubrir el puesto de responsable de biblioteca en los centros, todo ello en consonancia con las competencias que contemplan anteriores informes del CCB para el perfil de responsable de biblioteca escolar. Se trata de fijar profesorado en el que se ha invertido muchas horas de formación, que ha ocupado un importante número de horas de dedicación y que ha generado gran cantidad de conocimiento, lo que supone un importante activo para el sistema educativo. Se recomienda diseñar una propuesta, también desde la Comisión Técnica de Bibliotecas Escolares, que pueda ser elevada a la Conferencia Sectorial de Educación y asumida por los representantes de las diferentes Comunidades Autónomas, para la acreditación del profesorado que cuenta con formación y experiencia en materia de biblioteca escolar. Como se indicó al principio de este punto, se tendrán en cuenta los requisitos y competencias contempladas en el documento elaborado en el seno del CCB sobre [“Perfiles profesionales del Sistema Bibliotecario Español: fichas de caracterización”](#) (CCB, 2013), para el responsable de biblioteca escolar.

Se propone establecer un itinerario formativo básico y la toma de medidas oportunas para garantizar la formación adecuada del equipo humano al cargo de la biblioteca en cada centro, en los distintos ámbitos en los que debe actuar desde la biblioteca escolar, y muy especialmente en lo relacionado con las competencias informacionales y mediáticas, así como las metodologías más adecuadas para su tratamiento. Además, la formación en relación con los contenidos y las prácticas precisas para desarrollar competencias debería extenderse al conjunto del profesorado. Se recomienda que las redes de formación del profesorado, de carácter autonómico, contemplen el documento [“Alfabetización Mediática e](#)

[Informacional. Currículo para profesores](#)” (UNESCO, 2011) a la hora de programar la formación permanente del profesorado en general y, específicamente, la del profesorado integrante de los equipos de biblioteca de los centros.

Se recomienda una intervención urgente en la formación inicial del profesorado, en los contenidos de los cursos de post-grado previos al acceso a la docencia y en los estudios de biblioteconomía, con la creación de la especialidad de bibliotecario escolar. En este contexto, es importante delimitar claramente en todas estas variantes los contenidos, finalidades y circunstancias de las competencias informacionales y mediáticas, con especial atención al mencionado Currículo AMI para profesorado de la UNESCO.

Crear la mención de Bibliotecario escolar o responsable de biblioteca en la formación inicial del profesorado. Elevar a los responsables de las políticas universitarias en las diferentes CCAA, a través de la Conferencia Sectorial de Educación y desde el CCB, una propuesta para la inclusión de menciones o especialidades de Bibliotecario escolar en las facultades de Ciencias de la Educación y/o de Formación del Profesorado, al menos en una de ellas por cada comunidad autónoma. Esta formación deberá incluir, entre otros contenidos, la alfabetización mediática e informacional desde la biblioteca escolar. El alumnado de esta mención debería poder realizar prácticas en centros educativos con bibliotecas de excelencia, para lo que se recomienda una estrecha colaboración entre los organismos de la administración educativa responsables de programas de bibliotecas escolares y los responsables académicos de las universidades.

Se recomienda, del mismo modo, incluir, en los cursos de acceso a la docencia para el profesorado de enseñanza secundaria, módulos específicos relacionados con las posibilidades de la biblioteca escolar para la adquisición de las competencias clave, específicamente la lectura y las competencias informacionales y mediáticas, con el fin de garantizar al profesorado el acceso a los recursos mínimos para enfrentarse a los retos que, como docente, la sociedad de la información parecen exigirle, y para que pueda obtener el máximo rendimiento de las oportunidades que la biblioteca escolar puede ofrecerle en los diferentes procesos de enseñanza.

3.4 EN RELACIÓN CON OTROS AGENTES ESTRATÉGICOS (CENTROS DE FORMACIÓN DEL PROFESORADO, INSPECCIÓN EDUCATIVA...)

En relación con otros agentes estratégicos (centros de formación del profesorado, inspección educativa...)

Algunas de las dificultades que encuentra la implantación de las competencias informacionales y mediáticas en los centros nacen del desconocimiento que sobre la materia tienen agentes con responsabilidad en la gestión de los centros y de las políticas educativas. La colaboración entre los/as responsables de la gestión de los centros y sus supervisores (servicio de inspección) con el equipo docente encargado de diseñar, integrar y poner en marcha programas para la adquisición de este tipo de competencias (equipo de biblioteca escolar), es esencial para que se puedan tomar las medidas organizativas imprescindibles que permitan el desarrollo de estos programas. Se propone diseñar y poner en marcha un itinerario formativo específico en materia de biblioteca escolar y, muy especialmente, de competencias informacionales y mediáticas, destinado a agentes educativos con responsabilidad, como equipos directivos, asesores y asesoras de formación, e integrantes de los servicios de inspección docente, que se desarrolle a través de acciones formativas con carácter anual. Se recomienda la realización de una propuesta piloto a través del INTEF con la consiguiente valoración y adaptación a distintos contextos de aplicación en las diferentes CCAA.

3.5 EN RELACIÓN CON LA COMUNIDAD EDUCATIVA Y LA SOCIEDAD

La adquisición de las competencias para el uso, el tratamiento y la producción de información requiere tiempo, recursos, organización, metodología facilitadora y oportunidades de aprendizaje en un proceso de cierta complejidad, pues son muchas las destrezas que es necesario adquirir y reforzar a través de actividades contextualizadas y de carácter funcional. La transversalidad en los aprendizajes y los enfoques globalizados van a facilitar mucho la adquisición de estas competencias. Es por ello que cuanto mayor sea la colaboración entre los diferentes miembros de la comunidad escolar y cuanto más concienciada esté la sociedad de la necesidad de enseñar al alumnado a moverse con fluidez y sentido crítico por el mundo de la información, mejores serán los resultados.

Las direcciones de los centros y el profesorado deberán facilitar la participación de las comunidades educativas, en su conjunto, en el diseño y desarrollo de programas de capacitación ALFIN/AMI, empezando por conocer sus necesidades de formación (las del alumnado, pero también las del profesorado y, de ser posible, de las propias familias), con el fin de diseñar actividades adecuadas al nivel competencial y las expectativas de la comunidad escolar. Una biblioteca escolar atenta a las necesidades de todos los integrantes de la comunidad educativa, y en contacto con el entorno más próximo, podrá integrar en sus programas anuales actividades que impliquen a toda la comunidad escolar, en diferentes momentos y para diferentes finalidades. Las familias pueden ser excelentes colaboradoras a la hora de implementar programas de educación lectora y también a la hora de realizar búsquedas informativas, por ejemplo, para la elaboración de proyectos documentales.

Las administraciones educativas pueden impulsar el trabajo colaborativo de profesorado y familias para la mejora competencial del alumnado a través de programas que impliquen a la comunidad educativa en su conjunto (comunidades de aprendizaje y otros) pero también a través de la difusión de buenas prácticas, por ejemplo, en aquellas actividades formativas relacionadas con la biblioteca escolar y el trabajo por competencias, o en espacios web específicos.

4. INNOVACIÓN, INVESTIGACIÓN Y GESTIÓN DEL CAMBIO

Integrar las competencias ALFIN/AMI en el sistema educativo implica cambios que afectan, al menos, a la cultura institucional, al currículo, a sus condiciones de desarrollo, a las metodologías, a las estructuras de funcionamiento y a las competencias profesionales. Dar forma a modificaciones en estos ámbitos supone no solo optimizar fórmulas que puedan estar funcionando, sino aceptar que el cambio supone una revisión a fondo de prácticas asentadas, así como salvar barreras o resistencias que impiden afrontarlo. En este contexto, resulta imprescindible contemplar líneas de apoyo a la innovación y la investigación como requisito para lograr cambios sustantivos en los distintos niveles de intervención: el sistema educativo, los centros de enseñanza y las aulas, las bibliotecas escolares, las redes bibliotecarias y la comunidad profesional, así como otros agentes estratégicos (centros de formación continua, inspección educativa, equipos de dirección...) y la comunidad educativa y la sociedad en su conjunto.

4.1 EN RELACIÓN CON EL SISTEMA EDUCATIVO

Dotar económicamente una línea de investigación educativa que contemple ALFIN/AMI entre sus prioridades y que prime aproximaciones interdisciplinares (cultura digital, comunicación y medios, biblioteconomía, documentación y gestión del conocimiento, sociología, psicología de la educación, antropología, didáctica...), así como enfoques metodológicos diversos alineados con la investigación internacional. Entender que estos procesos tienen que estar sostenidos en el tiempo y con dotación económica específica resulta clave en un medio especialmente abierto al cambio. Esta línea de investigación ALFIN/AMI debería dar cabida a marcos diversos, que cruce saberes entre disciplinas y se focalice en distintos públicos.

Poner en funcionamiento una factoría de contenidos ALFIN/AMI abiertos apoyada, a su vez, en un observatorio de buenas prácticas capaz de sumar y hacer dialogar propuestas procedentes de distintos entornos: centros de investigación, centros educativos, bibliotecas públicas, bibliotecas universitarias, laboratorios ciudadanos, espacios híbridos, medios de comunicación, talleres de creación y otros entornos que pudieran tener cabida en este marco. El esfuerzo por mostrar y hacer visibles *otras formas de hacer* es uno de los retos para la implantación de prácticas de ALFIN/AMI. Para ello se trata de sumar agentes que puedan explorar, desde sus distintos ámbitos de especialidad y experiencia, los territorios menos contrastados en la práctica. La integración de instituciones, grupos de trabajo, profesionales de procedencia muy diversa puede alentar y enriquecer un proceso de co-creación de ideas en un entorno abierto al debate teórico, sujeto a cambios y con notables deficiencias en la implantación práctica. En este contexto, resulta especialmente relevante explorar prácticas que recorran distintos tramos de la educación en entornos de educación formal, no formal e informal, desde la perspectiva del aprendizaje a lo largo de la vida. Esta iniciativa podría estar vinculada a www.leer.es, www.alfared.org y otras iniciativas transversales. Los procesos y productos derivados de esta iniciativa serán abiertos, con capacidad para la adaptación, reutilización y remezcla en contextos, situaciones y entornos diferentes.

4.2 EN RELACIÓN CON LOS CENTROS EDUCATIVOS Y LAS AULAS

Restablecer el Premio Nacional de Buenas Prácticas de bibliotecas escolares, incorporando una modalidad o línea de apoyo específica a ALFIN/AMI. Mediante la reinstauración del Premio se trata de hacer visibles, compartir y crear entornos de práctica y reflexión que pueden constituir un referente de trabajo múltiple y transversal para distintos colectivos. Al contemplar ALFIN/AMI como una modalidad específica en el marco del Premio, se abre la posibilidad de visibilizar proyectos de alfabetizaciones múltiples que incluyan expresamente ALFIN/AMI en contextos de características diversas.

Crear una red experimental de “centros flexibles” que disponga de las condiciones para explorar y evaluar el impacto de formas de enseñanza y organización escolar articuladas en torno a proyectos de aprendizaje interdisciplinar alrededor de ALFIN/AMI dotado con horarios, espacios, dotaciones, currículo, profesorado. El foco pedagógico estará orientado hacia la exploración de propuestas de creación y consumo crítico de medios e información y que exploten creativamente las posibilidades de la curaduría de contenidos, la lectura crítica, la lectura social y las comunidades de aprendizaje. La propuesta se basa en crear condiciones para que puedan surgir diversos enfoques para integrar ALFIN/AMI. El objetivo es mostrar al centro educativo como un entorno profesional inquieto, permeable, abierto, que conecta con las demandas de la sociedad y busca soluciones tentativas, que exigen reconfigurar ciertas prácticas asentadas en la tradición: metodologías (indagación e investigación), tiempos (sesiones más amplias), responsables (codirección de proyectos de investigación de los estudiantes entre profesorado de diferentes especialidades además del profesor-bibliotecario), espacios (sesiones combinadas biblioteca/aula para la formación en destrezas de búsqueda, análisis crítico, evaluación y producción de información). Se trata de focalizar la estrategia hacia proyectos ALFIN/AMI, orientados a procesos, que permitan un seguimiento cercano y no estén presionados por el logro de resultados inmediatos. En paralelo, se deben desplegar estrategias de seguimiento y evaluación que permitan obtener datos acerca de su impacto en distintos aspectos: liderazgo, organización, competencias docentes, logro académico, etc.

Focalizar las dinámicas de implantación de ALFIN/AMI en las nuevas metodologías y en la imprescindible diversificación de recursos, medios, entornos y plataformas de aprendizaje. Los modelos de enseñanza por medio de un recurso único (libro de texto) han quedado obsoletos, por lo que, desde las administraciones educativas, deberán apoyarse procesos de co-creación de recursos educativos y colaborar con redes de equipos docentes que están elaborando propuestas (materiales, programas, cursos) explorando nuevas vías de elaboración, publicación y compartición en red.

4.3 EN RELACIÓN CON OTROS AGENTES ESTRATÉGICOS (CENTROS DE FORMACIÓN DEL PROFESORADO, INSPECCIÓN EDUCATIVA, EQUIPOS DIRECTIVOS...)

Explorar distintas fórmulas para el encuentro productivo (tareas y compromisos) entre responsables de bibliotecas, equipos directivos, inspección educativa y asesorías de formación en torno a ALFIN/AMI. Se trata de apoyar procesos nuevos y combinados, de modo que se ponga el énfasis en fórmulas para una colaboración en torno a ALFIN/AMI. Estos procesos pueden adoptar formatos distintos (por ejemplo, basados en el *coaching educativo*, el *prototipado*, la *mentoría* entre pares...) lo cual puede permitir explorar nuevas vías de análisis de las propias capacidades y funciones profesionales en la creación de proyectos colaborativos en interacción con perfiles distintos. De igual modo, estas dinámicas pueden ayudar a replantear formas de organización escolar, atributos en relación al liderazgo de proyectos, funciones y dinámicas para la co-creación en el interior de la institución escolar y otros muchos aspectos de las dinámicas, metodologías y formas de gestionar las comunidades de aprendizaje.

4.4 EN RELACIÓN CON LA COMUNIDAD EDUCATIVA Y LA SOCIEDAD

Promover proyectos ALFIN/AMI, desde el ámbito local, que hagan dialogar iniciativas y estructuras de trabajo muy diversos en dimensión, función y visión (centros de enseñanza, bibliotecas, museos, espacios híbridos, teatros, laboratorios ciudadanos, medios de comunicación u otros recursos locales), de modo que se puedan articular iniciativas con una densidad, diversidad y profundidad de perspectivas muy amplia y que cubran necesidades también muy diversas del conjunto de la comunidad local.

Declarar 2017 como año AMI, planteado como doce meses de movilización en torno a las distintas líneas de trabajo: apoyo institucional, dotación económica, marco normativo, formación, contenidos, buenas prácticas, innovación e investigación. 2017 se constituiría en un espacio privilegiado para impulsar y priorizar una buena parte de las iniciativas sugeridas en el marco de este documento, así como sumar esfuerzos para su financiación, implantación y evaluación.

5. COMUNICACIÓN Y DIFUSIÓN

Mediante estas iniciativas se debe facilitar la relación informativa fluida entre todos los componentes que forman parte del trabajo necesario para llevar a cabo el reto actual del sistema educativo, entendiendo que no supone solamente la dotación de infraestructuras y equipamientos informáticos a los centros sino la innovación del modelo de enseñanza desarrollado en competencias ALFIN/AMI. Para ello es imprescindible que los agentes implicados estén informados de la necesidad creada en la actual organización educativa y, al mismo tiempo, resulta imprescindible que informen de ello al resto de los/as integrantes de la comunidad educativa. En este marco, la difusión y la comunicación funcionan en este doble sentido. Se hace necesario mostrar con claridad los aspectos que hacen de la biblioteca escolar un lugar imprescindible para dar respuesta a las necesidades de información que requiere la adquisición de las nuevas competencias a lograr por nuestro alumnado. Se debe visualizar y facilitar la comprensión sobre el qué y el para qué de la biblioteca escolar y mostrar y demostrar que actualmente es una necesidad.

5.1 EN RELACIÓN CON EL SISTEMA EDUCATIVO

Desde las unidades correspondientes de las Comunidades Autónomas, realizar un esfuerzo por destacar y explicar la urgencia de incluir los contenidos en competencias AMI en los currículos escolares. Es importante aunar esfuerzos para difundir por todos los canales de comunicación la importancia de la adquisición de estas competencias: publicaciones, centros de formación del profesorado, a través del Servicio de Inspección Educativa, etc. Las administraciones educativas, a través todos los cauces posibles y de todos los recursos disponibles, debe hacer llegar el mensaje de la necesidad del cambio metodológico

imprescindible para dar respuesta a las demandas que la sociedad de información espera de nuestro sistema educativo, y al mismo tiempo facilitar los recursos necesarios para llevarlo a cabo. Para ello puede que hacer uso de sus vías de comunicación y de sus servicios de formación y ordenación del profesorado, así como premiando, propiciando y difundiendo las buenas prácticas que puedan servir de ejemplo del modelo a seguir. Para dar un marco concreto a todo ello, se plantea la declaración y creación de 2017 como año AMI, en el entorno al cual enmarcar las distintas acciones.

Resulta imprescindible crear y hacer más visibles portales institucionales como [leer.es](#), [alfared](#) y los portales especializados de las CCAA como lugares comunes desde los que el MECD y las CCAA compartan y difundan proyectos, experiencias y recursos que faciliten la información necesaria para ayudar a los docentes a transformar la educación de manera que nuestros alumnos desarrollen habilidades propias de la época de la hiperconectividad. Estas actuaciones irán vinculadas a la puesta en funcionamiento de la factoría en contenidos ALFIN/AMI propuesta en el apartado de Innovación.

5.2 EN RELACIÓN CON EL CENTRO EDUCATIVO Y LAS AULAS

Es necesario hacer visible la biblioteca del centro desde todos los ámbitos, tanto el digital (página web, blog, espacios digitales del propio centro, etc.), como en el físico. Por una parte, se tiene que considerar la visibilidad hacia fuera del centro: dar a conocer la importancia, los recursos y las actividades que se llevan a cabo desde la biblioteca a través de jornadas de puertas abiertas, reuniones con familias, presencia en la web del centro, propia web o blog, etc. Por otra parte, se tiene que hacer visible dentro del propio centro como un espacio de recursos donde encontrar información en todos los soportes al alcance del alumnado y del profesorado, priorizando su uso como espacio de aprendizaje de todas las áreas curriculares y promoviendo el hábito lector. La biblioteca escolar no puede funcionar como un espacio aislado, sino que al formar parte del Proyecto Educativo del Centro tiene que estar comunicada, visible y accesible para todos los miembros de dicho Proyecto. La interrelación entre lo que se trabaja en las aulas, los proyectos del centro y la biblioteca escolar debe ser constante y fluida.

5.3 EN RELACIÓN CON LA BIBLIOTECA ESCOLAR

Sistematizar la manera de dar mayor visibilidad a las bibliotecas escolares a través de encuentros nacionales e internacionales. El papel de las bibliotecas escolares está evolucionando a toda velocidad y su relación con los proyectos AMI resulta evidente y necesaria. En estos momentos buscar lugares de encuentro para conocer y compartir las experiencias que se desarrollan a nivel nacional es una necesidad no solo para los/as responsables de las bibliotecas sino para todos los docentes y miembros de la comunidad educativa ya que el cambio de metodología que supone la incorporación de las competencias ALFIN/AMI en el currículo, incluye la necesidad de contar con una biblioteca escolar como centro de recursos al servicio del proyecto educativo del centro, realidad que afecta a todos los integrantes de dicho proyecto, equipos directivos y claustro de profesores, y evidentemente a representantes de las administraciones educativas de las diferentes CCAA, así como del Ministerio de Educación, Cultura y Deporte.

5.4 EN RELACIÓN CON LAS REDES BIBLIOTECARIAS Y LA COMUNIDAD PROFESIONAL

Favorecer y crear vías para la comunicación y difusión de proyectos y actividades entre biblioteca pública/biblioteca escolar/biblioteca universitaria. El diseño de proyectos conjuntos entre bibliotecas escolares y públicas beneficiará a todos los agentes implicados en la tarea educativa, que contará con un recurso muy valioso para el desarrollo de los contenidos que imparten. Por otro lado, la propia biblioteca pública dará a conocer su existencia a través del centro educativo, llegando así a un gran número de posibles usuarios/as o clientes y a la sociedad en general.

5.5 EN RELACIÓN CON OTROS AGENTES ESTRATÉGICOS (CENTROS DE FORMACIÓN DEL PROFESORADO, DIRECTIVOS DE LOS CENTROS, INSPECCIÓN EDUCATIVA)

Para facilitar la integración de las competencias informacionales en el currículo, hace falta que todos los agentes implicados estén de acuerdo en cuáles deben ser las líneas de actuación a seguir. No se trata de dotar a los centros educativos de recursos informáticos, se trata de aunar esfuerzos para cambiar la metodología utilizada para dar respuesta a los retos educativos actuales.

5.6 EN RELACIÓN CON LA COMUNIDAD EDUCATIVA Y LA SOCIEDAD

Visibilizar los esfuerzos que se hace desde las bibliotecas públicas, universitarias y escolares, desde las aulas, por mejorar estas competencias como medida para recabar recursos materiales y humanos, pero también tiempos y espacios para este tipo de aprendizajes.

Asignar recursos, por parte del Consejo de Cooperación Bibliotecaria y de las administraciones educativas, para el diseño y la realización de una campaña mediática destinada hacer visible el tipo de prácticas de aprendizaje necesarias para la adquisición de competencias ALFIN/AMI y que son una realidad ya en muchos centros educativos y en muchas bibliotecas. Es urgente desterrar del imaginario colectivo las prácticas de aula en las que el alumnado, en sus pupitres y con sus libros de texto como única fuente informativa, mira para una pizarra y mantiene contacto visual únicamente con el profesor o con su cuaderno, imágenes que se repiten hasta la saciedad en publicidad o en series televisivas para adolescentes.

Incorporar al debate educativo sobre ALFIN/AMI a profesionales del ámbito no formal (educadores sociales, por ejemplo) así como a las familias, de forma que puedan contribuir con sus actividades a la mejora de las competencias informacionales y mediáticas del alumnado.

6. CONCLUSIÓN

Si bien, como se ha comentado, invitamos a la lectura sosegada y detenida de todo el informe, concluimos con una infografía en la que se resumen las propuestas desarrolladas en esta comunicación con **10 medidas urgentes** para la integración de las competencias ALFIN/AMI en el sistema educativo, desde el día a día del aula y desde las bibliotecas escolares.



ILUSTRACIÓN 1 INTEGRACIÓN DE LAS COMPETENCIAS AMI EN EL SISTEMA EDUCATIVO, 10 MEDIDAS URGENTES.

7. REFERENCIAS

Consejo de Cooperación Bibliotecaria. Grupo estratégico para el estudio de prospectiva sobre la biblioteca en el nuevo entorno informacional y social 2013, *Prospectiva 2020: Las diez áreas que van a cambiar en nuestras bibliotecas en los próximos años*, CCB, Madrid. Consultado, 21 de marzo de 2016 http://www.ccbiblio.es/wp-content/uploads/Estudio_prospectiva_2020.pdf

- Consejo de Cooperación Bibliotecaria. Grupo de Trabajo Estratégico para el Estudio del Impacto socioeconómico de las Bibliotecas en la Sociedad 2013, *El impacto económico y social de las bibliotecas: Informe de aproximación*, CCB, Madrid. Consultado, 21 de marzo de 2016 http://www.ccbiblio.es/wp-content/uploads/anexo1_informe-aproximacion.pdf
- Consejo de Cooperación Bibliotecaria. Grupo de Trabajo sobre Perfiles Profesionales. 2013, *Perfiles profesionales del Sistema Bibliotecario Español: fichas de caracterización*, CCB, Madrid . Consultado, 21 de marzo de 2016 <http://travesia.mcu.es/portalnb/jspui/bitstream/10421/6841/1/perfilesprofesionalesSBE.pdf>
- Consejo de Cooperación Bibliotecaria. Grupo de Trabajo sobre Perfiles Profesionales. 2016, *Integración de las Competencias ALFIN/AMI en el Sistema educativo: referencias, contexto y propuestas*, CCB, Madrid. Consultado, 21 de marzo de 2016 <https://sede.educacion.gob.es/publiventa/integracion-de-las-competencias-alfinami-en-el-sistema-educativo-referencias-contexto-y-propuestas/ensenanza-bibliotecas/20721C>
- Consejo de Cooperación Bibliotecaria 2016. *II Plan Estratégico del CCB 2016-2018*, CCB, Madrid. Consultado, 24 de agosto de 2016 http://www.ccbiblio.es/wp-content/uploads/II_PLAN ESTRATEGICO CCB 2016-2018.pdf
- Convenio Marco de Conectividad Escolar*, 2015, Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, Madrid. Consultado, 2 de abril de 2016: <http://educalab.es/-/firmado-el-convenio-marco-de-conectividad-escolar-para-mejorar-la-educacion>
- Ferrari, A (2013), *DIGCOMP: A Framework for Developing and Understanding Digital Competence in Europe*. JRC Scientific and Policy Reports. EUR 26035. Consultado, 12 de abril de 2016 <http://ipts.jrc.ec.europa.eu/publications/pub.cfm?id=6359>
- International Federation of Library Associations 2015. 2nd. *IFLA School Library Guidelines*. Consultado, 20 de abril de 2016 <http://www.ifla.org/publications/node/9512>
- Ley Orgánica 2/2006, de 3 de mayo, de Educación (LOE). Texto consolidado, última modificación el 29 de julio 2015, 2015. *Boletín Oficial del estado*, 106. Consultado, 20 de abril de 2016 <https://www.boe.es/buscar/pdf/2006/BOE-A-2006-7899-consolidado.pdf>
- Ley Orgánica 8/2013, de 9 de diciembre, para la mejora de la calidad educativa (LOMCE) 2015. *Boletín Oficial del estado*, 295. Consultado, 20 de abril de 2016 <https://www.boe.es/buscar/pdf/2013/BOE-A-2013-12886-consolidado.pdf>
- Marco de referencia para las bibliotecas escolares* 2011, Comisión Técnica de bibliotecas escolares, Ministerio de Educación, Madrid. Consultado, 20 de abril de 2016 <http://www.mecd.gob.es/cultura-mecd/dms/mecd/cultura-mecd/areas-cultura/bibliotecas/mc/consejocb/comisiones-tecnicas-de-cooperacion/escolares/Marcoreferenciabescolares.pdf>
- Marco Común de Competencia Digital Docente del Plan de Cultura Digital en la Escuela* 2013, INTEF, Madrid. Consultado, 20 de abril de 2016 <http://educalab.es/documents/10180/12809/MarcoComunCompeDigiDoceV2.pdf>
- Real Decreto 126/2014, del 1 de marzo por el que se establece el currículo básico de la educación Primaria, 2014, *Boletín Oficial del Estado*, 52. Consultado, 20 de abril de 2016 <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-2014-2222>

Real Decreto 1105/2014, del 26 de diciembre, por el que se establece el currículo básico de la Educación Secundaria Obligatoria, 2015, *Boletín Oficial del Estado*, 3.Consultado, 20 de abril de 2016 <https://www.boe.es/buscar/pdf/2015/BOE-A-2015-37-consolidado.pdf>

UNESCO (2011). *Alfabetización mediática e informacional: Curriculum para profesores*, UNESCO, Paris. Consultado, 20 de abril de 2016 <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002160/216099S.pdf>

UNESCO (2013). *Global Media and Information Literacy (MIL). Assessment Framework: Country Readiness and Competencias*. Consultado, 20 de abril de 2016 <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002246/224655e.pdf>

UNESCO (2013). *Media and Information literacy: Policy and strategies guidelines*. Consultado, 20 de abril de 2016 <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002256/225606e.pdf>

Williams, D, Wavell, C & Morrison, K 2013, *Impact of School Libraries on Learning. Critical review of published evidence to inform the Scottish education community*. Robert Gordon University Institute for Management, Governance & Society (IMaGes). Consultado, 2 de abril de 2016 <https://openair.rgu.ac.uk/handle/10059/1093>

POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO E ARQUIVOS EM UNIDADES DE SAÚDE NO BRASIL

Francisco José Aragão Pedroza Cunha, Fernanda Maria Melo Alves de Melo, José Antonio Moreiro González.

Universidade Federal da Bahia y Universidad Carlos III de Madrid

Resumo

O objetivo desta comunicação é apresentar os resultados das informações levantadas em três hospitais universitários brasileiros sobre políticas e legislação de documentos, informação e arquivos em saúde. Os hospitais são serviços de saúde responsáveis pelo registro de informações sobre a saúde da população de uma comunidade. Assim, para a geração de conhecimento em saúde é recomendável que os hospitais assimilem práticas sobre a autenticidade dos documentos de seus arquivos e sobre a integridade da cadeia de custódia documental das informações orgânicas. A pesquisa é exploratória e descritiva, com uma abordagem qualiquantitativa. O estudo é multirreferencial e articula aportes sobre a informação em saúde com o processo de representação do conhecimento, com vistas à aprendizagem e à inovação organizacional dos hospitais inseridos nas redes e nos sistemas de saúde nacionais. Esses aportes constituem as categorias operacionais de um questionário aplicado aos profissionais das áreas de assistência/clínica, administrativa, gestão de documentos e arquivos e de tecnologia da informação dos hospitais investigados. Os resultados sobre os hospitais brasileiros apontam esforços recorrentes para qualificar os agentes dos hospitais investigados sobre gestão de documentos, informações e arquivos. No entanto, são necessárias estratégias sobre a difusão de políticas e legislação sobre documentos e informações, para que os serviços de saúde assimilem tecnologias avançadas de gestão de arquivos. Os resultados do questionário serão utilizados para comparar o uso de mecanismos e de estruturas de transferência de informações gerenciais entre hospitais universitários do Brasil e da Espanha. O principal impacto desta pesquisa de caráter técnico-científico é a elaboração de um modelo de Plano de Gestão de Documentos e de Sistemas de Arquivos para os hospitais do Brasil, adaptável a hospitais do MERCOSUL.

Palavra-chave: Gestão de documentos. Informação em saúde. Legislação de arquivos. Política de informação em saúde.

Abstract

The purpose of this communication is to present the results of the information collected in three Brazilian university hospitals on policies and legislation on health documents, information and archives. Hospitals are health services responsible for recording information on the health of the population of a community. Thus, for the generation of health knowledge it is recommended that hospitals assimilate practices on the authenticity of the documents in their archives and on the integrity of the documentary chain of custody of organic information. The research is exploratory and descriptive, with a qualitative and quantitative approach. The study is multireferential and articulates contributions on health information with the process of knowledge representation, with a view to learning and organizational innovation of hospitals inserted in national health networks and health systems. These contributions constitute the operational categories of a questionnaire applied to professionals in the areas of clinical assistance, administrative, document and archives management and information technology of the hospitals investigated. The results on the Brazilian hospitals point to recurrent efforts to qualify the agents of the hospitals investigated on the management of documents, information and archives. However, strategies are needed on the dissemination of policies and legislation on documents and information, so that health services can assimilate advanced file management technologies. The results of the questionnaire will be

used to compare the use of mechanisms and structures for the transfer of managerial information between university hospitals in Brazil and Spain. The main impact of this technical-scientific research is the elaboration of a Document and File System Management Plan template for hospitals in Brazil, adaptable to MERCOSUR hospitals.

Keywords: Document management. Health information. Legislation of archives. Health information policy.

1. INTRODUÇÃO

O avanço da gestão dos serviços de atenção à saúde e da elaboração de políticas públicas para a promoção, a prevenção e a atenção à saúde da população é um desafio para os agentes¹ comprometidos com a operacionalização dos sistemas nacionais de saúde. No Brasil, o sistema de saúde engloba o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema de Saúde Suplementar e, na Espanha, abarca os serviços de saúde da Administração do Estado e das Comunidades Autônomas, de responsabilidade pública (Espanha, 2012).

É recomendável que as unidades de saúde assimilem práticas de Gestão e de Preservação de Documentos Digitais, para garantir a autenticidade dos documentos e a integridade da cadeia de custódia das informações orgânicas. A gestão dos serviços e as políticas de saúde nacionais dependem dos registros de informações gerados nos serviços de saúde.

Os hospitais são responsáveis pelo registro de informações sobre uma comunidade. Um arquivo interno de um hospital aperfeiçoa os processos decisórios administrativos e assistenciais, além de possibilitar a integração com arquivos externos, ligados às redes e aos sistemas de saúde nacionais (Cunha et al., 2015a, b).

Se os agentes dos hospitais percebessem a importância da aplicação dos pressupostos e princípios arquivísticos no tratamento e na organização dos documentos e dos sistemas de arquivos de saúde, poderiam ser minimizados os entraves dos processos de planejamento, estruturação, liderança, monitoramento e avaliação dos sistemas nacionais e ainda se poderiam promover oportunidades para a Inovação Gerencial (IG) desses sistemas para a efetividade das políticas públicas (Cunha et al., 2013, 2015a, b; Cunha, 2014a, b). Assim, são recorrentes aos agentes de saúde e aos hospitais conhecer e adotar as políticas de informação e a legislação de arquivos.

O objetivo desta comunicação é apresentar o conhecimento e a adoção dos agentes de saúde e dos hospitais das políticas e da legislação de arquivos e de informação de saúde brasileira, através da informação obtida junto de agentes de três hospitais universitários. Os resultados representam uma parte dos resultados de várias pesquisas² em desenvolvimento, que serão utilizados para comparar o uso de mecanismos e estruturas de transferência de informações gerenciais entre hospitais universitários do Brasil e da Espanha.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é exploratória e descritiva com uma abordagem quali-quantitativa. O estudo é multirreferencial e articula aportes conceituais sobre informação em saúde com o processo de representação do conhecimento, com vistas à aprendizagem e à inovação organizacional dos hospitais das redes e dos sistemas nacionais de saúde (Cunha 2014a, 2016).

Esses aportes conceituais constituem as categorias operacionais dos grupos de um questionário aplicado aos agentes das áreas de assistência/clinica, administrativa, gestão de documentos e arquivos e de tecnologia da informação dos hospitais investigados. Foram utilizadas as técnicas de estatística descritiva (Vieira, 1999) associada a técnica de análise de conteúdo (AC) de Bardin (2011) para o tratamento e a análise das informações levantadas junto ao objeto empírico.

¹ Agente refere-se nesta investigação aos profissionais, pesquisadores, financiadores, usuários, instituições autoridades e a própria sociedade civil representada nos Conselhos de Saúde de uma esfera de governo.

² Pesquisas financiadas por: Edital FAPESB n.º 020/2013 – Programa de Pesquisa para o SUS: Gestão Compartilhada em Saúde – PPSUS – BA – FAPESB/SESAB/CNPq e Edital PROPCI-PROEXT- PROPG/UFBA 01/2013 PROUFBA – Programa Pense, Pesquise e Inove à UFBA. Edital PIBIC 2016-2017 UFBA.

A AC fundamenta as categorias operacionais a partir das revisões de bibliografia e de documentos, possibilitando as inferências e as interpretações acerca dos resultados obtidos. As categorias operacionais de análise são Gestão de Documentos, Políticas e Legislação de Arquivos e de Informação em Saúde, Aprendizagem e Inovação, consideradas como meios que promovem tecnologias avançadas de disseminação de informações para a gestão dos sistemas nacionais de saúde.

Foi solicitado aos respondentes o grau de concordância em relação a cada uma das 25 assertivas do Grupo 1 do questionário. As assertivas foram formuladas por meio da Escala Likert para obter o nível de concordância das perguntas de cada um dos respondentes. Se os respondentes assinalassem o grau 5 em todas as assertivas, “poder-se-ia inferir que todas as organizações hospitalares adotavam os melhores processos e procedimentos de tratamento e organização de documentos e sistemas de arquivos” (Cunha et al., 2015b, p. 5).

3. GESTÃO DE ARQUIVOS E POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE

A pesquisa aponta conhecimento e inovação, como fenômenos de ordem, desordem e organização no contexto de redes telemáticas (Cunha 2014a; Morin, 2005). Tais fenômenos são dependentes de dados e informações gerados, recebidos, registrados, acumulados e difundidos, por meio da adoção de boas práticas e assimilação de tecnologias avançadas de Gestão de Documentos, de Preservação Documental e da Aprendizagem Organizacional (AO) entre os agentes e os organismos produtores em saúde (e.g. de hospitais) (Cunha, 2014a, b).

A gestão e a preservação de documentos e a dos sistemas de arquivos estão relacionadas às diretrizes preconizadas nas políticas de informação e informática (PNIIS). No Brasil, a PNIIS tem o propósito de

[...] promover o uso inovador, criativo e transformador da tecnologia da informação, para melhorar os processos de trabalho em saúde, resultando em um Sistema Nacional de Informação em Saúde articulado, que produza informações para os cidadãos, a gestão, a prática profissional, a geração de conhecimento e o controle social, garantindo ganhos de eficiência e qualidade mensuráveis através da ampliação de acesso, equidade, integralidade e humanização dos serviços e, assim, contribuindo para a melhoria da situação de saúde da população (Brasil, 2004, p. 15, grifo nosso).

Para ser efetivo, é recomendável que o Sistema Nacional de Informação em Saúde (SNSI) se desenvolva por meio dos princípios, procedimentos e técnicas relacionadas aos processos de gestão e de preservação de documentos. A PNIIS traz diretrizes sobre a Gestão da Informação e a Integração de Sistemas para a efetividade dos serviços e do próprio SUS (Brasil, 2015; Cunha et al., 2015a).

A gestão dos sistemas de saúde nacionais dependem das informações geradas nas unidades de saúde. As ações para promover, prevenir e atender à saúde requer registros informacionais natu digitais autênticos e, assim, “apontam para a necessidade de políticas públicas voltadas para a gestão de documentos, que assegura racionalidade, eficiência e transparência administrativa” (Rodrigues, 2016, p. 149).

Os registros gerados, recebidos e acumulados nos hospitais são necessários para a tomada de decisões assistenciais e administrativas e para a formulação de políticas públicas. Esses registros estão em algum tipo de suporte (e.g. dos analógicos ou eletrônicos) e configuram os documentos. Para Moreiro González (2011, p. 13-14),

[...] os documentos nos proporcionam informação. Mas não geram conhecimento até que a sua mensagem seja alcançada e assimilada pelo usuário. Para que isso

aconteça, os originais devem processar-se mediante representações de seu conteúdo surgidas das técnicas de análise documental.

A Gestão e a Preservação Documental são basilares para o processo de AO, conseqüentemente, para o de Inovação Gerencial (IG). Tanto a Gestão e a Preservação de Documentos quanto os sistemas de arquivos são associados às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e, assim, podem promover a melhoria dos processos de trabalho em saúde.

Reconhecidamente, as TIC são suportes informáticos fundamentais para o sistema de gestão, que inclui a GD, e a Gestão da Informação, que compõe a Gestão do Conhecimento (Cunha et al, 2013; Cunha, 2014b). Entretanto, independentemente do suporte utilizado, a sustentabilidade de um organismo produtor depende do compartilhamento e da memória organizacional, que se verticaliza a partir dos processos da Gestão e da Preservação Documental (Cloonan, 2016; Duff, 2016; Iacovino, 2016).

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DA PESQUISA DE CAMPO

Os processos da Gestão e da Preservação Documental representam os insumos para o tratamento da informação orgânica e possibilitam uma efetiva Gestão do Conhecimento (Cunha et al., 2013; Santos, 2007). Ressalta-se que as TIC são uma forte aliada na construção de uma organização aprendente (Senge, 2010), desde que vinculadas aos processos de representação do conhecimento/informação, voltados à “simbolização notacional ou conceitual do saber humano”, no qual convergem técnicas de classificação, de indexação e do conjunto de artefatos “informáticos e linguísticos” (Cunha e Cavalcanti, 2008, p. 322).

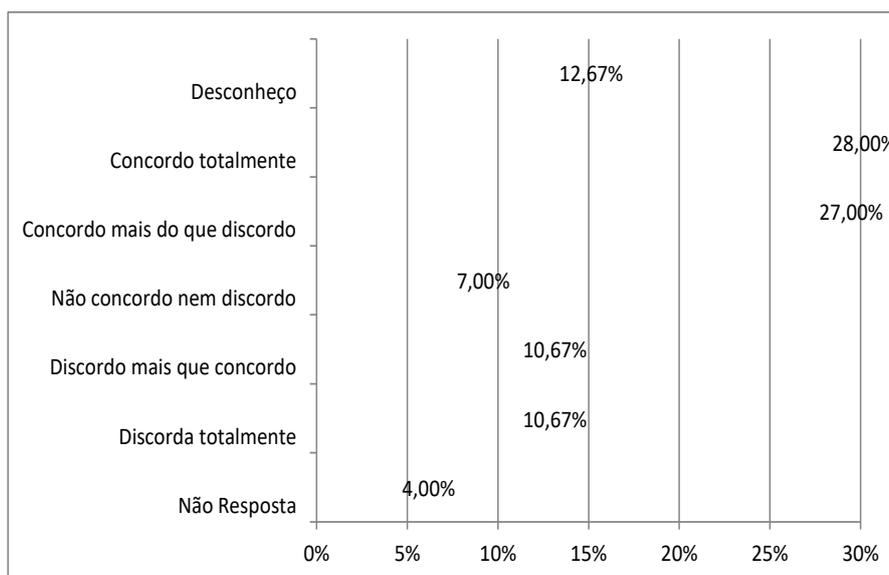


GRÁFICO 1 GESTÃO DE DOCUMENTOS, APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL E INOVAÇÃO GERENCIAL. FONTE: PESQUISA DE LEVANTAMENTO

As TIC, a exemplo dos documentos, dos sistemas de arquivos e dos bancos de dados viabilizam a criação de uma memória organizacional, capaz de captar, armazenar e recuperar conhecimentos gerais e específicos das ações do organismo produtor, favorecendo a Aprendizagem Organizacional (AO) e, por conseguinte, as Inovações Gerenciais (IG) (Cunha et al., 2013). Os resultados apontam que 55% dos respondentes concordam e concordam mais do que discordam que a GD é relevante para a AO e a IG (Gráfico 1).

É recomendável que os hospitais assimilem práticas sobre a autenticidade dos documentos gerados, recebidos e acumulados nos seus serviços; e sobre a integridade e a interoperabilidade da cadeia de

custódia documental das informações orgânicas, para as deliberações e a geração de conhecimento em saúde. Tal fato requer a assimilação de políticas e legislação sobre arquivos e informações para propiciar uma efetiva Gestão de Documentos de Arquivos.

No Gráfico 2 é revelado que apenas 36,67% dos respondentes concordam e concordam mais do que discordam em conhecer as políticas e a legislação sobre arquivos e informação. Enquanto, um percentual de 56,67% afirma desconhecerem, não concordarem nem discordarem, discordarem mais que concordam e discordam totalmente (Gráfico 3).

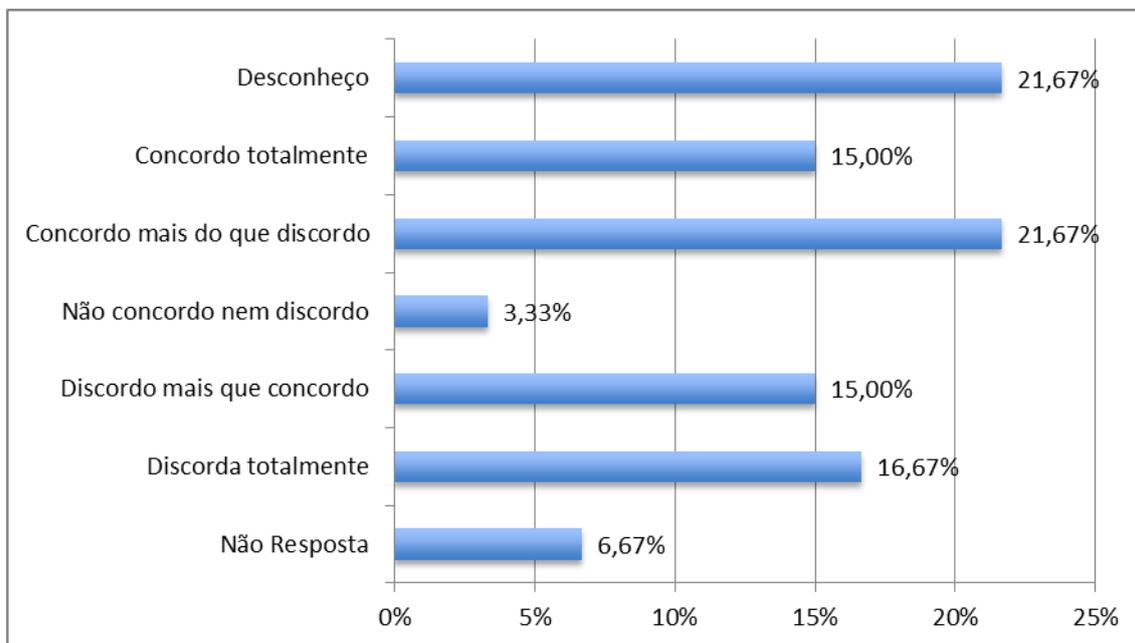


GRÁFICO 2 POLÍTICAS E LEGISLAÇÃO SOBRE ARQUIVOS E INFORMAÇÃO. FONTE: PESQUISA DE LEVANTAMENTO

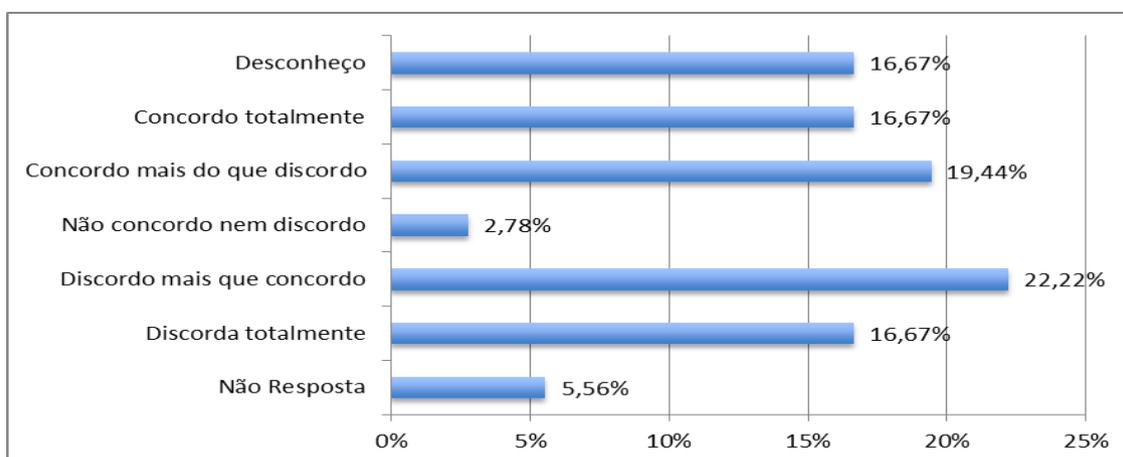


GRÁFICO 3 LEGISLAÇÃO DE ARQUIVOS. FONTE: PESQUISA DE LEVANTAMENTO

Quando solicitado aos respondentes se conhecem a legislação arquivística e se os setores de arquivos contribuem para a elaboração das diretrizes para a organização da documentação produzida, recebida e acumulada no hospital registrou-se um percentual similar ao do Gráfico 2. Um percentual de 36,11% dos respondentes concorda e concorda mais do que discordam que existem a adoção de legislação de arquivos. Enquanto, 58,34% afirmam desconhecerem, não concordarem nem discordarem, discordarem mais que concordam e discordam totalmente (Gráfico 3).

Tais resultados apontam uma precarização da qualificação dos processos de gestão documentos nos hospitais investigados. Iacovino (2016, p. 261) alerta para a “estreita conexão entre documento e

responsabilidade” com vistas às transparências relativas às prestações de contas organizacionais (i.e. accountability) e que os arquivos, uma vez estruturados, representam fontes confiáveis de informações.

No Gráfico 4 são apontados os resultados sobre Políticas de Informação em Saúde no Brasil. Os percentuais revelam que 37,50 dos respondentes concordam e concordam mais do que discordam com a adoção de políticas de informação. Enquanto, um percentual de 54,18% afirma desconhecer, não concordar nem discordar, discordar mais que concordar e discordar totalmente.

Conforme a Portaria de número 589 do Ministério de Estado da Saúde, de 20 de maio de 2015, a PNIIS é constituída de princípios e diretrizes, a saber:

[...] produção da informação em saúde; gestão da informação em saúde integrada e capaz de gerar conhecimento; [...]; descentralização dos processos de produção e disseminação da informação em saúde para atender às necessidades de compartilhamento de dados nacional e internacional e às especificidades regionais e locais (Brasil, 2015, p. 2, grifo nosso).

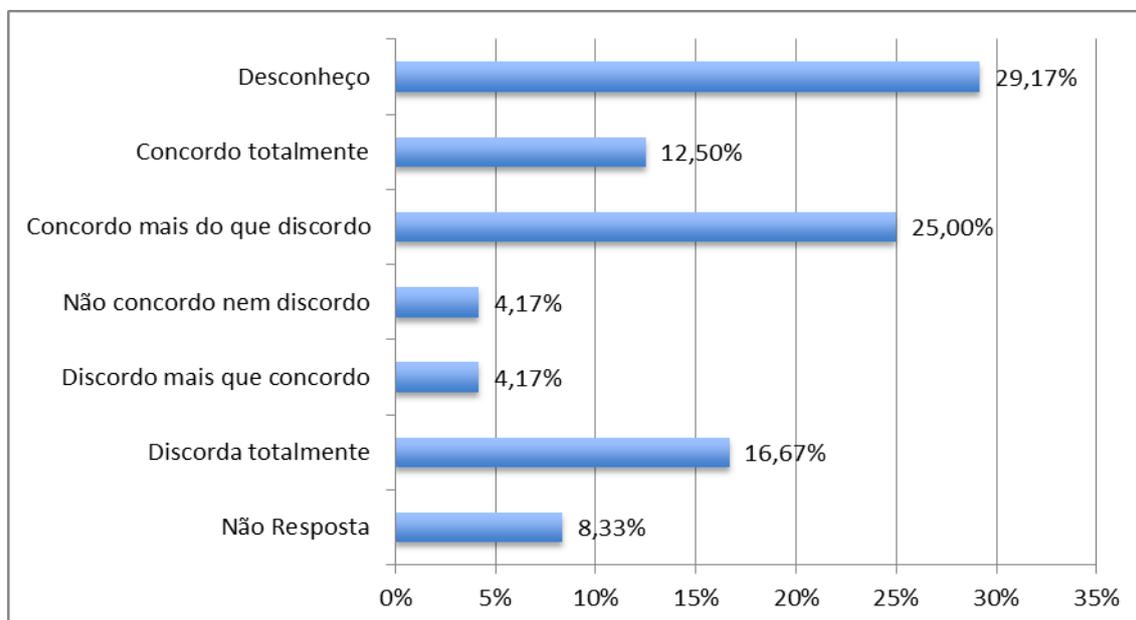


GRÁFICO 4 POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO. FONTE: PESQUISA DE LEVANTAMENTO

Os resultados revelados comprometem a interoperabilidade dos arquivos em saúde. Faz-se necessário despertar entre os agentes de saúde para a importância dos registros das informações dos hospitais. Estes registros possibilitam a geração do conhecimento sobre a realidade da saúde ou da doença do país.

A geração de conhecimentos potencializa a AO e as possíveis IG para os serviços, as redes e os sistemas de saúde nacionais. Para o alcance desta geração são necessários serviços de referência arquivística por estabelecerem “conexões entre as pessoas” e visarem “compreender e atender às necessidades individuais dos usuários” (Duff, 2016, p. 187).

É pertinente, também, os gestores de saúde compreendam que a manutenção da cadeia de custódia (i.e. da preservação dos arquivos) requer um conjunto de “ações tecnológicas” (e.g. migração e emulação), associada ao contexto de criação dos registros informacionais (Cloonan, 2016, p. 131). As práticas dos procedimentos técnicos relacionados a diplomática e a tipologia documental para a atestar a autenticidade dos arquivos são recorrentes.

A gestão qualificada dos arquivos garante a autenticidade e a manutenção da cadeia de custódia dos registros gerados, recebidos e acumulados. Ao que parece, as unidades de saúde investigadas urgem a assimilação dos procedimentos arquivísticos para o alcance da integridade, da manutenção, do uso e do compartilhamento dos registros informacionais em razão das suas atividades a propiciar a geração de conhecimento em saúde confiável.

5. CONCLUSÕES

A práxis sistêmica do fluxo informacional possibilita que as lideranças dos hospitais minimizem seus entraves de comunicação e, assim, disponibilizem os dados e as informações aos diversos sujeitos no contexto dos sistemas e redes nacionais de saúde. Tal práxis, associada às TIC (e.g. dos arquivos), configuram técnicas de gerenciamento avançadas.

As conclusões parciais evidenciam a inobservância da prática de gestão dos ativos intangíveis nos hospitais pesquisados; o desconhecimento dos gestores hospitalares sobre a legislação de arquivos e políticas de informação. Os resultados revelados apontam esforços regulares para qualificar os agentes dos hospitais investigados sobre Gestão de Documentos. É recorrente desenvolver estratégias para a difusão das políticas e legislação de arquivos e informação para o tratamento e a organização das informações orgânicas em saúde.

É necessário sensibilizar os gestores dos hospitais sobre a gestão da informação orgânica por meio da telemática, associando produtos e serviços informacionais (e.g. de documentos, banco de dados e sistemas de arquivos) para uma efetiva gestão em saúde (Cunha, 2014a, b). Recomenda-se a realização de ações estruturantes nos hospitais investigados, a exemplo de um Plano de Gestão e de Preservação de Documentos Digitais (PGPDD) para os organismos produtores de cuidados de saúde.

Este PGPDD pode ser compreendido como um dos esforços para minimizar os obstáculos entre os organismos produtores em saúde, no uso efetivo de tecnologias de gerenciamento avançado de produção, de circulação, de armazenamento e de acesso às informações gerenciais dos sistemas de saúde nacionais.

6. REFERÊNCIAS

- Bardin, L. (2011), *Análise de conteúdo*, Tradução de Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro, Edições 70, São Paulo.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2004), PNIIS - Política Nacional de Informação e Informática em Saúde; proposta versão 2.0; inclui deliberações da 12ª Conferencia Nacional de Saúde. Brasília, disponível em: <http://politica.datasus.gov.br/PolíticaInformaçãoSaúde%202.0%2029Março2004.doc> (acesso em: 01 julho 2015).
- Brasil. (1991). Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 jan. 1991, disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/legarquivos2006setembro.pdf>. (acesso em: 01/05/07).
- Brasil. (2015). Ministério da Saúde. Portaria nº 589, de 20 de maio de 2015. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.brasilsus.com.br/index.php/legislacoes/gabinete-do-ministro/3167-589gm>. (acesso em: 20 julho 2015).

- Cloonan, M.V. (2016), "Preservando documentos de valor permanente", in Eastwood, T. e Macneil, H. (Org.). *Correntes atuais do pensamento arquivístico*, Ed. UFMG, Belo Horizonte.
- Cunha, F.J.A.P. (2014a), "Gestão de documentos, aprendizagem e Inovação organizacional em hospitais", *Informação Arquivística*, Vol. 3 N. 2, pp. 29-42.
- Cunha, F.J.A.P. (2014b), "O complexus do conhecimento, inovação e comunicação em serviços de atenção à saúde", in Cunha, F.J.A.P., Lázaro, C.P. e Pereira, H.B.B. (Org.). *Conhecimento, inovação e comunicação em serviços de saúde*, EDUFBA, Salvador; FIOCRUZ, Rio de Janeiro, pp. 221-236.
- Cunha, F.J.A.P. (2016) *Informação, documentos, arquivos e repositórios em saúde: mecanismos de difusão de conhecimentos para as inovações gerenciais nos sistemas de saúde, projeto de pesquisa submetido a chamada universal do MCTI/CNPq Nº 01/2016, PIBIC 2016-2017 – UFBA, Salvador.*
- Cunha, M.B. e Cavalcanti, R.O. (2008). *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*, Briquet de Lemos, Brasília.
- Cunha, F.J.A.P., Ribeiro, N.M. e Pereira, H.B.de. (2013). "Records management: a basis for organizational learning and innovation", *TransInformação*, Vol. 25 N.2, pp. 159-165.
- Cunha, F.J.A.P., Lima, G.L.Q. e Oliveira, L.A.F. (2015a), "A gestão de documentos e a política brasileira de informação e informática em saúde". *Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, João Pessoa, PB.
- Cunha, F.J.A.P., Oliveira, L.A.F.A. e Lima, G.L. Q. (2015b). "A Função de Avaliação na Gestão Documental em Hospitais". *Revista Acervo*, Vol. 28 N. 2.
- Duff, W.M. (2016), "Mediação arquivística", in Eastwood, T. e Macneil, H. (Org.). *Correntes atuais do pensamento arquivístico*, Ed. UFMG, Belo Horizonte.
- España. (2012). *Sistema Nacional de Salud. España 2012*. Ministerio de Sanidad, Servicios Sociales e Igualdad. Ministerio de Sanidad, Servicios Sociales e Igualdad. *Sistema Nacional de Salud. España 2012* [monografía en Internet]. Madrid; 2012. Disponible en: www.msssi.gob.es (acesso em 05 novembro 2015).
- Iacovino, L. (2016), "Os arquivos como arsenais de responsabilidade", in Eastwood, T. e Macneil, H. (Org.), *Correntes atuais do pensamento arquivístico*, Ed. UFMG, Belo Horizonte.
- Moreiro González, J.A. (2011). *Linguagens documentárias e vocabulário semânticos para a web: elementos conceituais*, EDUFBA, Salvador.
- Morin, E. (2005). *O método 1: A natureza da natureza*, Sulina, Porto Alegre.
- Rodrigues, A. C. (2016). "Identificação arquivística como requisito da gestão de documentos: contribuição para a aplicação da Lei de acesso à informação no Brasil", in Cuervas-Ceveró, A., Simeão, E. e Linhares, R. (Org.). *Informação e inovação para a pesquisa e desenvolvimento social*. EDUNIT, Aracaju.
- Santos, V.B.dos. (2007). "A prática arquivística em tempos de gestão do conhecimento", in Santos, V.B.dos, Innarelli, H.C. e Sousa, R.T.B.de. (Org.). *Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento*, SENAC, Brasília.
- Senge, P. (2010). *A quinta disciplina: arte e prática da organização que aprende*, Best Seller, São Paulo.

Vieira, S. (1999). Princípios de estatística, Guazzelli, São Paulo.

INFORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO BRASIL: GRANDES BARREIRAS A ULTRAPASSAR

Maria Cristina Figueiredo Aguiar Guasti

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo

Nos últimos anos o Brasil vem criando e ampliando diversas políticas de ação afirmativa com vistas a adequar-se às exigências mundiais de diminuição da pobreza absoluta, de acesso ao trabalho e à educação em todos os níveis, em especial, de favorecer o acesso à educação de nível superior para as populações que até então estavam à margem deste processo, devido às grandes disparidades entre o ensino oferecido pelas escolas públicas e particulares e posteriormente, pelo sistema de vestibulares que eram altamente excludentes para as camadas populares, oriundas das escolas públicas. Este trabalho discute esta nova condição oferecida a partir das políticas de ação afirmativa, olhando especialmente o aspecto da falta de políticas de informação básica, que possam alcançar as populações mais distantes dos grandes centros, estudantes de escolas públicas, que nem sequer chegam a conhecer seus novos direitos, instituídos por Lei Federal 12.711/2003, que abre a possibilidade desses alunos de concorrer a uma vaga nas Instituições de Ensino Superior públicas, através de cotas sociais e raciais. Como resultado, um esvaziamento das salas de aulas das universidades, que nos últimos anos praticamente dobraram o número de vagas nos cursos já existentes, além de abrir centenas de novos cursos nas mais diversas áreas do conhecimento, gerando assim tanto o desperdício do dinheiro público, quanto a continuidade da desigualdade social já estabelecida, uma vez que milhares de estudantes que poderiam estar usando os direitos assegurados pela Lei, e com isso, garantindo um futuro melhor para si mesmos e para seus descendentes, concretizando assim os principais objetivos das políticas de ação afirmativa no ensino superior, não obstante, nem sequer ficam sabendo que este direito existe e como devem e podem fazer para acessá-lo. Neste sentido, discute-se também aqui a ineficácia das políticas de ação afirmativa desacompanhadas de uma política de informação que garanta sua aplicabilidade e aproveitamento. Ações de governo que são pensadas de forma plana, ou seja, considerando que todos os indivíduos, mesmo vivendo em condições de extrema desigualdade social, terão as mesmas condições de usufruir das oportunidades criadas, geram de maneira geral, um mal uso do dinheiro público, uma sensação de frustração nas pessoas que lutaram para que tais ações fossem implementadas, uma vez que a maioria dos seus potenciais usuários jamais chegam a usufruí-las e por fim, geram um desgaste da própria política uma vez que ao longo dos anos se chegará a resultados menos expressivos para a sociedade do que aqueles que foram projetados inicialmente. Uma das soluções propostas é a criação de uma política de informação e incentivo que seja implementada juntamente com as cotas, para que se possa assim, garantir que todos os potenciais usuários terão acesso às informações necessárias, para que façam uso de seus direitos e os compreendam como são: direito adquiridos e não ajudas imerecidas, ou benefícios indevidos, como alguns ainda acreditam que eles sejam.

Palavra-chave: Políticas de ação afirmativa-informação, Política de informação – Políticas de ação afirmativa, Políticas de ação afirmativa – Ensino Superior Brasileiro, Ensino superior – Acesso à informação.

Abstract

In the last years Brazil has been creating and expanding a number of affirmative action policies in order to adapt to the global requirements of reduction of absolute poverty, in accessing the labor and education at all levels, in particular, to promote access to education top level for populations who until then were outside that process, due to the large gap between the education offered by public and private schools and later, by the vestibular system that were highly exclusive to the popular classes, coming from public schools. This paper discusses this new condition offered from affirmative action policies, especially focusing on the aspect of the lack of basic information policies, seeking to reach the most distant populations of large centers, public school students who did not even get to know their new rights, instituted by Federal Law 12,711 / 2003, which opens the possibility of these students to compete for a job in public higher education institutions, through social and racial quotas. As a result, an emptying of the classrooms of universities, which in recent years nearly doubled the number of vacancies in existing courses, and open hundreds of new courses in several areas of knowledge, thus generating much public money waste, for continuity of social inequality already established, since thousands of students who might be using the rights guaranteed by law, and thereby ensuring a better future for themselves and their descendants, thus realizing the main objectives of action policies affirmative in higher education. Notwithstanding, much of the potential students are not even aware that this right exists and how can and must do to access it. In this sense, is also discussed here the ineffectiveness of unaccompanied affirmative action policies of an information policy to ensure its applicability and use. Government actions that are designed in isolation, that is, considering that all individuals, even living in conditions of extreme social inequality, have the same conditions to have the opportunities created, generate in a general way a misuse of public money, a sense of frustration in people who fought for such actions to be implemented, since most of its potential users never get to use them and finally generate degradation of the policy itself since over the years it will come to less significant results to society than those who were initially designed. One of the solutions proposed is the creation of an information and incentive policy implemented along with affirmative action policies, so that one can thereby ensure that all potential users will have access to the necessary information, to make use of their rights and understand how are rights acquired and not undeserved aid or undue benefits, as some still believe that they are.

Keywords: affirmative-action policies information,. Information policy - affirmative action policies, Policies of affirmative action - the Brazilian Higher Education, Higher education - access to information.

1. INTRODUÇÃO

Ao me aproximar das teorias que balizam as políticas de ação afirmativa ou discriminação positiva, me deparo com um território coberto por controvérsias e disputas que variam bastante tanto na forma quanto na finalidade. Neste sentido torna-se imprescindível esclarecer a origem da necessidade de se ter tais políticas no Brasil nos dias atuais.

Conforme as experiências com o princípio da igualdade perante a lei, definido nos moldes da escola liberal oitocentista, demonstraram que a igualdade formal proposta, não passava de mera ficção, como afirma Gomes (2001) isso porque, por si só, ela não é suficiente para equalizar as oportunidades entre as pessoas que se encontram em condições de evidente desigualdade social; surge a discussão sobre a necessidade de se garantir a igualdade de condições, ou igualdade substancial.

O modelo liberal garante somente a vedação da desigualdade, o que não chega a impedir que ela continue a se perpetuar, portanto, não garante a igualdade de fato entre as pessoas.

Começa assim, a esboçar-se o conceito de igualdade material ou substancial que, longe de se apegar ao formalismo e à abstração da concepção igualitária do pensamento liberal oitocentista, recomenda, inversamente que se levem na devida conta as desigualdades concretas, existentes na sociedade, devendo as situações desiguais ser tratadas de maneira dessemelhante, evitando-se assim o aprofundamento e a perpetuação de desigualdades engendradas pela própria sociedade. Produto do Estado Social de Direito, a igualdade substancial ou material propugna redobrada atenção por parte dos aplicadores da norma jurídica à variedade das situações individuais[...] o direito passou a conferir “droit de cité” à ideia de “igualdade de oportunidades”, noção justificadora de diversos experimentos constitucionais pautados na necessidade de se extinguir ou de pelo menos mitigar o peso das desigualdades econômicas e sociais e, conseqüentemente, de promover a justiça social.(GOMES, 2001, p. 4)

Desta forma, compreendo que a base jurídica que sustenta atualmente as políticas de ação afirmativa, vem sendo discutida e estabelecida desde muito tempo, suas conclusões, não se baseiam em experimentos daqui ou dali, mas em séculos de utilização do modelo anterior, baseado exclusivamente na igualdade formal, que, embora hoje não sirva mais aos interesses do Estado Democrático de Direito, houve época, em que representou grandes mudanças que foram também muito importantes para que chegássemos até aqui, considerando a história social e política do Ocidente.

Neste contexto histórico, social e político, surgem

Essas políticas sociais, que nada mais são do que tentativas de concretização da igualdade substancial ou material, dá-se a denominação de “ações afirmativas” ou, na terminologia do direito europeu, de “discriminação positiva”. (GOMES, 2001, p.5)

Entre as dezenas, talvez centenas de definições que também podem muito bem esclarecer as características e condições apresentadas pelas ações afirmativa, a definição que elegi para usar neste estudo apresenta alguns argumentos que considero bastante relevantes, por suas especificidades:

Conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização

do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e emprego. (GOMES, 2005, p.9-10)

Na definição fornecida pelo eminente jurista supra citado, observo alguns aspectos fundantes das ações afirmativas: a) o combate à discriminação de qualquer natureza; b) a tentativa de corrigir ou mitigar os efeitos da discriminação ocorrida no passado e finalmente; c) a busca pela efetiva igualdade material e substantiva, que transcende a igualdade meramente formal.

Igualdade material, corresponde ao ideal de justiça como reconhecimento de identidades (igualdade orientada pelos critérios de gênero, orientação sexual, idade, raça, etnia, e demais critérios. (PIOVESAN, 2005, p.47).

Nesta definição, pode-se encontrar indicadores relevantes que facilitam a compreensão tanto da natureza das ações afirmativas quanto dos fatores impulsionadores de sua implementação.

Embora se tenha todo o arcabouço teórico capaz de proporcionar claro entendimento sobre a necessidade de implementação destas políticas de ações afirmativas, observa-se que,

Em nenhum Estado Democrático, até a década de 60, e em quase nenhum até esta última década do século XX se cuidou de promover a igualação e vencerem-se os preconceitos por comportamentos estatais e particulares obrigatórios pelos quais se superasse todas as formas de desigualação injusta. Os negros, os pobres, os marginalizados pela raça, pelo sexo, por opção religiosa, por condições econômicas inferiores, por deficiências físicas ou psíquicas, por idade, etc. continuam em estado de desalento jurídico em grande parte do mundo. (ROCHA, 1996, s./p.)

Esta fala nos apresenta a dura realidade em que vivem as populações que são alvo das desigualdades sociais e ainda mais, demonstra o nível de dificuldade na sua implementação, posto que, ao mitigar ou suprimir as desigualdades, os espaços de poder, antes garantidos a 'alguns', passarão necessariamente a ser almejados por todos, e isso, obviamente não interessa aos que se beneficiam das desigualdades por uma infinidade de razões.

Entretanto, se vivemos em uma sociedade democrática, temos que lutar para que os ideais democráticos sejam alcançados,

A implementação do direito à igualdade é tarefa fundamental em qualquer projeto democrático, já que em última análise a democracia significa a igualdade, seja no exercício dos direitos civis, políticos, econômicos, ou mesmo nos sociais e culturais [...] Se a democracia se confunde com a igualdade, a implementação do direito à equidade, por sua vez, impõe tanto 1. O desafio de eliminar toda e qualquer forma de discriminação, como, 2. O desafio de promover o nivelamento dos direitos entre os semelhantes. (PIOVESAN, 2005, p.25).

Enquanto não alcançarmos os objetivos almejados pela democracia que nos é tão cara, não poderemos descansar desta luta, posto que ainda encontra-se incompleta, inacabada em alguns dos seus mais valiosos pilares de sustentação.

2. SOBRE AS PRIMEIRAS INICIATIVAS CONHECIDAS

Quanto à origem geográfica das ações afirmativas ou discriminações positivas, se percebe a primeira das controvérsias sobre o tema. Alguns autores como Sowel (2004) e Carvalho (2006) entre outros, afirmam que seu surgimento se deu Índia, ainda, na primeira metade do século XX, mais especificamente entre os

anos de 1920 e 1948. Não obstante, grande parte dos autores, como afirma Jensen (2010), consideram que as ações afirmativas surgiram inicialmente nos Estados Unidos da América, por volta dos anos de 1960 e que elas se popularizaram, em virtude de terem sido geradas a partir dos distúrbios sociais, causados pelas leis segregacionistas e pela consequente mobilização do movimento negro, em busca da garantia dos direitos civis.

Nos Estados Unidos, essas políticas foram pensadas na esteira de grande pressão do Movimento dos Direitos Civis. Havia um movimento social [...] que passou necessariamente pelo reconhecimento da legitimidade da luta dos negros por uma sociedade com maior diversidade étnica e cultural. (PAIVA, 2004, p.17)

Independente do local e da ocasião de seu surgimento, em todos os países nos quais as ações afirmativas/discriminações positivas têm sido utilizadas, em geral, possuem objetivos comuns. É necessário ressaltar ainda, que ao redor do mundo vários países vêm desenvolvendo diferentes modalidades de ações afirmativas pelas mais distintas razões.

Experiências semelhantes ocorreram em vários países da Europa Ocidental, na Índia, Malásia, Austrália, Canadá, Nigéria, África do Sul, Argentina, Cuba, dentre outros. Na Europa, as primeiras orientações nessa direção foram elaboradas em 1976, utilizando-se freqüentemente a expressão “ação ou discriminação positiva. Em 1982, a “discriminação positiva” foi inserida no primeiro Programa de Ação para a Igualdade de Oportunidades” da Comunidade Econômica Européia (Centro Feminista de Estudos e Assessoria, 1995, Estudos Feministas, 1996). Nesses diferentes contextos, a ação afirmativa assumiu formas como: ações voluntárias, de caráter obrigatório, ou uma estratégia mista; programas governamentais ou privados; leis e orientações a partir de decisões jurídicas ou agências de fomento e regulação. Seu público-alvo variou de acordo com as situações existentes e abrangeu grupos como minorias étnicas, raciais, e mulheres. As principais áreas contempladas são o mercado de trabalho, [...] o sistema educacional, especialmente o ensino superior; e a representação política.[...] O mais conhecido é o sistema de cotas, que consiste em estabelecer um determinado número ou percentual a ser ocupado em área específica por grupo(s) definido(s), o que pode ocorrer de maneira proporcional ou não, e de forma mais ou menos flexível. (MOEHLECKE, 2002, s./p.)

Pelo que posso observar tais políticas são hoje um caminho a ser trilhado, independente de que parte do planeta se comece a caminhar. Pelas disparidades cada dia maiores, pelo aprofundamento da crise social causada pelas desigualdades sociais espalhadas mundo a fora, as ações afirmativas se tornaram uma necessidade e uma possibilidade de melhorias nos quadros que presenciamos atualmente.

3. O ALCANCE DA IGUALDADE MATERIAL

No que tange o alcance da igualdade material, será necessário primeiro caracterizar o que chamamos de igualdade.

A regra da igualdade não consiste senão em quinhão desigualmente os desiguais, na medida que se desiguam. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei de igualdade. Tratar desigualmente os iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualmente aparente, e não, igualmente real. (GOMES, 2001, p.55)

No Brasil, a igualdade enquanto princípio Constitucional, segundo Moehlecke (2002) e Atchabahian (2006), já se encontra presente na Constituição desde o período do Império.

As constituições brasileiras, desde o tempo do Império, estabeleceram o princípio da igualdade como igualdade perante a lei [...] a lei e sua aplicação tratam a todos por igual, sem privilegiar qualquer grupo ou indivíduo. (ATCHABAHIAN, 2006, p.61)

Não obstante, o que percebe-se a partir da fala de Gomes (2005) é que embora o conceito já estivesse presente na Constituição desde os remotos tempos do Brasil Imperial, este fato não foi suficiente, nem para impedir que a desigualdade grassasse sobre o nosso país, nem para garantir que o contrário se impusesse, pelo simples fato de constar do texto Constitucional.

Muito pelo contrário: se na Constituição Imperial outorgada de 1824, no seu artigo 179, §32º, a instrução primária aparece como gratuita a todos os cidadãos e se, pelo artigo 10º, §2º do Ato Adicional de 1834 a garantia dessa educação torna-se dever das províncias, três anos mais tarde o Presidente da Província do Rio de Janeiro, que abrigava a capital do império, ao legislar sobre o acesso às escolas públicas desta província sanciona a Lei 1, de 4 de janeiro de 1837, que no seu artigo 3º, rezava que:

Art.3º. São proibidos de frequentar as escolas públicas [...]

2º Os escravos, os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos. (SISS, 2011, p.15).

E contra os ex-escravizados após serem “libertos”, muitas outras aberrações foram consentidas como absolutamente legais e normais.

Ainda que não houvesse uma terceira categoria de indivíduos, segundo a Constituição de 1824, [...] os poderes públicos da época identificavam os ex-escravos não como cidadãos livres, mas como liberto. Esta categoria, portanto, ao identificar um ex-escravo, identificava um indivíduo negro. Sua condição livre tem um reconhecimento social não de cidadão livre posto que o adjetivo rotulava agora não a sua condição civil, mas a raça a que pertencia [...] As posturas Municipais então, regravam os espaços, o lazer e o trabalho para toda a sociedade [...] referindo-se aos indivíduos africanos, escravos ou livres, e a seus descendentes, para restringir a ocupação dos espaços, de trabalho ou de lazer, o que estabelecia o reconhecimento social do pertencimento à raça negra e não a este ou aquele sujeito social (cidadão ou escravo) [...] É proibido ao negociante de molhados consentir em seus negócios pretos e cativos sem que estejam comprando. O negociante sofrerá multa.

Postura Municipal da Cidade de São Paulo, 1875, art. 155: “Todos os que tiverem casas de negócios não poderão ter nelas cativos como caixeiros ou administradores, sob pena de 10% de multa. (BERTÚLIO, 2009, p. 36-37)

Neste trecho pode-se perceber que o nascimento das desigualdades sociais entre brancos e negros no Brasil não passa apenas pelo longo período de escravização, a abolição da escravatura, deu aos negros uma nova posição de subalternidade.

E eu diria ainda mais, uma subalternidade absolutamente desamparada, posto que, além de terem suas vidas atreladas agora a uma nova condição 'racial', seu espaço de trabalho e lazer passou a ser circunscrito através das normas públicas.

Mais de 300 anos de escravismo resultaram na concentração dos brasileiros não-brancos nas áreas mais atrasadas do país, e sua restrição a um status subordinado [...] Após a abolição final, o racismo, a discriminação, e a segregação geográfica dos

grupos raciais bloquearam os principais canais de mobilidade social ascendente, de maneira a perpetuar graves desigualdades raciais e a concentração de negros e mulatos no extremo inferior da hierarquia social. (HASENBALG,1979, p.223)

Como consequência tardia dessas desigualdades acumuladas ao longo dos séculos no Brasil, as populações frontalmente atingidas se mantiveram durante muito tempo sem condições de reagir e mudar a realidade.

Tais fatos comprovam que proibir a discriminação não garante a igualdade, bem como a “vedação da desigualdade ou da invalidade do comportamento motivado por preconceito manifesto, comprovado ou “comprovável” não pode ser considerado o mesmo que garantir a igualdade jurídica.”(GOMES,2005, p.28)

[...] que se opere uma transformação no comportamento e na mentalidade coletiva, [...] o de induzir transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica, aptas a subtrair do imaginário coletivo a ideia de supremacia e de subordinação de uma raça em relação à outra, do homem em relação à mulher [...] de um lado essas políticas simbolizariam o reconhecimento oficial da persistência e da perenidade das práticas discriminatórias e da necessidade de sua eliminação [...] têm como objetivo não apenas coibir a discriminação do presente, mas sobretudo eliminar os ‘efeitos persistentes’ [...] da discriminação do passado que tendem a se perpetuar. (GOMES, 2005, p.29-30)

Isso porque não se pode imaginar igualdade de direitos, entre seres humanos expostos à desigualdade de oportunidades. Condições muitas vezes, degradantes às quais está exposta, há séculos, uma parcela considerável da população.

No Brasil, aos libertos não foram dadas nem escolas, nem terras, nem empregos. [...] Dezenas de anos após a abolição, os descendentes de escravos ainda viviam nas fazendas, uma vida pouco melhor do que a de seus antepassados escravos. [...] As conseqüências disso foram duradouras para a população negra [...] [...] A libertação dos escravos não trouxe consigo a igualdade efetiva. Essa igualdade era afirmada nas leis mas negada na prática. (CARVALHO, 2006, p.52-53).

Não se trata, portanto de discutir apenas a igualdade “nos termos da lei” ou o que diz a legislação a respeito da igualdade, trata-se de buscar garantir que a igualdade se aprofunde e se enraíze na sociedade, de tal forma que rompa definitivamente com a história de desigualdades que vem se desenrolando neste país.

Cuida-se nos dias atuais de se consolidar a noção de igualdade material e substancial [...] uma noção ‘dinâmica’, ‘militante’ de igualdade, na qual necessariamente são devidamente pesadas e avaliadas as desigualdades concretas existentes na sociedade, de sorte que as situações desiguais sejam tratadas de maneira dessemelhante, evitando-se assim o aprofundamento e a perpetuação de desigualdades engendradas pela própria sociedade.(GOMES, 2005, p.4).

Segundo Gomes (2005) e Atchabahian (2006), ações afirmativas são primeiramente, aquelas que buscam garantir a igualdade material, ou seja, aquela palpável, observável física e concretamente na vida das pessoas. Independente da sua origem ou daquilo que até então, era possível esperar para elas.

Para além do combate à discriminação e, portanto, à instituição das bases para o alcance da igualdade posso ainda citar como objetivo das ações afirmativas,

O engendramento de transformações culturais e sociais [...] trata-se em suma de um mecanismo sócio-jurídico destinado a viabilizar primordialmente a harmonia e a paz social [...] e robustecer o desenvolvimento econômico do país. (GOMES, 2005, p.6).

Parafraseando Gomes (2005), as ações afirmativas, têm uma eficácia bastante abrangente, tanto nas iniciativas do presente, com vistas a corrigir distorções do passado, quanto para prevenir, coibir e mesmo modificar as ações futuras, eliminando com o passar do tempo a condição de desigualdade tão naturalizada.

O Brasil foi um dos últimos países do mundo a abolir a escravidão, e ao aboli-la, o fez de forma cínica e cruel. Não garantiu o direito à terra e à propriedade [...] É justamente porque a discriminação se dá pela cor que a mobilidade social deve levar em conta a etnia. Há que se considerar que a pobreza atinge principalmente os negros. Exatamente porque são as principais vítimas da discriminação. Por fim, há que se enfrentar as condições educacionais dessa população, visto que não é a falta de capacidade intelectual que mina as chances do negro na sociedade, mas a falta de oportunidade de acesso ao conhecimento. Os jovens pobres das periferias [...] Querem ações afirmativas. Querem ferramentas para construir sua própria história. Querem o pagamento de uma dívida que vem sendo arrolada há 505 anos. (SANTOS FREI, 2005, p.16)

Observa-se, assim, que as políticas públicas de ação afirmativa são multidimensionais, ou seja, se deslocam por diversos caminhos sociais, econômicos, políticos e culturais, tanto no sentido de reconhecer a existência em si da discriminação e das conseqüentes desigualdades, quanto no sentido de combatê-la e proporcionar condições para a sua extinção e para possibilitar as mudanças sociais necessárias, afim de que uma nova realidade se evidencie, afinal,

Não se pode pegar um homem que ficou acorrentado por anos, libertá-lo das - cadeias, conduzi-lo, logo em seguida, à linha de largada de uma corrida, dizer você é livre para competir com os outros, e assim pensar que age com justiça. [Discurso proferido pelo Presidente Lyndon Johnson aos formandos de Howard University, em 1965] (FERES JUNIOR, 2006, p. 30)

Quer seja pensando em mitigar ou reparar as desigualdades do passado, quer seja no sentido de promover um presente e um futuro livres das desigualdades e de suas nefastas conseqüências para a sociedade como um todo, as ações afirmativas, sem dúvida podem ser uma boa escolha para alcançarmos novas condições de equidade entre as pessoas, maiores e melhores possibilidades de ascensão social pelo mérito, não mais aquele “mérito” herdado, garantido pela desigualdade, mas o mérito conquistado, através de iguais condições de aquisição do saber, do poder, do respeito e da respeitabilidade.

4. AÇÕES AFIRMATIVAS: O RECONHECIMENTO NO CASO BRASILEIRO

No Brasil, posso afirmar que a adoção de ações afirmativas vem sendo uma tarefa árdua, transpassada por muitas lutas, e que ainda não chegamos a todos os grupos que necessitam ser alcançados, contudo a cada modalidade implementada, a cada resultado positivo que se constitui, mais perto ficamos de uma maior visibilidade dos aspectos positivos dessas ações.

No caso brasileiro, as desigualdades sociais estão estampadas praticamente em todas as esquinas, de todas as cidades grandes ou pequenas. Vêm de longe e têm múltiplas causas como tenho mencionado neste texto.

A desigualdade entre brancos e negros é hoje reconhecida como uma das mais perversas dimensões do tecido social no Brasil. A extensa e periódica divulgação de indicadores socioeconômicos, sob responsabilidade de organismos de estatística e de pesquisa como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), ou o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), mostra que grandes diferenças raciais marcam praticamente todos os campos da vida social brasileira. Seja no que diz respeito à educação, saúde, renda, acesso a empregos estáveis, violência ou expectativa de vida, os negros se encontram submetidos às piores condições. (JACCOUD, 2008, p. 135)

Certamente, a tentativa de explicar as possíveis razões de tamanha desigualdade não conseguirão dar conta de dois aspectos importantes, o primeiro é abranger todos os intrincados caminhos que concomitantemente formaram a atual realidade; o segundo aspecto e mais relevante neste caso é o fato de que buscar explicações para a desigualdade não poderá por si só, eliminá-la ou minimamente mitigar suas consequências na vida social brasileira.

As discussões acerca da necessidade de educação do povo brasileiro, vem de muito longe. No início do século XX, o educador e antropólogo Eduardo Roquette-Pinto (1884-1954) já afirmava que o principal problema do povo brasileiro não era a cor de sua pele, mas a “deficiência do ensino” e ainda, conforme (LIMA; SÁ, 2007,p.80) afirmava: “a antropologia prova que o homem no Brasil precisa ser educado, e não substituído”. Crítica esta que ocorreu em função do objetivo de ‘branquear’ a população brasileira através da imigração europeia como forma de ‘melhorar’ as condições de civilização e progresso do Brasil pós abolição.

5. AS PRIMEIRAS INICIATIVAS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

No Brasil, as políticas de ação afirmativa/discriminação positiva nas universidades públicas, surgiram pela primeira vez na década de 1980 do século XX com a chamada Lei do Boi, que nem de longe conseguiu criar um consenso sobre o assunto, menos ainda solucionar a questão do acesso às universidades,

Historicamente as políticas voltadas aos alunos carentes nas universidades públicas são mal aplicadas. Durante muitos anos os administradores das universidades públicas destinaram aos latifundiários 50% das vagas reservadas pela Lei do Boi nos cursos de Agronomia e Veterinária aos filhos de agricultores residentes na zona rural. [...] A Lei do Boi nunca atendeu os fins sociais a que se destinava e acabou sendo revogada em 1985 através de um movimento dos estudantes gaúchos (SIQUEIRA, 2008, p. 88)

Pela ineficácia da proposta e possivelmente por algumas distorções que a proposta original tenha sofrido, esta iniciativa foi abandonada a pedido dos estudantes.

Desde então, o Brasil aderiu a diferentes tratados internacionais no sentido de promover a democratização do ensino superior em busca de melhorias no Índice de Desenvolvimento Humano do país, entre outras razões.

No Brasil essas políticas surgem como uma resposta ao problema da sub-representação de segmentos minoritários na educação superior, entre eles, os negros. Essas políticas contaram com o apoio e/ou participação do governo, de

organismos internacionais e da sociedade civil (movimento negro, intelectuais, artistas e outros setores [...]). Esses diferentes grupos influenciaram na forma como as ações afirmativas estão sendo implantadas no Brasil. (GONÇALVES, 2008, p. 274)

Contudo, entre a assinatura desses tratados e o início efetivo das ações, muito tempo se passou e pela falta de regulamentação federal sobre o tema, no período entre os anos de 2002 a 2012, as Instituições de Ensino Superior – IES Públicas, de um modo geral, criaram seus próprios modelos de ações afirmativas, levando em consideração, aspectos regionais ou locais e em algumas universidades estaduais públicas, as ações afirmativas foram delimitadas a partir de leis estaduais que definiram suas características, tal situação gerou uma grande variedade de modelos.

Nota-se que antes mesmo da Lei Federal nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, a maioria das universidades públicas brasileiras, já contavam com diferentes formas de acesso diferenciado. Este acesso diferenciado de modo geral, procurava atender às demandas locais como se percebe,

O público-alvo mais beneficiado são: os estudantes de escolas públicas, com 48 universidades, seguidos de indígenas, com 40, negros, com 36, deficientes físicos, com 15, quilombolas com 6, residentes no interior do estado, com 6, e renda com somente 1. (MACHADO; SILVA, 2010, p.41)

A partir da aprovação da Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, todas as Instituições de Ensino Superior Públicas (IES) públicas deverão se adequar às novas regras, num prazo de até quatro anos, a partir da data de sua publicação. Sendo assim, a partir de agora, haverá um único sistema de reserva de vagas, válido e compulsório para todas as IES públicas e facultativo para as IES particulares.

Tal fato deverá dar mais estabilidade às Instituições, mesmo porque, antes da promulgação da referida lei, o Supremo Tribunal Federal, já havia julgado constitucional o sistema de reservas de vagas nas universidades, o que dirime totalmente as dúvidas a este respeito e fortalece a aplicação desta modalidade de ação afirmativa.

Contudo, o que nos traz a esta reflexão é o fato de que esta importantíssima iniciativa do Governo Federal no sentido de dar acesso diferenciado aos estudantes oriundos de escolas públicas, quer sejam pretos, pardos, indígenas ou brancos de baixa renda foi elaborada e implementada de forma isolada, do ponto de vista do direito à informação.

A Lei 12.711/03 por si só é imprescindível para que alcancemos nossos objetivos como nação democrática que somos, contudo, num país de dimensões continentais como o Brasil, como podemos supor que estes novos direitos dos estudantes oriundos das camadas mais pobres da população chegarão a eles, nos rincões deste país, nas escolas precaríssimas que atendem grande parte do interior do país?

Sem que haja de forma planejada e assim estruturada uma instrução normativa adjacente à própria Lei, que garanta não apenas o seu cumprimento no prazo de até quatro anos de sua promulgação, necessitamos também que esta implementação necessariamente inclua a divulgação irrestrita desta Lei e de todos os direitos que ela garante, a todas as escolas públicas do país, inclusive e principalmente àquelas que se localizam em lugares mais longínquos ou de maior risco social para que assim, os destinatários desta Lei saibam que ela existe e que eles poderão fazer uso dela em primeiro lugar, e também, uma vez incluídos nas IES públicas, sejam capazes de argumentar e esclarecer a razão de estarem ali.

Sem a conjugação de ações de criação e garantia dos direitos e a devida divulgação dos mesmos a todos e todas que possam vir a ser destinatários deles, continuaremos ainda por muito tempo assistindo a

subrepresentação de grande parte da população brasileira nos bancos das IES públicas, o que contribuirá para a manutenção da desigualdade social em nosso país, independente da existência da Lei.

6. REFERÊNCIAS

- ATCHABAHIAN, Serge. Princípios da igualdade e ações afirmativas. São Paulo: RCS Editora, 2006.
- BERTÚLIO, Dora Lúcia de Lima. Racismo e desigualdade racial no Brasil. In: DUARTE, Evandro C. Piza;
- BERTÚLIO, Dora Lúcia de Lima; SILVA, Paulo Vinícius B.da. (Coord.) Cotas raciais no ensino superior: entre o jurídico e o político. Curitiba: Juruá, 2009.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5465-3-julho-1968-358564-norma-pl.html>. Acesso em: 02/Out./2014.
- CARVALHO, José Jorge de. Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior. 2 .ed. São Paulo: Attas, 2006.
- FERES JUNIOR, João; ZONINSEIN, Jonas.(Org.) Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2006.
- GOMES, Joaquim B. Barbosa. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. 2005. Disponível em <<http://www.neab-proafro.uerj.br/arq/txtrec/O%20debate%20constitucional%20sobre%20as%20políticas%20de%20a%27%E3%20afirmativa%20Joaquim%20barboza.pdf>> acesso em: 10 de julho de 2012.
- _____. Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: O direito como instrumento de transformação social: a experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- GONÇALVES, Maria Alice Rezende. Sistema de reserva de vagas na Universidade do Rio de Janeiro e as ações do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da UERJ. In: SISS, Ahyas. Diversidade étnico-racial e educação superior brasileira: experiências de intervenção. Rio de Janeiro: Quartet, 2008. p. 269-294.
- HANSENBALG, Carlos Alfredo. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- JACCOUD, Luciana; OSÓRIO, Rafael; SOARES, Sergei. As políticas públicas e a desigualdade no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília. DF, IPEA, 2008.
- JENSEN, Geziela. Política de cotas raciais em universidades brasileiras: entre a legitimidade e a eficácia. Curitiba: Juruá, 2010.
- LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. Roquette-Pinto e o anti-racismo no Brasil. In: FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne. et al. Divisões perigosas: Políticas raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 75-82.
- MACHADO, Elielma Ayres; SILVA, Fernando Pinheiro. Ações afirmativas nas universidades: o que dizem os editais e manuais. In: PAIVA, Angela Randolpho.(Org). Entre dados e fatos: Ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras. Rio de Janeiro, PUC-Rio, Pallas, 2010. p. 19-50.
- MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. In: Cadernos de Pesquisa, n.17, p.197-217, nov. 2002. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/cp/n17/15559>> Acesso em: 30 de julho de 2012.

- _____.(Org.) Ação afirmativa na universidade: reflexão sobre experiências concretas Brasil-Estados Unidos. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Desiderata, 2004.
- PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas da perspectivas dos direitos humanos.In: Cadernos de Pesquisa, N.124,v.35, jan./jun. p. 43-55, 2005.
- ROCHA, Carmem Lucia Antunes. Ação afirmativa: O conteúdo Democrático do princípio da igualdade jurídica. Revista Trimestral de Direito Público. n.15, 1996.
- SANTOS FREI, David Raimundo.Cotas: atos de exclusão substituídos por atos de inclusão? In: PAIVA, Angela R. Ação afirmativa na universidade: reflexão sobre experiências concretas Brasil-Estados Unidos. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, Desiderata, 2004.
- SIQUEIRA,Wanda Marisa Gomes. Reserva de cotas em universidades públicas. Jornal OAB: Subseção de Santa Maria, Ano XII, n.43 Mar./Abr. 2008. Disponível em < <http://por-leitores.jusbrasil.com.br/noticias/1520880/reserva-de-cotas-em-universidades-publicas>> Acesso em: 24 de março de 2014.
- SISS, Ahyas. Diversidade etnico-racial e educação superior brasileira: experiências de intervenção. Rio de Janeiro: Quartet, 2008.
- SOWEL, Thomas. Ação afirmativa ao redor do mundo: estudo empírico. Rio de Janeiro: UniverCidade Editora, 2004.

O CONTEXTO INTERNACIONAL E NACIONAL DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS PARA INTEGRAÇÃO DAS TIC NA ESCOLA: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE BRASIL E ESPANHA

José Gomes da Silva y Maria Helena Dionizio Gomes da Silva

Universidade Tiradentes

Resumo

O objetivo desse artigo é apresentar os resultados de um estudo comparado entre as políticas educativas para integração das TIC na escola, no Brasil e na Espanha, analisando possíveis convergências e divergências, com foco nas influências da globalização no contexto internacional e nacional dessas políticas. A abordagem da investigação é predominantemente qualitativa e quanto ao procedimento é de natureza documental, por meio do método do estudo comparado. Como técnica de coleta de dados utilizamos a análise documental. Através de mapas conceituais construímos os esquemas que permitiram a análise comparada dos dados. Nesse sentido, recorreremos a fontes tais como: a leis, resoluções, regulamentos, decretos, normas, pareceres, informes oficiais e relatórios técnicos. Tratando sobre as políticas transnacionais para integração das TIC, identificamos a influência da globalização na formulação dessas políticas no Brasil e na Espanha, apresentando alguns pontos de convergência, evidenciando que a globalização tem gerado processos de reformas nos sistemas educativos no Brasil e principalmente na Espanha. Esses processos têm apontado para a criação de modelos educativos largamente estandardizados através de políticas educativas de natureza transnacional.

Palavra-chave: Políticas transnacionais, globalização, educação, TIC.

Abstract

The purpose of this article is to present the results of a comparative study between the educational policies for ICT integration in school, in Brazil and Spain, analyzing possible convergences and divergences, focusing on the influence of globalization on the international context and national such policies. The approach to research is predominantly qualitative and how the procedure is documentary in nature, through the comparative study of the method. Data collection technique used document analysis. Through concept maps built schemes that allowed comparative analysis of the data. In this sense, we turn to sources such as the laws, resolutions, regulations, decrees, regulations, reports, white papers and technical reports. Treating on transnational policies for ICT integration, identify the influence of globalization in the formulation of these policies in Brazil and Spain, with some points of convergence, showing that globalization has generated reform processes in educational systems in Brazil and especially in Spain. These processes have pointed to the creation of educational models largely standardized through educational transnational nature policies.

Keywords: Transnational policies. Globalization. Education. ICT

1. INTRODUÇÃO

Os novos cenários da globalização, delineados principalmente pelo avanço tecnológico têm impulsionado o desenvolvimento de políticas educativas voltadas para atender as necessidades da sociedade da informação, com a busca do desenvolvimento econômico e melhoria da competitividade a nível global.

Nesse contexto, verificamos que o Brasil e a Espanha, apesar de ocuparem posições diferentes em relação ao continente e ao bloco econômico. O primeiro fazendo parte do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), um bloco ainda em processo de consolidação, que segundo Baldé e Machado (2008) representa uma união imperfeita, pelas suas incoerências, e o segundo fazendo parte da União Europeia, bloco consolidado, com força política e econômica no cenário internacional.

Ambos convergem em relação à classificação apresentada por Santos (2005), como países semiperiféricos ou de desenvolvimento intermediário, com capacidade para capitalizar as vantagens da globalização, assim como certa vulnerabilidade frente aos países centrais. Nesse cenário, as políticas educativas para integração das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) na escola nos dois países têm sofrido a ação direta da globalização na sua formalização.

Nessa perspectiva, apresentamos os resultados de um estudo comparado entre essas políticas no contexto espanhol e brasileiro, analisando possíveis convergências e divergências, com foco nas influências da globalização no contexto internacional e nacional.

A abordagem da investigação é predominantemente qualitativa e quanto ao procedimento é de natureza documental, por meio do método do estudo comparado. Como técnica de coleta de dados utilizamos a análise documental e mapas conceituais para a construção dos esquemas e a análise comparada. Nesse sentido, recorreremos a fontes tais como: leis, resoluções, regulamentos, decretos, normas, pareceres, informes oficiais e relatórios técnicos.

O artigo está organizado em quatro partes, além da introdução que traz a apresentação da temática, o objetivo e o metodologia utilizada. Na primeira parte, discutimos sobre o contexto internacional das políticas educativas para integração das TIC no Brasil e na Espanha. Na segunda parte, discutimos sobre o contexto nacional dessas políticas em os ambos os países. Por último, apresentamos as considerações finais, por meio da análise comparada da influência da globalização nas políticas educativas para integração das TIC na escola nos dois países.

2. CONTEXTO INTERNACIONAL DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS PARA INTEGRAÇÃO DAS TIC NA ESCOLA: BRASIL E ESPANHA

Tratando sobre a globalização e as suas influências na formulação das políticas educativas no Brasil e na Espanha, identificamos alguns pontos de convergência, os quais foram esquematizados por meio do mapa conceitual¹.

¹ Em Santos (2005) os países são classificados em centrais – os países mais ricos que presidem a globalização hegemônica, que dela tiram vantagens, maximizando as oportunidades criadas. Na outra ponta, estariam os países periféricos que já possuíam baixos padrões de vida e com a globalização vem sofrendo uma degradação de sua posição no sistema. E na zona intermediária, os países semiperiférico.

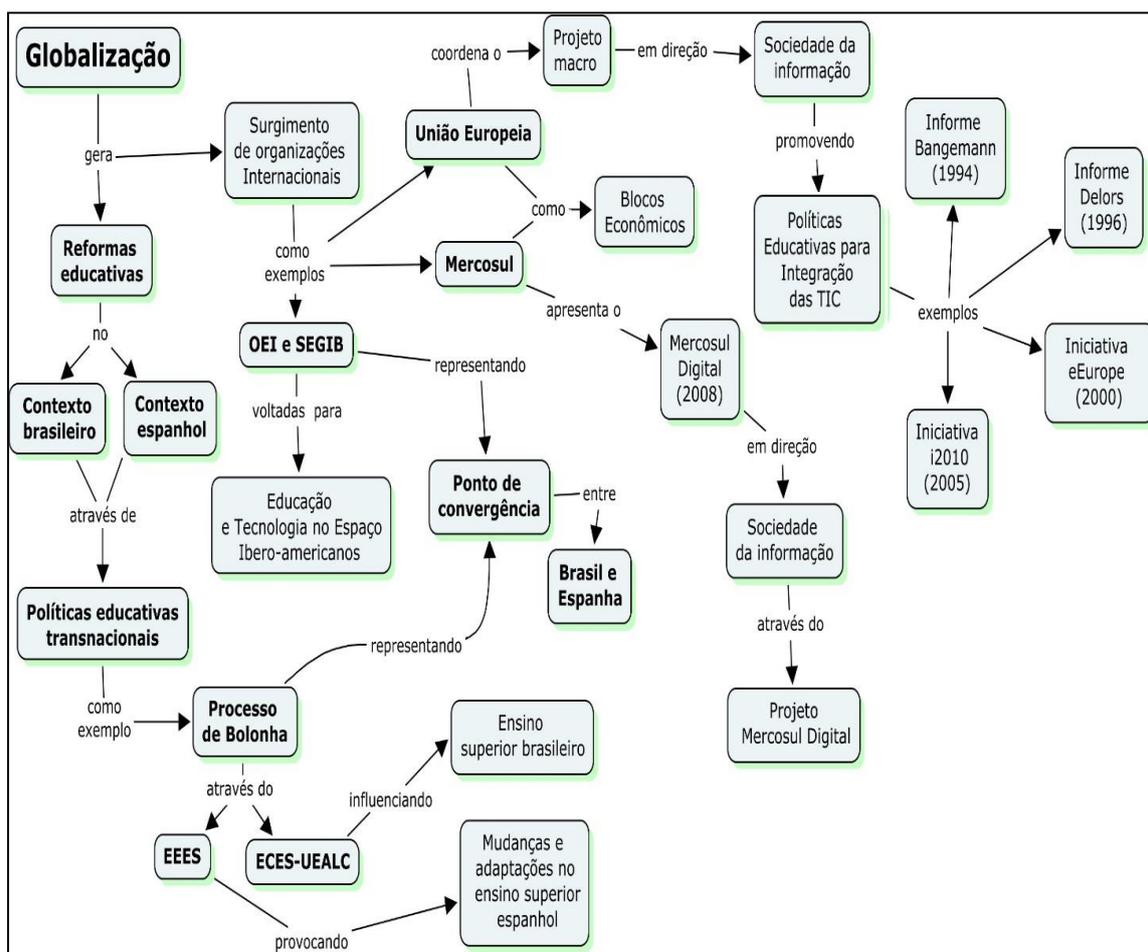


Ilustración 2 Influências da globalização nas políticas educativas no Brasil e na Espanha. Fonte autor da investigação (2016)

Com o mapa conceitual 1, evidenciamos que a globalização tem gerado processos de reformas nos sistemas educativos no Brasil e principalmente na Espanha. Esses processos têm apontado para a criação de modelos educativos largamente estandardizados por meio de políticas educativas de natureza transnacional. Um exemplo observado foi a Declaração de Bolonha, 1999.

O Processo de Bolonha, marco para a formação de professores em nível superior, é um ponto convergente entre Espanha e Brasil, no primeiro provocou mudanças e adaptações, fazendo parte do marco legal do ensino superior e no segundo tem influenciado as políticas educativas para ao ensino superior. O Processo de Bolonha ultrapassa as fronteiras europeias e chega até o Brasil, como algo planejado, já que este busca ser referência internacional além das fronteiras europeias e nesse sentido criou e fomenta o Espaço Comum de Ensino Superior - União Europeia, América Latina e Caraíbas (ECES-EUALC).

Um exemplo dessa influência no Brasil foi à criação das universidades transnacionais, a saber: Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA), Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e a Universidade federal de Integração Amazônica (UNIAM), visando promover a inclusão social e a integração regional por meio do conhecimento e da solidariedade. A proposta de reorganização da educação superior brasileira em ciclos denominada “Universidade Nova”, atualmente consubstanciada no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), sofre também a influência dos parâmetros do Processo de Bolonha.

Constatamos também como possível influência do Processo de Bolonha no Brasil, a sua participação no Programa Erasmus, que segundo (MADEIRA, 2011:111) “visa promover uma oferta de qualidade em

matéria de ensino superior, com um claro valor acrescentado europeu, aliciante tanto em nível da União Europeia como além-fronteiras”.

Nesse sentido, Antunes (2008) nos alerta que esses modelos largamente estandardizados, contribuem e reforçam a difusão mundial de padrões de organização da educação escolar, como parte da globalização cultural, com a penetração das ideologias e a institucionalização desses modelos. Sendo as agências multilaterais e as organizações políticas internacionais os responsáveis por esse processo.

O Brasil e Espanha estão conectados também pelas políticas educativas transnacionais da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) e a Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB), órgãos internacionais, voltados para a educação no cenário Ibero-americano, os quais unem os dois países dentro de um mesmo marco regulatório com políticas voltadas para a educação e tecnologia, destacando-se o “Proyecto Metas Educativas 2021, o Espaço Ibero-americano do Conhecimento (EIC) e a Televisão Educativa Ibero-Americana (TEIB).

Corroborando para a compreensão desse cenário mundial transnacional, Madeira (2011:107) afirma que o papel motor e legitimador das reformas educativas nascem cada vez mais dos resultados de uma maior governamentalização das políticas educativas de educação nacional, alertando que esse processo vem a contrastar com a escassez de reflexões que se desenvolvem no plano acadêmico, no qual as “soluções técnicas acabam por subsumir as questões do conhecimento nas do desenvolvimento”, transferindo as “competências cientistas para os especialistas”.

A autora critica o fato de que as decisões políticas ocorrem cada vez mais em torno de declarações, pareceres, recomendações, relatórios, os quais se “desenvolvem a margem de uma reflexão educacional teórica e, portanto, criticamente informada” (MADEIRA, 2011:107).

Neste sentido, Antunes (2008) sinaliza que estamos perante um programa político supranacional de base intergovernamental que está em processo de construção e onde ainda não podemos atentar para os efeitos que surgirão em longo prazo.

Teodoro (2002) afirma que as relações existentes entre as políticas educativas e os órgãos internacionais e sua intenção na formulação de leis gerais direcionadas para as reformas na educação no interior de cada Estado, foi algo que sempre esteve presente no centro de interesses dos organismos internacionais.

Nesse contexto, constatamos que a União Europeia é responsável por coordenar o projeto macro em direção à sociedade da informação através de políticas educativas transnacionais para integração das TIC, possuindo alguns marcos bem delineados e abrangentes, os quais tratam de forma específica da questão da integração das TIC na escola, desde os recursos, formação de professores e estudantes, operando como diretrizes gerais para o desenvolvimento das políticas educativas no âmbito nacional.

Verificamos também que o processo de regulação transnacional da educação, por meio das políticas educativas, tem sido imprescindível para a integração da União Europeia, por meio da regulação além das fronteiras nacionais.

Nessa direção, constatamos também que o MERCOSUL apresenta um marco transnacional para integração das TIC, denominado de Projeto MERCOSUL Digital (2008), porém, o seu surgimento acontece depois de um espaço de tempo de 14 anos, em comparação ao surgimento do Informe Bangemann²

² En el Informe Bangemann, como se conoce comúnmente al informe elaborado por el grupo de expertos, se pone de manifiesto la urgencia de adoptar medidas inmediatas relativas a la creación de un entorno normativo favorable, así como la promoción de las nuevas potencialidades de estas nuevas tecnologías para la creación de mercados de productos y servicios tecnológicos (ROJO VILLADA, 2003:1).

(1994), marco da União Europeia. Com isso, podemos perceber a existência de um atraso considerável no início das políticas educativas transnacionais para integração das TIC no MERCOSUL.

Ainda em comparação aos marcos da União Europeia, podemos verificar que o marco do MERCOSUL não especifica ações diretas para integração das TIC na escola, ou seja, trata-se sobre tecnologia, porém, de forma geral, sinalizando para a formação continuada de recursos humanos, sem fazer referência aos professores, aos estudantes, com o foco direcionado mais para a economia digital.

Com isso, faz-se necessário uma aproximação e tipificação na legislação do MERCOSUL, inserindo as políticas educativas para integração das TIC na escola, para orientação em nível nacional, como acontece no caso da União Europeia, possibilitando assim a articulação, coordenação, planejamento e avaliação em nível de bloco das políticas educativas nacionais para integração das TIC, o que poderá contribuir, por conseguinte, para o fortalecimento dos laços entre os países do bloco e conseqüentemente para o processo de integração regional, objetivo central do Mercosul.

No mapa conceitual 2, apresentamos o processo de regulamentação sofrido pelas políticas educativas nacionais para a integração das TIC, por meio dos organismos internacionais apontando para a necessidade de um novo tipo de regulação.

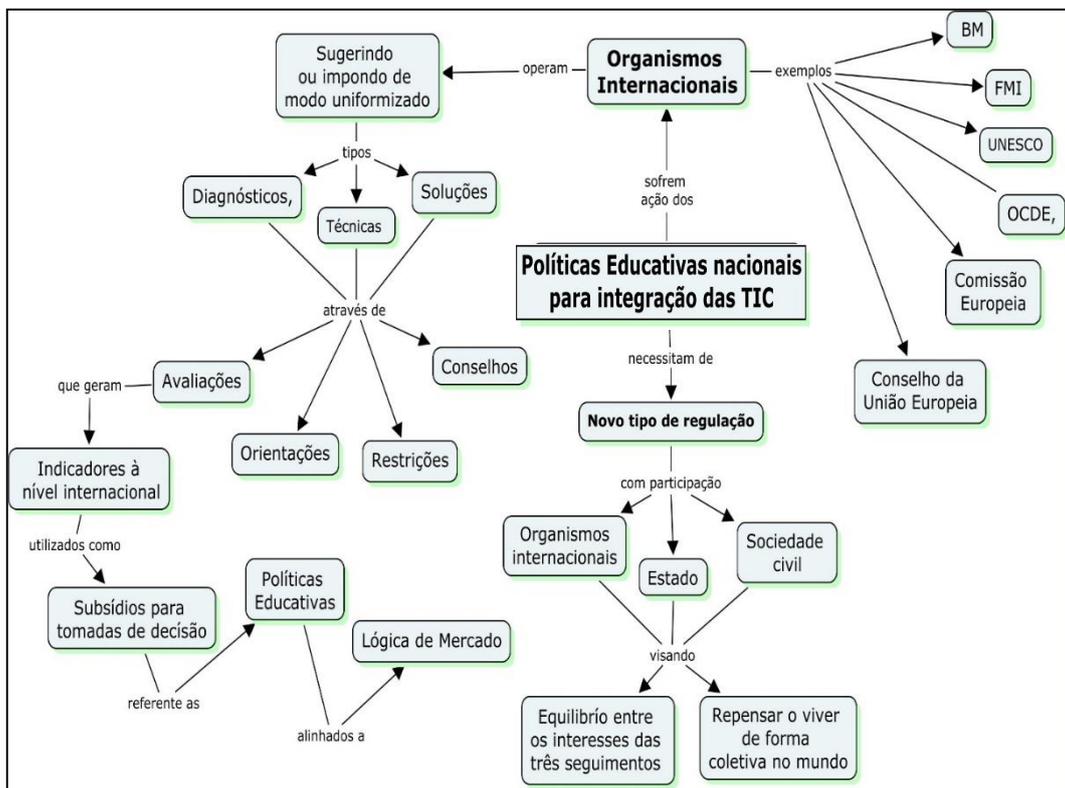


Ilustración 3. Processo de regulamentação das políticas educativas nacionais para a integração das TIC. Autor da investigação (2016)

Através do mapa conceitual 2, podemos perceber a complexidade da regulação das políticas educativas nacionais para a integração das TIC. Essa complexidade é apontada por Azevedo (2007) que joga importante considerar nesse processo a regulação em nível transnacional e nacional, sendo necessário buscar o equilíbrio do sistema educativo através de ações, coordenação, controle, avaliação e correção e, por outro lado, considerando também a regulação sociocomunitária local através da participação cidadã.

Nesse contexto, verificamos que as políticas educativas nacionais para integração das TIC sofrem ação direta dos organismos internacionais, na sua formulação, conforme apontado no mapa conceitual 2.

Tratando sobre essa questão, Canário (2006) destaca o papel desempenhado por esses organismos na regulação transnacional da educação, sinalizando que através do processo de cooperação técnica no sistema globalizado, esses operam sugerindo ou impondo, de modo uniformizado, diagnósticos, técnicas e soluções.

Sendo assim, o Estado sofre intervenções contínuas das agências multilaterais, por meio de orientações, conselhos, restrições financeiras, assim como avaliações, que geram indicadores em nível internacional, os quais são usados como subsídios para tomadas de decisão no que se refere a políticas educativas, alinhado com a lógica do mercado.

Nessa perspectiva, percebemos a necessidade de mudanças no processo da formulação das políticas educativas, devendo haver mais coerência e equilíbrio no papel desempenhado pelo Estado e pelos organismos internacionais, levando também em conta nesse processo os interesses e participação da sociedade civil.

Nesse sentido, Barroso (2005) assinala a importância de um novo tipo de regulação a exemplo do modelo “governance”, explicando que não se deve confundir com a “mão invisível” do mercado, nem com o poder autoritário do Estado nacional, existindo assim, a necessidade de repensar o viver de forma coletiva no mundo.

Verificamos também, por meio de Antunes (2008) que apesar do Estado ter diminuído o seu poder de escolhas, continua sendo protagonista decisivo da regulação supranacional e que constitui instância de mediação crucial no processo de definição das políticas educativas no âmbito nacional.

3. CONTEXTO NACIONAL DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS PARA INTEGRAÇÃO DAS TIC NA ESCOLA: BRASIL E ESPANHA

Tratando especificamente sobre as políticas educativas para integração das TIC na escola, nos cenários nacionais do Brasil e da Espanha, considerando o recorte temporal, constatamos em primeiro momento que diferente da Espanha, que durante a década de 1990 descentralizou suas políticas educativas na área das TIC, não havendo um plano ou projeto consensual para todo o território espanhol, conforme aponta Area et al. (2014).

No Brasil já havia durante essa década um plano consensual para as políticas educativas para integração das TIC no âmbito nacional. No mapa conceitual 3, podemos verificar o processo de constituição dessas políticas no Brasil e na Espanha.

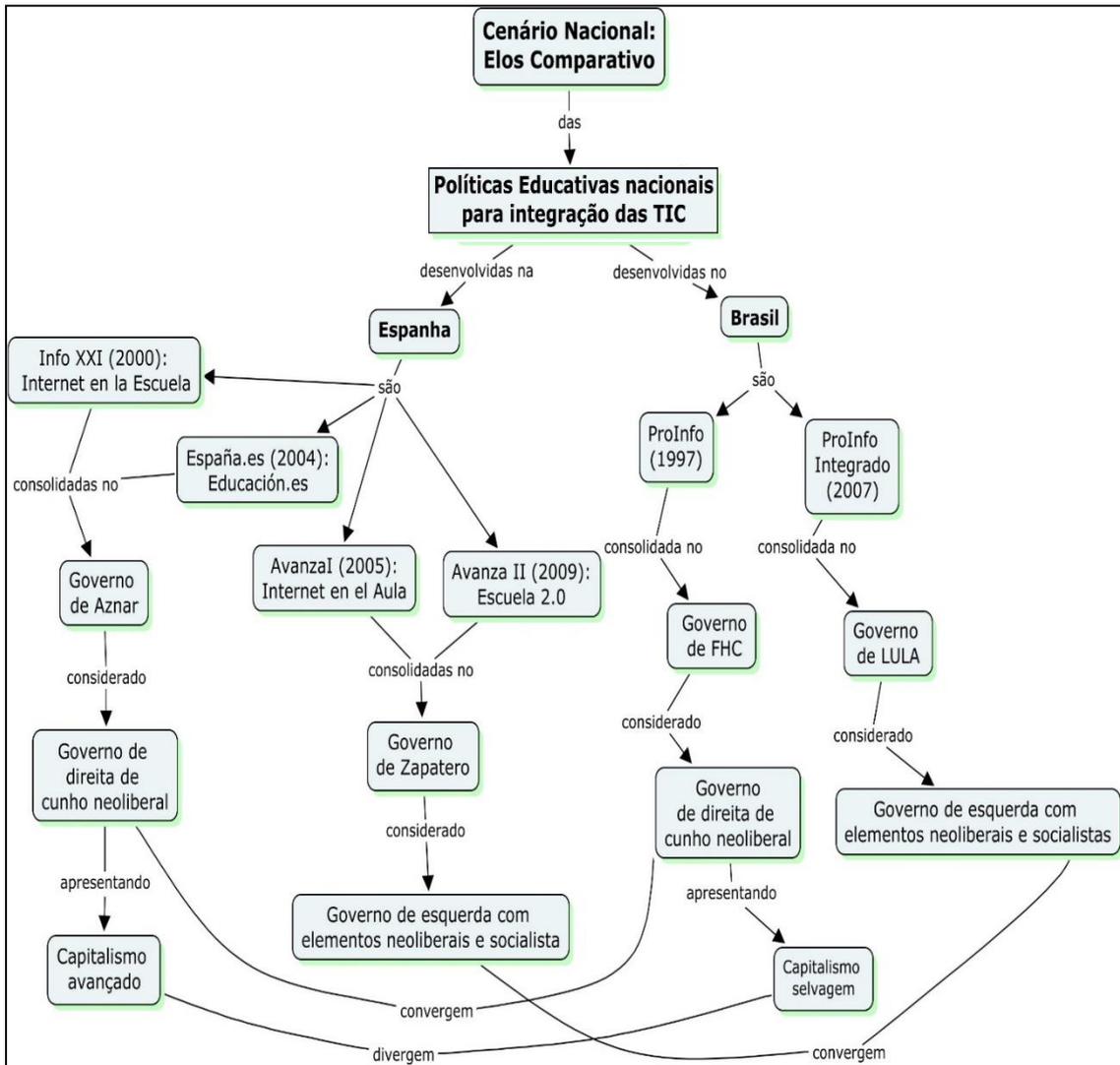


Ilustración 4. Cenários nacionais das políticas educativas para integração das TIC no Espanha e no Brasil: elos comparativos. Autor da investigação (2016)

Com o mapa conceitual 3, constatamos que as políticas educativas para integração das TIC nos dois países, convergem no sentido que coincidem no seu desenvolvimento com a presença dos governos de dois presidentes em cada país. Sendo dois governos de direita, representados por Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) no Brasil, no qual foi consolidado o Programa Nacional de Informática na Educação - PROINFO (1997) e de José María Aznar (1996-2004), na Espanha, com a consolidação do Info XXI (2000), criado dentro do marco europeu eEurope (2000), apresentando para a educação o Programa Internet en la escuela, e España.es (2004), a partir do marco eEurope (2005), apresentado para a área educacional o eixo Educación.es, levando adiante as propostas do Programa Internet en la escuela do Plano de Ação do Info XXI.

Constatamos que os governos de Fernando Henrique Cardoso foram marcados pela efetivação da política neoliberal no Brasil, com uma aproximação com o Banco Mundial e com o desenvolvimento de um capitalismo selvagem. Neste sentido, Pretto, Moraes e Andrade (2006, 1996, apud Lobato, 2010:39) afirmam que o governo de Fernando Henrique Cardoso foi decisivo e eficaz para políticas e privatização de estatais. Na mesma direção, segundo Córdoba e Domingo (2004) o presidente Aznar objetivava em seu plano de governo completar a liberalização do setor econômico e promover a concorrência dentro do cenário espanhol.

As políticas seguintes foram consolidadas, por meio dos outros dois governos considerados de esquerda: Governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), com a consolidação do Programa Nacional de Tecnologia Educacional - PROINFO Integrado (2007) e os Governos de José Luis Rodríguez Zapatero (2004-2011), com a consolidação do Avanza I, criado dentro do marco europeu i2010 (2005), apresentando para educação o programa Internet en el Aula, assim como o Avanza II, criado também dentro do i2010 (2005), com o Programa Escuela 2.0.

Os dois governos apresentaram uma política híbrida, ou seja, com a presença de elementos neoliberais e socialistas. O Governo de Lula possibilitou o desenvolvimento de outro cenário político, ocorrendo uma ruptura no início com o Banco Mundial, focando em fundos orçamentários próprios e contemplando todas as modalidades da educação básica através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Segundo Pretto (2006), o governo de Lula implementou uma nova fase relacionada as políticas para integração das TIC, voltada não só para aglutinação de ferramentas tecnológicas, mas com grande capacidade de formação de professores.

O governo de Zapatero, no seu segundo mandato, diante do contexto de crise econômica global que afetava a Espanha, buscou através das TIC impulsionar a competitividade e a produtividade, favorecendo a igualdade de oportunidades, com uma economia mais dinâmica e buscando o crescimento sustentável.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos que mesmo na perspectiva de um mundo globalizado e cada vez mais próximo por meio das TIC, os países estão classificados em categorias que ditam o tipo de relação a ser estabelecida nesse cenário. Assim, uns países se beneficiam e ditam às regras (centrais), outros arcam com o custo (periféricos) e na zona intermediária, onde se localiza o Brasil e a Espanha (semiperiféricos) se encontram aqueles que podem captar as vantagens da globalização, mas também, culminar na despromoção de sua economia e imagem, pois, apresentam fragilidades no comparativo com os países centrais.

Portanto, para entender as políticas educativas para integração das TIC no âmbito nacional é necessário deslocar-nos da perspectiva local e atentar para o global, assim como sair do âmbito da educação e perpassar pelo âmbito da política, seus conceitos, do social, cultura, refletindo sobre a sociedade da informação e a revolução tecnológica, no qual observamos que existe uma convergência para a lógica da racionalidade econômica mundial.

Nesse percurso, verificamos que a globalização tem gerado processos de transnacionalização da educação, por meio de reformas nos sistemas educativos no Brasil e principalmente na Espanha, os quais têm apontado para a criação de modelos educativos largamente estandardizados, que disseminam a ideologia mundial dominante da globalização, por meio de orientações, categorias organizacionais e curriculares em sobreposição das características internas dos Estados, com uma agenda globalmente estruturada para a educação apresentada pelas agências multilaterais e pelos organismos políticos internacionais. Com isso, podemos perceber que se busca a manutenção e reprodução do sistema econômico neoliberal e a posição hegemônica defendida por ele, a qual representa os reais interesses dos países centrais.

Portanto, jugamos importante à análise e o debate aberto e sistemático sobre esse processo em nível internacional e nacional na busca de articulações que viabilizem aos Estados captar as vantagens abertas pela globalização para o processo de melhoria contínua de seus respectivos sistemas educativos. Atentando para as dinâmicas e especificidades da globalização e estando conscientes dos interesses hegemônicos que a presidem.

Percebemos que as políticas educativas específicas para integração das TIC no contexto escolar sofrem também ação desses organismos na sua formulação, tanto no Brasil como na Espanha, sendo que este

como parte da União Europeia, tem um poder maior de negociação frente às agências multilaterais no comparativo com o Brasil, que faz parte de um bloco em processo de consolidação econômica e democrática e assim com menor poder político comparado a União Europeia.

Nesse cenário, observamos que as políticas transnacionais para integração das TIC construídas pela União Europeia, possuem um marco bem delineado e abrangente que trata também de forma específica à questão da integração das TIC na escola, operando como diretrizes gerais para o desenvolvimento das políticas educativas no âmbito nacional, com o objetivo geral de criar uma sociedade de informação para todos, ao mesmo tempo que fortalece a identidade integracionista regional do bloco.

Verificamos que o MERCOSUL apesar de ter ações desenvolvidas e um marco para criar uma sociedade da informação para todos (MERCOSUL DIGITAL), não especifica ações diretas para integração das TIC na escola, com um foco direcionado mais para a economia digital. Assim, podemos afirmar que o MERCOSUL necessita, a exemplo da União Europeia, considerando suas próprias especificidades e contextos, desenvolver um marco legislativo transnacional que permita uma aproximação e tipificação das políticas educativas para integração das TIC, possibilitando assim a articulação, coordenação, planejamento e avaliação em nível de bloco dessas políticas. Essa ação contribuirá também para o fortalecimento dos laços entre os países que fazem parte do bloco, promovendo a integração regional e avance na consolidação do bloco no cenário internacional.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, F. (2008). A nova ordem educacional, espaço europeu de educação e aprendizagem ao longo da vida. Coimbra: Editora Almedina.
- AREA, A., CANO, C., PÉREZ, M. E., PONS, J. P., LABRA, J., CHACÓN, J., MESA, A. L., ALONSO, A., BERROCOSO, J. GOROSPE, J. M. (2014.). Las políticas educativas TIC en España del Programa Escuela 2.0: las tendencias que emergen. RELATEC Revista Latinoamerica de Tecnología Educativa. Vol. 13 (2). Disponível em: <http://relatec.unex.es/article/view/1473/0>. Acesso em 15 mar 2016.
- AZEVEDO, J. (2007). Sistema educativo mundial: ensaio sobre a regulação transnacional da educação. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.
- BALBÉ, F. F.; MACHADO, T. A. (2008). O Mercosul como Experiência de Integração Econômica: avaliações e perspectivas. II Encontro de Economia Catarinense. Chapecó, SC.
- BARROSO, J. (2005). O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. Revista Educação & Sociedade. Campinas.
- CANÁRIO, R. (2006). A escola e a Abordagem Comparada. Novas realidades e novos olhares. Sísifo. Revista de Ciências da Educação, nº 1, p. 27-36. Disponível em: <http://sisifo.fpce.ul.pt/>. Acesso em 17 fev 2016.
- CÓRDOBA, J. A., DOMINGO, P. S. (2004). España en la Sociedad de la Información. E-lis repository. Disponível em: eprints.rclis.org/8396/1/sociedadinformacion.pdf. Acesso em 19 mar 2016.
- LOBATO, T. C. F. (2010). ProInfo Integrado à Formação dos Professores da Rede Pública de Ensino do Amapá: Construindo uma Identidade. (Dissertação de mestrado não publicada). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.
- MADEIRA, A. I. (2011). A Construção do Saber Comparado em Educação: uma análise sócio-histórica”, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia.

ROJO VILLADA, P. A. (2003). Europa y la sociedad de la información: análisis del impacto del “Informe Bangemann” sobre la política, la economía y la sociedad europea de la década de los noventa. Revista Latina de Comunicación Social, número 53. La Laguna. Tenerife. Disponível em: <http://www.ull.es/publicaciones/latina/200353rojo.htm>. Consultado em 22 abr 2016.

SANTOS, B. S. (2005). Os processos da globalização. In: Santos, B. S. (Org.). A Globalização e as Ciências sociais. 3. ed. São Paulo: Cortez. 25-102.

TEODORO, A. (2002). As novas formas de regulação transnacional no campo das políticas educativas, ou uma globalização de baixa intensidade. EccoS Ver. Cient., UNINOVE. São Paulo. V4, nº1, 61-71.

FONTES DOCUMENTAIS

BRASIL (1997). Lei do ProInfo. Portaria nº 522, de 9 de abril de 1997. Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo). Brasília, Distrito Federal. Disponível em: https://www.fnnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=POR&num_ato=00000522&seq_ato=000&vlr_ano=1997&sgl_orgao=MED. Acesso em 19 nov 2015.

BRASIL (2007). Decreto n 6.096, 24 abr. 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais -REUNI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em 10 jul. 2015.

BRASIL (2007). Lei do ProInfo. Decreto nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007. Programa Nacional de Tecnologia Educacional – ProInfo. Brasília, Distrito Federal. Disponível em: https://www.fnnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=DEC&num_ato=00006300&seq_ato=000&vlr_ano=2007&sgl_orgao=NI. Acesso em 25 nov 2015.

BRASIL (2008). Projeto de lei original Nº 4.344, 2008. Altera a denominação da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA para “Universidade Federal da Integração Amazônica – UNIAMA”.

BRASIL (2010). Lei 12.189, de 12 de jan. 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA. 2010a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12189.htm. Acesso em 10 ago. 2015.

BRASIL (2010). Lei 12.289, de 20 de jul. 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. 2010b. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12289.htm. Acesso em 8 de ago. 2015.

DECLARAÇÃO DE BOLONHA (1999). Joint Declaration of the European Ministers of Education, Convened in Bologna on the 19 th of June, 1999. Disponível em: http://www.europa.eu.int/comm/education/bologna_en.html. Acesso em: 20 jul. 2014.

ESPAÑA (2001). Ministério de Indústria, Energia e Turismo - MINETUR (2001). Comisión Interministerial de la Sociedad de la Información y las Nuevas Tecnologías. Info XXI: La sociedad de la información para todos. Iniciativa del gobierno para el desarrollo de la sociedad de la información. DOC.CISI/99/4FIN. Disponível em: <http://www.internautas.org/documentos/infoxxi.pdf>. Consultado em 13 dez 2016;

ESPAÑA (2004). Ministerio de Ciencia y tecnología - MCT. España.es: Programa de Actuaciones para el Desarrollo (2004-2005). Disponible em: http://campus.usal.es/~derinfo/derinfo/Espana.es/espana_es.pdf. Consultado em 15 fev 2016.

ESPAÑA (2008.). Informe. Plan avanza: telecomunicaciones y sector audiovisual. Políticas de fomento de la sociedad de la información. Ministerio de industria, turismo y comercio.

ESPAÑA. (2009). Boletín Oficial del Estado. Plan Avanza II. Disponible em: <https://www.boe.es/boe/dias/2009/02/18/pdfs/BOE-A-2009-2786.pdf>. Consultado em 26 jan 2016.

MERCOSUL (2013). Mercosul Digital - apoiando a Sociedade da Informação no Mercosul. Unidade de Gestão do Mercosul Digital. Rio de Janeiro. Brasil.

AS DIRETRIZES ORIENTADORAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL BRASILEIRA PARA AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS

Maria Ivonete Gomes do Nascimento, Eliane Braga de Oliveira

Universidade Brasília

Resumo

Este trabalho apresenta resultado de pesquisa de mestrado, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, na Universidade de Brasília, Brasil. Tem como objetivo analisar a existência dos dispositivos normativos orientadores, para a avaliação de documentos de arquivos, nos órgãos ministeriais do Poder Executivo Federal. A avaliação de documentos de arquivo faz parte do novo paradigma na Arquivologia, que surgiu em meados do séc. XX como resposta ao crescimento cada vez maior da produção documental governamental. Na avaliação de documentos ocorre a escolha dos documentos que terão preservação permanente e aqueles que serão eliminados, com base em critérios valorativos. Os critérios de valor comumente se baseiam nas finalidades legais, administrativas ou de interesse para a história e a pesquisa, de acordo com o potencial de uso dos acervos. Além disso, nesse processo também se estabelecem os prazos de guarda para os documentos das organizações. Por isso, é considerada como uma das principais operações na gestão de documentos para a promoção da eficiência administrativa e para a preservação da memória social. No arquivo histórico ou permanente conservam-se somente uma pequena porcentagem dos registros, do total de documentos, que tenham sido avaliados, como os de valor permanente para fins de prova ou informações outras para a sociedade. Ela faz parte dos procedimentos intelectuais e operações técnicas aplicadas na gestão de documentos, conforme legislação brasileira relacionada ao tema. Administração Pública desempenha as suas atribuições dentro dos limites legais de sua competência e dos seus atos normativos no âmbito do Poder Executivo, razão pela qual obriga-a fazer o que a lei determina. Além disso, ela realiza a vontade política de governo, que contém em sua estrutura órgãos públicos como realizadores da ação governamental, que produzem e acumulam documentos em razão das suas ações administrativas de governo. O Arquivo Nacional, órgão responsável por acompanhar e implementar a política nacional de arquivo, instituiu Instrução Normativa na qual define que devem estar avaliados os acervos de arquivos transferidos. O Conselho Nacional de Arquivos, responsável pela definição da política nacional de arquivo e órgão central do Sistema Nacional de Arquivo normatizou e editou diversas resoluções orientadoras para avaliação de documentos. Como metodologia, a investigação ocorreu por meio do Serviço de Informação ao Cidadão, em conformidade com a lei que trata do acesso à informação. Utilizou-se o e-SIC do Poder Executivo Federal. Foram solicitadas informações a respeito da existência de qualquer dispositivo normativo interno que tratasse da avaliação de documento de arquivo naquela instituição, tais como: regimento interno da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do órgão; Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativo às atividades-fim; Relatório de Atividades da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos; manual de gestão de documentos ou quaisquer outras diretrizes internas a respeito do assunto. Procurou-se identificar alguma diretiva interna de cada órgão que orientasse a avaliação de documento, e com isso reforçasse as orientações do CONARQ e Arquivo Nacional. A amostra da pesquisa foi formada pelos vinte e quatro ministérios da Administração Pública Federal, com sede em Brasília, Brasil. Como resultado constata que a avaliação de documentos de arquivo é prática relevante tanto para a eficiência e eficácia administrativa, como para a preservação da memória da instituição e da sociedade. Para isso, torna-se necessário que o Poder Público exerça seu papel constitucional como

responsável pela gestão documental governamental e desempenhe os desdobramentos de que essa atribuição acarreta de forma satisfatória.

Palavra-chave: Avaliação de documentos. Diretrizes orientadoras da avaliação de documentos. Organização da informação arquivística. Administração Pública Federal brasileira. Ministeriais do Poder Executivo Federal.

Abstract

This paper presents the results of a Master's Degree, developed in Information Science at the University of Brasília, Brazil. It aims to analyze the application of guidelines related to records appraisal available at the Brazilian Federal Public Administration. Records appraisal is part of the new paradigm in Archives Management, which appeared in the middle of the twentieth century as an Archives Management response to the increasingly growth of government-generated documents. In records appraisal, it is decided what records will be permanently preserved and what ones will be eliminated, based on criteria of value. These criteria are normally built on legal, administrative or historical and research purposes, according to the use potential of the collections. Furthermore, this process also establishes retention schedules for the organization's documents. Therefore, it is considered as one of the main operations in the management of records for the promotion of administrative efficiency and for the preservation of social memory. At a historical or permanent archive, only a small percentage of the records appraised are preserved: those containing permanent value for evidence purposes or information considered relevant to society. According to Brazilian legislation related to the subject, appraisal is part of the intellectual procedures and technical operations applied in records management. The Public Administration is obliged to follow what the law determines because it performs its duties within the legal limits of its competence and of its normative acts in the scope of the Executive Branch. In addition, the Public Administration follows political will of governments which contain public bodies in their own structure as operators of governmental action. Documents are produced and accumulated due to administrative actions of government. The Brazilian National Archive, which is the responsible body for monitoring and implementing national archival policies, issued a normative instruction to establish that transferred records must be appraised. Likewise, the Brazilian National Council on Archives (CONARQ) which is responsible for defining national archival policies and is the central body of the National Archival System, has standardized and issued several normative instructions for records appraisal. This paper seeks to analyze the application of regulations and guidelines within the scope of the Brazilian Federal Public Administration, as well as to identify the existence of internal regulation which enables records appraisal in each organization. The research sample consisted of the twenty four ministries of the Federal Public Administration, based in Brasília, Brazil. In order to obtain data, this research used the Citizen's Information Service, in accordance with Law 12.527/2011 which relates to access to information. Considering what was established, it was requested information related to the existence of any internal normative instruction regarding records appraisal in that institution, such as: internal regulations of the Records Appraisal Standing Committee at the organization; Retention Schedule and final disposition of records related to the core activities; Activity Report of the Records Appraisal Standing Committee; records management manual or any other internal guidelines on the subject. It sought to identify some internal guideline on records appraisal which could reinforce the instructions of CONARQ and the National Archive. As a result, it is evident that the institutions analyzed do not fully comply with the guidelines established by the responsible authorities. Not all institutions have a Records Appraisal Standing Committee and very few have drawn their own Retention Schedules. In order to properly preserve the memory of the institution and of society, it is essential that organizations play their role as the responsible ones for the management of the State's record, and take the necessary steps so this action can be performed satisfactorily.

Keywords: Archives Management. Records Appraisal. Brazilian Legislation on Archives. Public Records Management. Brazilian Federal Public Administration.

INTRODUÇÃO

A avaliação de documentos de arquivo consiste numa função arquivística na qual são analisados os prazos de guarda dos documentos, com base em critérios valorativos e em potencial de uso. No Brasil, ela faz parte dos procedimentos e operações aplicados na gestão de documentos, conforme normatização relacionada aos arquivos.

Por sua vez, a LRAIPCF 12.527/2011, de 18 de novembro, que regulamenta o direito de acesso à informação garantida na Constituição Federal de 1988, trouxe em seu bojo o reforço de exigência de gestão documental na Administração Pública Federal, para garantir a racionalização, a eficiência e a agilidade ao processo de recuperação da informação, que possibilite atender a demanda ocasionada pela referida lei. Agora já não admite-se que as pessoas, físicas ou jurídicas, não obtenham informações a respeito delas mesmas, da organização pública, do seu funcionamento, como também dos seus processos decisórios, salvo exceções restritas previstas em lei. Para os órgãos da administração pública será um forte desafio colocar em funcionamento os preceitos da Arquivologia para o tratamento dos documentos produzidos e recebidos.

Oliveira (2013) destaca que o direito constitucional de acesso à informação faz-se acompanhar de uma nova dimensão social dos arquivos, para além da tradição de depositários da memória histórica. Além disso, amplia também a responsabilidade pela guarda e conservação dos documentos públicos. Para a mesma autora, os arquivos, antes estavam associados à cultura, à administração; contudo agora, com a lei de acesso à informação, estão também ligados às conquistas dos direitos civis e ao exercício da cidadania.

O Conselho Nacional de Arquivos brasileiro, responsável por formular a política nacional de arquivos e do Sistema Nacional de Arquivo editou normativas sobre avaliação de documentos. Da mesma forma, o Arquivo Nacional, órgão responsável pelo acompanhamento e implementação da política nacional de arquivo, decidiu que os acervos de arquivos transferidos para esta instituição devem estar avaliados.

Dessa maneira, este trabalho apresenta resultado de pesquisa de mestrado, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, na Universidade de Brasília, Brasil. Tem como objetivo analisar a existência dos dispositivos normativos orientadores da Administração Pública Federal brasileira, para a avaliação de documentos na organização da informação arquivística, nos órgãos ministeriais do Poder Executivo Federal.

Como metodologia, a investigação sobre as normativas internas ocorreu por meio do Serviço de Informação ao Cidadão, em consonância com a Lei de Acesso à Informação. Para o levantamento de dados, foram solicitadas informações a respeito da existência de quaisquer normativas internas que tratasse da avaliação de documentos de arquivo naquela instituição, tais como: regimento interno da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do órgão; Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativo às atividades-fim; Relatório de Atividades da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos; manual de gestão de documentos ou quaisquer outras diretrizes a respeito do assunto. Procurou-se identificar alguma diretiva interna de cada órgão que orientasse a avaliação de documentos, e com isso reforçasse as orientações do CONARQ e do Arquivo Nacional. A amostra da pesquisa foi formada pelos vinte e quatro ministérios da Administração Pública Federal, com sede em Brasília, Brasil.

Como resultado verifica-se que a avaliação de documentos de arquivo é relevante tanto para as organizações, como para a preservação da memória da instituição e da sociedade. Portanto, é indispensável que a administração pública desempenhe seu papel como responsável pela gestão documental governamental de forma satisfatória.

6. PROPOSTAS PARA AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS

A avaliação de documentos de arquivo foi proposta em 1956, nos Estados Unidos, por Theodore Schellenberg, baseada em valores primários e secundários. Ele desenvolve a proposição de forma a preservar muita informação, com poucos documentos e propõe a eliminação daqueles julgados destituídos desses valores. O valor primário divide-se em: administrativo, fiscal e legal. Ele refere-se aos documentos que são produzidos para cumprir os objetivos de determinada organização.

O valor secundário faz referência aos documentos que podem ser úteis para outros fins, além daqueles para os quais foram criados, para outras instituições e usuários. Tal valor faz análise dessa distinção em relação aos aspectos probatório e informativo. O valor probatório leva em conta a prova que contém da organização e do seu funcionamento; e o valor informativo diz respeito aos documentos sobre pessoas, entidades, coisas, problemas, condições, etc. nas relações institucionais.

Para definição desses valores, Schellenberg propõe uma análise baseada em três aspectos: unicidade, forma e importância. As informações a respeito das pessoas físicas ou jurídicas baseiam-se nas condições, nos problemas, nas situações, entre outras que as afetem. Nos documentos referentes a coisas, tais como lugares, edifícios, entre outros, os valores a serem observados se referem a elas próprias. E os fatos ou fenômenos, antigos ou novos, são os de interesse para os cientistas sociais (Schellenberg, 2002).

Em 1991, no Arquivo Nacional do Canadá, Terry Cook propôs a macroavaliação, como uma nova visão da avaliação de documentos de arquivo. Esse modelo privilegia o valor social na avaliação arquivística. Cook leva em consideração na sua proposta a estrutura funcional, o contexto cultural dos locais de trabalho, dos documentos e de como eles são criados e usados por seus produtores na interrelação com os cidadãos, com os grupos e com as organizações na contemporaneidade. A macroavaliação propõe que os arquivos reflitam a sociedade que os gerou de forma holística e inclusiva. Na opinião de Cook (1996):

[...] ha sido el Estado el que tradicionalmente ha fundado los archivos, para servirle y formando parte de su estructura jerárquica y cultura organizativa. No es, pues, sorprendente que la teoría archivística buscara legitimarse en las teorías, modelos y ejemplos estatistas. Éste ya no es el caso. A finales del siglo XX, la actitud del público hacia los archivos, o por lo menos hacia los archivos que se sostienen con los impuestos del contribuyente, ha cambiado de forma radical: los archivos son ahora del pueblo, para el pueblo, e incluso también por el pueblo. (Cook, 1996: 8)

Nesse sentido, com o pensamento de Cook, a macroavaliação recomenda um amplo olhar contextual dos documentos, revelados por meio das funções, dos programas, das atividades que geram os documentos, como também da interação do cidadão com o Estado, ao invés de focar somente na análise da instituição em si. De acordo com Cook (1996) os documentos seguem as funções e são criados como produtos das várias transações e atividades dos originadores.

A macroavaliação para Cook constitui-se em uma teoria e também em uma nova prática estratégica, metodológica e de critérios para a deliberação do valor, a qual designa quais registros devem ser mantidos e o que deve ser eliminado (Cook, 2006). Para o mesmo autor, isso abrange uma extensa pesquisa sobre as funções da instituição, da estrutura e da cultura organizacional, dos sistemas de registros, do fluxo de trabalho informacional, da mídia e das tecnologias. Cook (2006) destaca que a macroavaliação não é um mero modelo de aplicação de processo ou procedimento padronizado, mas de um trabalho bastante complexo e também subjetivo.

Duplá Del Moral (2010), em publicação que trata dos arquivos da Comunidade de Madri, referenciada na Lei de Arquivo e Patrimônio Documental dessa Comunidade, orienta que a avaliação estabelece os valores primários ou secundários aos documentos. Dessa forma, a definição de valores repousa na relação dos

efeitos que causam esses registros, na informação que eles contêm ou na importância deles como fonte primária para a história e a ciência, entre outros.

Luiz Hernandez Oliveira (2013), referindo-se ao contexto espanhol, afirma que a avaliação ancorada na proposta de Schellenberg não é eficaz para a gestão adequada dos documentos, assim como para a construção de um patrimônio documental, que reflita apropriadamente a sociedade espanhola. Desse modo, Oliveira apresenta como solução as propostas da macroavaliação.

Bernardes (1998) observa que a avaliação de documentos é trabalho interdisciplinar. Esse fazer objetiva identificar os valores documentais mediato e imediato, além de analisar o ciclo de vida dos documentos, para estabelecer os prazos de guarda ou a eliminação. Ainda segundo Bernardes e Delatorre (2008), a avaliação contribui para agilizar os processos administrativos como também para a preservação do patrimônio documental das organizações.

Assim, observa-se uma diversidade de proposições para a avaliação de documentos de arquivo. Fica evidenciado que não existe consenso em relação aos critérios utilizados para definição de quais documentos serão preservados ou eliminados. Para Duchein (1993), essa dissemelhança está relacionada com a cultura de cada país.

7. AS NORMATIVAS ORIENTADORAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

FEDERAL BRASILEIRA PARA AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO

A base do princípio legal da administração pública brasileira impõe que ela desenvolva somente o previsto em normatização. Segundo Hely Lopes Meirelles (1997), um dos principais doutrinadores do Direito Administrativo, a Administração Pública desempenha as suas atribuições dentro dos limites legais de sua competência, em que “ a eficácia de toda atividade administrativa está condicionada ao atendimento da lei.” (Meirelles, 1997: 61). Da mesma maneira, Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2005), professora e autora de várias obras nessa área, aponta que o princípio administrativo da legalidade abrange as leis e os atos normativos no âmbito do Poder Executivo, o que obriga a Administração Pública a fazer somente o que a lei permite.

A Administração Pública realiza a vontade política de governo, que contém em sua estrutura órgãos públicos como realizadores da ação governamental. Para Carvalho Filho (2012), “pode-se conceituar órgão público como o compartimento na estrutura estatal a que são cometidas funções determinadas, sendo integrado por agentes que, quando as executam, manifestam a própria vontade do Estado” (Carvalho Filho, 2012: 15). Nessa perspectiva, os ministérios da APF brasileira são órgãos que executam a vontade da pessoa jurídica chamada União, e nessa condição produzem e acumulam documentos em razão das suas ações administrativas de governo.

Com base nesse entendimento, existe toda uma normatização que trata das responsabilidades e das diretrizes orientadoras para os arquivos. Dessa forma, a Lei Nacional de Arquivos, LDSPNAPP 8.159/1991, de 8 de janeiro, estabelece como dever do Poder Público a gestão documental e institui o Conselho Nacional de Arquivo – CONARQ, responsável pela formulação da política nacional de arquivos. A mesma lei atribui ao Arquivo Nacional brasileiro, como uma de suas competências, a gestão e o recolhimento dos documentos produzidos pelo Poder Executivo Federal. A avaliação de documentos é uma das operações previstas na gestão de documentos.

O D 4.073/ 2002, de 3 de janeiro, de regulamentação da referida lei, prevê que o CONARQ tem como uma de suas finalidades, a orientação normativa com vistas à gestão de documentos. Da mesma forma, tal decreto define que os órgãos da administração pública devam criar Comissão Permanente de Avaliação de Arquivo de Documentos - CPAD, com objetivo de orientar e realizar o processo de análise, avaliação e

seleção dos documentos produzidos e acumulados, por tais instituições. Em decorrência dessa diretiva, cada ministério deve publicar portaria instituindo a referida comissão.

O CONARQ estabeleceu diversas normativas que tratam da avaliação de documentos de arquivo, tais como as resoluções: R2/1995; 6/1997; R20/2004; R 24/2006; R25/2007; R36/2012 e R40/2014. A Resolução 14/2001, de 24 de outubro instituiu o Código de Classificação de documentos de arquivo e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos - TTDD, relativos às atividades-meio para a administração pública. Essa resolução apresenta a o código e a tabela após reformulação e revogações das resoluções R4/1996 e a R8/1997, cuja implantação estava em fase experimental. Elas foram resultados de estudos de vários profissionais de arquivo, membros da Câmara Técnica de Avaliação de Documentos do CONARQ, que propuserem também critérios de avaliação.

A tabela de temporalidade é apresentada como ferramenta resultante da avaliação de documento. Nela consta a definição dos prazos de guarda dos documentos, no arquivo corrente e intermediário, com a destinação dos documentos para a eliminação ou ao arquivo permanente, ocasião em que os documentos são vistos como prova, informação e pesquisa. Essa tabela funda-se nas funções e atividades do órgão, com base no conteúdo da informação dos documentos.

Orientam que, para elaborar a tabela de temporalidade, devem ser observados os princípios da teoria das três idades. E o processo de avaliação de documentos deve ser considerado a função pela qual o documento foi criado. Como também, que a identificação dos valores primários e secundários será atribuída aos documentos, a depender do potencial de uso desses.

O valor primário é identificado como o de uso administrativo para o órgão, para cumprimento de fins administrativos, legais ou fiscais. O valor secundário é analisado para outras finalidades. Ele pode ser subdividido em probatórios, em que se comprova a existência do órgão; e, informativo, em que se trata de informações com quem o órgão se relaciona.

A tabela norteia o órgão a designar Comissão Permanente de Avaliação com atribuição de fazer adaptação, entre outras, da própria referida tabela. Além disso, tal comissão poderá desenvolver revisão periódica dessa ferramenta. Essa comissão designará grupo de trabalho com a responsabilidade de desenvolver:

1. Levantamento de dados relativos às funções e atividades desenvolvidas na área de administração geral, bem como naquelas específicas do órgão (atividades-fim);
2. Definição dos conjuntos documentais;
3. Entrevistas com servidores responsáveis pelo planejamento e execução das atividades às quais se referem os conjuntos documentais definidos, obtendo informações referentes à vigência, à legislação que regula as atividades e os prazos de prescrição, à existência de outras fontes recapitulativas, à frequência de uso dos documentos, e aos prazos de precaução, cuja necessidade é dilatada pelas práticas administrativas;
4. Levantamento de informações sobre linhas de pesquisa;
5. Processamento das informações e preenchimento dos campos da tabela;
6. Encaminhamento da proposta à Comissão Permanente de Avaliação para apreciação dos prazos de guarda e destinação (Arquivo Nacional, 2001: 47).

Apresentam, ainda, alguns critérios para a definição dos valores em relação às atividades-meio da Administração Pública. Consideram como documentos que deverão ser guardados de forma permanente aqueles que tratam das políticas, planos, projetos, programas de modernização, reforma administrativa, relatórios de atividades, ajustes, acordos e convênios, ações judiciais, normas, regulamentos e diretrizes, em relação com a administração geral da instituição.

Da mesma maneira, são considerados documentos permanentes os que tratam da organização e funcionamento, tais como: regimentos, regulamentos, estatutos, organogramas e estruturas, bem como os relativos às campanhas institucionais e divulgação das atividades dos órgãos, entre outros. A avaliação é relacionada, ainda, com a depuração da massa documental arquivística, em que são eliminados aqueles documentos que não contenham nenhum valor, e são preservados os que tenham valor para fins administrativos ou de pesquisa histórico-científica.

A Resolução 14/2001 reafirma, ainda, que a eliminação de documentos produzidos por instituições públicas e de caráter público será realizada após autorização da instituição de arquivo pública e responsabiliza os órgãos e entidades quanto a definição dos prazos de guarda e a destinação dos documentos em relação às atividades-fim, condicionados à aprovação da instituição arquivística pública.

O Decreto 4.915/2003 institui o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo, com atribuição de coordenar o trabalho de atividades de gestão de documentos da Administração Pública Federal brasileira. Tal sistema tem como uma de suas responsabilidades difundir normas relativas à gestão de documentos de arquivo, tendo o Arquivo Nacional como seu órgão central. Além disso, ele apresenta como órgãos setoriais, as unidades responsáveis pela gestão de documentos nos ministérios, com a competência de implementar e acompanhar a avaliação de documentos de arquivo.

8. RESULTADOS OBTIDOS

O levantamento foi realizado por meio do Serviço de Informação ao Cidadão, em conformidade com a LRA/PCF 12.527/2011, de 18 de novembro, que trata do acesso à informação. Utilizou-se o e-SIC do Poder Executivo Federal.

Procurou-se identificar diretivas específicas em cada órgão, referentes a avaliação de documentos, que reforçassem as orientações do CONARQ e do Arquivo Nacional. Todos os ministérios responderam às indagações dentro do prazo previsto na referida lei, de vinte dias com prorrogação de mais dez dias.

Do universo de vinte e quatro ministérios da Administração Pública Federal, menos da metade dos órgãos informaram possuir manual de gestão de documentos. Foi constatado que a grande maioria, não possui quaisquer manuais ou diretrizes internas a respeito do tema, conforme indica o gráfico a seguir.

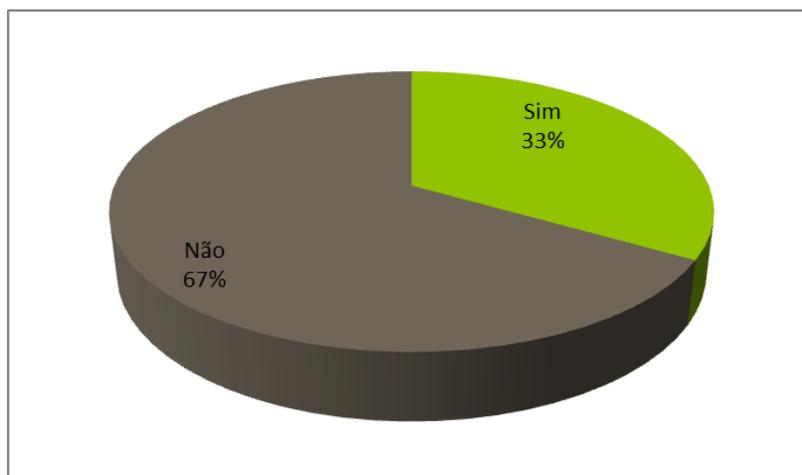


GRÁFICO 2 EXISTÊNCIA DE MANUAL ORIENTADOR PARA AVALIAÇÃO

Os documentos apresentados pelos órgãos consultados foram somente os relacionados com as portarias dos ministérios, referentes à formalização das Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos.

Apesar de muitos contarem com esta comissão, verificou-se que a maioria não possui instrumento regulador de tais Comissões, conforme o gráfico.

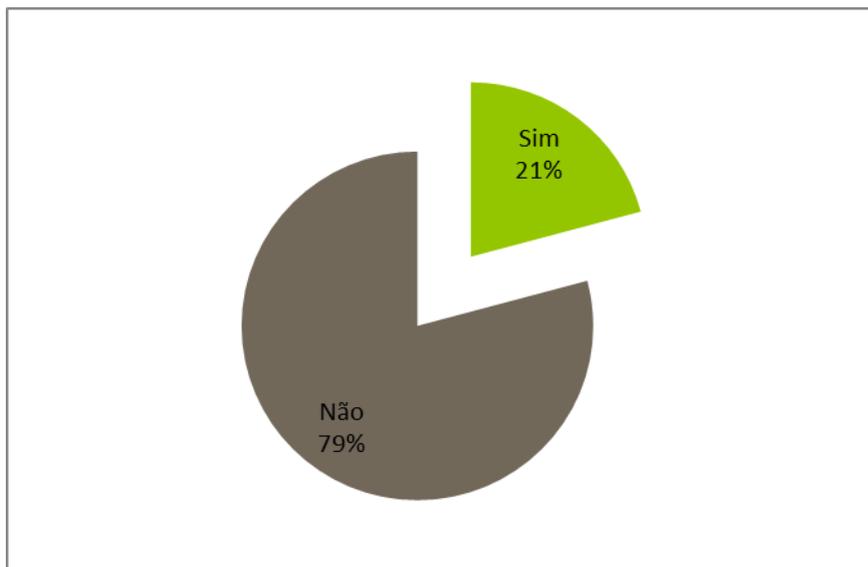


GRÁFICO 3 EXISTÊNCIA DE REGIMENTO INTERNO DA CPAD

Com relação à produção de Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo para às atividades-fim, constatou-se que mais de um terço afirma ter desenvolvido esse instrumento arquivístico. Dois dos órgãos que responderam afirmativamente esperam, ainda, aprovação da tabela pelo Arquivo Nacional. Os demais ainda trabalham na elaboração de tal instrumento.

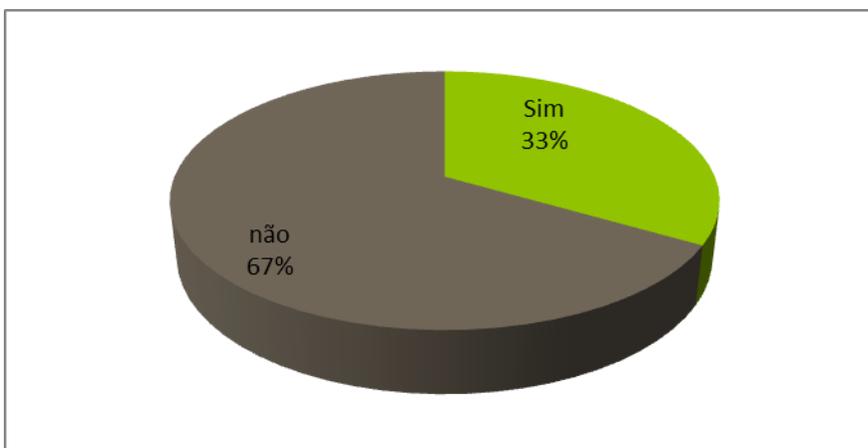


GRÁFICO 4 EXISTÊNCIA DE TTDD DA ÁREA FIM

Assim, fica evidenciado que poucos ministérios desenvolveram normativas internas a respeito da avaliação de documentos de arquivo. Mesmo aqueles que elaboraram e publicaram essas diretrizes se atêm somente às orientações do Arquivo Nacional, sem aprofundar as nuances de cada realidade objetiva própria, o que poderia enriquecer esse fazer, mesmo quando o Arquivo Nacional admite a possibilidade para algumas ações.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado na literatura produzida pelos estudiosos da avaliação de documentos de arquivo constata que existem várias proposições sobre essa temática. Schellenberg propôs a avaliação com base nos valores primários e secundários para os documentos de arquivo e no potencial de uso. Os

documentos considerados destituídos de valor secundário poderão, uma vez esgotado o seu valor primário, ser eliminados.

Ocorrem questionamentos a respeito dos critérios utilizados na avaliação Schellenberguiana. Especialmente, por não considerar no processo de avaliação o contexto social de produção de documentos, dando ênfase na valoração dos documentos na perspectiva do produtor, assim como na atribuição de relevância ao fator frequência de uso. No entanto, suas ideias ainda são plenamente aceitas.

A proposta da macroavaliação, de Terry Cook, que analisa o contexto de criação dos documentos de forma mais ampla, revelados pelas funções, programas e atividades que geram os documentos parece acrescentar um novo olhar. Em especial, na análise social dessa função arquivística.

Com relação à pesquisa empírica, verifica-se que as normativas orientadoras para avaliação de documentos de arquivo não são cumpridas em sua totalidade pelos ministérios da Administração Pública Federal. Embora sejam adotadas as normas emanadas do CONARQ e do Arquivo Nacional, existe um desacerto entre as ações para a efetivação da avaliação e os dispostos nas orientações.

Em relação à regulação interna dos ministérios para avaliação de documentos de arquivo, considerando que isso é um desdobramento das orientações do CONARQ e do Arquivo Nacional, observa-se que nem todos os órgãos ministeriais estabeleceram as Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos, embora exista esta obrigação legal. Além disso, poucas dessas comissões dispõem de regimento interno de funcionamento. Da mesma forma, poucas desenvolveram a Tabela de Temporalidade e Destinação relativa aos documentos da área fim.

Assim, conclui-se que os ministérios da Administração Pública Federal ainda não desempenham a avaliação de documentos de arquivo de forma satisfatória. Isso, em razão de que essa função arquivística é relevante para as organizações, assim como para a preservação da memória institucional e social. Existe um descompasso entre o que é exigido pela legislação nacional e o que é de fato cumprido por meio das normas internas.

10. REFERÊNCIAS

- Arquivo Nacional. (2001) *Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo: relativos às atividades-meio da administração pública*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Bernardes, I. P y Delatorre, H. (2008) *Gestão Documental Aplicada*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo.
- Bernardes, I. P. (1998). *Como avaliar documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo.
- Brasil. Decreto 4.073/2002, de 3 de janeiro, ele regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. *Diário Oficial da União*, 4 de janeiro de 2002 [en línea]. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm> [Consulta: 07 Agosto 2016].
- Brasil. Conselho Nacional de Arquivos [en línea]. Resolução nº 14/2001, de 24 de outubro. Disponível em <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/legislacao/resolucoes-do-conarq/256-resolucao-n-14,-de-24-de-outubro-de-2001.html>> [Consulta: 07 Agosto 2016].
- Brasil. Conselho Nacional de Arquivos [en línea]. Resolução nº 2/1995, de 18 de outubro. Disponível em <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/legislacao/resolucoes-do-conarq/500-resolucao-n2,-de-18-de-outubro-de-1995.html>> [Consulta: 07 Agosto 2016].

- Brasil. Conselho Nacional de Arquivos [en línea]. Resolução nº 20/2004, de 16 julho. Disponível em <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/legislacao/resolucoes-do-conarq/262-resolucao-n-20,-de-16-de-julho-de-2004.html>> [Consulta: 07 Agosto 2016].
- Brasil. Conselho Nacional de Arquivos [en línea]. Resolução nº 24/2006, de 3 agosto. Disponível em <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/legislacao/resolucoes-do-conarq/266-resolucao-n-24,-de-3-de-agosto-de-2006.html>> [Consulta: 07 Agosto 2016].
- Brasil. Conselho Nacional de Arquivos [en línea]. Resolução nº 25/2007, 27 de abril. Disponível em <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/legislacao/resolucoes-do-conarq/267-resolucao-n-25,-de-27-de-abril-de-2007.htm>> [Consulta: 07 Agosto 2016].
- Brasil. Conselho Nacional de Arquivos [en línea]. Resolução nº 36/2012, de 19 de dezembro. Disponível em <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/legislacao/resolucoes-do-conarq/278-resolucao-n-36,-de-19-de-dezembro-de-2012.html>> [Consulta: 07 Agosto 2016].
- Brasil. Conselho Nacional de Arquivos [en línea]. Resolução nº 40/2014, de 9 de dezembro. Disponível em <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/legislacao/resolucoes-do-conarq/282-resolucao-n-40,-de-9-de-dezembro-de-2014.html>> [Consulta: 07 Agosto 2016].
- Brasil. Conselho Nacional de Arquivos [en línea]. Resolução nº 5/1996, de 30 de setembro. Disponível em <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/legislacao/resolucoes-do-conarq/247-resolucao-n-5,-de-30-de-setembro-1996.htm>> [Consulta: 07 Agosto 2016].
- Brasil. Conselho Nacional de Arquivos [en línea]. Resolução nº 6/1997, de 15 de maio. Disponível em <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/legislacao/resolucoes-do-conarq/248-resolu%C3%A7%C3%A3o-n-6,-de-15-de-maio-de-1997.html>> [Consulta: 07 Agosto 2016].
- Brasil. Decreto 4.915/2003, de 12 de dezembro, ele dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, da administração pública federal, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 15 de dezembro de 2003 [en línea]. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4915.htm> [Consulta: 07 Agosto 2016].
- Brasil. Lei 12.527/2011, de 18 de novembro, regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 18 de novembro de 2011 [en línea]. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm> [Consulta: 07 Agosto 2016].
- Brasil. Lei 8.159/1991, de 8 de janeiro, dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 9 de janeiro de 1991 [en línea]. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm> [Consulta: 07 Agosto 2016].
- Carvalho Filho, J. S. (2012) *Manual de direito administrativo*. 25nd ed. Atlas, São Paulo.
- Cook, T. (1996) 'Entrevista com Terry Cook para Revista InCID', *InCID*, v. 3, n. 2, pp. 142-156.
- Cook, T. (1996) 'Interacción entre la Teoría y la Práctica Archivística desde la Publicación del Manual Holandés em 1898', palestra apresentada em *XIII Congresso Internacional de Arquivos, Pequim, 2 a 7 de setembro de 1996*, Conselho Internacional de Arquivos, Pequim.

- Cook, T. (2006) 'Macroappraisal in Theory and Practice: Origen, Characteristics, and Implementation in Canada, 1950 – 2000', *Archival Science*, n.5, pp.101-161.
- Del Moral, A. D (2010) *Manual de archivos de oficina para gestores*, Ediciones Jurídicas y Sociales, Madrid.
- Di Pietro, M. S. Z (2007) *Direito Administrativo*, Editora Atlas, São Paulo.
- Duchein, M. (1993) 'Prólogo', em J. LLansó I Sanjuan, *Gestão de documentos: definicion y analisis de modelos*, Departamento de Cultura del Gobierno Vasco, Bergara.
- Meirelles, H. L (1997) *Direito Administrativo Brasileiro*. 22nd ed. Malheiros Editores, São Paulo.
- Oliveira, D. A (2013) 'La evaluación funcional aplicada en los municipios brasileños', em C. N Fenoglio, A. L.M Navarro & R. U Alpizar (Coords.), *Evaluación de Documentos en Iberoamérica*, 1ª Edição, Encuentro Grupo Editor, Córdoba.
- Oliveira, L. H (2013) 'Sobre la constitución de la memoria social. Hacia una valoración de documentos postmoderna', palestra apresentada em *Jornadas Archivando: la valoración documental, 7 de novembro de 2013*, Fundación Sierra-Pambley, León.
- Schellenberg, T.R (2002) *Arquivos Modernos: princípios e técnicas*. 2ª Edição, FGV, Rio de Janeiro.

LAS POLÍTICAS INFORMACIONALES EN ECUADOR Y EL PAPEL DE LAS BIBLIOTECAS: AVANCES DE LA INVESTIGACIÓN PROMETEO

Sara Martinez Cardama, Mercedes Caridad Sebastian

Resumen

El presente texto pretende hacer un recorrido por los ítems de la investigación PROMETEO que son: a) el análisis del cambio hacia políticas de información que han supuesto el cambio de matriz productiva gracias al conocimiento y el empoderamiento digital y b) El papel de las bibliotecas como agente de cambio en este proceso.

Se evalúa el grado de implicación en materia de las Políticas de Información, y específicamente el rumbo que siguen hacia un tejido productivo marcado por las industrias de contenidos digitales; así como las perspectivas de presente y futuro. Se destaca y muestra la mejora en indicadores en conectividad y la amplitud de oferta y servicios basados en TIC en los últimos años. Sin embargo, en el ámbito informacional se manifiesta el estado incipiente de investigación en el ámbito de las bibliotecas y centros de documentación.

Se concluye analizando los datos obtenidos sobre el estado de las bibliotecas, así como recomendaciones derivadas de la propia comunidad profesional que inciden en la necesidad de programar cursos de grado y posgrado específicos con el fin de realzar la figura del bibliotecario en la sociedad ecuatoriana y a la vez contribuir a la mejora de las Políticas de información del país.

Palabras clave: Ecuador, Políticas de Información, bibliotecas, Políticas TIC, Competencias Informacionales

Abstract

This text aims to provide an overview of the main items of the PROMETEO Research Project, developed in Ecuador from 2015 to 2016. These pillars are: a) The analysis of the change in the development of Informational Politics, thanks to the changes in the production matrix and the action oriented-vision to Digital Empowerment, and b) the libraries role as a real factor for change in this process.

The level of the governmental implication is evaluated. Specifically, the policies aimed to develop a production framework based in Digital Content Industries. The importance of the improvement in the connectivity indicators and the big range of ICT services and models are emphasized. However, Informational Policies show an incipient research activity in Library and Information Field.

The analysis about Ecuadorian Libraries situation and the recommendations gathered by the professionals stress the necessity of programming Degree and Master Programs to improve the social role of librarians and, at the same time, improve the Informational Policies in the country.

Keywords: Ecuador, Information Policies, Libraries, ICT Politics, Information Skills

1. INTRODUCCIÓN

Ecuator desde hace unos años ha puesto los cimientos para el desarrollo de la Economía del Conocimiento. Con la llegada al poder de Rafael Correa en 2007 y su Gobierno de Revolución Ciudadana, la educación y especialmente el sistema universitario sufrieron grandes modificaciones a partir de la reformulación de la Carta Magna y el proceso de acreditación nacional de universidades.

En medio de este proceso de evaluación y búsqueda de excelencia del Sistema Universitario Ecuatoriano, la Secretaría de Educación Superior, Ciencia y Tecnología e Innovación lanza un proyecto de fortalecimiento de la investigación internacional a través del Programa PROMETEO para fortalecer la relación entre investigadores extranjeros y ecuatorianos con lazos en el exterior.

Se presenta en esta comunicación el desarrollo del proyecto concedido en materia de Políticas de Información, así como su gestión y resultados preliminares. El título del proyecto, cuyo título genérico responde a “Evaluación de la sociedad del conocimiento en Ecuador: Desarrollo en Contenidos Digitales”, tiene varios ejes de estudio: a) Radiografía de las Políticas Informacionales del País y propuestas de mejora, b) evaluación del papel de las bibliotecas universitarias como agente de cambio en el desarrollo de un marco de provisión de servicio de contenido digital y c) la evaluación de la efectividad de las Políticas informacionales a través del empoderamiento digital de sus ciudadanos, para los que se tomó como muestra los infocentros del país.

Así pues, el proyecto plantea como eje los contenidos digitales y el nivel de apropiación tecnológica de los mismos. Su explicación y fases se detallan a continuación, incluyendo antes un apartado introductorio sobre las líneas que guían las Políticas del País y su desarrollo.

2. ECUADOR Y EL DESARROLLO PROGRAMÁTICO DEL SUMAK KAWSAY: LA FILOSOFÍA DEL BUEN VIVIR

El Sumak Kawsay constituye un vocablo procedente de la Cosmovisión indígena. En su significado literal Sumak hace referencia a la realización ideal del planeta, mientras que por su parte Kawsay significa una vida digna y en plenitud.

El término es adoptado en su traducción Buen vivir por pensadores ecuatorianos, y supone una las líneas fundacionales del Gobierno de Revolución Ciudadana y de la nueva Constitución, así como la base para entender un nuevo tipo de desarrollo económico y social. Constituye, por tanto, una visión rupturista con el Capitalismo y representa toda una propuesta conceptual y política a partir del equilibrio integral de los procesos sociales, económicos y ambientales (García Álvarez, 2013).

La Constitución de 2008 refleja de manera integral esta visión. Así, establece en el preámbulo la voluntad de construir:

Una nueva forma de convivencia ciudadana, en diversidad y armonía con la naturaleza, para alcanzar el buen vivir, el sumak kawsay;

Asimismo, reconoce como deber primordial del estado:

Planificar el desarrollo nacional, erradicar la pobreza, promover el desarrollo sustentable y la redistribución equitativa de los recursos y la riqueza, para acceder al buen vivir

El Buen Vivir vuelve a ser citado en el articulado sobre Salud, Responsabilidades ciudadanas, Participación en Democracia y a lo largo del Título VI de Régimen en Desarrollo, al que se vincula este concepto estableciendo:

El régimen de desarrollo es el conjunto organizado, sostenible y dinámico de los sistemas económicos, políticos, socio-culturales y ambientales, que garantizan la realización del buen vivir, del *sumak kawsay*

El artículo 277 establece las líneas programáticas de este concepto y su ejecución:

Para la consecución del buen vivir, serán deberes generales del Estado:

1. Garantizar los derechos de las personas, las colectividades y la naturaleza.
2. Dirigir, planificar y regular el proceso de desarrollo.
3. Generar y ejecutar las políticas públicas, y controlar y sancionar su incumplimiento.
4. Producir bienes, crear y mantener infraestructura y proveer servicios públicos.
5. Impulsar el desarrollo de las actividades económicas mediante un orden jurídico e instituciones políticas que las promuevan, fomenten y defiendan mediante el cumplimiento de la Constitución y la ley.
6. Promover e impulsar la ciencia, la tecnología, las artes, los saberes ancestrales y en general las actividades de la iniciativa creativa comunitaria, asociativa, cooperativa y privada

En concreto, vincula expresamente la puesta en marcha de políticas públicas y el desarrollo de la Ciencia y la Tecnología. Se articuló una Secretaría Nacional de Desarrollo (SENPLADES) para el seguimiento a través de políticas concretas de esta concepción que afecta a todas las capas y acciones de la sociedad. A través de esta Secretaría se programa el Plan del Buen Vivir (2013-2017) con 12 objetivos:

- *Objetivo 1. Consolidar el Estado democrático y la construcción del poder popular*
- *Objetivo 2. Auspiciar la igualdad, la cohesión, la inclusión y la equidad social y territorial*
- *Objetivo 3. Mejorar la calidad de vida de la población*
- *Objetivo 4. Fortalecer las capacidades y potencialidades de la ciudadanía.*
- *Objetivo 5. Construir espacios de encuentro común y fortalecer la identidad nacional, las identidades diversas, la plurinacionalidad y la interculturalidad.*
- *Objetivo 6. Consolidar la transformación de la justicia y fortalecer la seguridad integral, en estricto respeto a los derechos humanos.*
- *Objetivo 7. Garantizar los derechos de la naturaleza y promover la sostenibilidad ambiental territorial y global*
- *Objetivo 8. Consolidar el sistema económico social y solidario, de forma sostenible*
- *Objetivo 9. Garantizar el trabajo digno en todas sus formas*
- *Objetivo 10. Impulsar la transformación de la matriz productiva.*
- *Objetivo 11. Asegurar la soberanía y eficiencia de los sectores estratégicos para la transformación industrial y tecnológica.*
- *Objetivo 12. Garantizar la soberanía y la paz, profundizar la inserción estratégica en el mundo y la integración latinoamericana.*

El objetivo 11 vincula expresamente a la transformación tecnológica del País con metas concretas en servicios digitales como:

- *Alcanzar un índice de digitalización de 41,7.*
- *Alcanzar un índice de gobierno electrónico de 0,65*
- *Disminuir el analfabetismo digital al 17,9%*
- *Aumentar el porcentaje de personas que usan TIC al 50,0%*

Al margen de estas metas, se establece una visión de las TIC como desarrollo y no como un mero elemento estructural. El Plan Nacional para el Buen Vivir 2013-2017 que se constituye como el instrumento que rige

las Políticas públicas e inversión ecuatoriana y que contempla el uso de la Tecnología, la Innovación, el Conocimiento y la Formación de talento humano como elementos de desarrollo de las fuerzas productivas del país (Plan Nacional para el Buen Vivir 2013-2017).

Las tendencias para Políticas de Información se enmarcan en estrategias concretas, como las mencionadas en el siguiente epígrafe.

3. PLANES CONCRETOS PARA EL DESARROLLO DE LA ECONOMÍA DIGITAL

Para el desarrollo amplio de la Economía Digital y el cambio de la matriz productiva, en 2009 se crea como organismo competente el Ministerio de Telecomunicaciones y Sociedad de la Información. A través de él, se formula el siguiente Plan Sectorial y los planes que de manera directa fueron evaluados en el proyecto PROMETEO que aquí se expone:

Estrategia Ecuador Digital 2.0, definido como un Plan Sectorial que directamente depende del Plan Nacional de Buen Vivir, constituye el instrumento para actuar sobre los objetivos 2 y 11 de dicho documento, esto es, mejorar las competencias de la ciudadanía y la infraestructura tecnológica.

Pivota sobre tres elementos: los usuarios, las aplicaciones y la información e infraestructuras. Estos tres elementos derivarán en planes concretos (Figura 1). Estos son: Plan Nacional de Acceso Universal y Alistamiento Digital, Plan de Gobierno Digital y Plan Nacional de Banda Ancha.

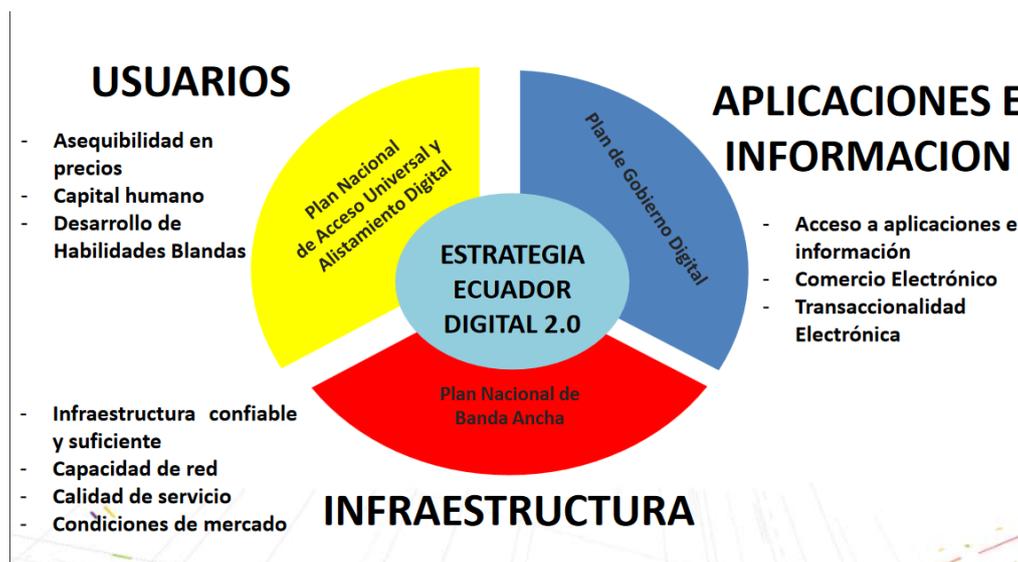


ILUSTRACIÓN 1 ESTRATEGIA ECUADOR 2.0. (FUENTE: MINTEL, 2014)

4. LA INVESTIGACIÓN PROMETEO: RESULTADOS PRELIMINARES

Vistos los elementos macroestructurales que inciden en la concepción de las políticas Informacionales de Ecuador, se expone a continuación el desarrollo y resultados de la ejecución de la investigación.

El programa PROMETEO implica estancias de larga duración para investigadores extranjeros o residentes en el exterior con el fin de fortalecer las capacidades científicas del país, crear redes de colaboración y realizar actividades docentes y de investigación.

La investigación que aquí se presenta tuvo su base en la Universidad Técnica Particular de Loja, con los siguientes ejes temáticos y resultados:

4.1 EVALUACIÓN DE LAS POLÍTICAS INFORMACIONALES ECUATORIANAS

Para este fin se redacta un Documento Marco sobre la Sociedad de la Información en Ecuador en el que se evalúan las actuales políticas, en concreto los Planes dependientes de la Estrategia Ecuador 2.0 (Ilustración 1).

Los resultados obtenidos muestran una clara vinculación institucional del PIB con la inversión en las TIC, concretamente con la penetración de la Banda Ancha, estableciendo ratios de 1% de penetración, se tiene un crecimiento en el Producto Interno Bruto (PIB) del 0,052%. (Ministerio de Telecomunicaciones y Sociedad de la Información, 2014). El compromiso institucional por tanto, es claro, en este sentido infraestructural.

Para verificar la aplicabilidad de las políticas y poder hacer recomendaciones, también se consultaron los índices TIC multidimensionales, aunque el resultado varía función de los indicadores aplicados.

El Índice Integral de Desarrollo TIC, desarrollado por CAF (Banco de Desarrollo de América Latina) presenta una medición basada en cuatro aspectos: infraestructura, capital humano, dimensión económica e institucional. Estos indicadores utilizados están basados en datos objetivos obtenidos en los diferentes países, institutos de estadística u otros organismos internacionales como la UIT.

La media de la región se sitúa en 3,65, siendo Brasil el país que obtiene mejor puntuación (4,53). Ecuador, se aproxima con un 3,47 con datos de 2013. Sería interesante verificar estos datos en la nueva edición del Índice Integral de Desarrollo TIC para constatar la mejora a todos los niveles que se han producido en Ecuador gracias en concreto a las políticas llevadas a cabo por el Ministerio de Telecomunicaciones y de la Sociedad de la Información.

Las mejores puntuaciones se obtienen en la dimensión económica e institucional, por lo que da idea del esfuerzo institucional en Políticas Públicas TIC (Ilustración 2).

ECUADOR

Calificaciones del Índice Integral de Desarrollo TIC

RANKING	ECUADOR
1. Institucional	4,01
2. Dimensión económica	4,20
3. Infraestructuras	3,41
4. Capital humano	2,24
Ranking general	3,47

ILUSTRACIÓN 2 CALIFICACIONES DEL ÍNDICE INTEGRAL DE DESARROLLO TIC PARA ECUADOR. (FUENTE: FUENTE: CAF, BANCO DE DESARROLLO DE AMERICA LATINA, 2013).

Comprobando con otros índices de tipo social, como el NRI (Networked Readiness Index), presentado en el Forum económico Mundial, se mide la relación directa de las TIC en la competitividad y bienestar

ciudadana. Este índice se calcula a través de 4 subíndices: de entorno, subíndice de preparación, subíndice de uso, subíndice de impacto. La división de los subindicadores puede verse en la Tabla 1:

Índice	Pilares
Subíndice de entorno	Entorno político y regulatorio. Entorno de innovación y negocios.
Subíndice de preparación	Infraestructura y contenido digital. Recursos. Destrezas y habilidades.
Subíndice de uso	Uso de individuos. Uso de empresas Uso del gobierno
Subíndice de impacto	Impacto económico. Impacto social.

TABLA 1 DIVISIÓN DE LOS SUBINDICADORES

En el año 2014, Ecuador obtuvo una puntuación de 3,9 sobre 7 ocupando el puesto 82 entre 144 países analizados. Sin embargo, el Ministerio de Telecomunicaciones en 2014 muestra la evolución lineal de este indicador (Gráfico 1):

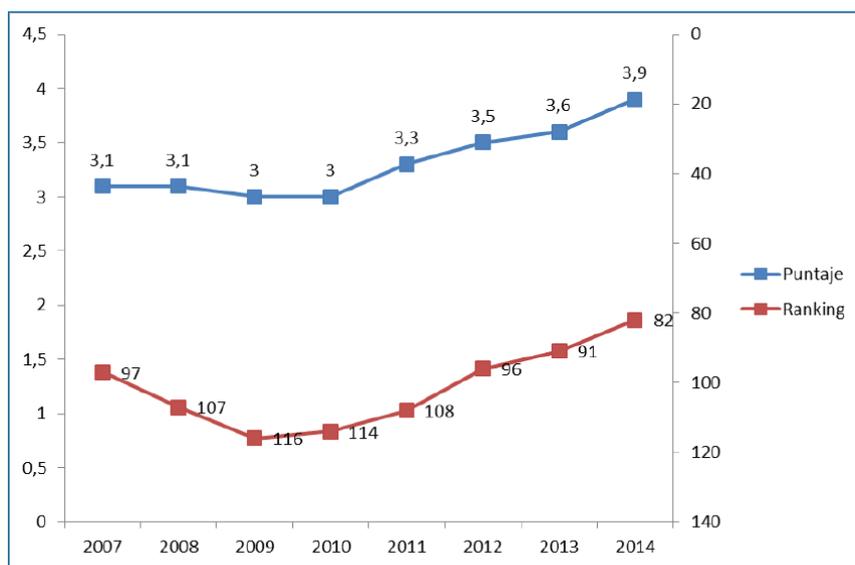


GRÁFICO 1 EVALUACIÓN DEL NRI (NETWORKED READINESS INDEX). FUENTE: MINISTERIO DE TELECOMUNICACIONES DE ECUADOR, 2014.

En indicadores específicos de Gobierno electrónico, por ejemplo, el EGDÍ (Índice de Desarrollo del Gobierno Electrónico de las Naciones Unidas), Ecuador sí supera la media mundial y de América Latina, mejorando 19 puestos su posición con respecto a 2012.

Los investigadores del presente PROMETEO extrajeron conclusiones positivas acerca la visión infraestructural y gubernamental a la hora del desarrollo de Políticas; sin embargo, éstas todavía debían ser mejoradas a nivel de Impacto y capacitación tecnológica en destrezas y aplicabilidad TIC. Esta conclusión nos llevó a continuar la investigación hacia el Plan de Acceso Universal y Alistamiento Digital y evaluar desde la base de los infocentros la aplicabilidad de estas políticas (Punto 3.3).

Para la evaluación de estas políticas se presentó un análisis DAFO de evaluación (Martínez Cardama, Gonzales Cordova, Caridad Sebastián, 2015) cuyo resumen se presenta en la Tabla 2:

Fortalezas	Debilidades
<ul style="list-style-type: none"> • Implementación de programa de Acceso Universal a las Tecnologías de Información y Comunicación (TIC) • Plan Nacional de Banda Ancha con un avance continuo. • Avance rápido: en 2006 la banda ancha era de 3.500 kilómetros y en 2013 se alcanzó los 35.000 kilómetros. • Ecuador tiene una posición relevante en el mercado Latinoamericano como estado asociado de MERCOSUR o miembro de ALBA-TCP. • El cambio de la Matriz Productiva, fortalece la Sociedad del Conocimiento en Ecuador. 	<ul style="list-style-type: none"> • Las TIC están muy vinculadas al al Sector Público. • El Sector Empresarial está muy fragmentado y eso impide la concentración de las políticas públicas. • La dependencia en el Sector Público en las subvenciones • Bajo impacto y capacitación TIC en indicadores internacionales.
Amenazas	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> • Gran competencia exterior • Muy poca colaboración Empresa-Universidad • Escasa suscripción individual a servicios TIC especialmente en el entorno móvil • Desequilibrio regional en los indicadores TIC en el país 	<ul style="list-style-type: none"> • Constante internalización del sector • Mercado hispanohablante • Importante infraestructura de las TIC • Incorporación y uso mayor de las TIC entre gobiernos, empresas e individuos • Gran inversión en la oferta formativa del país. • Auge e incremento del acceso a la información, grandes potencialidades por medio de los Infocentros Comunitarios. • Administración electrónica y servicios a los ciudadanos

TABLA 2 ANÁLISIS DAFO SOBRE EL POTENCIAL ECONÓMICO DE LOS CONTENIDOS DIGITALES EN ECUADOR. (FUENTE: MARTÍNEZ CARDAMA, GONZALES CORDOVA, CARIDAD SEBASTIÁN, 2015 Y MINISTERIO DE TELECOMUNICACIONES Y SOCIEDAD DE LA INFORMACIÓN, 2014)

4.2 LOS CONTENIDOS DIGITALES Y LAS BIBLIOTECAS UNIVERSITARIAS COMO FACTOR DE CAMBIO

Las Universidades en Ecuador han sido desde 2008 sometidas a un proceso de acreditación nacional por el órgano competente (el CEEAES) clasificando a los centros educativos en A, B, C, D y E. Las tres primeras categorías (A, B y C) están por encima de la media de la aplicación de los indicadores en materia de docencia, investigación, gestión interna y resultados de estudiantes y su entorno. Este proceso llevó al cierre de 26 Universidades consideradas categoría E y a la “cuarentena” a universidades en categoría D que se deben someter a nuevas evaluaciones para pasar la acreditación.

Tipo de grupos de variables	Ítems de Estudio
1. Identificación y Descripción de la situación de las bibliotecas universitarias en Ecuador	Personal Colección Física Volumen de la colección % de la colección impresa Servicios bibliotecarios
2. Contenidos digitales. Herramientas de acceso	Repositorio institucional. Herramientas de descubrimiento, metabuscadores etc. OPAC Redes Sociales
3. Libros electrónicos: uso, distribución y tasa de penetración en las bibliotecas universitarias	% de libros digitales Préstamo de dispositivos de acceso a contenidos Cooperación. Compra consorciada. Producción de material multimedia por parte de la biblioteca
4. Situación bibliotecaria en Ecuador: presente y prospectiva	Necesidades del sector Nivel de asociacionismo Necesidades formativas de grado y posgrado Penetración de las TIC en las bibliotecas Valoración de la figura del bibliotecario en Ecuador

TABLA 3 GRUPOS DE VARIABLES E INDICADORES DE ESTUDIO EN LA ENCUESTA A LAS BIBLIOTECAS UNIVERSITARIAS ECUATORIANAS. (FUENTE: ELABORACIÓN PROPIA)

En el marco evaluador en el que se está desarrollando la universidad ecuatoriana, se consideró relevante realizar un apartado de la investigación dedicado a las bibliotecas universitarias, ya que de los indicadores utilizados por el CEAES solo 4 se dedican a la evaluación de la biblioteca, y todos, desde una perspectiva infraestructural.

El presente estudio trata de ser innovador en Ecuador, ya que no se trata de evaluar a las bibliotecas desde una perspectiva de infraestructura sino como proveedores de contenidos, y específicamente digitales. Su justificación radica en que ningún proceso educativo puede desarrollarse al margen de la institución biblioteca, ésta debe ser el epicentro de apoyo para la docencia y la investigación. Asimismo, en el marco de este proyecto, se entiende a las bibliotecas universitarias (las más avanzadas del país) como un elemento esencial para tomar pulso a la Sociedad de la Información en Ecuador. Este estudio de caso, se realizó mediante una encuesta. La encuesta planteada se desarrolla en cuatro bloques de contenidos con los siguientes ítems o categorías de estudio (Tabla 3):

La elaboración del plan de investigación, tuvo las siguientes fases:

- Definición de objetivos e hipótesis.
- Elaboración del cuestionario.

- Definir la muestra de estudio.
- Elaborar las preguntas (Tipos de respuestas, escalas, preguntas de ordenación).
- Aplicación del cuestionario o pre-test.
- Validación del pre-test.
- Tratamiento estadístico de los resultados.
- Elaboración del informe final y distribución masiva de la herramienta de evaluación.

A través del COBUEC (Consortio de Bibliotecas Universitarias de Ecuador), y el SENECYT se definió una muestra de 56 bibliotecas universitarias. De estas 56, se obtuvo respuesta por parte de 25 obteniendo una tasa de respuesta del 44,6%. Para su desarrollo, se realizaron tres recordatorios desde Abril de 2015 hasta Febrero de 2016. En este último, se contactó con las oficinas de Rectorado para la obtención de respuestas.

Sobre los resultados, en proceso de verificación institucional, puede avanzarse:

- La escasa tradición de oferta formativa de grado y posgrado en Biblioteconomía y Documentación, con plantillas escasas y con formación no especializada en muchas ocasiones.
- La todavía escasa visión de la biblioteca como un eje potenciador de la calidad universitaria: déficit en las aulas y espacios de trabajo, problemas presupuestarios con el mantenimiento de la colección...
- El escaso desarrollo de Políticas aplicadas al Marketing Online y el desconocimiento de competencias asociadas a esos perfiles profesionales
- La necesidad detectada a través de las preguntas de opinión, de una mejora de la visibilidad de la figura del bibliotecario a través de la puesta en marcha de planes de grado y posgrado en el país.

Escasa vinculación con el asociacionismo por parte de los profesionales bibliotecarios.

5. EL EMPODERAMIENTO DIGITAL COMO PERSPECTIVA PARA LA EVALUACIÓN DE LAS POLÍTICAS INFORMACIONALES: EL PAPEL DE LOS INFOCENTROS

El empoderamiento digital, como perspectiva para la evaluación de las Políticas de Información, constituye el reto de evaluar la apropiación real del impacto de las TIC en las actividades personales y profesionales de los individuos. Así lo muestra el Plan Nacional de Acceso Universal y Alistamiento digital (PLANADI) en sus dos etapas:

- Una primera, PLANADI 1.0, sobre la introducción a las TIC a nivel usuario
- La etapa 2.0, PLANADI 2.0, conectada a la praxis social de las TIC, con módulos dedicados a los servicios digitales públicos, redes sociales o emprendimiento a través de las TIC

En concreto, este plan TIC se orienta a los sectores menos favorecidos, a través de la Red Nacional de Infocentros y de las Aulas móviles. Para esta investigación, se contó con la Red Nacional de Infocentros para la puesta en marcha de una encuesta. En concreto, a través del Ministerio, se ha obtenido información de 776 telecentros con los datos de los facilitadores y su distribución geográfica. La muestra es amplia ya que en 2014 el MINTEL establece la cantidad de 489 infocentros con el reto de ampliarlo a 1000 en 2017.

Los infocentros tienen una cobertura del 78% del total de cantones rurales del país, contando además con modalidades como Megacentros para cubrir varias regiones, por lo que esta investigación que está todavía vigente permitirá conocer la realidad de estas comunidades del país.

La investigación se centra fundamentalmente en dos colectivos concretos: mujeres y comunidades indígenas, para averiguar las posibles brechas existentes y la existencia de programas especializados para la mejora de la apropiación TIC.

6. TRABAJOS FUTUROS

La investigación PROMETEO continúa en marcha en el apartado de la evaluación de los infocentros de la que se espera obtener resultados en los próximos meses.

Los modelos de evaluación presentados en cada uno de los apartados del proyecto, han permitido testar la situación de las Políticas Informacionales de Ecuador en cada una de sus vertientes y realizar propuestas de actuación en relación a las políticas públicas encaminadas a: por un lado, fomentar la inclusión social a través de las TIC, y por el otro, reforzar la importancia de las bibliotecas universitarias y el perfil del bibliotecario académico en el proceso de acreditación nacional de las universidades ecuatorianas.

7. BIBLIOGRAFÍA

Álvarez García, S. (2013) Sumak kawsay o buen vivir como alternativa al desarrollo en Ecuador. Aplicación y resultados en el gobierno de Rafael Correa (2007-2011). Universidad Complutense de Madrid

CAF (Banco de Desarrollo de América Latina) (2013). Hacia la transformación digital de América Latina: las infraestructuras y los servicios TIC en la región, 2013. Disponible en: http://publicaciones.caf.com/media/39809/informe_tecnologiacaf.pdf. (Acceso: 15/09/2015)

CEAAES. (Consejo de Evaluación, Acreditación y Aseguramiento de la Calidad de la Educación Superior). Categorización de universidades. Disponible en: <http://www.ceaaes.gob.ec/sitio/categorizacion-de-universidades/> (Acceso: 15/09/2015)

Ecuador Ministerio de Telecomunicaciones y Sociedad de la Información. (2014). Libro blanco de territorios digitales en Ecuador.

Ecuador. Constitución (2008). Disponible en: http://www.asambleanacional.gov.ec/documentos/constitucion_de_bolsillo.pdf

Ecuador. Ministerio de Telecomunicaciones y Sociedad de la Información. Disponible en: <http://www.telecomunicaciones.gob.ec/>.

Ecuador. Ministerio de Telecomunicaciones y Sociedad de la Información. (2014) Penetración de banda ancha incide directamente en crecimiento del PIB Disponible en: <http://www.telecomunicaciones.gob.ec/penetracion-de-banda-ancha-incide-directamente-en-crecimiento-del-pib/>

Ecuador. Secretaria Nacional de Planificación y Desarrollo. Plan del buen vivir (2013-2017). Disponible en: <http://www.buenvivir.gob.ec/> (Acceso: 15/09/2015)

Martínez Cardama, S, Gonsales Cordova y Caridad Sebastián, M. (2015). "La Sociedad del Conocimiento en el entorno europeo y latinoamericano: el caso de Ecuador y España". *Ciência da Informação*, vol. 41, No 2/3, pp.143-162.

CIDADE E CULTURA: BIBLIOTECAS PÚBLICAS E POLÍTICAS CULTURAIS MUNICIPAIS

Alessandro Rasteli, Rosângela Formentini Caldas

Universidade Estadual Paulista

Resumo

Avalia-se que as bibliotecas públicas brasileiras estejam entre dois tempos: o seu próprio modelo, que remete ao século XIX, e a necessidade de trazê-las para o século XXI. Enquanto o primeiro tempo deve ser superado, o segundo ainda deverá ser alcançado, como desafio técnico e político-social. Os avanços tecnológicos, os processos mediadores, além das necessidades informacionais e culturais da população exigem que os bibliotecários desenvolvam, além das funções que lhes são atribuídas, um engajamento junto às políticas culturais públicas. Para tanto, o objetivo deste estudo é o de realizar um levantamento bibliográfico, relacionando as bibliotecas públicas e o início das implantações das políticas culturais, englobando a promoção do livro, da leitura e da biblioteca junto aos municípios brasileiros. Entende-se que analisar as políticas culturais para bibliotecas possa se refletir sobre a atuação do bibliotecário como advocacy, ressaltando o seu papel como influenciador social e político. Este estudo possui abordagem qualitativa, de natureza exploratória, cujo método é a pesquisa bibliográfica. Percebeu-se que a biblioteca enquanto espaços de cultura alinha-se com o conceito de biblioteca-centro cultural e de sua função social, questionando-se a proposta de centros culturais que possam atender as demandas diversas da sociedade pós-moderna

Palavra-chave: Bibliotecas públicas, políticas culturais. Cultura, desenvolvimento social. Biblioteca, centro cultural. Biblioteca pública, funções.

Abstract

This research evaluates that Brazilian public libraries are between two periods: their own model, which refers to the nineteenth century, and the need to bring themselves to the twenty-first century. While the first time must be overcome, the second still has to be achieved, as a technical, social and political challenge. Technological advances, mediating processes, as well as the population's informational and cultural needs, require librarians to develop, in addition to the functions assigned to them, an engagement with public and cultural policies. In this way, the objective of this study is to carry out a bibliographical survey, relating the cultural policies in public libraries and the beginning of the implementation of these policies, including the promotion of books, reading, and library, working together to Brazilian municipalities. It is understood that analyzing cultural policies for libraries can reflect on the role of the librarian as advocacy, highlighting its role as a social and political influencer. This study has a qualitative approach, of exploratory nature, whose method is the bibliographic research. It was noticed that the library, as space of culture, is aligned with the concept of cultural library centre and its social function, questioning the proposal of that cultural centres can meet the diverse demands of postmodern society.

Keywords

Public libraries - cultural policies. Culture - social development. Library - cultural center. Public library - functions.

INTRODUÇÃO

O aparecimento das bibliotecas públicas foi resultante das transformações sociais ocorridas com o desenvolvimento da indústria e a crescente urbanização dos séculos XVIII e XIX. Almeida Júnior (1997) articula que as bibliotecas públicas, tal como as conhecemos hoje, mantidas pelo Estado, com funções específicas e com a intenção de atender a todos, surgem na segunda metade do século XIX, nos Estados Unidos e Inglaterra.

No Brasil, a primeira biblioteca pública implantada foi a Biblioteca Pública da Bahia, em 1811. Após esse período, as instituições de leitura, como as bibliotecas públicas e os gabinetes de leitura começam a se alastrar pelos centros urbanos, promovidas pelo Estado ou pela iniciativa privada. Milanesi (1983) destaca que a ação governamental em relação a essas instituições de leitura era fraca. “Os governos sempre tomaram a iniciativa de doar livros como se isso pudesse ser um estímulo ao fortalecimento delas” (Milanesi, 1983, p. 37).

Ao longo do século XX, as bibliotecas públicas se proliferaram pelos diversos municípios brasileiros. Segundo dados veiculados pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas¹ (SNBP), em abril de 2015 totalizava-se no Brasil (6.102) bibliotecas públicas. Ainda que se perceba uma proliferação de bibliotecas públicas em solo brasileiro, Machado (2010) ressalta que na prática pouco foi feito para apoiar efetivamente essas instituições.

Neste contemporâneo, espera-se que a biblioteca pública conquiste o seu espaço quanto à democratização ao acesso à informação e assuma um caráter efetivo na vida da comunidade. Nesse prospecto, a biblioteca poderá se tornar um “espaço de encontro, interação, busca, diálogo, prazer, descoberta, aventura, cidadania e fortalecimento dos laços locais” (Cavalcante, 2010, p. 10), sobretudo, um espaço agradável e atrativo, que fortaleça não somente o caráter educativo da biblioteca pública, mas sua função social e cultural, permitindo a construção da cidadania. Para que isto aconteça é necessário o estabelecimento de políticas públicas culturais, estruturadas e sérias, investimento consistente para transformar as bibliotecas em local de inclusão, participação cidadã e sustentabilidade social e informacional, (Cavalcante, 2010). Ferreira (2006) aponta que em se tratando de políticas públicas na área de bibliotecas, existem poucos estudos que demonstram concretamente o investimento do Estado nessa área e os resultados alcançados nas últimas décadas. Além disso, poucos são os trabalhos que tratam especificamente de políticas públicas locais, como atesta Assis (2013), ao dialogar que para os profissionais de informação, um grande problema enfrentado na área é a ausência de literatura sobre as bibliotecas públicas dentro do campo das políticas culturais.

Para tanto, o objetivo deste estudo é o de realizar um levantamento bibliográfico, relacionando as bibliotecas públicas e o início das implantações das políticas culturais, englobando a promoção do livro, da leitura e da biblioteca junto aos municípios brasileiros. Entende-se que analisar as políticas culturais para bibliotecas possa se refletir sobre a atuação do bibliotecário como advocay, ressaltando o seu papel como influenciador social e político.

Este estudo possui abordagem qualitativa, de natureza exploratória, cujo método é a pesquisa bibliográfica. Percebeu-se que a biblioteca enquanto espaços de cultura alinha-se com o conceito de biblioteca-centro cultural e de sua função social, questionando-se a proposta de centros culturais que possam atender as demandas diversas da sociedade pós-moderna.

¹ Dados das Bibliotecas Públicas no Brasil. Disponível em: <http://snbp.culturadigital.br/informacao/dados-das-bibliotecas-publicas/>

1. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Na abordagem qualitativa a representatividade numérica não é levada em consideração, mas sim, o aprofundamento da compreensão de uma organização, de instituição, de grupos sociais e de outros fenômenos. Quanto aos objetivos, a pesquisa enquadra-se em exploratória, já que se almeja proporcionar maior familiaridade com o problema, de forma a explicitá-lo. O método utilizado foi o de levantamento bibliográfico, através da literatura especializada em livros e em bases de dados de âmbito nacional como a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e a Biblioteca Digital Vêrsila, considerada a maior concentradora de acervos abertos acadêmicos sediada no hemisfério sul. O levantamento de dados foi realizado através de palavras-chave, empregando-se termos na busca como: funções das bibliotecas públicas, bibliotecas públicas e políticas culturais e políticas culturais públicas locais.

1.1 BIBLIOTECA PÚBLICA: EVOLUÇÃO DE SUAS FUNÇÕES

Durante séculos o conceito de biblioteca esteve atrelado a uma estrutura estática, destinada à conservação documental, onde o bibliotecário atuava como guardião do acervo, sem de fato, ter uma participação na comunidade. Nos países desenvolvidos, as bibliotecas públicas passaram a desempenhar um papel de grande relevância na vida social em seu entorno. A partir de sua função educativa, a biblioteca pública foi incorporando outras funções, como demonstra o quadro abaixo.



ILUSTRACIÓN 1 EVOLUÇÃO DAS FUNÇÕES DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS. FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES

Nas suas origens, as bibliotecas públicas tiveram como função primordial a educação: objetivava-se facilitar ao indivíduo a autoeducação ou o apoio às atividades formais de ensino. Moncada Patiño (2006, p. 41) entende a função educativa da biblioteca pública em “facilitar y promover a la comunidad y las personas de materiales y medios para la auto educación, para posibilitar la apropiación del conocimiento”. No início do século XX, os objetivos das bibliotecas públicas ampliam-se: seus serviços são alterados, passa-se a incorporar atividades relacionadas com a cultura geral e o lazer.

Avalia-se que na função cultural da biblioteca incluem-se as atividades de captação, preservação e divulgação dos bens culturais (materiais e imateriais) da comunidade, incluindo as diversas formas de manifestações culturais. De acordo com Moncada Patiño, a função cultural está em:

convertir el espacio de la biblioteca en centro cultural para la comunidad, donde se genere, rescate, preserve y difunda los valores y la identidad cultural, por medio de una participación activa, del disfrute y la apreciación de todas las expresiones culturales e artísticas. Como también, motivar a las personas para el buen uso del tiempo disponible, con la realización de servicios,

programas y actividades para el entretenimiento, la recreación y la cultura (Moncada Patiño, 2006, p.41- 42).

Nota-se que a função cultural da biblioteca pública apresenta diferentes desdobramentos, o que inclui a sua atuação em diversas formas de manifestações culturais, podendo tornar-se um dos principais centros da vida cultural da comunidade, proporcionando contatos, participação, criação, apreciação estética. Almeida Júnior (1997) observa uma produção incipiente de textos, dentro da área de Biblioteconomia, sobre a função cultural das bibliotecas públicas. São raros os trabalhos que discorrem sobre as informações culturais e artísticas no universo das bibliotecas em geral, o que acarreta também nas dificuldades enfrentadas pelo profissional da informação em relação ao desenvolvimento de práticas culturais e artísticas.

Gradativamente, a visão da biblioteca pública como instituição ligada exclusivamente à educação foi se alterando para incluir, além da cultura em geral e do lazer, novas funções de caráter comunitário, ligadas à necessidade de informações em atividades diárias (Mueller, 1984). A biblioteca começava a ser vista como uma instituição social, com responsabilidades em relação a grupos e comunidades, influenciada e influenciando a estrutura social que a circundava.

Nos Estados Unidos, novos tipos de serviços são iniciados, principalmente nos anos de 1960 e 70, como serviços voltados aos setores carentes, recrutamento das minorias, tomada de posição em assuntos sociais e políticos, cooperação com outras agências, defesa atuante da liberdade intelectual e de seus praticantes, reestruturação das bibliotecas pouco utilizadas e rejeição a toda limitação ao acesso às bibliotecas. Foi nesse período que surge uma nova função da biblioteca pública: a informacional.

Nesta atualidade, Moncada Patiño (2006, p. 42) destaca as funções econômicas e políticas para as bibliotecas públicas. Para o autor colombiano, a função econômica remete-se em “brindar y permitir el acceso a información pertinente y necesaria para el desarrollo económico de la comunidad y de esta manera dinamizar y apoyar las relaciones productivas que en ella se tejen, contribuyendo a mejorar su calidad de vida”.

Já a função política é denotada por Moncada Patiño em:

apoyar y estimular la participación conciente y activa en la política. Esta función se advierte como consecuencia de las posibilidades organizativas que pueda generar la biblioteca pública, además de su compromiso democrático que en esencia es político (Moncada Patiño, 2006, p.42).

Espera-se que as bibliotecas públicas possam suscitar a participação política da comunidade, com vistas à inserção da população à cidadania.

Em vários países, principalmente os europeus, os fluxos imigratórios cada vez se intensificam mais. De acordo com Romeral Pérez (2016), a biblioteca pública não pode se omitir, mas precisa, necessariamente, se adaptar a essa realidade sócio-cultural em contínuo movimento. Não apenas em coleções com a aquisição de materiais em outros idiomas, mas com o desenvolvimento de serviços, adequação de suas funções, auxiliando a incorporação dos imigrantes com vistas à integração social. Na esfera multicultural, desponta a atuação do bibliotecário como mediador intercultural, com funções relacionadas às diferentes culturas, aos imigrantes, comunidades e agências tais como o Centro de Participação e Integração dos Imigrantes (CEPIS).

A biblioteca pública, na sua missão social em relação aos aspectos multicultural e intercultural, pode tornar-se a catalisadora da diversidade, reconhecendo o direito às diferenças, realização de atividades culturais que promovam o multiculturalismo e a integração dos povos, como também em posicionar a biblioteca pública frente às redes sociais de imigração (Romeral Pérez, 2016).

Nessa perspectiva, avalia-se que a operacionalização de todas as funções da biblioteca pública deva proceder de acordo com um programa de ação orientado por políticas culturais, levando-se em consideração os objetivos a serem alcançados e as características da comunidade em que a biblioteca está inserida.

1.2 RETROSPECTIVA DAS POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL PARA O LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECA

Entende-se a política cultural, habitualmente, como um programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o intuito de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Esse conjunto de iniciativas articuladas por essas instâncias visa promover a produção, distribuição e uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e ordenamento do aparelho burocrático por ela responsável (Coelho, 2012).

A política cultural coloca-se, portanto, na perspectiva da democratização da cultura como direito à fruição, à experimentação, à informação, à memória, à participação, à criação no universo cultural. A política cultural adotada pelo Brasil a partir do século XIX foi protecionista, uma vez que exercia o mecenato junto aos artistas que viviam na Corte e promovia viagens à Europa para jovens talentosos que tinham seus projetos financiados pelo governo, além de postos diplomáticos e políticos para poetas e romancistas em uma verdadeira troca de favores (Lindoso, 2004). Essa situação perdurou durante todo o Império e somente foi alterada no período denominado República Velha, graças à expansão do sistema educacional e à autonomia alcançada em algumas áreas da produção artística. O quadro abaixo apresenta as principais instituições e ações governamentais sobre as políticas culturais relacionadas ao livro, leitura e bibliotecas no Brasil no decorrer do século XX.

Políticas culturais públicas	Criação	Situação
Departamento de Cultura da cidade de São Paulo	1936	Extinto em 1938
Instituto Nacional do Livro - INL	1937	Extinto em 1990
Serviço Nacional de Bibliotecas - SNB	1961	Extinto em 1969
Programa Nacional de Livro Didático - PNLD	1985	Até o momento
Fundação Nacional Pró-Leitura – Pró-Leitura	1987	Extinto em 1990
Fundação Biblioteca Nacional - FBN	1990	Até o momento
Programa Nacional de Incentivo à Leitura - PROLER	1992	Até o momento
Projeto “Uma Biblioteca em cada Município”	1995	Extinto em 2002
Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE	1997	Até o momento
Política Nacional do Livro e da leitura – Lei do Livro	2003	Extinto em 2006
Programa de Bibliotecas Rurais “Arca das Letras”	2003	Até o momento
Programa “Fome de Livro”	2004	Extinto em 2006

Prêmio "VIVALEITURA"	2006	Até o momento
Plano Nacional do Livro e da Leitura - PNLL	2006	Até o momento
Plano Nacional de Cultura - PNC	2010	Até o momento

TABLA 1 PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES, POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES PARA O LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECAS

Considera-se como marco inicial das políticas culturais no Brasil a criação do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo em 1935, tendo à frente os idealizadores Mário de Andrade e demais intelectuais paulistas como Rubens Borba de Moraes, Antônio de Alcântara Machado, Paulo Duarte e Sérgio Milliet.

O grupo de intelectuais remanescentes da Semana de Arte Moderna de 1922, entendiam as bibliotecas "como centros de irradiação de civilidade e instrumento de desarrollo social" (Galindo, 2012, p. 33). A proposta do Departamento estava voltada para a democratização da cultura: instituiu cursos musicais, incentivou pesquisas sociológicas, etnográficas; valorizou a cultura popular; estabeleceu uma recreação infantil pedagogicamente orientada; assim como criou a biblioteca que hoje leva o seu nome. A atuação do Departamento perdurou brevemente, quando em 1937 é instaurado o Estado Novo, pelo governo ditatorial de Getúlio Vargas.

No mesmo ano foi criado o Instituto Nacional do Livro (INL), com os objetivos de organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional, editar obras de interesse para a cultura nacional, criar bibliotecas públicas e estimular o mercado editorial mediante promoção de medidas para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país. Até a criação do INL, as poucas bibliotecas existentes eram de iniciativa particular e atendiam a pequena parte da sociedade, pois a população era em grande parte analfabeta. Todavia, para Suaiden (2000), a criação do INL foi uma resposta do governo à demanda dos intelectuais da Semana de Arte Moderna de uma política cultural para combater os altos índices de analfabetismo da classe operária.

Em 1961 é criado o Serviço Nacional de Bibliotecas (SNB), apresentando uma estrutura paralela ao INL, tendo como objetivo integrar e aperfeiçoar os serviços bibliotecários que ainda eram isolados. Oito anos após a sua criação, o SNB foi incorporado ao INL. No ano de 1976, o INL implantou o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP)² com a proposta de realizar um planejamento de bibliotecas que fosse integrado, cooperativo e racionalizado. Em 1992, o SNBP foi instituído como órgão subordinado diretamente a Fundação Biblioteca Nacional (FBN), que por sua vez está vinculada ao Ministério da Cultura (MinC).

O Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER)³ foi criado em 1992, na vigência do governo Fernando Collor, está vinculado à FBN, e encontra-se ativo até hoje. Após a criação do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), o PROLER passou a integrar um dos seus eixos.

Em 1995, foi criado o projeto "Uma biblioteca em cada Município", com objetivo de ampliar a rede de bibliotecas públicas municipais. Entretanto, Mozer (2006) empreende que o projeto sofreu críticas, pois o Ministério da Cultura não exigia a contratação de bibliotecários para a gestão das bibliotecas que estavam sendo criadas, como também não contribuía para a manutenção e fortalecimento das bibliotecas já existentes.

O Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), criado em 1997, distribui acervos de literatura para escolas públicas em todo o território. Em 2001, durante o governo de Fernando Henrique, o PNBE deixou de distribuir os acervos para as bibliotecas escolares, passando a destiná-los diretamente aos estudantes,

² Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Disponível em: <http://snbp.culturadigital.br/>.

³ Programa Nacional de Incentivo à Leitura. Disponível em: <http://proler.culturadigital.br/>.

o que deu início ao projeto Literatura em Minha Casa. Em 2004, o governo de Luís Inácio Lula da Silva suspende o projeto, redirecionando os livros novamente para as bibliotecas escolares.

O Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras⁴, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foi criado em 2003 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, tendo como objetivo incentivar o acesso e a leitura no meio rural.

Ainda no ano de 2003, é sancionada a Lei do Livro (10.753), instituindo a Política Nacional do Livro. Em 2004 o Ministério da Cultura desenvolveu e coordenou o Programa Fome de Livro vinculado à FBN, dando início à Política Nacional do Livro, Leitura e Bibliotecas instituída pela Lei do Livro. Essas ações deram início ao desenvolvimento das bases futuras para o Plano Nacional do Livro e Leitura. O Prêmio VIVALEITURA⁵, criado em 2005, tem o apoio dos Ministérios da Cultura e Educação, do Centro Regional para el Fomento del Libro en América Latina y el Caribe (CERLALC) e Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). São premiados projetos nas categorias: 1) Biblioteca Viva; 2) Escola Promotora de Leitura; 3) Território da Leitura; e 4) Cidadão Promotor de Leitura (pessoa física), que desenvolvam trabalhos na área de leitura. O VIVALEITURA integra as ações do PNLL, e em 2016, apresentou a sua oitava edição. O PNLL⁶ foi lançado em 2006, desdobra-se em quatro eixos: 1) Democratização do acesso; 2) Fomento à leitura e à formação de mediadores; 3) Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico e 4) Desenvolvimento da economia do livro.

O Plano Nacional de Cultura (PNC)⁷, foi instituído em dezembro de 2010, tendo por finalidade o planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo (até 2020) voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira.

A partir deste retrospecto, percebeu-se que várias políticas públicas não atenderam as demandas informacionais e culturais da população. Considera-se também que várias bibliotecas no território brasileiro sofrem pela ausência de políticas públicas, de investimentos, de capital humano com competências específicas para atuar como mediadores culturais. O fortalecimento das instituições culturais depende de políticas públicas que assegurem o direito constitucional à cultura; a proteção e promoção do patrimônio e da diversidade étnica, artística e cultural; a ampliação do acesso à produção e fruição da cultura em todo o território; a inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico.

1.3 O PAPEL DO MUNICÍPIO NO DESENVOLVIMENTO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Quando pensamos na esfera local, estamos nos referindo às políticas públicas criadas para bibliotecas pelos governos municipais e estaduais. No Brasil, de modo geral, as bibliotecas públicas estão subordinadas às Secretarias de Cultura dos Municípios ou dos Estados, sendo que em alguns municípios as áreas de Cultura e Educação são tratadas de maneira integrada em uma única secretaria – Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Dentro desse contexto, as bibliotecas públicas municipais sempre permaneceram vulneráveis às vontades de seus governantes locais. A maioria dos municípios não possui políticas públicas específicas para a área de bibliotecas e (8%) deles não possui sequer uma biblioteca pública (Censo, 2010). É conveniente

⁴ Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/arcadasletras/>.

⁵ Prêmio VIVALEITURA. Disponível em: www.premiovivaleitura.org.br.

⁶ Plano Nacional do Livro e Leitura. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/pnll>.

⁷ Plano Nacional de Cultura. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/Lei+12.343++PNC.pdf/e9882c97-f62a-40de-bc74-8dc694fe777a>.

perceber que alguns governos locais veem como um diferencial em sua gestão a construção de um prédio para abrigar a biblioteca pública. Em muitos desses casos, a inauguração é usada como fins eleitoreiros, e a biblioteca como espaço de ação fica relegada, tendo os governos subsequentes de lidar com o déficit deixado pelo seu antecessor.

Problemas como falta de recursos para manutenção do acervo e infraestrutura, além de salários inadequados, são comuns nos pequenos municípios do interior do país, o que inviabiliza a contratação de bibliotecários para atuar e implementar serviços de qualidade para a população. Ferreira (2006) também observa que o papel desempenhado pelo Estado na gestão das organizações públicas é quase sempre de omissão, descaso, pouco investimento, diminuta renovação dos quadros de pessoal, o que contribui para que as bibliotecas públicas estejam cada vez mais distanciadas dos setores populares, deixando, assim, de cumprir suas diversas funções sociais. Através de levantamento bibliográfico, constatou-se que são poucos os trabalhos que tratam especificamente de políticas públicas locais para bibliotecas, como atesta Assis (2013), ao apontar que para os profissionais de informação, um grande problema enfrentado na área é a ausência de literatura sobre as bibliotecas públicas dentro do campo das políticas culturais. Tendo em vista a existência das várias bibliotecas públicas presentes nos municípios brasileiros, nota-se um descompasso na ausência de literatura que discuta as relações entre os equipamentos culturais e as políticas culturais.

Apesar de alguns avanços, a pobreza e a desigualdade na distribuição de renda continuam sendo um dos problemas centrais do Brasil. Pode-se então estabelecer que o desenvolvimento de práticas culturais como a leitura e escrita respondem a um conjunto de variáveis econômicas e culturais.

Nesse quesito, Aguilera (2000, p.113) empreende que:

Um municipio, y más aún un municipio de tamanho mediano, dificilmente puede articular medidas potentes de apoyo a la industria fiscal o económicamente, ni tiene competencias para remodelar el marco legal que afeta al libro.

Ainda que o município não possa interferir na indústria cultural do livro, ele, no entanto, pode intervir no estabelecimento e desenvolvimento de bibliotecas públicas através de políticas culturais. A lei nº 12.244/2010⁸ que dispõe sobre a universalização das bibliotecas, deferiu que as instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino deverão num prazo de 10 anos, portanto, até 2020, em efetivar a implantação de bibliotecas nessas instituições.

Um dos órgãos que pode auxiliar os municípios na implantação de bibliotecas públicas são os Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas (SEBPs). Os sistemas estaduais tem coordenação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP)⁹, cujo órgão é subordinado a Fundação Biblioteca Nacional. O SNBP tem o intuito de apoiar os municípios na ampliação e no fortalecimento de suas bibliotecas públicas e comunitárias, para atender às demandas locais e fomentar a constituição de sistemas municipais de bibliotecas.

A superação do atual panorama educacional no Brasil implica na participação política dos vários membros envolvidos, para a implementação de políticas culturais que desenvolvam ações consistentes ao redefinir, afirmar e legitimar a centralidade da cultura na contemporaneidade como fator de desenvolvimento econômico e social.

⁸ Lei N. 12.244 de 24 de maio de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm.

⁹ Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Disponível em: <http://snbp.culturadigital.br/sistemas-estaduais/>.

2. ANÁLISE DOS DADOS

Os centros culturais ganharam espaços na segunda metade do século XX, quando países como França e Inglaterra passaram a criar e incentivar a implantação de espaços culturais, com a proposta de democratizar a cultura. Esses países tiveram seus exemplos copiados por muitos outros países. No Brasil, o percurso dos centros de cultura é recente, como afirma Coelho (1986), ao proferir que os primeiros centros de cultura brasileiros surgiram na década de 1980, na cidade de São Paulo, financiados pelo Estado: Centro Cultural do Jabaquara e o Centro Cultural São Paulo. A partir daí, proliferaram pelas cidades do País.

Milanesi (1998) discursa que para os milhares de municípios brasileiros, a biblioteca é a possibilidade de se concretizar a ideia de centro de cultura, “uma vez que já conta com uma certa infra-estrutura [...]. O esforço deverá ser no sentido de incrementar a biblioteca, transformando-a efetivamente num centro [...]” (Milanesi, 1998, p. 100).

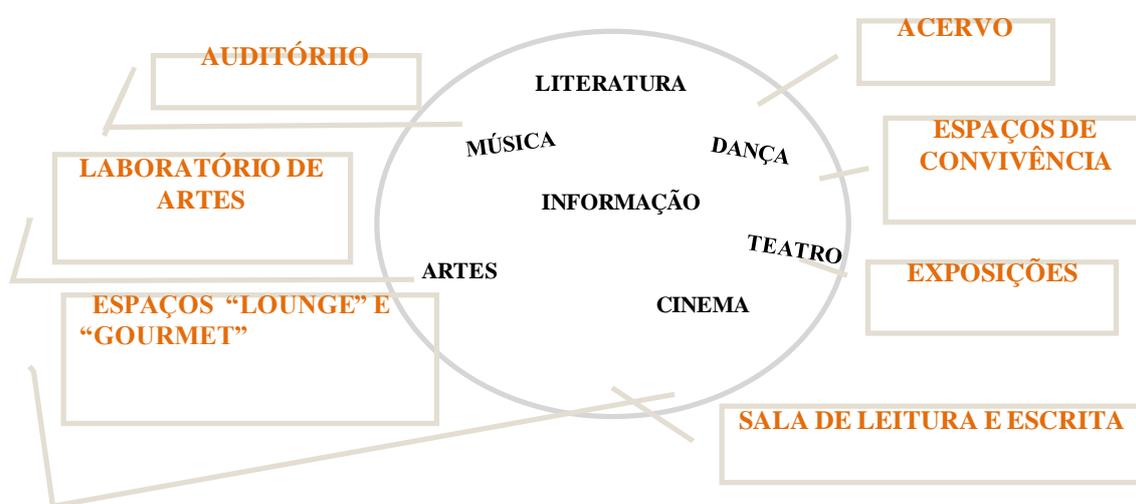


ILUSTRACIÓN 2 BIBLIOTECA-CENTRO CULTURAL ELABORADA PELOS AUTORES

Dessa forma, a biblioteca pode ser expandida em vários espaços, que além do acervo com vários suportes informacionais, abrigaria auditório (debates, apresentações, ensaios, conferências), locais de convivência, espaços para exposições, leitura e escrita, música, teatro, dança, cinema, artes plásticas, jogos eletrônicos, acesso digital, laboratórios de artes, propondo-se na transformação e ampliação da biblioteca em espaços para a criação e apropriação cultural. Os recursos para a criação, ampliação e manutenção de bibliotecas em centros de cultura poderão vir da União, do Estado e do município. Nesse empreendimento, a atuação do bibliotecário será voltada para um mediador cultural, dando lugar a um profissional participante da vida da comunidade.

O bibliotecário pode lançar mão de vários mecanismos para atuar de maneira estratégica e fomentar a mobilização da sociedade a favor das bibliotecas públicas. Uma fonte de informação é o Manual das Pessoas que Advogam pelas Bibliotecas, que orienta na elaboração de um plano de ação local para mobilizar a comunidade.

Machado e Elias Júnior (2014) dizem que nos pequenos municípios, o estabelecimento de um trabalho em rede entre bibliotecas de diferentes tipologias pode ser a solução para a sobrevivência e recolocação da biblioteca pública no cenário regional. Já em municípios maiores, a constituição de Sistemas Municipais de Bibliotecas Públicas poderá garantir a economia de recursos, a agilidade no atendimento, a otimização de acervos e serviços, entre outros benefícios.

No âmbito estadual e nacional é determinante que os bibliotecários que atuam em bibliotecas públicas se articulem com os Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas, os quais trabalham em acordo com o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e com as políticas da área. Entre elas vale citar o Plano Nacional de Cultura e o Plano Nacional do Livro e Leitura.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em muitas cidades brasileiras, principalmente nos municípios de pequeno porte, uma biblioteca pode representar o único equipamento cultural existente. Nesse caso, Coelho (1986) argumenta que para uma sociedade como a nossa, socialmente não organizada e com instituições políticas debéis, instáveis, o Centro Cultural assume alguns aspectos particularmente favoráveis como modalidade da cultura-ação, podendo ser amparada por leis e orçamentos oficiais. Uma biblioteca que funcione nos moldes de um centro cultural parece ser o mais propício para a realidade brasileira. A ideia de biblioteca-centro cultural além de disponibilizar suportes informacionais diversos, principalmente em função do desenvolvimento da indústria cultural e das TIC's, pode também satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas.

Se, no momento, a informação em circulação é o motor da sociedade contemporânea, as bibliotecas precisam estar atentas às novas formas de relações sociais (multiculturalismo, interculturalismo) e as práticas culturais (manifestações artísticas, letramentos, competências). A atividade artístico-cultural tem implicações sobre o desenvolvimento socioeconômico da comunidade, o que resulta, a partir da apropriação cultural, possibilidades no desenvolvimento da criatividade e de valores ligados à identidade, coesão social, respeito à diversidade, ao multiculturalismo, aos conceitos e ideias novas.

As políticas sociais podem objetivar na universalização dos direitos sociais, auxiliando os gestores de bibliotecas na função de materializar ideias, propostas e ações, atuando como advocacy junto aos governos locais, estaduais, federais, associações, Ongs e sociedade civil em prol do desenvolvimento das bibliotecas públicas e consequentemente da comunidade envolvida. Compreende-se que através de políticas públicas possam se desenvolver estratégias para mudanças sociais, tendo como princípio a igualdade social, tornando-se, portanto, um processo dinâmico, permanente e contínuo.

É no terreno da cultura, compreendida como propulsora para o desenvolvimento social, vinculada a instituições como as bibliotecas, atuando no circuito de produção, circulação e apropriação de bens simbólicos, que o termo cultura e informação se aproximam. Pois, o desenvolvimento cultural promove a centralidade da informação na vida social, transformando-na em instrumento de mediação entre o homem e a realidade.

4. REFERÊNCIAS

- Aguileta, I. L. (2000). *Cultura y ciudad: manual de política cultural municipal*. Espanha: Ediciones Trea, S. L.
- Almeida Júnior, O. F. (1997). *Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas*. Londrina: Editora UEL.
- Assis, L. S. (2013). *Bibliotecas públicas e políticas culturais: a Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo (1935)*. Dissertação de mestrado. Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo.
- Cavalcante, L. E. (2010). *Cultura informacional e gestão de bibliotecas públicas municipais: competências e usos da informação*. *Enancib*, 10. Disponível em: <http://congresso.ibict.br/index.php/xi/enancibXI/paper/viewFile/128/252>. Acesso em: 3 abr. 2016.

- Censo Nacional de Bibliotecas Públicas: estudo quantitativo: principais resultados, (2010). Brasília: FGV. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wpcontent/uploads/2010/05/microsoft-powerpoint-fgv-ap-minc-completa79.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2016.
- Coelho, T. (1986). Usos da cultura: políticas de ação cultural. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Coelho, T. (2012). Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário. 2. ed. São Paulo: Iluminuras.
- Ferreira, M. M. (2006). Políticas públicas de informação e políticas culturais: e as bibliotecas públicas para onde vão? *TransInformação*, 18(2), pp.113-122.
- Galindo, M. (2012). Conocimiento: custodia & acceso. In: Ferreira, S. M. S. P.; Targino, M. G. Conocimiento: custodia & acceso. 3. ed. São Paulo: SIBiUSP.
- Lindoso, F. (2004). O Brasil pode ser um país de leitores?: Política para a cultura/política para o livro. São Paulo: Summus.
- Machado, E. C. (2010). Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. *INCID: R. Ci. Inf. e Doc.*, 1(1), pp. 94-111.
- Machado, E. C.; Elias Júnior, A. C. (2014). A biblioteca pública no espaço público: estratégias de mobilização cultural e atuação sócio-política do bibliotecário. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 14, número especial, pp.115-127.
- Milanesi, L. (1983). O que é biblioteca. São Paulo: Brasiliense. (Coleção Primeiros Passos, 94).
- Milanesi, L. (1998). Ordenar para desordenar: centros de cultura e bibliotecas públicas. São Paulo: Brasiliense.
- Moncada Patiño, J. D. (2006). Políticas públicas para bibliotecas públicas em contextos locais. Medellín: Librería Jurídica Sanchez R. Ltda.
- Mozer, J. A. (2006). Gestão pública em livro e leitura: revisitando o projeto “Uma biblioteca em cada município”. Dissertação de Mestrado. Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Fundação Getúlio Vargas.
- Mueller, S. P. M. (1984). Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 13(1), pp. 7-54.
- Romeral Pérez, (2016). Los servicios multiculturales e interculturales: la biblioteca pública. Disponível em: <http://clip.sedic.es/article/los-servicios-multiculturales-e-interculturales-la-biblioteca-publica/>. Acesso em 07 de jul. 2016.
- Suaiden, E. J. (2000). A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. *Ciência da Informação*, 29(2), pp. 52-60.

ANÁLISE DA INFORMAÇÃO COMO DISCIPLINA DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Dulce Maria Baptista

Universidade Brasília

Resumo

Os cursos brasileiros de Graduação em Biblioteconomia possuem em seu currículo a disciplina Análise da Informação. Contudo, em virtude da evolução verificada em disciplinas relacionadas ao processamento técnico da informação – Catalogação, Indexação e Linguagens Documentárias – e de mudanças de enfoque no que se refere aos respectivos conteúdos, é possível observar certo esvaziamento semântico na expressão Análise da Informação, o qual determina, inclusive, que alguns dos cursos venham mudando o título da disciplina. Dessa forma, embora o foco comum permaneça, na maioria dos casos, voltado à representação condensada dos conteúdos temáticos presentes em documentos, a disciplina vem recebendo designações diferenciadas nas diferentes instituições de ensino superior. Dois fatores parecem contribuir a essas alterações. Primeiramente, há que se considerar o caráter genérico da expressão Análise da Informação. Tal nível de generalidade e abrangência sugere que quaisquer indivíduos, independentemente de suas especialidades profissionais, podem se converter em analistas da informação, ou que qualquer das disciplinas de Biblioteconomia se ocupa em analisar a informação, embora sob ângulos distintos. Em segundo lugar, parece haver uma busca legítima por um aprofundamento em conteúdos relacionados a análise documentária, análise de conteúdo, análise de discurso, na medida em que tais análises contribuem, em princípio, e em seu conjunto, à compreensão não só de elementos que se encontram presentes na superfície textual de documentos, como também de elementos contextuais e intertextuais. A compreensão desses elementos contribui de forma substancial à identificação do assunto, e mais do que isso, à captação do sentido que o autor de determinado documento pretendeu registrar – e comunicar. Nessa perspectiva, recai no sentido a maior relevância para a disciplina em questão. Na medida em que as demais disciplinas citadas se ocupam do processamento técnico, em suas numerosas possibilidades e recursos, e contemplam todos os elementos – extrínsecos e intrínsecos – dos documentos, para produzir registros, representações, identificar relações e criar formas de acesso, a Análise da Informação lida especificamente com o elemento intrínseco por definição, ou seja, com o sentido dos documentos. Como procedimentos específicos, procede à extração de conceitos, à tradução dos conceitos em palavras chave e à elaboração de resumos. Por outro lado, é possível constatar, a partir de práticas profissionais diversificadas, que o conteúdo da disciplina não se restringe necessariamente à representação de unidades documentárias, isoladamente consideradas, mas também a conjuntos dessas unidades, e à compreensão de elementos, processos e rotinas que contribuem à disponibilização – unitária ou em bloco – de informações. Portadoras de sentidos específicos, tais informações atenderão a necessidades de informação de diversa natureza e com diferentes finalidades, seja para gerar ou ampliar o conhecimento sobre determinado assunto, seja para comunicar um pensamento, seja para a tomada de decisão em ambientes organizacionais. Nessa perspectiva, e tendo sempre em conta o sentido como foco de análise, a disciplina, em si, parece estar omissa quanto a outras possibilidades de se captar significados em documentos e fontes, o que, como consequência, restringe também a bibliografia específica de seu currículo. Em muitos casos, a literatura constante dos currículos se vale de títulos amplamente utilizados em Indexação e Linguagens Documentárias, o que resulta em certa repetição de conteúdos, na medida em que o escopo da Análise parece ser, na prática, mais amplo. Assim sendo, buscando ampliar o alcance da disciplina, e ainda que considerando sua inegável vinculação com as demais disciplinas do curso, o presente artigo possui natureza exploratória, e constitui uma abordagem inicial para uma pesquisa cujo objetivo é fornecer

novos elementos a serem incluídos na disciplina Análise da Informação, e que lhe confirmam um maior nível de especificidade em relação às demais disciplinas integrantes do currículo de Biblioteconomia. Para tanto, serão apresentados os tópicos: Introdução; Dimensões da Análise da Informação; Informação como objeto de análise; Fontes de informação a partir de áreas de interesse; Considerações finais.

Palabra-chave: Biblioteconomia. Ensino. Disciplina. Pesquisa Exploratória

Abstract

Brazilian Graduation courses in Librarianship include Information Analysis as a discipline in their programs. However, due to the evolution that took place in disciplines related to the technical processing of information – Cataloging, Indexing and Documentary Languages – and to new approaches regarding their contents, it is possible to note a certain semantic decrease concerning the term Information Analysis, which motivates some courses to change the name of the discipline. Being so, although the common focus remains mostly the short representation of subject contents within documents, the discipline has been receiving different names in different higher education institutions. Two factors seem to impact such changes. Firstly, one should take into account the generic sense of the term Information Analysis. Such level of generality and comprehensiveness do suggest that any individuals, regardless of their professional expertise, may become information analysts, or else, that any Librarianship discipline has to do with information analysis, although from different viewpoints. Secondly, it seems to exist a legitimate search for in-depth consideration of contents that are related to documentary analysis, content analysis, discourse analysis, given that such types of analyses do contribute, in principle, and as a whole, not only to the understanding of elements that are present in the textual surface of documents, but also of contextual and intertextual elements. The understanding of such elements substantially contribute to subject identification, but more than that, to capture the actual meaning that the author intended to write about – and communicate. In this perspective, what becomes mostly relevant within the scope of the discipline is the sense, itself, the aboutness of the document. While the other mentioned disciplines deal with technical processing in its possibilities and resources, and aim at describing extrinsic and intrinsic elements of documents in order to produce records, representations, identify relationships and create access points, Information Analysis deals particularly with the intrinsic element, that is, with the sense of documents. Particular processes relate to identification of concepts, translation of concepts into keywords and abstracting. On the other hand, and taking into account a number of diversified professional practices, it is possible to notice that the discipline's contents do not necessarily restrict to representation of documentary units, in isolation, but also to documentary sets and to the understanding of elements, processes and routines that contribute to the availability – in units or blocs – of information. Bearing specific meanings, such information will meet different information needs and will have different purposes, such as to generate or increase knowledge on a given subject, to communicate a thought, or to enhance decision making within organizational environments. Being so, and having in view that the sense is meant to be the real focus of analysis, the discipline itself seems to be somewhat absent from other possibilities of capturing meanings in documents and sources, which also restricts the program's bibliography. In many cases, the IA program literature includes references that are largely used in Indexing and Documentary Languages, which results in a certain duplication of contents, whereas the scope of the discipline seems to be broader in practice. Having this in view, with the purpose of enlarging the scope of IA, and although considering its undeniable link with the other Librarianship disciplines, this paper is an exploratory approach of a research work whose objective is to provide new elements to be included in the discipline, and which can make IA more specific in relation to the other programs of the course. In this sense, the following topics will be presented: Introduction; Dimensions of Information Analysis; Information as Object of Analysis; Information Sources According to Areas of Interest; Final Remarks.

Keywords: Librarianship. Teaching. Discipline. Exploratory Research

1. INTRODUÇÃO

Enquanto expressão, Análise da Informação traduz um conceito abrangente, e mesmo vago, levando-se em conta os diferentes contextos em que tal análise pode ser realizada. Se tomado em sentido literal, pode-se entender que indivíduos, de um modo geral, são analistas da informação, ou seja, a condição de analista da informação não constitui prerrogativa ou exclusividade de quaisquer profissões ou atividades. Conforme exposto no capítulo intitulado “O escopo da análise da informação”, do livro *Passeios pelo Bosque da Informação* (BAPTISTA; ARAÚJO JR.; CARLAN, 2010), os autores buscam esclarecer que a análise é levada a cabo, a rigor, em três níveis – intuitivo, racional e profissional – e que, no âmbito da Ciência da Informação, possui as seguintes dimensões: conceitual, estratégica e operacional.

Na biblioteconomia, e considerando sua estreita relação com a CI, a par de designar um conjunto de processos e atividades relacionados à organização e representação da informação, Análise da Informação é também nome de uma disciplina do curso de graduação. Embora a designação venha passando por mudanças em diferentes instituições, possivelmente em função da fluidez conceitual que caracteriza a expressão, observa-se, por outro lado, que sua interface com disciplinas como Indexação e Linguagens Documentárias parece impor um nível de especificidade maior em seus conteúdos, de modo que tais conteúdos não se tornem redundantes, inclusive na medida em que boa parte da bibliografia dos programas de AI deriva das bibliografias das mencionadas disciplinas.

Um rápido exame em sites acadêmicos permite uma visualização, ainda que preliminar, da oferta de disciplinas correlatas em diferentes instituições. A Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por exemplo, oferecem Análise da Informação; a UFRJ oferece Representação Temática I e II, além de Indexação e Resumo. A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) possui uma disciplina denominada Análise de Assunto. A Universidade de São Paulo (USP) oferece Elaboração de Resumos Documentários e Indexação; Domínios Conceituais da Organização do Conhecimento; Introdução à Análise Documentária. Já a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) possui Introdução à Representação Temática. Na maioria das instituições, a indexação, como processo técnico, constitui uma disciplina, em si, tal como ocorre com classificação e catalogação. Em alguns casos, é possível constatar enfoques voltados à análise de conteúdo e análise de discurso.

Considere-se também os avanços tecnológicos que impactam o processamento da informação, os quais condicionam a renomeação de disciplinas como Catalogação, por exemplo, a qual, conforme o caso, se expande para Catalogação I, II e III, e se transforma em Representação Descritiva, Descrição Bibliográfica, etc., com espaço para desdobramentos como Catalogação de Materiais Especiais, Catalogação por Assunto, e outros, que surgem justamente em decorrência de inovações na área, e que resultam na ampliação de seu escopo. Assim sendo, pode-se entender que os conteúdos referentes a leitura, identificação de conceitos, tradução destes em palavras chave – as quais se convertem em termos de indexação -, e mesmo a representação condensada sob forma de resumo, são processos comuns a mais de uma disciplina. Por essa razão, se por um lado a AI incorpora literatura própria da Indexação e das LDs, por outro lado, busca subsídios em áreas tão diversificadas como linguística e administração. Caberia então questionar: qual o real conteúdo de AI, enquanto disciplina? O que justifica a existência dessa disciplina no curso de Biblioteconomia?

Tais indagações somadas à percepção de que AI é interdisciplinar em sua natureza, e que ao mesmo tempo possui alcance a aplicações mais amplos do que possa parecer à primeira vista, constituem motivações para a realização de um trabalho de pesquisa que visa a produzir material didático, inclusive sob forma de livro, o qual possa contribuir à literatura da área, não só como subsídio teórico à formação em biblioteconomia, como também para aprofundamentos no âmbito da ciência da informação.

2. DIMENSÕES DA ANÁLISE DA INFORMAÇÃO

Considerando o nível profissional da análise da informação como aquele que interessa à formação acadêmica em biblioteconomia, e tendo em conta subsídios oriundos da área da administração e da ciência da informação, é interessante observar que a AI, como atividade especializada que se realiza no âmbito de organizações, pode claramente ser entendida em dois sentidos: 1) no sentido organizacional; 2) no sentido documental. O sentido organizacional se refere, em princípio, ao planejamento e gestão de sistemas e recursos informacionais, enquanto que o sentido documental se refere a unidades documentárias, entendidas como objeto de representação, organização e disponibilização, no contexto de sistemas como bibliotecas, arquivos, museus, centros de documentação, de pesquisa, etc.

A partir da dupla possibilidade apontada acima, é possível constatar também que a análise de informação compreende três dimensões, que são comuns aos dois sentidos em que se realiza, ou seja, tanto ao âmbito das organizações como ao âmbito dos documentos. Nos dois casos, ela compreende a dimensão conceitual, a dimensão estratégica e a dimensão operacional.

A dimensão conceitual é aquela que busca: entender o conceito de informação; associar AI a conteúdos temáticos presentes em documentos; encontrar definições; esclarecer relações entre dado, informação e conhecimento; identificar tipologia e características da informação; determinar a correspondência adequada entre conceitos e termos. São numerosos os autores que, ao longo do tempo, tem se ocupado desses aspectos, sob os mais variados ângulos, tais como Dahlberg (1978), Buckland (1991), Capurro (2003), Robredo (2003), e Le Coadic (2004), e entre muitos outros.

Tais abordagens constituem a base histórica e conceitual sobre a qual não só se sustenta a formação em Biblioteconomia, como as demais dimensões em que se realiza a AI. Por essa razão, a dimensão conceitual da AI torna-se também a mais suscetível de ser tratada em ambiente acadêmico, tanto pelo seu caráter teórico de fundamentação, como pelo potencial de aplicação de seus modelos, padrões e instrumentos em diferentes realidades nas quais a informação é percebida como capital intelectual e e/ou fator de vantagem competitiva. A esse propósito, vale uma referência à obra coletiva do grupo de pesquisa Estudos em Organização e Representação da Informação e do Conhecimento (EROIC) da Universidade de Brasília, a qual contém abordagens bastante diversificadas, ao contemplar indexação de música (CAFÉ; BARROS, 2015), esquemas de classificação bibliográfica (CARIBÉ, 2015) e sistemas de apoio à decisão (VICTORINO; PINHEIRO; SANTOS, 2015), justamente como reflexo da diversidade de aplicações a que se prestam modelos e padrões de organização da informação.

Em decorrência dos avanços tecnológicos da atualidade, a necessidade de compreender e definir determinados conceitos não se prende exclusivamente ao fenômeno da informação, em si, mas amplia-se para os ambientes em que a informação é processada e recuperada. É no âmbito das organizações que AI assume sua dimensão mais visivelmente estratégica, na medida em que envolve gestão de recursos e tomada de decisão. A decisão quanto ao projeto e implementação de formas diferentes de se organizar e representar a informação com vistas à sua ágil recuperação requer o estabelecimento de políticas e estratégias por parte de gestores e profissionais.

Partindo da necessidade da obtenção e mobilização de recursos – financeiros, humanos, materiais – algumas questões são típicas dos ambientes organizacionais e demandam respostas adequadas. Dependendo das características típicas de cada entidade, essas respostas podem envolver decisões relacionados a biblioteca digital; a catálogos em rede; ao desenvolvimento de acervos eletrônicos em bibliotecas universitárias; à gestão eletrônica de documentos em instituições bancárias; à transformação do conhecimento tácito em explícito no âmbito das empresas. Decisões sobre essas e outras questões irão inclusive determinar a opção por um sistema de organização do conhecimento (SOC) – esquema de

classificação, tesouro, taxonomia, ontologia – que se afigure mais conveniente ou viável em determinados ambientes.

Em ambiente de biblioteca/sistema de informação, trata-se de tomar decisões a partir do conhecimento de diversos elementos, tais como: missão institucional; objetivos da organização; clientela; recursos disponíveis. A missão institucional é sem dúvida o primeiro aspecto a ser levado em consideração, tendo em vista que é a partir do estabelecimento dessa missão e de sua explicitação em documentação pertinente que serão definidos objetivos e metas. A clientela, seja composta de usuários de biblioteca pública, de sistemas especializados ou de setores de documentação e pesquisa, deve ser objeto de análise contínua, tendo em vista não só o atendimento de necessidades informacionais previsíveis, como a antecipação dessas mesmas necessidades por meio de prospecção ambiental, e da criação de produtos e serviços que visem a manutenção e/ou a ampliação das demandas de informação por parte de usuários efetivos e potenciais.

Com relação a questões que precisam ser tratadas pela biblioteca, enquanto organização gestora de informação, torna-se necessária a tomada de decisão quanto aos seguintes aspectos:

- principais áreas a serem cobertas pelo acervo;
- instalações físicas necessárias;
- tipos de recursos documentais a serem incluídos no sistema;
- coexistência de acervo físico com acervo eletrônico e digital;
- equipamento a ser utilizado/adquirido;
- regras a serem adotadas no processamento técnico dos documentos;
- tamanho da equipe de profissionais;
- produtos e/ou serviços oferecer.
- distribuição ideal da equipe;
- sistema a ser utilizado;
- prioridade no emprego dos recursos orçamentários;
- forma de aquisição de materiais;
- conhecimento das demandas dos usuários;
- ampliação da demanda;
- promoção e divulgação de produtos e serviços.

É possível entender que, *mutatis mutandis*, essas questões demandam análise de informação e tomada de decisão em quaisquer ambientes organizacionais, e não apenas no âmbito das bibliotecas. Em outras palavras, com a análise detida das implicações envolvidas em cada dos tópicos elencados acima, e tomando-se as decisões adequadas, trata-se de compatibilizar objetivos e recursos, bem como de promover a qualidade nos produtos e serviços oferecidos. Busca-se não só atender como também antecipar necessidades dos usuários, e promover o acesso à informação da melhor maneira possível. Como consequência do êxito nas linhas de ação adotadas, promove-se a imagem positiva da instituição. Em resumo: busca-se competir no mercado.

Nas organizações, em geral, trata-se também de se destacar no mercado. A organização que apresenta nível elevado de qualidade em seus produtos, serviços, e no atendimento à sua clientela, destaca-se por sua competitividade, ou seja, pela capacidade de fazer uso inteligente da informação para mobilizar recursos que tragam resultados positivos para a instituição.

Uma terceira dimensão faz parte do conjunto das dimensões que caracterizam a análise da informação. A partir de uma base conceitual consistente construída e desenvolvida como produto de estudos e pesquisas em áreas interdisciplinares e afins, do estabelecimento de políticas e estratégias a serem adotadas em organizações, e considerando que cada caso demanda soluções próprias, torna-se

importante valorizar a dimensão operacional de AI. Trata-se afinal da colocação em prática das ações previstas em projetos e planejamentos, ou seja, da utilização cotidiana dos recursos disponíveis; da realização de tarefas de acordo com padrões, regras e manuais; da implementação, manutenção e atualização de rotinas. Observe-se que é a partir dessa dimensão que os sistemas obterão elementos para avaliação e aprimoramento de seus processos, elementos esses que poderão também servir como subsídios à proposta e desenvolvimento de projetos e inovações.

As normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) constituem um bom exemplo de orientação quanto ao passo-a-passo a ser seguido nas diversas etapas da elaboração de um documento científico ou acadêmico. Citações no corpo do texto, referências ao final de trabalhos e elaboração de resumos, são apenas algumas das muitas instruções que fazem parte dessas normas. Tais instruções são dirigidas a todos aqueles que se propõem a elaborar algum tipo de documento. Já no âmbito do processamento técnico típico da biblioteca, tem-se um exemplo interessante no manual referente à análise de assunto (SENADO FEDERAL, 2007) elaborado pela Biblioteca Luiz Viana Filho do Senado Federal. Com base em literatura da área, e tendo em vista o trabalho diário a ser realizado por bibliotecários, o manual contém instruções precisas referentes à representação dos assuntos dos quais se ocupa a Biblioteca, e de acordo com normas e padrões internacionais.

Em bibliotecas e sistemas de informação em geral, a análise da informação possui, portanto, as três dimensões consideradas acima, na medida em que parte necessariamente de uma base conceitual, demanda tomada de decisão e se realiza de acordo com normas e padrões preestabelecidos. Tais dimensões podem se referir tanto ao sistema, como um todo, como às unidades documentárias. Assim sendo, se considerada a dimensão estratégica, o objeto da análise é a organização, em si, ou seja, a unidade informacional, independentemente da designação que receba. Se considerada, por outro lado, a unidade documentária, o objeto da AI serão os documentos, isto é, as publicações, os recursos/objetos informacionais, as fontes primárias de todos os tipos.

Diante do exposto, torna-se forçoso reconhecer que AI possui, em si, um escopo bastante abrangente, o que em termos de sua explicitação em um currículo de graduação pode gerar problemas, principalmente tendo em vista limitações relacionadas a calendário acadêmico, as quais certamente impõem recortes e fragmentações. Por outro lado, adotando-se uma visão holística do currículo, é possível entender que muitos dos conteúdos se encontram efetivamente contemplados em outras disciplinas. Tal constatação, em seu turno, parece criar espaço para algumas abordagens diferenciadas, que sem desconsiderar interfaces e dimensões, direcionem o foco para aspectos menos explorados de AI. É o que se procura demonstrar a seguir.

3. INFORMAÇÃO COMO OBJETO DE ANÁLISE

Considerando a informação como coisa, a partir da concepção de Buckland (1991), e tendo em vista o contexto da biblioteca, caberia, no caso, especificar que coisa seria essa. Buckland entende que

Informação-como-coisa é de interesse especial no estudo de sistemas de informação. É com informação nesse sentido que sistemas de informação lidam diretamente. Bibliotecas lidam com livros, (...) museus trabalham diretamente com objetos. (BUCKLAND, 1991, p.352, tradução nossa).

Na visão ampliada da atualidade, em que o livro é um dentre os vários tipos de documentos existentes na biblioteca, e excluindo-se os objetos de que trata mais tipicamente o museu, torna-se claro então que, no caso, o objeto de análise é a informação registrada. Segundo Smit (2012), “A informação, no contexto da Ciência da Informação, é registrada e institucionalizada”. O mesmo se aplica ao ambiente de biblioteca, principalmente diante do fato de que esta lida com documentos, e que constitui ela própria um tipo de

organização que integra organogramas de órgãos governamentais, universidades, empresas, ONGs, entidades culturais, fundações, etc. Rizzi (2008) dedica um capítulo de sua dissertação de mestrado ao histórico, caracterização e análise do conceito de informação registrada.

Os registros que, por sua vez, podem ser de natureza textual, sonora, imagética ou multimídia, são materializados em suportes, que a rigor, são de três tipos: manuscritos, impressos e eletrônicos. A evolução desses registros e suportes ao longo do tempo, bem como seu impacto no progresso das civilizações, são objeto de estudo da disciplina História do Livro e das Bibliotecas, cujo programa contém extensa bibliografia sobre o assunto.

Tais coisas, ou fontes primárias, ou simplesmente documentos, constituem o verdadeiro objeto de análise da biblioteca. Mediante processamento adequado esses documentos se convertem em recursos informacionais, e matéria prima para a criação e oferecimento de produtos e serviços. A variedade e complexidade de critérios e instrumentos utilizados no processamento de documentos decorrem da própria diversidade tipológica de registros e suportes, que demandam esforços de utilização integrada de linguagens documentárias e computacionais para sua correta representação, organização e recuperação. Como reflexo dessa realidade, mencionem-se, por exemplo, as abordagens filosóficas, históricas, conceituais e tecnológicas contempladas no livro *Documentos: Gênese e contextos de uso* (2010).

Considerando a ampla gama de assuntos dos quais os sistemas de informação – da biblioteca pública ao sistema especializado característico de determinadas áreas – se ocupam, e expandindo a análise das unidades documentárias para o âmbito de fontes e recursos a partir de áreas temáticas, é possível visualizar um novo objeto de estudo para AI, na medida em que, conforme observado, a análise tanto pode se referir a unidades documentárias como a conjuntos dessas unidades, e a outras informações, que, consideradas em bloco, representam, em si, campos semânticos ricos em significados, relações, e com potencial para a geração e desenvolvimento do conhecimento.

Nessa perspectiva, grandes temas da atualidade constituem objeto de estudos e pesquisas especializadas e mobilizam a opinião pública tanto em nível local, como nacional e global. Questões relacionadas a meio ambiente, bioética, comércio internacional, informação e comunicação, entre muitos outros assuntos de interesse para a sociedade, podem se constituir em objetos de análise a serem explorados como geradores de documentos e publicações de natureza normativa, científica, técnica, ou seja, como subsídios importantes para pesquisadores, profissionais e gestores.

Nesse sentido, os sites oficiais, ou portais corporativos, constituem, sem dúvida, a principal vitrine, ou instrumento de divulgação e marketing das organizações. Entendendo, por outro lado, que a tecnologia envolvida em sua construção, bem como o design gráfico e a interface mais ou menos amigável são aspectos a serem estudados em disciplinas voltadas à tecnologia da informação e comunicação (TIC), é na exploração dos conteúdos temáticos que reside o novo potencial de AI, no sentido da ampliação de seu escopo e possibilidades enquanto disciplina. Em outras palavras, trata-se possivelmente de uma abordagem menos endógena do conceito de AI, no âmbito da Biblioteconomia, porém da exploração de conteúdos que tanto se referem ao sentido dos documentos como ao conhecimento dos grandes temas da atualidade a partir de sistemas de informação.

Dessa forma, ao agregar à representação condensada de documentos a discussão de temas estratégicos para a sociedade, em geral, e para segmentos específicos, AI adquire nova significação e relevância, na medida em que passa a explorar conteúdos realmente diferenciados em relação às demais disciplinas, sem necessariamente abrir mão de seus focos de origem – conceitos; palavras chave; resumo – mas integrando-os numa nova perspectiva. Numa abordagem pedagógica, e de acordo com a distribuição dos conteúdos programáticos – em módulos, por exemplo, o estudante terá a oportunidade de aplicar as práticas de identificação de assunto, extração de conceitos e tradução destes em palavras chave, tanto

nas unidades documentárias, como nos conjuntos dessas unidades, tal como dispostas, relacionadas umas com as outras, e organizadas no espaço virtual dos sites oficiais das organizações.

4. FONTES DE INFORMAÇÃO A PARTIR DE ÁREAS DE INTERESSE

Tendo em vista a formação do bibliotecário como profissional da informação, e portanto como alguém que precisará continuamente estar a par das inovações de sua área, exercer curiosidade e reflexão crítica em relação a práticas e instrumentos de trabalho, e ao mesmo tempo estar atento quanto ao que ocorre no mundo, com seus impactos econômicos, políticos, sociais e humanos, propôs-se, no primeiro semestre de 2016, um exercício que pudesse contemplar esses elementos de forma instrutiva e lúdica.

A partir de dinâmica de grupo, empregando-se a técnica de brainstorming, solicitou-se a alunos de AI a identificação de temas de interesse para a sociedade como um todo, e com potencial de geração de informações em áreas específicas. Na medida em que bibliotecas e centros de documentação se inserem em contextos institucionais, e que estes, em si, passam a configurar grandes sistemas de informação, trata-se, em princípio, de estimular os estudantes a explorar os respectivos sites, a partir de determinados critérios.

Os temas selecionados foram: Meio Ambiente; Saúde; Educação; Agricultura; Política; Comércio internacional; Artes. Em seguida, os alunos foram distribuídos em grupos, cada um sendo incumbido de tratar de um desses assuntos. Como fontes para os temas a serem pesquisados, foram indicados sites oficiais como forma de garantir a confiabilidade das informações.

A cada grupo solicitou-se que analisasse as homepages e procedesse a: 1) descrição do site; 2) identificação de dez assuntos tratados no site; 3) seleção de seis publicações disponibilizadas no site, com identificação de título, autoria e assunto(s); 4) elaboração de comentários do grupo sobre o site, principalmente quanto a conteúdos. Conforme esclarecido, os aspectos referentes a apresentação e navegação estariam afetos a outras disciplinas relacionadas à tecnologia da informação. O exercício seria encerrado sob forma de seminário, com o compartilhamento dos resultados obtidos, e com debate motivado pela apresentação desses resultados em sala de aula.

Nessa abordagem ainda preliminar de um projeto de pesquisa em AI, como disciplina de graduação, alguns dados estão sendo coletados como subsídio para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias e didáticas. Quanto a referências básicas indicadas no currículo, é possível constatar que algumas delas se tornaram clássicas, como por exemplo, o artigo Teoria do conceito, da autoria de Dahlberg (1978), o qual faz parte, inclusive, da bibliografia de diversas outras disciplinas, tanto de graduação em Biblioteconomia como de pós-graduação em Ciência da Informação. Na medida em que AI lida com o sentido de um documento, sentido este captado primeiramente pela extração de conceitos, o mencionado artigo se torna relevante ao descrever tipos de relações entre conceitos, de apresentar exemplos, e de estabelecer uma diferenciação útil entre conceito e definição. O texto se refere, sem dúvida, à dimensão conceitual de AI, motiva reflexão e constitui base para realização de exercícios práticos em sala de aula.

Outras obras referentes a essa mesma dimensão, fazem parte também de uma bibliografia básica, tais como o livro Indexação e resumos: teoria e prática, de Lancaster (2004); A ciência da informação, de Le Coadic (2004), e Análise de assunto: teoria e prática, de autoria de Dias e Naves (2007).

Numerosas são as referências que poderiam ser citadas neste artigo, porém o propósito não é propriamente o de reiterar sua relevância e utilidade para AI, na medida, inclusive, em que muitas dessas já constam do respectivo currículo. O propósito, no caso, é o de acrescentar algo que justamente possa estabelecer uma diferenciação – ou novos critérios de análise que, sem desconsiderar os critérios já

estabelecidos, tragam novos insights e dinâmica pedagógica ao entendimento de conceitos, assuntos e sentidos presentes na informação registrada.

É interessante observar que mediante a utilização e manutenção de linguagens documentárias como tesouros, cabeçalhos de assunto, vocabulários controlados, entre outras, os sistemas traduzem os termos da linguagem natural com que o usuário expressa sua busca, em termos padronizados. Tal processo visa, entre outros aspectos, ao controle da ambiguidade, e portanto, à precisão da resposta. Por outro lado, a questão sempre presente do contexto, como fator de compreensão unívoca dos conceitos parece estar presente, a priori, nas fontes de informação sobre os assuntos, em si, sejam estes referentes à biblioteconomia como área de atuação profissional, ou a questões de interesse da atualidade. Nesse sentido, vale citar, por exemplo, o livro de Cunha (2010), o qual contém indicações de obras de referência como enciclopédias, dicionários, fontes biográficas, fontes geográficas, fontes estatísticas e serviços de busca, acompanhados de comentários e indicações de leituras complementares. O mesmo autor mantém o blog Biblioteca do Bibliotecário, contendo notícias, resenhas e comentários relacionados à Biblioteconomia e Ciência da Informação. Além desses tipos de informação, o blog apresenta mensagens recentes e populares relacionadas a eventos, e recurso de pesquisa.

Voltada especificamente à biblioteconomia, a monografia de conclusão de curso de especialização de Resende (2014) analisa uma série de fontes úteis a profissionais bibliotecários, apresentando-as a partir da seguinte tipologia: organizações; periódicos científicos eletrônicos; teses e dissertações; e-books; blogs; bases de dados. As organizações são classificadas de acordo com critérios finalísticos. Compreendem: organizações educacionais e de pesquisa; organizações profissionais e sociedades científicas; organizações governamentais; organizações internacionais; ONGs.

Poesia e Ciência da Informação não parecem assuntos exatamente próximos, porém em função das atividades do criador do portal, vale mencionar também a página oficial de Miranda, professor e poeta, que se utiliza desse veículo tanto para a divulgação de suas obras nas duas áreas como para promoção da poesia iberoamericana.

A título de complementação, são citadas a seguir as fontes relacionadas aos assuntos mencionados como objeto de exercício em aula de AI. De acordo com os temas selecionados, foram identificadas os sites oficiais com maior potencial de informação sobre as áreas consideradas, as quais justamente pelo seu caráter de virtualidade e de hipertexto, representam um grande potencial de elementos a serem discutidos e analisados no âmbito de AI. Assim sendo, com referência ao tema Meio Ambiente, indicouse o site do Ministério do Meio Ambiente. Para Saúde, explorou-se o site da Organização Panamericana de Saúde (OPAS). Para o tema Educação, sugeriu-se o site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP); para Agricultura, indicou-se a página da Biblioteca Nacional de Agricultura (BINAGRI); para Política, recorreu-se ao site do Senado Federal, e para Indústria e Comércio, explorou-se o site da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Para Artes, indicou-se o portal do Ministério da Cultura. Outras fontes poderiam ter sido igualmente indicadas, porém foram adotados os seguintes critérios para a seleção: necessidade de delimitação no número de fontes; o caráter não necessariamente homogêneo quanto à filiação institucional dos sites, no sentido de não pertencerem a órgãos congêneres como ministérios, por exemplo; a confiabilidade das fontes; conteúdos em língua portuguesa.

É interessante observar que os alunos, de um modo geral se mostraram bastante receptivos ao exercício, externando suas preferências em relação aos assuntos selecionados, e manifestando curiosidade quanto à forma de iniciarem a exploração dessas fontes. Por outro lado, tornou-se claro, também, que em contraposição à lógica da leitura linear do texto convencional, a lógica associativa da leitura instaurada pelo mundo virtual de links, ícones, informações e estímulos, foi percebida como um desafio quanto à capacidade de concentração, de perseverança, e principalmente quanto ao estabelecimento de relações entre conceitos, termos e contextos. A análise da informação assume, nesse caso, uma conotação de

análise crítica em relação a conjuntos de registros, à organização desses registros, às possibilidades de acessá-los de maneira mais ou menos ágil, e por fim, quanto à qualidade dos diferentes portais quanto à disponibilização de documentos, publicações, dados, notícias, gráficos, ilustrações, e ao oferecimento de produtos e serviços às respectivas áreas.

Os critérios de avaliação do exercício como um todo, bem como tabulação e análise de elementos pontuais que sirvam ao aperfeiçoamento da metodologia e a uma visão de conjunto do aproveitamento dos alunos e dos aspectos que demandam ajustes, constituem etapas previstas para um futuro próximo, de acordo com o andamento da pesquisa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme salientado, este artigo é parte de um projeto de pesquisa em Análise da Informação, enquanto disciplina do curso de Graduação em Biblioteconomia. Encontra-se, como tal, em um estágio ainda preliminar de coleta de dados e insumos que possam produzir uma nova abordagem no ensino da disciplina, a qual não só se valha da bibliografia previamente incluída nos programas de AI em diferentes instituições, como também produza conteúdos e literatura próprios.

Tal propósito não surge a partir de considerações aleatórias ou gratuitas, diante de uma disciplina que afinal já existe, embora sob designações variáveis. A esse propósito, inclusive, é interessante observar que, justamente em função de um certo desgaste semântico da expressão análise da informação, há uma certa tendência a se considera-la como ampla e genérica, possivelmente não correspondendo ao nível de especialização dos conhecimentos a ela relacionados.

Sabendo-se, por outro lado, que a análise a ser feita pelo profissional bibliotecário difere daquela que é feita por outros profissionais (jornalistas, críticos, legisladores, etc.), tal análise tem seu foco no conteúdo temático dos documentos, cuja representação condensada requer técnicas e instrumentos próprios, concebidos e desenvolvidos a partir de fundamentação teórica consistente. Nesse sentido, a busca do significado a ser representado e comunicado se vale de aportes interdisciplinares que promovem convergência não só entre disciplinas da Biblioteconomia, como LDs e Indexação, como também com disciplinas de outras áreas, como Linguística e Lógica. Nesse mesmo sentido, e considerando-se as dimensões de AI, a dimensão conceitual constitui, sem dúvida, o principal foco da disciplina.

Em nível de Graduação, certamente se justifica uma referência às demais dimensões – estratégica e operacional – na medida em que estas se baseiam necessariamente na dimensão conceitual. Contudo, pelo fato de serem aplicáveis em sua natureza, as práticas a elas relacionadas irão variar de acordo com o contexto institucional em que se realiza a análise – seja como etapa na organização e representação de documentos, seja como fator de vantagem competitiva. Um dos desafios do curso de Biblioteconomia, como um todo, é justamente o de inculcar no estudante a motivação para a educação continuada, sabendo-se que o seu objeto de estudo – a informação – é passível de definições, leituras, interpretações, processamentos e usos extremamente diversificados.

Procurou-se, neste trabalho, apresentar uma visão integradora de AI, enquanto disciplina, na medida em que une duas concepções diferenciadas, porém convergentes de análise da informação. Em outras palavras, a abordagem se refere tanto à representação de conteúdos a partir da unidade documentária, como a partir de conjuntos documentários presentes em sistemas de informação. Em estágio inicial de elaboração, espera-se que a pesquisa possa contribuir com novos conteúdos e significados para a disciplina.

6. REFERÊNCIAS

- ABNT (1992). NBR 12676: métodos para análise de documentos: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação . Rio de Janeiro.
- ABNT (2003). NBR 6028: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro.
- Baptista, D.M; Araújo Junior, R.H; Carlan, E. (2010). O escopo da análise da informação. In: Robredo, J.; Brascher, M. (Orgs.). Passeios pelo bosque da informação: Estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento. Brasília, DF: IBICT, v. 1. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/189812/1/eroic.pdf> Acesso: 20 Jan. 2016.
- Biblioteca Nacional de Agricultura. Ministério da Agricultura. [Online]. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/biblioteca> Acesso 2 Set. 2016
- Brasil. Ministério da Cultura. [Online] Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/> Acesso: 20 Ago. 2016
- Brasil. Ministério do Meio Ambiente. [Online] Disponível em: <http://www.mma.gov.br/> Acesso: 10 Ago. 2016.
- Brasil. Senado Federal. Secretaria de Biblioteca (2007). Análise e representação de assuntos: diretrizes para a rede virtual de bibliotecas do Congresso Nacional-RVBI. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/81842> Acesso: 20 ago. 2016.
- Brasil. Senado Federal. [Online]. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/hpsenado> Acesso: 20 Ago. 2016.
- Buckland, Michael K. (1991). Information as thing. Journal of the American Society for Information Science. 42 (5), pp. 351-360.
- Café, L.M.A; Barros, C.M. (2015). Representação da informação musical: aspectos de indexação. In: Baptista, D. M.; Araújo Júnior, R. H. (Orgs.). Organização da informação: abordagens e práticas. Brasília, DF: Thesaurus, pp.69-93.
- Caribé, R. C. V. (2015). Regras gerais de classificação. In: Baptista, D. M.; Araújo Júnior, R. H. (Orgs.). Organização da informação: abordagens e práticas. Brasília, DF:Thesaurus, pp. 114-134.
- Capurro, R. (2014). Pasado, presente y futuro de la noción de información. LOGEION: Filosofia da informação. 1(1), pp. 110-136.
- Confederação Nacional da Indústria, C.N.I. [Online]. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/> Acesso: 5 ago. 2016
- Cunha, M.B (2010). Manual de fontes de informação. Briquet de Lemos/Livros ed. Brasília, DF.
- Cunha, M. B. Biblioteca do Bibliotecário. [Online]. Disponível em: <http://bibliotecadobibliotecario.blogspot.com.br> Acesso: 2 Set. 2016.
- Dahlberg, I. (1978). Teoria do conceito. Ciência da Informação, 7 (2), pp. 101-107. Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/115> Acesso: 2 Set. 2016
- Dias, E.W. ; Naves, M.M.L. (2007). Análise de assunto: teoria e prática. Thesaurus ed. Brasília, DF.
- Freitas, L.S.; Marcondes, C.H; Rodrigues, A.C. (2007). Documento: Gênese e contextos de uso. EDUFF/RJ, Niterói, R J.

- Inep. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). [Online]. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/> Acesso: 20 Ago. 2016.
- Le Coadic, Yves-François. (2004). A ciência da informação. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros.
- Miranda, A. Portal de Poesia Iberoamericana. [Online]. Disponível em: <http://www.antonimiranda.com.br/> Acesso: 20 Ago. 2016.
- OPAS. ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE [Online]. Disponível em: <http://www.paho.org/bra/> Acesso: 20 Ago. 2016.
- Resende, L.R (2014). Fontes de informação em biblioteconomia: Uma seleção para estudantes e recém-formados. Belo Horizonte, MG: UFMG. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/VRNS-9R8J9R> Acesso: 10 ago. 2016
- Rizzi, I.R.F. (2008). Em torno da informação registrada. In: Universidade Estadual Paulista, ed. A paz nos instrumentos de organização da informação: Uma análise dos conceitos de paz e guerra, da cultura da paz e dos estudos para paz na Classificação Decimal de Dewey. Marília, SP: , pp. 1-106. Disponível em: <http://www.ichca.ufal.br/graduacao/biblioteconomia/v1/wp-content/uploads/em-torno-da-info-registrada-grupo-pesq-ufal.pdf> Acesso: 13 jul. 2016
- Robredo, Jaime. (2003). Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação. Brasília, DF: Thesaurus/SSRR Informações.
- Smit, J.W. (2012). A informação na ciência da informação . InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação. 3(2), pp. 84-101. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/48655> Acesso: 5 mai. 2016
- Victorino, M.C. (2015). Organização da informação e do conhecimento em sistemas de informação transacionais para o seu reuso em sistemas de apoio à decisão. In: Baptista, D. M. ; Araújo Júnior, R. H. (Orgs.). Organização da informação: abordagens e práticas. Brasília, DF: Thesaurus, 2015, p. 219-247

(III) DOCENCIA, INNOVACIÓN E INVESTIGACIÓN

LAS METODOLOGÍAS DE APRENDIZAJE ACTIVO EN LA ENSEÑANZA BIBLIOTECONOMÍA: LA EXPERIENCIA CON UN MAPA CONCEPTUAL Y EL DIAGRAMA DE BELLUZZO

Gabriela Belmont Farias, Maria Giovanna, Guedes de Farias

Universidade federale do Ceará

Resumo

O desafio da docência no ensino superior se concentra em estimular a criatividade dos discentes por meio das metodologias de aprendizagem. A ênfase do processo de aprendizagem deve estar na formação de um indivíduo capaz de aprender constantemente ao longo da vida. A partir desta reflexão, promoveu-se pesquisa com o objetivo de descrever sobre uma experiência da utilização do mapa conceitual e do diagrama de Belluzzo como métodos ativos de ensino-aprendizagem, por meio de conteúdos teóricos e práticos das disciplinas da unidade curricular de Recursos e Serviços de Informação do curso de Biblioteconomia. Visamos analisar quais são as mudanças necessárias na ação pedagógica, para se alcançar o pleno desenvolvimento das aptidões intelectuais e laborais dos discentes. Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória, com a participação de discentes, os quais participaram da construção de mapas conceituais e do diagrama de Belluzzo em sala de aula. A coleta dos dados junto aos discentes ocorreu por meio de um questionário fechado. Os dados foram analisados pela técnica de análise de conteúdo de Bardin com o estabelecimento de categorias. Os resultados do processo de construção dos mapas conceituais e dos diagramas refletem na postura crítica e participativa do discente nos conteúdos ministrados em sala de aula. Concluímos que o uso de método ativo pode auxiliar os discentes a esquematizar e ressaltar os aspectos que devem ser trabalhados em sala de aula, por meio de uma interrelação entre a teoria e a prática.

Palavra-chave: Metodologias Ativas. Mapa Conceitual. Diagrama de Belluzzo. Ensino de Biblioteconomia

Abstract

The challenge of teaching in the higher education focuses on stimulating creativity of students through learning methodologies. The emphasis of the learning process should be the formation of an individual able to constantly learn throughout life. From this reflection was promoted research in order to describe about an experiment using the conceptual map and Belluzzo's diagram as teaching and learning active methods, through theoretical and practical contents of the subjects of the area Resources and Information Services from the course of Librarianship. We aim to analyze what are the necessary changes in the pedagogical action, to achieve the full development of the intellectual and industrial skills of the students. This is an exploratory research, with the participation of students, who participated in the construction of conceptual maps and Belluzzo's diagram during the classes. The collection of data from the students was through a closed questionnaire. Data were analyzed by the Bardin content analysis technique with the establishment of categories. The results of the construction process of the conceptual maps and diagrams reflect the critical and participative attitude of the student in the content taught in class. We conclude that the use of active method can help students to lay out and highlight the aspects that should be worked in the classroom, through an interplay between theory and practice.

Keywords: Active methodologies. Conceptual Map. Belluzzo's Diagram. Librarianship Education

1. INTRODUÇÃO

Como uma instituição voltada para o ensino, extensão e pesquisa, a universidade reflete o que está em voga na sociedade, isso também inclui os métodos de ensino-aprendizagem que são adotados na sociedade da informação, onde todos os acontecimentos culturais, políticos e educacionais sofrem mudanças de acordo com a dinâmica social e a interação humana. As práticas pedagógicas também passam por constante mudanças, uma necessidade primordial, tendo em vista que os alunos estão interligados com as novas tecnologias e através delas pesquisam, estudam, trocam dúvidas, e interagem com o professor, buscando esclarecimentos sobre conteúdos ou mais informações sobre outros assuntos. O professor deve conhecer e escolher o método pedagógico mais adequado para aplicar em sala de aula, a fim de proporcionar um melhor aprendizado.

O papel dos professores é o de questionar e permitir aos alunos buscar respostas que os satisfaçam. Não apresentando respostas prontas, para que não haja uma acomodação cognitiva. O aluno deve se esforçar para aprender, pois o mesmo está inserido num mundo em constante desenvolvimento, extremamente dinâmico e que deve estar conectado ao processo de crescimento global, onde se faz necessária a importância do desejo de buscar, aprender, ter curiosidade e estar sempre disponível para procurar respostas.

Dessa forma, a criticidade, a cognição e a aprendizagem são estimuladas e aperfeiçoadas, proporcionando uma visão de mundo mais apurada, percepção das soluções para situações-problema, além de adquirir um conhecimento a mais das experiências vivenciadas no dia-a-dia. O processo educativo é contextualizado na esfera social e política, onde há uma subordinação à sociedade que faz exigências, determina objetivos e coloca condições e meios de ação. Ela integra as relações sociais, econômicas, políticas e culturais de uma sociedade.

A aprendizagem significativa proposta pelo psicólogo norte-americano David Ausubel, na década de 60, trabalha com essa perspectiva, na qual novos conhecimentos (conceitos, ideias, proposições, modelos, fórmulas) passam a significar algo para o educando, quando o mesmo é capaz de explicar com suas próprias palavras e quando fica apto a resolver novos problemas. A aprendizagem significativa é entendida por Moreira (2009, p. 8), “como um processo através do qual uma nova informação se relaciona, de maneira substantiva (não literal) e não-arbitrária, a um aspecto relevante da estrutura cognitiva do indivíduo”. Conforme este autor, neste processo “a nova informação interage com uma estrutura de conhecimento específica, a qual Ausubel chama de “conceito subsunçor” ou, simplesmente “subsunçor”, existente na estrutura cognitiva de quem aprende.”

A aprendizagem significativa ocorre quando uma nova informação apoia-se em outros conceitos, preexistentes na estrutura cognitiva de quem aprendem. Quando nos deparamos com o atual ensino, notamos que os alunos saem dos muros da escola com uma aprendizagem automática, onde o professor faz perguntas prontas e já se espera respostas prontas, sem uma crítica em volta dessas respostas. Essa deficiência torna-se evidente quando os alunos ingressam na universidade, onde a metodologia trabalhada estimula o pensamento crítico e onde ele tem voz para expor suas opiniões, frustrações e sonhos na vida acadêmica e profissional.

Diante dessas dificuldades, o docente do ensino superior é desafiado a criar meios para estimular a criatividade e participação dos alunos nas atividades acadêmicas, utilizando-se de metodologias de aprendizagem praticadas no ensino. Isso requer um esforço a mais na vida do docente. Trabalhar com vários indivíduos requer além de muita perspicácia, paciência, compreensão e dedicação desse profissional. Antes de tudo, o docente precisa refletir sobre as práticas e mecanismos, com sensibilidade e a compreensão, antes de aplicá-los em sala de aula, levando em consideração os níveis de aprendizado de cada aluno.

A tarefa do professor é garantir a unidade didática entre ensino e aprendizagem, através do processo de ensino, conforme Libâneo (1994, p. 81). Segundo ele: “Ensino e aprendizagem são duas facetas de um mesmo processo. O professor planeja, dirige e controla o processo de ensino, tendo em vista estimular e suscitar a atividade própria dos alunos para a aprendizagem.” De acordo com essa afirmação, o professor tem como papel fundamental intermediar a informação, desenvolver atividades que possam garantir o aprendizado e, assim, estimular a cognição para a construção de um novo conhecimento. Diante dessa exposição, a preocupação com o processo de ensino-aprendizagem, despertou o interesse em abordar neste artigo possibilidades pedagógicas, para que este processo seja efetivo e condizente diante dos desafios que podem ser encontrados na vida cotidiana.

Pensando nessas práticas, o mapa conceitual e o diagrama de Belluzzo se apresentam como ferramentas que permitem ao aluno desenvolver a construção do conhecimento, assimilar e interpretar as informações que podem ser usadas nas mais diversas situações cotidianas para diferentes fins. Assim, a análise, a seleção e a extração das informações tornam-se mais criteriosas, pois o ato de ler é feito de forma mais atenta, onde a leitura não é apenas leitura. Ela é realizada, de forma a nivelar as informações, já obtidas através do conhecimento prévio, aliando-as gerando um novo conhecimento.

A partir desta visão, apresentamos os resultados da percepção do aluno em relação à utilização do mapa conceitual e do diagrama de Belluzzo como instrumentos que auxiliam na construção do conhecimento e na aplicabilidade destes nos conteúdos teórico-práticos das disciplinas da Unidade Curricular de Recursos e Serviços de Informação (RSI) do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará (UFC).

2. METODOLOGIAS ATIVAS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DO CURSO DA BIBLIOTECONOMIA

Diariamente, ao sairmos de casa, estamos abertos a aprender uma informação nova, um novo método para aplicar no ambiente de trabalho ou novas técnicas para cozinhar ou consertar alguma coisa, ou seja, todos os dias aprendemos com as situações impostas e vivenciadas no ambiente que nos cerca. Desde que nascemos, estamos sempre aprendendo, e assim continuaremos por toda a vida. Destarte, as pessoas adquirem algum aprendizado nas mais diversas experiências de vida, o que é explicado por Lemos (2005, p.41) ao argumentar que “quando se tem uma estrutura cognitiva organizada de forma lógica com ligações substantivas e não-arbitrárias entre os significados armazenados, o indivíduo está melhor instrumentalizado para usar o conhecimento, realizar novas aprendizagens e, portanto, interagir com e na realidade.”

Para Ausubel (1989), a aprendizagem consiste na “ampliação” da estrutura cognitiva, através da incorporação de novas ideias a ela. Dependendo do tipo de relacionamento que se tem entre as ideias já existentes nesta estrutura e as novas que se estão internalizando, pode ocorrer um aprendizado que varia do mecânico ao significativo. Apesar de a estrutura prévia orientar o modo de assimilação de novos dados, estes também influenciam o conteúdo do conhecimento já armazenado, resultando numa interação evolutiva entre “novos” e “velhos” dados. Dessa forma, a aprendizagem significativa é preferível à aprendizagem mecânica ou arbitrária.

Assim, aprendizagem significativa se caracteriza como um processo, por meio do qual uma nova informação é acoplada a uma estrutura cognitiva particular e específica, prévia, denominado por Ausubel como subsunçores, os quais se constituem em conhecimentos relevantes preexistentes na estrutura cognitiva. O conhecimento prévio, portanto, serve de estrutura para organizar para a incorporação, compreensão e fixação de novos conhecimentos, e os subsunçores seriam o suporte para que esse processo se realize na estrutura cognitiva.

Moreira (1997) ressalta que é nesta interação que o conhecimento prévio se modifica pela aquisição de novos significados. Com base nessa afirmação de Moreira, Ausubel trabalhava nesta concepção, onde o conhecimento prévio é o fator principal para que haja a aprendizagem significativa. Segundo Ausubel (2003, p. 3) “o fator principal mais importante que influi no aprendizado é o que o estudante já sabe”. Portanto, o processo de aprendizagem passa pelo conjunto de conhecimentos e representações que cada estudante possui sobre aquilo que ele irá aprender. Isto significa uma mudança de postura do professor, onde o aluno era um “receptor” de informações, sem uma crítica ou refutação e que agora passará a associar e refletir sobre a informação recebida, e dela construirá seu conhecimento. Essa forma de aprendizado leva o estudante a reformular ideias e criar um ambiente que proporcione o aprendizado significativo.

O que os estudantes sabiam não era considerado e entendia-se que só aprenderiam se fossem ensinados por alguém. Ausubel inspirado nas ideias construtivista do suíço Jean Piaget (1896-1980) verificou a possibilidade de interação professor-aluno, a partir do reconhecimento de ambos em relação aos subsunçores que o aluno já possui, ao construir novos subsunçores ou modificar os velhos por meio de novas informações e situações. O construtivismo propõe que o aluno participe ativamente do próprio aprendizado, mediante a experimentação, a pesquisa em grupo, o estímulo a dúvida e o desenvolvimento do raciocínio, entre outros procedimentos. A partir de sua ação, vai estabelecendo as propriedades dos objetos e construindo as características do mundo. Esse método enfatiza a importância do erro não como um tropeço, mas como uma ponte na estrada da aprendizagem. A reflexão e autoavaliação estão presentes nessa teoria como fatores que garantem o ensino-aprendizagem no aluno. (FARIAS, 2014).

Contudo, para Ausubel (1989) ainda há a preocupação de que os estudantes estejam dispostos a relacionar o novo material à sua estrutura cognitiva, caso contrário, a aprendizagem será meramente mecânica, mesmo que o material seja potencialmente significativo.

Nesta perspectiva, o diagrama de Belluzzo pode ser utilizado como uma ferramenta no processo de ensino-aprendizagem, para organizar as ideias previamente adquiridas interligadas com as novas informações recebidas pelo aluno. A partir dessas interações do “velho” e o “novo” conhecimento se desenvolvem as competências em informação (CoInfo). Neste sentido, a CoInfo deve ser considerada como um aspecto relevante no contexto social, que decorre de duas dimensões: “a primeira, um domínio de saberes e de habilidades de diversas naturezas que permite a intervenção prática na realidade, e a segunda, uma visão crítica do alcance das ações e o compromisso com as necessidades mais concretas que emergem e caracterizam o atual contexto social.” (BELLUZZO, 2007, p. 34).

O desenvolvimento da competência em informação deve ser considerado relevante, pois conforme Farias (2014), implica no sistema educacional em todos os seus níveis, nos sistemas de informação e de comunicação, e ainda nos profissionais envolvidos nessas áreas.

O diagrama de Belluzzo foi criado como resultado de estudos e pesquisas tendo como foco a CoInfo. Sua elaboração envolve os princípios da aprendizagem significativa e a construção de mapas conceituais e/ou mentais, seja de forma individual ou coletiva. Outras características a serem destacadas são o uso de linhas que relacionam os conceitos expostos, e também relacionam as sentenças, exemplos ou frases não postas em círculos ou retângulos, o que deixa mais claros os significados dos conceitos trabalhados facilitando o entendimento do mapa.

Diferentemente dos mapas conceituais, o diagrama de Belluzzo possui uma forma mais simples e rápida de organizar, simplificar e hierarquizar as ideias extraídas do conhecimento prévio ou do conhecimento adquirido a partir das leituras de mundo, sendo de fácil entendimento para outras pessoas. Seu intuito é de facilitar o processo de construção do conhecimento.

O diagrama de Belluzzo (Ilustração 1) por ser um mapa conceitual, também se utiliza de representações geométricas. A sua diferença está no fato de sua elaboração não depender de linhas e de hierarquias. As próprias figuras se encarregam de diferenciar os assuntos e as suas relevâncias para o seu criador. Primeiramente, usa-se uma elipse no centro do diagrama onde ficará o foco do tema ou a ideia central. Posteriormente, círculos são adicionados para trazer assuntos secundários que tenham ligação com a ideia central, então, quadrados completam o diagrama com assuntos indiretamente relacionados à ideia central, sendo também importantes para a construção de algum tipo de conhecimento. Por fim, triângulos são utilizados para a inserção de assuntos mais generalistas que abracem um contexto mais abrangente, como por exemplo, o ambiente estrutural e histórico do assunto em questão (BELLUZZO, 2008). Deste modo, o diagrama pode ser utilizado para os mais diferentes propósitos, desde um estudo exploratório a respeito de algo não familiar para o autor, como uma ideia, uma visão ou alguma criação.

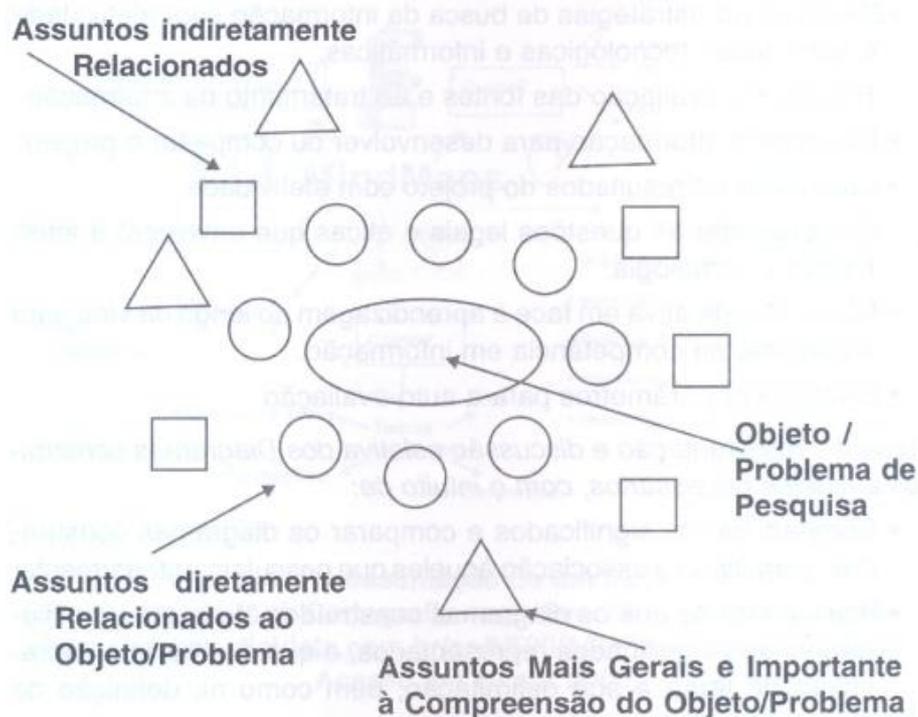


ILUSTRACIÓN 1 ESTRUCTURA DO DIAGRAMA DE BELLUZZO 2007, P.81

Os principais objetivos que o diagrama de Belluzzo são: a) definir e reconhecer a necessidade de informação; b) definir o tema, o foco central de interesse e os conceitos envolvidos de forma hierárquica; c) desenvolver estratégias de busca da informação com efetividade e habilidades tecnológicas e informáticas; d) proceder à avaliação das fontes e ao tratamento da informação; e) sintetizar a informação para desenvolver ou completar um projeto; f) comunicar os resultados de um projeto e/ou trabalho com efetividade; g) adotar atitude ativa em face à aprendizagem ao longo da vida para autonomia na competência em informação; h) estabelecer parâmetros para a autoavaliação.

As oportunidades geradas pelo diagrama de Belluzzo são inúmeras, dependendo da finalidade para qual se utiliza esse instrumento. Ele pode contribuir para o processo de ensino-aprendizagem, como também ser usado por acadêmicos de diversas áreas para a construção, elaboração e divulgação de resultados de pesquisa científica, acadêmica ou na montagem de seminários profissionais. Visto que, a assimilação, percepção das ideias são mais condensadas, memorizadas e armazenadas na cognição humana, a partir do momento em que se é construído o diagrama, pois o conhecimento adquirido torna-se mais efetivo e singular, onde o debate sobre a distribuição das ideias é válido para se obter, assim, um melhor esclarecimento dos conceitos e ideias a serem trabalhadas.

Os desafios que podem ser encontrados na criação e estruturação do diagrama de Belluzzo para os estudantes são:

- a) O conhecimento prévio dos alunos;
- b) Dificuldade para o entendimento e assimilação das ideias principais, secundárias e auxiliares de um artigo;
- c) Estabelecer as hierarquias entre os conceitos encontrados;
- d) Organizar o conhecimento;
- e) Comunicação interna dos alunos na estruturação do Diagrama para que fique de fácil leitura para os demais membros da equipe;

Promover a construção do conhecimento a partir do conhecimento prévio do aluno somado com desenvolvimento e criação do Diagrama de Belluzzo.

Trazendo esse debate para o ensino da Biblioteconomia, nota-se que os estudantes quando se deparam com o desafio de elaborar um seminário, ou mesmo conseguir extrair as principais temáticas dos textos trabalhados em sala de aula, encontram dificuldades para construir e apresentar as ideias centrais. Percebendo esse problema, o professor precisa desenvolver meios pedagógicos para que a aprendizagem seja feita de modo simples, condensado e desperte a participação dos alunos, esclarecendo suas dúvidas e expondo suas opiniões.

E um desses meios para promover essa aprendizagem é através do diagrama de Belluzzo, pois, sua construção, execução e finalização são feitas de modo satisfatório para que o conhecimento cognitivo seja garantido pelos estudantes, perceber quais são as competências de informação a serem trabalhadas, analisar os dados coletados e também a relevância dessas informações para apresentar aos outros alunos.

Já os mapas conceituais são considerados como ferramentas para negociar significados. Novak e Gowin (1999) conceituam-nos como representações explícitas e abertas de conceitos e proposições, e permitem que docentes e alunos compartilhem significados. Para os autores, essas ferramentas se constituem em dispositivos esquemáticos para representar um conjunto de significados de conceitos encaixados em um sistema de referência proposicional.

Para Moreira e Masini (2001, p.57), a utilização de mapa conceitual possibilita vantagens “ênfatisar a estrutura conceitual de uma disciplina e o papel dos sistemas conceituais no seu desenvolvimento” e desvantagens “Os mapas podem ser muito complexos ou confusos, dificultando a aprendizagem e a retenção, ao invés de facilitá-las”.

De acordo com Farias e Farias (2016, p. 24), ao fazer uso de mapas conceituais como ferramentas didático-pedagógicas para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, “visando representar o conhecimento, compreende-se que todas as experiências vivenciadas com os alunos devem ser posteriormente avaliadas, pensando-se em construir um conhecimento compartilhado, com e para os discentes”, considerando as características do grupo com que se trabalha e o percurso da aprendizagem.

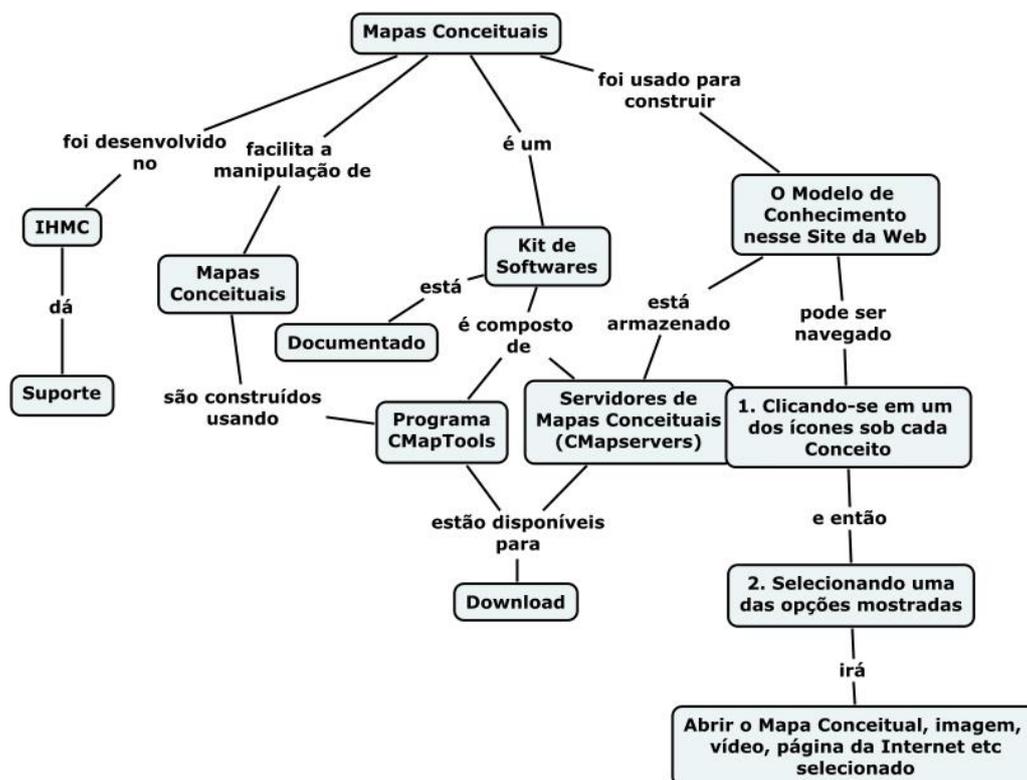


Ilustración 2 Modelo de mapa conceitual : <http://cmapspublic2.ihmc.us/rid=1J3F9WM1R-NCYKHH-WFL/mapa%20conceitual.cmap>

3. APLICAÇÃO E CONTRIBUIÇÕES DOS MAPAS CONCEITUAIS E DO DIAGRAMA DE BELLUZZO

A pesquisa em foco configura-se na interação pesquisador e os acontecimentos tendo como característica a pesquisa exploratória, por proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito, além de possuir uma revisão bibliográfica relacionada à temática abordada no artigo. Caracteriza-se, ainda, por sua natureza aplicada e exploratória.

O método adotado é o fenomenológico por preocupar-se com a descrição direta da experiência tal como ela é. A realidade é construída socialmente e entendida como o compreendido, o interpretado e o comunicado. Participaram da pesquisa 102 alunos matriculados nas disciplinas da Unidade Curricular de Recursos e Serviços de Informação do curso de Biblioteconomia da UFC. A amostragem apresentada neste estudo é formada por discentes do segundo ao sétimo semestre do curso. Os questionários foram aplicados para os sujeitos da pesquisa no semestre 2016.1 em sala de aula.

Os resultados da pesquisa apontam que a utilização do mapa conceitual e do diagrama de Belluzzo contribuiu na elaboração e organização das informações, participação dos discentes na compreensão e assimilação dos dados retirados dos textos analisados, provocando a percepção de quais são as ideias principais e secundárias do material analisado, possibilitando, dessa forma, a construção do conhecimento.

Constatou-se que o diagrama de Belluzzo e o mapa conceitual facilitaram o acesso e o uso da informação para a construção de novos conhecimentos, contribuindo para o processo de ensino-aprendizagem do conteúdo ministrado nas disciplinas. Também foi possível observar que a hierarquização e seleção das ideias foram apontadas como a contribuição maior dessas ferramentas pelos discentes da pesquisa.

Em relação aos desafios na elaboração do diagrama de Belluzzo e do mapa conceitual, percebemos que os discentes tiveram algumas dificuldades, a saber: definir a ideia central do artigo trabalhado; estabelecer quais seriam as informações principais, secundárias e auxiliares; a falta de prática; organizar, selecionar e definir quais informações seriam relevantes; estabelecer comunicação interna no grupo em como seguir adiante nas ideias colocados por outro membro da equipe; apresentar o diagrama para a sala de forma simplificada e que fosse de fácil leitura para professor e os demais colegas de turma.

Visando entender a percepção dos alunos em relação às finalidades e os objetivos da utilização das duas ferramentas para fins acadêmicos, organizamos em categorias os dados coletados e analisados conforme o questionário aplicado aos discentes. Analisar, na visão de Queiroz (1992, p. 05), “significa decompor um texto, fragmentá-lo em seus elementos fundamentais, isto é, separar claramente os diversos componentes, recortá-los, a fim de utilizar somente o que é compatível com a síntese que se busca”. Esse é também o momento de descobertas, de interpretações, de analisar o não dito, de fazer com que as falas dialoguem entre si.

A primeira categoria de análise objetivou descobrir se houve contribuições do uso do mapa conceitual (MC) e do diagrama de Belluzzo (DB) no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, conforme o Gráfico 1.

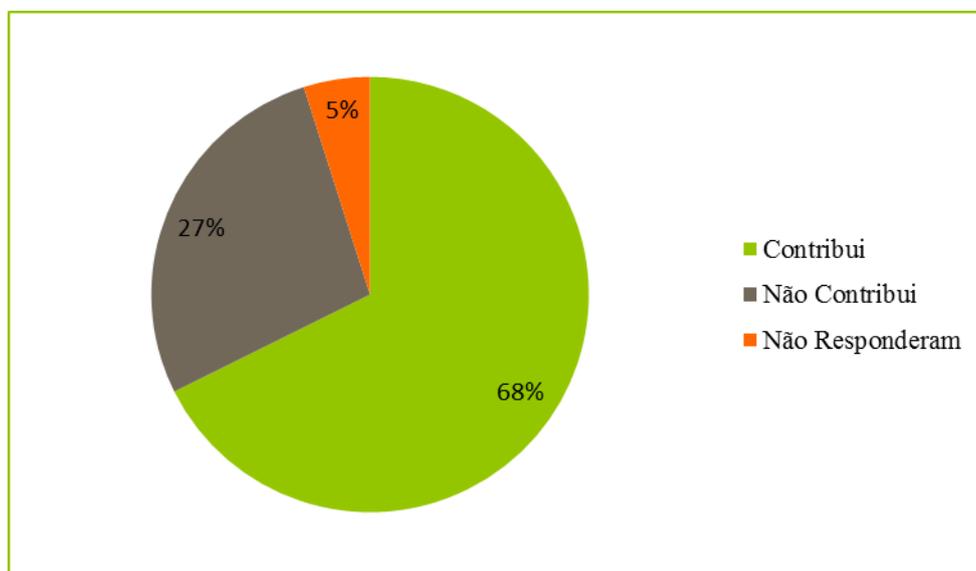


GRÁFICO 1 CONTRIBUIÇÕES DO MC E DO DB NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DADOS DA PESQUISA (2016)

Observamos que ambas as ferramentas contribuem de forma satisfatória para a elaboração de atividades acadêmicas, pois, auxiliaram na organização e seleção das informações extraídas dos artigos trabalhados em sala de aula. A finalidade do uso tanto do Mapa Conceitual quanto do Diagrama de Belluzzo é favorecer a construção de um novo conhecimento juntamente com o conhecimento tácito. A partir disso, podemos dizer que essa finalidade foi alcançada, pois os alunos perante a utilização das ferramentas conseguiram absorver um novo conhecimento e dele construir suas opiniões a respeito da temática do artigo. A comunicação interna da equipe foi facilitada, já que cada membro podia ver quais informações estavam sendo postadas para a construção e elaboração dos mapas e do diagrama, gerando concordância ou discordância dessas informações.

A segunda categoria de análise visou identificar se o discente fazia uso dessas ferramentas em outro momento no processo de aprendizagem, conforme o Gráfico 2.

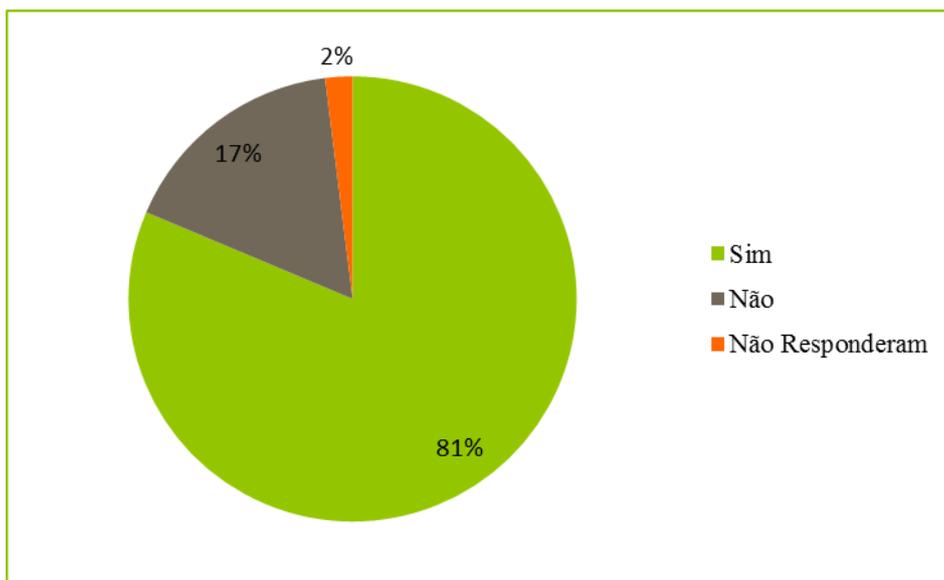


GRÁFICO 2 USO DO MC E DG COMO INSTRUMENTO DE APRENDIZAGEM

Além da construção do conhecimento e de novas descobertas informacionais, ambas as ferramentas contribuem para a reflexão e discussão da temática entre os membros da equipe, possibilitando a análise dos dados, a relevância que esses dados teriam dentro do assunto abordado, e de que modo a equipe iria trabalhar esses dados, ou seja, facilitar a visualização e o entendimento dessas informações para os outros alunos da sala.

Procedemos com a análise de cada ferramenta separadamente, a fim de descobrir se os alunos compreendem as diferentes finalidades de utilização do mapa e do diagrama. Desse modo, podemos comparar as inter-relações dessas ferramentas estabelecidas pelos discentes.

A terceira categoria está direcionada a identificar as finalidades do diagrama de Belluzzo (Gráfico 3) e do mapa conceitual (Gráfico 4).

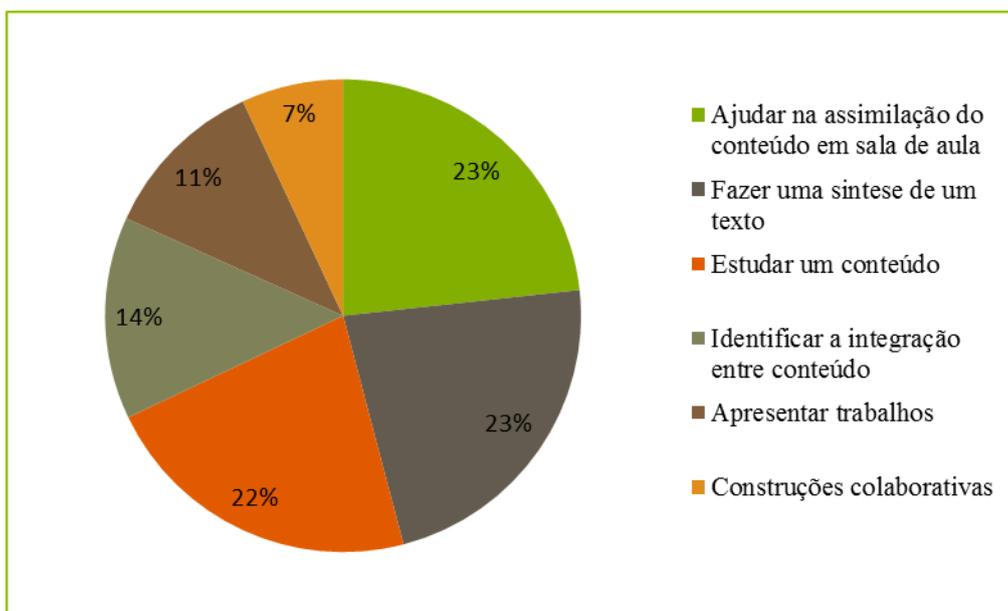


GRÁFICO 3 FINALIDADES DO DIAGRAMA DE BELLUZZO

O diagrama de Belluzzo como método de ensino-aprendizagem para a assimilação, absorção e interpretação das informações, pode contribuir para a construção de conhecimento, proporcionando a participação, a interação e a discussão entre os alunos e o professor.

Dentre as finalidades dessa ferramenta apresentadas no questionário, a resposta mais evidente é a de auxiliar na organização das ideias, além de facilitar e permitir visualizá-las, possibilitando a construção do conhecimento. Essa finalidade fica notória quando cada membro da equipe precisou montar o diagrama, e para isso foi necessário um ordenamento das informações extraídas do artigo.

O diagrama de Belluzzo também pode ser utilizado em outras atividades de organização e estruturação de ideias visando à produção de trabalhos acadêmicos, por se caracterizar como uma ferramenta de fácil manejo e de simples elaboração. Além disso, a leitura e interpretação são consideradas acessíveis mesmo para quem não participou da produção do diagrama. Destarte, ponderamos que a utilização do diagrama de Belluzzo perpassa a academia, por também pode ser incorporada ao dia-a-dia de qualquer estudante ou profissional.

No Gráfico 4 apresentamos o resultado da aplicação do uso do mapa conceitual para atividades acadêmicas.

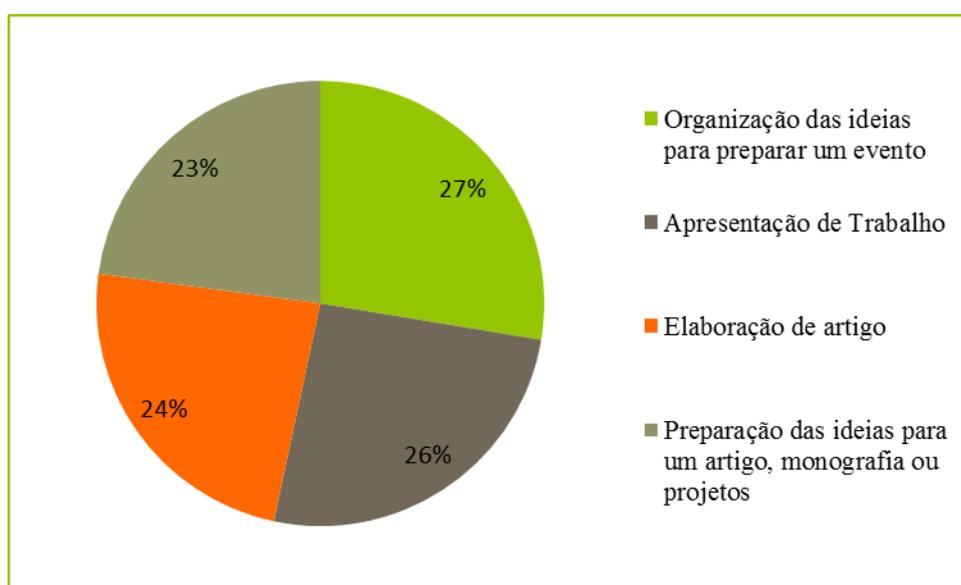


GRÁFICO 4 UTILIZAÇÃO DO MC

De acordo com as respostas dos alunos o mapa conceitual pode auxiliar nas seguintes atividades: ajudar na assimilação do conteúdo em sala de aula; fazer síntese de textos; identificar a integração entre conteúdos; apresentar trabalhos e construções colaborativas. Observamos relações entre a aplicação das duas ferramentas, principalmente no que se refere à assimilação, síntese e construção de conhecimento. Além disso, notamos durante a aplicação da pesquisa, que os alunos se perceberam como protagonistas no seu próprio processo de aprendizagem, entendendo que além de ser algo subjetivo e específico de cada indivíduo e dependendo dos saberes adquiridos, do ambiente e da cultura que os cercam, e das experiências vivenciadas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, evidenciamos que tanto os mapas conceituais quanto o diagrama de Belluzzo, apresentam contribuições ao processo de ensino, a partir da aprendizagem significativa idealizada por David Ausubel, possibilitando que os docentes apliquem favorecendo e facilitando a assimilação dos conteúdos ministrados, fazendo com que os discentes tenham autonomia em aprender, construindo seus próprios conceitos e ideias.

Com o uso dessas ferramentas, notamos que, com o tempo, a aprendizagem significativa acontece, as ideias afloram e o desenvolvimento do MC e do DB advêm a partir das discussões internas em cada equipe, onde cada membro contribuiu, e a partir dessa interação planejavam a interação em sala de aula.

Assim, às práticas de ensino-aprendizagem no curso de Biblioteconomia permitem que os futuros bibliotecários desenvolvam as competências em informação necessárias para auxiliá-los na busca, seleção e recuperação da informação. Desta forma, os mapas conceituais e o diagrama de Belluzzo apresentam-se como instrumentos que fundamentam o processo de ensino-aprendizagem, ajudando o bibliotecário a desenvolver suas competências, adicionando e melhorando suas qualificações, contribuindo no processo de aprendizagem dos indivíduos, nos diversos segmentos da sociedade, permitindo sua atuação como agente social de transformação.

5. REFERÊNCIAS

- Ausubel, D. P., 1968. *Educational psychology: a cognitive view*. Nova York, Holt, Rinehart and Winston Inc.
- Ausubel, D. P., 2003. *Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva*, Lisboa: Editora Plátano.
- Belluzzo, R. C. B., 2007. *Construção de mapas: desenvolvendo competências em informação e comunicação*. 2. ed. Bauru: Cá Entre Nós.
- Belluzzo, R. C. B., 2008. *Orientações sobre o procedimento para a elaboração do diagrama de construção de árvore semântica*. SECOD/USC. Bauru.
- Belluzzo, R. C. B., 2007. *Construção de mapas: desenvolvendo competências em informação e comunicação*. 2. ed. Bauru: Cá Entre Nós.
- Farias, G. B., 2014. *Competência em informação no ensino de biblioteconomia: por uma aprendizagem significativa e criativa*. 183 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. Marília: Unesp.
- Farias, M. G.G. & Farias, G. B., 2016. Aplicação de mapas conceituais como ferramentas didático-pedagógicas na área de recursos e serviços de informação. *Revista Biblios*, Peru, n. 63, pp.13-27. Disponível em: <<http://biblios.pitt.edu/>>. Acesso em: 20 de julho de 2016.
- Lemos, E. S., 2005. (Re) situando a teoria de aprendizagem significativa na prática docente, na formação de professores e nas investigações educativas. *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*, v.5, n.3, p. 38-51.
- Libâneo, J. C., 1994. *Didática*. São Paulo: Cortez.
- Moreira, M. A., 2009. *Subsídios teóricos para o professor pesquisador em ensino de ciências: a teoria da aprendizagem significativa*. Porto Alegre-RS.
- Moreira, M. A. & Masini, E. F. S., 2009. *Aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel*. São Paulo: Centauro.
- Novak, J. D. & Gowin, B., 1999. *Aprender a aprender*. 2. ed. Lisboa: Plátano.
- Queiroz, M. I. P., 1992. *O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha das técnicas: algumas reflexões*. CERU, Textos 3, Série 2.

MÉTODOS DE EVALUACIÓN E INTERNACIONALIZACIÓN EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR: EL CASO DE INFORMACIÓN/DOCUMENTACIÓN Y COMUNICACIÓN AUDIOVISUAL EN LA UNIVERSIDAD DE EXTREMADURA

Cristina Faba-Pérez

Universidad de Extremadura

Resumen

Uno de los aspectos que más ha promovido el Espacio Europeo de Educación Superior (EEES) ha sido la aplicación de nuevos métodos y rúbricas de evaluación. Asimismo, la asimilación de competencias también supone un componente clave para el EEES y, especialmente, las competencias de carácter transversal como el conocimiento hablado y escrito de otras lenguas. Por ello, los objetivos de este trabajo son dos: en primer lugar, analiza la aplicación y el desarrollo de métodos y rúbricas de evaluación en varias asignaturas del curso académico 2015-2016 que forman parte del Grado Presencial en Información y Documentación (INDO) y del Grado en Comunicación Audiovisual (CAV) de la Universidad de Extremadura y, en segundo lugar, estudia el uso de otras lenguas distintas al español en todas las asignaturas de los dos Grados mencionados, con la finalidad de detectar el nivel de internacionalización de los estudios en cuestión. En relación al primer objetivo, los resultados muestran, que entre los métodos de evaluación, el Examen y la Evaluación continua obtienen porcentajes del 100% frente a la Auto-evaluación (45,45%) y la Coevaluación (36,36%), y que el uso de rúbricas de evaluación se aproxima al 50%. Con respecto al segundo objetivo, se obtiene un escaso uso de referencias bibliográficas en otras lenguas en ambos casos (algo más elevado en INDO) y un especial interés en la elaboración de currículums profesionales en otras lenguas. Las conclusiones que se derivan del estudio reflejan la necesidad de formar al profesorado en herramientas de evaluación distintas a las tradicionales, así como de incentivar a los docentes en el uso de otras lenguas distintas al español con el fin de favorecer las salidas profesionales de sus egresados.

Palabras clave: Grado en Información y Documentación; Grado en Comunicación Audiovisual; Universidad de Extremadura; Métodos y rúbricas de evaluación; Bibliografía en lengua inglesa

Abstract

One of the aspects which most has promoted the European Higher Education Area (EHEA) has been the application of new methods of assessment and evaluation rubrics. The assimilation of skills is also a key component to the EHEA and, especially, the transverse skills, as the knowledge of spoken and written languages. Therefore, the objectives of this work are two: first, analyses the implementation and the development of methods of assessment and evaluation rubrics in several subjects in degree in Information and Documentation (INDO) and the degree in Audiovisual Communication (CAV) of the University of Extremadura (academic year 2015-2016) and, secondly, it examines the use of other languages different to the Spanish in all the subjects of the two mentioned degrees, with the aim of detecting the level of internationalization of the studies in question. With regard to the first objective, the results show that among the methods of evaluation, examination and continuous assessment obtained

percentages of 100% compared to the self-assessment (45.45%) and the evaluation between peers (36.36%), and that the use of rubrics for assessment is approaching 50%. With respect to the second objective gets low use of bibliographic references in other languages in both cases (somewhat higher in INDO) and a special interest in the development of professional resumes in other languages. The conclusions derived from the study reflect the need to train teachers in different to the traditional tools of evaluation, as well as encourage teachers in the use of other languages different to the Spanish to promote the career opportunities of graduates.

Keywords: Degree in Information and Documentation; Degree in Audiovisual Communication; University of Extremadura; Methods and rubrics of evaluation; Bibliography in English.

1. INTRODUCCIÓN

Sin duda, uno de los aspectos que más ha promovido el Espacio Europeo de Educación Superior (EEES) ha sido la aplicación de nuevos métodos de evaluación. La evaluación, como proceso basado en recoger información, ya sea por medio de instrumentos escritos o no escritos, analizar esa información y emitir un juicio sobre ella, tomando decisiones de acuerdo con el juicio emitido (Sanmartí, 2007), no debe ser confundida con la calificación, que consiste en traducir las valoraciones acerca del aprendizaje del alumno a términos cuantitativos. Aunque la calificación está basada en una evaluación sumativa, también pueden darse procesos de evaluación que no conlleven calificación. De hecho, hay que resaltar que “el alumnado no aprende con los procesos de calificación, sino con los de evaluación” (Hamodi, López Pástor & López Pastor, 2015: 149).

Por tradición, la evaluación en la Universidad se ha centrado en la etapa final del aprendizaje y se ha concebido, de forma general, para aprobar más que para aprender (Delgado García & Oliver Cuello, 2006), sin embargo, la asimilación de conocimientos y el desarrollo de competencias por parte del alumno es preciso que se evalúen a lo largo de todo el curso académico proponiendo para ello diversas actividades que pueden ser evaluadas de forma progresiva o continua. A este respecto, se ha creado cierta controversia a la hora de identificar y clarificar la diferencia entre 'medios' de evaluación (producciones del alumno que el profesor puede recoger, ver y escuchar y le sirven para evaluar -estudio de casos, trabajo escrito, exposiciones orales, etc.-), 'técnicas' de evaluación (estrategias que usadas por el profesor para recoger información acerca de las producciones y evidencias creadas por el alumno -observación directa del alumno, autoevaluación, etc.) e 'instrumentos' de evaluación (herramientas que usa el profesor y el alumno para mostrar de forma organizada la información recogida mediante una determinada técnica de evaluación -lista de control, ficha de autoevaluación, etc.) (Hamodi, López Pastor & López Pastor, 2015).

Además de la evaluación continua, las guías o rúbricas de evaluación también se erigen en herramientas fundamentales, ya que constituyen pautas precisas que permiten a los estudiantes identificar con claridad la relevancia de los contenidos y los objetivos de los trabajos académicos establecidos por los docentes (Gatica-Lara & Uribarren-Berrueta, 2013), y resultan beneficiosas para la evaluación puesto que presentan una mayor coherencia en la puntuación, la posibilidad de facilitar un juicio válido de competencias complejas y la promoción del aprendizaje (Jonsson & Svingby, 2007). A este respecto, una investigación realizada conjuntamente en las Universidades de Granada y Vigo para conocer la valoración de los alumnos sobre la propia experiencia de ser evaluados con rúbricas concluyó que “el protagonismo del estudiante en su aprendizaje exige, en su [propia] opinión, participación en la tarea de evaluación [...]. La experiencia es considerada por los estudiantes interesante, motivadora, anima a la participación, fomenta tanto el trabajo cooperativo como la coevaluación [...] El compromiso del estudiante es mayor” (Gallego Arrufat & Raposo-Rivas, 2014: 211). Debido a sus beneficios, cada vez son más las instituciones universitarias que explican en sus páginas web qué son las rúbricas y por qué es necesario utilizarlas (por ejemplo: *Center for Teaching Excellence*¹ de la Universidad de Cornell, o *College of Medicine Phoenix*² de la Universidad de Arizona, ambas en Estados Unidos).

Por otro lado, la asimilación de competencias también supone un componente clave para el EEES y, especialmente, las competencias de carácter transversal ya que se convierten en un elemento común de las titulaciones (Alonso-Martín, 2010) puesto que inciden en la formación integral del individuo, cuestión en la que las universidades deben jugar un papel esencial, de acuerdo con las directrices europeas (Corominas Rovira, 2001; Sánchez-Elvira, López-González & Fernández-Sánchez, 2010). Si el modelo curricular universitario se ha desplazado hacia un modelo basado en competencias, la evaluación debería

¹ <https://www.cte.cornell.edu/teaching-ideas/assessing-student-learning/using-rubrics.html>

² <http://phoenixmed.arizona.edu/students/assessment/assessment-and-evaluations-measurement-tools>

seguir la misma línea. Sin embargo, hace algo más de una década, Shumway & Harden (2003) se lamentaban de que a pesar de lo mucho que se había avanzado en el diseño curricular por competencias en la Universidad, el diseño de la evaluación no había progresado al mismo ritmo, y esta falta de alineación entre la educación por competencias y su evaluación comprometía seriamente los resultados de este nuevo modelo. A pesar de ello, con el tiempo se han realizado numerosos intentos e investigaciones relacionados con la evaluación de competencias, tanto desde el punto de vista del propio evaluador, como de las competencias de los alumnos. En el primer conjunto, especial mención merece el trabajo de Stevahn y sus colaboradores (2005), quienes proponen un modelo para la formación en competencias de los evaluadores universitarios basado en seis categorías: práctica profesional, investigación sistemática, análisis situacional, gestión de proyectos, práctica reflexiva y competencia interpersonal. También en este grupo se encuentra el artículo de Moreno-Murcia y sus colaboradores (2015) quienes diseñan y aplican un cuestionario para valorar las competencias del profesorado universitario basado en tres dimensiones: planificación (con 4 ítems), desarrollo (con 17 ítems) y resultados (con 7 ítems). Con respecto a la evaluación de competencias de los estudiantes universitarios, Aldoshina (2014) realiza un análisis cualitativo de los diferentes medios para la evaluación de las competencias de los alumnos universitarios. Champin (2014) explica la implementación de un sistema de evaluación de competencias en la Escuela de Medicina de la Universidad Peruana de Ciencias Aplicadas (UPC), basado en los cuatro niveles de la Pirámide de Miller (Nivel 1: saber; Nivel 2: saber cómo; Nivel 3: mostrar cómo; Nivel 4: hacer). Según la autora, este sistema dicho sistema de evaluación ha permitido formar un profesional médico que es consciente de sus competencias, con una sólida formación científica. Finalmente, García-Sanz (2014) expone un caso práctico de evaluación de competencias usando las rúbricas en la asignatura “Evaluación de programas educativos y formativos del Grado en Pedagogía de la Universidad de Murcia.

Siguiendo con las competencias, dentro de las transversales, el conocimiento hablado y escrito de otras lenguas (en especial, el inglés) resulta imprescindible para impulsar las salidas profesionales de los alumnos que terminan sus Grados. Aunque se habla mucho de la importancia de la internacionalización en la educación superior, ésta no tendrá éxito a menos que programas del tipo “*Content and Language Integrated Learning*” (CLIL) se implementen de manera satisfactoria, tanto en educación secundaria, como en universitaria (Lasagabaster, 2008). Para solventar este problema, actualmente las Universidades españolas están promoviendo el bilingüismo en los Grados mediante diversas acciones, como la concesión de Proyectos de Innovación Docente enfocados a la docencia universitaria en español e inglés. Sin embargo, tal y como se desprende del Seminario de Formación Inicial en Programas Bilingües organizado por la Universidad de Alcalá de Henares y el *British Council*³, uno de los problemas fundamentales que enfrenta el bilingüismo para asentarse en España, es principalmente la falta de formación y, por tanto, de preparación de los docentes para enseñar correctamente.

Teniendo en cuenta los conceptos expuestos con anterioridad, este trabajo, que forma parte del Proyecto de Innovación Docente concedido por la Universidad de Extremadura (Unex) en el curso 2015-2016 al Grupo de Innovación Didáctica mencionado en la autoría (INDOCAV), se centra en dos objetivos principales: en primer lugar, analiza el desarrollo y la aplicación de métodos y rúbricas de evaluación en diversas asignaturas que forman parte del Grado Presencial en Información y Documentación (INDO) y del Grado en Comunicación Audiovisual (CAV) de la Unex, con el fin de comprobar la adaptación al EEES en este sentido; y, en segundo lugar, estudia el uso de otras lenguas distintas al español en los dos Grados mencionados, con la finalidad de detectar el nivel de internacionalización de los estudios en cuestión.

2. METODOLOGÍA

³<http://noticias.universia.es/en-portada/noticia/2015/03/13/1121415/bilinguismo-logra-asentarse-universidad.html>

La metodología empleada para cumplir el primer objetivo se centra en la revisión de los métodos y rúbricas de evaluación usados en las asignaturas implicadas en el Proyecto en cuestión (Tabla 1). Dichas asignaturas (11) se reparten entre los dos semestres del curso académico 2015-2016 y representan todos los cursos (1º, 2º, 3º y 4º), tanto del Título de Grado en Información y Documentación, como del Grado en Comunicación Audiovisual.

Título	Curso	Semestre	Asignatura
INDO Presencial	1º	1º	Diplomática y producción documental en las instituciones
	1º	2º	Inglés
	2º	1º	Fundamentos de información y documentación
	3º	1º	Documentación informativa
	3º	2º	Industrias culturales
	4º	1º	Planificación, evaluación y auditoría de unidades de información
	4º	1º	Documentación audiovisual
CAV	1º	1º	Teoría de la comunicación y de la información
	2º	2º	Comunicación corporativa e interna
	3º	2º	Comunicación audiovisual y publicitaria digital
	4º	1º	Taller de fotografía

TABLA 1 ASIGNATURAS ANALIZADAS

El segundo objetivo se logra mediante el desarrollo de dos actividades: la primera de ellas, centrada en el análisis de las referencias bibliográficas que forman parte de la sección “Bibliografía” de los 90 Planes Docentes del curso 2015-2016 de los dos Grados mencionados, con el fin de detectar un pequeño indicio de la internacionalización de estas enseñanzas. La segunda actividad consiste en la realización de un taller impartido por un experto en lengua inglesa destinado a los alumnos de los últimos cursos (3º y 4º) de ambos Grados sobre el diseño de currículums profesionales en lengua inglesa.

3. RESULTADOS

3.1 MÉTODOS Y RÚBRICAS DE EVALUACIÓN

En la Tabla 2 se muestran las asignaturas analizadas y los métodos de evaluación que han aplicado durante el curso 2015-2016. Como se puede ver, el 100% de las asignaturas usan la evaluación mediante Examen y la Evaluación continua, el 45,45% la Auto-evaluación y el 36,36% la Co-evaluación.

Título	Curso	Asignatura	Métodos de evaluación			
			Examen	Evaluación continua del profesor	Auto-evaluación del alumno	Co-evaluación por compañeros
INDO Presencial	1º	Diplomática y producción documental en las instituciones	1	1	1	
	1º	Inglés	1	1	1	1
	2º	Fundamentos de información y documentación	1	1		
	3º	Documentación informativa	1	1		
	3º	Industrias culturales	1	1		
	4º	Planificación, evaluación y auditoría de unidades de información	1	1	1	1
	4º	Documentación Audiovisual	1	1		
CAV	1º	Teoría de la comunicación y de la información	1	1		

Título	Curso	Asignatura	Métodos de evaluación			
			Examen	Evaluación continua del profesor	Auto-evaluación del alumno	Co-evaluación por compañeros
	2º	Comunicación corporativa e interna	1	1	1	1
	3º	Comunicación audiovisual y publicitaria digital	1	1	1	1
	4º	Taller de fotografía	1	1		
			100%	100%	45,45%	36,36%

TABLA 2 MÉTODOS DE EVALUACIÓN

Del estudio del desarrollo y aplicación de rúbricas de evaluación en las asignaturas implicadas, se ha obtenido que 5 de las 11 asignaturas (45,45%) sí las ponen en práctica. Dichas asignaturas son: Inglés, Planificación, evaluación y auditoría de unidades de información, Teoría de la comunicación y de la información, Comunicación corporativa e interna y Comunicación audiovisual y publicitaria digital. Por razones de espacio, en la Tabla III se muestra solo un ejemplo de una de las rúbricas de evaluación desarrolladas y aplicada en una asignatura

<i>Planificación, Auditoría y Evaluación de Unidades Informativas. INDO. Curso 4º, semestre 1º</i>		
Rúbrica de evaluación	Puntuación	Aspectos evaluados
PRÁCTICAS 1, 2 y 3 de la evaluación continua (1 punto cada práctica) Trabajo (0,6 puntos) Evalúa: Profesora	Estructura (0,15)	Es preciso que el trabajo impreso conste de los siguientes apartados: Introducción, Material y Metodología, Resultados, Conclusiones y Bibliografía. Opcionalmente, se podrá añadir un apartado de Anexos.
	Expresión escrita (0,15)	El trabajo debe adecuarse a las normas generales de redacción permitiendo expresar por escrito los pensamientos e ideas previamente ordenadas. Además, será imprescindible una correcta ortografía.
	Contenido (0,3)	Es necesario que no existan errores conceptuales y que el tratamiento de los datos sea adecuado.
Defensa (0,4 puntos) Evalúa: Profesora y Alumnos (autoevaluación y coevaluación)	Exposición y defensa oral (0,1)	Claridad expositiva. Adecuación al tiempo asignado para la exposición. Correcta defensa y discusión de las cuestiones planteadas tras la exposición.
	Elaboración de la presentación (0,1)	Conservar una distribución ordenada de los elementos en las transparencias. No saturar de información cada diapositiva.
	Contenido (0,2)	El contenido principal del trabajo debe quedar reflejado en la presentación, para ello, es preciso que la diapositiva acompañe al discurso.

TABLA 3 RÚBRICA DE EVALUACIÓN

3.2 INTERNACIONALIZACIÓN

3.2.1 BIBLIOGRAFÍA

Del análisis del apartado “Bibliografía (básica y complementaria)” de los Planes Docentes (curso 2015-2016) de todas las asignaturas que conforman el Grado Presencial en INDO, se han obtenido los resultados que se muestran en la Tablas 4 y el Gráfico 1. Se observa que, en total, solo un promedio del 20,07% de las referencias bibliográficas está en otros idiomas distintos al español y el 17,60% en inglés. Además, es en 3er curso donde se observa una media mayor de referencias en otros idiomas (promedio 38,28%) gracias a asignaturas como Análisis de redes en información y documentación, Procesamiento avanzado de la información o Recuperación de información, seguido de 4º curso (promedio 26,79%), Optativas (promedio 15,55%), 1º (promedio 12,58%, gracias a la asignatura de Inglés) y 2º (promedio 11,12%).

CURSO	ASIGNATURAS INDO	BIBLIOGRAFÍA	
		% Otros idiomas	% Inglés
1º	Derecho de la información y la comunicación	0,00%	0,00%
	Diplomática y producción documental en las instituciones	4,55%	0,00%
	Edición digital	16,67%	16,67%
	Gestión y administración en empresas de comunicación y en unidades informativas	0,00%	0,00%
	Habilidades comunicativas	0,00%	0,00%
	Información y sociedad	0,00%	0,00%
	Inglés	90,91%	90,91%
	Introducción a la estadística documental	0,00%	0,00%
	Introducción a la tecnología de la información y la comunicación	0,00%	0,00%
	Teoría de la comunicación y de la información	13,64%	7,58%
2º	Análisis documental	12,50%	12,50%
	Archivística	8,89%	4,44%
	Catalogación descriptiva	7,69%	3,85%
	Fuentes de información y recursos informativos	0,00%	0,00%
	Fundamentos de información y documentación	22,22%	11,11%
	Fundamento y diseño de bases de datos	0,00%	0,00%
	Introducción a los métodos cuantitativos de la información (la Bibliografía se suministra al impartir cada tema)		
	Lenguajes documentales	41,67%	25,00%
	Organización de colecciones	7,14%	0,00%
	Organización y descripción de archivos	0,00%	0,00%
3º	Análisis de redes en información y documentación	100,00%	100,00%
	Catalogación automatizada	8,62%	5,17%
	Diseño y dirección de Websites	4,17%	4,17%
	Documentación informativa	0,00%	0,00%
	Fuentes de información especializadas	23,08%	15,38%
	Gestión de documentos en archivos	14,29%	14,29%
	Procesamiento avanzado de la información	91,67%	91,67%
	Recuperación de la información	73,33%	73,33%
	Servicios de información	29,41%	29,41%
4º	Evaluación de la actividad científica	37,50%	37,50%
	Planificación, auditoría y evaluación de unidades de información	25,00%	25,00%

CURSO	ASIGNATURAS INDO	BIBLIOGRAFÍA	
		% Otros idiomas	% Inglés
	Políticas y sistemas de información	4,76%	4,76%
	Prácticas externas I	33,33%	33,33%
	Prácticas externas II	33,33%	33,33%
	Trabajo fin de grado (la Bibliografía es suministrada por cada tutor)		
Optativa	Clasificación Documental en Bibliotecas	8,33%	0,00%
	Comunicación Corporativa e Interna	31,58%	31,58%
	Documentación Audiovisual	0,00%	0,00%
	Ética y Deontología de la Información	41,67%	41,67%
	Fondo Antiguo	0,00%	0,00%
	Historia del Documento	12,50%	6,25%
	Industrias Culturales	13,64%	9,09%
	Información para la Empresa e Inteligencia Competitiva	31,11%	28,89%
	Paleografía	0,00%	0,00%
	Propiedad Intelectual Audiovisual y Multimedia	20,00%	0,00%
Promedio		20,07%	17,60%

TABLA 4 BIBLIOGRAFÍA DE LOS PLANES DOCENTES DEL GRADO PRESENCIAL INDO EN IDIOMAS DISTINTOS AL ESPAÑOL

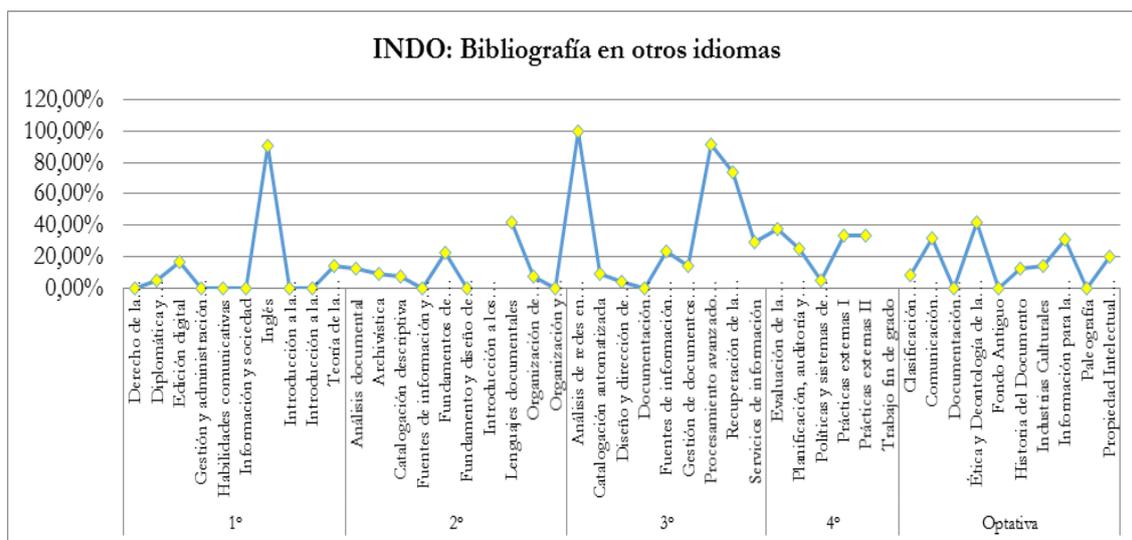


Gráfico 5 Porcentaje de Bibliografía del Grado INDO en otros idiomas

Con respecto al Grado en CAV, se han obtenido los resultados que se muestran en la Tablas V y el Gráfico 2. Se observa que, en total, un promedio muy bajo del 5,12% de las referencias bibliográficas está en otros idiomas distintos al español y el 3,73% en inglés. En este caso, son las asignaturas del curso 1º las que alcanzan una media mayor en la proporción de bibliografía en otros idiomas (promedio 11,22%) debido, sin duda, a la asignatura de Inglés. A continuación se sitúan las asignaturas de 2º curso (promedio 5,91%), Optativas (promedio 3,25%), 3º (1,14%) y, en último lugar, 4º curso. En este caso, que 4º se quede en último lugar no es representativo ya que es un curso que consta de solo cinco asignaturas, de las cuales dos son Prácticas externas y una es el Trabajo fin de grado, y en los tres casos la bibliografía es suministrada por el tutor asignado y no aparece en el Plan Docente de la asignatura.

CURSO	ASIGNATURAS CAV	BIBLIOGRAFÍA	
		% Otros idiomas	% Inglés
1º	Derecho de la información y la comunicación	0,00%	0,00%

CURSO	ASIGNATURAS CAV	BIBLIOGRAFÍA	
		% Otros idiomas	% Inglés
	Gestión y administración en empresas de comunicación y en unidades informativas	0,00%	0,00%
	Habilidades comunicativas	0,00%	0,00%
	Información y sociedad	0,00%	0,00%
	Inglés	90,91%	90,91%
	Introducción a la tecnología de la información y la comunicación	0,00%	0,00%
	Teoría de la comunicación y de la información	13,64%	7,58%
	Comunicación periodística I	0,00%	0,00%
	Comunicación publicitaria	0,00%	0,00%
	Historia contemporánea	7,69%	2,56%
2º	Comunicación corporativa e interna	31,58%	31,58%
	Comunicación periodística II	20,00%	0,00%
	Estructura del sistema audiovisual	0,00%	0,00%
	Evolución de las representaciones icónicas	0,00%	0,00%
	Historia y teoría cinematográfica	0,87%	0,00%
	Imagen e identidad corporativa	0,00%	0,00%
	Narrativa audiovisual I	4,55%	0,00%
	Tecnología de los medios audiovisuales	0,00%	0,00%
	Teoría de la comunicación audiovisual	2,13%	2,13%
	Teoría y técnica del lenguaje audiovisual	0,00%	0,00%
3º	Comunicación audiovisual y publicitaria digital	0,00%	0,00%
	Documentación informativa	0,00%	0,00%
	Ética y deontología de la comunicación audiovisual	8,70%	8,70%
	Guión	0,00%	0,00%
	Historia, teoría y técnica de la fotografía	2,69%	0,90%
	Montaje y edición de audio y video I	0,00%	0,00%
	Montaje y edición de audio y video II	0,00%	0,00%
	Narrativa audiovisual II	0,00%	0,00%
	Producción audiovisual	0,00%	0,00%
Programación audiovisual	0,00%	0,00%	
4º	Prácticas externas I (la Bibliografía es suministrada por cada tutor)		
	Prácticas externas II (la Bibliografía es suministrada por cada tutor)		
	Realización en radio	0,00%	0,00%
	Realización en televisión	0,00%	0,00%
	Trabajo fin de grado (la Bibliografía es suministrada por cada tutor)		
Optativas	Creatividad y diseño visual	0,00%	0,00%
	Diseño y dirección de Websites	4,17%	4,17%
	Documentación audiovisual	0,00%	0,00%
	El audiovisual en Latinoamérica y Portugal	8,33%	8,33%
	Historia de las ideas políticas y los movimientos sociales	0,00%	0,00%
	Medios de comunicación locales	0,00%	0,00%
	Propiedad intelectual y multimedia	20,00%	0,00%
	Taller de fotografía	0,00%	0,00%
	Taller de géneros audiovisuales	0,00%	0,00%

CURSO	ASIGNATURAS CAV	BIBLIOGRAFÍA	
		% Otros idiomas	% Inglés
	Técnicas de locución	0,00%	0,00%
Promedio		5,12%	3,73%

TABLA 5 BIBLIOGRAFÍA DE LOS PLANES DOCENTES DEL GRADO CAV EN IDIOMAS DISTINTOS AL ESPAÑOL

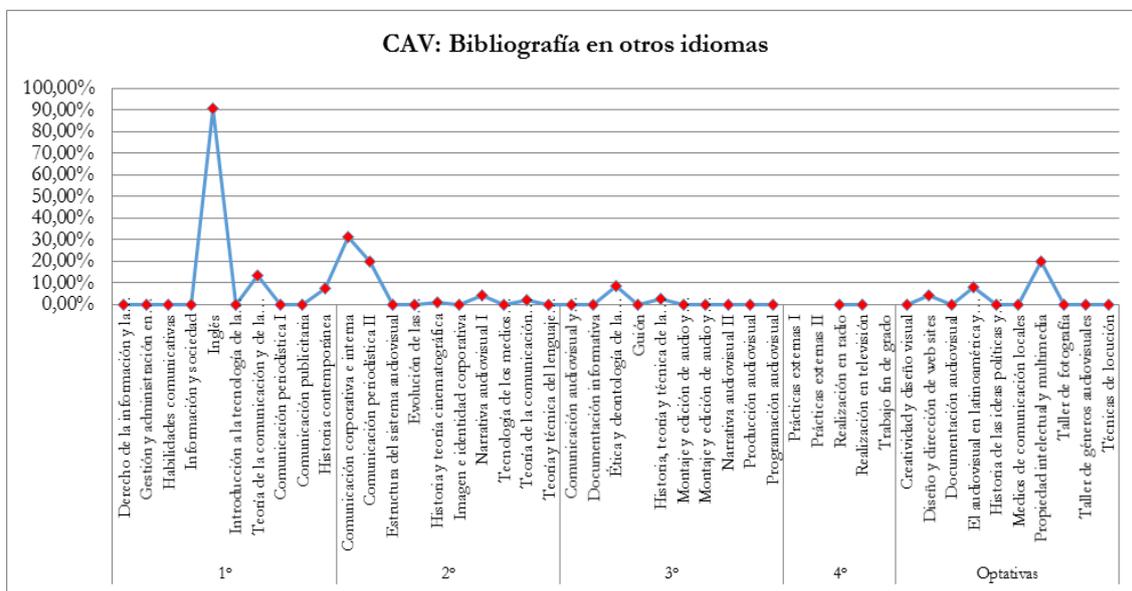


GRÁFICO 1 PORCENTAJE DE BIBLIOGRAFÍA DEL GRADO CAV EN OTROS IDIOMAS

3.2.2 DISEÑO DE CURRÍCULUMS EN LENGUA INGLESA

En el mes de abril de 2016 se realizó un taller en el que participaron los alumnos de 3º y 4º, tanto del Título de Grado en Información y Comunicación, como del Grado en Comunicación Audiovisual. Dicho taller fue impartido por un experto en lengua inglesa, con el objetivo de que los alumnos aprendieran a desarrollar sus currículums vitae (CV) en dicha lengua, favoreciendo así sus salidas profesionales. Esta actividad, que favorece el aprendizaje de la competencia transversal CT4 de INDO y de la competencia general CG4 de CAV (sobre uso de la lengua inglesa oral y escrita) es fundamental para los alumnos de los últimos cursos que deberán enfrentarse en un futuro inmediato al mundo profesional.

4. CONCLUSIONES

De los resultados obtenidos se derivan las siguientes conclusiones:

Con respecto a los diferentes métodos de evaluación aplicados por el profesorado de INDO y CAV que participa en el presente Proyecto, el 100% de las asignaturas impartidas por ellos usan la evaluación mediante Examen y la Evaluación continua, el 45,45% la Auto-evaluación y el 36,36% la Co-evaluación. Es decir, no existe una elevada proporción de asignaturas en las que se utilicen nuevos métodos para evaluar los resultados del aprendizaje del alumno.

En el caso del desarrollo de rúbricas de evaluación en las asignaturas implicadas, se ha obtenido que el 45,45% de ellas sí las ponen en práctica. Se concluye que, a pesar de ser herramientas que ayudan al alumno y que denotan la transparencia del proceso de evaluación, aún no son demasiado usadas por el profesorado de INDO y CAV cuyas asignaturas se analizan.

Del estudio de la Bibliografía de los Planes Docentes de todas las asignaturas que conforman el Grado Presencial en INDO y el grado en CAV, se ha obtenido que solo un promedio del 20,07% de las referencias bibliográficas está en otros idiomas distintos al español en el caso de INDO y un escaso 5,12% en el caso de CAV. Con respecto a la proporción de referencias en lengua inglesa, el 17,60% está en inglés en el Grado en INDO y el 3,73% en el caso de CAV. Lo único positivo de esta desfavorable situación es que, en el caso de INDO, es en 3er curso donde se observa un promedio mayor de referencias en otros idiomas, seguido de 4º, lo que significa que conforme avanzan los cursos, el escaso uso de Bibliografía en otros idiomas se incrementa.

Por último, al finalizar el taller para el desarrollo del CV en inglés se realizó una puesta en común entre los asistentes al acto, considerando los alumnos participantes en el mismo la necesidad de llevar a cabo actividades de esta naturaleza en los dos Grados, ya que están íntimamente relacionadas con sus salidas profesionales en otros países.

En definitiva, a pesar de que la aplicación de nuevos métodos y rúbricas de evaluación, así como la internacionalización los estudios universitarios de Información y Documentación y de Comunicación Audiovisual de la Universidad de Extremadura no son óptimos, se están realizando esfuerzos al respecto. Prueba de ello son Proyectos de Innovación Docente enfocados a ambas actividades concedidos por la Unex a diversos profesores que imparten docencia en los dos Títulos.

5. AGRADECIMIENTOS

Este trabajo ha sido financiado por la Junta de Extremadura, Consejería de Empleo, Empresa e Innovación y el Fondo Social Europeo como parte de la ayuda a grupos GR10019.

6. BIBLIOGRAFÍA

- Aldoshina, M.I., 2014. Valuation Means of Students' Competences at the University. *Asian Social Science*, 10(24), pp. 77-84.
- Alonso-Martín, P., 2010. La valoración de la importancia de las competencias transversales: comparación de su percepción al inicio y final de curso en alumnos de Psicología. *Revista de investigación educativa*. 28(1), pp. 119-140.
- Champin, D., 2014. Evaluación por competencias en la educación médica. *Rev Peru Med Exp Salud Publica*, 31(3), pp. 566-71.
- Corominas Rovira, E., 2001. Competencias genéricas en la formación universitaria. *Revista de educación*. 325, pp. 200-321.
- Delgado García, A.M. & Oliver Cuello, R., 2006. La evaluación continua en un nuevo escenario docente, *Revista de Universidad y Sociedad del Conocimiento*, 3(1), pp.1-13. Disponible en: http://www.uoc.edu/rusc/3/1/dt/esp/delgado_oliver.pdf.
- Gallego Arrufat, M.J., & Raposo Rivas, M.J., 2014. Compromiso del estudiante y percepción del proceso evaluador basado en rúbricas. *Revista de docencia universitaria*. 12(1), pp. 197-215.
- García-Sanz, M.P., 2014. La evaluación de competencias en Educación Superior mediante rúbricas: un caso práctico. *Revista electrónica interuniversitaria de formación del profesorado*, 17(19), pp. 87-106.
- Gatica-Lara, F. & Urribarren Berrueta, T.N.J., (2013). ¿Cómo elaborar una rúbrica? *Investigación en educación médica*. 2(1), pp. 61-65.

- Hamodi, C., López Pastor, V.M. & López Pastor, A.T., 2015. Medios, técnicas e instrumentos de evaluación formativa y compartida del aprendizaje en educación superior. *Perfiles educativos*, 37(147), pp. 146-161.
- Jonsson, A., & Svingby, G., 2007. The use of scoring rubrics: Reliability, validity and educational consequences. *Educational Research Review*, 2(2), pp. 130-144.
- Lasagabaster, D., 2008. Foreign Language Competence in Content and Language Integrated Courses. *The Open Applied Linguistics Journal*, 1, pp. 30-41
- Moreno-Murcia, J.A., Silveira Torregrosa, Y., & Belando Predeño, N., 2015. Questionnaire evaluating teaching competencies in the university environment. Evaluation of teaching competencies in the university. *New approaches in educational research*, 4(1), pp. 54-61.
- Sánchez-Elvira, A., López-González, M. & Fernández-Sánchez, M., 2010. Análisis de las competencias genéricas en los nuevos títulos de grado del EEES en las universidades españolas. *Revista de docencia universitaria*. 8(1), pp. 35-73.
- Sanmartí, N., 2007. *10 ideas clave: evaluar para aprender*. Madrid: Graó.
- Shumway, J.M., & Harden, R.M., 2003. The assessment of learning outcomes for the competent and reflective physician. *Med. Teach.*, 25(6), pp. 569-84.
- Stevahn, L., King, J.A., Ghere, J., & Minnema, J., 2005. Evaluator competencies in university-based evaluation training programs. *The Canadian Journal of Program Evaluation*, 20(2), pp. 101-123.

PANORAMA DE LA EDUCACIÓN BIBLIOTECOLÓGICA EN AMÉRICA LATINA

María Teresa Munera Torres

Universidad de Antioquia

Resumen

La investigación titulada “la terminología de la bibliotecología en América Latina: un estudio comparativo”, busca llevar a cabo un análisis de la terminología de la bibliotecología utilizada en América Latina y presenta como uno de sus productos, una propuesta de armonización terminológica. Adicionalmente, registra la evolución histórica del concepto de bibliotecología desde la Edad Antigua hasta el siglo XXI, además de generar una base de datos terminológica de la bibliotecología en América Latina, de acuerdo con la información analizada en las estrategias de investigación documental y comparativa. Otro de los objetivos que se definen para dicha investigación, se centra en explorar el panorama formativo de la bibliotecología en América Latina y ubicar las tendencias más representativas desde las dimensiones de orden administrativo, temático, académico, investigativo, docente, de emprendimiento, de proyección social, entre otras. Por tanto, esta comunicación se enfoca en describir las tendencias anteriormente referidas.

Palabras clave: Educación bibliotecológica – América Latina, Formación bibliotecológica – América Latina.

Abstract

The research entitled "terminology of librarianship in Latin America: a comparative study" seeks to carry out an analysis of terminology of librarianship used in Latin America and has as one of its products, a proposal for terminological harmonization. Additionally, it records the historical evolution of the concept of librarianship from the Ancient Age to the XXI century, in addition to generating a terminology database of librarianship in Latin America, according to the information analyzed in the strategies of documentary and comparative research. Another of the objectives defined for such research, focuses on exploring the educational landscape of librarianship in Latin America and locate the most representative trends from the dimensions of administrative, thematic, academic, research, teaching order, entrepreneurship, projection social, among others. Therefore, this communication focuses on describing the above-referenced trends.

Keywords: Library science education - Latin America, Librarianship Training - Latin America.

1. INTRODUCCIÓN

Con base en la exploración de algunas de las tendencias que se han manifestado durante la evolución de la formación bibliotecológica en América Latina y de acuerdo con aportes de expertos en el ámbito bibliotecológico, se contextualizan los resultados de la investigación sobre “la terminología de la bibliotecología: un estudio comparativo” y de manera específica, en lo atinente a las tendencias que se identifican durante el desarrollo de la investigación en el escenario de la educación bibliotecológica latinoamericana.

Así mismo, se da cuenta sobre los resultados que arroja la investigación en torno a las tendencias de la formación bibliotecológica en América Latina, de acuerdo con diferentes variables entre las que se destacan: las unidades académicas de las que más depende la formación bibliotecológica, las áreas del conocimiento de las que más depende dicha educación profesional, las denominaciones de mayor predominio, la duración de la formación bibliotecológica, la formación simultánea en bibliotecología y archivística, la formación por ciclos de la educación bibliotecológica, los criterios de graduación de la educación bibliotecológica en América Latina, la inclusión en las estructuras curriculares de componentes como el aprendizaje de las lenguas extranjeras, la investigación, la docencia, el emprendimiento, el desarrollo del espíritu crítico, así como el de proyección social, entre otros. Para culminar, se presentan unas conclusiones alusivas a la temática que se desarrolla.

2. LA EDUCACIÓN BIBLIOTECOLÓGICA EN A.L

La educación bibliotecológica en América Latina se origina en Argentina y a partir de este entonces, surgen diferentes propuestas de dicha formación, no solo en este país, sino en Brasil, México, Colombia, Venezuela, Costa Rica, entre otros. No obstante, en sus primeros años de implementación, se manifiestan tendencias muy enfocadas en la definición de estructuras curriculares que se basan en planes de estudios de Europa o Estados Unidos y no en el contexto específico de cada región. En tal sentido Meneses Tello precisa a la luz de los aportes de Judith Licea:

Pese a que las escuelas de bibliotecología existen desde hace años, Judith Licea insiste, tiempo después, en que “la falta de personal idóneo para los servicios de información cada días es más evidente” (Licea, 1977a:237). Las causas inherentes a lo que ocasiona así la escasez de recursos humanos de calidad en esta región, a su juicio, han sido las siguientes: Planes y programas de estudios copiados de instituciones extranjeras, en particular norteamericanas y europeas. Métodos y técnicas de enseñanza que encierran al alumno en el aula, separándolo de la realidad de los problemas y alternativas del país. (Licea, 1975:154:1977a:238-239). (Meneses Tello, 2010: 14)

De otro lado, en algunas escuelas de bibliotecología de América Latina, la preparación de sus profesionales se centra unas veces, en los contenidos de orden práctico y en otras, en los de orden teórico, lo que por supuesto genera corrientes diversas frente a si se le otorga mayor énfasis a lo práctico o a lo teórico. Lo ideal consiste en alcanzar un equilibrio en el que tanto la práctica como la teoría, se articulen y complementen de manera armónica. Al respecto Filiberto Felipe Martínez Arellano y Jaime Ríos Ortega, precisan:

En la orientación de la formación de bibliotecólogos ha predominado el enfoque de la educación técnica. No obstante lo anterior, también puede ser observado que la enseñanza de la bibliotecología ha empezado a transitar de una perspectiva centrada en las técnicas y la práctica hacia una concepción que reconoce el estatus teórico de la disciplina. Esta transición de una alternativa donde predomine únicamente la práctica, o por el contrario, una opción teórica

totalmente desconectada de la realidad, ha empezado a avanzar hacia otra en donde exista un equilibrio de estas dos. (Martínez Arellano y Ríos Ortega, 2012:11)

Otra de las tendencias que se generan como parte de las dinámicas de la educación bibliotecológica en América Latina, es la iniciativa de formación por competencias, estrategia educativa que permite enfocar la orientación de los profesionales en el desarrollo de habilidades específicas, que les permitan ejercer eficientemente su labor. Con relación a esta tendencia, Johan Pirela expresa:

Las definiciones de las competencias para el profesional de la información han sido un tema que diversos autores del área de Bibliotecología, Archivología y Ciencia de la Información han abordado con interés e incluso han llegado a proponer varias definiciones de competencias deseables. Autores como Muñoz (1998), Muñoz y Rubiano (1998), Cornella (1999), Gómez-Fernandez (2002), Cano (2002), Vieira de Cunha y otros (2004), Barber (2005), Pirela y Peña (2005), son algunos de los muchos que se han referido a las competencias basándose en diversos enfoques para clasificarlas. (Pirela, 2010: 9)

En otro orden de ideas, las TIC se manifiestan de forma contundente como otra de las tendencias que se incluyen dentro del proceso de desarrollo de la bibliotecología desde finales del siglo XX y durante el transcurso del siglo XXI. Desde la perspectiva de este nuevo panorama del desarrollo profesional, se hace necesario que la enseñanza bibliotecológica, incluya en sus planes de estudios, contenidos que se enfoquen en temáticas alusivas a la incorporación de las TIC en el desempeño bibliotecológico. En tal sentido, se logra expresar como:

A finales del siglo XX y en los comienzos del siglo XXI, se experimenta en la sociedad en general el fenómeno de la explosión de la información y el desarrollo acelerado de las TIC, que influyen definitivamente en todas las actividades de la vida moderna. La labor bibliotecológica por supuesto, no es ajena a este paradigma de desarrollo tecnológico y se ve enfrentada a nuevas formas de desempeño profesional. Por tanto todos los procesos y procedimientos que se desarrollan en una determinada unidad de información han manifestado una serie de cambios y variaciones con base en la aplicación de las TIC. En consecuencia, se genera la necesidad de idear nuevas propuestas de formación bibliotecológica, que incluyan en sus estructuras curriculares contenidos que formen a los futuros profesionales en las nuevas dinámicas del desempeño profesional, con base en las TIC y en los nuevos modelos de servicios que se ofrecen a los usuarios de manera virtual y electrónica, gracias al advenimiento de las innovaciones tecnológicas. (Múnera Torres, 2013:75)

La disciplina investigativa y por consiguiente, el desarrollo del espíritu crítico, se constituyen también en tendencias que caracterizan a la formación bibliotecológica contemporánea, es así como en varias de las estructuras curriculares de universidades de América Latina, se logra apreciar la inclusión de estos aspectos, como aportes al desarrollo de los postulados teóricos de la bibliotecología y de su proyección futura, como área del saber que cuenta con unas premisas teóricas, epistemológicas, con base en las que se fundamenta el hacer profesional de esta área; así mismo se contribuye a la formación de profesionales con un sentido crítico de la realidad que los circunda. En torno a esta dimensión de la formación bibliotecológica Edilma Naranjo Vélez expresa:

La enseñanza de la investigación y sus procesos en la bibliotecología permite a los estudiantes, en su proceso de aprendizaje, formar un espíritu crítico, cuestionador y a la vez propositivo, que busca solución a los problemas y diversas situaciones que se le presentan en su quehacer profesional. (Naranjo Vélez, 2016: 47)

Luego de considerar algunas de las tendencias que se identifican en la educación bibliotecológica de América Latina, de acuerdo con reflexiones de expertos en el ámbito bibliotecológico, se presentan a

continuación las tendencias identificadas dentro del contexto de la investigación sobre “La terminología de la bibliotecología: un estudio comparativo”, con base en el objetivo de explorar el panorama formativo de la bibliotecología en América Latina y ubicar las tendencias más representativas desde las dimensiones de orden administrativo, temático, académico, investigativo, docente, de emprendimiento, de proyección social, entre otras.

3. TENDENCIAS DE LA EDUCACIÓN BIBLIOTECOLÓGICA EN AMÉRICA LATINA

La investigación titulada “La terminología de la bibliotecología en América Latina: un estudio comparativo”, se lleva a cabo en 11 países, 40 universidades y 47 programas de formación bibliotecológica en América Latina”.

No.	País	No. Universidades	No. Programas de formación bibliotecológica
1	ARGENTINA	3	5
2	BRASIL	21	25
3	CHILE	1	1
4	COLOMBIA	3	3
5	COSTA RICA	1	2
6	GUATEMALA	1	1
7	MÉXICO	4	4
8	PARAGUAY	1	1
9	PERÚ	2	2
10	URUGUAY	1	1
11	VENEZUELA	2	2
TOTALES		40	47

TABLA 1 RELACIÓN NÚMERO DE PAÍSES, UNIVERSIDADES Y PROGRAMAS MUESTRA (MÚNERA TORRES, 2016:133)

Al abordar el panorama de la educación bibliotecológica de América Latina, se hacen exploraciones de los planes de estudios de países como Argentina, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Guatemala, México, Paraguay, Perú, Uruguay y Venezuela. En tal sentido y a fin de contar con una idea sobre la muestra de la investigación, se presenta en la Tabla n°1 (Múniera Torres, 2016:133), la relación del número de países, universidades y programas que conformaron la misma.

4. UNIDADES ACADÉMICAS DE LAS QUE MÁS DEPENDE LA EDUCACIÓN BIBLIOTECOLÓGICA EN AMÉRICA LATINA

Al indagar por las estructuras administrativas que rigen los procesos de educación bibliotecológica en los 47 programas académicos que se estudian en la investigación anteriormente mencionada, se logra obtener como resultado, el que en varios de los países objeto análisis, las unidades académicas de las que más depende dicha formación son: Facultad y Departamento, con un 19%, Centro y Departamento, con un 17%, Facultad y Escuela, con un 15%, Facultad con un 13% e Instituto con un 11%. (Múniera Torres, 2016:141). En consecuencia se concluye de acuerdo con la información anteriormente lograda, el que la estructura que más se manifiesta en la administración de la educación bibliotecológica de América Latina, es la de Facultad y Departamento. En la Tabla n° 2 (Múniera Torres, 2016:141), se presenta las cifras específicas al respecto.

Unidades académicas que rigen la formación bibliotecológica en América Latina	No. programas de formación bibliotecológica
Instituto	5
Instituto y Facultad	1
Centro y Facultad	1
Centro y Departamento	8
Centro y Escuela	2
Facultad	6
Facultad y Departamento	9
Facultad, Departamento, Sección	1
Facultad y Escuela	7
Facultad y Colegio	2
Facultad, Instituto y Escuela	1
Escuela	2
Escuela y Departamento	1
Sector y departamento	1

TABLA 2 UNIDADES ACADÉMICAS QUE RIGEN LA FORMACIÓN BIBLIOTECOLÓGICA EN A. L. (MÚNERA TORRES, 2016:141)

4.1 ÁREAS DEL CONOCIMIENTO DE LAS QUE MÁS DEPENDE LA FORMACIÓN BIBLIOTECOLÓGICA EN AMÉRICA LATINA

Con respecto a las áreas del conocimiento de las que más depende la formación bibliotecológica en América Latina, se observa como la Ciencia de la información, es el área del saber de la que más depende dicha formación, con un 12%, seguida de la Bibliotecología, con un 10%, la Biblioteconomía y la Filosofía y Letras, con un 7% y las Humanidades, con un 5%. (Múnera Torres, 2016: 146)

4.2 DENOMINACIONES DE LA FORMACIÓN BIBLIOTECOLÓGICA QUE MÁS SE MANIFIESTAN EN AMÉRICA LATINA

En torno a las denominaciones de la formación bibliotecológica que más se presentan en América Latina, se identifica una mayoría de universidades en las que se utiliza la denominación de Biblioteconomía y Bibliotecología para designar esta formación, como se aprecia en la Tabla n° 3 (Múnera Torres, 2016:162). Se destaca también el hecho de que en algunos casos, aparecen las denominaciones de Bibliotecología y Biblioteconomía de forma independiente. Sin embargo en otros, se encuentran complementadas con nombres como la Archivología, la Ciencia de la Información, las Ciencias de la Información, la Documentación, Estudios de la Información, entre otros. (Múnera Torres, 2016: 161).

Denominación de la formación bibliotecológica en América Latina	
Nombre de los programas	Cantidad
Bibliotecología	6
Bibliotecología y Archivología	1
Bibliotecología y Ciencia de la Información	2
Bibliotecología y Ciencias de la Información	4
Bibliotecología y Documentación	5
Bibliotecología y Estudios de la Información	1
Biblioteconomía	17
Biblioteconomía y Ciencia de la Información	1
Biblioteconomía, Ciencias de la Información y de la Documentación	1
Biblioteconomía y Documentación	3
Ciencia de la Información-Bibliotecología	1
Ciencias de la Información	3
Ciencias de la Información Documental	1
Gestión de Información	3
Sistemas de Información y Documentación	1

TABLA 3 DENOMINACIÓN DE LA FORMACIÓN BIBLIOTECOLÓGICA EN A.L. (MÚNERA TORRES, 2016:162)

4.3 DURACIÓN DE LA FORMACIÓN BIBLIOTECOLÓGICA EN AMÉRICA LATINA

Al mirar el grado de duración de la formación bibliotecológica en América Latina, se observa como el 51% de los programas que son objeto de estudio, presentan una duración de 10 semestres o más, y el 49% restante, una duración de 8 semestres. Se observa igualmente, como varios de los programas de Brasil, tienen una duración de hasta 14 semestres. (Múnera Torres, 2016:163).

4.4 EDUCACIÓN BIBLIOTECOLÓGICA POR CICLOS EN A. L.

En cuanto a los programas de educación bibliotecológica que se ofertan por ciclos, se identifican a las universidades argentinas de Buenos Aires, Nacional de Córdoba y Nacional de la Plata, junto con la Universidad Nacional de Costa Rica, Universidad de San Carlos en Guatemala y Pontificia Universidad Católica del Perú, ofertas de educación bibliotecológica en la modalidad de ciclos, y como luego de culminado el primer ciclo de formación, se otorgan un título que habilitan al estudiante para iniciar un desempeño laboral específico. Con el segundo ciclo, se culmina el proceso de consolidación y culminación de la formación, lo cual conduce al título como profesional. (Múnera Torres, 2016: 166).

4.5 FORMACIÓN SIMULTÁNEA EN BIBLIOTECOLOGÍA Y ARCHIVÍSTICA EN AMÉRICA LATINA

Al estudiar la muestra de programas de educación bibliotecológica definidos como muestra, se encuentran 21 propuestas que ofrecen formación bibliotecológica y archivística, lo que se constituye en un 45%. Además se observa como en los países muestra, a excepción de Uruguay, en 19 universidades y 21 programas específicos, incluyen en sus planes de estudio asignaturas sobre archivística. (Múnera Torres, 2016: 168,169). Al analizar los resultados anteriormente descritos, no cabe duda de que la formación archivística, se constituya en una temática complementaria de la educación bibliotecológica y que en América Latina se evidencia ya sea como parte de la formación bibliotecológica, o como un programa académico paralelo que se oferta como área relacionada con la Bibliotecología.

4.6 INCLUSIÓN DE LA LENGUA EXTRANJERA EN LA EDUCACIÓN BIBLIOTECOLÓGICA DE AMÉRICA LATINA

Al explorar por el grado de inclusión de la lengua extranjera en la formación bibliotecológica de América Latina acorde con la muestra definida, se observa que el 72% de los programas objeto de estudio, presentan contenidos o exigencias que se enfocan la enseñanza de lenguas extranjeras. Se destaca la enseñanza de lenguas como el alemán, francés, inglés y portugués, en países de habla hispana y de lenguas como el inglés, francés, alemán y español, en Brasil. (Múnera Torres, 2016: 171).

4.7 REQUISITOS DE GRADUACIÓN DE LA FORMACIÓN BIBLIOTECOLÓGICA EN AMÉRICA LATINA

Luego de indagar sobre las modalidades que existen en cuanto a los requisitos para optar al título profesional de la formación bibliotecológica en América Latina, en la muestra establecida, y de acuerdo con la información que se suministra en la Tabla n° 4(Múnera Torres, 2016: 177), se obtiene como resultado el que la realización de prácticas profesionales complementado con la elaboración de un trabajo monográfico, es la tendencia de mayor uso en un importante número de programas de formación bibliotecológica de la Región. (Múnera Torres, 2016: 177).

Tendencias	No. Programas
Trabajo teórico u otra opción	3

Tendencias	No. Programas
Trabajo teórico y prácticas	37
Únicamente prácticas	6
Únicamente trabajo teórico	1
Total	47

TABLA 1. TENDENCIAS SOBRE REQUISITOS DE GRADUACIÓN DE LA FORMACIÓN BIBLIOTECOLÓGICA EN AMÉRICA LATINA. (MÚNERA TORRES, 2016:177)

4.8 EL ESPÍRITU CRÍTICO EN LA EDUCACIÓN BIBLIOTECOLÓGICA DE AMÉRICA LATINA

El desarrollo del espíritu crítico dentro de los procesos académicos, es otro de los aspectos que hacen parte de la educación bibliotecológica de los últimos tiempos, como componente importante de la formación bibliotecológica latinoamericana.

Por tanto, se observa como en la muestra definida para la investigación, 21 de los programas académicos que la conforman, presentan dentro de sus planes de estudio temáticas relacionadas con el desarrollo del espíritu crítico en diferentes dimensiones del desempeño profesional, lo que se constituye en el 45% del total de la muestra.

Se identifica además en la Tabla n° 5 (Múnera Torres, 2016: 180), como en las universidades del Brasil, existe un alto grado de presencia de dicha temática. (Múnera Torres, 2016: 178).

Programas de educación bibliotecológica que promueven la formación del espíritu crítico	
Países	No. Programas que promueven la formación del espíritu crítico
Argentina	1
Brasil	13
Chile	0
Colombia	1
Costa rica	0
Guatemala	0
México	2
Paraguay	1
Perú	1
Uruguay	1
Venezuela	2
TOTAL	21

TABLA 2 PROGRAMAS DE EDUCACIÓN BIBLIOTECOLÓGICA QUE PROMUEVEN LA FORMACIÓN DEL ESPÍRITU CRÍTICO (MÚNERA TORRES, 2016:180)

4.9 LA INVESTIGACIÓN EN LA EDUCACIÓN BIBLIOTECOLÓGICA DE AMÉRICA LATINA

La investigación como temática que se incluye dentro de las propuestas de formación de los programas de Bibliotecología en América Latina, se evidencia como indicador del grado de evolución de este campo del conocimiento.

Esto se manifiesta al encontrar como el total de los programas académicos que constituyen la muestra de la investigación, de acuerdo con la Tabla n° 6 (Múnera Torres, 2016:182), fomentan la actividad investigativa en cada uno de los mismos. (Múnera Torres, 2016:181).

Países	No. Programas que promueven la formación en investigación
Argentina	5
Brasil	25
Chile	1

Países	No. Programas que promueven la formación en investigación
Colombia	3
Costa rica	2
Guatemala	1
México	4
Paraguay	1
Perú	2
Uruguay	1
Venezuela	2
TOTAL	47

TABLA 3 PROGRAMAS DE EDUCACIÓN BIBLIOTECOLÓGICA QUE PROMUEVEN LA FORMACIÓN EN INVESTIGACIÓN (MÚNERA TORRES, 2016:182)

4.10 LA DOCENCIA EN LA EDUCACIÓN BIBLIOTECOLÓGICA DE A. L.

Al igual que la investigación, el ámbito de la docencia también se constituye en una de las temáticas que se aprecian en varios programas de educación bibliotecológica de América Latina. También se identifican en varios programas, asignaturas que forman en docencia a fin de lograr una mejor interacción con los usuarios de información. (Múnera Torres, 2016: 183)

Se resalta además, como el componente de docencia se observa en el 43% de los programas objeto de estudio en la investigación. Así también, se aclara que no todos los programas que presentan la denominación de Licenciatura, incluyen el componente de docencia dentro de sus propuestas curriculares.

4.11 LAS TICS EN LA EDUCACIÓN BIBLIOTECOLÓGICA DE A. L.

La tendencia de incluir a las TIC como una de las principales temáticas de la educación bibliotecológica en América Latina, se evidencia al comprobar cómo el 77% de los planes de estudios que se exploran en la investigación, incluyen a las TIC dentro de los énfasis de formación, lo cual se aprecia en términos numéricos, en la Tabla n° 8 (Múnera Torres, 2016:186). Esta tendencia se observa muy acentuada en los últimos años, debido a la inclusión del trabajo con base en las TIC en las distintas unidades de información. (Múnera Torres, 2016: 185).

Programas de formación bibliotecológica en los que se observa énfasis en el manejo de las TIC

Países	No. Programas en los que se observa énfasis en el manejo de las TICs
Argentina	5
Brasil	17
Chile	1
Colombia	3
Costa rica	1
Guatemala	1
México	3
Paraguay	1
Perú	2
Uruguay	1
Venezuela	1
TOTAL	36

TABLA 4 PROGRAMAS DE EDUCACIÓN BIBLIOTECOLÓGICA EN LOS QUE SE OBSERVA ÉNFASIS EN EL MANEJO DE LAS TIC (MÚNERA TORRES, 2016:186)

4.12 EL EMPRENDIMIENTO EN LA EDUCACIÓN BIBLIOTECOLÓGICA DE AMÉRICA LATINA

De forma similar, se evidencia como la dimensión del emprendimiento, mediante la cual se estimula en los nuevos profesionales la generación de empresas y de asesorías en el ámbito bibliotecológico y de los servicios de información, empieza a formar parte de las estructuras curriculares de la educación bibliotecológica de América Latina. Por tanto, se comprueba cómo el 62% de los programas objeto de

estudio, incluyen dicha temática como parte de sus procesos de formación. Se destaca en la Tabla n° 9 (Múnera Torres, 2016: 188), un importante número de universidades del Brasil, que incluyen esta tendencia como parte de sus planes de estudio. (Múnera Torres, 2016:187).

Programas de educación bibliotecológica que promueven la formación en asesorías, consultorías y emprendimiento	
Países	No. Programas que promueven la formación en asesorías
Argentina	5
Brasil	17
Chile	0
Colombia	1
Costa rica	0
Guatemala	0
México	2
Paraguay	1
Perú	1
Uruguay	1
Venezuela	1
TOTAL	29

TABLA 5 PROGRAMAS DE EDUCACIÓN BIBLIOTECOLÓGICA QUE PROMUEVEN LA FORMACIÓN EN ASESORÍAS, CONSULTORÍAS Y EMPRENDIMIENTO (MÚNERA TORRES, 2016: 188)

4.13 LA PROYECCIÓN SOCIAL EN LA EDUCACIÓN BIBLIOTECOLÓGICA DE AMÉRICA LATINA

Otra de las tendencias que se identifican, es el fomento de la proyección social, como uno de los componentes de sus estructuras curriculares. Lo que lleva a constatar cómo el 62% de los cursos de formación bibliotecológica incluyen componentes de formación humanística, cultural, democrática, sociológica, con miras a brindar importantes aportes para la sociedad, en el sentido de contribuir con el desarrollo de ciudadanos y comunidades a partir del acceso a la información y que a su vez sean promotores en la construcción de una mejor sociedad. (Múnera Torres, 2016:193).

5. CONCLUSIONES

Luego de hacer una aproximación a diferentes tendencias que se han manifestado en la educación bibliotecológica de América Latina durante su evolución histórica desde principios del siglo XX, se aprecia que aun cuando en sus inicios, varias de las estructuras curriculares se fundamentaron en experiencias de Europa y de Norte América, con el transcurrir de los años se observa un proceso de cierta madurez, en cuanto a la definición de los planes de estudios contemporáneos, ya que se basan en la realidad y el contexto social de cada región, así como en los nuevos paradigmas que se van gestando dentro del desarrollo y avance del conocimiento y de la información en la sociedad.

El panorama de la educación bibliotecológica en América Latina, refleja una serie de características que identifican las tendencias más representativas de esta formación específica. Se observa como las estructuras: Facultad y Departamento, Facultad y Escuela y Facultad, son las que más priman dentro de las unidades académicas que rigen este tipo de formación. Se destaca también a la Ciencia de la Información como el área del saber de la que más depende la educación bibliotecológica en América Latina, seguida por el de las áreas de Bibliotecología y Biblioteconomía.

Al indagar por las denominaciones de la educación bibliotecológica que mayor uso presenta en América Latina, se aprecia como la Biblioteconomía y la Bibliotecología son las que más se manifiestan dentro del escenario educativo bibliotecológico latinoamericano. En cuanto a la duración de la educación bibliotecológica que más se aprecia en esta región, se identifica a la superior de 8 semestres. Se observa además, cómo en el Brasil dicha formación puede durar hasta 14 semestres.

Desde la perspectiva de la formación por ciclos y por competencias, éstas se manifiestan en un grado reducido dentro de las estructuras curriculares de educación bibliotecológica latinoamericana. Sin embargo, se observa como la formación simultánea en bibliotecología y archivística evidencia un importante grado de aceptación dentro de los planes de estudios abordados, además de identificar también, programas académicos que ofertan formación específica en archivística.

No obstante existir varias opciones de requisitos para optar a las titulaciones como profesionales de la Bibliotecología en América Latina, se aprecia como la modalidad que mayor aceptación tiene por parte de las universidades que conforman la muestra de la investigación, es la del trabajo teórico complementado con el trabajo de práctica.

La formación del espíritu crítico, en lenguas extranjeras, así como en dinámicas de investigación, docencia, emprendimiento, proyección social, junto con el adecuado uso de las TIC, son otras de las tendencias que se logran ubicar en las propuestas de educación bibliotecológica de América Latina, como aspectos que contribuyen con la formación de profesionales idóneos, que se desempeñen en escenarios internacionales de orden científico, así como con un alto sentido de sensibilidad social.

Brasil, al ser el país de América Latina que cuenta con un mayor número de universidades que ofertan propuestas de formación bibliotecológica, se constituye en un referente muy importante dentro de la investigación sobre la “Terminología de la bibliotecología en América Latina: un estudio comparativo”, ya que se contó con un porcentaje alto de universidades del Brasil para el desarrollo de la investigación. En consecuencia, varios de los resultados, se enfocan muy fuertemente en la realidad que presenta la educación bibliotecológica del este país latinoamericano y que a su vez se constituye en referente de la educación bibliotecológica de esta región.

6. BIBLIOGRAFÍA

- Martínez Arellano, F. y Ríos Ortega, J. (2012). “Vinculación teoría-práctica en la educación bibliotecológica en América Latina y el Caribe” en IFLA World Library and Information Congress 2012 : 78th IFLA General Conference and Assembly, 11-17 august. 2012, Helsinki. [En línea] disponible en: <http://www.ifla.org/past-wlic/2012/213-arellano-es.pdf> [Accesado el día 01 de agosto de 2016]
- Meneses Tello, F., (2010) “La educación bibliotecológica: tema de estudio en el pensamiento de Judith Lincea” en Información, Cultura y Sociedad: revista del Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas. Argentina. Número 23. Diciembre-2010, pp. 8-30
- Múnera Torres, M.T. (2016) La terminología de la bibliotecología en América Latina: Un estudio comparativo. Tesis de doctorado. Zaragoza, Departamento de Ciencias de la Documentación de Historia de la Ciencia, Universidad de Zaragoza.
- Múnera Torres, M.T. (2013) “Las TIC en la formación de los profesionales de la ciencia de la información” en Escalona Ríos, L. (coord.), Las Tecnologías de la Información y la Comunicación en la educación bibliotecológica y la documentación en Iberoamérica. México, Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información, Universidad Nacional Autónoma de México.
- Naranjo Vélez, E. (2016) ¿Cómo enseñar a investigar en bibliotecología para asegurar sus aprendizaje” en Ríos Ortega, J. (coord.), La investigación bibliotecológica: problemas para su enseñanza y aprendizaje. México, Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información, Universidad Nacional Autónoma de México.
- Pirela Morillo, J., (2010) “Los perfiles profesionales por competencias en bibliotecología, archivología y ciencia de la información” en Escalona Ríos, L. (coord.), Las competencias en el perfil

bibliotecológico en América Latina. México, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, Universidad Nacional Autónoma de México.

A COLABORAÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA NO CONTEXTO DO PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS

Cláudia Daniele de Souza, Daniela De Filippo, Elías Sanz Casado

Universidad Carlos III de Madrid

Resumo

O processo de internacionalização do Brasil é um dos pilares fundamentais para a garantia de excelência de suas universidades. Nos últimos dez anos, o país tem vivido a uma série de iniciativas voltadas para o fomento da colaboração científica no ensino superior. Lançado em 2011, o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) é considerado como a mais abrangente política de internacionalização do sistema universitário brasileiro. O principal objetivo do CsF é permitir a mobilidade de estudantes brasileiros para os países conveniados ao projeto, prevendo a utilização de até 101 mil bolsas para alunos de graduação, pós-graduação e pesquisadores que queiram aperfeiçoar seus conhecimentos no exterior, incentivando que estes tragam novas experiências para o mercado profissional brasileiro. O presente trabalho propõe a análise da evolução da colaboração científica do Brasil desde uma perspectiva cienciométrica, enfatizando as interações com a Espanha. Com os dados das concessões de bolsas de mobilidade do Programa CsF, estuda-se sua repercussão na produção e colaboração internacional, medida através das publicações científicas. Utilizando a plataforma internacional Web of Science (WoS), elaborou-se diferentes indicadores relacionados à produção e colaboração científica internacional. Os dados obtidos na WoS mostram que no período 2000-2015 o Brasil publicou 494.048 documentos e a porcentagem de colaboração internacional sofreu oscilações, passando de 30,66% em 2000, a 34,65% em 2015. Entre os principais países parceiros, além dos Estados Unidos, prevalecem os europeus, coincidindo com os destinos dos bolsistas CsF. No caso da Espanha, houve uma forte ligação com o Brasil, apresentando além de um crescimento constante, significativas taxas de colaboração científica que a posicionam em 4º lugar no ranking dos mais colaborativos. Aprofundando-se na análise das áreas da colaboração Brasil-Espanha, Physics Particles, Astronomy Astrophysics e Chemistry Physical são bastante notórias.

Palavra-chave: Internacionalização; Colaboração científica; Universidades; Programa Ciência sem Fronteiras; Brasil

Abstract

Brazil's internationalization process is one of the fundamental pillars for ensuring excellence of its universities. Over the past decade, the country has experienced a series of initiatives focused on the promotion of scientific collaboration in higher education. Started in 2011, the Science Without Borders Program is considered as the most comprehensive international policy for the Brazilian university system. The main objective is to enable the mobility of Brazilian students to the insured countries, providing for the use of up to 101 thousand scholarships for undergraduates, graduate and researchers who want to improve their knowledge abroad, encouraging these bring new experiences to market Brazilian professional. This paper proposes the analysis of the evolution of scientific collaboration of Brazil from scientometrical perspective, emphasizing the interactions with Spain. With the data of the program's mobility grants concessions, we study the impact on production and international collaboration, measured by scientific publications. Utilizing the international platform Web of Science (WoS), we elaborated different indicators related to production and international scientific collaboration. The data obtained in WoS shows that in the period 2000-2015 Brazil published 494.048 documents and the

percentage of international collaboration was oscillated, going from 30.66% in 2000, al 34.65% in 2015. Among the principal partner countries, furthermore the United States, Europeans prevail, coinciding with the destinies of the scholarship. In Spain, there was a strong connection with Brazil, besides presenting a constant growth; significant scientific collaboration rates that position in 4th place in the ranking of the most collaborative. Furthering in the analysis of the areas of cooperation Brazil-Spain, Physics Particles, Astrophysics Astronomy and Chemistry Physical are very notorious.

Keywords: Internalization, Cientific colaboration, Universities, Ciences without borders

1. INTRODUÇÃO

O processo de internacionalização do Brasil não é um fenômeno recente, principalmente por tratar-se de um dos pilares fundamentais para a garantia de excelência de suas universidades públicas. Em especial nos últimos dez anos, o país tem vivido a uma série de iniciativas voltadas para o fomento da colaboração científica no ensino superior. Como nos dias atuais o intercâmbio e a possibilidade de estágios no exterior fazem-se quase obrigatórios, já que a integração com a comunidade científica internacional permite melhores resultados ao país, o governo do Brasil tem fomentado programas de mobilidade externa e estimulado o desenvolvimento de políticas para elevar o padrão da formação de profissionais e pesquisadores brasileiros, inserindo-os definitivamente no cenário mundial da produção e da disseminação do conhecimento de ponta, sobretudo no campo da ciência, da tecnologia e da inovação (ARCHANJO, 2016).

Lançado em dezembro de 2011, o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) é considerado como a mais abrangente política de internacionalização do sistema universitário brasileiro. Com orçamento de mais de R\$ 3 bilhões, busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional entre os anos 2011-2016. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Educação (MEC) e da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) por meio de suas respectivas instituições de fomento Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC.

O principal objetivo do Programa CsF é permitir a mobilidade de estudantes brasileiros para os países conveniados ao projeto, prevendo a utilização de até 101 mil bolsas para alunos de graduação, pós-graduação e pesquisadores que queiram aperfeiçoar seus conhecimentos no exterior, incentivando que estes estagiem e tragam novas e agregadoras experiências para o mercado profissional brasileiro. A filosofia que preside este Programa parte da consciência sobre a necessidade do Brasil preparar seus quadros com formação técnica adequada para suprir as suas demandas de crescimento e desenvolvimento. Entretanto, a falta de indicadores precisos tangencia a medição dos impactos e resultados do Programa. Alguns trabalhos já propuseram uma reflexão sobre as oportunidades e dificuldades operacionais dos Programas de Cooperação Internacional de orientação acadêmica, considerando a internacionalização da educação superior (WOLFF DA SILVA; ROCHA NETO, 2012); outros abordaram as políticas e as estratégias voltadas à internacionalização da produção científica brasileira, apresentando algumas medidas de avaliação (SANTIN, VANZ, STUMPF, 2016); e outros analisaram a produção científica de caráter internacional feita em colaboração entre Espanha e Brasil durante o período de 2006-2012, com o objetivo de caracterizá-la quanto a sua evolução, crescimento, idioma e especialização (MOURA et al, 2015). Entretanto o conhecimento acerca da evolução da colaboração científica brasileira mensurada desde uma perspectiva cienciométrica e no contexto do Programa Ciência sem Fronteiras ainda é uma lacuna a ser preenchida.

Levando em consideração estes antecedentes, o presente trabalho propõe a análise da evolução da colaboração científica do Brasil, enfatizando principalmente as interações com a Espanha, já que laços históricos, culturais, humanos e políticos tradicionalmente aproximam ambos países. Utilizando indicadores quantitativos (considerados de input) extraídos do Painel de Controle do Programa Ciência sem Fronteiras e também dados sobre a produção científica brasileira (output) indexados na base Web of Science (WoS), analisa-se a colaboração internacional para detectar se esta aumentou após a implementação do CsF no Brasil.

2. PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS (CsF)

O Programa de mobilidade acadêmica internacional Ciência sem Fronteiras (CsF) foi idealizado em 2011, em Brasília, durante um encontro da presidente do Brasil Dilma Rousseff com o presidente dos Estados Unidos Barack Obama. A presidente brasileira afirmou que a educação e a inovação eram assuntos centrais da parceria que os dois países poderiam desenvolver, demandando ao grande parceiro uma maior disponibilidade de bolsas de estudo para programas de intercâmbio. Na Declaração Conjunta, ressaltou-se a importância da cooperação entre entidades estatais de incentivo à educação e à pesquisa - como a Fundação Fulbright e as agências de fomento Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (ROUSSEFF, 2011).

Continuando e aprofundando a cooperação nessa área, os dois presidentes anunciaram o início das atividades do primeiro grupo de estudantes e pesquisadores no âmbito do programa brasileiro Ciência sem Fronteiras. Como parte das ações prioritárias para a retomada desenvolvimentista no Brasil e com o propósito de impulsionar a internacionalização da educação superior em áreas estratégicas para o crescimento econômico, duas frentes de mobilidade foram priorizadas: envio de estudantes e pesquisadores ao exterior para aprimorar seus conhecimentos e atração de cientistas estrangeiros para atuar em projetos de pesquisa no Brasil.

As duas agências governamentais de fomento à pesquisa no Brasil ficaram responsáveis pela execução do Programa: a CAPES, do Ministério da Educação (MEC) e o CNPq, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). De acordo com o Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011 (BRASIL, 2011), o objetivo geral do CsF é a formação de recursos humanos altamente qualificados nas melhores universidades e instituições de pesquisa estrangeiras, com vistas a promover a internacionalização da ciência e tecnologia nacional, estimular pesquisas que gerem inovação e, conseqüentemente, aumentar a competitividade das empresas brasileiras. Espera-se concretizá-lo por meio da expansão significativa do intercâmbio e da mobilidade de graduandos, pós-graduandos, pesquisadores e docentes brasileiros no exterior.

Este Programa visa também contribuir para o processo de internacionalização das Instituições de Ensino Superior e dos centros de pesquisa brasileiros, propiciando maior visibilidade da pesquisa acadêmica e científica que é feita no País, por meio da colaboração e do estabelecimento de projetos de pesquisa conjuntos com instituições e parceiros estrangeiros. A expectativa é de que, a médio prazo, essas ações acarretem também maior fluxo de investimento estrangeiro voltado à formação de recursos humanos, à promoção da inovação, da ciência e da tecnologia no País. A expansão da formação dessa força de trabalho altamente especializada se dará em duas vertentes: (1) o aumento expressivo da presença de estudantes de graduação, pós-graduação, pós-doutores e docentes brasileiros em instituições de excelência no exterior, em áreas do conhecimento definidas como prioritárias; (2) o estímulo à vinda de jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de elevada qualificação para o Brasil, com atuação em áreas de interesse do país.

O projeto prevê a utilização de até 101 mil bolsas em quatro anos para promover intercâmbio, de forma que alunos de graduação e pós-graduação façam estágio no exterior com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação. Além disso, busca atrair pesquisadores do exterior que queiram se fixar no Brasil ou estabelecer parcerias com os pesquisadores brasileiros nas áreas prioritárias definidas no Programa, bem como criar oportunidade para que pesquisadores de empresas recebam treinamento especializado no exterior.

Para gerenciar o Programa CsF foi criado o Comitê de Acompanhamento e Assessoramento (CAA), composto por: um representante da Casa Civil da Presidência da República; um representante do MEC;

um representante do MCTI; um representante do Ministério das Relações Exteriores (MRE); um representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); um representante do Ministério da Fazenda (MF); um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); e quatro representantes de entidades privadas que participam do financiamento do Programa. O papel do CAA é propor atos complementares à implementação do CsF, metas e indicadores de desempenho, novas ações para o bom desenvolvimento do Programa e áreas prioritárias de atuação; acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Programa; manifestar-se sobre as ações desenvolvidas; e divulgar, periodicamente, os resultados do Programa CsF.

3. FONTES DE INFORMAÇÃO E METODOLOGIA

Foram utilizadas duas fontes de informação. A primeira foi o site do programa CsF. Deste site foram obtidos os seguintes indicadores de insumos (inputs):

- Distribuição das bolsas CsF segundo modalidade
- Distribuição das bolsas de graduação e pós-graduação por região
- Distribuição de bolsas implementadas por instituição de origem
- Distribuição de Bolsas Implementadas por País de Destino
- Distribuição de bolsas implementadas por área prioritária

Para estudar a repercussão do Programa CsF na produção e colaboração internacional, utilizou-se a plataforma internacional Web of Science (WoS) e suas três bases de dados de publicações: Science Citation Index Expanded, Social Sciences Citation Index e Arts and Humanities Citation Index. Depois de detectar publicações brasileiras, a informação foi refinada, processada e normalizada. As instituições signatárias foram identificadas e foram obtidos os seguintes indicadores de resultados (outputs):

- Número de publicações no Brasil por ano
- Percentagem de documentos em colaboração internacional
- Distribuição da colaboração internacional no Brasil por país
- Áreas temáticas de maior colaboração internacional
- Principais características da colaboração Brasil-Espanha

A partir da ligação entre estes indicadores de inputs e outputs foi estudado o impacto do programa CsF sobre a produção científica. Na seção seguinte, os principais resultados obtidos são mostrados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 INDICADORES DE INPUT

Entre todas as modalidades de bolsas oferecidas pelo Programa Ciência sem Fronteiras, 75.000 seriam financiadas com recursos do Governo Federal e 26.000 bolsas seriam concedidas com recursos da iniciativa privada. Portanto, a meta era oferecer 101.000 bolsas a estudantes e pesquisadores no País e no Exterior. O balanço oficial do Painel de Controle do CsF, com dados atualizados até janeiro de 2016 evidencia que já foram implementadas 92.880 bolsas. A tabela 1 apresenta essa distribuição nas diferentes modalidades.

Como se pode observar, as bolsas do CsF foram pensadas para contemplar não apenas estudantes no exterior, mas também jovens cientistas de talento em início de carreira no Brasil, bem como para atrair pesquisadores estrangeiros, interessados em desenvolver atividades profissionais no país. Entretanto a grande maioria das bolsas CsF implementadas está relacionada a cursos de graduação e Pós-Graduação - tanto de Mestrado quanto Doutorado - na modalidade sanduíche, ao que na Europa se designa de

mobilidade para obtenção de créditos (credit mobility) ou mobilidade de curta duração (short-term mobility), isto é, mobilidade integrada no plano de estudos. Semelhante caso acontece com os doutorados sanduíche, em que um estudante de doutorado passa um período de tempo no estrangeiro e recebe o seu grau da instituição brasileira de origem. Historicamente, o Brasil nunca havia realizado um processo de mobilidade internacional nessa proporção, principalmente na modalidade de graduação sanduíche.

Modalidade	Número de bolsas implementadas	Metas a serem alcançadas
Graduação Sanduíche no Exterior	73.353	64.000
Doutorado Sanduíche no Exterior	9.685	15.000
Pós-Doutorado no Exterior	4.652	6.440
Doutorado Pleno no Exterior	3.353	4.500
Pesquisador Visitante Especial (no Brasil)	775	2.000
Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Exterior	558	7.060
Atração de Jovens Talentos (no Brasil)	504	2.000
Total	92.880	101.000

TABELA 1 DISTRIBUIÇÃO DAS BOLSAS CSF IMPLEMENTADAS E METAS A SEREM ALCANÇADAS POR CADA MODALIDADE

A grafico 1 mostra a heterogênea disposição dessas bolsas nas cinco regiões do Brasil. É o Sudeste brasileiro que conta com o maior número de bolsas atribuídas.

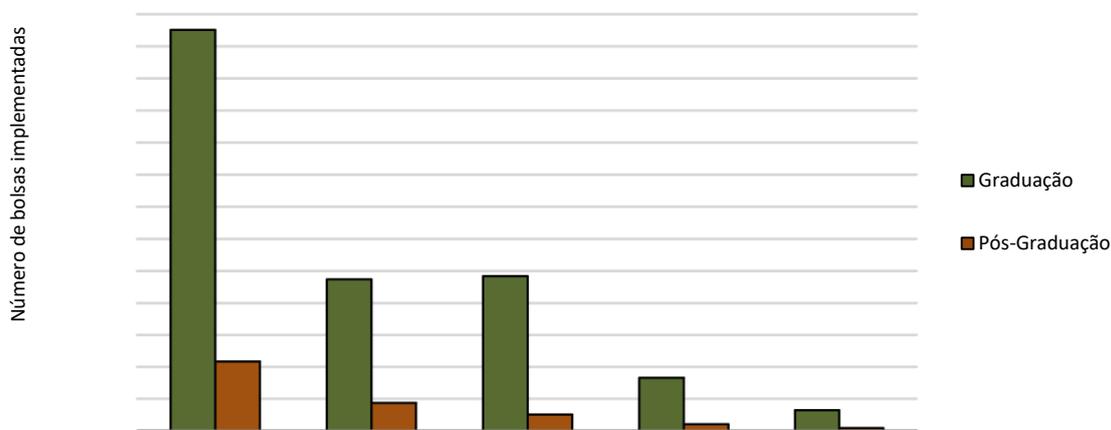
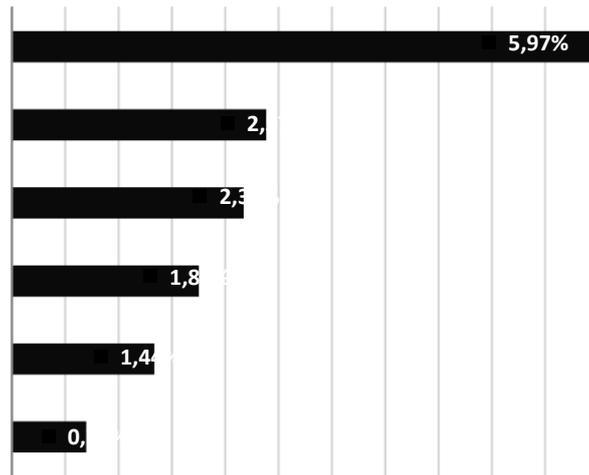


GRÁFICO 1 DISTRIBUIÇÃO DAS BOLSAS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO POR REGIÃO BRASILEIRA

Ao que concerne a implementação das bolsas no Brasil por instituição de origem, 566 instituições brasileiras foram acreditadas, consideradas elegíveis para enviar estudantes em intercâmbio para o estrangeiro no âmbito do Programa CsF. Destas, 133 são instituições de ensino superior públicas, sendo 67% federais, 28% estaduais e 5% municipais. O grafico 2 apresenta a distribuição das principais universidades de origem dos universitários brasileiros.



Número de bolsas implementadas

GRÁFICO 2 DISTRIBUIÇÃO DE BOLSAS IMPLEMENTADAS POR INSTITUIÇÃO DE ORIGEM

Para implementar o programa CsF, o governo brasileiro estabeleceu convênios de cooperação com países de todos os continentes, que, por conseguinte, definiram o número de estudantes que cada país poderia receber. Cada país teria uma forma diferente de gerir o programa e de identificar as vagas disponíveis nas universidades.

Estes países parceiros no exterior são organizações tradicionais no campo de colocação e suporte de estudantes ou mesmo consórcios das principais universidades locais, os quais são responsáveis por definir, juntamente com a CAPES e o CNPq, os melhores cursos e instituições nos seus respectivos países. Para os bolsistas de pós-graduação, as Instituições de Destino são analisadas por comissões de especialistas da CAPES e do CNPq considerando as propostas apresentadas pelos candidatos.

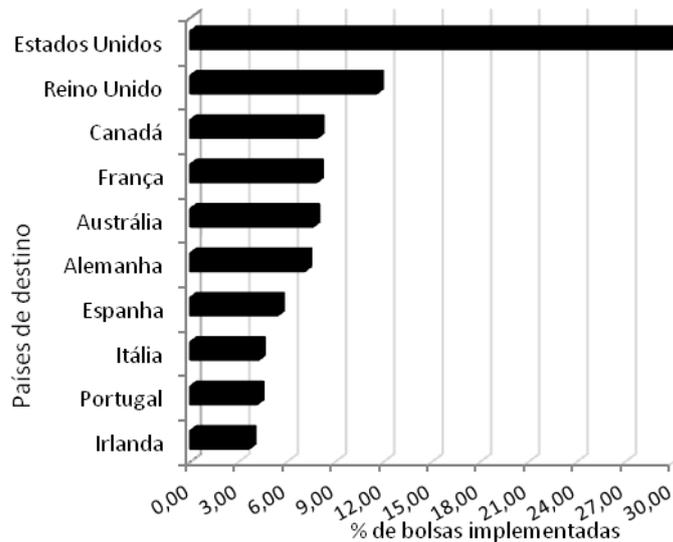
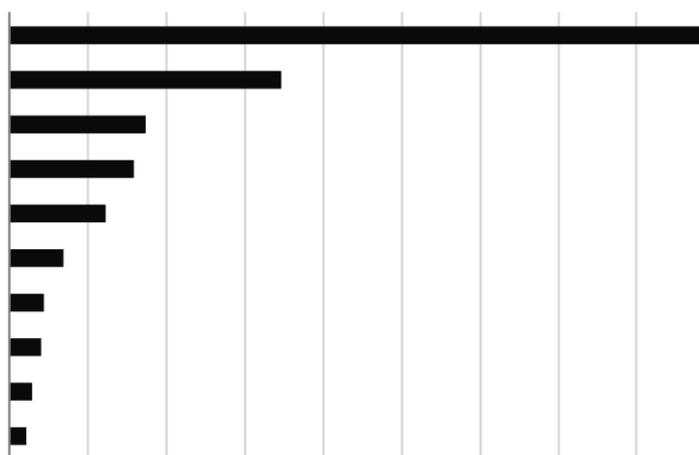


GRÁFICO 3 DISTRIBUIÇÃO DE BOLSAS IMPLEMENTADAS POR PAÍS DE DESTINO

Os Estados Unidos foram o primeiro entre os 46 países participantes do Programa Ciência sem Fronteiras a receber bolsistas. E também o país que mais teve estudantes brasileiros matriculados (grafico 3) em suas instituições de educação superior durante o período de realização do intercâmbio.

Além do mais, constata-se também que o CsF teve um impacto forte nas relações do Brasil com a Europa, já que a Suíça e outros 17 dos 28 Estados-Membros da União Europeia estão associados ao Programa. A Inglaterra é segundo país com mais bolsistas depois dos EUA. Entre os europeus, também estão França, Alemanha, Espanha, Itália, Portugal e Irlanda como destinos mais procurados pelos estudantes brasileiros.

Com relação às áreas prioritárias do Ciência sem Fronteiras, considera-se aquelas capazes de impulsionar o desenvolvimento produtivo com vistas à estratégia de inserir o Brasil na economia mundial do conhecimento, ou seja, que tem por base o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico. O documento oficial do Programa elenca estes campos de interesse: engenharias e demais áreas tecnológicas; ciências exatas e da terra (física, química, biologia e geociências); ciências biomédicas e da saúde; computação e tecnologias da informação; tecnologia aeroespacial; fármacos; produção agrícola sustentável; petróleo, gás e carvão mineral; energias renováveis; tecnologia mineral; biotecnologia; nanotecnologia e novos materiais; tecnologias de prevenção e mitigação de desastres naturais; biodiversidade e bioprospecção; ciências do mar; indústria criativa; novas tecnologias e engenharia construtiva e formação de tecnólogos. O gráfico 4 apresenta a distribuição das bolsas implementadas de acordo com as áreas de conhecimento contempladas.



% de bolsas implementadas

GRÁFICO 4 DISTRIBUIÇÃO DE BOLSAS IMPLEMENTADAS POR ÁREA PRIORITÁRIA

Enfatiza-se, portanto, os setores em que a sustentabilidade está ameaçada e os setores nos quais o Brasil possui vantagem comparativa (BRASIL, 2011). Como se pode apreciar, a proposta combina o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação em temas de interesse nacional, como o processo de internacionalização, inclusive para poder atender à demanda reprimida de qualificação de pessoal nessas áreas. Enfatiza-se, portanto, “os setores em que a sustentabilidade está ameaçada e os setores nos quais o Brasil possui vantagem comparativa” (BRASIL, 2011).

4.2 INDICADORES DE OUTPUT

A partir destes resultados do CsF (considerados de inputs), analisa-se a produção científica em colaboração internacional com os principais países de destino (outputs), para detectar se esta aumentou após a implementação do Programa. Os dados obtidos na base de dados WoS mostram que no período 2000-2015 a produção científica brasileira cresceu de forma consistente. O Brasil publicou 494.048 documentos e a porcentagem de colaboração internacional sofreu algumas oscilações (Tabela 2), passando de 30,66% em 2000 para 34,65% em 2015.

Entre os principais países parceiros, além dos Estados Unidos, nota-se que prevalecem majoritariamente os europeus, coincidindo com os destinos dos bolsistas CsF (Tabela 3). No caso da Espanha, observa-se que houve uma forte ligação com o Brasil, apresentando além de um crescimento constante, significativas taxas de colaboração científica que a posicionam em 3º lugar no ranking dos países mais colaboradores em 2015.

Anos	Número de documentos Brasil	% documentos publicados em colaboração internacional
2000	13.495	30,66 %
2005	20.231	29,16 %
2010	39.460	24,89 %
2015	48.786	34,65 %

TABELA 2 DOCUMENTOS PUBLICADOS PELO BRASIL, EM ANOS ESPECÍFICOS, COM RESPECTIVAS PORCENTAGENS DE COLABORAÇÃO INTERNACIONAL

Ranking	País colaborador	Número de doc. publicados em colaboração internac.	% de doc.em colaboração internacional
1º	Estados Unidos	6.479	13,28
2º	Inglaterra	2.249	4,61
3º	Espanha	2.221	4,55
4º	França	2.194	4,49
5º	Alemanha	2.079	4,26
6º	Itália	1.769	3,62
7º	Canadá	1.534	3,14
8º	Portugal	1.303	2,67
9º	Austrália	1.206	2,47
10º	Holanda	1.033	2,11

TABELA 3 RANKING DOS PRINCIPAIS PAÍSES QUE COLABORAM COM O BRASIL, NÚMERO DE DOCUMENTOS PUBLICADOS EM 2015 E RESPECTIVAS PORCENTAGENS

Aprofundando-se na análise das áreas específicas em que a colaboração Brasil-Espanha foi promovida entre os anos 2000-2015 (Figura 5), observa-se que Astronomy astrophysics, Chemistry Physical e Physics Particles fields são campos bastante notórios em todo o período analisado.

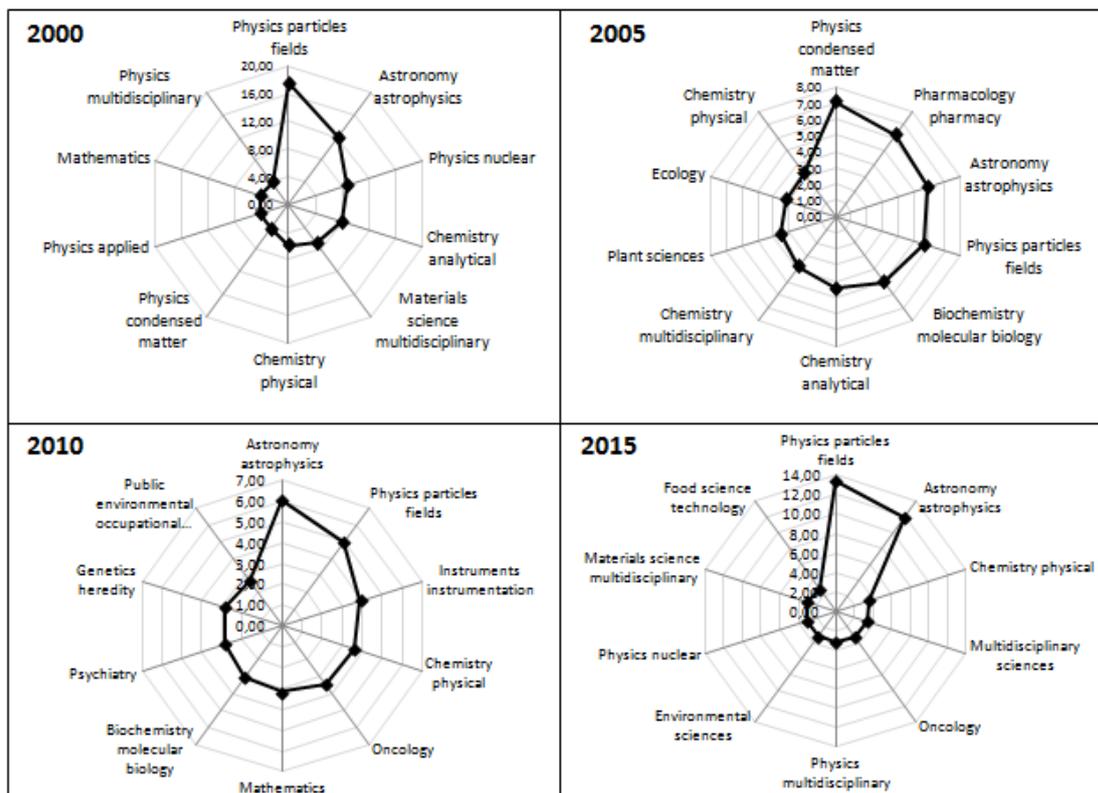


ILUSTRACIÓN 1 PORCENTAGEM DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE COLABORAÇÃO CIENTÍFICA ENTRE BRASIL E ESPANHA

Finalmente, sobre os Programas bilaterais para fomentar o conhecimento mútuo entre ambos países, constata-se que estão em desenvolvimento vários projetos comuns. Um deles é o Programa Capes-DGPU que tem como objetivo apoiar o intercâmbio entre instituições de ensino e pesquisa, brasileiras e espanholas por meio da mobilidade de docentes, pesquisadores e discentes de pós-graduação brasileiros e espanhóis, visando à consolidação, expansão e internacionalização das instituições de ensino superior e dos institutos ou centros de pesquisa e desenvolvimento públicos brasileiros. Este apoio se concretiza com a abertura de processo de seleção para projetos conjuntos de pesquisa e para seminários (workshops) em todas as áreas de conhecimento (MINISTERIO DE EDUCAÇÃO, 2016).

Outro importante programa é o ProUni-Salamanca de Bolsas de Graduação Plena, que prevê o apoio a estudantes brasileiros de baixa renda, para realização da primeira graduação na Universidade de Salamanca (Espanha). A Capes financia o período de estudos preparatórios para os exames de admissão à Universidade de Salamanca e o primeiro semestre do curso escolhido, após este período o Banco Santander (Santander Universidades) é responsável pelo financiamento do restante do curso. O ingresso definitivo na Universidade depende da aprovação individual do aluno nos exames admissionais, cujos critérios de avaliação são estabelecidos unilateralmente pela Universidade de Salamanca (Programa Prouni, 2016).

A Fundação Carolina também oferece bolsas de mobilidade para professores universitários, pesquisadores e estudantes de pós-graduação em fase de pesquisa, de nacionalidade brasileira ou espanhola. As bolsas têm como objetivo promover a cooperação cultural e científica entre Brasil e Espanha. O programa é promovido pela Fundação Carolina em parceria com o Governo da Andaluzia, a Universidade de Cádiz, a Universidade de Málaga, a Universidade Politécnica de Madrid, a Universidade Rovira i Virgili e a Universidade de Sevilha. Os candidatos interessados devem evidenciar a necessidade de viajar (para o Brasil ou para a Espanha) para completar a sua formação, atualizar os seus

conhecimentos, estabelecer ligações com outras equipes do seu campo ou recolher as informações necessárias para os estudos ou investigações que estão em curso (FUNDACIÓN CAROLINA, 2016).

No que tange a colaboração entre empresas, a Financiadora de Estudos e Projetos do Brasil (FINEP) juntamente com o Centro para el Desarrollo Tecnológico Industrial da Espanha (CDTI) convocam anualmente empresas inovadoras de ambos os países, de qualquer setor de atividades, a apresentar propostas de projetos a serem executados em cooperação. As propostas devem contemplar uma colaboração efetiva entre as empresas proponentes e devem ser inovadoras no âmbito dos respectivos países ou em todo o mundo (FINEP, 2016).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A localização geográfica, a língua, o sistema educacional e até mesmo a cultura são fatores que dificultam uma formação e uma visão mais internacional dos brasileiros. A grande extensão territorial e o isolamento físico, com baixa interação da América Latina é um primeiro fator de baixa integração internacional. O sistema educacional, por sua vez, não tem ações eficazes direcionadas para amplificar a interação dos estudantes brasileiros com outros países e outras culturas (CAPES, 2011).

A internacionalização da produção científica é uma das principais preocupações da comunidade científica dos países emergentes na atualidade. No Brasil, a ampliação dos acordos de cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) firmados com instituições estrangeiras tem contribuído para superar restrições da posição periférica do país em relação à chamada “zona central” da ciência (SANTIN, VANZ, STUMPF, 2016).

A criação do Programa Ciência Sem Fronteiras, em 2011, se configurou como um ponto de inflexão na evolução da cooperação acadêmica internacional e do processo de internacionalização da educação superior brasileira. Através de uma nova realidade de colaboração científica, o país está em uma evolução orientada à formação profissional em todos os níveis e também nas suas áreas prioritárias. Observa-se que o programa CsF é bastante dinâmico: sua página web (<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br>) está em constante atualização trazendo novas chamadas, novos acordos e parcerias, oferta de vagas, modalidades de bolsas disponíveis, informações de embaixadas e consulados, além de Instituições de ensino e pesquisa de destaque.

Especificamente sobre as relações entre o Brasil e a Espanha, ultimamente estas passam por um excelente momento, do qual são prova a proximidade entre as duas sociedades, a intensidade dos contatos políticos e a importância dos vínculos econômicos. Ambos países desejam trabalhar para compartilhar conhecimentos e experiências que propiciem maior aproximação entre seus povos e promovam a justiça social, o crescente intercâmbio de sua riqueza cultural e científica e, em definitivo, maior prosperidade de seus cidadãos. A partir de década de 1990, os investimentos espanhóis no Brasil conferiram maior dinamismo ao relacionamento bilateral e a vertente econômica se transformou no principal eixo da relação. Em 2010 a Espanha já era o segundo maior investidor estrangeiro no Brasil, com estoque total US\$ 85,3 bilhões. Em 2013, a corrente de comércio foi de US\$ 8,03 bilhões (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2016). No campo da atividade científica, observou-se também que a Espanha é um dos principais parceiros do Brasil no Programa Ciência sem Fronteiras. Mais de cinco mil estudantes brasileiros já se matricularam em instituições espanholas no âmbito do CsF e prevê-se que muitos outros façam estudos na Espanha até o fim de 2016.

Semelhanças nos patamares de desenvolvimento científico e tecnológico favorecem esta parceria bilateral. Estabeleceu-se, inclusive, o Plano de Ação em Ciência e Tecnologia e um acordo sobre cooperação em nanotecnologia. Há potencial para troca de experiências, investimentos e colaboração em energia renovável, já que a Espanha é um dos líderes na produção de energias eólica e solar.

Ainda não há instrumentos confiáveis que possam avaliar as mudanças de paradigmas do desenvolvimento científico e tecnológico, ou de transformação do pensamento, nem das práticas no Brasil, como resultado do Programa Ciência sem Fronteiras. Pode-se, contudo, afirmar que todos os acordos de cooperação internacional são, no mínimo, bastante promissores (WOLFF DA SILVA; ROCHA NETO, 2012). O trabalho de Moura et al (2015) também demonstrou que o percentual de documentos publicados em conjunto cresceu entre 2006 e 2012 mais do que a produção de cada país em separado, o que demonstra a importância da colaboração para ambos.

6. REFERÊNCIAS

- ARCHANJO, R. Saberes sem Fronteiras: Políticas para as migrações Pós-modernas. DELTA, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 515-541, Ago 2016.
- BRASIL. Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Presidência da República, Brasília, DF, 14 dez. 2011. Seção 1, p. 7.
- FINEP. Disponível em: <http://www.finep.gov.br>. Acesso em: 2 ago. 2016
- FUNDACIÓN CAROLINA. Disponível em: <http://www.fundacioncarolina.es>. Acesso em: 1 ago. 2016
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Sistema Atos Internacionais. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil. Acesso em: 31 jul. 2016.
- MINISTERIO DE EDUCAÇÃO. [Programa Capes-DGPU](#). Disponível em: <http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/espanha/capesdgpu>. Acesso em: 13 ago. 2016
- MOURA, A. M. M. et al. Panorama da produção conjunta entre Brasil e Espanha indexada na Wos entre 2006-2012: indicadores de atividade, especialização e colaboração. Informação & Sociedade: Estudos, João Pessoa, v. 25, n. 1, p. 67-82, jan./abr. 2015.
- PROGRAMA PROUNI. Disponível em: <http://www.prouni2016.org>. Acesso em: 15 ago. 2016
- ROUSSEFF, D. Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de lançamento da Parceria para Governo Aberto. Realizado em Nova York, Estados Unidos da América, 20 set. 2011. Disponível em: [zhttps://www.planalto.gov.br](https://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 25 ago. 2016.
- SANTIN, D. M.; VANZ, S. A. S.; STUMPF, I. R. C. Internacionalização da produção científica brasileira: políticas, estratégias e medidas de avaliação. Revista Brasileira de Pós-Graduação, Brasília, v. 13, 2016.
- WOLFF DA SILVA, S. M.; ROCHA NETO, I. Programas de cooperação internacional da CAPES: revisão e perspectivas. Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.8, n.14, 2012.

AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) DISPONÍVEIS PARA O ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO HOJE E A PERCEPÇÃO DAS MESMAS COMO INSTRUMENTO ACADÊMICO POR PARTE DO ALUNADO BRASILIENSE

Claudio G. Duque

Universidade de Brasília

Resumo

Esta pesquisa avaliou, de maneira qualitativa e quantitativa, empregando um pequeno questionário, a utilização de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e de redes sociais digitais (BOYD & ELLISON 2007) com viés acadêmico, em alguns cursos de graduação de algumas universidades de Brasília. A expectativa era que, por estarmos no século XXI, na capital do Brasil (uma das cidades mais conectadas do país, atualmente temos mais de 25 milhões de usuários de Internet móvel no Brasil) e avaliando alunos de graduação, a utilização de TICs pelos mesmos seria maciça. De fato, a utilização de TICs e de redes sociais digitais (BUETTNER, 2016) pelos respondentes é maciça, porém não para fins acadêmicos e didáticos. As TICs não teriam hoje uma função primordial dentro do contexto educacional? Pois atualmente a Web, que é um serviço disponível na Internet, é o espaço informacional onde se dispõe de uma maior oferta de informação, que complementa as diferentes temáticas abordadas em sala de aula. O questionário foi respondido por 38 pessoas, sendo 19 do sexo feminino e 19 do sexo masculino, com a média na faixa etária de 25, 28 delas ainda cursando graduação, 7 com pós-graduação e 4 somente com graduação. Dentre os que já graduaram o que se graduou há mais tempo graduou em 2014 e entre os graduandos a previsão de graduação da maioria é de ocorrer em 2019. Portanto, todos os respondentes frequentaram ou frequentam uma instituição de ensino superior dentro do período de utilização maciça de TICs nas mesmas. Esses respondentes frequentam ou frequentaram cursos de exatas, humanas e sociais aplicadas. A competência informacional desses respondentes deveria ser satisfatória, pois, essas instituições realmente apresentam, de uma maneira ou de outra, propostas de utilização de TICs como recurso de incentivo ao desenvolvimento do alunado e de suas habilidades informacionais.

Palavra-chave: TICs, aluno universitário, Blackboard, redes sociais, dispositivos móveis

Abstract

This research evaluated, qualitatively and quantitatively, using a short questionnaire, the use of Virtual Learning Environments (VLE), Information and Communication Technologies (ICT) and digital social networks with academic bias in some undergraduate courses of some universities of Brasília. The expectation was that, because we are in the twenty-first century, the capital of Brazil (one of the most connected cities in the country currently have over 25 million mobile Internet users in Brazil) and evaluating undergraduate students, the use of ICT by the same it is massive. In fact, the use of ICT and

digital social networks by respondents is massive, but not for academic and educational purposes. ICTs today don't have a major role within the educational context? Now a day the Web, which is a service available on the Internet, is the informational space where it has a greater range of information that complements the different themes addressed in the classroom. The questionnaire was answered by 38 people, including 19 females and 19 males, mean aged 25, 28 of them still attending undergraduate, 7 with graduation and 4 only with undergraduation. Among the already graduated who graduated longest graduated in 2014 and among the graduates most of the graduate is expected to occur in 2019. Therefore, all respondents attended or attend a higher education institution within the massive use of ICT therein. These respondents attend or attended exact courses, human and social applied. The information literacy of these respondents should be satisfactory, because these institutions really have in one way or another, proposals for the use of ICTs as an incentive to use the development of the students and their information literacy.

Keywords: ICT, University Student, Blackboard, social networks, mobile devices

1. INTRODUÇÃO

A evolução tecnológica e, conseqüentemente, o uso da mesma como instrumento didático, tem permitido que a educação acompanhe as necessidades sociais do mundo, mas, ao mesmo tempo, a educação formal não tem acompanhado com a velocidade necessária a evolução da sociedade (LENGEL, 2012).

A educação mediada por computadores (GOTTSCHALG-DUQUE, 1998) e o uso maciço de recursos informacionais para a aquisição e divulgação de conteúdos didático-pedagógicos têm afetado as salas de aulas, que de físicas, espaços reais, estão se tornando cada vez mais virtuais (BEHAR & TORREZZAN, 2009). O alunado das universidades hoje em dia já dominam as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) muito antes de se tornarem universitários (BLACK, 2010; ALLEN et al, 2015).

A posse e utilização de dispositivos móveis por parte da população universitária mundial hoje é uma realidade. Muitos docentes se utilizam de TICs como ferramentas práticas e funcionais para ministrar o conteúdo da disciplina e/ou para comunicar-se de maneira mais rápida e direta com o seu alunado. Embora essas afirmações sejam fortes e quase que senso comum hoje em dia, até que ponto isso corresponde com a realidade dos universitários (docentes e discentes) de Brasília, Distrito Federal, Brasil?

Esta pesquisa avaliou, de maneira qualitativa e quantitativa, através de um pequeno questionário, a utilização de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e de redes sociais digitais com viés acadêmico, em alguns cursos de graduação de algumas universidades de Brasília. A expectativa era que, por estarmos no século XXI, na capital do Brasil (uma das cidades mais conectadas do país, atualmente temos mais de 25 milhões de usuários de Internet móvel no Brasil) e avaliando alunos de graduação, a utilização de TICs pelos mesmos seria maciça (KAPLAN & HAENLEIN, 2010). De fato, a utilização de TICs e de redes sociais digitais pelos respondentes é maciça, porém não para fins acadêmicos e didáticos. As TICs não teriam hoje uma função primordial dentro do contexto educacional? Pois atualmente a Web, que é um serviço disponível na Internet, é o espaço informacional onde se dispõe de uma maior oferta de informação, que complementa as diferentes temáticas abordadas em sala de aula.

2. METODOLOGIA

Para atingir o objetivo geral desta pesquisa, que é conhecer a visão dos discentes da educação superior do Brasil, mais especificamente de Brasília, sobre a utilização de recursos tecnológicos na educação, utilizou-se um questionário com o intuito de se obter dados quantitativos e qualitativos (GUERRA, 2006). Parte do questionário traduz em números, métodos estatísticos, as opiniões e a informação para que possam ser classificados e organizados de maneira a colaborar para a validação, ou não, da hipótese de que a utilização de recursos tecnológicos midiáticos na educação já é uma rotina, uma “tradição”, e que, portanto, é facilmente dominada pelo alunado. Outra parte do questionário permite considerar a possível relação dinâmica entre o mundo real, no caso a realidade universitária de Brasília, e o sujeito, o estudante universitário, subsidiar a hipótese de que o alunado é proativo e se utiliza desses recursos sempre que possível.

O questionário foi respondido por 38 pessoas, sendo 19 do sexo feminino e 19 do sexo masculino, com a média na faixa etária de 25 anos, 28 delas ainda cursando a graduação, 7 com pós-graduação e 4 somente com graduação. Dentre os que já graduaram o que se graduou há mais tempo graduou em 2014 e entre os graduandos a previsão de graduação da maioria é que ocorra em 2019. Portanto, todos os respondentes frequentaram ou frequentam uma instituição de ensino superior dentro do período de utilização maciça de TICs nas mesmas.

3. RESULTADOS

Os respondentes que participaram da pesquisa foram todos voluntariados, 62 pessoas foram contactadas (por email, pessoalmente e por telephone) e apenas 38 aceitaram participar. 19 homens e 19 mulheres. O fato da amostra apresentar-se distribuída igualmente por sexo foi mera coincidência. A média de idade é de 25 anos.

100% dos respondentes sabe o que é uma rede social virtual e utiliza as mesmas.

A média de redes sociais utilizada é de três/quatro. Apenas um respondente informou utilizar uma única rede. O respondente que utiliza mais redes sociais afirmou utilizar nove.

Todos os respondentes afirmaram que visitam as redes inúmeras vezes ao dia! A maioria não soube mensurar, apenas estimativas bem vagas, entre “duas vezes” até “mil vezes” ao dia.

66% dos respondentes informaram que utilizam mais as redes para se comunicarem com amigos e familiares. A mesma proporção também informou que utiliza as redes para questões acadêmicas.



ILUSTRAÇÃO 1 ORDEM DE RELEVÂNCIA

Apenas 26% dos respondentes não utilizam corretor ortográfico. A maioria utiliza para evitar erros de digitação.

Apenas 43% afirmam escrever utilizando a norma culta.

82% afirmam que passam a maior parte do tempo em que estão na Internet lendo artigos e tópicos aleatórios.

53% utilizam a web via computador, 42% via celular e somente 5% via tablete.

56% acham que as redes sociais auxiliam no aprendizado da língua em sua forma culta.

81% dos respondentes marcaram que sabem o que é Blackboard (plataforma de eLearning).

56% temo ou tiveram contato com o Blackboard na Universidade.

68% afirmam que utilizariam o Blackboard.

4. CONCLUSÕES

A realidade tecnológica vivida pelos alunos universitários de Brasília condiz com a realidade da maioria dos alunos universitários da maioria dos países do mundo, ou seja, os alunos de Brasília têm dispositivos móveis (smartphones) e os utilizam para acessarem a Internet. Os docentes que atuam nas universidades de Brasília também se utilizam de TICs como a maioria quase que absoluta dos docentes universitários no mundo. Porém, através das análises quantitativas e qualitativas dos questionários, observamos que essas duas afirmações, embora sejam realmente verdadeiras, precisam ser devidamente contextualizadas, daí a relevância da análise qualitativa, para melhor entendimento dessa realidade. Embora todos os respondentes tenham reconhecido o valor acadêmico das redes sociais e o potencial que as TICs oferecem, eles demonstraram que na maioria das vezes não utilizam esses recursos para fins educacionais. A prevalência reside no uso lúdico, na interatividade com amigos e parentes para tratarem de amenidades. A ordem de prioridade das finalidades para a utilização das redes sociais deixa isso bem claro. Embora apenas quatro respondentes, 10,5% do total, não tenham incluído como atividade nas redes sociais as questões acadêmicas como atividade no espaço virtual, quando cruzamos as respostas (dissertativas) da questão 2 (vide questionário em anexo) com a questão 3 podemos inferir que a obrigatoriedade da utilização do espaço virtual, exigida pelos docentes, é que é o fator preponderante. Ou seja, se fosse facultativo aos discentes acessarem as redes sociais virtuais para realizarem atividades acadêmicas, eles muito provavelmente não as realizariam.

A questão 4, sobre o uso ou não do corretor ortográfico, permite inferir muito mais do respondente do que apenas saber se ele usa a ferramenta ou não. A segunda parte da questão, a que exige uma resposta dissertativa, permitiu inferir que a maioria dos respondentes realmente considera o locus virtual como uma “área de lazer” e que, portanto, não exige formalidades, como a utilização da língua portuguesa canônica. O fato de 82% dos respondentes afirmarem que passam o tempo na Internet de maneira aleatória, sem um planejamento, sem um objetivo específico, sem uma orientação, indica que o alunado de Brasília ainda não entendeu que as redes sociais são um importante instrumento de aprendizado. A questão 5 reforça essa hipótese. A escrita utilizada nas redes é de cunho comunicacional, informal e intimista. A questão 6 salienta o despreparo do alunado para a identificação e utilização das redes sociais como repositórios informacionais, como fontes de informação acadêmica relevante.

A previsão de que a maioria dos respondentes informasse que navega mais na Internet utilizando smartphones não se confirmou. A maioria informou que navega mais utilizando um computador desktop (53%), isso sugere que eles acessam a Internet em horário de trabalho para fins pessoais e / ou fúteis, talvez por isso não se preocupam em acessar a Internet visando a realização de tarefas acadêmicas, ou visando o aprimoramento acadêmico, as respostas obtidas não permitem uma conclusão com relação a essa questão, é necessário realizar novo experimento visando entender esse fato.

Apenas 56% dos respondentes acreditam que as redes sociais podem ser utilizadas para aprendizado e aprimoramento da língua materna. Novamente a previsão não se concretizou. A expectativa é que pelo menos 80% ou mais dos respondentes entendesse que as redes sociais podem desenvolver um papel preponderante na educação e no aprimoramento do profissional e mesmo do indivíduo enquanto cidadão. Essa suposição se deu pelo fato de que estamos no século XXI, Brasília é a capital do país com uma das maiores rendas per capita do Brasil e com uma alta taxa de “cidadãos conectados”, pessoas que acessam a Internet e utilizam a Web todos os dias. O que a maioria respondeu positivamente sugere que ter acesso a “textos formais” (livros científicos, artigos científicos etc) auxilia o aprimoramento do uso da língua por parte do alunado. Porém, aqueles que responderam negativamente, foram mais coesos e específicos em suas respostas, todos sugerem que a web e as redes sociais são informais e contém linguagem coloquial e muito informal, com predominância de gírias e abreviações não dicionarizadas ainda, uma linguagem jovem, típica “das ruas”, no caso, típica “das redes sociais”.

81% dos respondentes afirmou conhecer "Blackboard", isso sim era esperado, pois essa plataforma é muito popular entre as instituições de ensino superior existentes em Brasília, especialmente entre as particulares. Os docentes do ensino superior que atuam em Brasília conhecem a plataforma, uns mais outros menos mas entre os docentes ela também não é novidade. Entretanto, 53% dos respondentes informaram que seus professores não utilizam Blackboard. Esse fato é um problema que afeta diretamente a vida acadêmica do alunado e que, a princípio, foge da responsabilidade do mesmo. As instituições disponibilizam os recursos tecnológicos e mesmo assim, conscientemente, uma parte dos docentes não utiliza os mesmos.

68% dos respondentes escreveram que sim, utilizariam as redes sociais para a troca de arquivos, textos, ideias entre alunos e alunos e entre alunos e professores. A relevância do recurso tecnológico para o meio acadêmico é entendida pela maioria dos respondentes, porém, na prática isso realmente ocorre muito pouco.

Essa pesquisa, que partiu de premissas consideradas óbvias e já testadas e referendadas por outros estudos em outros países, apresentou alguns resultados surpreendentes. Embora a amostra tenha sido pequena, apenas 39 respondentes, as questões tratadas podem ser generalizadas devido ao perfil dos respondentes, a maioria são jovens adultos universitários ou já graduados, todos inseridos digitalmente e todos proprietários de smartphones e com perfis em, pelo menos, uma rede social. Esses respondentes apresentam o perfil clássico da juventude brasileira, uma juventude tipicamente constituída de pessoas das "Geração Y" e "Geração Z". Entretanto, é necessário que esse estudo seja continuado, através do refinamento de sua metodologia, extensão e adequação de seu questionário, inclusão de entrevista e aumento significativo do grupo de sujeitos respondentes.

Espera-se que com esses resultados haja uma efetiva contribuição para a maior utilização de TICs para fins didático-pedagógico e para fins acadêmicos, tanto com iniciativas advindas dos docentes quanto advindas dos discentes.

5. REFERÊNCIAS

- Allen, R. S.; Allen, D.E.; Karl, K.; White, C.S. 2015. Are Millennials Really an Entitled Generation? An Investigation into Generational Equity Sensitivity Differences. *Journal of Business Diversity* Vol. 15(2).
- Behar, P. A.; Torrezan, C. A. W. 2009. Metas do design pedagógico: um olhar na construção de materiais educacionais digitais. *Rev. Brasileira de Informática na Educação*, v. 17, n. 03, 2009. Disponível em: <<http://www.br-ie.org/pub/index.php/rbie/article/view/1023/0>>. Acesso em: nov. 2013.
- Black, A. 2010 Gen Y: Who They Are and How They Learn. *Educational Horizons* Vol. 88. N. 2.
- Boyd, D.M.; Ellison, N.B. 2007. "Social Network Sites: Definition, History, and Scholarship". *Journal of computer-mediated communication* vol. 13.
- Buettner, R. 2016. Getting a Job via Career-oriented Social Networking Sites: The Weakness of Ties. 49th Annual Hawaii International Conference on System Sciences.
- Feldkercher, N.; Mathias, C. V. Uso das TICs na Educação Superior presencial e a distância: a visão dos professores. *TE & ET*, n. 6, p. 84-92. 2011. Disponível em: <<http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/14215>>. Acesso em: jan. 2013.
- Gottschalg-Duque, C. 1998. A leitura em ambiente multimídia, a produção de inferências por parte do leitor a partir da compreensão de hipertextos. Dissertação de mestrado. FALE/UFMG.

Guerra, I. C. 2006. Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso. Estoril, Portugal: Príncipia Editora.

Kaplan A. M., Haenlein M. 2010. "Users of the world, unite! The challenges and opportunities of social media". Business Horizons 53 (1).

Lengel, J., 2012. Educação 3.0: sala de aula X ambiente de trabalho. Disponível em: <<http://porvir.org/porpensar/educacao-3-0-sala-de-aula-ambiente-de-trabalho/20121029>>. Acesso em: 12/09/2016

6. ANEXOS

6.1 QUESTIONÁRIO UTILIZADO:

Caro estudante,

Este questionário faz parte de uma pesquisa para a realização de um artigo sobre a língua portuguesa nas redes sociais que faz parte de um projeto que está estudando o uso das redes sociais virtuais no Brasil.

Peço que as perguntas sejam respondidas com sinceridade sem a necessidade de identificação pessoal. O questionário será utilizado somente para artigos e pesquisas científicas sem identificação dos participantes.

Perfil Informacional

Nome Completo _____

Idade: _____

Sexo: Masculino () Feminino ()

Escolaridade: Ensino Médio () Ensino Superior () Pós Graduação ()

Cursando: _____

Você sabe o que é uma rede social virtual? Sim () Não ()

Você utiliza alguma rede social? Sim () Não ()

1. De quantas redes virtuais você participa (Facebook, twitter, Instagram, snap)? _____

2. Quantas vezes por dia você visita às redes sociais virtuais e pra qual finalidade? _____

3. Para qual finalidade você mais utiliza as redes sociais? Caso tenha mais de uma opção, numere em ordem de prioridade, sendo o número (1) o mais importante.

() Para falar com meus amigos

() para conhecer novas pessoas

() Questões acadêmicas; atividade repassada pelo professor, grupos de estudo, etc.

() Para ler tópicos interessantes

4. Você utiliza a ferramenta “auto corretor” quando escreve uma mensagem no whatsapp ou em alguma rede social? Sim () Não ()

Qual é a razão para usar ou não usar o auto corretor?

5. Quando escreve um texto, você escreve as palavras de acordo com as regras da norma culta da língua portuguesa (acento, vírgulas, pontos) ou escreve de forma mais informal, porém compreensível? Por que? Justifique abaixo a sua escolha.

() Escrevo de acordo com a norma culta da língua portuguesa

() Escrevo de forma informal mas compreensível

6. Quando você está navegando pela internet, você passa mais tempo lendo livros e artigos acadêmicos ou você prefere ler artigos e tópicos aleatórios que aparecem na internet?

() Livros e artigos acadêmicos () Artigos e tópicos aleatórios da internet

7. você utiliza qual tipo de aparelho eletrônico para realizar a leitura? Caso tenha mais de uma opção, numere em ordem de prioridade, sendo o número (1) o mais importante.

() Computador () Tablet, Ipad () Celular

8. Você acha que de alguma forma as redes sociais ajudam na aprendizagem da língua portuguesa ou você acha que pode ser prejudicial? Justifique sua resposta e dê exemplos.

() Ajuda () Prejudica

9. Você sabe o que é um “blackboard”? Sim () Não ()

10. Blackboard é um quadro negro virtual onde há troca de arquivos entre os alunos e professores. Seus professores utilizam ou já utilizaram um blackboard para alguma das suas aulas? Se SIM, em qual aula e para que? Sim () Não ()

11. Você utilizaria as redes sociais como um blackboard para fins acadêmicos?

Sim ()

Não ()

OS ALUNOS DO ENSINO A DISTÂNCIA À MARGEM DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS: NORMAS QUE EXCLUEM

Emir José Suaiden, Fabiane Nogueira Freitas

Universidade de Brasília

Resumo

Este trabalho compara as normas e instrumentos legais do ensino a distância com diretrizes específicas voltadas para bibliotecas universitárias que atendem este segmento. É apresentado, de forma breve, o atual contexto da educação a distância no Brasil. Após o aporte teórico foram expostas as normas e os instrumentos legais que impactam nas bibliotecas que atendem a EAD. Feito o levantamento documental, deu-se ênfase aos aspectos relacionados a avaliação destas unidades de informação. Expostos os itens nas normativas e instrumentos, foi feita a comparação com diretrizes específicas voltadas aos serviços de bibliotecas universitárias do ensino a distância, de autoria da Association of College and Research Libraries. O ensino a distância tem causado impactos consideráveis na educação tradicional, ainda mais agora, apoiado nas tecnologias da informação e comunicação. Hoje, já se configura em um caminho sem volta no segmento educacional. Por isso, as bibliotecas de instituições de nível superior precisam ter em foco também o atendimento das necessidades deste público em específico. Fornecendo, além do acervo digital e do meio de acesso ao acervo físico, serviços que facilitem o uso das informações presentes em seus ambientes. Mostrando-se estarem realmente preocupadas com esta realidade.

Palavra-chave: Bibliotecas Universitárias, Normas e Instrumentos Legais, Ensino a Distância

Abstract

This paper compares the rules and legal instruments of distance learning with specific guidelines aimed at university libraries that serve this segment. Is displayed briefly, the current context of distance education in Brazil. After the theoretical framework were exposed, the legal instruments that affect libraries on distance learning were show. Made the documentary survey, it was given emphasis on aspects related to evaluation of these information units. Exhibited items in regulations and instruments of evaluation, was make a comparison with specific guidelines oriented for services of university libraries of distance learning, written by the Association of College and Research Libraries. Distance learning has caused considerable impacts on traditional education, especially now, supported by information and communication technologies. Today, it has been set on a path of no return in the educational segment. Therefore, higher education institutions libraries need to be in focus also meet the needs of this audience in particular. Providing in addition to the digital collection and the means of access to physical assets, services that facilitate the use of information present in their environments. Showing up are really concerned about this reality.

Keywords: University Libraries, Legal Rules, Distance Learning

1. INTRODUÇÃO

Grande parte dos segmentos de nossa sociedade, se não todos os segmentos, vêm sendo impactados pelos avanços tecnológicos, de uma forma direta ou indireta. Na área educacional estas interferências têm acontecido de uma maneira significativa.

Para Peixoto e Araújo (2012), os processos educativos são influenciados pelas tecnologias de duas formas. A primeira é como um meio para o alcance de determinados objetivos didáticos e pedagógicos, ou seja, a tecnologia funciona como uma mediadora. A outra é a considerando como um elemento dos processos educacionais, responsável pela criação de novas perspectivas e formatos no segmento. Esta última proporciona o avanço e adapta o sistema educacional.

Segundo Belloni (2002, p.118), “pedagogia e tecnologia sempre andaram de mãos dadas”. O que evidencia a presença das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) como além de um insumo intermediário entre a educação e a sociedade. Assumindo um papel às TIC de agente deste ambiente, não somente como mediadora dos processos, mas como auxiliar nas transformações que se fazem necessárias no contexto atual.

O uso das TIC favorece transformações de ordem social, e, por consequência, na educação. Segundo Lévy (2007, p. 158) “devemos construir novos modelos do espaço dos conhecimentos”. O autor defende duas grandes alterações que estão ocorrendo no sistema de educação. Uma atrelada “ao reconhecimento das experiências adquiridas”, onde o aprendizado não ocorre mais somente em espaços como escolas e universidades.

A segunda é a educação a distância (EAD), relacionada a capacitação mais autônoma também. O que vem sido propiciado de forma prodigiosa com o auxílio das TIC (Prete, 1998). De acordo com Lévy (2007), esta metodologia pode fornecer um novo tipo de pedagogia, na qual o docente perde o papel centralizador e ganha uma função de motivador da inteligência coletiva e capacitação pessoal.

Dentro da concepção da educação a distância e do uso de tecnologias e suportes para um aprendizado autônomo, este artigo irá apresentar um breve panorama do ensino a distância no Brasil e sua relação com as bibliotecas universitárias. Enfatizando o que diz respeito às normativas para as bibliotecas e como estas unidades se organizam, levando em consideração o norte dado por estes instrumentos.

1.1 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

A educação a distância teve seu surgimento como uma proposta de democratização no ensino (Araújo, 2014). Uma metodologia ainda mais interessante para países como o Brasil, com grandes diferenças socioeconômicas e regionais. Uma proposta que permite que a educação superior alcance locais inacessíveis pelo sistema de ensino superior presencial. Além de atender também alunos que precisam de mais autonomia em gerenciar seu tempo, conciliando vida profissional, pessoal e estudos.

No contexto atual, com o auxílio das TICs, a EAD tem se mostrado vantajosa como metodologia educacional. E, também, como de forma econômica às empresas que a disponibilizam em suas instituições (Araújo, 2014; Belloni, 2002). É o que mostra o último Censo da Educação a Distância no Brasil, produzido pela Associação Brasileira de Educação a Distância (2015). Este censo registrou um número de 3.868.706 matrículas efetuadas em cursos a distância no ano de 2014, no Brasil.

A maior parte das instituições afirmou que as matrículas aumentaram nos cursos de caráter totalmente a distância neste último levantamento. Os investimentos realizados para os cursos e estudantes também cresceram. Apenas 10% do total de instituições respondentes afirmaram terem os lucros diminuídos

(Associação Brasileira de Educação a Distância, 2015). Um cenário que se delinea positivo, mesmo na atual conjuntura de acentuada crise econômica no país.

Entretanto, mesmo com este panorama positivo para a EAD, esta metodologia ainda enfrenta grandes dificuldades no Brasil. Entre elas, vale ressaltar: a resistência dos educadores à modalidade; os desafios das instituições que oferecem o ensino presencial e passam a oferecer a EAD; e o alto índice de evasão dos estudantes (Associação Brasileira de Educação a Distância, 2015).

Quanto a evasão dos estudantes, de acordo com a Associação Brasileira de Educação a Distância (2015), são índices que ficam em torno de 25% na maior parte das organizações. Entre os motivos mais elencados estão a falta de tempo para o estudo e a não adaptação à metodologia.

A baixa qualidade na educação básica brasileira pode ser um dos motivos que geram a evasão por falta de adaptação ao método a distância. De acordo com o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), em uma avaliação realizada com estudantes com 15 anos de idade, o Brasil ficou na 58ª posição em um ranking de 64 países (Empresa Brasil de Comunicação, 2016).

As diferenças regionais e a baixa qualidade da educação básica podem interferir no desenvolvimento dos alunos em fases futuras. O que pode influenciar na evasão por falta de adaptação à metodologia a distância. Pois, neste método o aluno precisa ser mais autônomo que no presencial. O que implica em saber fazer um uso ótimo e mais independente das tecnologias de informação e dos objetos de aprendizagem. Tornando ainda mais dificultoso quando o estudante adentra o ensino superior já possuindo defasagens oriundas da educação básica.

A partir desta realidade, a biblioteca universitária possui um papel fundamental de auxílio aos estudantes da EAD. Devido ao seu caráter de unidade mediadora da cultura, pode ser empregada como peça estratégica para diminuir os problemas com o acesso igualitário à informação, o uso das novas tecnologias e a capacitação em informação (Cunha, 2010). O que permite maior segurança e independência aos discentes que precisam participar de uma metodologia na qual o aprendizado ocorre de forma mais autônoma.

2. METODOLOGIA

No Brasil, o Ministério da Educação (MEC) é o órgão responsável pela regulação e supervisão das instituições de ensino superior (IES). Atividade conduzida por meio da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) (Ministério da Educação do Brasil, 2016).

É importante que o profissional da informação, inserido no nível superior, tenha conhecimento acerca das legislações que impactam este segmento. Já para os que atendem estudantes da educação a distância, também é preciso entender as peculiaridades desta modalidade.

Este trabalho propõe identificar, por meio de um levantamento documental realizado nas normas e instrumentos para o ensino superior, os aspectos que interferem na condução das bibliotecas universitárias. Afim de observar se os pontos referentes a adequação destas instituições ao público do ensino a distância, estão contemplados de forma satisfatória por estas normas e instrumentos.

As IES são avaliadas nos momentos de credenciamento e reconhecimentos institucionais. Porém, também são avaliadas nos períodos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cada um de seus cursos (Presidência da República do Brasil, 2004). Em todos estes momentos também se insere a avaliação de suas respectivas bibliotecas universitárias, das quais compõem parte do conceito obtido pelo curso ou instituição.

Para elencar os aspectos sobre bibliotecas no ensino a distância dentro das normas e instrumentos de avaliação, foram organizados quadros apresentados a seguir neste artigo. Após a exposição dos aspectos citados nos quadros, propõe-se comparações entre eles e as diretrizes para bibliotecas que prestam serviços para o ensino a distância, da Association of College and Research Libraries (ACRL).

Primeiramente, serão apresentadas nas normas os aspectos referentes ao ensino a distância e bibliotecas no Quadro 1.

LEGISLAÇÃO NORMA	ABRANGÊNCIA	ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE EAD E BIBLIOTECAS
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.
Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005.	Decreto sobre o ensino a distância	Define a EAD como: modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.
Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006	Regulação, supervisão e avaliação de instituições de IES e cursos.	O desenvolvimento institucional deverá contemplar, no quesito infraestrutura, os seguintes aspectos quanto à biblioteca: acervo de livros, periódicos acadêmicos e científicos e assinaturas de revistas e jornais, obras clássicas, dicionários e enciclopédias, formas de atualização e expansão, identificado sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; vídeos, DVD, CD, CD-ROMS e assinaturas eletrônicas; espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico administrativo e serviços oferecidos.
Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007	Altera dispositivos dos Decretos nºs 5.622 e 5.773.	Necessidade de implantação e funcionamento de pólos de apoio presencial para a realização de atividades do ensino a distância. O que contempla bibliotecas físicas nestes pólos.
Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007	Institui o e-MEC.	Após a autorização do curso, a instituição compromete-se a: Manter em página eletrônica própria, e também, na biblioteca: descrição da biblioteca quanto ao seu acervo de livros e periódicos, política de atualização e informatização, área física disponível e formas de acesso e utilização.
Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004	Institui o SINAES ¹ .	A avaliação das instituições deverá considerar a: infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.
Resolução nº 1 2016 CNE/CES	Diretrizes e Normas Nacionais para a Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.	A distinção entre pólos será especialmente considerada a partir dos modelos tecnológicos e digitais adotados pela IES, destinados ao aprendizado. Compreendendo níveis diferenciados de atividades, virtual ou eletrônica, aplicados aos processos de ensino e aprendizagem, tipificação e natureza do acervo da biblioteca e dos equipamentos dos laboratórios, conteúdo pedagógico, materiais didático e de apoio e interatividade entre professores, tutores e discentes.

QUADRO 1 NORMATIVAS PARA INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: ASPECTOS IMPORTANTES NO CONTEXTO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS NO ENSINO A DISTÂNCIA FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES A PARTIR DAS NORMAS ELENCADAS

Além das normas, de abrangência nacional, a EAD é regida por uma série de instrumentos de avaliação, do qual podemos elencá-los conforme suas respectivas finalidades. Credenciamento institucional, reconhecimento institucional, credenciamento de pólo de apoio presencial, autorização de cursos, reconhecimento de cursos e renovação de conhecimento de cursos.

¹ Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

Serão apresentados os aspectos que impactam as bibliotecas nos instrumentos referentes a avaliação de instituições de nível superior com cursos no ensino a distância, no Quadro 2.

INSTRUMENTO	OBSERVAÇÃO DO INSTRUMENTO QUANTO ÀS BIBLIOTECAS
Instrumento de credenciamento institucional para oferta da modalidade de educação a distância	<p>As instituições deverão ter:</p> <p>Corpo técnico administrativo para atuar na gestão das bibliotecas dos pólos de apoio presencial;</p> <p>Gerenciamento central das bibliotecas dos pólos de apoio presencial e manipulação dos respectivos acervos;</p> <p>Informatização do sistema de bibliotecas;</p> <p>Política de aquisição, expansão e atualização do acervo das bibliotecas dos pólos de apoio presencial.</p>
Credenciamento de pólo de apoio presencial para educação a distância.	<p>As bibliotecas das instituições deverão ter:</p> <p>Infraestrutura geral (instalações para o acervo e funcionamento);</p> <p>Recursos humanos disponíveis;</p> <p>Biblioteca Virtual.</p>
Instrumento de avaliação para credenciamento de instituição de educação superior	<p>As bibliotecas das instituições deverão ter:</p> <p>Infraestrutura geral (instalações para o acervo e funcionamento);</p> <p>Informatização;</p> <p>Possuir política de aquisição, expansão e atualização do acervo</p>
Instrumento de avaliação institucional externa (utilizado para o ensino presencial e EAD)	<p>As instituições deverão ter:</p> <p>Biblioteca com acervo, serviços² e espaço físicos (deverão estar instaladas também nos pólos para educação a distância).</p>
Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância	<p>As instituições deverão atender:</p> <p>Material didático institucional para cursos a distância. Este material didático institucional previsto/implantado, disponibilizado aos estudantes, deve considerar os aspectos de abrangência, acessibilidade, bibliografia adequada às exigências da formação, aprofundamento e coerência teórica.</p> <p>Disponibilizar a bibliografia básica e complementar dos cursos, além de periódicos especializados da área do curso;</p> <p>Possibilitar que as Tecnologias de Informação e Comunicação implantadas no processo de ensino-aprendizagem permitam, de maneira excelente, a execução do projeto pedagógico do curso e a garantia da acessibilidade e de domínio.</p>
Formulário de Verificação in loco das condições institucionais (Para uso dos Consultores ad hoc da SESU/MEC)	<p>Situação do acervo de livros e periódicos, imagens, áudio, vídeos, sites na Internet, bem como, laboratórios, bibliotecas e museus virtuais e outros recursos que a informática torna disponíveis.</p>

QUADRO 2 INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO: ASPECTOS IMPORTANTES NO CONTEXTO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS NO ENSINO A DISTÂNCIA FONTE: ELABORADO PELOS AUTORES A PARTIR DOS INSTRUMENTOS ELENCADOS

² De acordo com o próprio instrumento de avaliação institucional externa, os serviços da biblioteca englobam: sistema de informatização, reservas de livros pela Internet, empréstimo domiciliar, cópias de documentos internamente na IES*, oferta de serviço de comutação bibliográfica no país e no exterior e outros

Identificados os aspectos referentes às bibliotecas universitárias nestes instrumentos e normas, surgem alguns questionamentos. Será que os aspectos considerados nestes documentos levantados, prezam um atendimento ótimo aos discentes do ensino a distância. Para então verificar esta indagação, foram utilizadas as diretrizes para serviços de bibliotecas no ensino a distância da Association of College and Research Libraries (ACRL).

Estas diretrizes levam em consideração o que uma biblioteca universitária deve dispor para bem atender sua comunidade acadêmica. A partir deste norte, será verificado o que é contemplado, o que não é considerado e ou que é pouco abordado nos instrumentos e normas identificados nos quadros acima.

A ACRL é uma renomada instituição internacional, que pertence a American Library Association (ALA), voltada para as bibliotecas no ensino superior. Representa mais de 11.000 entidades espalhadas pelo mundo. Desenvolve serviços para auxiliar os bibliotecários dentro do contexto das comunidades acadêmicas, desenvolvendo orientações úteis para a área (Association of College and Research Libraries, 2016a).

Em 2008 foi desenvolvido pela ACRL o Standards for Distance Learning Library Services, documento revisado em junho de 2016. Este documento possui diretrizes que foram criadas com o intuito de orientar as bibliotecas a prover serviços e recursos a sua comunidade. Isto, de forma a atender os usuários do ensino a distância com a mesma qualidade com que atendem aos usuários presencialmente (Association of College and Research Libraries, 2016b). Por isso, este material foi escolhido como norte para elucidar aspectos nas normas e instrumentos brasileiros apresentados nos quadros anteriores.

O texto da ACRL foi dividido em três partes: a primeira apresenta de uma forma geral os conceitos adotados nas diretrizes. A segunda apresenta as exigências fundamentais para as bibliotecas no ensino a distância. A terceira, os requisitos específicos. Para a comparação entre as diretrizes, normas e instrumentos brasileiros não nos ateremos à parte 1, cujo o caráter é mais explicativo e conceitual.

Quanto às exigências fundamentais, primeiramente foram elencadas algumas de nível institucional. Estas são relacionadas ao suporte que a instituição precisa fornecer para que a biblioteca atenda o segmento de EAD. São estes: apoio financeiro; investimentos adicionais específicos para EAD; infraestrutura técnica; acordos com as unidades de apoio nas localidades dos alunos; atendimento a normas e diretrizes do ensino a distância.

Ainda sobre as exigências fundamentais relacionadas diretamente às bibliotecas, consta:

1. disponibilidade física e digital a todos os seus usuários, integrada aos objetivos dos programas de cursos, preocupando-se em atender também os usuários com necessidades especiais;
2. dispor de recursos e serviços que possibilitem o desenvolvimento de competências acadêmicas que promovam a excelência dentro da instituição;
3. acesso humano direto aos colaboradores da unidade, mesmo que remotamente, de forma a possibilitar a promoção dos serviços e recursos da biblioteca;
4. prover competências digitais e em informação aos usuários;
5. incluir ao plano estratégico geral da bibliotecas aspectos específicos para o ensino a distância;
6. avaliação frequente dos aspectos relacionados ao ensino a distância, de forma a considerar as especificidades desta metodologia. Como a maior ligação às tecnologias, a competência em informação, serviços de consórcio e a promoção de inovações, para que haja um atendimento eficaz a este público.

Em relação às exigências específicas, e que ainda não foram abordadas nas diretrizes tidas como fundamentais, cabe ressaltar:

1. importância da instituição mantenedora fornecer recursos financeiros para que a biblioteca conduza adequadamente os serviços voltados a EAD;
2. formação para os profissionais que desejam pesquisar o assunto a nível de especialização na área de biblioteconomia e ciência da informação;
3. inserção das demandas do ensino a distância a nível gerencial (planejamento, execução e avaliação da biblioteca);
4. práticas constantes de estudo dos usuários;
5. preocupações específicas com o desenvolvimento do acervo. Provendo informações em papel e meio digital;
6. participação do bibliotecário no planejamento dos cursos do ensino a distância, dando apoio ao trabalho de ensino;
7. acompanhar as possíveis mudanças na metodologia;
8. adequar às demandas oriundas da globalização, principalmente a questão ao atendimento de pessoas de culturas distintas;
9. instalações e equipamentos adequados, tanto no sentido de estrutura física (como bibliotecas conveniadas ou da própria instituição) na localidade dos alunos, como o fornecimento de equipamentos que permitam o acesso digital;
10. inserir nas normas e documentos da biblioteca da instituição de origem as especificidades para o ensino a distância.

3. RESULTADO

Após verificar os principais pontos das diretrizes da ACRL, percebe-se que há a contemplação de alguns aspectos consideráveis pelas normas e instrumentos de avaliação no Brasil, orientados para bibliotecas no ensino a distância. Entretanto, há pontos importantes que precisam ser melhor considerados.

No que tange às exigências fundamentais das diretrizes, no fragmento relacionado a instituição, verifica-se a presença de itens sobre a infraestrutura técnica. Como as unidades físicas de apoio nas localidades dos alunos, atendidas por meio dos pólos de ensino presencial. Ainda sobre o apoio institucional, não há nas normas ou instrumentos, itens sobre a contribuição financeira e investimentos adicionais específicos para bibliotecas na EAD.

Em relação aos aspectos da biblioteca, ainda nas exigências fundamentais, a acessibilidade física é contemplada em normas específicas, preocupando-se com os pólos, para que o acesso humano direto seja possível. Entretanto, quanto a acessibilidade digital, são consideradas as TIC no processo de ensino-aprendizagem, porém a usabilidade destes recursos é pouco ressaltada. O que pode ocasionar prejuízos quanto ao acesso humano por meio remoto, ou das TIC.

As diretrizes propõe a integração da EAD ao plano estratégico institucional e da biblioteca, propondo ações para o desenvolvimento de competências em informação dos estudantes. O que é imprescindível para o acesso e uso dos recursos da biblioteca. Porém, não são abordados nos instrumentos e normas brasileiros, aspectos sobre competência em informação.

Nas exigências específicas, as diretrizes preocupam-se inclusive com a capacitação dos profissionais da biblioteca, e ressaltam a importância de especializações para o atendimento na área. Algo que com certeza auxilia no acompanhamento dos avanços da metodologia por meio da biblioteca, porém também não foi abordado.

Destaca-se nas orientações da ACRL, a necessidade dos constantes estudos dos usuários para tomada de decisão. Além da participação do bibliotecário nas ações de planejamento de cursos. Nada disso foi identificado nos instrumentos ou normas do Brasil.

Entretanto, no sentido da estrutura física e disponibilização de acervos, as normas e instrumentos se mostram preocupadas. Especificando inclusive a quantidade ideal de materiais, tipos de suporte e detalhes sobre o ambiente físico.

4. CONCLUSÃO

A análise dos meios formais nos permite compreender como as bibliotecas se estruturam para atender seu público. Neste artigo, com base nas normativas e instrumentos legais, tenta-se compreender a organização de bibliotecas voltadas aos discentes do ensino a distância. Já que há, na realidade brasileira, um sistema de avaliação que verifica em aspectos e momentos distintos a condução das instituições de nível superior. Do qual, este trabalho, ateu-se aos assuntos referentes à condução das bibliotecas na educação superior a distância.

Conforme Pinheiro (2013), o Brasil teve um desenvolvimento de sua ciência muito embasado nas universidades, onde está a maior parte da produção científica nacional. Hoje, é preciso formar alunos autônomos, com uma metodologia focada nos discentes e não nos docentes, para que o aprendizado se torne mais duradouro. Agregando conhecimentos que os incluam socialmente.

Alguns alunos adentram o ensino superior sem um contato prévio com ferramentas digitais voltadas para a área educacional e/ou não possuem um grau de conhecimento necessário para participar de um método de aprendizagem mais independente, como o ensino a distância. Para que os alunos possam alcançar um nível de resolução de problemas e estejam preparados em momentos de surgimento de crises, é necessário equipá-los das informações e conhecimentos necessários (Kuhn, 1998).

Não se pode pensar somente na tecnologia e acervos a serem utilizados, é preciso ter em foco que a meta principal é o aprendizado. A disponibilização de acervos e ferramentas de tecnologia da informação e comunicação não são suficientes para que a biblioteca consiga atender o público de EAD da forma ideal.

Nas normas e instrumentos verifica-se a importância dada às questões relativas aos acervos e infraestrutura, deixando desapercibidos aspectos como a capacitação dos usuários e a posição estratégica das bibliotecas no planejamento da instituição. Questões imprescindíveis também para um bom funcionamento das unidades de informação. Pontos que precisam ser melhor considerados e ressaltados por estas normas e instrumentos legais.

Como os estudantes da graduação já chegam, muitas vezes, com uma defasagem quanto ao manejo da informação e suas tecnologias, cabe a universidade desenvolver práticas que possam promover o preenchimento dessas lacunas. Dentro deste contexto, as bibliotecas universitárias têm a preocupação de auxiliar os seus usuários no manejo da informação, ou seja, na promoção de competências em informação. Para a EAD este é um requisito ainda mais fundamental, já que seus alunos necessitam de uma maior autonomia, sendo aptos a aprender de forma mais independente.

Conforme exposto no artigo, os instrumentos de avaliação institucional consideram os serviços da biblioteca como: sistema de informatização, reservas de livros pela Internet, empréstimo domiciliar,

cópias de documentos, oferta de serviço de comutação bibliográfica. Evidenciando-se a falta de propostas voltadas ao uso autônomo das tecnologias, a competência em informação e a promoção de inovações.

Sem ações como as suscitadas pelas diretrizes, as bibliotecas universitárias deixam de ser instrumentos de promoção da educação, tornando-se apenas local para depósito de conteúdos e uso de espaços para estudo. Para possibilitar que as Tecnologias de Informação e Comunicação, implantadas no processo de ensino-aprendizagem, permitam, de maneira excelente, a execução do projeto pedagógico do curso e a garantia da acessibilidade e de domínio, é preciso dar condições para o seu uso por parte da comunidade acadêmica.

Para que a sociedade brasileira torne-se mais igualitária é necessário que o governo invista principalmente na educação. Pois, como diz Demo (2007), a educação é uma condição básica para se conceber e criar oportunidades. Dentro desse cenário, as bibliotecas precisam ser peças centrais no plano estratégico institucional, sendo vistas além de acervo e espaço físico, mas, principalmente, pelo potencial dos serviços que oferecem a comunidade na qual estão inseridas.

5. REFERÊNCIAS

- Araújo, S. (2014). *Cultura informacional e as representações sociais no ensino superior a distância: conceitos, práticas e repercussões*. Curitiba: Appris.
- Associação Brasileira de Educação a Distância (2015). *Censo EAD.BR: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2014*. [online]. Curitiba: Ibpex. Disponível em: http://www.abed.org.br/censoead2014/CensoEAD2014_portugues.pdf [Acessado 26 jun. 2015].
- Association of College and Research Libraries (2016). *About ACRL*. [online]. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/aboutacrl> [Acessado 29 ago. 2016a].
- Association of College and Research Libraries (2016). *Standards for Distance Learning Library Services*. [online]. (Last updated 2016). Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/standards/guidelinesdistancelearning> [Acessado 29 ago. 2016b].
- Belloni, M. (2002). *Ensaio sobre a educação a distância no Brasil*. *Educação & sociedade*, Volume 23 (78), p. 117-142.
- Cunha, M. *A biblioteca universitária na encruzilhada*. *Datagrama zero*, Volume 11 (6). Disponível em: http://www.dgz.org.br/dez10/Art_07.htm [Acessado 10 jul. 2014].
- Demo, P (2007). *Educação e qualidade*. 11ª ed. Campinas: Papyrus.
- Empresa Brasil de Comunicação (2016). *Brasil está entre os piores no ranking de conhecimentos básicos da OCDE*. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/educacao/2016/02/brasil-esta-entre-os-piores-no-ranking-de-conhecimentos-basicos-da-ocde> [Acessado 26 jun. 2016].
- Kuhn, T. (1998). *A estrutura das revoluções científicas*. 5ª ed. São Paulo, Perspectivas.
- Lévy, P.(2007). *Cibercultura*. 2ª ed. São Paulo: Ed. 34.
- Ministério da Educação do Brasil (2016). *Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres)*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao-superior-seres/apresentacao> [Acessado 27 jun. 2016].

Peixoto, J. e Araújo, C. (2012). Tecnologia e educação: algumas considerações sobre o discurso pedagógico contemporâneo. *Educação & Sociedade*, Volume. 33 (118), p. 253-268. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87322726016> [Acessado 26 jun. 2016].

Pinheiro, L. (2013). Fronteiras e horizontes da pesquisa em Ciência da Informação no Brasil. In: Albagli, S. *Fronteiras da Ciência da Informação*. Brasília: IBICT, pp. 9-35.

Presidência da República do Brasil (2004). Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm [Acessado 27 jun. 2016].

Preti, O (1998). Educação a distância e globalização: desafios e tendências. *R. bras. Est. Pedag.*, 79 (191), p.19-30. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/223/227> [Acessado em: 20 abril 2016].

COMPETENCIAS INFORMACIONALES: BIBLIOTECA DEL COLEGIO UNIVERSITARIO DE ESTUDIOS FINANCIEROS (CUNEF)

M^a Antonia Agúndez Soriano

Universidad Complutense de Madrid y Colegio Universitario de Estudios Financieros

Resumen

El propósito de esta comunicación es presentar la trayectoria de la biblioteca del Colegio Universitario de Estudios Financieros (CUNEF) en relación a la formación que se imparte a los alumnos para la adquisición de competencias en la gestión de la información entre los años 2012 – 2016 y la integración en los grados de dicha formación, así como el reconocimiento y la consolidación del perfil docente de los bibliotecarios.

Palabras clave: Competencias informacionales; Gestión de la Información; Bibliotecas Universitarias; Bibliotecarios docentes; CUNEF

Abstract

The main purpose of this lecturer is to present the trajectory of the University College of financial studies (CUNEF) in relation with their students formation and acquisition skills for information management between 2012 and 2016, as well as the integration inside the differents careers. Librarian teacher profile recognition and consoidation.

Keywords: informational skilss, information management, university libraries, teachers librarians, CUNEF

1. INTRODUCCIÓN

El papel que juega la Biblioteca dentro de la Universidad es muy importante, especialmente cuando hablamos de la formación en Alfabetización informacional. Es fundamental que los alumnos sean autosuficientes en materia informativa mediante el desarrollo de competencias informacionales. Una de las misiones que tiene la biblioteca universitaria como centro de recursos para el aprendizaje y la investigación (CRAI), es facilitar el acceso a la información y colaborar en dar formación a los alumnos para que adquieran dichas competencias, siendo estas de gran utilidad tanto en el ámbito profesional como en el personal a lo largo de la vida al ser capaces de:

- Determinar la necesidad de información, y de acceder a ella de una manera eficaz y eficiente.
- Comprender y saber aplicar el proceso metodológico que sigue cualquier búsqueda de información científica.
- Conocer y aplicar las técnicas adecuadas en la evaluación de información científica.
- Utilizar los distintos recursos de información especializada de manera eficaz de acuerdo a sus necesidades informativas.
- Comprender la importancia de acceder y hacer un uso de la información de forma ética y legal.
- Aprender a comunicar la información

La biblioteca de CUNEF, lleva ofertando cursos de Alfabetización informacional desde el año 2009. Actualmente, la oferta formativa en competencias informacionales incluye cursos sobre competencias en la gestión de la información para la elaboración de trabajos fin de grado y fin de máster; citas y referencias; formación en la utilización de Aranzadi (base de datos jurídica), proporcionando a los alumnos habilidades para el manejo y uso de esta base de datos, así como un curso básico sobre los distintos servicios, recursos y herramientas que ofrece la Biblioteca. Estos cursos son presenciales y prácticos.

Otro reto que estamos afrontando este curso es la integración de la formación sobre competencias en la gestión y utilización de la información científica dentro de la asignatura de TFG en el último curso de Grado y Doble Grado.

Recientemente se ha iniciado el proyecto de creación de tutoriales, materiales de apoyo, guías y servicios de ayuda en línea para asistir a los usuarios, de forma remota, en cualquier momento y lugar.

En este trabajo analizaremos la trayectoria de la Biblioteca de CUNEF en relación a las competencias en el uso y la gestión de la información.

2. DATOS DE LA FORMACIÓN IMPARTIDA

La biblioteca de CUNEF comenzó en 2009 a impartir cursos formativos. Estos cursos trataban sobre la utilización de los productos y servicios de la biblioteca. Más tarde algunos profesores empezaron a solicitar cursos formativos sobre el manejo de las bases de datos ABI, JSTOR, EBSCO. En el curso 2012-2013 se incorporó la formación para el manejo de la base de datos Aranzadi. Esta formación ha ido evolucionando durante estos años y se pretende ampliar, asentar y mejorar en los próximos (San Martín, Rosa, entrevista personal, 22 de julio de 2016)¹.

¹ Mi agradecimiento a Rosa San Martín por su colaboración en este trabajo (Responsable de la Biblioteca de CUNEF).

Durante el curso 2015-2016 (De septiembre de 2015 a marzo de 2016), se han impartido 22 cursos con un total de 29,30 horas habiendo asistido 435 alumnos.

En los gráficos siguientes, se observa como poco a poco va aumentando el número de cursos impartidos, así como los alumnos asistentes.

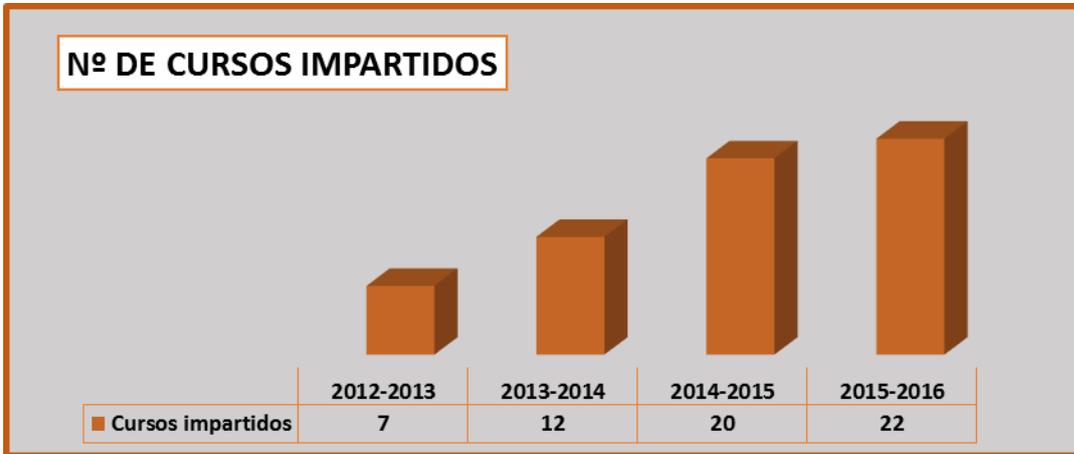


GRÁFICO 6 NÚMERO DE CURSOS IMPARTIDOS

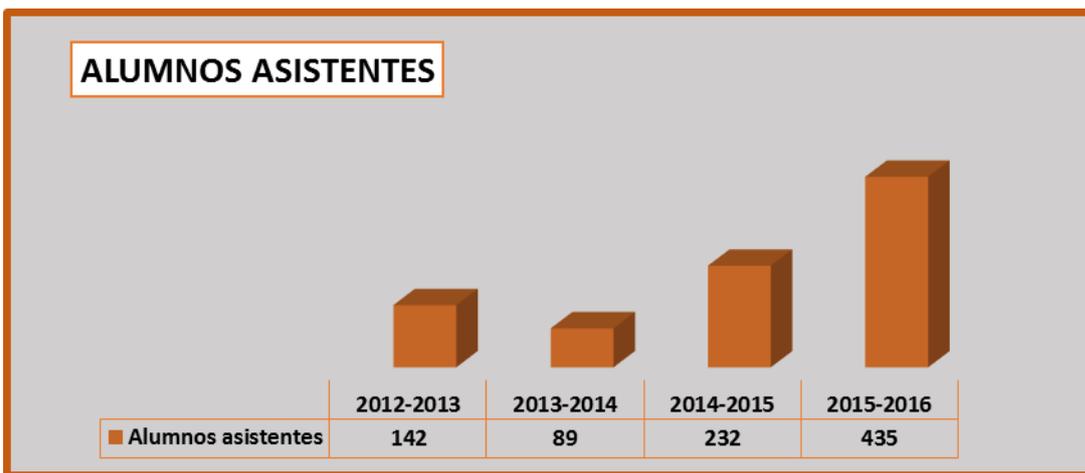


GRÁFICO 2 NÚMERO DE ALUMNOS ASISTENTES

2.1. TIPOLOGÍA DE LOS CURSOS 2015-

Desde la biblioteca se han impartido distintos programas formativos adecuados a las necesidades de los distintos grupos de alumnos:

Alumnos de nuevo ingreso

- Conociendo la Biblioteca: Sesiones introductorias donde se proporciona la información y formación necesaria a los alumnos para que conozcan los recursos, servicios y herramientas que ofrece la Biblioteca y se les capacita para ser autónomos en la utilización de la misma.

Alumnos de grado

- Base de Datos Aranzadi: Proporcionar al alumno la formación necesaria para el manejo y uso de esta base de datos. Este programa formativo ha sido ofertado a los alumnos de 3º de Doble Grado y de 2º de Grado en Derecho.

Alumnos de Grado y Máster

- Competencias en la gestión de la información: Programa formativo sobre competencias en la gestión de la información para la elaboración de los trabajos fin de grado TFG) y fin de máster (TFM).

Tanto el TFG como el TFM es una asignatura obligatoria en todas las titulaciones ofertadas en CUNEF. Nuestro objetivo es que los alumnos adquieran competencias informacionales, orientándolas a la elaboración del TFG, ofreciendo recursos, herramientas y pautas que faciliten esa labor. Se trata de dotar al alumno de las herramientas necesarias para realizar el TFG y TFM. En concreto, se abordan las siguientes fases: Planificar el proceso de búsqueda de información; Habilidades para la búsqueda en los diferentes recursos de información disponibles en formato electrónico; Gestionar la información y criterios de evaluación de la misma.

- Citar y referenciar: Proporcionar al alumno la formación necesaria para realizar correctamente una cita o referencia bibliográfica siguiendo las normas específicas del estilo bibliográfico Harvard. Concienciar al alumno de la importancia de hacer un uso ético y responsable de la información, así como evitar el plagio.

Estos dos programas formativos se han impartido a los alumnos de 6º de Doble Grado; 4º de Grado en ADE y alumnos de Máster Universitario en Instituciones y Mercados Financieros, Máster Universitario en Acceso a la Profesión de Abogado y Máster Universitario en Derecho Bancario y de los Mercados e Instituciones Financieras.

En el siguiente gráfico se pueden observar los cursos impartidos, el número de horas y el número de alumnos asistentes.

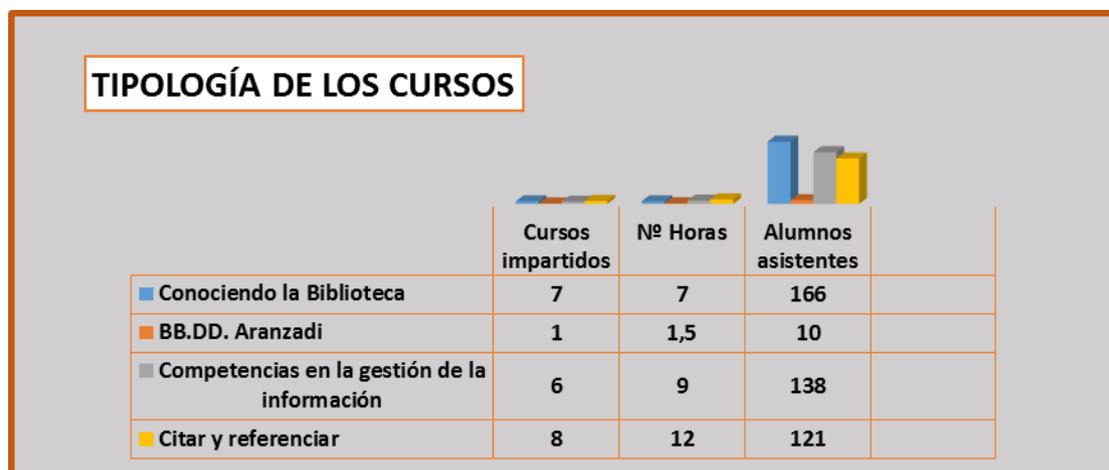


GRÁFICO 3 TIPOLOGÍA DE LOS CURSOS

2.2. PROPUESTA FORMATIVA

Hasta ahora, estos cursos eran de una sesión de entre una hora y hora y media de duración. A partir de este curso 2016-2017 y siguiendo las recomendaciones de la Comisión Mixta CRUE-TIC y REBIUN acerca de la integración de competencias informacionales en los planes de estudio de Grado, se han integrado los cursos de competencias en la gestión de la información para la elaboración del TFG dentro de la asignatura de TFG. Esto ha significado un aumento en el nº de sesiones pasando de una a cinco sesiones de una hora y media cada una. También se ha integrado dentro de una de las asignaturas de derecho tanto en Grado en Derecho como Doble Grado en ADE + Derecho el curso de la base de datos Aranzadi.

Para que esta integración se haya hecho realidad, la Biblioteca pasó a la Directora de Grado una propuesta formativa que responde a la necesidad de dotar a los alumnos de competencias informacionales con la finalidad de capacitarlos en el uso y acceso a la información, así como en competencias para citación y referenciación utilizando el estilo bibliográfico Harvard. Como resultado, se ha logrado integrar dicha formación en los grados de ADE y DERECHO y Doble Grado en ADE + Derecho. Para la realización de esta propuesta hubo que:

- Determinar las necesidades informativas que presentaban los alumnos de las distintas titulaciones a las que iba a llegar esta formación.
- Formular los objetivos del programa formativo.
- Diseñar y elaborar los programas formativos, ajustándonos al nº de horas.
- Planificar la difusión y como realizar la evaluación de la formación.
- Establecer un cronograma de todas las tareas a realizar.

Los objetivos de esta formación son los siguientes (Tabla nº 1).

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	
1	- Dotar al alumno de las competencias informacionales necesarias para saber reconocer cuándo necesita información y ser capaz de localizar, evaluar y usar eficazmente dicha información, de manera ética y responsable. - Dotar al alumno de las competencias necesarias para saber crear e interpretar una cita y una referencia bibliográfica. - Dar a conocer las técnicas de analizar y sintetizar.
2	Poner en conocimiento del alumno los distintos servicios y materiales que ofrece la biblioteca, formándolo y capacitándolo para su uso.
3	Adaptar el programa formativo a las demandas educativas y de investigación del centro.
4	Dar a conocer la utilidad del programa formativo a los alumnos y al entorno académico.
5	Evaluar la formación

TABLA 3 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

2.1 EVALUACIÓN DE LA FORMACIÓN IMPARTIDA

Para conocer la calidad de la formación impartida y si está llegando adecuadamente a los alumnos es necesario determinar el grado de satisfacción mediante la realización de cuestionarios. Estos cuestionarios se les entrega a los alumnos al finalizar cada curso y nos permite conocer la situación real de la formación impartida, pudiendo mejorar dicha situación. Por lo tanto, la evaluación interviene muy activamente en el proceso de planificación de los cursos formativos.

Del mismo modo, la evaluación tras la implementación del nuevo curso de competencias en la gestión de la información para la elaboración del TFG integrado en la asignatura TFG, nos ayuda a realizar un análisis de la consecución de los objetivos iniciales, así como una comparativa entre los resultados esperados y los obtenidos. Este análisis nos servirá para conocer si los conocimientos adquiridos por los alumnos son

los previstos. También nos servirá para posteriormente ayudarnos en la toma de decisiones mejorando la calidad o el contenido del curso si fuera necesario.

Para la realización de una evaluación que nos indique los conocimientos adquiridos por los alumnos, utilizamos la evaluación continua a lo largo del curso. Para la evaluación global del curso se ha elaborado una serie de indicadores. Para conocer el impacto real del programa formativo, se realizará un seguimiento de los alumnos participantes en el programa a la hora de elaborar el TFG.

3. GUÍAS TEMÁTICAS EN LÍNEA

Durante el curso 2015-2016, hemos creado el apartado “Guías temáticas”, el desarrollo de este apartado se encuentra en una fase inicial. Las guías y tutoriales son materiales que sirven como apoyo a los alumnos en sus estudios y son de interés tanto para alumnos como para profesores, nuestra idea es seguir trabajando en la realización de nuevas guías a lo largo de este curso.

4. ESTRATEGIAS DE PROMOCIÓN

La promoción y publicidad que se realiza desde la Biblioteca sobre los programas formativos consisten en:

- Envío de mensajes de correo electrónico al personal docente publicitando la formación ofertada.
- Envío de correo electrónico convocando a los alumnos al curso que se vaya a impartir.
- Información detallada sobre la oferta formativa dentro del apartado “Noticias” de nuestra página Web.
- Información sobre la fecha y lugar donde tendrá lugar el curso a impartir dentro del apartado “Anuncios” de nuestra página Web.
- Edición de mensajes publicitarios en la pantalla de TV situada a la entrada de la Biblioteca con información sobre la formación ofertada.
- Inclusión dentro del tríptico de la Biblioteca

5. CONCLUSIONES

No queremos finalizar sin antes justificar los beneficios que aportan estos cursos formativos y los bibliotecarios docentes en la adquisición de competencias informacionales de los alumnos y que se concretan a continuación:

- La Biblioteca al participar de una manera activa en el desarrollo de cursos formativos en competencias en la gestión de la información, se convierte en un agente innovador de la docencia.
- La biblioteca puede fomentar y fomenta la formación en competencias informacionales.
- Por otro lado, los alumnos reciben una formación en competencias informacionales que les servirá para gestionar la información enfrentándose a sus necesidades informativas durante su formación universitaria y para mantener actualizados sus conocimientos a lo largo de la vida mejorando, así, sus posibilidades de movilidad y de obtención de empleo.

6. PERSPECTIVA DE FUTURO

Está en estudio la posibilidad de aumentar el nº de sesiones de 5 (actualmente) a 8 en los cursos formativos de competencias en la gestión de la información para la elaboración del TFG integrados en la asignatura de TFG. También está en proyecto extender este curso formativo a los alumnos de 3º de Grado en ADE y DERECHO y a 5º de Doble Grado en ADE + Derecho.

7. BIBLIOGRAFÍA

Anglia Ruskin University, Library (2015) Guide to the Harvard Style of Referencing. 5th ed. [en línea] disponible en <<http://libweb.anglia.ac.uk/referencing/harvard.htm>> [consulta: 2 septiembre 2016].

Biblioteca de CUNEF. Área de Formación (2015). Competencias en la gestión de la información para la elaboración del TFG: propuesta de un programa formativo. Documento inédito. Madrid: Colegio Universitario de Estudios Financieros (CUNEF).

Biblioteca de CUNEF. Área de Formación (2015). Informe sobre formación impartida por Biblioteca 2015-2016. Documento inédito. Madrid: Colegio Universitario de Estudios Financieros (CUNEF).

Comisión mixta CRUE-TIC y REBIUN (2012). Competencias informáticas e informacionales en los estudios de grado. Edición revisada y ampliada. <http://ci2.es/sites/default/files/documentacion/ci2_estudios_grado.pdf>

Coventry University (2013) CU Harvard Reference Style guide and glossary [en línea] disponible en <http://biblioteca.uah.es/investigacion/documentos/Harvard_Guide_v3.0.2.pdf> [consulta: 2 septiembre 2016].

San Martín, R. (2016) [entrevista realizada por Agúndez Soriano, M.A.] 22 de julio 2016.

LA FOTOGRAFÍA EN LA DOCENCIA: ASPECTOS METODOLÓGICOS Y APLICACIONES

Maria Olivera Zaldua, Juan Miguel Sánchez Vigil, Antonia Salvador Benítez

Universidad Complutense de Madrid

Resumen

Desde su invención la fotografía fue aplicada a la investigación y a la docencia. El primer aspecto ha sido ampliamente estudiado debido a las aplicaciones, a la ciencia, al arte y a los medios de comunicación; sin embargo, el uso de la foto en la docencia es un aspecto apenas desarrollado cuyo análisis nos permite conocer el impacto de la misma, en los sistemas de aprendizaje. Es objetivo de este estudio recuperar las primeras aplicaciones de la fotografía a la docencia, así como su desarrollo, de forma que podemos conocer las metodologías utilizadas. Para ello se toman como referentes las colecciones de la Universidad Complutense de Madrid y del Consejo Superior de Investigaciones Científicas, en especial, las conservadas en la Biblioteca Histórica Marqués de Valdecilla, perteneciente a la Universidad Complutense y en la Biblioteca Tomás Navarro Tomás del CSIC.

Palabras clave: Fotografía, Docencia, Diego Angulo Íñiguez, Enrique Lafuente Ferrari, Eduardo Hernández-Pacheco

Abstract

Ever since it was invented, Photography has been applied to research and teaching. The first aspect has been widely studied due to its applications in the fields of science, art and the communications media. However, the use of photos in teaching is an aspect which has barely been studied and its analysis allows us to discover its impact on the learning processes. The goal of this study is to review the first applications of photography to teaching, as well as its development, so that we can determine the methodologies used. In order to do so, we have used as references the collections of the Universidad Complutense of Madrid and the Consejo Superior de Investigaciones Científicas, and, in particular, those found in the Marqués de Valdecilla Historic Library, belonging to the Universidad Complutense, and in the Tomás Navarro Tomás Library of the CSIC.

Keywords: Photography, Teaching, Diego Angulo Íñiguez, Enrique Lafuente Ferrari, Eduardo Hernández-Pacheco

1. INTRODUCCIÓN

La fotografía ha sido empleada en la docencia prácticamente desde su invención en 1839. Son escasos los estudios sobre el tema, sobre todo de las metodologías de trabajo empleadas, que fundamentalmente se basan en el uso directo de la imagen para dar a conocer aquello a lo que no se puede acceder y la creación de imágenes con una idea concreta. En el primer modelo se encuadran los trabajos realizados por los docentes para transmitir el conocimiento, y en el segundo los proyectos creativos en los que la fotografía es el medio elegido para el aprendizaje.

Uno de los proyectos más recientes en este sentido se denomina Complufoto dedicado a la recuperación de las colecciones fotográficas empleadas en la docencia y conservadas en centros, departamentos, institutos y museos de la Universidad Complutense, con objeto de su reutilización para la docencia. El resultado fue de gran interés, poniendo en valor varios fondos de la Biblioteca Histórica Marqués de Valdecilla, de la Facultad de Medicina y de la Biblioteca de la Facultad de Bellas Artes.

Sobre el uso de la foto en la docencia es interesante el estudio relacionado con las Ciencias Sociales y la Historia de Calleja (2002), y sobre proyectos creativos aplicados a la docencia con nuevas metodologías es fundamental el titulado *Imaginando* de Sánchez, Olivera, Salvador, Ayala (2012). En cuanto a los archivos institucionales y la docencia también es de interés el trabajo de Moreiro (2014). Algunos autores consideran que la fotografía ha tardado mucho en incorporarse como materia académica en los estudios universitarios en España, consecuencia del escaso interés que esta disciplina suscitaba dentro del ámbito de la investigación y la docencia (Vega, 2014).

Es objeto de este artículo poner en valor la importancia de la fotografía en la docencia, poniendo como ejemplo tres colecciones de excepcional interés que fueron generadas precisamente para su aplicación en las aulas, y cuya recuperación y reutilización, mediante metodologías específicas, sirven para nuevas aplicaciones. El método ha consistido en analizar los trabajos llevados a cabo en tres proyectos de investigación, valorando cuantitativa y cualitativamente los fondos de las colecciones fotográficas empleadas por tres prestigiosos profesores: Diego Angulo (Consejo Superior de Investigaciones Científicas), Enrique Lafuente Ferrari y Eduardo Hernández-Pacheco (Universidad Complutense de Madrid)

2. LA FOTOGRAFÍA EN LA DOCENCIA. APUNTE HISTÓRICO

Desde su invención en 1839 la foto fue aplicada a la ciencia y al arte como una forma de reproducir y representar los objetos, y al mismo tiempo ha estado vinculada al aprendizaje y la enseñanza. Su uso en la docencia por profesores e investigadores ha sido una constante. La enseñanza de la fotografía en España tiene su origen en las agrupaciones y asociaciones de aficionados, donde sus componentes intercambiaban experiencias, y en las actividades académicas llevadas a cabo por intelectuales en los centros culturales de prestigio y en los locales de las citadas sociedades donde los conferenciantes apoyaban sus explicaciones con la proyección de diapositivas. Las Escuelas de Artes y Oficios fueron pioneras en incorporar la fotografía a los planes de estudio, creando cátedras como la de Fototipia y de Reproducciones Fotográficas en Zaragoza, que ocupó por primera vez Luis Escolá Arimany en 1895.

La fotografía se incorporó a la docencia a finales del siglo XIX, en pleno apogeo del pictorialismo, cuando ya era enseñanza reglada en varios países de Europa, entre ellos Francia, Bélgica, Alemania e Inglaterra. En España el Ejército la empleó como una herramienta imprescindible y la incorporó a los planes de estudio de la Escuela Superior de Guerra en el curso 1904-1905, si bien dentro de la educación física al ser considerada como sport por las sociedades creadas al efecto para su práctica, de las que formaban parte numerosos militares de alta graduación. Mediante el Real Decreto auspiciado por el ministro Arsenio Linares y Pombo y firmado por Alfonso XIII el 2 de junio de 1904, se reformaron los estudios

atendiendo a las propuestas de la Junta creada al efecto, encargada de la reorganización, los métodos de enseñanza y planes de estudio.

La aplicación a la docencia desde el punto de vista técnico se llevó a cabo mediante la proyección de las placas de vidrio, bien las realizadas por los propios fotógrafos o las comercializadas al efecto por empresas especializadas y con todo tipo de contenidos. Antonio Cánovas del Castillo Vallejo (Káulak) empleó las linternas de proyección con frecuencia en las conferencias que impartió en la Sociedad Fotográfica y en el Ateneo de Madrid (Cánovas, 1906: 321)

En 1910 la Escuela de Ingenieros de Caminos puso en práctica una nueva asignatura para enseñar a los alumnos el uso y manejo de los aparatos fotográficos, el revelado, positivado y demás técnicas complementarias. Uno de los profesores fue el ingeniero Antonio Sonier, jefe del laboratorio y especialista en estereoscopia. Las enseñanzas en ese centro fueron modelo de modernidad al cambiar los exámenes de fin de curso por parciales y realizar ejercicios prácticos, excursiones y visitas, método ya usado por entonces en las escuelas europeas con excelente resultado.

El desarrollo de las artes gráficas a finales del siglo XIX, gracias a la invención del fotograbado, contribuyó a la difusión de la fotografía en el sector de la industria cultural por excelencia, sin embargo, hasta diciembre de 1910 no fue aprobada por las Cortes la creación de la Escuela Nacional de Artes Gráficas, cuya actividad comenzó el año siguiente con base a la supresión de la Escuela de Caligrafía. En el sector estrictamente fotográfico, la enseñanza de la materia se llevó a cabo mediante cursos prácticos de divulgación organizados por las asociaciones. Un paradigma fueron los cursos de la Real Sociedad Fotográfica de Madrid, inaugurados por el ministro de Instrucción Pública, Francisco Bergamín García, el 29 de enero de 1914, y dirigidos por Baltasar Hernández Briz. Las clases estaban dirigidas a los alumnos de las Escuelas de Artes e Industrias.

La primera Escuela Oficial de Fotografía independiente, es decir no vinculada al Ejército ni a las Escuelas de Artes Gráficas, sino integrada en una de ellas, fue fundada en Granada en el año 1916 bajo la dirección de Manuel Torres Malina, uno de los más afamados autores de la primera mitad del siglo XX y cuyo estudio se caracterizó por los decorados y escenografías árabes. Su trabajo como docente fue tan excepcional como su obra (retratos y paisajes), que se conserva en centros públicos y colecciones privadas.

3. APLICACIONES. COLECCIONES DE FOTOGRAFÍA

Al objeto de conocer la investigación sobre la fotografía en la docencia, así como algunos aspectos metodológicos y las aplicaciones que se han llevado a cabo, se han seleccionado tres fondos y colecciones cuyo origen se encuentra precisamente en el interés de sus creadores por su empleo en la enseñanza. Se trata de las colecciones del catedrático de Arte Diego Angulo Iñiguez conservada en el CSIC, del también profesor y catedrático de Arte Enrique Lafuente Ferrari, y del catedrático de Geología Eduardo Hernández-Pacheco, estos dos últimos en la Universidad Complutense de Madrid.

Incluimos estas tres colecciones en el género de fotografía científica, uno de cuyos objetivos es la aplicación a la enseñanza. Toda foto de carácter científico requiere de una preparación previa en su realización, del estudio del tema, de la luz, del resultado que se pretende y, evidentemente, de su aplicación. Partiendo de esta premisa, las imágenes son documentales ya que se constituyen en mensajes con diferentes soportes.

3.1. LA COLECCIÓN ANGULO (CSIC)

Se conserva en el Departamento de Archivo de la Biblioteca Tomás Navarro Tomás del Centro de Ciencias Humanas y Sociales (CCHS) del CSIC. Procede de la donación que realizó a la fototeca del extinto Instituto de Arte Diego Velázquez, depositaria de estos fondos desde que fueron legados hasta su integración en

el CCHS. La investigación de los fondos parte de su importancia para la historia del arte iberoamericano, ya que se trata de una colección de más de 8.000 documentos en soporte papel, completada con otros dos fondos donados por Enrique Marco Dorta y Santiago Sebastián López (Tabla 1).

Las fotografías fueron empleadas por Angulo en la docencia y en la edición de varias publicaciones, fundamentalmente la Historia del Arte publicada en 1962 en dos volúmenes. Fueron tomadas y/o adquiridas en 24 países, en su mayoría en México (3.500). Más importante que la cantidad es su contenido, puesto que además del estudio del arte iberoamericano, ofrecen información sobre temas como la etnografía, las costumbres, formas de vida, paisajes rurales y urbanos, etc.

País	Fotos	País	Fotos
Argentina	143	Honduras	137
Bolivia	31	Jamaica	8
Brasil	333	México	3.544
Chile	64	Nicaragua	213
Colombia	165	Panamá	2
Costa Rica	55	Paraguay	20
Cuba	929	Perú	88
Ecuador	203	Portugal	395
El Salvador	163	Puerto Rico	204
Filipinas	10	República Dominicana	235
Guatemala	1.068	Uruguay	3
Haití	5	Venezuela	73
		Total	8.091

TABLA 2 FONDO DIEGO ANGULO (CSIC). FOTOGRAFÍAS POR PAÍSES

El fondo ha sido estudiado en el proyecto dirigido por Wifredo Rincón, con el fin de poner en valor los fondos, fechados entre 1900 y 1950, por ser fuente de conocimiento. Las tareas realizadas han sido el inventario general, manteniendo la referencia topográfica inicial e incorporándose un número para toda la colección y un nuevo identificador por países. De cada una de las fotografías, además de los números de referencia, se recoge el país, ciudad, edificio, fecha, autor y procedencia (ilustraciones 1-3). Su aplicación actual es la reutilización en la docencia y en publicaciones específicas, tales como los artículos derivados del proyecto, entre ellos “La ciudad como escenario en las fotografías de Luis Márquez” (Sánchez Vigil, Olivera Zaldua, 2015).

La metodología empleada en este caso fue la cuantificación del fondo y su puesta en valor desde dos puntos de vista fundamentales: autores y temas fotografiados, obviamente con el criterio prioritario de la arquitectura como obra de arte. Un tercer aspecto fue el de la difusión con varias exposiciones, entre ellas las celebradas en el CSIC: “Imágenes del Nuevo Mundo” (2013) y en la Facultad de Ciencias de la Documentación: “Las fotografías de Luis Márquez en la colección Diego Angulo del CSIC” (2014).



ILUSTRACIÓN 1 CHICHICASTENANGO, POR EICHENBERGER. COLECCIÓN DIEGO ANGULO



ILUSTRACIÓN 2 Y 3 CATEDRAL DE GUDALAJARA POR GUILLERMO KAHLO Y COMPOSICIÓN DE LUIS MÁRQUEZ

COLECCIÓN DIEGO ANGULO

3.2. LA COLECCIÓN LAFUENTE FERRARI (UCM)

La colección de fotografías de Enrique Lafuente Ferrari suma 11.545 diapositivas en soporte vidrio, generalmente en formato 9x10 cm, si bien hay también originales en tamaños 9x12 y 8x8 cm. Las piezas son muy diversas y fueron reunidas para documentar temas de historia del arte con criterios historiográficos, siguiendo el planteamiento docente y empleando la foto como complemento a las aportaciones teóricas.

Los originales no se centran en un periodo o tema específico, sino que recoge obras de arte de todos los tiempos: Sumeria, Asiria, Persia, Egipto, Grecia, Roma Bizancio, Prerrománico, Románico, Gótico, Renacimiento, Barroco, Neoclásico, Realismo, Romanticismo, Impresionismo, Fauvismo, Cubismo, Surrealismo, Dadaísmo, Expresionismo y Vanguardias. El fondo ha sido estudiado por Casajús, Dieguez y Pena (ilustración 4) en un proyecto de investigación del que resultó el libro *El arte reproducido: fotografías de la colección Lafuente Ferrari* (2008).

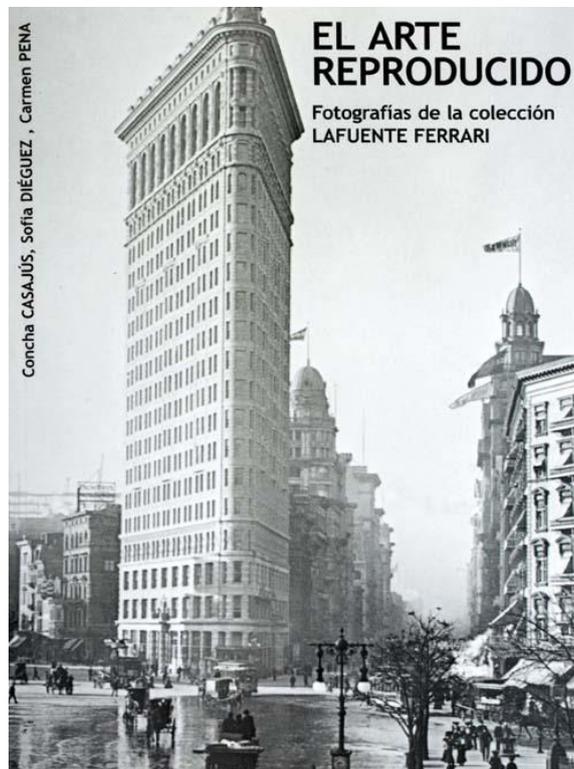


ILUSTRACIÓN 4 EL ARTE REPRODUCIDO, 2008

La metodología en este caso es la misma que para el análisis de las fotografías en historia del arte, poniendo en valor la temática, los autores y los países donde fueron obtenidas las imágenes: Alemania, Egipto, España, Estados Unidos, Francia, Grecia, Holanda, India, Italia, Rusia. En el caso de los autores, la estructura de los contenidos responde a la siguiente organización:

- Fotógrafos y estudios fotográficos extranjeros
- Fotógrafos y estudios fotográficos españoles
- Estudio Domínguez Ramos de Madrid
- Autores desconocidos o ilegibles

Los autores y estudios resultantes en el trabajo realizado son numerosos, algunos de gran importancia internacional por su función documental, como es el caso de Alinari, Anderson, Braun & Braun, Laurent, Levy o Naya. En cuanto a los autores españoles son fundamentales: Moreno, Hauser y Menet, Lladó, Mas, Vadillo y Zubillaga (ilustración 5-6). La selección de autores justifica la calidad de la colección. Este detalle es de gran importancia cuando se trata de formar un conjunto reutilizable.



ILUSTRACIÓN 5 Y 6 COLECCIÓN LAFUENTE FERRARI: LEVY: VISTAS DE ROTTERDAM Y VENECIA

3.3. EL FONDO HERNÁNDEZ-PACHECO (UCM)

En el caso de Hernández-Pacheco se trata de un fondo y no de una colección, ya que las fotos fueron realizadas por él mismo. Se conservan originales en varios centros (Museo de Ciencias Naturales y Museo de la Facultad de Ciencias Geológicas de la UCM), pero la mayoría se conserva en la Biblioteca Histórica Marqués de Valdecilla de la UCM (Tabla 2).

Las imágenes de Hernández-Pacheco tuvieron como fin justificar sus trabajos, y tuvo una visión y lenguaje personal, propio, seleccionando el fragmento, la composición, el detalle, al tiempo que recogió la información clave para el estudio. Los experimentos que realizó con la cámara son hoy piezas de valor que conforman el Patrimonio Fotográfico de las instituciones públicas que lo conservan. Su reutilización es un ejemplo claro de su valor.

El uso de aplicación de las fotos se justifica en este caso por la selección de negativos que Hernández-Pacheco realizó para positivar en vidrio y emplearlas en las proyecciones durante sus clases o bien en eventos de difusión. En este sentido es clave el que se disponga de los modelos de originales en el proceso completo: negativos y positivos en papel o vidrio.

Localización	Fotos
España	1.447
Guinea	76
Ifni	76
Liberia	2
Marruecos	75
Nigeria	59
Portugal	142
Sáhara Español	121

TABLA 2 OTOGRAFÍAS DE EDUARDO HERNÁNDEZ-PACHECO



ILUSTRACIÓN 7 Y 8 IFNI. DESEMBARCO EN 1934 (NEGATIVO) Y VISTA DEL VALLE DE ASAKA (POSITIVO EN VIDRIO COLOREADO)

La metodología empleada para el estudio y recuperación de los fondos de Hernández-Pacheco parte de la difusión, de la necesidad de dar a conocerlos (ilustración 7-8). En este sentido se optó por seleccionar una parte de las fotografías y darla a conocer a nivel internacional mediante su presentación en congresos y su exposición en centros de prestigio, resultando así: “Imágenes de Portugal en la Biblioteca Histórica de la Complutense: la colección fotográfica de Eduardo Hernández-Pacheco”, en VII Encuentro Ibérico Edicic 2015 (Salvador Benítez, 2015) y Portugal inédito. Fotografías de Eduardo Hernández-Pacheco (Sánchez Vigil, Salvador Benítez, Olivera Zaldua, 2016) (ilustración 9).

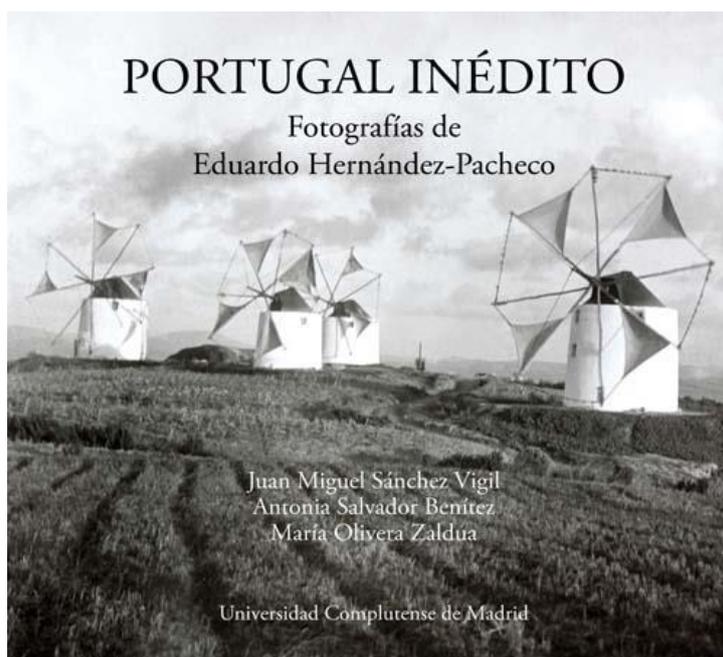


ILUSTRACIÓN 9 PORTUGAL INÉDITO. CATÁLOGO DE LA EXPOSICIÓN EN EL CENTRO PORTUGUÉS DE FOTOGRAFÍA (OPORTO)Ç

4. CONCLUSIONES

Las recientes investigaciones en documentación fotográfica, independientemente de las temáticas de los originales, ponen en valor el interés del uso y aplicación de la fotografía en la docencia y por tanto en la enseñanza. En este sentido hemos de decir que las imágenes forman parte del género denominado fotografía científica, ya que fueron seleccionadas para su uso y aplicación en la docencia.

Los tres modelos elegidos para analizar la materia justifican lo indicado, teniendo en cuenta que las colecciones fueron conformadas por catedráticos de gran prestigio cuyo objetivo fue claro a la hora de organizar los fondos, respondiendo a planteamientos previos.

Los criterios de trabajo de los tres profesores pareciendo similares no lo son, ya que en dos de los casos se trata de colecciones, es decir de fotografías adquiridas a profesionales sobre los temas de interés para completar, justificar o mostrar el tema a estudiar, mientras que en el tercer caso el autor es el propio investigador (Hernández-Pacheco), es decir que de acuerdo a un plan prefijado captó las imágenes complementarias a sus textos e investigaciones.

Los criterios metodológicos son coincidentes en cuanto a la autoría, la localización de las imágenes y su aplicación, lo que ha permitido recuperar fotografías inéditas de autores y empresas (estudios) cuyo nombre queda así vinculado a la docencia, permitiendo generar tablas sobre producción y especialidad, de gran interés para la temática investigada pero también para la historia de la fotografía.

En lo que se refiere a la difusión, las tres colecciones han sido expuestas o publicadas. Hemos de destacar que gran parte de las ilustraciones recopiladas o realizadas han sido reproducidas en publicaciones de los tres investigadores, aportando así nuevas vías de difusión y por tanto de aprendizaje, complementaria a las clases universitarias. En este sentido son claves tres grandes obras: Fisiografía del solar hispano de Hernández-Pacheco (1959), Historia del Arte de Diego Angulo (1962) e Introducción a la pintura española de Lafuente Ferrari (1971).

5. BIBLIOGRAFIA

- Aguirre Artigas, M. I., 2016. Uso de la fotografía en la docencia: análisis del fondo Hernández-Pacheco en la Biblioteca Histórica Marqués de Valdecilla de la UCM, Trabajo de Fin de Grado. Madrid: Facultad de Ciencias de la Documentación de la UCM.
- Calleja, M., 2002. Usos didácticos de la fotografía en ciencias sociales y la historia. Un estudio en la Universidad de Cantabria. En Amador Carretero, M. P., Robledano Arillo, J., Ruiz Franco, M. del R. (coord.). Imagen, cultura y tecnología, pp. 297-314.
- Cánovas Vallejo, A., 1906. Crónica. Las nuevas linternas de proyección. La Fotografía, agosto, pp. 321-322.
- Casajús, C., Dieguez, S., Pena, C., 2008. El arte reproducido: fotografías de la colección Lafuente Ferrari, Madrid: Zona impresa
- García Marco, F. J., 2013. Educación y aprendizaje de la información y la documentación. El Profesional de la Información. 22:6, pp. 489-504.
- López del Ramo, J., 2008. Calidad e innovación docente en el marco de la convergencia europea, Madrid: Dykinson.
- Martín Escorza, C., 2015. La fotografía y Eduardo Hernández-Pacheco. En Eduardo Hernández Pacheco. Elementos del paisaje, Badajoz: Fundación Ortega Muñoz; Junta de Extremadura, pp. 103-104.
- Moreiro, J. A., 2014. Archivos institucionales y docencia sobre imágenes en la Universidad Carlos III de Madrid. En Actas del I Congreso de documentación fotográfica. XXII Jornadas FADOC, Madrid: Facultad de Ciencias de la Documentación de la UCM.
- Olivera Zaldúa, M., Sánchez Vigil, J. M., Marcos Recio, J. C., 2013. Imaginando. Formación de un banco de imágenes en la UCM para la docencia. En Ríos Ortega, J. & Ramírez Velázquez, C. A. (Coord.). La

- bibliotecología y la documentación en el contexto de la internacionalización y el acceso abierto, México: UNAM, pp.83-102.
- Perejón Rincón, A., 2013. Datos biográficos de Eduardo Hernández-Pacheco y Estevan. En Eduardo Hernández Pacheco. Elementos del paisaje, Badajoz: Fundación Ortega Muñoz; Junta de Extremadura, pp. 65-68.
- Rincón García, W., 2014. Arte Iberoamericano en las colecciones fotográficas de Diego Angulo y Marco Dorta en el CSIC. En Olivera Zaldúa, M. & Salvador Benítez, A. (Ed.) Del artefacto mágico al píxel. Estudios de fotografía, Madrid: UCM, pp.141-160
- Rincón García, W. (2012). Una colección de fotografías de Guillermo Kalho cedida en 1933 por el gobierno de México al profesor Angulo Íñiguez para sus trabajos de arte mexicano. En Rincón García, W. & Pascual Chenel, Á. (ed.). Argentum, estudios artísticos en homenaje a Dra. Amelia López-Yarto Elizalde, Zaragoza: Aneto, pp.101-118.
- Salvador Benítez, A., 2015. Imágenes de Portugal en la Biblioteca Histórica de la UCM: la colección fotográfica de Eduardo Hernández-Pacheco. En VII Encuentro Ibérico Edicic 2015, Madrid: Facultad de Ciencias de la Documentación de la UCM, pp.1-12
- Sánchez Vigil, J. M., 2014. Proyecto de Innovación docente Complufoto: creación de un censo-guía de fondos y colecciones fotográficas de la Universidad Complutense de Madrid, y de un banco de imágenes para su aplicación en la docencia y la investigación, Madrid: Universidad Complutense de Madrid
- Sánchez Vigil, J. M., Olivera Zaldúa, M., Salvador Benítez, A., Ayala Sorensen, F., 2012. Imaginando: uso y aplicaciones de la fotografía en los procesos de aprendizaje. Proyecto de innovación docente UCM, Madrid: Universidad Complutense.
- Sánchez Vigil, J. M., Salvador Benítez, A., Olivera Zaldúa, M., 2016. Portugal inédito. Fotografías de Eduardo Hernández Pacheco. Madrid: Universidad Complutense de Madrid.
- Santamaría Almolda, R., 2012. El Archivo Fotográfico del profesor Enrique Lafuente Ferrari. Madrid: UCM. Disponible en <http://pendientedemigracion.ucm.es/info/lafuente/sitio/archivoweb.pdf>
- Torres Santo Domingo, M., 2012. El archivo fotográfico de Enrique Lafuente Ferrari en la Biblioteca Histórica. Folio Complutense, Enero. Disponible en: <http://biblioteca.ucm.es/blogs/Foliocomplutense/5188.php#.V5t3zvmLTIU>
- Vega, C., 2014. Los estudios de fotografía en la Univesidad. En Olivera Zaldúa, M. & Salvador Benítez, A. (coord.). Del artefacto mágico al píxel: estudios de fotografía. Madrid: Universidad Complutense, pp.237-239.
- Zelich, C. (Coord.), 2015. Eduardo Hernández Pacheco. Elementos del paisaje. Badajoz: Fundación Ortega Muñoz; Junta de Extremadura.

(II) ORGANIZACIÓN, TRATAMIENTO Y COMUNICACIÓN DE LA INFORMACIÓN

REAPROPRIAÇÃO COMO DESORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO: FOUND FOOTAGE E YOUTUBE

Claudio Marcondes Castro Filho y Carlos Adriano Jerónimo de Rosa

Universidad de São Pablo

Resumo

O mundo parece ter se convertido num imenso banco de dados de imagens e de sons. O mundo como arquivo (ou coleção, ou banco de dados) tornou-se baliza não só para a criação de obras artísticas, mas também para a reflexão crítica sobre fenômenos informacionais. O found footage é uma forma de produção cinematográfica que recicla, reedita e ressignifica imagens alheias, filmadas em outro tempo. Por trabalhar justamente o mundo como arquivo de informações e como um contínuo processo crítico-analítico de mediação e transformação da matéria de base, o found footage apresenta-se sob a forma de um procedimento operacional apropriado para se entender a imagem, nos campos dos meios audiovisuais e das ciências da informação. Este artigo pretende abordar aspectos de um estudo desenvolvido no campo da reapropriação cinematográfica de arquivo, que gerou a produção de um filme realizado inteiramente com materiais extraídos do YouTube: *Sem título # 3: E para que poetas em tempo de pobreza?* (2016). Pretende ainda levantar a hipótese de que o found footage possa ser também um método de organização e comunicação da informação, um modelo de abordagem e de tratamento da informação. O método da reapropriação proposto pelo found footage parece afinado a conceitos da ciência da informação e permite sugerir um campo de diálogo entre as disciplinas dos estudos do cinema (história, estética) e da ciência da informação (organização, comunicação).

Palavras-chave: arquivo. Filme, found footage, tratamento da informação, YouTube.

Abstract

The world seems to have become an immense database of images and sounds. The accelerated and unbridled proliferation of digital technologies has allowed unpredictable forms of storage, indexing, production, reproduction and diffusion of audiovisual materials. With the availability of new tools (in new media) of information organization, it is the world itself which is available for being reappropriated and institutionalized. The world as a file (or collection, or database) became a landmark not only for the creation of artistic works but also for the critical thinking on communicational phenomena. "Found footage" is a form of cinematic production that recycles, reissues and re-signifies images filmed in another time and another context, working upon the manipulation, assembly and editing of film materials. Founding the world as an archive of information and as a continuous critical-analytical process of mediation and transformation of base matter, the "found footage" genre presents itself as an appropriate operational procedure for understanding the image, in the fields of audiovisual media, of organization (processing and communication) of information and of information science. This article aims to address aspects of a study developed in the field of archival reappropriation of film, which generated the production of a film entirely made with materials extracted from YouTube: "Untitled # 3: And what are poets for in a time of poverty?" (2016). It also aims to raise the hypothesis that "found footage" may also be a method of organizing and communicating information, a model for approaching and processing information. The method of reappropriation proposed by "found footage" seems to be in synch to

concepts of information science and allows to suggest a field of dialogue between the disciplines of cinema studies (history, aesthetics) and information science (organization, communication).

Keywords: Archive. Found footage. Reappropriation. Information science. YouTube.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, o mundo parece ter se convertido num imenso banco de dados de imagens e sons. A proliferação acelerada e desenfreada das tecnologias digitais permitiu insuspeitadas formas de armazenamento, indexação, produção, reprodução e difusão de imagens e sons. O mundo como arquivo tornou-se uma baliza não só para a criação de obras artísticas, mas também para a reflexão analítica sobre fenômenos e produtos audiovisuais. Portanto, a pauta do arquivo, e de seu natural e consequente corolário (o da apropriação e reutilização deste arquivo), é uma das mais urgentes e pertinentes de hoje.

A arte do cinema é algo como o depositário de um passado – o patrimônio de uma memória, cuja pátina do tempo vai depondo o pó e depositando suas sobras. O cinema é como um repositório – assim como um museu, um arquivo e um livro que guardam a memória do mundo. O cinema é uma fonte de preservação e difusão de uma memória, coletiva ou não. Portanto, é portador de informação e de conhecimento.

Segundo Mallarmé, tudo existia para acabar em livro (Huret, 1891). Seguindo Borges, o mundo para caber numa biblioteca (Borges, 2001). De acordo com Warburg, as imagens para sobreviverem no atlas de memórias em movimento (Didi-Huberman, 2013). Mas hoje, “pós-tudo”, “... tudo existe para acabar em youtube”, como escreveu Augusto de Campos (2015, p. 37) no poema tvgrama 4 erratum.

Esta pesquisa relata aspectos de um trabalho desenvolvido no campo da reapropriação cinematográfica de arquivo, que gerou a produção de um filme sobre a poesia, realizado inteiramente com materiais de arquivo garimpados no YouTube: Sem título # 3: E para que poetas em tempo de pobreza? (2016). A pesquisa pretende apontar a hipótese de que o found footage (cinema de reapropriação de arquivo) possa ser um método ao mesmo tempo de organização e desorganização da informação.

A ideia de garimpo parece aqui justa e apropriada, pois no filme há pérolas como as raras imagens em movimento, as únicas existentes de que se tem notícia, dos poetas Federico García Lorca e Antonio Machado. São verdadeiros achados, que já o seriam por si próprios se encontrados numa cinemateca, mas se tornam ainda mais inacreditáveis por estarem disponíveis nesta cinemateca imaginária que virou o YouTube¹.

2. GENEALOGIAS DA REAPROPRIAÇÃO DE ARQUIVO

Como expressão da modernidade no século 20 e forma artística que influenciou as outras artes, o cinema tem em sua vertente de vanguarda o cinema found footage: a reapropriação de arquivo que, como gênero ou procedimento, recicla, reedita e ressignifica imagens alheias, filmadas em outro tempo e contexto e transpostas para um novo tempo e um novo contexto, como apresenta Adriano (2015a; 2015b) no Dossiê Found Footage.

A retomada do arquivo como base para a criação viria com a vanguarda americana no final da década de 1950. O gênero found footage define um filme experimental de tom associativo ou viés estrutural, que reprocessa, por associação ou intervenção, outros filmes. O gênero found footage se cristalizaria nas

¹ Talvez fosse mais adequado descrever o Youtube como um banco de dados. Não é possível, no espaço deste artigo, discutir as nuances da noção de arquivo no contexto do Youtube (Schäfer; Kessler, 2009), levando em conta aspectos diferenciais de sua natureza e propriedades – como preservação, armazenamento e indexação. Assumimos deixar a denominação *arquivo*, por causa da *reapropriação de arquivo* do cinema *found footage*.

estratégias minimalistas do cinema estrutural, com os filmes de Ken Jacobs (*Tom Tom the piper's son*, 1971), por exemplo.

2.1 CINEMA DOS PRIMEIROS TEMPOS

Convencionou-se afirmar que o primeiro cinema (early cinema) ocorreu entre 1895 (data de sua primeira exibição pública e paga) e 1915 (quando, entre outras razões, a linguagem narrativa do filme era sistematizada por Griffith e outros produtores / diretores) (Popple e Kember, 2004). A matriz institucional galvanizadora de uma nova história do cinema que adotou o cinema das origens tem seu débito com a história dos Annales. O Congresso da Federação Internacional dos Arquivos de Filmes (FIAF), ocorrido em 1978 em Brighton, foi dedicado ao early cinema (Rosa, 2008, p. 177). Nesta ocasião, uma incrível massa de filmes produzidos nas duas primeiras décadas do cinema pode ser apreciada. Curada pelo MoMA (The Museum of Modern Art) de Nova York, a mostra de filmes americanos só pode ser reconstituída graças à Paper Print Collection da Biblioteca do Congresso (Washington). Por questão de lutas e entraves envolvendo patentes e copyrights nos anos 1910, toda produtora que quisesse ter seu filme protegido, deveria depositar uma cópia do filme sob a forma de reprodução em papel de cada fotograma.

O método de estudar a história do cinema a partir do cinema das origens, tal como sugerido por André Gaudreault, Charles Musser, Miriam Hansen, Thomas Elsaesser e Tom Gunning, trouxe novos parâmetros de pesquisa². O estudo instaurou um paradigma de reflexão sobre formas e condições de produção, distribuição, exibição e consumo, usando registros de patentes, processos legais de infração a copyright, documentos de salas, enfim, documentos que se constituem como fontes de informação. O conceito mais popular desta re-visão do cinema das origens enfeixado pela nova história, numa abordagem contra a hegemonia da égide do cinema narrativo, foi o de “cinema de atrações”, desenvolvido por Tom Gunning e André Gaudreault³.

O “cinema de atrações” é um cinema de relação direta com o espectador, e seu tr(i)unfo técnico está na potência que envolve seu ato básico: mostrar, e não narrar, incitando a curiosidade visual (Gunning, 1990, p. 57-58). Para Gunning (1990), o cinema de atrações não desapareceu com o advento da dominação e domesticação do cinema narrativo (representada por Griffith); vigorou underground em práticas de agressão da vanguarda cinematográfica (cinema estrutural dos anos 60) e na engrenagem da indústria comercial dos efeitos especiais (Spielberg, Lucas & cia). O cinema dos primeiros tempos foi apropriado pelo found footage, que ali viu uma mina de possibilidades de exploração e pesquisa da linguagem cinematográfica experimental. O found footage, ao menos aquele praticado por cineastas como Ken Jacobs, não existiria sem o early cinema.

2.2 TAXONOMIAS DO FOUND FOOTAGE

Com rigor analítico, a cartografia de Brenez e Chodorov (2015, p. 2) propõe como forma de apropriação básica a “reciclagem exógena”, que se aplica a diferentes formas de citação ou alusão, das quais destaca três modalidades: a) “stock footage”, representada pelos filmes B americanos que inserem planos de outras produções para compensar as falhas de continuidade ou a falta de tomadas de ação; b) “filmes de montagem”, representada pela “coleção ilustrada” de imagens já filmadas, como uma crítica das atualidades ou um ensaio; c) “found footage”, que torna as imagens autônomas, concentra-se na manipulação do material fílmico e aponta para novas esferas e formas de montagem. Continuando nas

² A antologia-referência é aquela organizada por ELSAESSER (1990).

³ Um livro celebratório sem ser encomiástico faz um balanço compreensivo: Strauven (2006). Inclui os artigos inaugurais, posiciona a genealogia das ideias, situa a perspectiva histórica do conceito e traz extenso conjunto de textos que enfeixam re-visões, críticas e novas considerações.

subdivisões prismáticas de suas ideias, Brenez e Chodorov (2015) propõem cinco usos principais de found footage: elegíaco, crítico, estrutural, materiológico e analítico.

O uso estrutural (Brenez e Chodorov, 2015, p. 7) tem como norma “... elaborar um filme não a partir de uma imagem ou motivo, mas de uma proposta, de um protocolo que diz respeito, reflexivamente, próprio cinema”. O uso materiológico (Brenez e Chodorov, 2015, p. 8) explora o material substancial da película. “... Sob o modelo de uma investigação científica capaz de ultrapassar ou subverter a racionalidade”, o uso analítico (Brenez e Chodorov, 2015, p. 9) comporta a “montagem cruzada” (sobreposição de imagens) e a “variação analítica” (tratado do movimento das imagens).

2.3 ARQUIVO E FOUND FOOTAGE

Estes três usos de reciclagem found footage – estrutural, materiológico e analítico – são as mais marcantes da construção de *Sem título # 3: E para que poetas em tempo de pobreza?*, mas não apagam um componente de compilação na forma narrativa do filme: a coleção de depoimentos dos poetas é arrolada entre imagens metafóricas sobre a poesia.

O conceito de Cobbedick (1996, apud Cordeiro, 2013, p. 69) sobre “o comportamento dos artistas em busca de informação” indica os caminhos entre “Fontes de informação inspiradora e Fontes de informação visual específica”. Mas é uma situação que ainda parece ignorada por áreas específicas supostamente afeitas a esse contexto, como a biblioteconomia e a ciência da informação: “... a informação demandada por artistas em serviços de informação e, especialmente, em bibliotecas, tem sido negligenciada pelos profissionais da informação” (Cordeiro, 2013, p. 69).

Isso implica reconhecer que, a cada época, as demandas dos artistas em relação aos arquivos mudam de acordo com o zeitgeist. As solicitações que eles dirigem aos sistemas de informação são de natureza diversa daquelas feitas pelo protocolo de cartórios, quando a informação deve servir a um propósito imediato, colado à mais próxima superfície cotidiana. Não é o que ocorre quando a informação é reapropriada segundo propósitos artísticos. Muito já se perguntou, e muitos já se perguntaram: qual a função da arte, qual seu sentido para a vida? Poderíamos argumentar com o poeta que define, no primeiro verso de *Ulisses*, o mito: “... é o nada que é tudo” (Pessoa, 1934, p. 19).

Sem título # 3: E para que poetas em tempo de pobreza? edita três instâncias: entrevistas de poetas, récitas de poemas, metáforas poéticas (associações musicais e plásticas de motivos extraídos dos filmes apropriados). É de Friedrich Hölderlin (1770-1843) o verso que dá título a *Sem título # 3*: “e para que poetas em tempo de pobreza?” (poema *Pão e vinho*). Como o título indica, um tema do filme é a função social da poesia. Como contraponto e correspondência aos poetas falando sobre sua função e ofício, foram escolhidas imagens de duas situações sociais representativas da miséria humana separadas por um abismo de décadas: o povoado de Las Hurdes, região da Espanha, extraída do filme *Las Hurdes: tierra sin pan* (1933), de Luis Buñuel, e o povo dos refugiados sírios, por meio de reportagens de televisão (2015) – ambas encontradas e apropriadas a partir do YouTube.

3. MEDIAÇÃO, YOUTUBE, REAPROPRIAÇÃO

O YouTube, como objeto digital nativo e dispositivo mediático, traz questões instigantes para os cânones da mediação. Segundo Grusin (2009, p. 62), o YouTube trata de “... uma remediação da televisão no ‘mundo dos públicos em rede’”. A remediação “... enfatizava a intensificação e a proliferação de formas e práticas de mediação”, e caracterizava os novos meios como “... incessante remediação de outras formas de mediação na maioria das vezes mais antigas” (Grusin, 2009, p. 63). Assim, “a remediação descreve uma lógica de mediação que pode ser identificada em muitas formações mediáticas históricas diferentes e o projeto de remediação era insistir sobre o significado da própria mediação”. (Grusin, 2009, p. 65).

Por ser fenômeno relativamente ainda pouco explorado na academia, não há um devido distanciamento no tempo para se avaliar todas implicações e novas configurações que o YouTube colocaria para a mediação. Pesquisas como Lovink (2008), Snickars e Vonderau (2009) e Fagerjord (2010) fornecem subsídios para começarmos a tatear este território que abrange as fronteiras do YouTube com a mediação e o found footage.

Para o found footage, todo arquivo tem imagens e sons disponíveis para apropriações, um sistema de informação audiovisual que é fonte e repositório, referência e inspiração, memória e conhecimento. Inclusive no sentido pedagógico e de prospecção, o cineasta de found footage tem correspondências com o cientista da informação que "... pode fazer pesquisa direcionada ao desenvolvimento de novas técnicas de manuseio da informação e pode aplicar as teorias e técnicas da ciência da informação para criar, modificar e melhorar os sistemas de manuseio da informação" (Borko, 1968, p. 5).

Em determinadas circunstâncias, o found footage poderia ser considerado como uma instância mediadora: as operações de pesquisa, escolha e edição das imagens a serem trabalhadas num filme envolvem o gesto crítico da mediação. Podemos apontar que, tanto para a mediação como para o found footage, as ações e as noções de interferência e de apropriação no arquivo – e, por extensão, na informação – são fundamentais. Pela natureza intermedia (entre-meios) e intermediária (sua posição estratégica), pelo caráter crítico e analítico (sua posição heurística) que tanto a mediação como o found footage envolvem, a interferência e a apropriação constituem instâncias necessárias do processo mediador pois "... a apropriação da informação, no momento em que o indivíduo transforma seu conhecimento de forma a modificá-lo, a alterá-lo. Não cabe somente à informação registrada ser objeto da ciência da informação: adicione-se a ela as atividades culturais inseridas nos ambientes informacionais. Essa associação torna-se o objeto da ciência da informação". (Ferreira e Almeida Júnior, 2013, p. 165).

Mesmo com todas as implicações de poder dadas pela própria condição de conglomerado capitalista que constitui o YouTube, é uma forma de arquivo que parece democrática não apenas porque oferece um manancial de informações audiovisuais, mas também porque se presta à reapropriação de materiais audiovisuais, um campo de produção, reprodução e recepção de conhecimento. Para o dispositivo found footage, o arquivo configura-se "... como forma de interlocução, de informação, de conhecimento" e é dotado de um "... papel mediador, de serviço de comunicação e informação, de ensino e aprendizagem" (Castro Filho, 2011, p. 147).

Em tempos de hipertextos e hiper mídias trafegando em congestionadas infovias, o arquivo assume outras configurações e funções e exige outras formas de interface e mediação – outros paradigmas de interface e de mediação. Se as redes sociais se encontram saturadas de informação, às vezes mal sinalizada e organizada, o papel e o lugar da medição demandam questões atualizadas ao estado da arte da sociedade informacional, uma vez que "... em nossa atual era de redes sociais sem fio, a ênfase não está sobre novas formas radicais de mediação, mas sobre a conectividade, a ubiquidade, a mobilidade e a afetividade sem cesuras. O YouTube fornece talvez o exemplo paradigmático desta nova formação dos meios, já que sua popularidade é menos um resultado de proporcionar aos usuários novas e melhores formas de mídias do que de tornar disponíveis mais eventos de mediação, mais facilmente compartilhados e distribuídos por e-mail, mensagens de texto, redes sociais, blogs ou sites de notícias. O YouTube é também parte e parcela da proliferação de câmeras de foto e vídeo como recursos-padrão de telefones celulares e da multiplicação e mobilização de redes sociais" (Grusin, 2009, p. 65).

Nesse sentido, "... viver efetivamente é viver com a informação adequada" (Wiener, 1968, p. 19). E, para tanto, o cidadão informacional, a fim de exercer direitos e deveres na sociedade da informação, e também suas potencialidades criativas e educativas, deve ser / estar formado e informado nos caminhos e meandros dos espaços hipermediáticos que delineiam e compõem as redes sociais e informacionais – em tal processo a figura da mediação (da pessoa ou da instituição mediadora, da agência ou da instância

mediadora) é não apenas necessária mas sujeita às adaptações do momento mediático: “... a lógica da competência em hipermedia [hipermediacy] é marcada pela multiplicação da mediação entre redes sociotécnicas, comerciais e políticas como o YouTube. Não é aquela competência em hipermídia dos anos 1990 em feições formais ou tecnologias de mediação e representação, mas sim a competência em hipermídia a partir dos anos 2000, envolvendo conectividades de rede, de participação afetiva e de distribuição, através de múltiplas redes sociotécnicas e mediáticas.” (Grusin, 2009, p. 64).

A disseminação das tecnologias da informação e comunicação e o conseqüente acesso a elas trazem um dado novo para o consumidor. Com seus graus de alfabetização e competência constantemente atualizados, o usuário dos serviços de comunicação, informação e apropriação é também – como prova o YouTube, por exemplo – um provedor de informação e apropriação. Outra vez, graças à natureza do próprio meio digital e de suas condições de circulação, estas instâncias configuram-se permeáveis e intercambiáveis: “... o que ocorre, diferentemente de épocas anteriores, é que as Tecnologias da Informação e Comunicação configuram agora a possibilidade de criação de espaços menos hierárquicos de circulação dessas informações, podendo fazer de cada consumidor cultural um potencial.

4. REAPROPRIAÇÃO COMO DESORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Como possível ponto de partida, tomamos o “... estudo de caso como método de pesquisa” (Yin, 2015, p. 4). Neste caso, o filme como obra de arte autônoma e vinculada à pesquisa de linguagem, na tradição das vanguardas, que propõem novos modelos de expressão (para o artista) e de apreciação (para o espectador) e assim formulam seu próprio campo demarcatório, por inaugurarem justamente um novo território, sugere a exigência de outros parâmetros críticos, ou seja, a proposição de um método adequado ao seu objeto e irredutível a certas generalizações. Um objeto-filme aponta um método found footage.

Se tomarmos a divisão em “estudos de caso explicativos ou causais”, “estudos de caso descritivos”, “estudos de caso exploratórios” (Yin, 2015, p. 9), o found footage como método, ao mobilizar a história e a estética do cinema, oscila entre esta tríade: é explicativo, porque contextualiza um objeto (o filme) numa linhagem histórica; é descritivo, porque demanda o inventário de estruturas e procedimentos de forma e linguagem do objeto; e é exploratório, porque a forma de experimentação do objeto imanta o exercício crítico.

Por atuar sobre uma memória histórica de um meio, no caso o cinema, e por promover uma nova forma de mediação entre a obra de arte, no caso o filme, e o espectador, o found footage abre um novo campo de atuação e reflexão para a pesquisa – reflexão como pensamento crítico, mas também como espelhamento do mundo. Isto seria corroborado na hipótese de Gil (1999, p. 43), pois as pesquisas exploratórias têm como “... finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

Esta mediação se daria numa instância simultânea de organização e de desorganização da informação na medida mesma de sua condição: a relação entre obra de arte (filme) e espectador é por vezes conflituosa, na medida em que há um choque de repertórios quando a informação estética é da ordem do novo, quando a obra de arte porta uma informação estética nova. Isso é um padrão recorrente nas obras de vanguarda, matriz onde se forma o found footage, que confronta o espectador em seus preconceitos apriorísticos. Ao mesmo tempo que organiza um novo conhecimento, desorganiza-se um conhecimento prévio: organiza-se mediante um desorganizar de repertórios e informações.

Yin (2015, p. 10) descreve cinco métodos de pesquisa e os relaciona com formas de questão de pesquisa: se o método é “a) experimento - como, por quê?; b) levantamento - quem, o quê, onde, quantos?; c)

análise de arquivos - quem, o quê, onde, quantos?; d) pesquisa histórica - como, por quê?; e) estudo de caso - como, por quê?”. Por operar entre disciplinas, o found footage conjugaria estes métodos e estas formulações de pesquisa.

O found footage está sintonizado com o mundo em que vivemos e com o modo em que nele vivemos: tudo existe para acabar em YouTube e Facebook; as experiências são produzidas para serem compartilhadas. O que confirma a hipótese de Yin (2015, p. 17): “... o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo (o ‘caso’) em profundidade e em seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto puderem não ser claramente evidentes.”

O método found footage parece dialogar com “as diferentes fases da análise de conteúdo” que se organizam “... em torno de três polos cronológicos: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação” (Bardin, 2011, p. 125). Um exercício prévio de pesquisa delimita os materiais a serem apropriados; um procedimento estético define a forma de exploração dos materiais; um processo operacional organiza a estrutura em que e com que estes materiais são construídos, demandando novos exercícios interpretativos. Assim, entendemos que a reapropriação tal como praticada pelo found footage pode ser tomada como um método. Para o filme *Sem título # 3: E para que poetas em tempo de pobreza?* a busca de informações seguiu um método próprio à prática da reapropriação cinematográfica. Em lugar de uma lógica racional do discurso, o filme propõe a enunciação de uma analógica poética do discurso.

No filme, a prospecção das imagens dos poetas configurou-se como um método poético. Definidos os poetas que seriam encontrados, a busca parecia isomórfica à pesquisa: o mecanismo de busca de uma base digital como a do YouTube assemelha-se muito à estrutura de um pensamento – tal como imaginado pelo poeta Paul Valéry a propósito de Leonardo Da Vinci, que constitui o “método heurístico-semiótico” (Pignatari, 1979, p. 13) – poético, que opera por associações e correspondências, que acolhe as contribuições imprevistas e benfazejas do acaso, que procede aos acertos enquanto processa os fracassos.

O método da reapropriação de materiais de arquivo proposto pelo found footage sugere a hipótese de um novo campo de diálogo entre os estudos do cinema (história, estética) e a ciência da informação (organização, mediação).

Pensamos que as novas configurações do arquivo em tempos de YouTube poderiam ser incluídas entre “... as três novas revoluções científicas que originam três novos paradigmas científicos” (Le Coadic, 2004, p. 107). Os três paradigmas afiguram-se adequados ao YouTube como domínio de arquivos, nos sentidos de território e comando: “... paradigmas do trabalho coletivo, do fluxo e do uso” (Le Coadic, 2004, p. 107).

Por ser o acervo de imagens e sons do YouTube um dispositivo que se origina de múltiplas contribuições, sem centro e sem hierarquia, disponível para reapropriações e constituído como “obra aberta”, seria um exemplo de paradigma do trabalho coletivo – “... hoje, a vida profissional organiza-se cada vez mais pela organização em rede de pessoas e computadores” (Le Coadic, 2004, p. 108).

Pelo fato do YouTube ter uma estrutura que se move por diversos atalhos, e que solicita de quem apropria uma postura crítica para controlar o que lhe interessa, seria um exemplo de paradigma do fluxo – “... a mudança de suporte fez multiplicar e armazenar informações quase ao infinito, de modo que se trata agora de gerenciar fluxos ininterruptos [...] e captar a informação relevante” (Le Coadic, p. 109, 2004).

Ao fazer do consumidor da informação também um produtor da informação, criando assim, desta interface flutuante, um mediador de fato dos fenômenos informacionais, o YouTube seria um paradigma

do uso – “... a revolução que afeta o atual momento do ciclo permite perceber a passagem progressiva da ênfase no documento para a ênfase na informação” (Le Coadic, 2004, p. 110).

Se a denominação found footage compreende primordialmente o campo da prática da produção de um filme, entendemos que esta terminologia também abarca o campo da teoria crítica de um método. Para realizar seu filme de reapropriação, o cineasta mobiliza não apenas sua perícia artística e técnica, mas ainda sua expertise crítica e teórica. Para escolher e editar imagens filmadas por outros, em outros tempos e outros espaços, o cineasta agencia seu repertório de informações culturais e sua competência de acesso aos arquivos.

Para retrabalhar as imagens com intevenções gráficas, texturas e efeitos visuais, o artista precisa mergulhar em seu repositório de conhecimentos sobre arte, cinema, história, ciências. Porque a reapropriação de arquivo demanda daqueles que nela se aventuram um saber a mais, por operarem entre disciplinas (arte, cinema, história, ciências) sem inocência, cientes de que sua formação educacional e repertório sensível-intelectual são fundamentais para dar um novo sentido a um material escavado de um arquivo carregado de sentidos originais e por vezes perdidos, para reimaginar a memória coletiva. Como fonte e fruto de conhecimento e informação, o found footage é chave pedagógica para um método.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo contemporâneo converteu-se num imenso banco de dados audiovisuais. Uma vez exaltado como expressão máxima do século 20 (Charney e Schwartz, 2004), o cinema tornou-se ao mesmo tempo imagem da modernidade para a arte contemporânea e simulacro de clichês para a vida cotidiana no século 21. E, sobretudo, referência de catalogação das coisas do mundo: fatos e gestos que moldaram o século passado codificaram-se como arquivo de imagens em movimentos à disposição para a mediação crítica.

Por trabalhar justamente o mundo como arquivo de informações e como um contínuo processo de mediação, o found footage apresenta-se sob a forma de um procedimento operacional apropriado para se entender os fenômenos da imagem, nos campos da mediação, dos meios audiovisuais, das tecnologias da informação e comunicação, das ciências da informação. Prioritariamente referido a uma forma ou gênero denominador de produção cinematográfica (que recicla, reedita e ressignifica imagens alheias), o found footage configura-se como um método crítico para os estudos da imagem.

Frente à saturação de signos informacionais em que submerge o mundo, a operação crítica do found footage é um procedimento simultaneamente de construção e de desconstrução da linguagem, de organização e de desorganização da informação. Vinculado à vanguarda do cinema, o gênero “experimental” do found footage caracteriza-se pela pesquisa de formas audiovisuais e pela experimentação com a linguagem, o que implica o desafio à sensibilidade e ao repertório do espectador, configurando-se como uma experiência de choque e desafio.

Por mimetizar potencialmente o mundo como arquivo, o YouTube mostra-se sob a forma de um dispositivo de feições pertinentes para acomodar essa imagem do mundo como banco de dados audiovisuais. Sua natureza aparentemente colaborativa e não hierarquizada já é desorganização da informação. A miragem do poder da corporação capitalista não se dissipa no horizonte e é uma imagem real de domínio. Aquela natureza colaborativa e não hierarquizada, própria da interação gerada pela situação de redes sociais, poderia sugerir um espaço idealizado de construção e difusão da memória coletiva.

Se o found footage é um método de análise do mundo, o YouTube é uma alegoria do estado da arte do mundo. Como o conhecimento pode se atualizar para entender uma nova imagem do mundo talhada pelas tecnologias da informação e comunicação? Como os novos arquivos da era digital são reapropriados pelos expedientes da organização da informação? Como se dá a organização da informação segundo o

found footage e o YouTube? Como a mediação implica um processo contínuo de organização e desorganização da informação?

Uma sugestão seria recorrer às formas da arte para se encontrar um modo de análise. No caso, a partir do filme *Sem título # 3: E para que poetas em tempo de pobreza?*, a proposta foi tomar o cinema de reapropriação de arquivo – found footage – como um método crítico, pertinente à configuração e às exigências do mundo presente. Crítico como um termo aplicado ao ofício e ao exercício da crítica, mas também como um termo que defina uma posição de espanto e uma situação de crise mesmo, diante de um mundo também em crise, que desafia tanto nossa sobrevivência como nossa compreensão.

6. REFERÊNCIAS

- Adriano, C. (2015a). Found footage (I): o encanto do encontro. *Revista Laika*, [online] (3)5, pp. 1-2. Disponível em: <<http://www.revistalaika.org/found-footage-i-carlos-adriano>>. (2016-05-05)
- Adriano, C. (2015b). Found footage (II): o assombro das so(m)bras. *Revista Laika*, [online] (3) 6, pp.1. Disponível em: <<http://www.revistalaika.org/found-footage-ii-o-assombro-das-sombras-carlos-adriano>>. (2016-05-05).
- Almeida, M. A. (2009). Informação, tecnologia e mediações culturais. *Perspectivas em Ciência da Informação*, (14), número especial, p. 184-200.
- Almeida Júnior, O. F. (2009). Mediação da informação e múltiplas linguagens. *Tendências da pesquisa brasileira em ciência da informação*, [online] (2) 1, pp. 89-103, Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/17/39>>. (2016 – 05-05).
- Almeida Júnior, O. F. (2015). Mediação da informação: um conceito atualizado. In: S. Bortolin, J. A. Santos Neto e R. J. Silva. *Mediação oral da informação e da leitura*. Londrina: Abecin.
- Araújo, C. A. Á (2014). *Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível*. Brasília: Briquet de Lemos.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Borges, J. L. (2001). *Prologos de la Biblioteca de Babel*. Madrid: Alianza.
- Brenez, N.; Chodorov, P. (2015). Cartografia do found footage. *Revista Laika*, [online] (3) 5, pp.3 Disponível em: <<http://www.revistalaika.org/cartografia-do-found-footage-nicole-brenez-e-pip-chodorov>>. (2016 – 05-05).
- Campos, A. de (2015). *Outro*. São Paulo: Perspectiva.
- Castro Filho, C. M. (2011). Blogues sobre biblioteca escolar. In: L. M. S, Romão e F. C. S. Galli. *Rede eletrônica: sentidos e(m) movimento*. São Carlos: Pedro & João. pp.143-152.
- Charney, L. e Schwartz, V. R. (2004). *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac & Naify.
- Cordeiro, R. I. de N. (2013). Análise de imagens e filmes: alguns princípios para sua indexação e recuperação. *Ponto de Acesso*, [online] (7) 1, pp. 67-80, abr. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/8136/%205808>>. (2016-05-06).
- Didi-Huberman, G. (2013). *A imagem sobrevivente: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg*. Rio de Janeiro: Contraponto.

- Fagerjorda, A. (2010). After convergence: YouTube and remix culture. In: J. Hunsinger, L. Klastrup e M. Allen. *International handbook of internet research*. New York: Springer, p. 187-200.
- Ferreira, L. E.; Almeida Júnior, O. F. (2013). A mediação da informação no âmbito da arquivística. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, (18) 1, pp. 158-167.
- Fonseca, M. O. (2015). *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: FGV.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Grusin, R. (2009). YouTube at the End of New Media. In: P. Sinickars e P. Vonderau. *The YouTube reader*. Estocolmo: National Library of Sweden, pp. 60-67.
- Huret, J. (1891). *Enquête sur l'évolution littéraire*. Paris: Bibliothèque Charpentier.
- Le Coadic, Y.-F. (2004). *A ciência da informação*. Brasília: Briquet de Lemos.
- Lovink, G. (2008). The art of watching databases: introduction to the Video Vortex Reader. In: G. Lovink e S. Niederer. *The Video Vortex Reader: responses to YouTube*. Amsterdam: Institute of Network Cultures, pp. 120-132.
- Paes, M. L. (2002). *Arquivo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: FGV.
- Pessoa, F. (1934). *Mensagem*. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira.
- Pignatari, D. (1979). *Semiótica & literatura: icônico e verbal, oriente e ocidente*. São Paulo: Cortez & Moraes.
- Rosa, C. A. J. de (2008). *O mutoscópio explica a invenção do pensamento de Santos Dumont: cinema experimental de reapropriação de arquivo em forma digital*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo (Escola de Comunicações e Artes).
- Schaafer, M. T. e Kessler, F. (2009). Navigating YouTube: constituting a hybrid information management system. In: P. Snickars; P. Vonderau. *The YouTube reader*. Estocolmo: National Library of Sweden, pp. 275-291.
- Snickars, P. (2009); Vonderaru, P. (2009). *The YouTube reader*. Estocolmo: National Library of Sweden.
- Yin, R. K. (2015). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.
- Wiener, N. (1968). *Cibernética e sociedade*. São Paulo: Cultrix.

EVOLUCIÓN EN LA PRODUCCIÓN DE LAS TESIS DOCTORALES ESPAÑOLAS EN CRIMINOLOGÍA

José Carlos Toro y Yolanda Martín

Universidad de Salamanca

Resumen

Los estudios en Criminología en España han tenido un éxito y evolución constantes. Se iniciaron como títulos propios en diferentes universidades, a las que se fueron uniendo muchas otras. Finalmente fueron surgiendo como licenciaturas de segundo ciclo y posteriormente, con la adaptación al Espacio Europeo de Educación Superior, se convirtieron en Grados universitarios en el curso 2009-2010. En un principio fueron cinco las universidades que empezaron a impartir esta titulación a las que se fueron sumando incesantemente otras instituciones académicas españolas. Como era de esperar, esta evolución en la oferta y la demanda de estos estudios, supone que hayan ido apareciendo distintos másteres especializados y programas de doctorado. Además, debido al carácter interdisciplinar de esta ciencia, existen titulados en otros grados como Derecho, interesados en la misma. Nuestro estudio pretende corroborar si esta evolución y creciente interés ha tenido un fiel reflejo en la producción y defensa de tesis doctorales que de una manera u otra recojan algún aspecto relacionado con la Criminología, en el ámbito de las universidades españolas. Para ello se ha llevado a cabo en primer lugar, un estudio cuantitativo de aquellas tesis doctorales que traten directa o tangencialmente algún aspecto criminológico durante los últimos once cursos académicos, desde el 2004-2005 que fue cuando se puso en marcha la licenciatura de segundo ciclo en Criminología, hasta el 2014-2015, último curso académico del que podíamos recoger los datos en la fecha de realización del estudio. En segundo lugar, la muestra recogida ha sido también analizada desde otros puntos de vista con el fin de ofrecer un perfil más concreto de este tipo de trabajos.

Palabras clave: Criminología, Tesis Doctorales, Investigación, España

Abstract

Studies in Criminology in Spain have had a constant success and evolution. That studies began as proper title at different universities, then followed many others. Finally emerging as second-cycle degree and later with adaptation to European Higher Education Area, became university degrees in 2009-2010. Initially there were five universities began to teach this degree to which were incessantly adding other Spanish academic institutions. As expected, this evolution in supply and demand of these studies, is that different specialized masters and doctoral programs have been appearing. In addition, because of the interdisciplinary nature of this science, there are graduates in other degrees such as Law, interested in Criminology.

Our study aims to confirm whether this development and increasing interest has had a true reflection in the production and defense of doctoral theses with the primary or secondary topic about criminology, in the Spanish universities. First, a quantitative study of doctoral theses those that directly or tangentially about some criminological aspect for the past eleven academic years from 2004-2005 was when started the second-cycle degree in Criminology, until 2014-2015, last academic year we could collect data on the date of the study. Second, the collected sample was also analyzed from other points of view in order to provide a more concrete of this type of academicians works.

Keywords: Criminology, Doctoral Thesis, Research, Spain

1. INTRODUCCIÓN

El interés por la Criminología en España surge a finales del siglo XIX. Tal como afirma Serrano Gómez (Gómez y Maíllo, 2007) en 1899, Giner de los Ríos, profesor de Filosofía del Derecho de la Universidad de Madrid, con la colaboración de Rafael Salillas, funda en Madrid el Laboratorio de Criminología o Seminario de Criminología, que impartirá una serie de cursos y seminarios durante dos cursos académicos. Posteriormente se creó la Escuela de Criminología que empezó a impartir cursos en 1906 bajo la dirección de Salillas. Todos ellos siguiendo las directrices del criminólogo italiano Cesare Lombroso. Fue una escuela pionera a nivel internacional hasta que en 1927 cesó en su actividad mediante el Real Decreto Ley de 17 de diciembre de 1926. En principio se decidió reorganizar la Escuela, algo que finalmente no sucedería, ya que fue sustituida por el Instituto de Estudios Penales creado por Jiménez de Asúa y Antón Oneca y que dependía del Ministerio de Justicia. En 1935 se vuelve a reestablecer la Escuela de Criminología que sustituye al Instituto anterior, aunque únicamente estará vigente un año. En 1940 se suprimen oficialmente todas estas instituciones, creando la Escuela de Estudios Penitenciarios por Decreto de 18 de mayo de 1940, en donde se reclama la colaboración de la Universidad de Madrid y su Facultad de Derecho. Aunque tal como afirma el propio Serrano Gómez (Gómez y Maíllo, 2007), esa colaboración que fue efectiva en un principio, poco a poco se fue disolviendo.

En 1955, la Universidad de Barcelona crea la Escuela de Criminología, mediante Orden de 21 de enero de 1955 del Ministerio de Educación Nacional. Fue la génesis del posterior Instituto de Criminología de la citada institución. Es en esta fecha cuando podemos considerar que se imparten los primeros cursos universitarios relacionados con la Criminología, impartándose títulos propios a los que se accedía mediante prueba de acceso y los alumnos recibían al acabar sus estudios el título de Graduado.

En 1964, en el seno de la Facultad de Derecho de la Universidad de Madrid, se crea el Instituto de Criminología en el que también se empiezan a impartir títulos propios con carácter de diplomatura.

A partir de esta fecha, son varias las universidades que crean organismos similares: La Universidad de Valencia en 1968, la Universidad del País Vasco crea su vigente Instituto Vasco de Criminología en 1978, Santiago de Compostela en ese mismo año presenta su Instituto de Criminología, y ya en 1990 nace el Instituto Andaluz Interuniversitario de Criminología, con cinco secciones radicadas en las universidades de Cádiz, Córdoba, Granada, Málaga y Sevilla. Todas estas universidades empezaron a impartir títulos oficiales propios dentro de sus enseñanzas.

Gracias al interés suscitado y al éxito de estos estudios, se implanta en el curso 2004-2005 la licenciatura de segundo ciclo en Criminología en la Universidad Autónoma de Barcelona, la Universidad de Barcelona, la Universidad de Girona y la Internacional de Catalunya.

Con la adaptación al Espacio Europeo de Educación Superior, y más concretamente en el curso 2009-2010, se empieza a impartir el Grado en Criminología en cinco universidades españolas: Universidad de Barcelona, Universidad de Murcia, Universidad Europea de Madrid, Universidad Pompeu Fabra y Universidad Autónoma de Barcelona. A estas cinco universidades se fueron sumando rápidamente otras que hicieron que se multiplicara notablemente el número de alumnos matriculados y graduados en esta titulación. De tal manera que ese interés hizo que España sea el país europeo con mayor número de estudiantes en Criminología, tal como se afirma en el Libro Blanco de la titulación (Giménez-Salinas i Colomer, E., 2008, p. 26).

Además del propio interés que despierta esta titulación en sí misma, hay dos características propias a esta disciplina que potencian su presencia en las universidades:

- Por un lado, el hecho de servir como titulación específica de acceso a los Cuerpos y Fuerzas de Seguridad, si bien sigue abierta la posibilidad de ingresar con cualquier otra titulación, es en el Grado en

Criminología donde se imparten los contenidos más adecuados para los procesos selectivos de ingreso en dichos Cuerpos.

- Por otro lado, el nuevo Régimen de Personal de la Policía Nacional (LO 9/2015, de 28 de julio) exige como nuevo requisito un grado universitario para el acceso a las categorías de Inspector tanto accediendo como promoción interna como el acceso externo (anteriormente valía con una diplomatura) y se plantea exigir esa misma obligación en otros Cuerpos y Fuerzas de Seguridad. Este requerimiento ha supuesto que hayan surgido Cursos de Adaptación al Grado en Criminología para aquellos profesionales que cuentan con un título propio de alguna universidad o una diplomatura universitaria y que en un año académico puedan obtener el Grado en Criminología, convalidando además un alto porcentaje de su carga académica mediante la experiencia profesional para aquellos alumnos en activo dentro de algún Cuerpo de Seguridad.

Como era de esperar, al amparo de esta evolución en la implantación de estos estudios, surgen nuevos másteres y programas de doctorado que permitan continuar la formación y especialización universitaria de estos titulados.

Teniendo en cuenta este creciente número de titulaciones y de estudios ofertados desde las universidades relativos al ámbito de la Criminología, nuestra investigación tiene como objetivo principal el comprobar si dicho crecimiento encuentra su correspondencia en la producción científica y más en concreto, en la elaboración de tesis doctorales presentadas sobre la materia.

Asimismo, y teniendo en cuenta el carácter interdisciplinar de la Criminología, a través de nuestro estudio pretendemos analizar otros aspectos derivados del objetivo principal como son:

- Averiguar cuáles son las universidades españolas que cuentan con una mayor producción de tesis doctorales en Criminología y localizar en qué departamentos universitarios se presentan.
- Identificar quiénes son los doctores que han dirigido tesis doctorales relacionadas con la Criminología y cuál ha sido su actividad como directores.
- Analizar los descriptores más utilizados a la hora de representar el contenido de estos trabajos académicos con el fin de poner de manifiesto la dificultad a la hora de localizarlos en las distintas bases de datos dispuestas para ello

Para poder llevar a cabo nuestro estudio, hemos realizado una recopilación de las tesis doctorales que versen sobre la Criminología o sobre algún aspecto de la misma, presentadas en las universidades españolas en un periodo de tiempo concreto. Para ello hemos tomado como fecha de referencia el curso académico 2004-2005 en el que se implantaron las primeras licenciaturas de segundo grado en Criminología, y concluyéndolo en el 2014-2015. De esta manera, tendremos una muestra de once cursos académicos en el que la situación de los estudios oficiales sobre Criminología ha ido evolucionando y multiplicándose notablemente.

2. METODOLOGÍA

Para realizar el presente estudio sobre producción y evolución de tesis doctorales sobre Criminología el primer paso fue establecer un protocolo y estrategia de búsqueda de los documentos objeto de nuestro estudio. En primer lugar, tuvimos que definir claramente nuestras necesidades informativas y criterios de búsqueda; posteriormente, seleccionar las fuentes más adecuadas para más tarde, elaborar las ecuaciones de búsqueda adaptándonos a las fuentes y a los criterios de búsqueda requeridos y, finalmente, gestionar, evaluar, y analizar los resultados obtenidos.

2.1 DEFINICIÓN DE LA ESTRATEGIA Y CRITERIOS DE BÚSQUEDA

Para la realización de nuestro trabajo teníamos delimitados claramente los criterios de búsqueda necesarios:

- Periodo cronológico: Desde el curso académico 2004-2005 hasta el 2014-2015
- Tipología documental: Tesis doctorales
- Área geográfica: Defendidas en universidades de España, tanto públicas como privadas.
- Temática: Criminología, tanto como materia principal como secundaria

Pretendíamos realizar una búsqueda retrospectiva lo más exhaustiva posible, intentado recuperar la totalidad de los documentos que pudieran responder a nuestras demandas utilizando para ello las fuentes de información que considerásemos más adecuadas.

2.2 SELECCIÓN DE LAS FUENTES DE INFORMACIÓN DE CONSULTA

En segundo lugar, había que decidir qué fuentes de información eran las más idóneas para continuar con nuestra estrategia de búsqueda:

1. La primera fuente que decidimos consultar fue Teseo ("Teseo," n.d.). Teseo es un proyecto de la Secretaria del Consejo de Universidades Españolas del actual Ministerio de Educación, Cultura y Deportes que pretende recoger todas aquellas tesis doctorales defendidas en universidades españolas. Para ello, las diferentes universidades proporcionan la información requerida para completar esta base de datos que contiene unas 200.000 tesis. Es cierto que ha recibido muchas críticas tanto por no estar contenidas todas las tesis doctorales defendidas en España, como por la tardanza de actualización de sus documentos (Blázquez Ochando, 2015. Además, como veremos más adelante, nosotros mismos pudimos comprobar cómo casi un 15% de las tesis de nuestro estudio no se encontraban en Teseo sino en otras fuentes. No obstante es cierto que ha sido la fuente donde hemos localizado el mayor número de tesis que no se encontraban en otras bases de datos.
2. La segunda fuente a consultar ha sido Dialnet, creada en la Universidad de La Rioja y que constituye uno de los mayores portales bibliográficos del mundo, cuyo principal cometido es dar mayor visibilidad a la literatura científica hispana. Entre otros recursos, mantiene una serie de bases de datos de contenidos científicos hispanos, entre los que destacan su base de tesis doctorales (Fundación Dialnet, n.d.). Dialnet atesora más de 48.000 tesis.
3. En tercer lugar decidimos realizar nuestras búsquedas en Recolecta o Recolector de Ciencia Abierta ("Recolecta," n.d.) que es una plataforma que agrupa a todos los repositorios científicos nacionales con el objetivo de crear una infraestructura nacional de repositorios científicos de acceso abierto. Hoy en día se pueden localizar cerca de 100.000 tesis doctorales defendidas en nuestro país. Al margen del apunte anterior decidimos realizar nuestras búsquedas en el repositorio colaborativo entre varias universidades de Tesis Doctorales en Red ("TDR (Tesis Doctorales en Red)," n.d.) que cuenta con cerca de 25.000 tesis y en el sistema de Gestión del Repositorio Documental de la Universidad de Salamanca, GREDOS ("Repositorio Documental de la Universidad de Salamanca," n.d.), que cuenta con más de 2.000 tesis.

2.3 EVALUACIÓN Y ANÁLISIS DE LOS RESULTADOS OBTENIDOS

Esta última fase del proceso se iba produciendo de forma paralela a los pasos anteriores. En cada una de las búsquedas íbamos analizando uno a uno los resultados obtenidos para comprobar que respondían a nuestros requerimientos y así ir almacenando o desechando determinados resultados.

Una vez evaluados los documentos, los íbamos incorporando al gestor de referencias bibliográficas Zotero ("Zotero," n.d.) que nos permitía almacenar todos los datos incluidos en las fichas de las tesis que íbamos recuperando y llevar un control exhaustivo de las mismas con un alto grado de normalización en los campos del nombre de universidades y departamentos, autores, y descriptores de cada una de las tesis. Con Zotero pudimos realizar filtrados y consultas para su ulterior análisis. Bien es cierto que cuando ya tuvimos la muestra total de las 134 tesis, exportamos todos los datos a una hoja de cálculo para aumentar las posibilidades de análisis y filtrado de los datos obtenidos para un estudio más amplio y exhaustivo.

El objetivo fundamental del trabajo era analizar la evolución de las tesis doctorales presentadas durante los 11 últimos cursos académicos. Pero no queríamos dejar pasar la oportunidad de realizar otro tipo de estudios como analizar la muestra en función de las universidades en las que se presentaron, los departamentos, los directores de los trabajos y los descriptores utilizados. Todos estos estudios se desarrollan en el siguiente capítulo del trabajo.

3. RESULTADOS

Ponemos de manifiesto una vez más el carácter interdisciplinar de esta ciencia que a la luz de los resultados obtenidos comprobaremos fehacientemente. Por esta razón encontraremos tesis defendidas en departamentos relacionados con el Derecho, las más habituales, como otras tesis, cuyo tema fundamental no es la Criminología aunque sí que tratan tangencialmente algún aspecto de la misma, y que aporta novedades en este campo científico, y que han sido presentadas en departamentos diversos como del ámbito de la Historia, Educación, Economía, Filología, Psicología y Psiquiatría e Informática.

3.1 EVOLUCIÓN POR CURSOS ACADÉMICOS

Como hemos anticipado, una vez llevada a cabo la estrategia de búsqueda y el análisis de los resultados, respecto al periodo de tiempo elegido, obtuvimos una muestra final de 134 tesis doctorales del ámbito de la Criminología.

Uno de los objetivos fundamentales de este trabajo de investigación era comprobar si la puesta en marcha y el creciente interés en los estudios relacionados con la Criminología con el consiguiente aumento de alumnado ha tenido repercusión en la cantidad de tesis doctorales defendidas en las diferentes universidades españolas y si esa evolución nos muestra una consolidación importante en este ámbito de estudio sin que suponga una moda pasajera. Para ello hemos realizado un estudio cronológico de las 134 tesis doctorales recuperadas, tomando en cuenta cursos académicos y no años naturales, para estudiar dicha evolución.

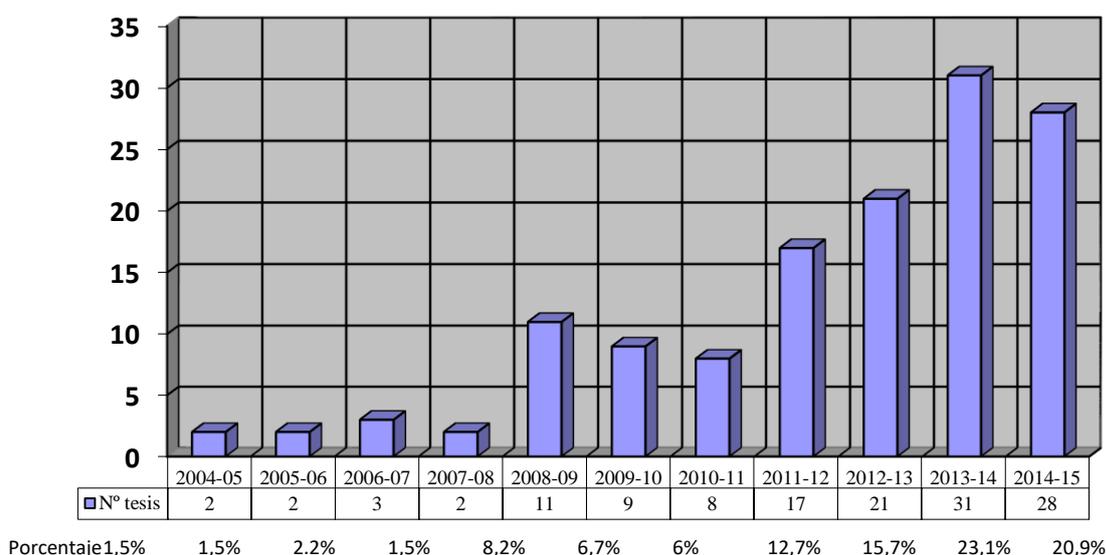
Hemos corroborado que la expansión de los estudios reglados de Criminología, la multiplicación de centros de impartición y el aumento incesante de alumnos sí que ha tenido un claro reflejo en la producción científica de tesis doctorales. Prácticamente en todos los cursos académicos estudiados, ha habido un mayor número de tesis defendidas que en el anterior, salvo alguna pequeña excepción que comprobaremos más adelante y que hemos recogido en la Gráfica 1.

Durante el mencionado curso 2004-2005, aun no habiendo licenciados en Criminología ya que se acababan de implantar dichos estudios, se defendieron 2 tesis doctorales de las recuperadas en nuestra muestra. El mismo número que se defenderían el curso académico siguiente. Durante el 2006-2007 se aumentó a 3 tesis doctorales, bajando nuevamente a dos el ejercicio posterior.

El aumento más considerable fue en el 2008-2009, en donde nos encontramos que fueron 11 las tesis defendidas. Un claro indicio del volumen de alumnos ya titulados con la licenciatura de segundo grado, cuya primera promoción se tituló en junio de 2006.

Durante el curso siguiente se defendieron nueve tesis doctorales, reduciéndose a 8 en el 2010-2011. Desde el mencionado curso académico en adelante, se produce una enorme producción de tesis en las distintas universidades, dejando bien claro ese incesante interés y aumento de número de alumnos titulados en la materia, unido al inicio de los estudios de grado que se produjo en el curso académico 2009-2010. Así durante el curso 2011-2012 se defendieron 17 tesis, en el 2012-2013 fueron 21, en el curso 2013-2014 la cantidad aumenta a 31 tesis y, finalmente, en el último curso analizado, el 2014-2015 constatamos 28 tesis doctorales defendidas, y podíamos dudar de que se hayan defendido algunas otras que aún o hayan sido incluidas en las fuentes de información consultadas.

De esta manera, y a modo de conclusión, podemos observar que de las 134 tesis recuperadas, algo más del 72% de las mismas se han defendido en los últimos cuatro cursos académicos. Y el 27 % restante, en los primeros 7 cursos académicos estudiados. Es evidente cómo se está multiplicando la realización de tesis doctorales y la consolidación como materia de estudio y de investigación, tal como podemos comprobar en la Gráfica 1.



GRÁFICA 1. NÚMERO Y PORCENTAJE DE TESIS DOCTORALES DEFENDIDAS EN UNIVERSIDADES ESPAÑOLAS PORCURSOS ACADÉMICOS

3.2 ESTUDIO POR UNIVERSIDADES

Las 134 tesis recogidas como muestra han sido defendidas en un total de 38 universidades, con una distribución muy desigual, tal como podemos observar en la Tabla I.

Hay dos universidades que destacan sobre el resto: Universidad de Murcia y la Universidad Nacional de Educación a Distancia, UNED. En ambos casos se han presentado 12 tesis doctorales del total. De todas formas, queremos destacar la diferencia entre ambas instituciones académicas: Por un lado, la Universidad de Murcia fue una de las 5 universidades españolas, junto a la Universidad de Barcelona, Europea de Madrid, Pompeu Fabra y Autónoma de Madrid que ofrecieron el Grado en Criminología por primera vez en el curso 2009-2010. También fue una de las cinco universidades que ofreció en primer lugar la licenciatura de segundo grado en el curso 2004-2005. Es innegable por tanto la tradición criminológica en esta institución académica. Por otro lado, la UNED nunca ha ofertado el grado, ni la

antigua licenciatura ya extinta, sino un título propio de Experto en Criminología y la licenciatura y posterior grado en Derecho.

Hay dos universidades en las que se han presentado 9 tesis: la Universidad de Salamanca y la Universidad de Granada. En este caso, ambas tienen una larga tradición en estudios sobre Criminología. En la Universidad de Salamanca, además de impartirse el grado desde el curso 2012-2013 y el Curso de Adaptación al Grado un curso después, ha sido fundamental su Instituto de Ciencias de la Seguridad, CISE, que ha estado impartiendo títulos propios del ámbito de la Criminología desde el año 1996. Por su parte, la Universidad de Granada fue una de las cinco secciones fundadoras del Instituto Andaluz Interuniversitario de Criminología en el año 1990, y actualmente imparte el grado oficial.

Universidad	Tesis	Porcentaje
Murcia	12	9,0%
UNED	12	9,0%
Salamanca	9	6,7%
Granada	9	6,7%
Pompeu Fabra	8	6,0%
Autónoma de Barcelona	7	5,2%
Barcelona	7	5,2%
Sevilla	6	4,5%
Valencia	6	4,5%
Camilo José Cela	5	3,7%
Castilla-La Mancha	5	3,7%
Málaga	4	3,0%
País Vasco	4	3,0%
Jaume I de Castellón	4	3,0%
Pablo de Olavide	4	3,0%
Autónoma de Madrid	3	2,2%
Alicante	3	2,2%
Miguel Hernández de Elche	3	2,2%
Carlos III de Madrid	2	1,5%
Complutense de Madrid	2	1,5%
A Coruña	2	1,5%
Resto (17 universidades)	17	12,7%

TABLA I. TESIS DOCTORALES PRESENTADAS POR UNIVERSIDADES

3.3 ESTUDIO POR DEPARTAMENTOS

Apelando de nuevo al carácter interdisciplinar de la Criminología, hemos considerado necesario ampliar el apartado anterior especificando los departamentos en los que se han presentado las distintas tesis doctorales. En algún caso observaremos como la totalidad de los trabajos presentados en la misma universidad lo han hecho en aquellos departamentos relacionados con las Ciencias Jurídicas, como es el caso de las 12 defendidas en la Universidad Nacional de Educación a Distancia. En otros casos hay una enorme variedad de departamentos en los que se han tramitado estos trabajos académicos.

Evidentemente los que mayor presencia tienen son aquellos relacionados con las Ciencias Jurídicas, con un total de 88 trabajos presentados en estos departamentos, más del 65% del total. En muchos casos especializados en alguna rama concreta del Derecho y reciben denominaciones diversas incluso, en algunos casos, añadiendo el ámbito de la Criminología a su nombre.

En segundo lugar, aparecen departamentos relacionados con la Psicología. Área del conocimiento imprescindible y de obligada presencia en cualquier titulación criminológica. Hemos identificado 15 trabajos del total, un 11,2%.

Posteriormente se identifican 7 tesis doctorales presentadas en departamentos de Historia, en casi todos los casos tratando temas criminológicos desde un punto de vista histórico.

Los 24 trabajos restantes se han presentado en departamentos diversos, relacionados con la Antropología, Sociología, Ciencias de la Educación, Psiquiatría, Zoología, Ciencias Biosanitarias, Ciencias Políticas, Ciencias Económicas, Tecnología Informática, e incluso Traducción e Interpretación, tratando la tarea de los intérpretes con reclusos extranjeros.

Departamentos: Área del conocimiento	Tesis	Porcentaje
Ciencias Jurídicas	88	65,7%
Psicología	15	11,2%
Historia	7	5,2%
Ciencias Económicas	3	2,2%
Ciencias de la Educación	3	2,2%
Otros	18	13,4%

Tabla II. Tesis doctorales presentadas por departamentos /áreas científicas

3.4 ESTUDIOS DE LOS DIRECTORES DE LAS TESIS

Nos ha parecido importante recoger los datos referidos a la dirección de las tesis recogidas en nuestra muestra en dos sentidos, tanto en la cantidad de directores de cada una de las tesis, como en la concurrencia de directores.

Una variable que hemos querido estudiar ha sido el hecho de la de la codirección de estos trabajos. Volvemos a insistir en el carácter multidisciplinar de la Criminología lo que nos lleva a constatar que una gran cantidad de tesis doctorales han sido codirigidas, producto de la revisión del trabajo por especialistas en diferentes disciplinas con la Criminología como nexo de unión. De esta manera, el 62% de las tesis recogidas, 83 en total, han sido dirigidas por un único Doctor. Mientras que el 37% de las mismas, 50 trabajos, figuran dos directores. Finalmente hemos encontrado 3 tesis doctorales, el 2,2%, que han sido dirigidas por tres académicos.

Queríamos poner también en relieve aquellos directores que han sido responsables de varias tesis doctorales. En este sentido destaca especialmente Alfonso Serrano Maíllo, profesor titular del departamento de Derecho Penal y Criminología de la UNED y reconocido especialista en la materia y autor de un sinnúmero de publicaciones sobre el tema. Por un lado, ha sido el director que mayor número de tesis de las recogidas ha dirigido con 4 en total. Además, todas ellas como único director. Y, por último, destaca el hecho de que la UNED, universidad donde ejerce su docencia principal, no ofrece el título oficial de Grado en Criminología, sino que se limita a un Curso de Experto Universitario en Criminología, que él mismo dirige desde sus inicios. Bien es cierto que en su bagaje profesional figura la docencia en las academias de formación de la Guardia Civil y en alguna otra universidad extranjera.

Como directores de 3 tesis doctorales aparecen 6 doctores: Elena Larrauri (Universidad Pompeu Fabra), Fernando Miro (Universidad Miguel Hernández), David Morillas (Universidad de Murcia), Miguel Polaino (Universidad de Sevilla), Cristina Rechea (Universidad de Castilla-La Mancha) y Jesús María Silva (Universidad Pompeu Fabra). De ellos, Miro, Polaino y Silva las han dirigido de manera individual.

Dirigiendo dos tesis doctorales hemos reconocido 15 directores. Finalmente, un total de 136 doctores aparecen dirigiendo una tesis doctoral, 50 de manera individual y los 86 restantes participando en la codirección de alguna de las tesis recogidas.

3.5 ESTUDIO DE LOS DESCRIPTORES EMPLEADOS

Por último, hemos llevado a cabo un estudio de los descriptores empleados en las tesis recuperadas. Volvemos a comprobar la variedad de temáticas abordadas que confluyen en la Criminología. Antes de llevarla a cabo hay que detallar una serie de consideraciones que afectan directamente a este análisis:

Tenemos que señalar que cada base de datos tiene su propio sistema de asignación de descriptores. En casi todos los casos es el propio autor quien los selecciona a veces partiendo de un listado preestablecido de términos, como ocurren en Teseo que ofrece la lista de términos de clasificación de la UNESCO de seis dígitos para hacer esa indización del contenido de las tesis que asigna el propio autor. También en repositorios como GREDOS de la Universidad de Salamanca, es el propio autor el que introduce los descriptores en lenguaje natural, sin listas preestablecida de términos. En otros casos, como en la base de datos Recolecta, al ser un recolector, recoge los datos de los repositorios que contiene, descriptores incluidos. Este caso también ocurre en Dialnet, aunque en esta base de datos hay varias categorías para describir el contenido de la tesis: desde los propios descriptores de la UNESCO, una serie de categorías y subcategorías y un apartado para indicar las palabras clave del documento que importa directamente de las fuentes de donde importa las descripciones de las tesis.

Estas características intrínsecas a cada fuente de información consultada, hace que una clasificación de descriptores encontrados en las tesis no sea un índice con la mejor normalización y objetivación deseada, ya que no son coincidentes ni la forma de asignarlos ni el propio sistema de clasificación ni la redacción de los propios términos de una fuente a otra. Aun así, hemos considerado oportuno aportar una tabla completa con todos los descriptores que aparecen en la muestra de nuestro estudio y que incluimos en el anexo II. Se ha hecho una clasificación general por orden de concurrencia, indicando también en qué fuente aparecía, en qué cantidad.

El término más utilizado ha sido el de Derecho Penal, que aparece en 68 de nuestros documentos. En este caso es un término que aparece tanto en la base de datos Teseo, con 55 tesis que lo contienen, en Dialnet, con 12, y en GREDOS, con 1.

El segundo descriptor con más concurrencia es el de Criminalidad, al ser el reconocido por la UNESCO para describir documentos relacionados con la Criminología y utilizado en Teseo. Por tanto, las 46 tesis que lo contienen son todas recuperadas de Teseo. Complementando a este descriptor, encontramos el de Criminología, que aparece en 7 documentos recuperados en Recolecta.

En tercer lugar, el descriptor de Delincuencia, caso idéntico al anterior. Lo encontramos en 20 documentos, todos ellos recuperados en Teseo.

A continuación, nos encontramos con Ciencias Jurídicas, término general empleado en la base de datos Dialnet para describir a 18 de nuestras tesis doctorales. En este caso vemos que el siguiente descriptor más utilizado es el de Ciencias Jurídicas y Derecho, que recupera 9 documentos de nuestra muestra en Teseo.

Posteriormente hay todo tipo de descriptores. Aparecen una gran cantidad de las diferentes ramas del Derecho: Derecho Administrativo, Procesal, Constitucional, Público, etc. Observaremos en la tabla del Anexo II un fiel reflejo de la variedad temática de las tesis doctorales recuperadas: descriptores relacionados con las Ciencias Sociales, Historia, Filología, Informática, etc.

4. CONCLUSIONES

A la vista de las investigaciones realizadas y con los datos recabados hemos observado claramente como hay un lógico aumento exponencial en cuanto a la elaboración de tesis doctorales relacionadas con la Criminología. De tal manera, de las 134 tesis defendidas en los últimos once cursos académicos, al menos el 72% han sido presentadas en los últimos cuatro cursos académicos. También pensamos que este aumento en la producción de este tipo de trabajos académicos irá en aumento en los próximos años debido a la incesante demanda por parte de los alumnos, tanto del Grado como másteres especializados y programas de doctorado.

Es evidente el carácter interdisciplinar del Grado en Criminología, tanto en la variedad de aspectos criminológicos abordados en las tesis analizadas, como los departamentos universitarios en donde son presentados como en la gran cantidad de codirecciones que nos pueden mostrar la unión de varios especialistas en distintas materias a la hora de dirigir un trabajo de este tipo.

Hemos constatado también las dificultades a la hora de recuperar tesis doctorales. Si bien hay en marcha numerosos proyectos como la base de datos Teseo, el recolector de ciencia abierta Recolecta o el portal bibliográfico Dialnet, hoy en día no existe una fuente de información lo suficientemente exhaustiva para que se convierta en un lugar dónde poder recuperar todos los trabajos presentados en nuestro país.

5. BIBLIOGRAFÍA

Blázquez Ochando, M., (10 de noviembre de 2015). Base de datos TESEO. Primeros datos. Mblazquez.es [blog]. Disponible en: <http://mblazquez.es/base-de-datos-teseo-primeros-datos/> [Consultado el 8 de septiembre de 2016].

Fundación Dialnet. Qué es Dialnet [página web]. Disponible en: <https://dialnet.unirioja.es/info/ayuda/qe> [Consultado el 30 de agosto de 2016]

Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología. Recolecta [Base de datos]. Disponible en: <http://recolecta.fecyt.es/> [Consultado el 28 de agosto de 2016]

Giménez-Salinas i Colomer, E. coord., (2008). Libro Blanco sobre el título del Grado en Criminología [en línea]. Disponible en: http://www.criminologia.net/pdf/observatorio/libro_blanco_actualizado.pdf [Consultado el 5 de septiembre de 2016]

Serrano Gómez, A, Serrano Maíllo, S., (2007). Historia de la Criminología en España. Madrid: Dykinson.

TDR (Tesis Doctorales en Red) [página web], n.d. Disponible en: <http://www.tesisenred.net/> [Consultado el 25 de agosto de 2016].

Teseo [página web], n.d. Disponible en: <https://www.educacion.gob.es/teseo> [Consultado el 23 de agosto de 2016].

Universidad de Salamanca. Repositorio Documental de la Universidad de Salamanca [página web], n.d. Disponible en: <http://gredos.usal.es/jspui/> [Consultado el 30 de agosto de 2016]

Zotero, (2006) [programa de ordenador]. Disponible en: <https://www.zotero.org/>

A PRESENÇA DE RECURSOS DA WEB 2.0 NOS SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO DE BIBLIOTECAS (SAB): UMA SUGESTÃO DE INTERFACE

Marcelo Bezerra Da Silva, Luana Gomes Días, Hallison Phelipe Lopes de Catro y Zeny Duarte de Miranda

Resumo

Investiga a aplicação de recursos da Web 2.0 nos ambientes digitais intitulados Sistemas de Automação de Biblioteca (SAB), levando-se em consideração os paradigmas proprietário e livre. Conceitua a Web 2.0 como um espaço social caracterizado pelo aspecto colaborativo segundo as ações de produção, disseminação e compartilhamento de informação e conhecimento, nascido em 2004 durante uma conferência de Brainstorming, teve o termo cunhado pela editora O'Reilly e pela MediaLivre International. Conceitua o SAB de paradigma proprietário como aquele utilizado por Instituições que compram os direitos de uso mediante algum tipo de cobrança, com taxa, mensalidade, entre outros, enquanto que a vertente livre pode ser freeware, também chamado de gratuito, ou open source (código-aberto), conhecido propriamente como livre. Tem-se como objetivo geral analisar o uso de recursos da Web 2.0 nos SAB. Formaliza-se por uma metodologia constituída pelas técnicas de pesquisa exploratória e bibliográfica, pela abordagem qualitativa de coleta de dados e pelos seguintes campos de estudo: ambientes da Web 2.0, SophiA e Aleph (sistemas proprietários), e Biblivre (sistema livre), especificamente a versão 4.1.8. Identifica o SAB proprietário SophiA como o único exemplo que adota recursos da Web 2.0 entre os sistemas estudados a partir das seguintes características: avaliação dos itens (materiais), guarda de favoritos e link para compartilhar o registro da obra no Twitter. Resulta também, por meio de testes no software livre Biblivre, as seguintes sugestões de melhorias no sistema baseadas na inteligência coletiva: recomendações customizadas, espaços de interação e compartilhamento nas redes sociais, “nuvem de tags”, buscas intuitivas e facetadas, além de permitir ao usuário “taguear”, avaliar, “favoritar” e comentar registros. Conclui-se que os profissionais da informação precisam estar atentos aos preceitos da Web 2.0 com fins de adotar SAB centrados no usuário e assim tirando proveito da inteligência coletiva para o funcionamento de um sistema intuitivo, colaborativo e personalizado.

Palavra-chave: Sistema de Automação de Bibliotecas – SAB. Web 2.0. Software livre. Software proprietário. Biblivre

Abstract

Investigates the use of Web 2.0 resources in digital environments titled Library Automation Systems (LAS), taking into account the paradigms proprietary and free. Conceptualizes Web 2.0 as a social space characterized by collaborative aspect according to the production of actions, dissemination and sharing of information and knowledge, born in 2004 during a brainstorming conference and having the term coined by O'Reilly and the MediaLivre International. Conceptualizes the paradigm proprietary LAS as that used by institutions that buy the rights to use by some type of charge, rate, monthly, while the free strand can be freeware, also called free or open source, known properly as free. It has as main objective to analyze the use of Web 2.0 resources in the LAS. Formalizes by a methodology consists of the techniques of exploratory and bibliographical research, the qualitative approach to data collection and the following fields of study: Web 2.0 environments, sophia and Aleph (proprietary systems), and Biblivre (free system), specifically version 4.1.8. Identifies the LAS Sophia as the only example that adopts Web 2.0 capabilities

between systems studied as evaluation of the items (materials), guard of favorites and link to share the record of the work on Twitter. Also shows how results, by testing in Biblivre software, the following suggestions for improvements in the system based on collective intelligence: customized recommendations, spaces for interaction and sharing on social networks, tag cloud, search intuitive and faceted, and allows tagging, evaluate, favorite and comments records. Concludes that information professionals need to be aware of the principles of Web 2.0 for purposes of adopting LAS user-centric and thus taking advantage of the collective intelligence for the operation of an intuitive, collaborative and customized system.

Keywords: Library Automation Systems – LAS. Web 2.0. Free software. Proprietary software. Biblivre.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, com a crescente evolução das tecnologias de informação e comunicação (TIC), surgiram novas possibilidades de organização, acesso e disseminação da informação. Com destaque à Internet é possível ver uma mudança de paradigma nas mais diversas práticas sociais, em ambientes digitais, impulsionada pela chamada Web 2.0, ou Web social, espaço caracterizado pelo aspecto colaborativo segundo as ações de produção, disseminação e compartilhamento de informação e conhecimento.

Direcionando o cenário apresentado ao contexto da biblioteconomia ressalta-se o uso de ferramentas voltadas a produção e compartilhamento de informação e de um ambiente que possa diminuir as barreiras entre usuários e bibliotecas. Neste caso, elencam-se os sistemas de automação de bibliotecas (SAB) diante da carência de estudos sobre a aplicação de recursos Web 2.0 em suas estruturas, fazendo-se necessário entender como a biblioteconomia chegaria a um modelo de SAB 2.0. Para tanto, busca-se responder as seguintes perguntas de pesquisa: Quais são os SAB que usam recursos da Web 2.0 de acordo com os paradigmas proprietário e livre? Quais são esses recursos? De que maneira esses recursos são adotados?

O objetivo geral foi analisar o uso de recursos da Web 2.0 nos SAB. Os específicos: elencar SAB à luz dos paradigmas de software proprietário e livre; identificar SAB que fazem uso de recursos da Web 2.0; listar recursos da Web 2.0 adotados pelos SAB selecionados; propor uma interface de SAB com recursos da Web 2.0 respeitando possíveis peculiaridades dos paradigmas de software. Portanto, o presente trabalho caminhou na proposição de uma interface para SAB de paradigma livre, utilizando-se de um software do tipo proprietário como objeto de análise. Com o fito apresentado, adotou-se uma metodologia constituída pelas técnicas de pesquisa exploratória e bibliográfica e abordagem qualitativa de coleta de dados. No que se refere aos serviços da Web 2.0 o trabalho adotou uma amostragem representada por ferramentas exploradas (navegação e uso), enquanto que os programas proprietários SophiA e Aleph, e o sistema livre Biblivre, versão 4.1.8, referem-se a amostragem dos SAB.

2. WEB 2.0

Conforme o desenvolvimento de recursos de software é possível constatar o uso de expressões referentes as versões 1.0, 1.1, 2.0, para representar atualizações. O mesmo ocorre com as fases da Web, iniciadas com uma proposta de Internet direcionada ao uso militar e acadêmico (universidades). Tempos depois, enfocada na disponibilização e leitura de conteúdos, surge a Web 1.0, a “[...] primeira geração da Web, e se caracteriza pela preocupação com sua própria construção, com o acesso aos recursos informacionais e com a questão comercializável por meio dos sites” (Santos e Alves, 2009). Em seguida temos a Web 2.0, ambiente que promulga a participação coletiva na produção de informação em redes de relacionamento. Ela nasce em 2004 durante uma conferência de Brainstorming¹. Nesse mesmo ano, a editora O’Reilly² e a MediaLivre International cunharam o termo Web 2.0. A referida conferência resultou no artigo “What is Web 2.0” popularizando a expressão 2.0³, passando a ser citada em diversos fóruns de discussão sobre a Web. O artigo apresenta a versão 2.0 comparando características e serviços com a versão Web 1.0.

A referida Web vai além do desenvolvimento de tecnologias de software. Ou seja, é uma mudança que passa do contexto top-down (de cima para baixo) para bottom-up (de baixo para cima). Na perspectiva top-down, os usuários são consumidores de serviços, não tendo influência sobre a produção e criação de

¹ Também conhecido como “tempestade de ideias”, o brainstorming é uma técnica usada para resolver problemas específicos, explorando o potencial de ideias de um grupo.

² Site: <http://www.oreilly.com/>

³ Tradução para o português: O que é a Web 2.0.

regras no ambiente Web. Já no panorama botton-up os usuários são agentes e ativos, partindo deles a criação e o compartilhamento de (novos) conteúdos. Para tanto, existem ferramentas que permitem a dinâmica botton-up, categorizados em serviços.

Diante da bibliografia levantada, elencamos os serviços de etiquetagem, tendo como exemplos: a ferramenta Delicius; o compartilhamento de arquivos, onde se destaca o BitTorrent; o fluxo de mídia, tendo como recursos o YouTube e o Netflix; o armazenamento em nuvem, exemplificado pelas ferramentas Google Drive e Dropbox; a produção de conteúdo, onde temos a Wikipédia e os blogs; as redes sociais com as ferramentas Facebook, Twitter e Instagram; o monitoramento em tempo real do comportamento do usuário, onde temos o Google Now, Waze e Google Maps, como exemplos; os serviços de feedback comumente encontrados nos aplicativos em geral e em Websites de e-commerce como Amazon e Submarino; a disseminação seletiva da informação (DSI), apresentando-se como exemplo do uso da tecnologia a Rich Site Summary (RSS) pela ferramenta Google FeedBurner.

As tecnologias baseadas na Web 2.0 são propositalmente intuitivas e interativas, permitindo maior independência dos usuários na navegação e descoberta de conteúdos, além do surgimento de novas formas de produção e uso da informação. São, sem dúvida, um “[...] grande atrativo aos usuários, permitindo que estes criem, modifiquem e compartilhe informações, além da criação de ambientes próprios através dos recursos de hipertexto” (Da Silva, 2010, p. 2).

O cerne dessa motivação está na representação e organização da informação na Web 2.0, intitulada de folksonomia, expressão oriunda da junção de folks (do inglês, pessoas) com nomia (do grego “nomos”, regra, lei, ordem) enquanto indexação livre e em linguagem natural no uso de tags (etiquetas). A partir da atribuição de tags, a organização da Web passa para as mãos (controle) dos usuários.

3. AUTOMAÇÃO

Na biblioteconomia, a automação caracteriza-se pela gestão da informação e dos serviços de biblioteca pelo uso de instrumentos tecnológicos, permitindo a melhoria do atendimento aos usuários e a otimização dos serviços da biblioteca a partir da escolha de um pacote de software, denominado de SAB, ou seja, “[...] uma ferramenta essencial no suporte a serviços eficazes para os clientes, gestão de acervos e, em geral, administração dos serviços prestados por bibliotecas e outras instituições que provêm acesso a coleções de documentos” (Rowley, 2002, p. 315).

Os SAB são um produto que permite a automação dos serviços prestados pela Instituição. Da Silva e Dias (2010, p. 4) destacam que “definir tal sistema não é tarefa das mais fáceis, mesmo porque a área da computação vive em constantes mudanças, especialmente quando falamos em software para automação em bibliotecas”. Portanto, para a tomada de decisão, além de conhecer os anseios da biblioteca, é importante compreender as características do SAB e seus paradigmas de desenvolvimento, a disponibilização e o uso, entre proprietário e livre.

Os recursos de software proprietários são aqueles utilizados por Instituições que compram os direitos de uso mediante algum tipo de cobrança, taxa ou mensalidade. Portanto, compra-se a licença de uso do software, já que tais programas, segundo Damasio e Ribeiro (2006, p. 75), “[...] possuem seu código fonte fechados e são de propriedade privada, geralmente, através do Copyright”. Da Silva e Dias (2010, p. 62) ressaltam que “esta licença varia de acordo com o tempo da sua assinatura e com os módulos adquiridos como o de classificação, de catalogação, e assim se equivale a todos os serviços existentes na biblioteca”.

Um exemplo de software proprietário aplicado aos serviços de biblioteca é o SophiA⁴. Criado em 1997, o SophiA é baseado nos padrões internacionais de catalogação para gerir suas coleções como Machine

⁴ Site: <http://www.portalsophia.com.br/>

Readable Catalogin 21 (MARC 21), International Organization for Standardization 2709 (ISO 2709), Protocolo Z39.50 (cliente e servidor), eXtensible Markup Language (XML) e Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting (OAI-PMH).

Outro exemplo de SAB é o sistema integrado de bibliotecas Aleph , desenvolvido pelo grupo Ex Libris ⁵. Entre outras funções relevantes do Aleph distingue-se o catálogo de acesso Web e o módulo de gestão de biblioteca digital, além do módulo de compartilhamento de recursos em catálogos coletivos que oferece “[...] as mais recentes tecnologias relacionadas com o compartilhamento de recursos, conectividade completa e completa interação com outros sistemas e bases de dados” (Ex Libris, 2005).

Os sistemas proprietários como o SophiA e o Aleph⁶, aqui já descritos, são de responsabilidade de seus desenvolvedores, as bibliotecas tornam-se deles dependentes. Por outro lado, as empresas ofertam apoio instrutivo e serviços de atualização, ou seja, como suportes técnicos aos clientes. O software proprietário “[...] é fornecido sob licenciamento pago e sem o acesso ao código-fonte, ficando a implementação de melhoramentos ou alterações dependentes da visão, interesse e calendário da empresa fornecedora” (Paranhos, 2004, p. 16). Por outro lado, pela falta de recursos financeiros, algumas instituições preferem adotar um sistema que não exija o pagamento de licenças, indo ao encontro da iniciativa de software livre, do inglês Open Source Initiative (OSI), contrapartida que representa o paradigma livre dos SAB.

Um software gratuitamente distribuído pode ser classificado sob dois tipos: freeware, também chamado de gratuitos, e open source (código-aberto), conhecido como livre. O software freeware permite somente o uso da aplicação. Com base nos estudos de Damasio e Ribeiro (2006, p. 74) são “[...] programas que geralmente são distribuídos gratuitamente. Alguns exigem cadastro para disponibilização, seu código fonte não é disponível, o que leva o software a não ser livre”. E, ainda, os programas do tipo open source, além do uso gratuito, permitem o acesso ao código-fonte e distribuição de cópias derivadas. Segundo Damasio e Ribeiro (2006, p. 74) trata-se de um tipo de “[...] software que pode ser utilizado, copiado, distribuído, aperfeiçoado, ou seja, modificado, por qualquer pessoa, mesmo não sendo proprietária”.

Entre os SAB baseados em paradigma livre, no Brasil encontra-se o Biblivre , sistema criado em 2005 por uma iniciativa unificada pelo Ministério da Cultura (MinC), Sociedade de Amigos da Biblioteca (SABIN) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente, o software está na versão 4.8.1, contando com o patrocínio do Grupo Itautec⁷ desde o lançamento da segunda versão. O sistema permite automatizar as atividades de uma biblioteca, oferecendo os módulos de pesquisa, circulação, catalogação, aquisição, administração (configurações) e ajuda. Além de ser em português, o Biblivre tem uma interface de fácil instalação e utiliza o protocolo Z39.50, que “[...] serve para acessar catálogos de outras instituições, independente do sistema utilizado [...]” (Côrte et al., 2002, p. 40). Vale salientar que mesmo sendo um software livre, o Biblivre também recebe atualizações permanentes e gratuitas, garantindo assim uma comunidade de usuários cada vez maior.

4. RESULTADOS

Na primeira parte da análise, elencamos os pacotes proprietários SophiA e Aleph, escolhidos por serem adotados pela grande maioria das bibliotecas no país. O SophiA, por exemplo, é usado pela Fundação Biblioteca Nacional (FBN), enquanto que o Aleph é o catálogo da Rede Virtual de Bibliotecas Congresso

⁵ Site: <http://www.exl.com.br/>

⁶ Site: <http://www.exl.com.br/aleph.htm>

⁷ Site: <http://www.itaotec.com.br/>

Nacional (RVBI). Quanto ao paradigma livre selecionamos o SAB Biblivre⁸, versão 4.1.8, pela sua grande aceitação no Brasil e por ser um programa em português que se encontra em constante atualização.

Na segunda, identificou-se o SophiA como o único SAB que faz uso de recursos da Web 2.0.

E, finalizando, na terceira parte, foram listados os seguintes recursos da Web 2.0 adotados pelo SAB SophiA: espaço para avaliação dos itens (materiais); sugestão de novas aquisições; apresentação das capas das obras; pesquisa facetada; item “minha seleção” para guarda de itens favoritos; compartilhar um registro no Twitter e mecanismo de “busca intuitiva objetiva”, este último semelhante a proposta do buscador do Google, localizado na página inicial do SAB.

A partir da listagem realizada e tomando como base as práticas de ferramentas implementadas e usadas, a próxima fase da pesquisa foi adotar o software Biblivre, de paradigma livre, como plataforma de teste para a proposição de recursos da Web 2.0 em SAB.

4.1 SUGESTÕES DE RECURSOS DA WEB 2.0 NO SAB BIBLIVRE

Em um novo menu superior da tela inicial (figura 1), a principal mudança sugerida é o acréscimo do item “Home”, permitindo o retorno do usuário à tela inicial de qualquer ponto da navegação. No item “Administração” propõem-se criar os sub menus “Minha estante” e “Meu perfil”. A primeira deve ser semelhante aos “Carrinhos de compras” encontrados em e-commerces, permitindo que as obras de interesse sejam marcadas como favoritas. Já o “Meu perfil” substituirá o item “Troca de senha”, presente em “Administração”, permitindo atualizar não apenas a senha, mas os dados pessoais, além de possibilitar que os assuntos de interesse sejam marcados também como favoritos. Além disso, partir do recurso RSS, cada usuário poderá assinar o feed de notícias do sistema e receber informações por e-mail, como recomendações de obras. Levar em consideração o perfil dos usuários influenciará diretamente nos resultados de busca, aquisições (novo para você) (2) e recomendações (recomendações para você) (3), apresentando sugestões personalizadas segundo as obras e assuntos relacionados com os favoritos, e o histórico de empréstimos de cada usuário.

Como canais de comunicação com o usuário e colaboração social (4) sugere-se o acréscimo de links para os perfis da biblioteca nas redes sociais Facebook, Twitter, Google+ e YouTube, por exemplo. Além disso, na opção “Ajuda” (1) sugere-se acrescentar os itens “Blog da biblioteca” e “Sugestões e Reclamações”. Enquanto o primeiro item serve como canal de notícias e divulgação de eventos da biblioteca, no segundo será ofertado um espaço para envio de explicações como reclamações, elogios e sugestões.

⁸ Site: <http://www.biblivre.org.br/>



FIGURA 1 - SUGESTÃO DE TELA INICIAL.

Outra ferramenta recomendada para a tela inicial é a “nuvem de tags” (5). Baseada no paradigma da folksonomia, este recurso deve apresentar os termos mais populares entre as obras cadastradas no SAB, via uso da inteligência coletiva.

Quanto mais usado for determinado termo, maior será o seu destaque na “nuvem de tags”, usando formatações que chamem a atenção dos usuários. O benefício da “nuvem de tags” é ajudar os gestores do sistema a identificar assuntos de interesse e termos preferidos, que poderão se tornar candidatos a comporem a taxonomia padrão conforme os preceitos de um sistema híbrido. Na ótica do usuário a “nuvem de tags” permitirá que o mesmo navegue entre os termos mais populares, paralelo a pesquisa por digitação.

Por fim, a tela inicial terá o item “Pesquisa Geral” (6), sendo este item semelhante ao que se encontra nos buscadores da Web 2.0, como o Google e os ambientes de e-commerces, pois a barra de pesquisa já se apresenta ao usuário sem a necessidade de navegar pela interface. O item “Outras pesquisas” (figura 1) ofertará os demais tipos de pesquisas: autoridades, vocabulário e distribuída. Além disso, o usuário poderá expandir sua busca usando o item “Pesquisa Avançada” (figura 1). Vale destacar que na proposta aqui apresentada, diferentemente do modelo original do Biblivre, a pesquisa realizará uma busca por aproximação automática da expressão digitada usando “ver também” e “você quis dizer” para sugerir outros termos relacionados ou semelhantes.



FIGURA 2 - EXEMPLO DE RESULTADOS DE PESQUISA.

Na tela de resultados da pesquisa exemplificada (figura 2) sugere-se uma interface parecida com e-commerces como Amazon⁹ e Submarino¹⁰. Primeiramente, localizada à esquerda da tela, tem-se a seção “Filtrar por” usada para refinar o resultado da pesquisa pelas facetas tipo de material, idioma, ano de publicação, autores, avaliação e status. Também é possível ordenar os resultados conforme três critérios: relevância, de acordo com os itens marcados como favoritos; avaliação (estrelas); popularidade dos itens por empréstimos.

Para cada registro encontrado (figura 2) é possível verificar a obra por meio da apresentação da sua capa, avaliar o material usando o padrão “5 estrelas” (1), “favoritar” (2), comentar (3) e compartilhar (4) no Facebook, Twitter e/ou Google+. A marcação de favoritos e os comentários se apresentam como um feedback quanto aos materiais disponíveis no acervo segundo a opinião da comunidade, auxiliando tanto os bibliotecários na realização de aquisições futuras quanto os usuários sobre a obra a ser escolhida.

5. CONSIDERAÇÕES

A partir do estudo acerca dos SAB, baseados em software proprietário e livre, foi possível notar um uso escasso de recursos da Web 2.0 nas duas realidades. Entre os três exemplos estudados neste artigo, dois deles, Aleph baseado no paradigma proprietário e Biblivre no paradigma livre, se mostraram ainda presos aos preceitos da Web 1.0.

Destarte, identificou-se no software SophiA um bom exemplo de SAB que vai ao encontro da proposta de inteligência coletiva defendida pela Web 2.0, principalmente pela avaliação dos itens, links para as redes sociais, ferramentas de pesquisa intuitivas pelo uso de pesquisa geral (objetiva) semelhante ao buscador do Google, pesquisa facetada e marcação (guarda) de itens preferidos.

Por meio da análise do software Biblivre identificou-se um SAB baseado na perspectiva top-down, ao qual os usuários são consumidores de serviços, não contando com recursos de interação entre ambos. Entretanto, identificou-se no Biblivre um contexto animador, que pode vir a garantir uma

⁹ Site: <http://www.amazon.com.br/>

¹⁰ Site: <http://www.submarino.com.br/>

evolução do software frente ao panorama da Web 2.0, por dois fatores: a liberdade para usá-lo, estudá-lo, modificá-lo e redistribuí-lo; por ser aliado à grande comunidade, o Biblivre tem como principal desenvolvedor a iniciativa (privada) do grupo Itaotec.

Conclui-se que os profissionais da informação precisam estar atentos aos preceitos da Web 2.0 com fins de adotar SAB centrados no usuário e, assim, eliminando proveito da inteligência coletiva, ao funcionamento de um sistema intuitivo, colaborativo e personalizado.

6. REFERÊNCIAS

- Biblivre 2014. Biblivre [Online]. Disponível: <http://biblivre.org.br/>. [Acessado em 20 de março de 2016].
- Côrte, A. R. et al. 2002. Avaliação de softwares para bibliotecas e arquivos: uma visão do cenário nacional. São Paulo: Polis.
- Da Silva, M. B. 2010. A aplicação da folksonomia em sistemas de informação. Anais do 1º Encontro Brasileiro de Arquitetura da Informação (EBAI), São Paulo, 12-13 de novembro, 2010. São Paulo: EBAI. Disponível: http://www.congressoebai.org/wp-content/uploads/ebai10/EBAI10_artigo10.pdf. [Acessado em 11 de maio de 2015].
- Da Silva, M. B. e Dias, G. A. 2010. O Sistema de Automação em Bibliotecas OpenBIBLIO aplicado à disciplina Automação em Bibliotecas. *Biblionline*, vol. 6, no. 1, pp. 53-71. Disponível: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/4903/3708>. [Acessado em 15 de junho de 2015].
- Damasio, E. e Ribeiro, C. E. N. 2006. Software livre para bibliotecas, sua importância e utilização: o caso GNUTECA. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, vol. 4, no. 1, pp. 70-86. Disponível: <http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000007471&dd1=3aaea>. [Acessado em 17 de junho de 2015].
- Ex Libris 2005. Aleph integrated library system: visão geral [Online]. Disponível: <http://www.exl.com.br/aleph.htm>. [Acessado em 09 de julho de 2015].
- Extralibris 2014. Biblivre: software livre para automação de bibliotecas [Online]. Disponível: <http://extralibris.org/curso/biblivre-software-livre-para-automacao-de-bibliotecas/>. [Acessado em 02 de março de 2016].
- Jesus, D. L. e Cunha, M. B. 2012. Produtos e serviços da web 2.0 no setor de referência das bibliotecas. *Perspectivas em Ciência da Informação*, vol. 17, no. 1, pp. 110-133. Disponível: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/885>. [Acessado em 19 de abril de 2015].
- O'Reilly, T. 2005. O que é Web 2.0: padrões de design e modelos de negócios para a nova geração de software. Traduzido por Miriam Medeiros. Disponível: <http://pressdelete.files.wordpress.com/2006/12/o-que-e-web-20.pdf>. [Acessado em 01 de julho de 2015].
- Paranhos, W. M. M da R. 2004. Fragmentos metodológicos para projetos e execução de gestão informatizada de coleções de documentos e serviços em bibliotecas. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da Informação*, Florianópolis, 2º semestre [Número Especial], pp. 14-32. Disponível: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2004v9nesp2p14/5488>. [Acessado em 16 de junho de 2015].

Rowley, J. 2002. A biblioteca eletrônica. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos.

Santos, P. L. V. A. C. e Alves, R. C. V. 2009. Metadados e Web Semântica para estruturação da Web 2.0 e Web 3.0. DataGramZero - Revista de Ciência da Informação, vol. 10, no. 6. Disponível: http://www.dgz.org.br/dez09/Art_04.htm. [Acessado em 15 de julho de 2015].

Sophia Portal. 2016. Sobre o Sophia Biblioteca [Online]. Disponível: <http://www.portalsophia.com.br/SobreBiblioteca.aspx>. [Acessado em 04 de março de 2016].

FUENTES PARA LA BÚSQUEDA DE OFERTAS DE EMPLEO EN EL SECTOR PRIVADO PARA PROFESIONALES DE LA INFORMACIÓN EN ESPAÑA. UNA EXPERIENCIA PERSONAL

María José Baños

Universidad de Murcia

Resumen

El objetivo de este trabajo es ofrecer un marco general de fuentes de información sobre ofertas de empleo para el profesional de la gestión de información, esto es, una guía básica para la búsqueda de empleo activa y eficiente, mostrando como producto final la descripción y clasificación de estos recursos y una serie de recomendaciones para su uso. Para ello, se han analizado algunas publicaciones especializadas para conocer qué denominaciones existen para el/la profesional de la información. Después se analizan y describen una serie de recursos en línea para la búsqueda de ofertas de trabajo en el sector de la información y documentación, indicándose por qué fuentes comenzar para tener acceso a una buena parte de estas ofertas. También se incluyen recursos habitualmente conocidos por los/as profesionales, a los que se acaba llegando cuando la persona entra en el mundo formativo y/o laboral. Posteriormente, estos recursos son clasificados, utilizando diversos criterios que facilitan su mejor conocimiento. Mediante la observación de los recursos y de las ofertas publicadas, y de la postulación a estas, se muestran algunas impresiones sobre el funcionamiento y características de los recursos analizados. Finalmente, a partir de la experimentación con los recursos, utilizando algunas de las denominaciones para el/la profesional de la información indicadas, se recoge una serie de recomendaciones de uso de los recursos, que dan preferencia a ciertos recursos y a las notificaciones y alertas por correo. De esta forma, se evita la duplicidad de tareas y la pérdida de tiempo en tareas que pueden ser automatizadas, ganando en eficiencia.

Palabras clave: Información y Documentación, búsqueda de empleo; profesionales de la información; fuentes para la búsqueda de empleo.

Abstract

The aim of this paper is to provide a general framework about information sources on job vacancies for information managers. That is, a basic guide to an active and efficient job searches. As a final product, both description and classification of these resources, and some recommendations for their use are provided. To do this, different names of the information professional were analyzed. Then, by using these names, the Google search engine and previous knowledge, a number of online resources for searching job opportunities in the field of information and documentation were also analyzed and described. Some of them are well known by specialist workers as part of their educational and professional experience. After that, these resources were classified using various criteria, which facilitated a better understanding of them. By observing these resources, job offers, as well as how they were published on Internet, some observations regarding the operation and characteristics of the analyzed resources were shown. Finally, some recommendations on the use of these resources, which give preference to certain resources,

notifications and alerts by e-mail, were shown. In this way, some tasks on job search could be automated, avoiding the overload of work and saving time for job seekers, gaining in efficiency.

Keywords: Information and Documentation, job search, information professionals, sources on job vacancies

1. INTRODUCCIÓN

En un contexto de crisis permanente e hiperinflación de contenidos, la búsqueda en línea de empleo se ha convertido en una tarea que requiere perseverancia y capacidad organizativa, pero también el conocimiento de las diversas fuentes de información de ofertas de empleo. La competencia es elevada, hay muchas personas (tituladas o no) buscando trabajo en el sector y el número de ofertas disponibles ha caído de manera importante. Así, lo recogen (Tejada Artigas, Chacón Jarén, y Moreiro-González, 2014), que muestran cómo el número de ofertas de trabajo publicadas en IweTel en 2013 es un 18,4% en relación a las publicadas en 2008, año de comienzo de la crisis económica, con una caída es “progresiva y dramática”. También se observa un cambio de tendencia en el origen de la fuente de contratación, del ámbito público al privado, “que conlleva una modificación del perfil profesional solicitado” (Abadal y Borrego, 2012).

El control de los recursos que recojan estas ofertas puede ser determinante para acceder a un puesto de trabajo. Ahora bien, estos recursos de información son variados, desde páginas gestionadas por los propios profesionales del sector a portales especializados en la publicación de ofertas de empleo. Este trabajo analiza algunas de estas fuentes, pues tiene como punto de partida, precisamente, la necesidad personal de conocer en detalle sus características y utilidades, tendiendo hacia la búsqueda más eficiente de empleo en España. Por tanto, el objetivo de este trabajo es ofrecer un marco general de fuentes de información sobre ofertas de empleo para el profesional de la gestión de información, esto es, una guía básica para la búsqueda de empleo activa y eficiente, mostrando como producto final la descripción y clasificación de estos recursos y una serie de recomendaciones para su uso.

Para realizar el presente estudio sobre producción y evolución de tesis doctorales sobre Criminología el primer paso fue establecer un protocolo y estrategia de búsqueda de los documentos objeto de nuestro estudio. En primer lugar, tuvimos que definir claramente nuestras necesidades informativas y criterios de búsqueda; posteriormente, seleccionar las fuentes más adecuadas para más tarde, elaborar las ecuaciones de búsqueda adaptándonos a las fuentes y a los criterios de búsqueda requeridos y, finalmente, gestionar, evaluar, y analizar los resultados obtenidos.

1.1 DEFINICIÓN DE LA ESTRATEGIA Y CRITERIOS DE BÚSQUEDA

Para la realización de nuestro trabajo teníamos delimitados claramente los criterios de búsqueda necesarios:

- Periodo cronológico: Desde el curso académico 2004-2005 hasta el 2014-2015
- Tipología documental: Tesis doctorales
- Área geográfica: Defendidas en universidades de España, tanto públicas como privadas.
- Temática: Criminología, tanto como materia principal como secundaria

Pretendíamos realizar una búsqueda retrospectiva lo más exhaustiva posible, intentado recuperar la totalidad de los documentos que pudieran responder a nuestras demandas utilizando para ello las fuentes de información que considerásemos más adecuadas.

1.2 SELECCIÓN DE LAS FUENTES DE INFORMACIÓN DE CONSULTA

En segundo lugar, había que decidir qué fuentes de información eran las más idóneas para continuar con nuestra estrategia de búsqueda:

4. La primera fuente que decidimos consultar fue Teseo (“Teseo,” n.d.). Teseo es un proyecto de la Secretaría del Consejo de Universidades Españolas del actual Ministerio de Educación, Cultura y Deportes que pretende recoger todas aquellas tesis doctorales defendidas en universidades españolas. Para ello, las diferentes universidades proporcionan la información requerida para completar esta base de datos que contiene unas 200.000 tesis. Es cierto que ha recibido muchas críticas tanto por no estar contenidas todas las tesis doctorales defendidas en España, como por la tardanza de actualización de sus documentos (Blázquez Ochando, 2015. Además, como veremos más adelante, nosotros mismos pudimos comprobar cómo casi un 15% de las tesis de nuestro estudio no se encontraban en Teseo sino en otras fuentes. No obstante es cierto que ha sido la fuente donde hemos localizado el mayor número de tesis que no se encontraban en otras bases de datos.
5. La segunda fuente a consultar ha sido Dialnet, creada en la Universidad de La Rioja y que constituye uno de los mayores portales bibliográficos del mundo, cuyo principal cometido es dar mayor visibilidad a la literatura científica hispana. Entre otros recursos, mantiene una serie de bases de datos de contenidos científicos hispanos, entre los que destacan su base de tesis doctorales (Fundación Dialnet, n.d.). Dialnet atesora más de 48.000 tesis.
6. En tercer lugar decidimos realizar nuestras búsquedas en Recolecta o Recolector de Ciencia Abierta (“Recolecta,” n.d.) que es una plataforma que agrupa a todos los repositorios científicos nacionales con el objetivo de crear una infraestructura nacional de repositorios científicos de acceso abierto. Hoy en día se pueden localizar cerca de 100.000 tesis doctorales defendidas en nuestro país. Al margen del apunte anterior decidimos realizar nuestras búsquedas en el repositorio colaborativo entre varias universidades de Tesis Doctorales en Red (“TDR (Tesis Doctorales en Red),” n.d.) que cuenta con cerca de 25.000 tesis y en el sistema de Gestión del Repositorio Documental de la Universidad de Salamanca, GREDOS (“Repositorio Documental de la Universidad de Salamanca,” n.d.), que cuenta con más de 2.000 tesis.

1.3 EVALUACIÓN Y ANÁLISIS DE LOS RESULTADOS OBTENIDOS

Esta última fase del proceso se iba produciendo de forma paralela a los pasos anteriores. En cada una de las búsquedas íbamos analizando uno a uno los resultados obtenidos para comprobar que respondían a nuestros requerimientos y así ir almacenando o desechando determinados resultados.

Una vez evaluados los documentos, los íbamos incorporando al gestor de referencias bibliográficas Zotero (“Zotero,” n.d.) que nos permitía almacenar todos los datos incluidos en las fichas de las tesis que íbamos recuperando y llevar un control exhaustivo de las mismas con un alto grado de normalización en los campos del nombre de universidades y departamentos, autores, y descriptores de cada una de las tesis. Con Zotero pudimos realizar filtrados y consultas para su ulterior análisis. Bien es cierto que cuando ya tuvimos la muestra total de las 134 tesis, exportamos todos los datos a una hoja de cálculo para aumentar las posibilidades de análisis y filtrado de los datos obtenidos para un estudio más amplio y exhaustivo.

El objetivo fundamental del trabajo era analizar la evolución de las tesis doctorales presentadas durante los 11 últimos cursos académicos. Pero no queríamos dejar pasar la oportunidad de realizar otro tipo de estudios como analizar la muestra en función de las universidades en las que se presentaron, los departamentos, los directores de los trabajos y los descriptores utilizados. Todos estos estudios se desarrollan en el siguiente capítulo del trabajo.

2. METODOLOGÍA

2.1 TIPO DE INVESTIGACIÓN

La investigación varía dependiendo del objeto de investigación, esto es, según su abordaje, su naturaleza, sus objetivos y sus procedimientos (Silveira y Córdova, 2009). En cuanto al abordaje, esta investigación es de tipo cualitativo, pues analiza cuestiones relativas al perfil del profesional de la información, de las ofertas de empleo y de las fuentes en que se publican. Atendiendo a la naturaleza de la investigación es aplicada, pues aplica el conocimiento con el propósito de resolver un problema (Martínez Mediano, 2014: 36; Silveira y Córdova, 2009: 35): la diversidad de fuentes de información de ofertas de empleo. En cuanto al objetivo planteado, la investigación es de tipo exploratorio-descriptivo ya que pretende familiarizarse con el problema planteado y describirlo. En relación a las técnicas para la recogida de datos, se aplican técnicas bibliográficas, técnicas documentales, observación y experimentación en el postulado de determinadas ofertas de trabajo.

2.2 PROCEDIMIENTO METODOLÓGICO

El mayor o menor éxito en la búsqueda de empleo depende en buena medida de qué palabras clave utilizamos en la ecuación de búsqueda. Por ello, es necesario conocer qué puestos relacionados con las titulaciones universitarias del sector existen. Esta profesión está en constante evolución (Ceña Cosials y Serra Aranda, 2004), habiéndose encontrado en los últimos años que las ofertas de trabajo se refieren a perfiles híbridos, muy especializados (Tejada Artigas et al., 2014), no estrictamente documentales (Gómez-Hernández, José Antonio, Hernández-Sánchez, y Merlo-Vega, 2011: 70) y cada vez más complejos (Jacintho y Moreiro-González, 2014).

Así, aunque el Libro Blanco del Título del Grado de Información y Documentación considera, al menos, cinco líneas profesionales: bibliotecario/a, archivero/a, documentalista, gestor/a de información/documentación y gestor/a de contenidos (ANECA, 2004: 50, 149), han surgido otros perfiles no contemplados en el Libro, probablemente por su novedad y vinculación a las nuevas tecnologías. Por ello, se destacan otras denominaciones para este perfil, identificadas a partir de diversa bibliografía y ofertas de empleo publicadas en los últimos meses.

A continuación, se seleccionan y analizan diversos recursos para la búsqueda en línea de trabajo en el sector privado. El listado de recursos es obtenido a partir de búsquedas en Google y del conocimiento propio de fuentes de información en el campo de información y documentación. En esta selección se han tenido en cuenta únicamente aquellos recursos que, durante el periodo de análisis, han publicado alguna oferta de trabajo relacionada con el perfil analizado. Los recursos son descritos y clasificados por tipología en motores de búsqueda, páginas web, portales web, listas de distribución y servicios de redes sociales. Y se completa con otros criterios de clasificación: ámbito de las ofertas y originalidad de la información publicada. También se indica qué recursos cuentan con servicios de alerta por correo, cuáles tienen presencia en redes sociales publicando ofertas de trabajo en estas, y cuáles han desarrollado aplicaciones móviles. Finalmente, a partir de las etapas anteriores, se recogen una serie de recomendaciones de uso de los recursos para una búsqueda de empleo más eficiente.

3. RESULTADOS

Siguiendo las etapas indicadas, primero, se resaltan distintas denominaciones del profesional de la información. Después, se describe cada recurso web de búsqueda de empleo. El último apartado recoge una serie de observaciones y recomendaciones de uso de los recursos para la optimización de tiempo en la búsqueda de empleo en el sector de información y documentación.

3.1 EL PERFIL DEL/DE LA GESTOR/A DE INFORMACIÓN

A los tres perfiles clásicos del/de la profesional de la información: bibliotecario/a, archivero/a y documentalista (Tejada Artigas et al., 2014), se pueden añadir otras denominaciones, de acuerdo con (Equipo Rooter, 2012: 73, 78, 91; Gómez-Hernández, José Antonio et al., 2011; Hernández-Sánchez, Gómez-Hernández, y Merlo-Vega, 2014; Tejada Artigas et al., 2014), entre otros: analista de información, arquitecto de contenidos, arquitecto de información; catalogador, consultor documental, consultor ehealth, consultor en gestión documental, coordinador de proyectos, curador de contenidos (content curator), digitalizador, editor de textos, editor de contenidos digitales, especialista en análisis documental, especialista en digitalización, especialista en gestión de datos, experto en calidad web, gestor de comunidades virtuales (community manager), gestor de conocimiento, gestor de contenidos (content curator), grabador de datos, redactor (copywriter), responsable de contenidos (content curator), técnico de documentación.

Otras denominaciones, identificadas durante el análisis de ofertas de trabajo son administrativo documental, biblioteconomista y, en inglés, document controller. Si bien no se exige el Grado en Información y Documentación (o estudios previos), la descripción de funciones sí corresponde con algunas de las planteadas en el Libro Blanco de la Titulación (ANECA, 2004: 51, 59-65).¹

Puede hablarse, por tanto, de 29 denominaciones para puestos de trabajo que, potencialmente, puede desempeñar un/a profesional de la información.

3.2 FUENTES PARA LA BÚSQUEDA DE OFERTAS DE EMPLEO EN LÍNEA

Se muestran los recursos web identificados, clasificados por tipología y ordenados alfabéticamente. Para cada recurso, se indica nombre, URL y observaciones destacables en relación a la publicación de ofertas de empleo. Las tipologías de recursos son definidas a partir de Diccionario de la Lengua Española² y Wikipedia³.

3.2.1 MOTORES DE BÚSQUEDA / AGREGADORES

“Programa que permite acceder a información en internet sobre un tema determinado”. Se trata, principalmente, de indexadores de otros sitios web, sin opciones de redacción de currículum, que remiten a fuentes originales para la inscripción en la oferta, habitualmente las mostradas en recursos como los indicados en el apartado 3.2.3.

- **JOBRAPIDO** (<http://es.jobrapido.com>): buscador y servicio de alertas por correo o apps. Muestra anuncios extraídos de forma automática de otros sitios publica un extracto del anuncio, con un enlace a la fuente de la que lo extrae, o de anunciantes propios
- **JOOBLE** (<https://es.jooble.org>): metabuscador de ofertas de empleo, cuyo filtrado automático evita mostrar una misma oferta que ha sido publicada en distintos recursos. También muestra publicidad de otros sitios de empleo
- **JOBSMART** (<http://www.jobsmart.es/>): buscador de ofertas publicadas “en cientos de webs sobre ofertas de empleo, webs clasificadas, páginas de inicio de empresas y otras páginas”, poniendo énfasis en el lugar en que se desarrollará la actividad laboral (búsqueda en el mapa)
- **OPCIONEMPLOO** (<http://www.opcionempleo.com>): motor de búsqueda que, a través de búsquedas por puesto de trabajo, palabra clave, nombre de empresa o ubicación, devuelve una lista de

¹ No se ha tenido en cuenta aquellos puestos que no requieren formación universitaria; tampoco ofertas

² Diccionario de la Lengua Española: <http://dle.rae.es/?w=diccionario> (último acceso: 30/08/2016)

³ Wikipedia: <https://es.wikipedia.org> (último acceso: 30/08/2016)

ofertas publicadas previamente en redes de empleo, sitios de agencias de reclutamiento y de reclutamiento especializado. Tiene un aspecto similar a Google

- REDTRABAJA (<http://www.redtrabaja.es/>): agregador de ofertas de empleo, permite realizar búsquedas por puesto y ubicación. Tampoco almacena información, si no que remite a la fuente original en que se publica.

i. PÁGINAS WEB

“Conjunto de informaciones de un sitio web que se muestran en una pantalla y que puede incluir textos, contenidos audiovisuales y enlaces con otras páginas”. Son parte de sitios web que suelen tener una temática más amplia

- ASOCIACIÓN PROFESIONAL DE ARCHIVEROS, BIBLIOTECARIOS Y DOCUMENTALISTAS DE MADRID -ABDM- (<http://asociacionabdm.org/category/empleo/>): sección de empleo de la Asociación. A veces recoge ofertas recibidas “en exclusiva” por la Asociación, indicando un correo electrónico al que remitir el currículum
- ACADEMIA AUXILIAR DE BIBLIOTECA -AAB- (<http://bit.ly/2bOyOQf>): sección de empleo de esta academia. En general, las ofertas publicadas no solicitan formación universitaria, aunque hay excepciones
- UNIVERSIDAD CARLOS III, Dpto. de Biblioteconomía y Documentación, (http://portal.uc3m.es/portal/page/portal/biblioteconomia_documentacion/Ofertas_empleo/Ofertas_vigor): sección de ofertas de empleo para profesionales de la información. La información aquí recogida suele aparecer también en RecBib.

3.3 PORTALES WEB

“Espacio de una red informática que ofrece, de forma sencilla e integrada, acceso a recursos y servicios”. A diferencia del recurso anterior, se trata de un sitio web enfocado específicamente a la difusión de ofertas de empleo, con o sin mediación entre empresas y trabajadores.

- AQUÍ HAY TRABAJO -AHT- (<http://aquihaytrabajo.rtve.es/>): versión web del espacio televisivo homónimo de RTVE. Previo registro, permite redactar un CV con el que postularse a ofertas publicadas en el sitio. También facilita la interacción con hasta 35 portales de empleo. La búsqueda avanzada permite localizar ofertas por carrera y palabras clave, entre otros. No publicarse de forma habitual ofertas para bibliotecarios/as, archiveros/as y documentalistas, no con estas denominaciones clásicas
- BIBLIOJOBS (<http://www.biblijobs.net>): portal con ofertas de trabajo y becas en archivos, bibliotecas, documentación, edición y contenidos. Cuenta con más opciones, aunque apenas las actualiza. Tiene grupo en LinkedIn y cuenta en Facebook (también desactualizada desde 2015)
- CENTROS DE ORIENTACIÓN E INFORMACIÓN DE EMPLEO -COIE- y similares: servicio proporcionado por universidades para la inserción profesional de sus titulados. Permite redactar un currículum, con inscripción previa. Muchas de las ofertas publicadas por estos servicios no aparecen en otros
- DOCUWEB (<http://www.docuweb.es>): recurso sobre Archivos, Bibliotecas y Documentación gestionado por Jesús Díaz Ruiz. También publican las ofertas recogidas en la web en su página de Facebook
- IDONEUM (<http://www.idoneum.com/ofertas-trabajo>): para “profesionales de cualificación media-alta”, con registro previo y redacción del CV, permite entrenar las entrevistas de trabajo con Elisabeth, su asistente virtual. Tiene servicio de videoentrevista, diseñada a partir del currículum del

candidato, que podrá ser visualizada por las empresas a las que el postulante haya enviado su CV a través de alguna oferta de trabajo

- INDEED (<http://www.indeed.es>): cuenta con un buscador avanzado con funciones booleanas, campo de búsqueda por empresas, por kilómetros de distancia alrededor de una población y antigüedad de publicación de la oferta). Previa registro, permite redactar el currículum, que también puede partir de un fichero de texto interpretado por el recurso, que después debe ser revisado. También es posible visualizar currículos de otras personas, por puesto, educación y ciudad, entre otros. Así, se puede saber que el 25/10/2016, Indeed contenía 1739 CV con experiencia como documentalista, 37 en la Región de Murcia
- INFOEMPLEO (<http://www.infoempleo.com>): portal de empleo propiedad del grupo Vocento. Tiene una vista agradable y limpia que facilita la navegación. Requiere registro previo y rellenar el área de currículum
- INFOJOBS (<http://www.infojobs.net>): uno de los portales más asentados en España. Permite, previo registro, gestionar varios currículos y cartas de presentación, lo que facilita su adaptación en función de la ofertas. La empresa también estudia el mercado laboral, destacando la importancia de los contactos personales, motivo por el que ha desarrollado la sección Contactos, parecida en diversos aspectos a LinkedIn. Laboris pertenece a la misma empresa, Schibsted, y ofrece un servicio similar, aunque con menor cantidad de ofertas
- JOBOMAS (<http://es.jobomas.com/>): similar a Indeed e Infojobs, aunque con abundante publicidad, que dificulta la navegación. Previa registro, admite redactar un currículum y postularse a ofertas de empleo. Tiene distintos grados de membresía, con diferentes opciones de servicio (y pago)
- MONSTER (<http://www.monster.es>): similar a Infojobs, permite gestionar varios CV (archivos de texto y redacción en la web) y cartas de presentación. Parece recoger menos ofertas para el profesional de la información.

3.3.1 LISTAS DE DISTRIBUCIÓN / BOLETINES ELECTRÓNICOS

“Función especial del correo electrónico que permite la distribución de mensajes entre múltiples usuarios de Internet de forma simultánea”. Un tipo de lista es la de debate, en la que puede haber comunicación bidireccional.

- INFODOC (<http://www.rediris.es/list/info/infodoc.html>): lista de la Biblioteca de la Facultad de Traducción y Documentación de la Universidad de Salamanca. Remitida por Julio Alonso Arévalo, envía periódicamente información sobre cuestiones del sector, incluyendo el boletín Empleo InfoDoc (empleo para bibliotecarios, documentalistas y archiveros). Requiere registro previo
- IWETEL (<http://www.rediris.es/list/info/iwetel.html>): principal foro electrónico sobre bibliotecas y documentación en castellano, recoge entre sus temas ofertas de empleo en gestión de información, que pueden ser enviadas por cualquier persona suscrita al servicio. Aquí llegan ofertas que, a veces, no se difunden por otros medios
- RECBIB (<http://www.recbib.es>): boletín electrónico de información sobre Recursos Bibliotecarios, incluyendo información sobre cursos, curiosidades del sector y ofertas de empleo. Cuenta, además, con un portal gestionado por Julián Marquina, con información, proporcionada de manera constante y actual, de trabajos, oposiciones, cursos, eventos, artículos y noticias dentro del ámbito de la Biblioteconomía, la Documentación y la Información, en general.

3.3.2 SERVICIOS DE REDES SOCIALES

“Medios de comunicación social que se centra en establecer un contacto con otras personas por medio de Internet”, con espacios para la publicación de ofertas de empleo.

- BIBLIOJOBS (<http://www.linkedin.com/groups/4831292>): además de portal web, tiene un grupo de LinkedIn, con alrededor de 1500 miembros, recoge las mismas ofertas publicadas en el portal
- EMPLEO PARA PROFESIONALES DE LA INFORMACIÓN -EPPI- (<http://www.facebook.com/groups/319056738105591/>): grupo cerrado de Facebook, con más de 4500 miembros que comparten y comentan ofertas de trabajo público y privado de diversas fuentes, entre otros
- LINKEDIN (<http://www.linkedin.com>): red social profesional. Previa inscripción, permite la redacción de un currículum, facilitando también el contacto con empresas y profesionales, el visionado de otros currículos, la publicación de actualizaciones y comentarios, la participación en grupos y la inscripción en ofertas de empleo publicadas aquí por las empresas
- TUIEMPLEO (<http://www.tuiempleo.com>): servicio de Infoempleo para el acceso a ofertas de trabajo a través de Twitter, requiere seguir a la cuenta de Twitter generada al seleccionar provincia y área de interés.

A continuación, los recursos anteriores, tal como se muestra en la Tabla 1, son clasificados de acuerdo a dos criterios: a) **Ámbito de la información publicada:** General (G): el recurso recoge ofertas de empleo de cualquier perfil y sector; Especializado (E): el recurso sólo contempla ofertas de empleo específicas para el profesional de la información; b) **Originalidad de la información:** Almacenador de ofertas (A): recurso que contiene información original de ofertas de empleo, esto es, no remite a otra fuente de descripción, al menos no de forma general. Suele requerir el registro como usuario, redacción y/o subida de currículum y la inscripción en las ofertas; Recolector de ofertas (R): el recurso es una fuente secundaria, cuya utilidad reside en la selección, la presentación, la organización o la forma de distribución de la información. El recurso que sólo es recolector no suele tener opciones de redacción ni subida de currículum; Almacenador/recolector de ofertas (A/R): recurso que ejerce tanto de almacenador como de recolector de ofertas.

También se indica en esta Tabla 1 si los recursos cuentan con: c) Servicio de alertas para la recepción, por correo / RSS, de ofertas de empleo; d) Presencia en tres de las redes sociales más conocidas (Facebook -F-; Twitter -T-; Google Plus -G-), mostrando sólo aquellas que publican ofertas directamente en éstas; e) Aplicaciones propias para teléfonos inteligentes, en dos de los sistemas más asentados, Android (AN) y/o Apple (AP).

Recurso	Ámbito	Originalidad	¿Alertas?	¿RRSS?			¿App?	
				F	T	G	AN	AP
AHT	G	A/R	No	--	--	--	--	--
ABDM	E	A/R	No	--	--	--	No	No
AAB	E	R	No	--	X	--	No	No
Biblijobs (x2)	E	R	Sí	--	X	--	No	No
COIEs	G	A	Sí ⁴	X	X	--	No	No
docuweb	E	R	Sí	X	X	--	No	No
EPPI	E	R	No	X	--	--	--	--
Idoneum	G	A	Sí	X	X	--	No	No
Indeed	G	A/R	Sí	--	--	--	Sí	Sí
InfoDoc	E	R	Sí	--	--	--	No	No
Infoempleo	G	A	Sí	--	--	--	Sí	Sí
Infojobs	G	A	Sí	--	--	--	Sí	Sí
IweTel	E	R	Sí	--	--	--	No	No

⁴ Como ejemplo de COIE, se utiliza el de la Universidad de Murcia

Recurso	Ámbito	Originalidad	¿Alertas?	¿RRSS?			¿App?	
				F	T	G	AN	AP
Jobrapido	G	R	Sí	--	--	--	Sí	Sí
Jobomas	G	A/R	Sí	--	X	--	Sí	Sí
Jobsmart	G	R	Sí	--	--	--	No	No
Jooble	G	R	Sí	--	--	--	No	No
LinkedIn	G	A/R	Sí	--	--	--	Sí	Sí
Monster	G	A	Sí	--	--	--	Sí	Sí
Opcionempleo	G	R	Sí	--	--	--	Sí	Sí
RecBib	E	R	Sí	X	X	X	No	No
RedTrabaja	G	R	No	--	--	--	No	No
Tuiempleo	G	R	No	--	X	--	--	--
Univ. Carlos III	E	R	No	--	--	--	No	No

Tabla 1. Clasificación de recursos

Estas tres cuestiones, generalmente, facilitan el acceso a las ofertas de empleo sin necesidad de acceder a las páginas de los recursos en que estén disponibles.

3.4 OBSERVACIONES SOBRE LOS RECURSOS Y RECOMENDACIONES DE USO

Una vez conocidos estos recursos, se ha analizado la publicación de ofertas de trabajo en estos durante los meses de julio y agosto de 2016, encontrándose que, en relación a las denominaciones de los puestos:

- A pesar de la variedad de denominaciones, se publican pocas ofertas específicas para Graduados en Información y Documentación (Diplomados, Licenciados). La mayor parte de las veces no se solicitan estos estudios, aunque sí experiencia profesional relacionada
- Las ofertas con mayor hibridación están vinculadas generalmente a la comunicación social: edición, gestión y difusión de contenidos. Cuando se trata de gestión de información, principalmente electrónica, el perfil requerido tiende a solicitar formación informática, a veces, incluso, ingenierías
- En general, las denominaciones clásicas son las que mejor se ajustan al perfil del/de la profesional de la información, siendo más evidente cuando el lugar de trabajo es una biblioteca o un archivo.

En cuanto a los recursos en sí se pueden destacar los siguientes aspectos:

- Existe una cantidad ingente de recursos en línea en los que buscar empleo, y aquí sólo se han recogido algunos. De entre estos, RecBib es el recurso especializado que publica con mayor frecuencia ofertas especializadas, difundiéndolas directamente por varios canales (correo, sitio web, Twitter, Facebook)
- Las empresas tienden a publicar una misma oferta en distintos recursos almacenadores que, posteriormente, son también mostradas por los recursos recolectores, muchas veces sin indicar que, realmente, es la misma oferta de trabajo. De entre los buscadores, parece que sólo Jooble trabaja por reducir estas duplicidades
- Existen más recursos que los aquí indicados, por ejemplo Netjobs (<http://www.netjobs.es/>) u Oficina empleo (<http://www.oficinaempleo.com>). En la práctica, estos muestran información similar a la recogida por los recursos descritos y el tiempo dedicado no suele ser compensado con el acceso a nueva información
- Los recolectores son una forma rápida de acceso a ofertas publicadas en los recursos almacenadores, pero requieren una participación activa por parte del demandante de empleo. En cualquier caso, es conveniente dedicar el tiempo necesario para rellenar todos los datos de contacto, formación, experiencia, etc. en cada recurso de tipo almacenador, pues es a través de estos que el/la postulante remite su currículum a las empresas oferentes

- Las alertas por correo, boletines electrónicos, las notificaciones pull de las app disponibles de los recursos descritos, y las redes sociales pueden facilitar enormemente la tarea de búsqueda de ofertas de empleo. Estos servicios descargan a la persona de “la responsabilidad de un seguimiento permanente de las fuentes, prolijas y dispersas” (Cordón García, Alonso-Arévalo, Gómez Díaz, y López Lucas, 2012: 70), una vez se ha llevado a cabo el procedimiento anterior de redacción de currículum en los distintos recursos
- Casi todos los recursos requieren un registro previo, sea para consultar la información, sea para redactar un currículum vitae. El proceso de registro, redacción, revisión, actualización, etc. del currículum es, casi siempre lento y pesado, ya que prácticamente en todas las ocasiones hay que rellenar los campos del currículum (datos de contacto, formación, experiencia, habilidades, idiomas, etc.), de uno en uno. Existen algunas opciones que pueden capturar la información de LinkedIn, pero tiene fallos y, en cualquier caso, exige una revisión del resultado.

En base a todas estas impresiones, para la búsqueda y acceso a ofertas de empleo para el profesional de la información, y teniendo en cuenta que, “en ocasiones, una misma oferta se repita en la misma semana por distintas empresas de servicios” (Tejada Artigas et al., 2014) se recomienda:

1. Registro y alta de currículum en, al menos, Infojobs, Infoempleo, LinkedIn, Indeed, COIEs y Monster, dedicando el tiempo necesario para completar los datos requeridos.
2. En Infojobs, Infoempleo, Indeed y Monster, realizar búsquedas con las distintas denominaciones utilizadas para el/la profesional de la información. Si es posible, utilizar comillas ("") y el operador booleano OR para combinar en una sola ecuación varias de estas denominaciones. Guardar estas búsquedas como alertas para recibir por correo electrónico
3. Descargar en el teléfono móvil u otros dispositivos, si es posible, las app de estos recursos. Ello permitirá no sólo la búsqueda de ofertas, también el seguimiento del estado de las distintas candidaturas a puestos solicitados. Además, se pueden activar las notificaciones en el móvil en lugar de las alertas por correo electrónico, si resultan más cómodas.
4. Registro en las tres listas de distribución de información especializada: InfoDoc, IweTel y RecBib, para recibir alertas por correo con las ofertas recogidas por estos. Debe utilizarse un correo que se consulte diariamente
5. Seguimiento en Facebook de la página Empleo para Profesionales de la Información (EPPI) y docuweb, activando las notificaciones de Facebook para estos dos recursos
6. Seguimiento en Twitter de Academia Auxiliar de Bibliotecas (AAB), Bibliojobs y los perfiles de Twitter que se generen a partir de Tuiempleo, creando una lista Twitter que únicamente tenga como miembros estos perfiles, consultándola diariamente.
7. Consulta, una vez a la semana, del resto de recursos analizados, especialmente Jooble, por si publicaran alguna oferta no recogida en los recursos indicados en los puntos anteriores.

4. CONCLUSIONES

Se han analizado algunas publicaciones especializadas para conocer qué denominaciones existen para el/la profesional de la información. Después se analizan y describen una serie de recursos en línea para la búsqueda de ofertas de trabajo en el sector de la información y documentación, indicándose por qué fuentes comenzar para tener acceso a una buena parte de estas ofertas. También se incluyen recursos habitualmente conocidos por los/as profesionales, a los que se acaba llegando cuando la persona entra en el mundo formativo y/o laboral. Mediante la observación de los recursos y de las ofertas publicadas, y

de la postulación a estas, se muestran algunas impresiones sobre el funcionamiento y características de los recursos analizados. Finalmente, a partir de la experimentación con los recursos, utilizando algunas de las denominaciones para el/la profesional de la información indicadas, se recoge una serie de recomendaciones de uso de los recursos, que dan preferencia a ciertos recursos y a las notificaciones y alertas por correo. De esta forma, se evita la duplicidad de tareas y desperdicio de tiempo en tareas que pueden ser automatizadas por quien busca un empleo como profesional de la información.

Este trabajo puede resultar útil como guía básica para la búsqueda en línea de ofertas de empleo en información y documentación en el sector privado español, aportando al lector/a dos cuestiones muy importantes actualmente: eficiencia y tiempo. A pesar de lo anterior, no hay que olvidar que “aproximadamente el 80% de las ofertas de empleo están ocultas en el mercado laboral, es decir, no se publican” (Huerta, 2015), por lo que los contactos personales siguen siendo esenciales. La paciencia también.

Como trabajo futuro, se plantea el estudio en mayor profundidad de las ofertas de trabajo para profesionales de la información, teniendo en cuenta las descripciones de las tareas a desempeñar y los requisitos mínimos para la participación en procesos de selección. También se plantea el análisis pormenorizado de la publicación simultánea de una misma oferta en distintos recursos, con el fin de actualizar las recomendaciones indicadas. Esto puede resultar útil para las escuelas y facultades, pues pone en evidencia qué es lo que están buscando las empresas (esto es, las necesidades del mercado).

5. BIBLIOGRAFÍA

- ANECA. (2004). Libro Blanco: Título de Grado en Información y Documentación (Informe de la Comisión de Evaluación del diseño del Título de Grado en Información y Documentación) (p. 233). Madrid: ANECA (Agencia Nacional de Evaluación de la Calidad y Acreditación). Recuperado de: http://www.aneca.es/var/media/150424/libroblanco_jun05_documentacion.pdf
- Abadal, Ernest, y Borrego, Ángel. (2012). Mercado laboral de profesionales de la información: evolución de la oferta y de los perfiles ocupacionales. BiD: textos universitaris de biblioteconomia i documentació, 29. doi:10.1344/BiD2012.29.8
- Ceña Cosials, Margarita, y Serra Aranda. (2004). Las competencias profesionales del bibliotecario-documentalista en el S. XXI (pp. 1-11). Presentado en XV Jornadas de la Asociación de Bibliotecarios y Bibliotecas de Arquitectura, Construcción y Urbanismo (ABBA). Las bibliotecas de arquitectura, construcción y urbanismo en el siglo XXI: entre tradición e innovación, Barcelona: Asociación de Bibliotecarios y Bibliotecas de Arquitectura, Construcción y Urbanismo (ABBA). Recuperado de: <http://hdl.handle.net/2099/13546>
- Cordón García, José Antonio, Alonso-Arévalo, Julio, Gómez Díaz, Raquel, y López Lucas, Jesús. (2012). Las nuevas fuentes de información: información y búsqueda documental en el contexto de la web 2.0 (2a ed.). Madrid: Ediciones Pirámide.
- Equipo Rooter. (2012). Perfiles Profesionales más demandados en el ámbito de los Contenidos Digitales en España 2012 – 2017. Madrid: FTI – AMETIC. Recuperado de: http://ametic.es/sites/default/files/pafet_vii_perfiles_profesionales_cd_fti-rooter_1.pdf
- Gómez-Hernández, José Antonio, Hernández-Sánchez, Hilario, y Merlo-Vega, José-Antonio. (2011). Estudio FESABID sobre los profesionales de la información. Prospectiva de una profesión en constante evolución (p. 130). Madrid: FESABID. Recuperado de: <http://hdl.handle.net/10760/18057>

- Hernández-Sánchez, Hilario, Gómez-Hernández, José-Antonio, y Merlo-Vega, José-Antonio. (2014). Los profesionales de la información en España, tres años después. *Anuario ThinkEPI*, 8(0), 39-44. Recuperado de: <http://recyt.fecyt.es/index.php/ThinkEPI/article/view/29549>
- Huerta, Elena. (2015). Tu red de contactos: consejos prácticas para empezar a crearla. En *Red de Contactos: Consejos, ideas y trucos para conseguir empleo en el 2015* (pp. 22-24). Infojobs.
- Jacinto, Eliana Maria dos Santos Bahia, y Moreiro-González, Jose-Antonio. (2014). Archiveros y documentalistas emprendedores: el caso español y brasileño. *Informação & Sociedade: Estudos*, 24(2), 121-138. Recuperado de: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/16539>
- Martínez Mediano, Catalina. (2014). *Técnicas e instrumentos de recogida y análisis de datos*. Madrid: UNED. UNIVERSIDAD NACIONAL DE EDUCACION A DISTANCIA.
- Silveira, Denise Tolfo, y Córdova, Fernanda Peixoto. (2009). A pesquisa científica. En *Métodos de pesquisa* (pp. 31-42). Porto Alegre, Brasil: Editora da UFRGS. Recuperado de: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>
- Tejada Artigas, Carlos Miguel, Chacón Jarén, Sandra, y Moreiro-González, Jose-Antonio. (2014). Mercado de trabajo en información y documentación y crisis económica en España: una aproximación a partir de las ofertas publicadas en IweTel entre 2008 y 2013. *BiD: textos universitaris de biblioteconomia i documentació*, 32. Recuperado de: <http://bid.ub.edu>

PATRIMONIO SONORO Y AUDIOVISUAL UNIVERSITARIO HISPANO-BRASILEÑO (UCM, UEX, UNB, UFBA): CINE, PRENSA, RADIO, TELEVISIÓN, WEB SOCIAL EN ARCHIVOS- BIBLIOTECAS-CENTROS DE DOCUMENTACIÓN

Alfonso López Yepes, Jorge Caldera Serrano, Cynthia Roncaglio, Eliane Braga de Oliveira,
Miriam Manini, Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva

Universidad Complutense de Madrid – Universidad de Extremadura – Universidad de Brasília –
Universidade Federal da Bahia

Resumen

Esta comunicación supone la continuación al planteamiento realizado en la ponencia presentada al IV Seminario Hispano Brasileño de Investigación en Información, Documentación y Sociedad (24-26 junio 2015) sobre *Patrimonio audiovisual en bibliotecas y servicios universitarios a propósito del servicio de documentación multimedia de la universidad complutense: acceso abierto y proyección iberoamericana*, en la que se describía el estado de la cuestión y se hacían propuestas de actuaciones al respecto, especialmente la creación de un grupo de trabajo hispano-brasileño y las publicaciones que ello genere. Cumple ahora concretar todavía más los pasos a emprender para la propuesta que entonces se hacía de establecimiento de una *Red hispano-brasileña de patrimonio audiovisual en abierto en el ámbito de archivos, bibliotecas y centros de documentación universitarios*. Todo ello conlleva la implicación de cuatro universidades, dos españolas (UCM, UEx) y otras dos brasileñas (UnB, UFBA): su producción propia en información-comunicación-documentación audiovisual y acceso a la de otras instituciones temática y estrechamente relacionadas, en y sobre archivos, bibliotecas y centros de documentación universitarios hispano brasileños. Así como la presencia de éstos en ámbitos cinematográficos, periodísticos, radiofónicos, televisivos y en la web social. Se plantea como metodología la revisión de la literatura relacionada con la temática planteada, que finalmente muestra la escasa existencia de patrimonio audiovisual-multimedia propio en abierto en dichos ámbitos universitarios. Los resultados obtenidos basados en la discusión compartida entre los autores de la ponencia apuestan por un acuerdo de proyecto de investigación conjunto en pro de la configuración definitiva de la red mencionada, con el objetivo último de convertirse en red social propia, para que canalice todo ello, reduzca la dispersión informativa existente y establezca una clasificación pertinente de contenidos. Una fase previa a la culminación de la propuesta es la creación de *un Centro de documentación para la preservación y difusión del patrimonio sonoro y audiovisual universitario hispano-brasileño* (el establecimiento, en su inicio, de un *Centro de información virtual*) sustentado en experiencias y realizaciones previas, en vigor en la actualidad, por parte de las universidades españolas y brasileñas mencionadas, abiertas a nuevos desarrollos.

Palabras clave: patrimonio sonoro; patrimonio audiovisual; cine; prensa; radio; televisión; web social; archivo universitario; biblioteca universitaria; centro documentación universitario.

Resumo

Esta comunicação é uma continuação do planeamento feito em comunicação anterior, apresentada durante o IV Seminário Hispano-Brasileiro de Pesquisa em Informação, Documentação e Sociedade (24 a 26 junho de 2015) sobre patrimônio audiovisual em bibliotecas e serviços universitários: a propósito do

serviço de documentação multimídia da Universidade Complutense de Madrid: acesso aberto e projeção ibero-americana. Neste documento se descrevia o estado da questão e se propunham algumas iniciativas, em especial, a criação de um grupo de trabalho hispano-brasileiro e a divulgação de publicações geradas por ele. Cumpre agora avançar alguns passos para empreender a proposta então feita de realizar uma Rede hispano-brasileira de patrimônio audiovisual no âmbito dos arquivos, bibliotecas e centros de documentação universitários. Tudo isto implica o envolvimento de quatro universidades, duas espanholas (UCM, UEx) e duas brasileiras (UnB, UFBA): a própria produção delas em informação-comunicação-documentação audiovisual e acesso a outras instituições com temáticas estreitamente relacionadas, em e sobre arquivos, bibliotecas e centros de documentação hispano-brasileiros universitários, assim como a presença dessas em ambientes cinematográficos, jornalísticos, radiofônicos, televisivos e nas redes sociais. Propõe-se como metodologia a revisão da literatura relacionada com a temática, que demonstra finalmente a escassa existência do patrimônio audiovisual-multimídia próprio, com acesso livre nos ambientes universitários. Baseados nos resultados dessa discussão compartilhada, os autores da comunicação apresentam alguns aspectos do contexto de suas pesquisas sobre o audiovisual e informações básicas relativas aos acervos audiovisuais em suas universidades, e apostam num acordo de projeto de pesquisa conjunto em prol da configuração definitiva da rede mencionada com o objetivo último de criar uma rede social própria para a qual se canalizem todos os esforços, reduzindo a dispersão da informação existente e estabelecendo uma classificação de conteúdo relevante. A fase anterior à conclusão da proposta é a criação, inicialmente, de um centro de informação virtual para a preservação e difusão do patrimônio sonoro e audiovisual universitário hispano-brasileiro, baseado em experiências e realizações anteriores em vigor, por parte das universidades espanholas e brasileiras mencionadas e abertas a novos desenvolvimentos.

Keywords: patrimônio sonoro; patrimônio audiovisual; cinema; imprensa; rádio; televisão; web social; arquivo universitário; biblioteca universitária; centro de documentação universitário.

1. INTRODUCCIÓN: ESTADO DE LA CUESTIÓN

El análisis de la bibliografía especializada, escasa por cierto y muy dispersa, paliada sólo en parte por algunas publicaciones muy recientes que remiten a la temática aquí planteada, ya aludida en la edición anterior (IV, 24-26 junio 2015, UNESP-Marília-Brasil) del Seminario Hispano-Brasileño proporciona la siguiente descripción, muy sintetizada de la situación actual (CRIDI, 2015; Legatum, 2015; Leiva, 2015; López, 2016, 2015, 2014a, 2014b; SAVUES, 2012; Servei, 2015):

Las universidades y sus diversos servicios disponen de un apreciable patrimonio audiovisual sobre su creación, evolución histórica y realizaciones, que no están accesibles o se encuentran poco referenciadas. A pesar de ello se trata de una temática que apenas se plantea y debate en los ámbitos y foros profesionales del área de biblioteconomía-bibliotecología y documentación: es muy escasa la bibliografía existente. La información audiovisual y multimedia en y sobre archivos-bibliotecas-centros/servicios de documentación universitarios está presente en blogs, boletines electrónicos, e-prints, revistas multimedia, canales IPTV y portales propios, y en redes sociales –YouTube, Vimeo, Facebook, Pinterest, Google+...- y tabletas y teléfonos inteligentes.

La producción audiovisual propia de los archivos-bibliotecas-centros/servicios de documentación universitarios debe complementarse con la generada (producción ajena) por otras bibliotecas, servicios y plataformas audiovisuales universitarias, e incluso con su presencia en medios de comunicación e instituciones estrechamente relacionadas, cuyos fondos audiovisuales pueden enriquecer la labor que se desarrolla en el entorno universitario. Es necesaria por otra parte la participación de docentes, estudiantes e investigadores en la producción audiovisual en dichos ámbitos universitarios.

Debido al escaso espacio disponible se propone a continuación, de forma muy sintetizada, para que sirva como ejemplo, alguna muestra de actuaciones en el marco de la Universidad Complutense relacionadas con el patrimonio sonoro y audiovisual de producción propia o estrechamente relacionada sobre ciencias información-comunicación-documentación en y sobre archivos, bibliotecas y centros-servicios de documentación:

Cine-Radio-Televisión

Cursos verano del Escorial: prensa, radio-televisión... <https://www.ucm.es/cursosdeverano>
(UCM) <http://www.rtve.es/rtve/20160712/rne-participa-cursos-verano-escorial-cultura-como-protagonista/1370280.shtml> (RNE-RTVE)

InfoRadio: Facultad Ciencias Información UCM <http://inforadioucm.blogspot.com.es/>

Videoteca Antonio Lara (Cineteca): Biblioteca Facultad Ciencias Información UCM:
<http://biblioteca.ucm.es/blogs/InfoBlog/5712.php#.V5YDvOuLRD8>

Periodismo-Prensa

Congresos, Jornadas, Encuentros... sobre documentación informativa (periodística, audiovisual...)

<https://www.youtube.com/user/UCMCCINF>
<https://www.youtube.com/channel/UCA9sAn0wZhfVN3zWIA8Clw>

Web social: Blogs, canales, portales... propios UCM

Canal Complumedia-gestor Multimedia UCM: <http://complumedia.ucm.es/>

Servicio Documentación Multimedia. Dpto. ByD: <http://www.multidoc.es>

Plataforma de Divulgación Científica UCM: <http://plataformadivulgacionucm.com/>

Web social-Redes sociales

Canales UCM en YouTube:

<https://www.youtube.com/user/ucomplutensemadrid> (Universidad Complutense Madrid)

<https://www.youtube.com/user/UCMCCINF> (Facultad Ciencias de la Información1)

<https://www.youtube.com/channel/UCA9sAn0wZhlFVN3zWIA8Clw> (Facultad CC.I.2)

Formación universitaria

Máster Universitario en Patrimonio Audiovisual: historia, recuperación y gestión:
https://www.ucm.es/master_patrimonio_audiovisual

MOOC: Formación masiva, abierta y en línea UCMMOOC): <https://www.ucm.es/mooc>

Europeana-Hispana

Europeana: la plataforma del patrimonio cultural europeo: <http://www.europeana.eu/portal/es>

Hispana: portal de acceso al patrimonio digital español:
<http://hispana.mcu.es/es/estaticos/contenido.cmd?pagina=estaticos/presentacion>

La Biblioteca Complutense en la Biblioteca Digital Mundial de la UNESCO:
<http://biblioteca.ucm.es/blogs/labibliotecainforma/10724.php#.V4ywg-uLRD>

2. METODOLOGÍA: PRODUCCIÓN, RECUPERACIÓN, DIFUSIÓN INFORMATIVA.

En función de los objetivos a cumplir en el marco de la ponencia, se ha planteado en su desarrollo una metodología pertinente que responde a los siguientes puntos:

- Análisis del estado de la cuestión del patrimonio sonoro y audiovisual que presentan los
- ámbitos institucionales de archivos, bibliotecas y centros/servicios de documentación universitarios españoles y brasileños.
- En consecuencia, revisar función archivos, bibliotecas y centros/servicios especializados universitarios, entendidos también como medios de comunicación, especificando los nuevos roles que desarrollan en la actualidad, a saber documentalista, comunicador, investigador en ciencias sociales: del 2.0 al 3.0-web semántica.
- Determinar la situación que presentan los fondos documentales sonoros y audiovisuales de archivos, bibliotecas y centros/servicios de documentación universitarios y su presencia en medios de comunicación social: radio, televisión, web social... contempladas asimismo la radio y televisión universitarias, respecto a su integración, protección y difusión como patrimonio sonoro y audiovisual, en reconocimiento del valor social, político y cultural que supone la salvaguarda de la memoria sonora y audiovisual -patrimonio audiovisual- de los países iberoamericanos aquí representados (España y Brasil).

- Describir las nuevas tendencias tecnológicas y comunicacionales en ámbitos informativos aplicadas al área de conocimiento de las Ciencias Sociales (Comunicación social, comunicación audiovisual, documentación informativa, bibliotecología-biblioteconomía y documentación).

3. RESULTADOS-DISCUSIÓN: PROPUESTA DE ACTUACIONES.

El debate y discusión sobre resultados obtenidos o a obtener ha derivado en los resultados que se relacionan a continuación:

- Plantear un proyecto de investigación conjunto hispano-brasileño con el objetivo final de establecer una *Red hispano-brasileña de patrimonio audiovisual en abierto en el ámbito de archivos, bibliotecas y centros de documentación universitarios*, y como fase previa a su definitiva puesta en marcha, la configuración de un *Centro de documentación para la preservación y difusión del patrimonio sonoro y audiovisual universitario hispano-brasileño*.
- Como consecuencia de ello, configurar una plataforma informática adecuada y pertinentemente contrastada y experimentada, que albergue los contenidos de ambas propuestas de establecimiento mencionadas, partiendo de la utilización de herramientas e instrumentos de producción, recuperación y difusión, resultado de proyectos anteriores, pero abiertos a nuevos y futuros desarrollos.

3.1 POR QUÉ UN CENTRO DE DOCUMENTACIÓN PATRIMONIAL

Se configura la Documentación como una actividad científica fundamentada en dos basamentos imprescindibles: un método, consistente en el denominado proceso documental y un centro neurálgico, el Centro de Documentación, caracterizado por tres grandes funciones:

- a) Alcanzar de forma detallada los documentos primarios y secundarios vinculados a la conservación, difusión y preservación del patrimonio sonoro y audiovisual;
- b) Tener procesada la información concerniente mediante análisis formales y de contenido. Hablamos de clasificación, catalogación, indización y resúmenes analíticos.
- c) Disponer de un servicio de referencia y orientación especializado en la temática, para lo cual deben confeccionarse determinados productos documentales.
- d) El objetivo, en definitiva, es la creación de un Sistema de Información aplicado al patrimonio sonoro y audiovisual: su estudio, su conservación-difusión-preservación.

3.2 MODO DE CONFIGURACIÓN DEL CENTRO DE DOCUMENTACIÓN.

Confección de una "Biblioteca Virtual especializada" en recursos de patrimonio sonoro y audiovisual. Creación de un "Servicio de referencia en la temática". Coordinación de un "Título de experto en gestión del Patrimonio Sonoro y Audiovisual". Realización de un "Catálogo de emprendedores en lo concerniente al patrimonio sonoro y audiovisual" (base de datos online). Confección de una "Guía de recursos en patrimonio sonoro y audiovisual". Proyecto de "Servicio de alertas de convocatorias competitivas". Proyecto de "Cartografías del patrimonio Sonoro y Audiovisual".

3.3 TRABAJOS A DESARROLLAR Y CONTENIDOS A GENERAR EN EL CENTRO

El establecimiento del centro de documentación se sustenta en 5 fases, caracterizado todo ello por un amplio y concienzudo desarrollo:

Análisis previo y diagnóstico de la situación. Elaboración del proyecto de desarrollo de un centro de documentación. Presentación y aprobación del proyecto. Implantación del proyecto diseñado. Supervisión y control del proyecto implantado.

4. CONCLUSIONES

Las universidades y sus diversos servicios disponen de un apreciable patrimonio audiovisual sobre su creación, evolución histórica y realizaciones, que no están accesibles o se encuentran poco referenciadas. A pesar de ello se trata de una temática que apenas se plantea y debate en los ámbitos y foros profesionales del área de biblioteconomía-bibliotecología y documentación: es muy escasa la bibliografía existente.

La información audiovisual y multimedia en y sobre archivos-bibliotecas-centros/servicios de documentación universitarios está presente en blogs, boletines electrónicos, e-prints, revistas multimedia, canales IPTV y portales propios, y en redes sociales –YouTube, Vimeo, Facebook, Pinterest, Google+...- y tabletas y teléfonos inteligentes.

La producción audiovisual propia de los archivos-bibliotecas-centros/servicios de documentación universitarios debe complementarse con la generada (producción ajena) por otras bibliotecas, servicios y plataformas audiovisuales universitarias, e incluso con su presencia en medios de comunicación e instituciones estrechamente relacionadas, cuyos fondos audiovisuales pueden enriquecer la labor que se desarrolla en el entorno universitario.

Es necesaria por otra parte la participación de docentes, estudiantes e investigadores en la producción audiovisual en dichos ámbitos universitarios.

Como consecuencia del estado de la cuestión, se propone como objetivo establecer (mediante proyecto de investigación conjunto tras grupo de trabajo constituido en anterior seminario hispano-brasileño) una *Red hispano-brasileña de patrimonio audiovisual en abierto en el ámbito de archivos, bibliotecas y centros de documentación universitarios*, y como fase previa a su definitiva puesta en marcha, la configuración de un *Centro de documentación para la preservación y difusión del patrimonio sonoro y audiovisual universitario hispano-brasileño*. En función todo ello de las investigaciones que se han realizado y se están desarrollando en el marco de las universidades españolas y brasileñas representadas en esta ponencia.

5. BIBLIOGRAFÍA

CRIDI (2015). Grupo de Estudos sobre Cultura, Representação e Informação Digitais: <http://www.cridi.ici.ufba.br/> (Consulta 24.07.2016)

Legatum (2015) Proyecto del Grupo de Estudos sobre Cultura, Representação e Informação Digitais-CRIDI: Repositorio universitario en desarrollo cuyo objetivo es reunir y divulgar patrimonio audiovisual procedente de acervos archivísticos audiovisuales producidos o custodiados en el ámbito público de países cuyo idioma oficial es el portugués, español, catalán, gallego, rumano, francés e italiano : deverá reunir e divulgar representações de acervos arquivísticos audiovisuais produzidos ou custodiados no âmbito público dos países que possuem como idioma oficial o português, espanhol, catalão, galego, romeno, francês e italiano: http://www.cridi.ici.ufba.br/?page_id=489 (Consulta 24.07.2016)

Leiva Aguilera, Javier (2015). A propósito de "Desplazando el bibliocentrismo: 7 ideas para usar Youtube en la biblioteca" (Iwetel/Thinkepi) y Youtube en la biblioteca: alguna aportación más desde Servicio Documentación Multimedia UCM, respectivamente. Lista IWETEL [THINKEPI] 25 febrero de 2015: <http://www.bibliored30.com/p/debates.html> (Consulta 24.07.2016)

López Yepes, Alfonso (2016). Biblioteca universitaria y entornos audiovisuales en abierto: Estado de la cuestión y propuesta de actuaciones / Biblioteca universitària i entorns audiovisuals en obert: estat de la qüestió i proposta d'actuacions. BiD: textos universitaris de biblioteconomia i documentació, núm.36 (juny) <http://bid.ub.edu/36/lopez.htm> (Consulta 24.07.2016)

--- (2015). "Patrimonio audiovisual en bibliotecas y servicios universitarios a propósito del Servicio de Documentación Multimedia de la Universidad Complutense de Madrid: acceso abierto y proyección iberoamericana". En Actas IV Seminario Hispano-Brasileño de Investigación en Información, Documentación y Sociedad, 24-26 junio 2015.

--- (2014a). "Audiovisual en línea en la universidad española: bibliotecas y servicios especializados (una panorámica)". Icono 14, Vol. 12, Núm. 2 (2014): <http://www.icono14.net/ojs/index.php/icono14/article/view/689> (Consulta 24.07.2016)

--- (2014b). "Portal de investigación y divulgación de fuentes de información cinematográfica española (Cinedocnet): Hacia una red iberoamericana de patrimonio filmico informativo". En Francisco Ubierna Gómez y Javier Sierra Sánchez (Coordinadores). Miscelánea sobre el entorno audiovisual en 2014 (V Congreso Internacional de Investigadores Audiovisuales, 24-25 abril 2014). Madrid, Editorial Fragua, págs. 953-971.

SAVUES (2012). III Jornadas de los Servicios Audiovisuales de las Universidades Españolas, celebradas en las Escuelas Pías de la Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED) los días 27-28 septiembre 2012. Madrid: UNED: <https://canal.uned.es/serial/index/id/408> (Consulta 24.07.2016)

Servei d'Audiovisuals de la UB (2015). Universitat de Barcelona. <http://www.ub.edu/audiovisuals/laudiovisual-al-servei-de-la-universitat> (Consulta 24.07.2016)

6. EN RELACIÓN CON UEX (UNIVERSIDAD DE EXTREMADURA)

Autor: Jorge Caldera Serrano. Facultad Ciencias de la Documentación y la Comunicación. Universidad de Extremadura

CampusTv de la Universidad de Extremadura¹

Tras el lógico periodo de planificación, Onda Campus y CampusTV nacen en el mes de septiembre de 2004, por medio del acuerdo firmado por la Universidad de Extremadura y la Consejera Portavoz de la Junta de Extremadura. Evidentemente su planificación y nacimiento viene motivado por la presencia del Grado en Comunicación Audiovisual en el marco de la antigua Facultad de Biblioteconomía y Documentación (actualmente Facultad de Ciencias de la Documentación y de la Comunicación).

Su historia puede sistematizarse en tres etapas claramente diferenciadas:

Primera etapa (2004-2006).- Se crea únicamente OndaCampus, entendiéndose como un taller de radio para los alumnos de las titulaciones en Comunicación Audiovisual y tutelado por los profesores de la facultad. Más de veinte emisoras de la región firman convenios con la Universidad para integrar uno de sus programas cada quincena, lo que hace que sea mayor el interés por el alumnado en participar en el proyecto. En tan solo dos años OndaCampus cuenta con 80 espacios de 10 minutos.

Segunda etapa (2006-2010).- en Julio del año 2006 se comienza la emisión de OndaCampus como emisora por Internet, siendo en el curso 2006-2007 cuando OncaCampus Radio se convierte en la radio

¹ Información extraída de la web oficial de Onda Campus: <http://www.ondacampus.es>

institucional de la Universidad de Extremadura, participando en dicha iniciativa alumnado, profesora y personal de administración y servicio de la Universidad, así como instituciones externas. El 1º de octubre de 2006 es oficialmente inaugurada la emisora.

Se realiza una campaña de difusión para ofrecer los recursos y personal de OndaCampus a la Comunidad, desbordándose las expectativas y recibiendo más de 40 propuestas de programas, la mayoría de ellos con una periodicidad semanal.

En marzo de 2007 OndaCampus Radio y Campos TV se integran en una nueva marca, imagen corporativa, que se integra como OndaCampus, la RadioTV de la UEx, pasando a formar parte desde el punto de vista administrativo de la Fundación UEx-Sociedad.

En el curso 2007-2008 con una parrilla consolidada con más de una veintena de programas en parrilla se crea el dominio www.ondacampus.es, el cual es fundamental para la distribución de contenidos para la emisora por Internet. Por medio de la cooperación con emisoras locales, OndaCampus facilita recursos de programación a éstas por medio de la Web.

Entre los cursos 2008 y 2010 existe se reduce la colaboración por parte de los alumnos, por lo que se lleva a cabo una colaboración directa con UniRadio Huelva de tal manera que así se cuenta con nuevos recursos.

Tercera etapa (2010-). La séptima temporada aumenta su producción a 25 programas de producción propia, lo que supone prácticamente 4 horas diarias de programación, contando además con un total de 55 personas activas. Además, la web comienza a ser mucho más visitada y los diferentes perfiles en las redes sociales multiplican sus seguidores.

Campus TV

Al igual que la radio, Campus TV nace en septiembre de 2004, gracias al mismo acuerdo con la Consejera Portavoz de la Junta de Extremadura. Inicialmente CAMPUS TV tenía como objetivo el llevar a cabo un programa mensual en el cual se analizase la actualidad de la Universidad de Extremadura, así como explicar la organización, objetivos y funciones de la institución universitaria. Lógicamente este proyecto, al igual que el anterior, estaba liderado por la Facultad de Biblioteconomía y Documentación en la cual se impartía la Licenciatura en Comunicación Audiovisual) y coordinado por profesores del Centro y por el Gabinete de Comunicación de la Universidad de Extremadura.

La temática en los primeros años de Campus TV ha sido variada, aunque siempre centrándose en la temática universitaria (becas, cursos de doctorado de la UEx, convergencia europea, Universidad de Mayores, investigaciones, etc). Estos productos han sido difundidos especialmente por cadenas locales y la televisión regional extremeña.

Recordamos que la radio y televisión universitaria se integran en Onda Campus, la RadioTV de la UEx en marzo de 2007.

A partir de ahí la Universidad firma convenios de colaboración de diversas instituciones extremeñas para realizar labores de producción audiovisual, llegando a acuerdos con Instituto de la Juventud de Extremadura, Instituto de la Mujer de Extremadura, Centro 112 de Extremadura, Consejería de Cultura de Extremadura, Caja Badajoz, Fundación Ciudadanía, AUPEX, Identific, Espacios para el Empleo Nuevos Centros del Conocimiento, entre las más importantes.

A partir del séptimo año, con la mejora de la Web, los contenidos de Onda Campus TV comienzan a difundirse de manera más amplia. A partir de este año ha crecido de forma constante, contando con nuevos proyectos y una programación cada vez más extensa, tal y como veremos a continuación.

Servicios de Onda Campus TV

Congresos y cursos de verano.- Desde el comienzo Onda Campus TV ha realizado y realiza la grabación de eventos como cursos y congresos tanto en el marco de la Universidad de Extremadura como de instituciones externas. No sólo registra sino que lleva a cabo actas audiovisuales (analizados con posterioridad) o simples reportajes.

Vídeos promocionales.- Onda Campus TV lleva a cabo vídeos promocionadas a diferentes instituciones de la Universidad de Extremadura (servicios, facultades, etc.), en muchos casos como método de marketing para el aumento en el número de alumnos de las diferentes titulaciones. Igualmente lleva a cabo esta producción a otras entidades que así lo requieran.

Diseño e imagen corporativa.- Igualmente se realizan diferente actividades encaminadas al diseño y mejora de la imagen corporativa. Se realizan productos tales como dípticos y trípticos, cartelería, banners, plotters, formularios, chapas, etc. Además se lleva a cabo el diseño por medio del asesoramiento y análisis con la entidad interesada.

Infografía y animación.- Onda Campus cuenta con un Departamento de diseño, realizando para ellos diseño y labores de infografía así como animación en 2D para ilustrar los vídeos y reportajes realizados como productos audiovisuales por la televisión universitaria. Estas labores son realizadas tanto para instituciones de la Universidad de Extremadura como de otras entidades que requieran dicho servicio.

Actas audiovisuales.- Tal y como se ha señalado desde Onda Campus TV se realizan producciones captando congresos, simposios, cursos, jornadas, talleres, seminarios, etc. Se registran todas las aportaciones de los participantes de tal forma que puedan posteriormente añadirse a la publicación en forma de acta de congreso, el cual llevará asociado el ISBN.

Material didáctico.- Se llevan a cabo producciones en formato videotutoriales o pequeñas piezas formativas. Dichas labores se realizan para los Nuevos Centros del Conocimiento. Igualmente pudiera ser facilitado dichos servicios a cuantas entidades requirieran los servicios de Onda Campus TV.

Vídeo institucional.- Onda Campus TV realiza vídeos institucionales tanto a instituciones de la UEx como a otras instituciones externas, siempre que sean actos instituciones.

Ficción AV.- La producción de la ficción audiovisual en Onda Campus TV es importante, especialmente con su producción "Activos TV", programa que se realiza con periodicidad mensual y realizado para el Instituto de la Juventud de Extremadura. Dicho producción parodia series, películas, personajes y programas de televisión, de tal forma que ayuda a acercar dicho Instituto a los extremeños.

Subtitulados de vídeo.- Un importante servicio realizado por Onda Campus TV es la posibilidad de incorporar subtítulos a diferentes producciones audiovisuales realizados tanto desde Onda Campus como para otras producciones. Igualmente se lleva a cabo la subtitulación de vídeos en inglés y portugués. También se llevan a cabo locuciones para hacer las traducciones de los idiomas anteriormente señalados.

Premios, becas y aniversario.- Se lleva a cabo el seguimiento de entrega de premios, becas así como de aniversarios, realizando de la misma manera aquellos vídeos que pudieran proyectarse en dichos actos. Se realiza tanto a entidades propias de la Universidad de Extremadura como a otras entidades.

Coberturas y simulacros.- Desde el año 2009 Onda Campus TV cuenta con un acuerdo con el Centro 112 de Extremadura, Protección Civil y la empresa Multimedia Militar, de tal manera que se lleva a cabo la grabación de diferentes actuaciones de dichas instituciones.

Grabaciones sonoras y podcast.- En Onda Campus TV se cuenta con la posibilidad de llevar a cabo producciones sonoras, llevando a cabo cuñas, promos, etc. Igualmente se podría incorporar a la web de Onda Campus. Se realizan para instituciones tanto internas como externas a la Universidad de Extremadura.

Webgrafía

Web de onda campus: (Consulta 10.08.2016)

<http://www.ondacampus.es/>

Onda Campus en Vimeo: (Consulta 10.08.2016)

<https://vimeo.com/search/channel?q=onda+campus>

Trece canales con más de seis cientos vídeos.

Onda Campos en Youtube (Consulta 10.08.2016)

<https://www.youtube.com/user/ondacampus>

Canal mucho menos desarrollado que en Vimeo.

Onda Campus en el Gabinete de Información y Comunicación de la Universidad de Extremadura. (Consulta 10.08.2016)

<http://www.unex.es/organizacion/servicios-universitarios/servicios/comunicacion/recursos/videos>

Se recogen los últimos vídeos realizados por Onda Campus TV para la Universidad de Extremadura, enlazando con los diferentes canales de Vimeo.

PARTE RELACIONADA À UFBA (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA)

Autor: Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva²

² Este texto teve a colaboração dos membros da equipe de pesquisa da Fase 2 de 3 do projeto, então intitulado Desafios e alternativas digitais para a salvaguarda e difusão do patrimônio público documental arquivístico audiovisual (Fase 2 de 3). São ele, também considerados como co-autores do texto : João Victor de Amorim Pereira, Illana de Brito Mascarenhas Oliveira, Cíntia de Figueiredo Garcia, Antônio José Barreto Santos, Thaíse Menezes de Oliveira e Mateus Silva.

EL ESTUDIO DE LA FOTOGRAFÍA EN SU DIMENSIÓN SOCIAL: RECURSOS WEB DE INVESTIGACIÓN Y COMERCIALES, Y REDES SOCIALES EN ESPAÑA Y ESTADOS UNIDOS

Alicia Parras Parras, Julia R. Cela

Universidad Complutense de Madrid

Resumen

A lo largo de esta ponencia se realizará un estudio de los recursos web de información más importantes para la investigación de la fotografía en su dimensión social en dos sentidos, aquellas fuentes de información dirigidas a los investigadores, como la Library of Congress, la Biblioteca Nacional de España, El Museo Reina Sofía o el Archivo General de la Administración (AGA); pero también otras cuyo fin principal es la venta de imágenes, como por ejemplo agencias internacionales como Getty Images, dentro de la cual se incluyen otros archivos de la talla de The Life Picture Collection, que comprende y pone a disposición de los medios de comunicación la práctica totalidad de las imágenes publicadas en la mítica revista ilustrada. También veremos el caso de Magnum Photos que siendo una agencia que comercializa la fotografía también desempeña un importante papel para la investigación de esta disciplina. Por otro lado, también se tratará el tema de la digitalización comparando precisamente a las principales instituciones y archivos de España y Estados Unidos. Y, por último, veremos el papel que juegan las redes sociales (Instagram, Tumblr,) especialmente útiles para el editor gráfico.

Palabras clave: Fuentes de documentación fotográfica; Fotografía social; Library of Congress; Biblioteca Nacional de España; Redes sociales.

Abstract

This paper is a study of some the most important research of photography in its social dimension in two ways: web information resources, those sources of information addressed to researchers as the Library of Congress, the Library will be held national of Spain, Reina Sofia Museum and the General Administration Archive (AGA); but also others whose primary purpose is the sale of images, such as international agencies the likes of Getty Images, within which other files like The Life Picture Collection, which includes and provides media included communication practically all the images published in the mythical pictorial. We will also see the case of the prestigious Magnum Photos that being an agency that sells photography also plays an important role for research in this discipline. On the other hand, the issue of digitization will also discuss precisely comparing the main institutions and archives of Spain and the United States. And finally, we discuss the role of social networks (Instagram, Tumblr) especially useful for graphic editor.

Keywords: Social information resources; Social photography; Library of Congress; Biblioteca Nacional de España; Social networks.

1. INTRODUCCIÓN Y METODOLOGÍA

A lo largo de este trabajo veremos fuentes pertinentes para el estudio de la fotografía documental e informativa, desde un doble punto de vista de las fuentes:

- Fuentes bibliográficas: libros y manuales de historia de la fotografía, publicaciones y tesis doctorales de expertos en historia de la fotografía y en grandes fotógrafos y fotoperiodistas generales y específicos de España y Estados Unidos, consignados en la bibliografía, bien en soporte papel, electrónico o en línea.

- Fuentes archivísticas online (recursos web). Especialmente importantes para el estudio del nacimiento de la fotografía en España y los primeros reportajes gráficos, será pertinente la consulta de fondos depositados en la Biblioteca Nacional Española, (BNE) especialmente los fondos XX. Sin embargo, para la elaboración de otras investigaciones centradas, por ejemplo, en la Guerra Civil española, habrá que acudir al Archivo General de la Administración (AGA) donde se puede consultar el Archivo Rojo, que contiene más de 3.000 imágenes de la contienda completamente digitalizadas. Sin embargo, y teniendo en cuenta que en este trabajo se comparan dos países, España y Estados Unidos, se verán también los fondos fotográficos de la famosa Library of Congress, que reúne más de un millón de fotografías digitalizadas y accesibles desde cualquier lugar del mundo, o el International Center of Photography y la Agencia Magnum, testigos directos de la época más brillante del fotoperiodismo.

- Redes Sociales relacionadas con la fotografía (Tumblr e Instagram) que pueden ser usadas como bases de datos, de especial interés para profesionales de la fotografía, como por ejemplo, los editores gráficos.

Además, estas fuentes se dividirán según el uso que podemos hacer de ellas: para investigadores, con fines comerciales y de investigación, y las redes sociales como bancos de imágenes.

2. FUENTES BIBLIOGRÁFICAS PARA EL ESTUDIO DE LA FOTOGRAFÍA COMO DOCUMENTO SOCIAL

La imagen fotográfica en casi dos siglos de vida se ha convertido en testigo privilegiado de cada acontecimiento que sucede en el mundo. Gisèle Freund, socióloga de formación y fotoperiodista de profesión, ya habló de ese carácter “social” del medio fotográfico y su relación con el arte, con la política o el derecho, y lo compiló en su famoso libro *La fotografía como documento social* publicado en 1974. Casi 40 años antes, Freund en su tesis doctoral ya defendía precisamente estas relaciones de la fotografía y la sociedad del momento. Esta fue la primera tesis dedicada a la fotografía en el año 1936, un año que además sería clave para la fotografía porque estalla la Guerra Civil española (1936-1939) y con ella, un mundo de imágenes globales (y globalizadas) que permiten llevar el horror de la guerra a otros países como propaganda y denuncia invitándoles a intervenir. Pero volvamos algunos años atrás cuando otro autor, Walter Benjamin, dimensiona en el conciso libro *Breve historia de la fotografía* el alcance cultural del invento en 1931. Benjamin sostiene que la fotografía es un modo de expresión artística y reivindica la necesidad de aprender a leer la imagen, empezando por el propio fotógrafo, a propósito de lo que Moholy-Nagy vaticinó sabiamente: No el que ignore la escritura, sino el que ignore la fotografía, se ha dicho, será el analfabeto del futuro (Benjamin, 2011:45). Hoy esta sentencia está más que asumida: la fotografía en la portada de cualquier periódico es la carta de presentación de lo que está sucediendo en el mundo en cada momento, cada día. Primero vemos la imagen, después ojeamos el titular y, por último, nos disponemos a leer la noticia al completo si es que nos interesa, pero la imagen ya está grabada en la mente, probablemente para siempre.

Todas estas cuestiones planteadas acerca del diálogo entre fotografía y sociedad serán recogidas con gran acierto en el año 1976 por Susan Sontag en *On Photography* o *Sobre la fotografía* (en español). Y de nuevo,

las relaciones de la fotografía con la sociedad inmersa ya en los mass media. La fotografía es también poder, con mayúsculas, que viene dado por la inmensa audiencia, devoradora de revistas ilustradas, que conocen lo que sucede en el mundo por las imágenes que ven, y es también la década de los años 70 cuando a la fotografía le surge un competidor, si así podemos llamar a la televisión, una más en el hogar de tantos millones de personas. Sontag parte de que coleccionar fotografías es coleccionar el mundo ya que la imagen audiovisual se desvanece, como un rayo que brilla y desaparece, pero la fotografía, es más bien como un fotograma, que se queda grabado en la memoria, por ser único. Esta es la época, 1976, recordemos, en la que la fotografía se ha democratizado por completo, cualquiera puede tener una, dos, o más cámaras y revelar sus recuerdos por muy poco dinero en cualquier laboratorio de la calle. La fotografía como business está ya completamente asentada, son miles las agencias que envían a miles de fotógrafos a tomar miles de fotografías en miles de eventos que contemplarán miles de personas. La televisión es protagonista, sí, pero en realidad no compite con la fotografía, cada una tiene un puesto reservado en el baile de la información global. Este libro de Sontag, *Sobre la fotografía*, será el precursor de su posterior obra, *Ante el dolor de los demás*, publicado en el año 2002, en el que replantea sus teorías y pensamientos críticos acerca de la fotografía, en otra obra, más breve y concisa que la anterior. En ella, Sontag, analiza el efecto de las imágenes más terribles publicadas en los medios impresos: indiferencia y banalización o, por el contrario, cómo una imagen puede remover conciencias y plantear nuevos retos éticos a los receptores. Sontag rebate sus propios argumentos expresados treinta años antes, y no adelantemos acontecimientos, pero la autora norteamericana en una inteligente revisión de sus propias tesis, rechaza de pleno la discusión de que ya no existe una realidad determinada, sino representaciones mediáticas en un mundo sumido en una cultura del espectáculo, en el que se inserta la guerra. Lo anterior lleva a Sontag a afirmar el valor de las imágenes que muestran dolor. Y lo mismo ocurre con lo que ella misma denominó “ecología de las imágenes” en *Sobre la fotografía*, es decir, limitar las imágenes más terribles a un momento determinado de la semana, o una publicación concreta. Las tres décadas que separan ambos libros han demostrado que los horrores continuarán produciéndose y las imágenes seguirán llegando a nuestros hogares.

2.1 FUENTES HISTORIOGRÁFICAS

No podemos olvidar tampoco en esta introducción aquellas obras que casi desde el inicio de la fotografía han compilado su historia. Si la fotografía se presenta en la Cámara de Diputados francesa en agosto de 1839, pocos años después salen a la luz algunas de las primeras obras que van recogiendo la breve historia de la fotografía. Así, por citar algunas de estas obras, podemos enumerar las siguientes: Noël-Marie Lerebours, *Traité de Photographie* (1843), M.A. Gaudin, *Traité pratique de Photographie* (1844), Louis-Désiré Blanquart-Evrard, *La photographie, ses origines, ses progrès, ses transformations* (1869) y Louis-Alphonse Davanne, *La photographie, ses origines et ses applications* (1879)¹ En Estados Unidos la llegada de tal invento de la mano de Morse, pronto fue protagonista en la prensa de numerosos artículos que alababan un fenómeno de tal calibre.

Uno de los primeros libros que recogen la breve historia, por aquel entonces, del invento importado de Francia, es *The Camera and the pencil or the heliographic art* de Marcus Aurelius Root, publicado en 1864 y que conjuga en sus páginas la historia de la fotografía en Estados Unidos y Europa y también disposiciones tanto técnicas y prácticas para captar la expresión del retratado, que lejos de ser un asunto ingenuo sigue preocupando en nuestros días. Root fue el autor, sin lugar a dudas, de uno de los primeros y pormenorizados tratados de fotografía, al que por suerte, podemos acceder online (véase bibliografía).

¹ La doctora Helena Pérez Gallardo realiza en la introducción de su tesis una interesante enumeración de estas primeras obras que recogen la historia de la fotografía pocos años después de presentarse, como ya hemos dicho, oficialmente. Para más información véase PÉREZ GALLARDO, Helena: *Fotografía y arquitectura en España (1839-1886)*. Tesis doctoral. Madrid, Universidad Complutense de Madrid, 2013.

En cualquier caso, será en 1938 cuando aparezca uno de los libros decisivos y básico para el estudio de los primeros años de la fotografía en Estados Unidos: *Photography and the american scene. A social history, 1839-1889*, publicado con gran éxito en 1938². En esta obra, Taft, además de repasar la llegada y repercusión de la fotografía en Estados Unidos y los primeros daguerrotipistas, esboza los inicios de la prensa ilustrada, las primeras técnicas de impresión y la consiguiente dificultad para plasmar las fotografías en papel. Otros muchos autores, como J.J Mapes en *The America Repertory of Arts, Sciences and Manufacture*, dedicaron todos sus esfuerzos a comprender y difundir cómo era el proceso del daguerrotipo. Cómo anécdota hemos de señalar que el procedimiento para realizar estos daguerrotipos fue quedando obsoleto pero, sin embargo, se podía explicar en un libreto de tan solo treinta páginas pero contar la historia de la fotografía y dejar constancia a través de un libro, incluso en los albores de su nacimiento, podía suponer unas doscientas o trescientas páginas³. Sin embargo, es en nuestro país donde en 1981, después de cuarenta años de oscuridad impuesta por la dictadura franquista, se publica uno de las más brillantes, hasta el momento, intentos por reunir y hacer comprender la historia de la fotografía, nos referimos a la obra de Marie Loup Sougez *Historia de la fotografía* (1981), un auténtico manual con más de nueve ediciones a sus espaldas, divulgativo y científico a partes iguales, de lectura obligada para cualquier estudioso de la materia y que, edición a edición, ha ido incluyendo las propuestas más novedosas de la fotografía internacional. La misma autora coordinó en 2007 otro estudio denominado *Historia general de la fotografía* en el que con gran acierto introduce la historia del reportaje gráfico y da un punto de vista más global. Y acerca de nuestro país, una primera y acertadísima compilación de la historia de la fotografía en España la realizó Lee Fontanella en 1981 también, pero quedándose en 1900, el albor de un siglo XX cruel pero que es obviamente necesario estudiar. Publio López Mondéjar es quien toma el testigo y deja por escrito no solo el nacimiento del invento sino toda su evolución hasta el siglo XXI prácticamente en su *Historia de la fotografía en España* publicado en 1997.

2.2 REVISTAS ILUSTRADAS

En la evolución del fotoperiodismo estadounidense son principalmente dos hitos los que marcan y conforman su identidad: la revista *Life* y la agencia *Magnum*. En nuestro país no es difícil encontrar algunos libros sobre el magazine ilustrado del american way of life por excelencia, por ejemplo *The great "Life" photographers* (2004) con introducción de John Loengard; no obstante, es precisamente en Estados Unidos donde es posible descubrir libros que narran detalladamente la creación, los antecedentes y en definitiva la historia de este magazine. Es el caso de *The great american magazine. An inside history of life* (1986), escrito por Loudon Wainwright que trabajó en la revista hasta 1972, año en el que cerró. En el caso de *Magnum*, además de las numerosas obras que compilan imágenes de sus fotógrafos miembros, sobre todo, debemos consultar el libro de Russel Miller *Magnum. Fifty years at the front line of history* (1997), un clásico para conocer los entresijos de la cooperativa; desde su creación hasta el año 1989, cuando asiste a uno de los famosos annual meetings de la agencia estadounidense. Y desde luego, no podemos obviar al editor gráfico John Morris y sus memorias *¡Consigue la foto! Una historia personal del fotoperiodismo* (2013), en el que como si de una crónica se tratase, narra su propia vida como editor gráfico, que es la historia del fotoperiodismo en el siglo XX ya que Morris trabajó para *Life*, *Magnum* o el *Ladies' Home Journal* y nos desvela su trato personal y las historias que suceden a propósito de las fotografías de Capa o Cartier-Bresson, para terminar en los atentados del 11- S en Nueva York.

² Parece ser que los años treinta fueron el epicentro del interés social por la fotografía. Gisèle Freund presenta su tesis, Walter Benjamin publica *Breve historia de la fotografía*, como ya hemos visto en páginas anteriores, y Beaumont Newhall edita su *Historia de la fotografía en 1937* (que sigue siendo re-editado en nuestros días) relacionando de manera sobresaliente la evolución estética y la técnica en un solo libro.

³ Entrevista de Alicia Parras a Belén Palacios Somoza el 2 de julio de 2013.

2.3 FUENTES BIBLIOGRÁFICAS PARA EL ESTUDIO CIENTÍFICO Y DOCUMENTAL DE LA FOTOGRAFÍA

El estudio de la fotografía, como ocurre en todas las ciencias sociales, es un estudio multidisciplinar y con distintas aristas que nos dan una variedad muy interesante de puntos de vista y modos de abarcarla. Del estudio historiográfico pasamos al estudio del análisis de contenido, una vertiente más cuantitativa pero complementaria, en cualquier caso. Así, Félix del Valle Gastaminza, también docente e investigador de la Universidad Complutense edita, coordina y es autor de uno de los capítulos del libro *Manual de Documentación Fotográfica* (1999). Este manual, obra pionera, nos da las claves para el estudio formal y de contenido de la imagen fotográfica así como las pautas para su conservación, que es al fin y al cabo, la conservación de un patrimonio de todos. Otros muchos autores han querido también sumarse al esfuerzo de comprender la fotografía formalmente para que otros investigadores puedan seguir analizándola, es el caso de *Tras la imagen: investigación y práctica en fotografía* (2014) de Anna Fox, o de Juan Francisco Torregrosa Carmona (2010) que en un breve artículo científico, nos brinda distintos modelos de estudio de la fotografía.

En fin, la historia de la fotografía es un asunto ampliamente tratado, del mismo modo que lo son las vidas y obras de grandes fotoperiodistas. A los investigadores les queda el reto de continuar investigando, conjugando y comparando los lugares comunes para poder extraer nuevas conclusiones.

3. RECURSOS WEB EN FOTOGRAFÍA PARA INVESTIGADORES, CON FINES COMERCIALES Y LAS REDES SOCIALES COMO BANCOS DE IMÁGENES

Una vez que hemos visto en la introducción aquellas fuentes bibliográficas imprescindibles para el estudio de la fotografía desde el punto de vista histórico, científico y documental podemos continuar con aquellas fuentes o recursos online en 3 ámbitos:

- De interés para investigadores
- Con fines comerciales
- Redes sociales como bancos de imágenes

3.1 RECURSOS WEB PARA INVESTIGADORES

En este apartado nos centraremos en los recursos web necesarios para llevar a cabo cualquier investigación en el campo de la fotografía documental, centrándonos en los más importantes de España y Estados Unidos, ya que son los dos países que nos ocupan en este estudio.

La Biblioteca Nacional de España (BNE)

La Biblioteca Nacional de España es una de grandes referencias para investigadores de prácticamente cualquier ámbito y cómo no, también en la fotografía. Fundada en 1711 por Felipe V alberga más de dos millones de piezas fotográficas: desde daguerrotipos hasta fotografías estuchadas pasando por ambrotipos, ferrotipos o albúminas que dan fe de los distintos procesos y soportes que se han sucedido desde el nacimiento de la imagen fotográfica en 1839 y hasta mediados del siglo XX. Sin embargo, tan sólo una pequeña parte de estas imágenes están digitalizadas en la actualidad, y podemos acceder a ellas a través de la Biblioteca Digital Hispánica, estos registros pasaron de 3.321 en el año 2013 a 6.151 en 2016. La lentitud del proceso de digitalización se debe a la minuciosidad y el cuidado del detalle en el tratamiento de la imagen que exige muchos recursos económicos y humanos. Entre las colecciones digitalizadas encontramos el archivo de Jean Laurent (998 fotografía), imágenes de Charles Clifford (301

fotografías), Juan Gyenes (146 fotografías), Hermanos Mayo (73 fotografías), Robert Capa (8 fotografías), David Seymour Chim (7 fotografías), Káulak (3 fotografías), etc.

Library of Congress

Esta institución norteamericana que, en la práctica es la biblioteca nacional de los Estados Unidos, nace en 1800, cuando se traslada la capital del país desde Filadelfia hasta Washington D.C, con el fin de almacenar una serie de libros de carácter legal que servirían para asesorar al Congreso. Esta colección, que en aquel momento reunía tan sólo 700 volúmenes y algunos mapas, se atesoró en el mismo Capitolio y no fue hasta finales de ese siglo, concretamente en 1897 cuando por fin se inaugura el edificio sede de lo que hoy conocemos como Library of Congress. La colección Prints & Photographs Collection acumula aproximadamente quince millones de ítems, sin duda una imponente cifra cuyo tratamiento y conservación es un auténtico desafío tanto humano como económico. Además, uno de estos quince millones de registros se encuentra totalmente digitalizado y por lo tanto, es accesible a través de Internet desde cualquier parte del mundo, lo cual es completamente necesario para los estudiosos de la fotografía, especialmente la de tipo documental, ya que muchos de los grandes episodios de la historia de la fotografía universal se han forjado en este país norteamericano, como por ejemplo el Child Labor Committe (colección compuesta por más de 5.000 fotografías tomadas en su mayoría por Lewis Hine entre 1908 y 1924 y que daban cuenta de las duras condiciones laborales de los menores en Estados Unidos), la Farm Security Administration (FSA) (1935-1944) (que reúne la impresionante cifra de 171.120 fotografías de profesionales que hoy se consideran grandes fotógrafos de la historia como Dorothea Lange, Gordon Parks o Walker Evans), o la colección de más de 14.000 fotos, dibujos y negativos de la Guerra de Secesión Americana (1861-1865). Y sólo por citar algunos ejemplos que den idea de la importancia que tiene esta institución como fuente de información necesaria para el estudio de la fotografía y su alcance social.

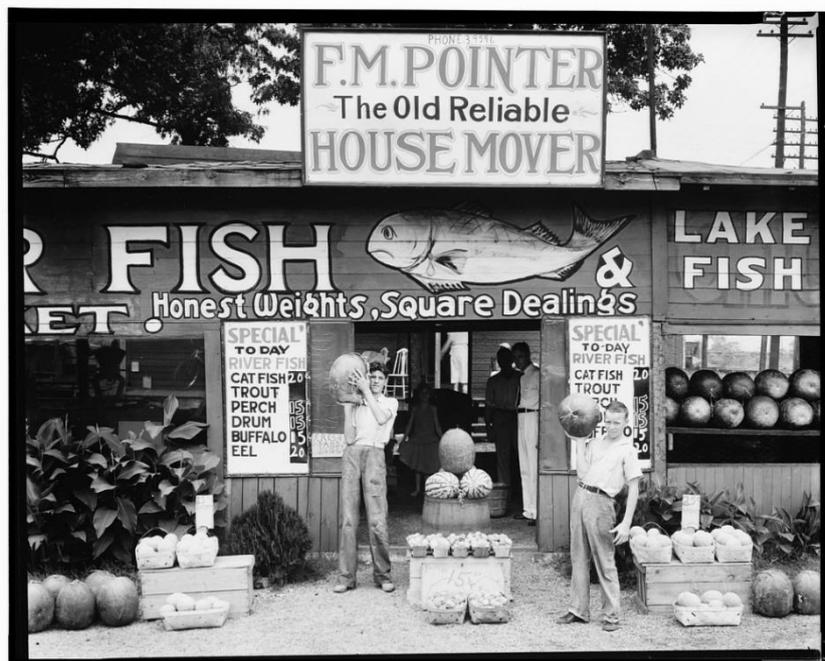


ILUSTRACIÓN 1. WALKER EVANS: *ROADSIDE STAND NEAR BIRMINGHAM, ALABAMA, 1936*

International Center of Photography (ICP)

Esta institución neoyorquina, más conocida por sus siglas ICP, nace en 1974 gracias a Cornell Capa, hermano del célebre Robert Capa, que también se dedicó a la fotografía. Aunque el ICP es fundado en los años 70, la iniciativa de crear un centro que albergase el legado de Robert Capa y otros fotógrafos como

David Seymour Chim o Werner Bischof, nace algunos años antes en 1966 con el International Fund for Concerned Photography para promover no sólo el legado de estos fotógrafos que fallecieron en sendos conflictos bélicos, sino también la concerned photography, o aquella fotografía documental y social destinada a intentar cambiar la visión sobre determinados acontecimientos. En cualquier caso, el ICP se divide en tres grandes bloques: la escuela, la biblioteca y el museo, así como una colección de fotografía que reúne 135.000 ítems, de los cuales, desafortunadamente, tan sólo una pequeña parte se encuentra digitalizada. Entre las colecciones digitalizadas podemos encontrar: Capa in color (157 fotografías), Cornell Capa (219 fotografías), La Maleta Mexicana (165 fotografías), Gerda Taro (72 fotografías), David Seymour Chim (247 fotografías), fotografías de W. Eugene Smith durante la II Guerra Mundial (11 fotografías), Eugene Atget (31 fotografías) o Weegee (193 fotografías), entre otros (incluyendo también las fotografías de Robert Capa tomadas en conflictos bélicos y que se comercializan, como veremos más adelante, a través de Magnum Photos).

Archivo General de la Administración (AGA): Archivo de la Delegación de Prensa y Propaganda de Madrid

Ya de vuelta a los archivos de nuestro país, debemos destacar el AGA y cómo no, dentro de este archivo, dos fondos de vital y necesaria importancia para cualquier estudioso de la fotografía española como son: el Archivo de la Delegación de Prensa y Propaganda de Madrid durante la Guerra Civil (1936-1939), también conocido como “Archivo Rojo”, y Estudio fotográfico Alfonso.

En primer lugar, el Archivo de la Delegación de Prensa y Propaganda de Madrid es un conjunto fotográfico creado por la Junta de Defensa de Madrid en 1936 (si bien podemos encontrar también eventos anteriores, como el advenimiento de la II República) como fondo propagandístico para denunciar los desastres de la Guerra Civil. Posteriormente, este conjunto de fotografías fue ocultado y utilizado por el bando nacional como instrumento de represión de las ideas políticas; este proceso, además de cambiar el sentido y la función original del Archivo, supuso su disgregación, ya que numerosas imágenes fueron extraídas de él para pasar a formar parte de los sumarios de la Causa General. Más tarde, con la llegada de la democracia en los años 70, este fondo pasó al Archivo General de la Administración, en Alcalá de Henares y hoy en día, se encuentra totalmente digitalizado y podemos acceder a él a través de Internet. Este archivo, que contiene 3.051 fotografías, está dividido en 29 categorías, que a su vez se subdividen en otras muchas, para conseguir una búsqueda más precisa, y cuenta con fotografías de Alfonso, Hermanos Mayo, Antifafot, Aguayo, Albergo y Segovia, Baldomero o Lladó, entre otros fotógrafos. Algunas de estas categorías hacen referencia a Armas y material de guerra, Escenas de guerra, Heridos y muertos de guerra, Intendencia o Refugiados. Hay que tener en cuenta que algunas de sus imágenes pueden resultarnos impactantes e incluso muy duras.. Además existe la interesante y valiosa posibilidad de que los visitantes aporten información: desde identificación de personas y lugares, hasta la autoría de dichas imágenes (Parras y Cela, 2014: 122-123).

También dentro del Archivo General de la Administración se encuentra el Estudio fotográfico Alfonso, donde pueden consultarse todas las fotografías de esta saga de fotógrafos pero que, por desgracia aún no se encuentra digitalizado. Este fondo documental abarca la obra de esta saga de fotógrafos (Alfonso Sánchez García e hijos: Alfonso, José y Luis Sánchez Portela), y es absolutamente indispensable para conocer a través de la fotografía la sociedad madrileña de primera mitad del siglo XX⁴.

Museo de Arte Contemporáneo Reina Sofía

⁴ En el siguiente epígrafe podemos comprobar que el Museo de Arte Contemporáneo Reina Sofía alberga una pequeña parte de las imágenes de Alfonso Sánchez García y Alfonso Sánchez Portela, algunas de ellas incluso digitalizadas.

Apenas es necesaria introducción para referirnos a este museo, referencia internacional en cuanto al arte contemporáneo. Este museo abrió sus puertas en 1990 en el histórico edificio antigua sede del Hospital San Carlos construido en el siglo XVI y, en un principio tan sólo albergaba exposiciones temporales hasta que en 1992 es inaugurado por los Reyes de España la tan esperada colección permanente, cuya gran joya es sin duda, el famoso “Guernica” de Pablo Picasso. Además de la colección permanente, este museo ha ido sumando iniciativas que lo enriquecen y complementan, como es el caso del Centro de Estudios, la Biblioteca y Centro de Documentación así como la digitalización del fondo fotográfico. El Museo Reina Sofía alberga las colecciones de fotografía de la segunda mitad del siglo XX, en contraposición a la Biblioteca Nacional que guarda los fondos que se ubican en el tiempo desde el nacimiento de la fotografía hasta, generalmente, la primera mitad del siglo pasado, con excepciones (Ortega y Kurtz, 1989). Actualmente, desde la web es posible acceder a un total de 2.183 fotografías digitalizadas, tanto documentales como artísticas e incluyendo autores tan relevantes como Marina Abramovic (2), Robert Adams (8), Diane Arbus (3), Bill Brandt (7), Brassai (40), Elliot Erwitt (4) o Walker Evans (14), Chema Madoz (12), Man Ray (54), Ouka Leele (3), Ortiz Echagüe (19), Cindy Sherman (18) o Alfonso Sánchez García (19), entre otras grandes figuras mundiales de la fotografía.

Además, esta institución artística custodia archivos de fotógrafos y grupos de fotógrafos de vital importancia en la segunda mitad del siglo pasado. Es el caso del archivo de Miguel Trillo, que comprende además de fotografías, fanzines; y el del grupo Afal (Agrupación Fotográfica Almeriense), colectivo integrado por Carlos Pérez-Siquier, Alberto Schommer, Gabriel Cualladó, Francisco Ontañón, entre otros, y cuya máxima era la renovación temática de la fotografía en los años cincuenta y sesenta del siglo XX a través de la revista AFAL.



ILUSTRACIÓN 2. MAN RAY: FOTOGRAFÍA DE MODA, 1937

3.2 RECURSOS WEB CON FINES COMERCIALES Y DE INVESTIGACIÓN

Las fotografías que encontramos en las web que pueden resultar interesantes para los investigadores de la fotografía pueden además pertenecer a archivos privados que también se comercializan. En este

apartado repasaremos precisamente agencias y, como ya hemos dicho, archivos cuyo principal objetivo es lucrarse de las fotografías que los integran con su venta a medios de comunicación o agencias de publicidad, pero que también por su calidad documental e histórica son fuentes de información de obligada consulta.

Magnum Photos

Magnum Photos es una cooperativa fotográfica de gran diversidad y distinción, propiedad de sus fotógrafos miembros. Con una poderosa e individual visión, los fotógrafos de Magnum son cronistas del mundo y, de este modo, interpretan sus gentes, eventos, asuntos y personalidades. Así se define Magnum en su página web, la agencia-leyenda creada por Robert Capa junto a David Seymour Chim, Henri Cartier-Bresson y George Rodger en 1947, tras conflictos como la Guerra Civil española (1936-1939) o la II Guerra Mundial (1940-1945), y aspiraban a conseguir la libertad creativa que echaban en falta a la hora de cubrir los encargos. Sin embargo, con el paso de los años, y teniendo en cuenta las grandes figuras de la fotografía informativa y artística que han engrosado sus filas, hoy en día el negocio se ha diversificado siendo una importante fuente de ingresos la comercialización y sindicación de sus archivos, no sólo a medios de comunicación sino también a fundaciones, museos o incluso agencias de publicidad que encuentran en las imágenes de los fotógrafos de esta cooperativa la manera perfecta de anunciar su producto o servicio.

Sin embargo, Magnum Photos es también un recurso web ideal para investigadores ya que es posible consultar online prácticamente la totalidad de archivos fotográficos de todos los integrantes, desde los fundadores hasta las más recientes incorporaciones incluyendo fotógrafos fallecidos y otros que, como W. Eugene Smith, abandonaron Magnum. La cifra de imágenes digitalizadas asciende a más de 600.000, si bien el archivo físico cuenta con más de 1 millón de ítems y está repartido entre las cuatro oficinas de Magnum (Nueva York, Londres, París y Tokio)⁵. Para terminar, debemos señalar que los derechos sobre el archivo de Robert Capa pertenecen al International Center of Photography (ICP, véase punto 2.1.3) pero se comercializa exclusivamente a través de Magnum Photos⁶.

The New York Times News Service & Syndicate

The New York Times nace hace casi dos siglos, el 18 de septiembre de 1851 (apenas una década después de que la fotografía se presentase en Francia en 1839), de la mano Henry J. Raymond y George Jones, que ya habían coincidido antes en otra publicación diaria durante los años cuarenta del siglo XIX llamada *The New York Tribune*, donde ya se convirtieron en colegas y amigos.

Desde esta página web del famoso diario neoyorquino es posible acceder a todos los contenidos previamente publicados, tanto en el periódico como en alguno de sus suplementos, y desde las columnas de opinión hasta las fotografías, objeto de este artículo. El propósito es puramente comercial ya que la sindicación es una fuente de ingresos para el diario, y ello se puede observar en el modo en el que la información se dispone y agrupa proponiendo temas a posibles clientes interesados en comprar esas imágenes.

⁵ Las ciudades que son sede de Magnum son parte de la signatura de las fotografías digitalizadas, ello indica donde se encuentra físicamente la imagen. Por ejemplo, LON76541 es una imagen del fotógrafo inglés Martin Parr depositada en las oficinas de Londres.

⁶ Ello se refleja en el crédito obligatorio que acompaña a las imágenes de Robert Capa: ©Robert Capa/International Center of Photography/Magnum Photos.

Sin embargo, también sirve como fuente de información para los investigadores porque pueden acceder a las 3.000 fotografías digitalizadas que van desde comienzos del siglo XX hasta prácticamente nuestros días y se encuentran agrupadas temáticamente en *World News, United States, Business/Finance, Lifestyle, Science and circuits y Sports*.

Getty Images

Getty Images es una de las agencias de fotografía de stock más importantes del mundo. Fundada en 1995 por Jonathan Klein junto a Mark Getty, miembro de la famosa familia que hizo su fortuna del petróleo y, en concreto, nieto de J. Paul Getty, creador del famoso museo de Los Angeles “Getty Museum” que atesora una impresionante colección de fotografía. Getty Images cuenta con una cifra de imágenes digitalizadas que supera los 200 millones de ítems divididos en cuatro categorías: Imágenes creativas, Imágenes editoriales, Video y Música; se trata de una agencia de fotografía de stock cuyos clientes son agencias de comunicación y publicidad (anuncios impresos y de TV, *packaging*) y prensa (editorial, publicaciones), entre otros.

El interés de Getty Images para los investigadores reside en algunos de los archivos que esta multinacional alberga y que veremos a continuación.

The Life Picture Collection

Henry Luce comenzó a explorar el mercado de los magazines en 1923, cuando fundó junto a un compañero de universidad la revista Time. En 1930 lanzan Fortune Magazine, dirigido a hombres de negocios y que reproduce fotografías de alta calidad en un papel también de alta calidad. Y, por fin, el 23 de noviembre de 1936 sale a la venta *Life*, con la inolvidable portada de Margaret Bourke-White que documenta la creación de la presa en Fort Peck (Montana), fruto del New Deal. *Life* fue el espacio perfecto (debido a su diseño editorial, en el que primaba la imagen) para plasmar esas narraciones pictóricas “atreviéndose” en ocasiones a colocar fotografías que ocupaban una página entera. Por supuesto, tanto el tamaño de las imágenes como el texto, los ladillos con los titulares y los pies de páginas responden a cuestiones ideológicas, y buscan la identificación de la población estadounidense del momento con lo que se plasmaba en las imágenes. En los años 50, debido a que la mayoría de hogares estadounidenses ya cuentan con un televisor, comienza la decadencia de *Life* (Wainwright, 1986). Finalmente, *Life* desaparece en 1972, aunque volverá en 1978 como publicación mensual, sin recuperar el éxito obtenido en los años 40 y principios de los 50. Sin embargo, gran parte de los fotoensayos publicados originalmente en papel pueden consultarse en la web de *TIME Life* <http://time.com/life/> y, sobre todo, en Getty Pictures que se encarga de su comercialización. Esta agencia multinacional cuenta con la impresionante cifra de 705.724 imágenes que pueden comprarse o licenciarse mediante su gestión, o bien consultarse online y descargarse en baja calidad.

Hulton Archive

El Hulton Archive fue creado por el escritor y editor Sir Edward George Warris Hulton (1906-1988) e incluye ítems fechados desde mediados del siglo XIX hasta las últimas décadas del siglo XX, y es un archivo descendiente directo de la revista ilustrada británica *Picture Post*, creada también por Edward Hulton en el año 1938. Esta publicación tenía cierto parecido con *Life*, quizá porque ambas contaron con la figura del fotógrafo y editor húngaro Stefan Lorant, que coincidió en ambas revistas ilustradas, desarrollando una nueva modalidad de contar historias a través de la fotografía, el fotoensayo.

El Hulton Archive contiene nada menos que 30 millones de fotos e integra, a su vez, 1.500 colecciones individuales que conforman, sin duda, un vasto conjunto de imágenes que dan cuenta de múltiples sucesos históricos acaecidos en dos siglos, casi desde el nacimiento de la fotografía en 1.839 (McDonald, 2004). Originalmente, el Archivo Hulton era el archivo de las fotografías tanto publicadas como

descartadas en el Picture Post; sin embargo, Edward Hulton agregó otras colecciones que daban muestra de su interés por la imagen fotoperiodística tales como el archivo de la London Stereoscopic Company (uno de los primeros estudios fotográficos profesionales creado en 1.854), la colección de Augustin Rischgitz, el fondo fotográfico de Alex Stewart y un largo etcétera (McDonald, 2004). En 1.958, un año después de la desaparición del Picture Post, el Archivo Hulton es vendido a la BBC que lo integra dentro del Radio Times Photo Archive, que contenía otras colecciones fotográficas de publicaciones como el Daily Express o el Evening Standard. Treinta años después, este archivo enriquecido en las sucesivas compras y adquisiciones pasa a manos privadas y suma los Archivos Keystone y otras colecciones que añadieron al Archivo Hulton joyas de la fotografía: desde calotipos y daguerrotipos y retratos de Julia Margaret Cameron, hasta fotografías de Man Ray y Brassäi. Getty Images, en el año 1.996, compra el Archivo Hulton por 8,6 millones de libras y prácticamente desde el inicio del nuevo milenio, todos sus esfuerzos fueron encaminados a la digitalización del archivo al completo y hoy se encuentra disponible en la web de esta agencia de fotografía.

Bettman Archive

En virtud del acuerdo firmado el 22 de enero de 2016, la agencia Corbis, creada por Bill Gates en 1989 (González, 2001) pasa a formar parte de Getty Images y, por tanto el Archivo Bettmann, parte de Corbis desde 1995 es hoy ya uno más de los tantos archivos fotográficos históricos integrados en Getty.

El Archivo Bettmann tiene su origen en la fusión de la impresionante compilación de imágenes realizada por el Dr. Otto Bettmann, conocido como The Picture Man (1903-1998) por considerarse a sí mismo “el inventor de negocio de los archivos gráficos”, con el United Press International Photo Archive, lo cual compone un curioso acervo gráfico de aproximadamente 11 millones de imágenes, como veremos a continuación.

La vida del Dr. Otto Bettmann, alemán de nacimiento, es peculiar ya que comenzó a coleccionar imágenes mientras trabajaba como conservador de libros raros en una biblioteca de Berlín, e incluso llevó a cabo la creación de un nuevo índice que permitiese recuperar las imágenes ya almacenadas con mayor facilidad. En 1935, al igual que ocurrió con otros muchos intelectuales, escritores, periodistas y fotógrafos, Bettmann se vio forzado a emigrar a Estados Unidos debido al auge del nazismo, y con el viajaban como único equipaje, dos arcones repletos de imágenes que conformaban el archivo del Dr. Otto Bettmann. En aquel momento, este país norteamericano vivía la época dorada de las revistas ilustradas (recordemos que Life, por ejemplo, nació en 1936) y del fotoperiodismo, lo cual supuso el escenario perfecto para que un ávido emprendedor como Bettmann viese una oportunidad de negocio en su archivo creando lo que hoy es una industria (McFadden, 1998). En 1981, el archivo fue vendido a la Kraus Thomson Organization y como ya avanzábamos algunas líneas más arriba, a este fondo se le unió en 1990 el UPI Photo Collection, que reúne las imágenes de la famosa agencia de noticias del mismo nombre creada en 1958 como resultado, a su vez, de otra fusión, la del International News Service, puesta en marcha por William Randolph Hearst, y United Press creada por E.W Scripps; por fin, en 1995, Bill Gates adquirió el fondo al completo para incorporarlo a Corbis (González, 2001). Las fotografías contenidas en UPI Photo Collection dan cuenta de prácticamente todos los hechos acaecidos durante el siglo XX, y vinieron a complementar las del archivo Bettmann, las cuales eran imágenes y fotografías que el propio Bettmann había tomado de libros y publicaciones antiguas en sus días como conservador (Dreyfuss, 1995).

4. REDES SOCIALES COMO BANCOS DE IMÁGENES

En este tercer apartado se verá el uso que puede hacerse de ciertas redes sociales como archivo y también como fuente de información e inspiración, especialmente útil en el trabajo del documentalista, el editor gráfico o incluso el investigador a la hora de llevar a cabo una primera búsqueda de imágenes que puedan servir para ilustrar un determinado reportaje. Sin embargo, se debe procurar una comprobación de esas

imágenes en fuentes de información fiables que ratifiquen datos relativos a la autoría, la fecha, lugar, etc. que nos permita citar correctamente la fuente y dar una información fiable al lector. En los próximos epígrafes nos centraremos en dos redes sociales estrechamente relacionadas con la imagen: Tumblr, más cercana al archivo, donde los usuarios van combinando imágenes tomadas de otros usuarios; e Instagram, una red social estrechamente ligada a la actualidad.

Tumblr, la red social de referencias visuales

Hablar de archivos de fotografía significa también hablar de tiempo pues supone almacenar y ordenar ese tiempo contenido en el documento gráfico según ciertos criterios que después nos permiten recuperar ese documento. Quizá lo más cercano al archivo en redes sociales son Flickr y Tumblr, y precisamente en este epígrafe nos centraremos en la última por lo interesante de su formato que conviene explicar a continuación. El concepto de esta red social así como el nombre “Tumblr” proviene de los tumblogs cuyo propósito no era otro que flexibilizar y acelerar el posteo de los blogs, que exigían unos textos más largos y elaborados. Los tumblogs se anticiparon a Twitter, de lejos la mayor encarnación de ese deseo de brevedad y flexibilidad (Smith, 2011:6). La historia de Tumblr se remonta a 2007 cuando nace en Estados Unidos de la mano de David Karppe, gracias a su flexibilidad a la hora de personalizarlo pronto se hizo muy popular, quizá también por la promoción que cantantes como Katy Perry y Lenny Kravitz hicieron al subir sus nuevas canciones a sus tumblrs personales (Smith, 2011:8), y es un punto intermedio entre los blogs, más cercanos a los artículos de opinión en prensa, y Twitter que condensa lo que el usuario desea expresar en unos escuetos 160 caracteres.

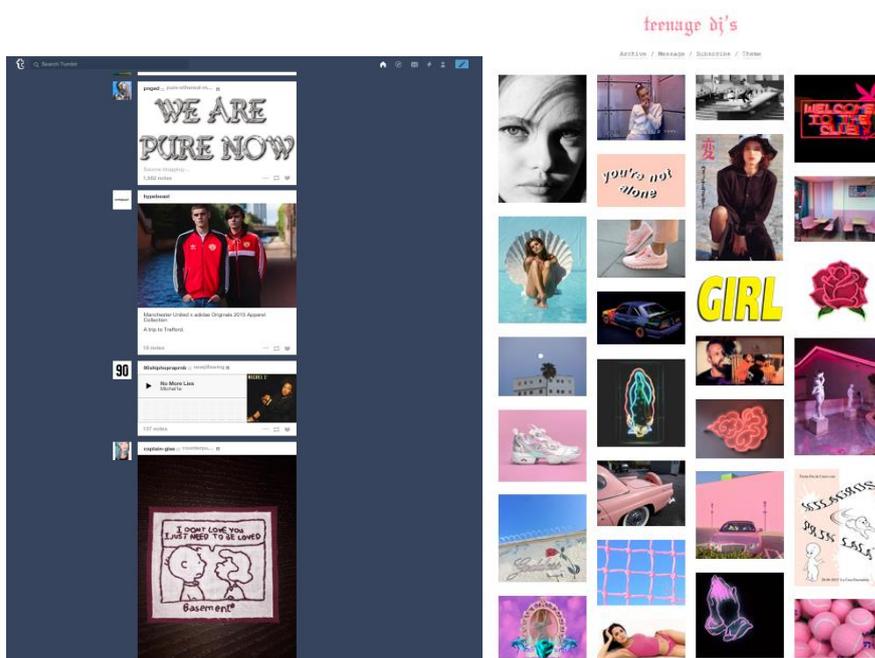


FIGURA 3. A LA IZQUIERDA TENEMOS LA VISTA CLÁSICA DE TUMBLR DONDE SE ACUMULAN LAS IMÁGENES, Y A LA DERECHA EL LLAMADO DASHBOARD O PANEL DE CONTROL DESDE DONDE EL USUARIO PUEDE SUBIR LAS IMÁGENES, VIDEOS, TEXTOS, LINKS, ETC. ASÍ COMO VER Y REBLOGUEAR LAS DE OTROS USUARIOS DE LA RED.

La plataforma Tumblr se basa en el reblogueo de imágenes, es decir, el usuario va construyendo su propia página de 2 maneras:

- 1.- Subiendo sus propias imágenes.
- 2.- Tomando desde el dashboard las imágenes de otros usuarios.

Las imágenes se disponen como vemos en la imagen anterior según la plantilla que el usuario ha elegido y las va acumulando en el tiempo, conformando incluso una determinada estética, como si de un archivo se tratase. Por las características anteriores, Tumblr es muy utilizado por diseñadores gráficos, artistas e incluso editores gráficos.

Instagram, el archivo y la actualidad.

El antecedente más próximo a Instagram es Hipstamatic, una app que, al igual que la primera, permitía tomar fotos con la novedad de que se podían elegir a priori las lentes, el flash y el carrete, y posteriormente añadir filtros y marcos. En las siguientes líneas hablaremos de una de las redes sociales que más debates ha generado en el campo de la fotografía: fotografía artística vs. fotoperiodismo, el auge del fotoperiodismo ciudadano y la posibilidad de la instantaneidad más absoluta. Y es que a través de Instagram podemos tomar una fotografía, retocarla (si así se desea, gracias a los numerosos filtros y opciones de ajuste), y compartirla con una comunidad de millones de usuarios (Borges-Rey, 2015:571-572); por tanto, es un instrumento de producción y posproducción, un medio de comunicación que también cumple también la función de archivo gracias a los famosos hashtags o palabras clave precedidas del símbolo # que agrupan las imágenes en diferentes categorías y que recuperan el documento una vez se introduce en el campo de búsqueda. Según la definición de Feixa et al. (2016:110), el hashtag es una etiqueta de metadatos precedida de un carácter especial con el fin de que tanto el sistema como el usuario la identifiquen de forma rápida. Se usa en servicios web tales como Twitter, Instagram, Facebook, FriendFeed, identi. ca o en mensajería basada en protocolos IRC para señalar un tema sobre el que gira cierta conversación. Fue Chris Messina, trabajador de Google, quien propuso su uso en la red de microblogging Twitter para señalar grupos y temas.

Como veremos a continuación, Instagram cumple una doble función:

1.- Archivo, que a su vez se divide en dos tipos. El primero es el perfil del usuario en el que las imágenes se disponen en filas de tres desde la primera imagen que subió a la red hasta la última. Además, puede tener un carácter público, es decir, cualquier usuario puede verlo, o por el contrario, este perfil puede ser privado (en este caso, únicamente pueden ver el perfil los seguidores que previamente acepte el usuario). El segundo tipo es el archivo común. En realidad, hay millones de archivos comunes, tantos como hashtags existan.

2.- Actualidad. Es decir, la fotografía en tiempo real, lo que está sucediendo, la parte de medio de comunicación inmediato que tiene Instagram y que ha dotado a las noticias que registran los usuarios en esta red social de unas características especiales entre las que está no sólo la inmediatez, sino la dificultad de impedir la publicación de ciertos contenidos. Ello contrasta con lo que sucede en otros medios, como los diarios o las televisiones, donde las imágenes pasan innumerables filtros y decisiones de gatekeepers hasta llegar al espectador, y por último, la posibilidad de comentar directamente esas imágenes que, al fin y al cabo, también son informativas.

5. CONCLUSIONES

A lo largo de estas páginas se ha intentado hacer un repaso por tres tipos de fuentes fundamentales a la hora del estudio de la fotografía en relación con la historia, la economía y lo social especialmente importantes en dos países: España y Estados Unidos, para subrayar la importancia de la fotografía como documento social desde su creación en 1839.

Para ello, se ha comenzado hablando de aquellas fuentes bibliográficas necesarias para cualquier estudio sobre la fotografía como documento social e histórico. Sin embargo, es también de gran importancia para el investigador poder ver y conocer de primera mano ese documento fotográfico y para ello, en el artículo se han incluido las fuentes de información web que cuentan con los archivos digitalizados. En estas

páginas web, como la Biblioteca Nacional de España o la Library of Congress en el caso norteamericano, podemos acceder a valiosas fotografías desde cualquier parte del mundo, aunque la digitalización de los archivos norteamericanos superen con creces a los españoles debido a los activos económicos y humanos. En cuanto a los recursos comerciales, podemos señalar que los vistos en estas páginas tienen un valor histórico especialmente significativo, casi mayor que el económico. Hablamos de Magnum o del archivo de la famosa revista ilustrada Life integrado en su totalidad en el gigante por excelencia de las agencias de fotografía Getty Images. Tampoco podemos olvidar la importancia actual de las redes sociales, donde a golpe de click el investigador puede encontrar cualquier fotografía y además se convierte, si así lo desea en productor de imágenes.

Recurso web	Visitas diarias
BNE	33.764
Library of Congress	388.380
International Center of Photography	8.764
Archivo de la Delegación de Prensa y Propaganda de Madrid	No se puede evaluar
Museo de Arte Contemporáneo Reina Sofía	11.718
Magnum Photos	25.335
<i>The New York Times News Service & Syndicate</i>	8.856
Getty Images	52.959

TABLA 1. VISITAS DIARIAS DE LOS RECURSOS WEB

En la anterior tabla podemos observar las visitas diarias de los recursos web vistos anteriormente. Estos datos han sido obtenidos a través de Mustat (<http://www.mustat.com/>), un medidor de visitas que analiza el número de visitantes por día, mes y año de cada web así como del valor de estos portales y los visitantes únicos. Las visitas de los archivos Life, Hulton y Bettmann, que pertenecen a Getty, son consideradas por Mustat iguales a las de Getty.es; y las del Archivo de la Delegación de Prensa y Propaganda son imposibles de evaluar según este medidor. El archivo más visitado es la estadounidense Library of Congress, sin embargo, sorprende que un gigante de la fotografía comercial como es Getty Images, que integra a su vez tantos otros archivos que son consultados, comprados y descargados tenga un número de visitas relativamente bajo (52.959) comparado con la Library of Congress o incluso Magnum Photos (25.335). Si comparamos estas cifras con los usuarios de las redes sociales vistas en estas páginas, Tumblr e Instagram, crecen exponencialmente hasta los 170 millones en el caso del primero (Wikipedia, 2016), y los 500 millones si hablamos de Instagram (Martín, 2016). Ninguna de estas fuentes (bibliográficas, recursos web para investigadores y comerciales, y redes sociales) son excluyentes, sino totalmente complementarias.

6. BIBLIOGRAFÍA

Benjamin, Walter (2011): Breve historia de la fotografía. Madrid, Casimiro.

Bettman Archive: Bettmann archive <http://www.gettyimages.es/?corbis> [fecha de consulta: 21 de agosto de 2016].

Biblioteca Nacional de España (BNE): Colección de fotografía (en línea) <http://www.bne.es/es/Colecciones/Fotografia/> [fecha de consulta: 21 de agosto de 2016]

Borges-Rey, E. 2015, "News Images on Instagram: The paradox of authenticity in hyperreal photo reportage", Digital Journalism, vol. 3, no. 4, pp. 571-593.

- Cela, Julia R. y Parras Parras, Alicia (2014): "Comunicación y memoria: el fotoperiodismo como testigo de la violencia. Fuentes documentales de la Guerra Civil Española (1936-1939)" en *Historia y Comunicación Social* Vol. 19. Madrid: Universidad Complutense de Madrid.
- Díaz Arias, Rafael (2012): "Periodismo, iconos audiovisuales y redes sociales" en *Innovaciones periodísticas en las redes sociales*. Cibermedia (Grupo de Investigación): Madrid. Pp. 141-163.
- Dreyfuss, R. (1995). The picture man: From two steamer trunks full of photographs otto bettmann built the world's largest picture archive. *Baltimore Jewish Times*, 226, 55. (En línea): <http://0-search.proquest.com.cisne.sim.ucm.es/docview/222856141?accountid=14514> [consultado el 5 de septiembre de 2016].
- Emerling, J. (2012). *Photography. History and theory*. Nueva York: Routledge
- Feixa, C., Fernández-Planells, A. & Figueras-Maz, M. (2016): "Generación Hashtag. Los movimientos juveniles en la era de la web social" en *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 14 (1), pp. 107-120.
- Freund, G. (2002). *La fotografía como documento social*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Fox, A., Caruana, M., & Zelich, C. (2014). *Tras la imagen: Investigación y práctica en fotografía*. Barcelona: Gustavo Gili.
- González, Eric (2001): *Negativos congelados*. *El País* (en línea)
http://elpais.com/diario/2001/04/22/cultura/987890402_850215.html [consultado el 3 de septiembre de 2016].
- Hulton Archive: Colección (en línea): <http://www.gettyimages.es/collections/hulton-archive> [consultado el 5 de septiembre de 2016].
- Keller, B. (2008). *The New York Times Front Pages (1851-2008)*. New York: Black Dog & Leventhal.
- Library of Congress: Prints & Photographs Online Catalog (en línea) <http://www.loc.gov/pictures/> [consultado el 20 de agosto de 2016].
- Life Editors; (introducción de John Loengard) (2004): *The great "Life" photographers*. New York: Bulfinch.
- López Mondéjar, P. (2003): *Historia de la fotografía en España*. Barcelona: Lunwerg.
- López Mondéjar, P. (2008): *La fotografía como fuente de memoria*. (Discurso de ingreso en la Real Academia de Bellas Artes de San Fernando). Madrid: RABASF.
- Magnum: Magnum Photos (en línea): <http://www.magnumphotos.com/> [Fecha de consulta: 15 de agosto de 2016].
- Martín, Antonio M.: *Instagram supera los 500 usuarios* (en línea): <http://www.elmundo.es/economia/2016/06/28/57729983e2704ef86f8b45cb.html> [consultado el 28 de octubre de 2016].
- McDonald, Sarah (2004): *Hulton Archive. History In Pictures* (en línea)

- <http://corporate.gettyimages.com/masters2/conservation/articles/hahistory.pdf> [consultado el 18 de agosto de 2016].
- McFadden, Robert D. (1998): Otto L. Bettmann, 94, Dies; Founded Archive of Photos. The New York Times (en línea) <http://www.nytimes.com/1998/05/04/nyregion/otto-l-bettmann-94-dies-founded-archive-of-photos.html> [consultado el 28 de julio de 2016].
- Miller, R. (1997): Magnum. Fifty years at the front line of history. New York: Grove Press.
- Museo de Arte Contemporáneo Reina Sofía: Fotografías (en línea): <http://www.museoreinasofia.es/buscar> [consultado el 23 de julio de 2016].
- Ortega, Isabel y Kurtz Gerardo F. (coord.) (1989): 150 años de fotografía en la Biblioteca Nacional: guía inventario de los fondos fotográficos de la Biblioteca Nacional. Madrid: El Viso.
- Portal de Archivos Españoles: Historia del Archivo Fotográfico de la Delegación de Prensa y Propaganda de Madrid. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte (en línea) <http://pares.mcu.es/ArchFotograficoDelegacionPropaganda/inicio.do> [consultado el 15 de julio de 2016].
- Ródenas, Gabriel (2013): "Capturar es compartir. Filosofía, redes sociales y fotografía 2.0" en Enrahonar. Quaderns de Filosofia 50. Pp59-72.
- Root, Marcus Aurelius (1864): The camera and the pencil or the heliographic art. Philadelphia, J.B Lippincot & Co, (en línea) <http://quod.lib.umich.edu/m/moa/ael5150.0001.001/10?page=root;size=100;view=image> [consultado el 23 de julio de 2016].
- Smith, Bud E. (2011): Sams Teach Yourself Tumblr in 10 Minutes. Nueva York: Pearson Ed.
- Sontag, Susan (2003): Ante el dolor de los demás. Madrid: Alfaguara.
- Sontag, Susan (2009): Sobre la fotografía. Madrid: DeBolsillo.
- Sougez, Marie-Loup: Historia de la fotografía. Madrid, Cátedra, 2001.
- The Life Picture Collection: Colección (en línea): <http://www.gettyimages.es/collections/lifepicture> [consultado el 2 de agosto de 2016].
- The New York Times News Service & Syndicate: Images (en línea): <https://www.nytsyn.com/> [consultado el 2 de agosto de 2016].
- Torregrosa Carmona, J. F. (2010). Modelos para el análisis documental de la fotografía. Documentación De Las Ciencias De La Información; Vol. 33 (2010); 329 - 342,
- Valle Gastaminza, Félix (coord.) (1999): Manual de documentación fotográfica. Madrid: Síntesis.
- Wainwright, Loudon (1986): The great american magazine. An inside history of Life. Alfred A. Knopf: Nueva York.
- Wikipedia (2016): Tumblr (en línea) <https://es.wikipedia.org/wiki/Tumblr> [consultado el 23 de octubre de 2016].
- Wilhem, Henry, Hartman, Ann C., Johnston, Kenneth y Rijssper Els (2004): High security, sub-zero cold storage for the permanent preservation of the Corbis-Bettman archive photography collection

en las actas del Imagine Science & Tech Conference, San Antonio, Texas. (En línea): http://www.wilhelm-research.com/subzero/WIR_ISTpaper_2004_04_HW.pdf [consultado el 23 de julio de 2016].

Young, Cynthia (ed.) (2011): La maleta mexicana: las fotografías redescubiertas de la Guerra Civil española de Capa, Chim y Taro. Madrid: La Fábrica, Fundación Pablo Iglesias.

Otras fuentes

Entrevista de Alicia Parras a Belén Palacios Somoza el 2 de julio de 2013.

ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS AUDIOVISUAIS: NOVAS ABORDAGENS INTERDISCIPLINARES

Daniela Lucas

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo

O crescimento exponencial de informações, ocasionado principalmente pelas facilidades introduzidas pelas tecnologias da informação e comunicação, vem impondo desafios no processo de produção, organização e disseminação de informação em unidades de informação como arquivos, bibliotecas, museus, centros de documentação e projetos de memória. Tais desafios encontram-se principalmente na descaracterização do formato de produção e consumo de informação associado a seus usuários. A descaracterização é decorrente da digitalização das coleções, pois sua disponibilização na Internet rompe com o controle do equilíbrio entre oferta e demanda de informações e transfere para o ambiente digital o problema da gestão de informação. Uma das principais mudanças que reflete a Web é a desterritorialização do documento e a sua desvinculação de uma forma física tradicional como o papel, possibilitando uma integração entre diferentes suportes (texto, imagem, som, vídeo), além da modificação na forma linear de acesso a essas mídias digitais promovida pela inserção das tecnologias hipertexto e hiperídia. As comunidades de Web Semântica e de bibliotecas digitais que interpretam, manipulam e geram arquivos de mídia, especialmente na Web, vêm advogando o uso de tecnologias abertas e preconizadas pelo World Wide Web Consortium (W3C). Trata-se do uso de ontologias para descrever semanticamente recursos multimídia na intenção de promover melhorias na organização da informação digital e na transmissão de significado no processo de recuperação da informação. O presente artigo, utilizando-se do método de levantamento bibliográfico e documental nos campos das Ciências da Informação e da Computação, destaca princípios e modelos, processos, instrumentos e produtos da organização e representação da informação e do conhecimento enfatizando a importância histórica de disciplinas fundadoras bem como tecnológicas no processo evolutivo de técnicas de tratamento da informação audiovisual.

Palavra-chave: Organização da informação e do conhecimento. Documentos audiovisuais. Web semântica. Padrões de metadados. Ontologias.

Abstract

The exponential growth of information, mainly caused by the facilities introduced by information and communication technologies, has imposed challenges in the production process, organization and dissemination of information in information units as archives, libraries, museums, documentation centers and memory designs. These challenges are mainly in the mischaracterization of the production format and information consumption associated with its users. The mischaracterization is due to the digitization of collections, because its availability on the Internet breaks the control of the balance between supply and demand information and transfers it to the digital environment the problem of information management. One of the major changes that reflect the Web is the dispossession of the document and its disassociation from a traditional physical form as paper, enabling integration between different media (text, image, sound, video), and the change in the linear form of access these digital media promoted by the inclusion of hypertext and hypermedia technologies. The Semantic Web communities and digital libraries that interpret, manipulate and generate media files, especially on the Web, come advocating the

use of open technologies and recommended by the World Wide Web Consortium (W3C). It is the use of ontologies to describe semantically multimedia features in an attempt to promote improvements in the organization of digital information and the meaning of transmission in the information retrieval process. This article, using the bibliographic and documentary survey method in the fields of Information and Computer Sciences, highlights principles and models, processes, tools and products of the organization and representation of information and knowledge emphasizing the historical importance of founding disciplines and technology in the evolutionary process of the audiovisual data processing techniques.

Keywords: Organization of Information and Knowledge. Audiovisual Documents. Semantic Web. Metadata Standards. Ontologies.

1. INTRODUÇÃO

O crescimento exponencial de informações, ocasionado principalmente pelas facilidades introduzidas pelas tecnologias da informação e comunicação, vem impondo desafios no processo de produção, organização e disseminação de informação em unidades de informação como arquivos, bibliotecas, museus, centros de documentação e projetos de memória. Tais desafios encontram-se principalmente na descaracterização do formato de produção e consumo de informação associado a seus usuários. A descaracterização é decorrente da digitalização das coleções, pois sua disponibilização na Internet rompe com o controle do equilíbrio entre oferta e demanda de informações e transfere para o ambiente digital o problema da gestão de informação (Dodebei, 2009).

Uma das principais mudanças que reflete a Web é a desterritorialização do documento e a sua desvinculação de uma forma física tradicional como o papel, possibilitando uma integração entre diferentes suportes (texto, imagem, som, vídeo), além da modificação na forma linear de acesso a essas mídias digitais promovida pela inserção das tecnologias hipertexto e hipermídia.

A aplicação de tecnologias da Web para uma variedade de domínios e áreas específicas impulsiona a inovação, resultando no aumento do número de adeptos. Os setores afetados são amplos incorporando negócios, ciência, governo, mídia, cultura, dentre outros (Domingue, Fensel & Hendler, 2011). Podem-se citar exemplos de aplicações envolvendo documentos audiovisuais voltadas a áreas de educação (ensino local e a distância; bibliotecas digitais), de saúde (telemedicina, bases de dados de imagens médicas), de entretenimento (bases de dados sobre músicas, jogos, vídeo sob demanda, TV interativa), de negócios (vídeo conferência, comércio eletrônico) e de patrimônio cultural (coleções digitais organizadas em bases de dados oriundas de museus e outras instituições responsáveis pela guarda e divulgação de obras de arte e documentos históricos), dentre outras.

Outra mudança que reflete as mídias digitais são os dispositivos eletrônicos (tablets, câmeras digitais, filmadoras, telefones inteligentes, MP3 players, televisores) integrados à Web que permitem o consumo e a gestão de conteúdo digital multimídia, propiciando um crescimento da disponibilidade da mídia. Tal crescimento torna-se incontrolável sem o apoio de tecnologias de informação para seu armazenamento, organização e recuperação, além do suporte de procedimentos teóricos e metodológicos de organização da informação e do conhecimento advindos da Ciência da Informação e campos correlatos como a Ciência da Computação, a Ciência Cognitiva, a Linguística, a Lógica, apenas para citar alguns exemplos.

Partindo da aceção de que informação é um registro em suporte material, denominado documento, este se torna o objeto da organização. No âmbito dos sistemas de recuperação de informações, costuma-se evidenciar o conceito de informação como coisa, ou seja, registros de conhecimentos em documentos (Buckland, 1991). No que tange a documentos audiovisuais, estes podem ser de natureza estática, independente de tempo (uma fotografia, por exemplo), e dinâmica, dependente de tempo (uma sequência de vídeo, por exemplo). Um exemplo de documento audiovisual pode ser uma apresentação turística da cidade do Rio de Janeiro, Brasil, constituído de textos, imagens, áudio e vídeos de cada ponto turístico, apresentado em uma ordem sequencial e com mecanismos de interação com o usuário. Nesse contexto, têm-se um documento composto (ou multimídia) que faz referência a vários tipos de objetos e que pode ser dividido em partes que contêm textos, imagens, e assim por diante.

A representação de documentos multimídia possui estrutura muito mais complexa do que simplesmente cadeias de letras e números tratados em documentos textuais, nos quais, tradicionalmente, o conhecimento embutido é gerenciado com o uso de descritores como informação sobre autoria, data de publicação, dentre outros. A estrutura audiovisual, especialmente, lida com relações espaciais entre elementos de interesse dentro do conteúdo da mídia; com relações temporais na ocorrência de eventos dentro de um período de tempo; com atributos técnicos de nível baixo de conteúdo (cores, texturas,

timbres de som, descrição de melodia); e com características semânticas de nível alto como, por exemplo, classificação de gênero ou representação de informação sobre pessoas retratadas na mídia. Desse modo, torna-se necessário o emprego de métodos e técnicas eficazes para a organização de documentos desta natureza (Silva, 2014).

Svenonius (2000) expõe que a informação precisa ser descrita para a sua organização e que o produto desse processo descritivo é a representação da informação. Alvarenga (2003) parte da definição de representação secundária para definir representação da informação. A autora afirma que, “as informações nesse tipo de representação compreendem compactações que tentam descrever as características do documento, refletindo sua origem e conteúdo, facilitando sua recuperação” e que no documento eletrônico, “a representação pode ser parte intrínseca do próprio documento” (Alvarenga, 2003: p. 6 - 17).

Segundo Bräscher and Café (2008), a organização da informação compreende a organização de um conjunto de objetos informacionais que são arranjados sistematicamente em coleções por meio da descrição física (forma) e de conteúdo (assunto), também denominado de processo de catalogação. Neste caso, tem-se a organização da informação em bibliotecas, museus, arquivos, tanto tradicionais quanto eletrônicos.

Guimarães (2009) complementa elucidando que a catalogação, assim, considerada como um processo de tratamento documental pode incluir em seu âmbito a catalogação descritiva, a catalogação de assunto e, ainda, a classificação, como universo notacional de localização física do documento em bibliotecas organizadas pelo arranjo sistemático. Revela-se, portanto, as dimensões de forma e de conteúdo, por meio das denominadas catalogação descritiva e catalogação de assunto, as quais se fazem informativas para representar adequadamente o conteúdo dos documentos e discriminá-lo em relação a outros documentos para atender às necessidades dos usuários num sistema de recuperação da informação (SRI).

A proposta de um SRI é levar o usuário ao encontro de suas necessidades de informação através das tarefas de: a) *representação* das informações contidas nos documentos: usualmente através dos processos de indexação e descrição dos documentos; b) *armazenamento*: gestão física e/ou lógica dos documentos e de suas representações em algum tipo de base de dados; e c) *organização* e acesso aos *itens de informação*: recuperação das informações relevantes e dos próprios documentos armazenados, de forma a satisfazer as necessidades de informações dos usuários (Lancaster, 2004; Abadal & Codina, 2005).

Wynar (1985) discorre sobre o processo de catalogação como sendo um preparo de um catálogo, cujo propósito é proporcionar todas as informações necessárias para descrever um item e diferenciá-lo fisicamente e intelectualmente de outros itens; além de localizá-lo no acervo através de pontos de acesso, chamados de índices, como por exemplo: autor, título, assunto, etc.

O processo de indexação constitui uma ação intelectual de analisar os assuntos ou conceitos de um documento para sua posterior tradução em um vocabulário ou linguagem de indexação. Os produtos principais destes serviços são os índices/*abstracts* (*surrogate files*), que podem estar disponíveis em forma impressa bem como na forma de bases de dados eletrônicas no âmbito de um sistema de recuperação da informação (Dias & Naves, 2007; Lancaster, 2004). Um índice é o instrumento mais importante num SRI e tem sido descrito como a chave para o acesso ao conteúdo dos documentos.

Diante ao exposto, o presente artigo busca contribuir na discussão sobre representação de documentos não necessariamente textuais, mas envolvendo também vídeos, imagens, áudios, destacando o uso de instrumentos tecnológicos para viabilizar o tratamento semântico de descritores para documentos multimídia em um dado domínio. Para tal, utilizou-se do método de levantamento bibliográfico e documental nos campos das Ciências da Informação e da Computação de modo a apresentar princípios e

modelos, processos, instrumentos e produtos da organização e representação da informação e do conhecimento enfatizando a importância histórica de disciplinas fundadoras bem como tecnológicas no processo evolutivo de técnicas de tratamento da informação audiovisual.

O artigo está organizado como se segue. Nesta introdução, apresenta-se a contextualização temática, delineando o objetivo a ser alcançado. A seção 2 se incube de tecer o desenvolvimento da proposta do artigo em apresentar a evolução dos documentos audiovisuais em seus aspectos de organização e representação de conteúdo e de suporte, especialmente no contexto na Web. Finalmente, a seção 3 expõe as considerações finais.

2. ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS AUDIOVISUAIS

No processo de elaboração da representação descritiva, três elementos são considerados, a saber: i) descrição bibliográfica; ii) pontos de acesso e iii) dados de localização. A descrição bibliográfica caracteriza o item, descrevendo-o fisicamente de modo a garantir a sua unicidade. Os pontos de acesso (também denominados metadados) indicam o vocabulário a ser usado como forma de acessar o item no catálogo. São as chamadas entradas de autor e/ou de outros responsáveis, entradas de título, de série etc. e entradas de assunto de um item (Ribeiro, 2003). Bibliotecários usam listas padronizadas de cabeçalhos de assunto, de modo a assegurar que todos os itens sobre um determinado assunto estejam de acordo com a linguagem do sistema. Finalmente, os dados de localização apontam o local (através dos números de chamada) para encontrar o item em um determinado acervo de acordo com um sistema de classificação como a CDD, a classificação da *Library of Congress* ou a CDU (Mey, 1995; Wynar, 1985).

As atividades envolvidas no processo de catalogação são orientadas geralmente por instrumentos, tais como normas técnicas, vocabulários controlados, manuais de bases de dados, regras, normas e instruções de catalogação, modelos conceituais e tabelas de classificação. Dentre esses instrumentos, torna-se válido destacar as regras e os modelos fundamentais para a catalogação, como os códigos ISBD, o AACR2 e o formato MARC. Código de catalogação é o conjunto de regras de catalogação que determinam como elaborar a descrição bibliográfica e os pontos de acesso (Mey, 1995; Ribeiro, 2003; Oliver, 2011). Atualmente, um novo código de catalogação denominado RDA (*Resource Description and Access*) ou Descrição e Acesso de Recursos surge como uma forma de auxiliar a interoperabilidade de metadados das bibliotecas, tendo em vista a grande quantidade de padrões de metadados usados mundialmente por essas instituições (Castro & Santos, 2012).

As comunidades de catalogação norte americana, inglesa e canadense, e posteriormente também australiana, desenvolveram um conjunto de regras de catalogação conhecidas como Código de Catalogação Anglo Americano (CCAA) ou *Anglo-American Cataloging Rules* (AACR). É uma obra fundamentada nos princípios do Código da *International Standard Bibliographic Description* (ISBD) e desenvolvida para auxiliar na decisão sobre o levantamento de informações relativas às características de um determinado material, como manuscrito, cartográfico, música impressa, gravação de som, vídeo e filme cinematográfico, iconográfico, microforma, recursos eletrônicos e artefatos tridimensionais (Ribeiro, 2003). Tem como propósito efetuar grande parte da descrição bibliográfica em sistemas de informação. Nesse sentido, promoveu a facilidade de cooperação entre bibliotecas, fundamentando formatos como o *Machine-Readable Cataloging* (MARC) e o condensado MARC21 em sistemas informatizados.

O Código teve sua primeira edição publicada em 1967 e segunda edição em 1978 (AACR2). Nesses últimos anos, vem sendo constantemente revisado para adequar-se às novas necessidades que a tecnologia da informação e comunicação proporciona à área de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Para a

utilização do Código, pressupõe-se o conhecimento de catálogos de documentos e princípios básicos de catalogação, competências dos profissionais do campo da Ciência da Informação, especialmente da área de Biblioteconomia.

O MARC é um formato bibliográfico de intercâmbio de dados, desenvolvido e mantido pela *Library of Congress*, USA, a partir da década de 60 pelos avanços computacionais da época (Furrie, 2000). Tem como propósito padronizar a representação descritiva automatizada dos acervos bibliográficos, e é considerado um padrão internacional. Utiliza-se de registro bibliográfico, incluindo a descrição de um item usando os elementos apresentados no AACR2. A extensão de detalhes necessários para a descrição do formato bibliográfico por máquina determinou a existência de uma família de formatos MARC, a saber: MARC 21 para dados bibliográficos; MARC 21 para dados de autoridade; MARC 21 para dados de coleção; MARC 21 para dados de classificação; e MARC 21 para informação comunitária.

Para material audiovisual, a norma AACR2 bem como o Marc21 contempla regras e campos específicos para a descrição de gravações de som, filmes cinematográficos, gravações de vídeo e materiais gráficos (Ribeiro, 20013). Gravação de som é o registro de vibrações sonoras por meio mecânicos ou elétricos, de maneira a permitir a reprodução de som. Filmes cinematográficos identificam uma extensão de filme acompanhado ou não de som, contendo uma sequência de imagens que criam a ilusão de movimento quando projetadas em sucessão rápida. Gravação de vídeo é o registro de imagens visuais, geralmente em movimento e acompanhado de som. Materiais gráficos são todos os tipos de materiais em duas dimensões, opacos como (originais de arte ou reproduções de arte, quadros de pintura, gravuras, fotografias, desenhos artísticos ou técnicos) ou transparentes, destinados a serem vistos ou projetados sem movimento, por meio de um instrumento óptico como (diafilmes, tiras de filme, diapositivos, radiografias) e coleções destes materiais.

Velluci (1998) considera que o advento da Internet abriu espaço para bibliotecas e especialistas em informação na promoção de esforços na melhoria de métodos de descrição, organização e recuperação de objetos digitalizados e acessados remotamente. Nesse contexto, normas e instruções de catalogação emergentes como o RDA foram concebidos entre os anos de 2004 e 2010 em princípios internacionais de catalogação (sob supervisão do Joint Steering Committee - JSC) harmonizados com dois modelos conceituais, o FRBR (Functional Requirements for Bibliographic Records) e o FRAD (Functional Requirements for Authority Data), com vistas às atuais necessidades de descrição de recursos informacionais em ambientes digitais, possibilitando: interoperabilidade, compartilhamento de recursos, intercâmbio contínuo e reutilização de metadados. O propósito é substituir o AACR2 fornecendo elementos para descrição e acesso a recursos numa perspectiva mais abrangente. Entretanto, há um esforço consciente para preservar a compatibilidade com os dados herdados dos registros AACR2 (Oliver, 2011).

O modelo conceitual para informação bibliográfica FRBR foi desenvolvido entre 1992 e 1997 e publicado em 1998 pelo grupo de estudo do IFLA (Internacional Federation of Library Associations and Institutions). O modelo é fundamentado na abordagem entidade e relacionamento (FRBRER) de Peter Chen (Chen, 1976) apresentando conceitos e definições de entidades, relacionamentos e atributos, inovando assim o universo bibliográfico com ênfase no usuário e suas ações de encontrar, identificar, selecionar e obter o objeto bibliográfico (Moreno & Arellano, 2005). O modelo FRBR é composto por 10 entidades, divididas em três grupos, que podem ser de complexa compreensão por possuírem entidades consideradas concretas e abstratas: i) grupo 1: entidades que representam o produto de trabalho intelectual e artístico; ii) grupo 2: entidades responsáveis pelo conteúdo intelectual, pela guarda e disseminação das entidades do Grupo 1; e iii) grupo 3: entidades que servem como descritores de assunto da entidade Obra do Grupo 1.

O modelo conceitual FRAD, também fundamentado no modelo entidade e relacionamento, foi desenvolvido em 2009 pelo grupo de estudo do IFLA. Seu propósito é incluir dados de autoridade ao modelo FRBR. As entidades definidas no modelo FRBR são coletivamente denominadas “entidades bibliográficas”. As entidades específicas dos FRAD são Nome, Identificador, Ponto de Acesso Controlado, Regras e Agência. As entidades bibliográficas são conhecidas por nomes ou recebem identificadores. Nomes e identificadores constituem a base dos pontos de acesso controlados. A formulação de pontos de acesso controlados é governada por regras que são aplicadas por agências. As agências criam ou modificam pontos de acesso controlados.

Tomando como referência os modelos FRBR e FRAD, a RDA introduz uma nova abordagem da descrição dos aspectos técnicos e de conteúdo de um recurso, substituindo as designações gerais de materiais e o conceito de tipos de materiais da AACR2 por três elementos: tipo de conteúdo, tipo de mídia e tipo de suporte.

Tipo de conteúdo é uma categorização que reflete a forma fundamental de comunicação em que o conteúdo é expresso, bem como o sentido humano por meio do qual se pretende que ele seja apreendido, tais como sons, música executada, imagem em movimento bidimensional e tridimensional, dentre outros.

Tipo de mídia é uma categorização que reflete o tipo geral de dispositivo de intermediação necessário para ver, tocar, exibir, o conteúdo de um recurso. Exemplos de vocabulários para tipos de mídia são: áudio, vídeo, computador, dentre outros. A presença de um tipo de mídia permite ao usuário localizar uma variedade de recursos sem ter que listar suportes específicos: um usuário com deficiência visual talvez só queira recursos cujo tipo de mídia seja áudio, embora tenha condições de usar vários outros suportes. O emprego de tipo de mídia permitiria ao usuário encontrar todos os recursos em áudio, independente de determinado suporte.

Tipo de suporte é também um atributo do nível de manifestação, porém é mais concreto e específico do que o tipo de mídia. Pode ser definido como uma categorização que reflete o formato do meio de armazenamento e invólucro de um suporte em relação ao tipo de dispositivo de intermediação necessário para ver, tocar, exibir, etc., o conteúdo de um recurso. Cada tipo de mídia compreende diversos tipos de suporte. Alguns exemplos de tipo suporte: disco de áudio; carretel de trilha sonora; imagem em formato jpeg e bmp; apresentação multimídia em formato SMIL e Flash, dentre outros.

A informação sobre o tipo de conteúdo, mídia e suporte é importante para o usuário, seja como um meio para descobrir recursos, seja para delimitar as buscas. Assim, a informação descrita em RDA é rigorosamente ordenada em informação sobre a expressão (a mensagem) e a informação sobre a manifestação (o suporte), tendo em vista que a RDA tem como base o FRBR, que por sua vez identifica atributos relativos à obra, expressão, manifestação e entidades de itens. Assim, ao melhorar os dados que são registrados e os pontos de acesso que são construídos, a RDA prepara o terreno para o aperfeiçoamento da prática de descobrimento de recursos pelo usuário, seja em ambientes de bibliotecas tradicionais, seja em ambientes da Rede. Segundo Oliver (2011, p.8), “o escopo ampliou-se, mas a meta continua a mesma: romper as barreiras que impedem a comunicação sobre recursos bibliográficos. A normalização continua sendo imprescindível”.

Alvarenga (2003) contribui nessa perspectiva afirmando que no novo contexto de produção, organização e recuperação de objetos digitais, as metas de trabalho não se restringem à criação de representações simbólicas dos documentos constantes de um acervo. Compreendem a criação de novas formas de escrita para os hipertextos e a criação dos denominados metadados, muitos dos quais podem ser extraídos diretamente dos próprios objetos.

Na representação descritiva de documentos, a criação e uso de metadados torna-se essencial para a padronização e descrição de recursos de informação, pois promove a interpretação uniforme e universal,

em qualquer idioma e em qualquer tipo de unidade de informação; além de ser a forma mais comumente empregada para agregar semântica a informações com o propósito de facilitar a busca de recursos (Gilliland-Swetland, 2000; Siqueira & Silva, 2011). Pode ser considerado produto do desenvolvimento histórico de regras bibliográficas, mantendo, portanto, conexões evolutivas com os Códigos, tais como o ISBD, o AACR2; formatos como MARC; e com as novas metodologias de tratamento da informação em diversas mídias, a exemplo do RDA e das linguagens XML (*eXtensible Markup Language*), RDF (*Resource Description Framework*), e OWL (*Ontology Web Language*) para representações de características de objetos digitais, especialmente na Web.

Contudo, os elementos da descrição de documentos podem ser fornecidos por usuários em um formato livre, isto é, usando-se de linguagem natural, sem um controle de vocabulário. Neste caso, as descrições ficam sujeitas a problemas de heterogeneidade semântica devido à natureza ambígua da linguagem natural como sinonímia, polissemia, homonímias e variações de sintagmas (Ansi, 2005); além de fatores hierárquicos que provocam efeitos negativos na recuperação da informação (quando os termos usados na descrição e na busca são diferentes em suas especificidades).

Por outro lado, a indexação pode descrever o assunto dos documentos seguindo uma linguagem documentária, construída artificialmente a partir da linguagem natural presente nos documentos, buscando-se obter um vocabulário controlado de um assunto específico. Vocabulário controlado é definido por Lancaster (2004) como uma lista de termos autorizados, em que o indexador somente pode atribuir a um documento termos presentes na lista adotada pela unidade de informação envolvida. Assim, nesse tipo de indexação determinam-se os cabeçalhos a empregar, distinguem-se homônimos, controlam-se sinônimos, provêm-se relações de equivalência, hierárquicas e associativas. Exemplos de vocabulários controlados vistos como subsistemas de organização de conhecimento incluem: esquemas de classificação, listas de cabeçalhos de assuntos, tesouros, taxonomias e ontologias (Hjørland, 2003; Hodge, 2000; Abbas, 2010).

As ontologias possuem os mesmos princípios dos vocabulários controlados, isto é, trabalham com linguagem natural e fazem a delimitação de termos e de relações. Entretanto, a semântica envolvida na terminologia da ontologia se difere dos vocabulários controlados (dentro do contexto das linguagens documentárias) por incluir axiomas formais (através de declarações lógicas) que restringem a utilização do vocabulário (Silva, 2014). Outra distinção está no fato de as especificações de relações no contexto das ontologias serem em número superior as dos tesouros, por exemplo.

Desse modo, a representação temática concentra-se na organização de conteúdos de documentos redundando em linguagens documentárias ou vocabulários controlados que podem auxiliar: i) nos processos de análise e descrição de documentos, permitindo a criação padronizada de metadados ao nomear, de forma consistente, os pontos de acesso aos documentos e a informação neles contida; e ii) no processo de busca em um SRI através da padronização e expansão do vocabulário das consultas.

A necessidade de inclusão de metadados para além de recursos textuais, isto é, metadados destinados à descrição de conteúdo audiovisual, especialmente na Web, viabilizou o esforço conjunto entre comunidades e entidades normativas interessadas em fornecer um framework comum de metadados para aplicações de mídias inteligentes. São os casos do *World Wide Web Consortium (W3C)* e da *International Organization for Standardization/ International Electrotechnical Commission (ISO/IEC)*, que buscam soluções inteligentes para descrição de conteúdo multimídia processável por máquina e baseada em semântica por meio da Web Semântica (Berners-Lee, Hendler & Lassila, 2001); além da Interface de Descrição de Conteúdo Multimídia, conhecida como MPEG-7 (Martínez, 2004; Salembier & Smith, 2001).

A comunidade de Biblioteca Digital usa metadados como auxílio na catalogação e na recuperação da informação em grandes coleções de documentos. O padrão Dublin Core é o comumente usado na

comunidade com os seus 15 elementos de metadados e qualificadores específicos destinados a descrever principalmente proveniência, formato, idioma, direitos autorais e itens físicos. Para o W3C, a Web Semântica é uma tentativa de produzir resultados de pesquisas em Biblioteca Digital e Representação do Conhecimento que sejam aplicáveis à Web. Segundo Hunter and Iannella (1998), o Dublin Core foi projetado especialmente para produção de metadados voltados a documentos textuais. Embora um número considerável de workshops tenha sido realizado para discutir e propor soluções voltadas à extensão dos elementos para o contexto de documentos não textuais, a ênfase geralmente recai no uso de subelementos e esquemas específicos (os qualificadores do padrão) para dados audiovisuais. Além disso, tais dados são endereçados mais a informação de tipo bibliográfica do que a conteúdo documental.

O padrão de metadados comumente usado para descrição de conteúdo multimídia é o MPEG-7 ISO/IEC, formalmente nomeado *Multimedia Content Description Interface*. O MPEG-7 teve sua origem no ano de 1998 e em 2001 tornou-se padrão internacional ISO/IEC 15938 sob-responsabilidade do Moving Picture Experts Group. O padrão fornece um vocabulário rico de conteúdo multimídia (audiovisual, em especial), incluindo descritores de nível baixo, extraídos da própria mídia e, de nível alto, destinados à descrição semântica de conteúdo multimídia, consistindo de uma combinação de características de áudio, dado visual, e possivelmente dados textuais (Salembier & Smith, 2001). A norma ISO MPEG-7 empreendeu esforços na proposição de uma interface comum para descrever material multimídia refletindo informação sobre o conteúdo. Entretanto, o MPEG-7 apesar de ser um padrão de descrição recomendado pela comunidade multimídia, principalmente por seu background de conhecimento neste domínio, possui limitações de ordem semântica (Silva & Souza, 2014) por ser baseado no formato XML Schema.

Nesse sentido, as comunidades de Biblioteca Digital, Representação do Conhecimento e Inteligência Artificial que interpretam, manipulam e geram arquivos de mídia, especialmente na Web, têm participado intensamente em projetos de pesquisas voltados a modelos e tecnologias para descrição e indexação de documentos, não necessariamente textuais, mas envolvendo também vídeos, imagens e áudios. O propósito é ir além dos padrões de metadados correntes (Dublin Core, MPEG-7, dentre outros) com a adoção de ontologias para descrição de documentos multimídia, concebidas a partir de características consolidadas advindas desses padrões (Silva, 2014). Ontologias podem ser endereçadas, por exemplo, para organização e controle da terminologia usada em metadados; além de auxiliar usuários na produção de descrições mais sistemáticas e consistentes por meio de conhecimento explícito acerca de um domínio. Como exemplo, cita-se um cenário em que um vídeo na Web é descrito por metadados que especificam que o vídeo é sobre “dois jovens profissionais urbanos”; uma consulta feita com a sentença “estilo de vida yuppie” não retornaria a página. Combinando o metadado com uma ontologia, poder-se-ia declarar que “Yuppie” é um acrônimo comum para “Jovem Profissional Urbano” e que denota um estilo de vida específico. Desse modo, a mesma consulta retornaria a página com o vídeo em questão. Durante a última década, surgiram várias iniciativas na produção de ontologias multimídia baseadas em RDF/OWL (Silva & Souza, 2014) cujos esforços objetivaram transformar padrões de metadados multimídia, como o MPEG-7, em formatos semelhantes a ontologias.

Uma proposta envolvendo um modelo de metadado multimídia baseado em ontologias é a *Multimedia Metadata Ontology* (M3O) (Saathoff & Scherp, 2009). O modelo antes de ser um modelo de metadado é um framework de modelagem geral para metadados multimídia que abrange características de modelos e padrões de metadados comumente usados no contexto da Web Semântica. Desse modo, o propósito da M3O é integrar modelos e padrões de metadados existentes por meio de um framework de modelagem semântica genérico, o qual pode ser usado internamente em aplicações multimídia complexas, tais como ferramentas de autoria ou sistemas de gerenciamento multimídia. Uma abordagem em destaque para essa ontologia está na separação de objetos de informação e realização da informação, característica semelhante à proposta do modelo FRBR no emprego das abstrações semânticas relacionadas à expressão e à manifestação.

O padrão de realização e informação (Information and Realization Pattern) subjacente a esta ontologia representa a distinção entre objetos de informação e realizações de informação (Masolo et al., 2003). Como exemplos de objetos de informação têm-se uma fotografia, uma pintura, peças teatrais, uma obra literária ou estruturas narrativas. Cada objeto de informação é realizado no mínimo por uma realização de informação, como, por exemplo, uma apresentação multimídia (objeto de informação) é realizada em formato SMIL e outra em Flash, mas ambos os formatos cobrem a mesma mensagem (conteúdo semântico). Outro exemplo seria o caso de uma imagem digital ser armazenada no HD em vários formatos e resoluções. Segundo Saathoff and Scherp (2010), a separação entre objetos de informação e realização da informação torna-se relevante no sentido de fornecer uma distinção clara entre a semântica (conteúdo da mensagem) e o dado (formato do arquivo de mídia).

Finalmente, sistemas de recuperação de documentos audiovisuais e multimídia progredem continuamente com soluções tecnológicas eficientes para descrição e indexação multimodal, o que afeta a sociedade em geral no que tange a cultura, a produção industrial, a educação, a segurança, a medicina, dentre outras atividades humanas. Entretanto, soluções mais efetivas só serão possíveis a partir de um consenso na definição de padrões unificados de metadados e ontologias para representação e recuperação semântica de recursos multimídia, principalmente no contexto da Web Semântica.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apresentação e elucidação de princípios e modelos, processos, instrumentos e produtos da organização e representação da informação e do conhecimento mostram a importância histórica de disciplinas fundadoras (como as representações descritiva e temática, oriundas da Biblioteconomia) bem como tecnológicas (no âmbito da Ciência da Computação) no processo evolutivo de técnicas de tratamento da informação, como são os casos dos padrões de metadados e ontologias.

A necessidade de interoperabilidade entre diferentes padrões de metadados que descrevem documentos audiovisuais e multimídia pode ser um benefício para acesso e (re) uso de conteúdos disponíveis na Web de dados. Atualmente, as comunidades que interpretam, manipulam e geram arquivos de mídia, especialmente na Web, veem advogando o uso de tecnologias abertas e preconizadas pelo W3C. Trata-se do uso de ontologias para descrever semanticamente recursos multimídia na intenção de promover melhorias na organização da informação digital e na transmissão de significado no processo de recuperação da informação. Atualmente, muitos formatos de metadados multimídia no escopo da Web Semântica estão disponíveis para variadas finalidades e contextos.

Essas novas abordagens interdisciplinares promovem mudanças significativas nos modelos de organização e representação do conhecimento no espaço digital no que tange a propostas de melhorar os sistemas de busca, navegação e recuperação por meio da agregação de camadas semânticas aos recursos na Web, de forma a obter resultados relevantes para os usuários.

4. REFERÊNCIAS

- Abadal, E. and Codina Lluís. (2005), Bases de datos documentales: características, funciones y método, Síntesis, Madrid.
- Abbas, June. (2010), Structures for organizing knowledge: exploring taxonomies, ontologies, and other schema, Neal-Schuman Publishers, New York.
- Alvarenga, Lídia. (2003), "Representação do conhecimento da perspectiva da Ciência da Informação em tempo e espaço digitais", Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, vol. 8, n. 15, p. 18-40.

- ANSI/NISO Z39.19-2005 (R2010). (2005), Guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies, NISO Press, Baltimore.
- Berners-Lee, T., Hendler, J. and Lassila, O. (2001), "The semantic web", *Scientific American*, vol. 284, n. 5, p. 34-43.
- Bräscher, M. and Café, L. (2008), "Organização da informação ou organização do conhecimento?" In 9 Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Proceedings ..., Ancib, São Paulo.
- Buckland, Michel. (1991), "Information as Thing", *Journal of American Society of Information Science*, vol.42, n.5, p. 351-360.
- Castro, F. F. de. and Santos, P. L.V. A. C. (2012), "Ambientes informacionais digitais à luz da catalogação descritiva: a interoperabilidade em foco", In 13 Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Proceedings ..., Ancib, Rio de Janeiro.
- Chen, Peter P. (1976), "The Entity-Relationship Model - Toward a Unified View of Data", Available at: <http://www.inf.unibz.it/~nutt/IDBs1011/IDBPapers/chen-ER-TODS-76.pdf> (Accessed 18 Ag. 2015).
- Dias, E. W. and Naves, M. M. L. (2007), *Análise de assunto: teoria e prática*, Thesaurus, Brasília.
- Dodebei, V. (2009), "Memória e conhecimento: oralidade, visualidade e reprodutibilidade no fluxo da informação", In 10 Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, Proceedings ..., Ancib, João Pessoa.
- Domingue, John., Fensel, Dieter. and Hendler, James A. (2011), *Handbook of semantic web technologies*, Springer-Verlag Berlin, Heidelberg.
- Furrie, Betty. (2000), *O MARC Bibliográfico: um guia introdutório*, Thesaurus, Brasília.
- Gilliland-Swetlando, Anne J. (2000), *Introduction to metadata: setting the stage*.
- Guimarães, José Augusto Chaves. (2009), "Abordagens teóricas em tratamento temático da informação: catalogação de assunto, indexação e análise documental", In García Marco, Francisco Javier (org.) *Avances y perspectivas en sistemas de información y de documentación*, Prensas Universitarias de Zaragoza, Zaragoza, pp. 105-117.
- Hjorland, Birger. (2003), "Fundamentals of knowledge organization", *Knowledge Organization*, vol.30, n. 2, p. 87-111.
- Hodje, G. (2000), "Systems of knowledge organization for digital libraries: beyond traditional authority files", In *The council on library and information resources*, Washington, DC, 2000. Available at: <http://www.clir.org/pubs/reports/pub91/contents.html> (Accessed 21 may 2013).
- Hunter, J. and Iannella, R. (1998), "The application of metadata standards to video indexing", In 2nd European Conference on Research and Advanced Technology for Digital Libraries, Proceedings... London: Springer, Creta.
- Lancaster, F.W. (2004), *Indexação e resumos: teoria e prática*, Briquet de Lemos, Brasília.
- Martínez, J. M. (2004), "MPEG-7 overview (version 10)", Available at: <http://www.chiariglione.org/mpeg/standards/mpeg-7/mpeg-7.htm> (Accessed 5 dec. 2013).

- Masolo, C. et al. (2003), "Ontology library: wonder web deliverable D18", Trento, Available at <http://www.loa-cnr.it/Papers/D18.pdf> (Accessed 2 July 2012).
- Mey, Eliane Serrão Alves. (1995), "Sobre catalogação e catálogo", In Mey, Eliane Serrão Alves, Introdução à catalogação, Briquet de Lemos Livros, Brasília.
- Moreno, Fernanda P. and Arellano, Miguel Angel M. (2005), "Requisitos funcionais para registros bibliográficos - FRBR: uma apresentação", Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, vol. 3, n. 1, p. 20-38.
- Oliver, Chris. (2011), Introdução à RDA: um guia básico, Briquet de Lemos, Brasília.
- Ribeiro, Antônia M. de C. M. (2002), AACR2: código de catalogação anglo-americano, FEBAB, São Paulo.
- Saathoff, C. and Scherp, A. (2010), "Unlocking the semantics of multimedia presentations in the web with the multimedia metadata ontology", In 19th International Conference on World Wide Web, Proceedings... New York: ACM, Raleigh, p. 831-840.
- Salembier, P. and Smith, J. (2001), "MPEG-7 multimedia description scheme", IEEE Transactions on Circuits and Systems for Video Technology, vol. 11, n. 6.
- Silva, Daniela Lucas da. and Souza, Renato Rocha . (2014), "Representação de documentos multimídia: dos metadados às anotações semânticas", Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, vol. 7, p. 1-22.
- Silva, Daniela Lucas da. (2014), Ontologias para representação de documentos multimídia: análise e modelagem, Thesis, (PhD), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, BR, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação.
- Siqueira, Ivan C. P. and Silva, José F. M. da. (2011), "Metadados: o fio de Ariadne ou a coragem de Teseu?", Bibl. Univ., Belo Horizonte, vol. 1, n. 1, p. 11-18. Available at: <https://www.bu.ufmg.br/rbu/index.php/localhost/article/viewFile/35/15> (Accessed 22 set. 2013).
- Svenonius, E. (2000), The intellectual foundations of information organization, The MIT Press, Cambridge.
- Velluci, Sherry L. (1998), "Metadata", Annual Review of Information Science and Technology (ARIST)", [S.l.], vol. 33, p. 189-222.
- Wynar, Bohdan S. (1985), Introduction to cataloging and classification. 7th ed. Littleton, Libraries Unlimited Inc., Colorado.

ACERVOS AUDIOVISUAIS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: IMAGEM, MEMÓRIA E INFORMAÇÃO

Miriam Paula Manini, Eliana Braga Oliveira, Elizângela Carrijo

Universidade de Brasília

Resumo

Esta comunicação apresenta dados sobre os acervos audiovisuais da Universidade de Brasília (UnB), parte do projeto “Documentos Audiovisuais, Informação e Memória: identificação de acervos fotográficos e fílmicos no Distrito Federal”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que mapeou a produção e a acumulação de registros audiovisuais na cidade de Brasília. Além do objetivo maior de proceder a um mapeamento, os objetivos específicos dividem-se em: levantamento dos acervos fotográficos e fílmicos existentes em arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação, informação e memória da UnB; diagnóstico do estado físico de conservação bem como do tratamento do conteúdo informacional dos itens; observação da forma como os profissionais colaboram com a salvaguarda dos materiais. Os procedimentos metodológicos compreenderam: apropriação de bibliografia básica sobre os temas do referencial teórico (imagem, fotografia, cinema, preservação, análise documentária de imagens, história oral, memória e patrimônio); elaboração de um Instrumento de Coleta de Dados (ICD); treinamento de estudantes de iniciação científica em atividades de relações públicas, noções de história oral, reconhecimento de documentos audiovisuais, base de dados (SPSS); elaboração de um cronograma de equipes/visitas; identificação e contato com os profissionais da informação; visitas aos locais escolhidos para levantamento e diagnóstico dos acervos; alimentação da base de dados; elaboração de relatórios. O trabalho foi realizado basicamente com estudantes de graduação de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e História, sendo que parte deles realizou uma série de planos de atividade complementar e outros desenvolveram planos de trabalho de iniciação científica, cada um orientado pelos docentes envolvidos no projeto. Foram pesquisados os campi Darcy Ribeiro (Fase 1: 2014/2015) e Planaltina, Gama e Ceilândia (Fase 2: 2015/2016). No Darcy Ribeiro foram visitados 12 Institutos e 11 Faculdades, além dos órgãos administrativos da Universidade, onde se identificou um cenário quantitativamente composto por mais de dois mil registros fílmicos e mais de quarenta mil registros fotográficos. Em uma análise qualitativa, percebemos que o contexto não é dos melhores. Os dados indicam carência de equipamentos, de climatização e monitoração ambiental, de planos de migração de suportes, de profissionais qualificados e de tratamento adequado das informações. Nos campi mais jovens que o campus Darcy Ribeiro (1962), é possível encontrar problemas antigos: descontrole na (re)produção das mídias digitais; descentralização de documentos; falta de qualificação profissional para lidar com acervo audiovisual; inadequada preservação desses materiais; ausência de política de gestão desses documentos. Desse modo, a pesquisa apresenta um diagnóstico que pode ser usado para promover a criação de uma política de gestão e de preservação dessa importante memória institucional. Estes e outros dados estão sendo reunidos e serão somados aos resultados realizados pelo mesmo projeto nas administrações direta e indireta do Governo Federal do Brasil e da Governo do Distrito Federal (Brasília). Toda a coleta demonstra que atingimos o principal resultado almejado, qual seja a produção de um mapa dos acervos audiovisuais tanto da Universidade quanto da cidade de Brasília, incluindo o diagnóstico de seu estado de conservação física e de preservação intelectual; e dados sobre a memória e a cultura audiovisual local.

Palavra-chave: Documentos audiovisuais. Informação. Memória. Preservação audiovisual. Universidade de Brasília.

Abstract

This paper presents data about audiovisual collections of the University of Brasília (UnB), part of the project "Audiovisual Documents, Information and Memory: identification of photographic and film collections in the Federal District", financed by the National Council for Scientific and Technological Development, which mapped the production and accumulation of audiovisual records in the city of Brasília. In addition to the broader purpose of mapping, the specific objectives are divided into: searching photographic and film collections in archives, libraries, museums and documentation, information and memory enters of University of Brasília; diagnosis of the physical state of conservation as well as the treatment of the information content of the items; observation of how professionals collaborate in safeguarding materials. The methodological procedures included: appropriation of basic bibliography on the themes of theoretical reference (image, photography, cinema, preservation, documentary analysis of images, oral history, memory and heritage); preparation of a Data Collection Instrument (DCI); training scientific initiation students in public relations activities, notions of oral history, recognition of audiovisual documents, database (SPSS); preparation of a schedule of teams/visits; identification and contact with information professionals; visits to the places chosen for collection and diagnosis of the collections; database feeding; reporting. The work was carried out basically with undergraduate students of Archivology, Library Science, Museology and History. Some of them carried out a series of complementary activity plans and others developed plans of scientific initiation work, each one guided by the teachers involved in the project. The Darcy Ribeiro Campus (Phase 1:2014/2015) and Planaltina, Gama and Ceilândia campi were visited (Phase 2: 2015/2016). In Darcy Ribeiro campus were visited 12 Institutes and 11 Faculties, besides the administrative organs of the University, where a scene was quantitatively composed of more than two thousand film records and more than forty thousand photographic records. In a qualitative analysis, we realize that the context is not the best. The data indicate lack of: air conditioning equipment and environmental monitoring, support migration plans, qualified professionals and appropriate treatment of information. In the younger campi, it is possible to find old problems: lack of control in (re)production of digital media; decentralization of documents; lack of professional qualification to deal with audio-visual acquis; inadequate preservation of these materials; absence of management policy for these documents. In this way, the research presents a diagnosis that can be used to promote the creation of a policy of management and preservation of this important institutional memory. These and other data are being collected and will be added to the results achieved by the same project in the direct and indirect administrations of the Federal Government of Brazil and the Government of the Federal District (Brasília). The entire collection demonstrates that we have reached the main desired result, namely the production of a map of the audiovisual collections of both the University and the city of Brasília, including the diagnosis of its state of physical conservation and of intellectual preservation; and data about memory and local audiovisual culture.

Keywords: Audiovisual documents. Information. Memory. Audiovisual preservation. University of Brasília

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta dados sobre os acervos audiovisuais da Universidade de Brasília, parte do projeto “Documentos Audiovisuais, Informação e Memória: identificação de acervos fotográficos e fílmicos no Distrito Federal”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que mapeou a produção e a acumulação de registros audiovisuais na cidade de Brasília. A escassez de pesquisas desta natureza na Universidade, a importância crescente dos acervos imagéticos e a necessidade de conhecer e dar a conhecer a produção e a acumulação fotográfica e fílmica apontada justificam a pesquisa. Além do objetivo maior de proceder a um mapeamento, os objetivos específicos dividem-se em: levantamento dos acervos fotográficos e fílmicos existentes em arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação, informação e memória da UnB; diagnóstico do estado físico de conservação bem como do tratamento do conteúdo informacional dos itens; observação da forma como os profissionais colaboram com a salvaguarda dos materiais.

O projeto “Documentos audiovisuais, informação e memória: identificação de acervos fotográficos e fílmicos no Distrito Federal” é uma iniciativa do Grupo de Pesquisa Imagem, Memória e Informação (IMI), cadastrado no Repositório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)¹, composto por docentes, pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação da Faculdade de Ciência da Informação (FCI/UnB).

Acervos de documentos fotográficos e fílmicos custodiados em arquivos, museus, bibliotecas e centros de documentação são considerados objetos e veículos de memória individual e coletiva de uma sociedade. A reconhecida heterogeneidade cultural da população do Distrito Federal, resultado da emigração de brasileiros de todas as regiões do país, encontra-se refletida de diversas maneiras nestes acervos, contribuindo para o fortalecimento da identidade local, regional e também nacional.

Nosso propósito foi realizar um levantamento de grande abrangência, resultando num mapa o mais completo possível de acervos de imagens fixas e em movimento da Universidade, visto a necessidade e a importância destas informações para pesquisadores, acadêmicos, cineastas, fotógrafos e o público em geral; e seu ineditismo, obviamente.



FIGURA 1: REUNIÃO DE INTEGRANTES DO GRUPO DE PESQUISA IMI ENVOLVIDOS COM A PESQUISA “DOCUMENTOS AUDIOVISUAIS, INFORMAÇÃO E MEMÓRIA”. FOTO: KADIDJA OLIVEIRA.

¹ Espelho do Grupo de Pesquisa Imagem, Memória e Informação no Diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil na plataforma Lattes/CNPq (Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5886291772035636>>. Acesso em: 10 ago. 2016).

2. METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos compreenderam: apropriação de bibliografia básica sobre temas elencados no referencial teórico (imagem, fotografia, cinema, preservação, análise documental de imagens, história oral, memória e patrimônio); constituição de um Instrumento de Coleta de Dados (ICD); treinamento de estudantes de iniciação científica em atividades de relações públicas, noções de história oral, reconhecimento de documentos audiovisuais, base de dados (SPSS); elaboração de um cronograma de equipes/visitas; identificação e contato com os profissionais da informação; visitas aos locais escolhidos para levantamento e diagnóstico dos acervos; alimentação da base de dados; elaboração de relatórios.

Por meio do ICD elaborado pelas professoras orientadoras, foi realizado nos locais apontados o levantamento dos acervos fotográficos (fotos, negativos, diapositivos) e filmicos (cinema, vídeo, DVD) existentes em arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação, informação e memória.

O processo de tratamento dos dados é realizado em uma base de dados digital criada no software IBM SPSS Statistics, vastamente utilizado em pesquisas nas Ciências Sociais e nas Ciências Sociais Aplicadas. A versão utilizada neste Projeto é a de número 22, de 2013, traduzida para o Português do Brasil.

Os pesquisadores de campo responsáveis pela coleta de dados se utilizam da entrevista pré-estruturada realizada pessoalmente com responsáveis dos acervos. Os entrevistados fornecem informações para que os pesquisadores de campo organizem a informação coletada. Esta ação é guiada pelo ICD, um roteiro impresso composto de 18 perguntas de preenchimento manual sob inteira responsabilidade do pesquisador de campo durante e imediatamente após a entrevista.

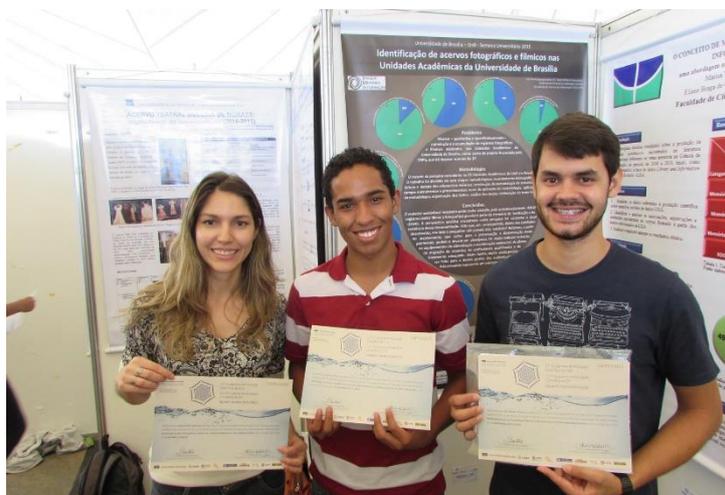


FIGURA 2: ESTUDANTES DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – NAIARA RIBEIRO, BRUNO CHAVES E ALEF FERREIRA – APRESENTANDO OS RESULTADOS DA PESQUISA REALIZADA POR ELES NA UNIVERSIDADE NO CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNB DE 2015. FOTO: KADIDJA OLIVEIRA.

As 18 perguntas do ICD, quando devidamente estruturadas na base de dados pela primeira vez, compuseram inicialmente uma estrutura de 157 variáveis. Após alguns ajustes advindos de colaborações das orientadoras do projeto, houve um acréscimo de 23 variáveis – resultando uma segunda versão com um total de 180 variáveis. As perguntas podem ser respondidas de cinco maneiras diferentes: 1. com texto de até 500 caracteres; 2. com sim OU não OU não sabe/não respondeu OU não se aplica; 3. com uma sequência de até oito caracteres numéricos; 4. com uma faixa de porcentagem: de 0 a 25% OU de 26 a 50% OU de 51 a 75% OU de 76 a 100% OU não sabe/ não respondeu OU não se aplica; 5. Com o estado de conservação de um determinado acervo: muito bom OU bom OU deteriorado OU desconhecido OU não sabe/não respondeu OU não se aplica.

A criação da base de dados foi realizada pelas orientadoras do Projeto. Busca uma fidedignidade absoluta com o ICD ao migrar dados quantitativos e qualitativos. Assim também o é com o processamento dos dados coletados. Para isso, as versões das bases de dados utilizadas são controladas. Prevê-se que na 2ª Etapa sejam realizadas as primeiras melhorias.

A migração dos dados do ICD preenchido para a base de dados pode ser realizada pelo próprio pesquisador de campo – com revisão obrigatória de um orientador – ou diretamente por um orientador – em comunicação direta virtual ou presencial com o pesquisador de campo. Contribui-se, desta maneira, para a garantia da qualidade dos dados trabalhados, além de permitir que eventuais dificuldades de interpretação sejam facilmente resolvidas.



FIGURA 3: ESTUDANTE DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – JÚLIA DONATO – DANDO ENTREVISTA PARA A UNBTV, APRESENTANDO OS RESULTADOS DA SUA PESQUISA, REALIZADA NOS CAMPI CEILÂNDIA, GAMA E PLANALTINA, EM 2016. FOTO: ELIZÂNGELA CARRIJO.

Espera-se que em breve esta base de dados torne possível o tratamento quantitativo também dos dados qualitativos. Com o processamento dos dados dos dois primeiros lotes de entrevistas realizadas (ICDs números 1 ao 59), espera-se que sejam estruturados em categorias, que proporcionarão uma ampliação do conhecimento dos acervos em Brasília e região. Este método indica uma necessidade de refinamento contínuo do instrumento, desde que devidamente registrados em versões.

Nome	Typo	Largura	Decimais	Rótulo	Valores	Assente	Colunas	Alinhar	Medir	Função
Q_5_Filmes	Númérico	8	0	Existem filmes na sua unidade administrativa?	{0, Sim}	999	8	Direito	Ordinal	Entrada
Q_6_1_Filmes_PB	Númérico	8	0	Existem filmes preto-e-branco na sua unidade administrativa?	{0, Sim}	999	8	Direito	Ordinal	Entrada
Q_6_2_Filmes_cor	Númérico	8	0	Existem filmes coloridos na sua unidade administrativa?	{0, Sim}	999	8	Direito	Ordinal	Entrada
Q_6_3_Películas_de_cinema	Númérico	8	0	Existem películas de cinema na sua unidade administrativa?	{0, Sim}	999	8	Direito	Ordinal	Entrada
Q_6_4_Películas_35mm	Númérico	8	0	Existem películas 35mm na sua unidade administrativa?	{0, Sim}	999	8	Direito	Ordinal	Entrada
Q_6_5_Películas_35mm_gde	Sequência	500	0	Caso positivo, especifique a quantidade	Nenhum	Nenhum	8	Esquerdo	Nominal	Entrada
Q_6_5_1_Películas_35mm_horas	Númérico	8	0	Qual a quantidade estimada de horas?	Nenhum	Nenhum	8	Direito	Ordinal	Entrada
Q_6_6_Películas_16mm	Númérico	8	0	Existem películas 16mm na sua unidade administrativa?	{0, Sim}	999	8	Direito	Ordinal	Entrada
Q_6_6_1_Películas_16mm_gde	Sequência	500	0	Caso positivo, especifique a quantidade	Nenhum	Nenhum	8	Esquerdo	Nominal	Entrada
Q_6_6_1_1_Películas_16mm_horas	Númérico	8	0	Qual a quantidade estimada de horas?	Nenhum	Nenhum	8	Direito	Ordinal	Entrada
Q_6_6_2_Películas_16mm_gde	Sequência	500	0	Caso positivo, especifique a quantidade	Nenhum	Nenhum	8	Esquerdo	Nominal	Entrada
Q_6_6_2_1_Películas_16mm_horas	Númérico	8	0	Qual a quantidade estimada de horas?	Nenhum	Nenhum	8	Direito	Ordinal	Entrada
Q_6_7_Fitas_de_vídeo	Númérico	8	0	Existem fitas de vídeo na sua unidade administrativa?	{0, Sim}	999	8	Direito	Ordinal	Entrada
Q_6_7_1_Fitas_VHS	Númérico	8	0	Existem fitas de vídeo VHS na sua unidade administrativa?	{0, Sim}	999	8	Direito	Ordinal	Entrada
Q_6_7_1_1_Fitas_VHS_gde	Sequência	500	0	Caso positivo, especifique a quantidade	Nenhum	Nenhum	8	Esquerdo	Nominal	Entrada
Q_6_7_1_1_1_Fitas_VHS_horas	Númérico	8	0	Qual a quantidade estimada de horas?	Nenhum	Nenhum	8	Direito	Ordinal	Entrada
Q_6_7_1_2_Fitas_VHS_gde	Sequência	500	0	Caso positivo, especifique a quantidade	Nenhum	Nenhum	8	Esquerdo	Nominal	Entrada
Q_6_7_1_2_1_Fitas_VHS_horas	Númérico	8	0	Qual a quantidade estimada de horas?	Nenhum	Nenhum	8	Direito	Ordinal	Entrada
Q_6_7_2_Fitas_Betamax	Númérico	8	0	Existem fitas de vídeo Betamax na sua unidade administr.	{0, Sim}	999	8	Direito	Ordinal	Entrada
Q_6_7_2_1_Fitas_Betamax_gde	Sequência	500	0	Caso positivo, especifique a quantidade	Nenhum	Nenhum	8	Esquerdo	Nominal	Entrada
Q_6_7_2_1_1_Fitas_Betamax_horas	Númérico	8	0	Qual a quantidade estimada de horas?	Nenhum	Nenhum	8	Direito	Ordinal	Entrada
Q_6_7_2_2_Fitas_Betamax_gde	Sequência	500	0	Caso positivo, especifique a quantidade	Nenhum	Nenhum	8	Esquerdo	Nominal	Entrada
Q_6_7_2_2_1_Fitas_Betamax_horas	Númérico	8	0	Qual a quantidade estimada de horas?	Nenhum	Nenhum	8	Direito	Ordinal	Entrada
Q_6_7_3_Fitas_Umatic	Númérico	8	0	Existem fitas de vídeo U-Matic na sua unidade administr.	{0, Sim}	999	8	Direito	Ordinal	Entrada
Q_6_7_3_1_Fitas_Umatic_gde	Sequência	500	0	Caso positivo, especifique a quantidade	Nenhum	Nenhum	8	Esquerdo	Nominal	Entrada
Q_6_7_3_1_1_Fitas_Umatic_horas	Númérico	8	0	Qual a quantidade estimada de horas?	Nenhum	Nenhum	8	Direito	Ordinal	Entrada
Q_6_7_3_2_Fitas_Umatic_gde	Sequência	500	0	Caso positivo, especifique a quantidade	Nenhum	Nenhum	8	Esquerdo	Nominal	Entrada
Q_6_7_3_2_1_Fitas_Umatic_horas	Númérico	8	0	Qual a quantidade estimada de horas?	Nenhum	Nenhum	8	Direito	Ordinal	Entrada
Q_6_7_4_Fitas_Betacam	Númérico	8	0	Existem fitas de vídeo Betacam na sua unidade administr.	{0, Sim}	999	8	Direito	Ordinal	Entrada
Q_6_7_4_1_Fitas_Betacam_gde	Sequência	500	0	Caso positivo, especifique a quantidade	Nenhum	Nenhum	8	Esquerdo	Nominal	Entrada
Q_6_7_4_1_1_Fitas_Betacam_horas	Númérico	8	0	Qual a quantidade estimada de horas?	Nenhum	Nenhum	8	Direito	Ordinal	Entrada
Q_6_7_4_2_Fitas_Betacam_gde	Sequência	500	0	Caso positivo, especifique a quantidade	Nenhum	Nenhum	8	Esquerdo	Nominal	Entrada
Q_6_7_4_2_1_Fitas_Betacam_horas	Númérico	8	0	Qual a quantidade estimada de horas?	Nenhum	Nenhum	8	Direito	Ordinal	Entrada
Q_6_7_5_Fitas_Outras	Númérico	8	0	Existem outros tipos de vídeos na sua unidade administr.	{0, Sim}	999	8	Direito	Ordinal	Entrada
Q_6_7_5_1_Fitas_Outras_tpos	Sequência	500	0	Caso positivo, especifique os tipos	Nenhum	Nenhum	8	Esquerdo	Nominal	Entrada
Q_6_7_5_1_1_Fitas_Outras_gde	Sequência	500	0	Caso positivo, especifique a(s) quantidade(s)	Nenhum	Nenhum	8	Esquerdo	Nominal	Entrada
Q_6_7_5_1_1_1_Fitas_Outras_horas	Númérico	8	0	Qual a quantidade estimada de horas?	Nenhum	Nenhum	8	Direito	Ordinal	Entrada
Q_6_7_5_2_Fitas_Outras_gde	Sequência	500	0	Caso positivo, especifique a quantidade	Nenhum	Nenhum	8	Esquerdo	Nominal	Entrada
Q_6_7_5_2_1_Fitas_Outras_horas	Númérico	8	0	Qual a quantidade estimada de horas?	Nenhum	Nenhum	8	Direito	Ordinal	Entrada
Q_6_7_6_Filmes_digitais_DVD	Númérico	8	0	Existem filmes em DVD na sua unidade administrativa?	{0, Sim}	999	8	Direito	Ordinal	Entrada
Q_6_7_6_1_Filmes_digitais_DVD_gde	Sequência	500	0	Caso positivo, especifique a quantidade	Nenhum	Nenhum	8	Esquerdo	Nominal	Entrada
Q_6_7_6_1_1_Filmes_digitais_DVD_horas	Númérico	8	0	Qual a quantidade estimada de horas?	Nenhum	Nenhum	8	Direito	Ordinal	Entrada
Q_6_7_6_2_Filmes_digitais_cartão	Númérico	8	0	Existem filmes em cartão de memória na sua unidade ad.	{0, Sim}	999	8	Direito	Ordinal	Entrada
Q_6_7_6_2_1_Filmes_digitais_cartão_gde	Sequência	500	0	Caso positivo, especifique a quantidade	Nenhum	Nenhum	8	Esquerdo	Nominal	Entrada
Q_6_7_6_2_1_1_Filmes_digitais_cartão_horas	Númérico	8	0	Qual a quantidade estimada de horas?	Nenhum	Nenhum	8	Direito	Ordinal	Entrada
Q_6_7_7_Filmes_digitais_MinDV	Númérico	8	0	Existem filmes em fita MinDV na sua unidade administrativa?	{0, Sim}	999	8	Direito	Ordinal	Entrada
Q_6_7_7_1_Filmes_digitais_MinDV_gde	Sequência	500	0	Caso positivo, especifique a quantidade	Nenhum	999	8	Esquerdo	Nominal	Entrada

FIGURA 4: INTERFACE DO SOFTWARE IBM STATISTICS COM PARTES DAS VARIÁVEIS DA QUESTÃO Nº 6.

Nesse momento (setembro de 2016) já é possível à base de dados o tratamento quantitativo e qualitativo das informações. O processamento dos dados das entrevistas realizadas resultou em estruturação por categorias, que estão proporcionando uma considerável ampliação do conhecimento dos acervos em Brasília.

3. RESULTADOS-DISCUSSÃO

O trabalho foi realizado basicamente com estudantes de graduação de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e História, sendo que parte deles realizou uma série de planos de atividade complementar e outros desenvolveram planos de trabalho de iniciação científica, cada um orientado pelas docentes envolvidas no projeto. Relato geral dos estudantes pesquisadores revelam, entre outras coisas, o desconhecimento que os profissionais entrevistados têm de seus acervos, a dificuldade em saber como os tratar – tanto em termos do suporte como em termos da informação – e a inexistência de políticas públicas que direcionem e amparem a gestão documental audiovisual. Foram pesquisados os campi Darcy Ribeiro (Fase 1: 2014/2015) e Planaltina, Gama e Ceilândia (Fase 2: 2015/2016). No Darcy Ribeiro foram visitados 12 Institutos e 11 Faculdades, além dos órgãos administrativos da Universidade, onde se identificou um cenário quantitativamente composto por mais de dois mil registros fílmicos e mais de quarenta mil registros fotográficos. Em uma análise qualitativa, percebemos que o contexto não é dos melhores. Os dados indicam carência de equipamentos, de climatização e monitoração ambiental, de planos de migração de suportes, de profissionais qualificados e de tratamento adequado das informações. Desta forma, muito ainda precisa ser feito para a devida gestão dos audiovisuais. Nos campi mais jovens que o campus Darcy Ribeiro (1962), é possível encontrar problemas antigos: descontrolado na (re)produção das mídias digitais; descentralização de documentos; falta de qualificação profissional para lidar com acervo audiovisual; inadequada preservação desses materiais; ausência de política de gestão desses documentos. Desse modo, a pesquisa apresenta um diagnóstico que poderá ser usado para promover a criação de uma política de gestão e de preservação dessa importante memória institucional.

A unidade tem responsabilidades legais de custódia e preservação de materiais audiovisuais?

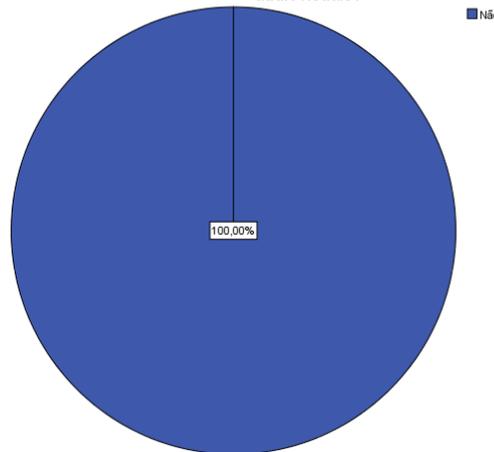


FIGURA 5: QUESTÃO Nº 2 - RESULTADO REFERENTE AOS CAMPI GAMA, PLANALTINA E CEILÂNDIA.

Existem políticas, instruções ou normas para a gestão do acervo audiovisual?

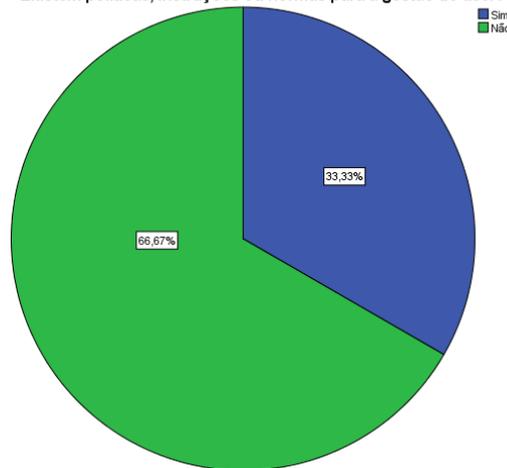


FIGURA 6: QUESTÃO Nº 5 - RESULTADO REFERENTE AOS CAMPI GAMA, PLANALTINA E CEILÂNDIA

São resultados da 1ª Etapa do projeto: a construção de base de dados de caráter quantitativo e qualitativo; a elaboração de mapa dos acervos da Universidade e de Brasília; a apresentação, em 2016, de comunicações científicas com os resultados preliminares; e a submissão de artigos científicos para publicação em periódicos da de Ciência da Informação e áreas correlatas.

A finalização dos trabalhos culminará com a realização de um seminário entre os dias 17 e 21 de outubro de 2016 na Faculdade de Ciência da Informação da UnB, para o qual estão programados quatro mesas redondas, cinco minicursos, exposição fotográfica e mostra de filmes.

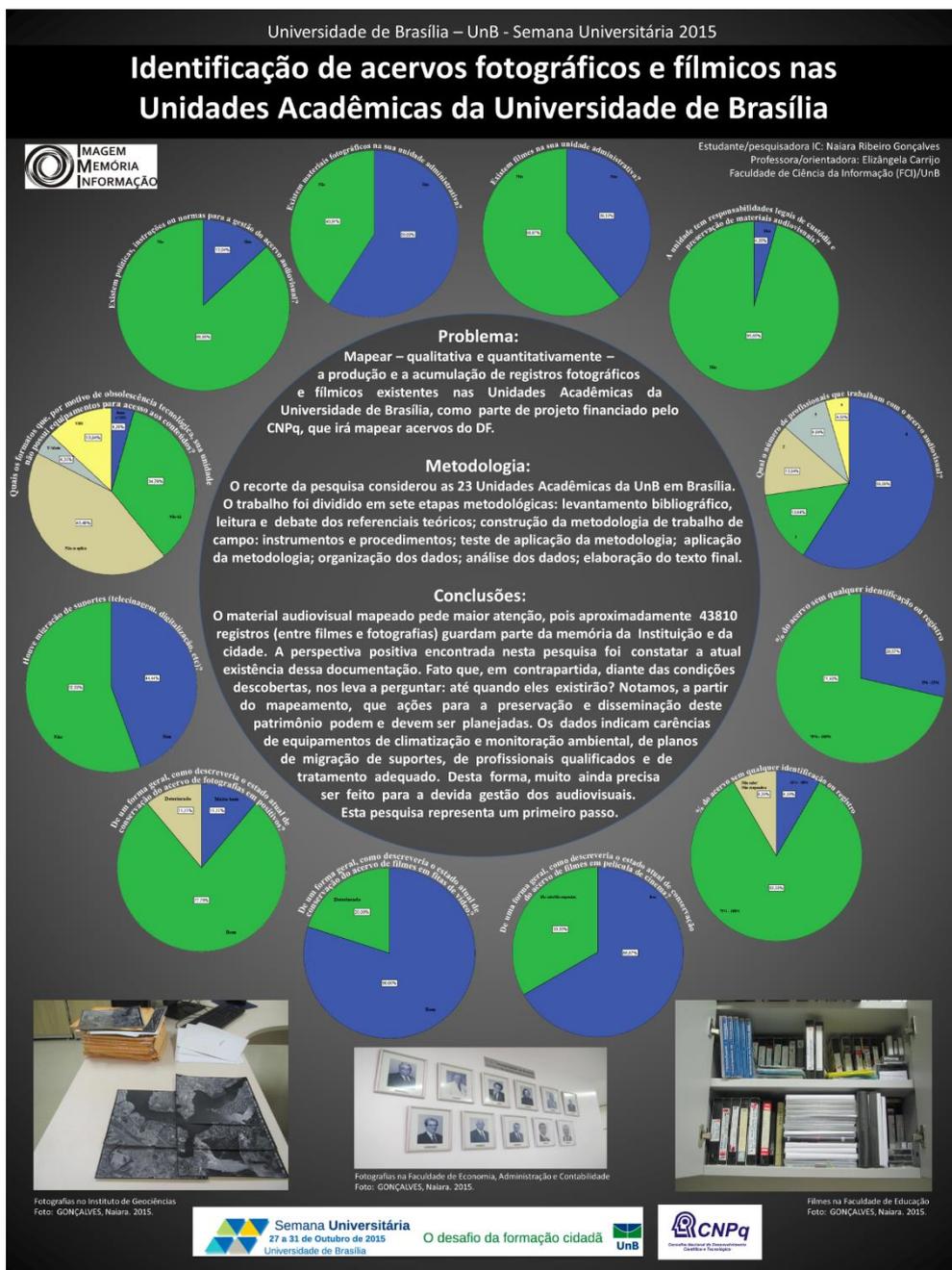


FIGURA 7: RESULTADOS REFERENTES AO CAMPUS DARCY RIBEIRO.

4. CONCLUSÕES

Estes e outros dados estão sendo reunidos e serão somados aos resultados realizados pelo mesmo projeto nas administrações direta e indireta do Governo Federal do Brasil e da Governo do Distrito Federal (Brasília). Esta coleta demonstra que atingimos o principal resultado almejado, qual seja a produção de um mapa dos acervos audiovisuais tanto da Universidade quanto da cidade de Brasília, incluindo o diagnóstico de seu estado de conservação física e de preservação intelectual; e dados sobre a memória e a cultura audiovisual local.

Brasília é uma metrópole registrada com a imagem e o som desde o seu planejamento. Esta singularidade nos permite refletir sobre a interferência da imagem e do som na construção da identidade de uma grande cidade, que costuma criar instituições de memória específicas para este fim: cinematecas e museus da

imagem e do som. Em levantamento preliminar, o grupo constatou a existência de 24 museus da imagem e do som no Brasil, sendo 13 deles em capitais e apenas 1 na Região Centro-Oeste, em Goiânia. Uma ambição futura é que os esforços desta pesquisa contribuam para a criação de um museu da imagem e do som ou cinemateca na capital federal.

O Projeto promove a memória enquanto bem inalienável de uma sociedade. Para isso, utiliza-se da disseminação da informação e da geração de conhecimento sobre objetos que porventura estejam “esquecidos”. Pessoas, grupos, sociedades, povos inteiros poderão reconhecer nos documentos audiovisuais um referencial de sua própria história, riqueza cultural incontestável de valor inestimável para o Distrito Federal e demais regiões do país.

5. REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Portaria nº 14, de 05 de janeiro de 1994. Aprova o Estatuto da Universidade de Brasília. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jan. 1994. Seção 1, p. 410.
- CÂMARA TÉCNICA DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS (CTDE). Glossário: Documentos Arquivísticos Digitais. Conselho Nacional de Arquivos, 2014.
- CASSARES, Norma C. Como Fazer Conservação Preventiva em Arquivos e Bibliotecas. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000.
- FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (FUB). Estatuto e Regimento Geral da UnB. Brasília: Editora UnB, 2011.
- JARDIM, José Maria. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 5-16, jul./dez. 2006.
- LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Editora da Unicamp, 1924/1990.
- MORENO, Nádina A.; LOPES, Maria Aparecida; DI CHIARA, Ivone G. A contribuição da preservação de documentos e a (re)construção da memória. Biblionline, João Pessoa, v. 7, n. 2, p. 03-11, 2011.
- SOUSA, Renato T. B. Alguns apontamentos sobre a classificação de documentos de arquivo. Marília, Brazilian Journal of Information Science: Research Trends, v. 8, n. 1/2, 2014.
- TODOROV, Maria Sílvia R. UnB – evolução da estrutura acadêmica: do plano orientador ao estatuto de 1993. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

TRAJETÓRIAS TERMINOLÓGICAS RELACIONADAS À INTELIGÊNCIA COMPETITIVA

Kira Tarapanoff, Marta Valentin, Lilian Álvares

Universidade de Brasília – Universidade Estadual Paulista - IBICT

Resumo

Propõe discutir a terminologia acerca dos termos inteligência competitiva, inteligência de negócios, inteligência econômica, inteligência empresarial, inteligência organizacional, inteligência competitiva organizacional, prospecção informacional, monitoramento informacional e vigilância informacional. A terminologia de cada área evolui devido à necessidade de especialistas em um campo se comunicar com precisão e concisão. Mesmo estes, podem usar termos e conceitos indistintamente, quando de fato, há polissemias que precisam ser reconhecidas, não apenas na tradição de uso de vários países, como também nos próprios conceitos delimitadores. Da mesma maneira, serão identificadas as expressões sinônimas que apenas retratam a riqueza dos idiomas. É obrigação de quem atua em um campo específico, usar termos técnicos precisos, reconhecer suas definições, documentá-los e disseminá-los. A metodologia será baseada no estudo da literatura da área, incluindo os conceitos também especificados em dicionários e glossários. Os objetos terminológicos serão analisados à luz da Teoria Comunicativa da Terminologia, de Cabré, especialmente pelo Princípio da Poliedricidade do Termo, que afirma que as unidades terminológicas devem ser estudadas sob a perspectiva social, a perspectiva cognitiva e a perspectiva linguística. O estudo será limitado à investigação terminológica em países de idioma anglo-saxão e em países de língua latina. Os resultados esperados incluem o refinamento e padronização dos termos especializados, apoiando a consolidação da linguagem especializada da área, com seus significados singulares e cujo objetivo é garantir que a comunicação se realize de maneira compreensível e sem ambiguidades em ambientes mono ou multilíngues.

Palabras-chave: Inteligência Competitiva. Termos e Conceitos. Teoria da Comunicação Terminológica.

Abstract

Intends to discuss the terminology related to the terms competitive intelligence, economic intelligence, business intelligence, organizational intelligence, organizational competitive intelligence, informational prospection, informational scanning, and informational surveillance. The terminology of each area evolves because of the need of experts in a field to communicate with precision and conciseness. Even these may use terms and concepts indistinctly, when in fact there is polysemy which needs to be recognized, not just in tradition of use in several countries, but also within the own delimitation of concepts. Likewise, the synonymous expressions that only portray the richness of languages will be identified. It is the obligation of those who work in a specific field, use precise technical terms, provide definitions, document and disseminate them. The methodology will be based on the study of the pertinent literature, including the concepts also specified in dictionaries and glossaries, especially regarding the general use of the terms. The terms objects of this study will be analyzed in the light of the Terminological Communication Theory of the author Cabre, specifically under the Principle of Poliedricity. Principle which analyses the terms under a social, cognitive and linguistic perspectives. The study will be

limited to terminological research in Anglo-Saxon and Latin speaking countries. The expected results will include the refinement and standardization of specialized terms, supporting the consolidation of the specialized language of the area, with their unique meanings with the objective is to ensure that communication takes place in a comprehensible and unambiguous way in mono or multi-lingual environments.

Keywords: Competitive Intelligence. Terms and Concepts. Terminology Communication Theory.

1. INTRODUÇÃO

Inteligência organizacional, inteligência competitiva organizacional, inteligência competitiva, inteligência econômica, inteligência empresarial, inteligência de negócios, prospecção informacional, monitoramento informacional e vigilância informacional, afinal o que há de comum a todos esses termos e qual o significado de cada um? Pode-se afirmar que todos estes termos pertencem a uma linguagem com um propósito específico, que é usada para discutir um determinado campo do conhecimento especializado. Tipicamente, esse tipo de linguagem, diferente da linguagem geral, contém um número de termos que podem ser combinados de um modo específico. Em resumo, possui um vocabulário especializado acessível apenas aos conhecedores da área (ou áreas) (Corcodel & Corcodel 2014, p.122). O vocabulário especializado é, claramente, uma característica importante do que se pode denominar de linguagem de especialidade ou linguagem especializada.

A especificidade das linguagens de especialidade ou especializadas, por isso mesmo, restringe seu uso aos conhecedores de determinado conjunto de códigos e expressões, muitas vezes não conhecido por outros sujeitos, pois as línguas de especialidades são aquelas criadas e comunicadas entre membros possuidores de um conhecimento específico. Caracterizam-se por se constituírem em uma linguagem própria, que a distingue da linguagem natural, e que não é do conhecimento geral. Trata de conjuntos de palavras e expressões, seja por temática, experiência, âmbito de uso ou de usuários de áreas específicas do conhecimento. Apresenta-se como um conjunto de características inter-relacionadas e não como fenômeno isolado. Cabré (1993, p.135) defende que acima de outras funções complementares, mantém a função comunicativa como a predominante.

Fazer-se entender é, sem dúvida, o caráter social da linguagem. É obrigação de quem atua em um campo específico, usar termos técnicos precisos, reconhecer suas definições, documentá-los e disseminá-los. Várias teorias foram criadas para definir as palavras e expressões dos vocabulários especializados. Nessa perspectiva, enfoca-se o caráter comunicativo dessas linguagens. A Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) não considera os termos como unidades isoladas que constituem seu próprio sistema, mas sim os considera como unidades, que se incorporam no léxico de um falante no momento em que este adquire o know how de especialista por meio da aprendizagem do conhecimento especializado (Cabré 1999). Articula-se baseada na valorização dos aspectos comunicativos das linguagens especializadas em detrimento dos propósitos normalizadores, bem como na compreensão de que as unidades terminológicas formam parte da linguagem natural e da gramática das línguas (Krieger & Finatto 2004, p.35).

De modo pontual pode-se reconhecer dois conceitos diferenciados de linguagens especializadas: especialização por temática e especialização por características especiais em que se desenrola o intercâmbio da informação (Cabré 1993, p.135).

1.1 ESPECIALIZAÇÃO POR TEMÁTICA

Concentrando-nos no aspecto temático dos termos relacionados às expressões supracitadas no primeiro parágrafo, nota-se que os termos recorrentes são inteligência (inteligência competitiva, inteligência de negócios, inteligência econômica, inteligência empresarial, inteligência organizacional, inteligência competitiva organizacional), e o termo informação/informacional (monitoramento informacional, vigilância informacional e prospecção informacional).

Começando pela palavra mais abrangente 'informação' em português (Houaiss 2001, p.1615), e em inglês 'information', no sentido de conhecimento comunicado¹. O uso da palavra indica uma perspectiva

¹ Simpson, JA & Weiner, ESC 1989, The Oxford English Dictionary, 2nd. edn. Clarendon Press, Oxford University Press.

específica, a partir da qual o conceito de comunicação² do conhecimento³ tem sido compreendido e utilizado na linguagem comum.

O conceito moderno de informação compreendido como sendo a comunicação do conhecimento, inclui também uma visão moderna de conhecimento empírico compartilhado por uma comunidade científica (Capurro & Hjørland 2007, p.173). Esta perspectiva inclui características como novidade e relevância, referindo-se ao processo de transformação do conhecimento e, particularmente, à seleção e interpretação dentro de um contexto específico (Capurro & Hjørland 2007, p.150).

Optando pela designação mais consagrada na literatura internacional, considera-se que o contexto específico em que se desenvolve a linguagem de especialidade da qual está se tratando, é o da inteligência competitiva. O tipo de atividade realizada por esta área, como para as demais ciências ou disciplinas, é a produção de conhecimento e desenvolvimento de teorias para a sua área de atuação. Há uma dependência teórica dos termos a serem definidos na linguagem de especialidade. E, as definições a serem designadas a seus termos dependem das funções dadas a eles dentro das respectivas teorias (Capurro & Hjørland 2007, p.152).

Na linguagem geral da língua portuguesa, o termo inteligência é definido como: faculdade de conhecer, compreender e aprender (Houaiss 2001, p.1630). Também é entendida como informação de alto nível, processada e explorada⁴. A informação se constitui na base do processo de inteligência competitiva, cujo escopo consiste na análise das necessidades de informação de uma organização e na avaliação de sua disponibilidade (Queyras & Quoniam 2006, p.78).

Quanto à definição do termo inteligência, sob o ponto de vista teórico da IC, esta se situa no contexto das organizações ou corporações e se desenvolve no âmbito do planejamento estratégico e da tomada de decisão. A criação da inteligência está indissociavelmente relacionada com a criação de conhecimento. Sua atividade é complexa, pois, sob um enfoque sistêmico, o conhecimento pode sofrer vários tipos de problemas. Entre eles a ambiguidade, a complexidade, a incerteza e a ambivalência. “Pode haver ambiguidade, porque a informação depende do ambiente e do contexto em que foi coletada. Configura-se a complexidade, quando é necessário multiplicar as representações de um fenômeno para conhecer suas múltiplas facetas e representações, elaborada a partir das informações coletadas. Existe a incerteza, quando não for possível determinar com precisão a origem e, portanto, a validade da informação. E, enfim, pode haver ambivalência, quando for impossível conhecer o sentido exato da informação” (Queyras & Quoniam 2006, p.78).

Inteligência pode ser conceituada como “a habilidade de capturar, compartilhar e extrair significado de sinais da ambiência externa que possam afetar de forma positiva ou negativa a organização e sua sobrevivência institucional” (Haeckel & Nolan 1993).

1.2 ESPECIALIZAÇÃO POR CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS

Neste trabalho, enfocam-se as características especiais em que se desenrola o intercâmbio da informação na área de inteligência competitiva. Esta área temática se desenrola especificamente no âmbito das organizações de todos os tipos, tanto as sociais quanto as com fins lucrativos. O âmbito de atuação da IC vincula-se à tomada de decisão nas organizações que, por sua vez, sofrem grande influência do meio que as circundam, levando em conta sua sobrevivência institucional e sua finalidade social⁵ e econômica.

² Em sua abordagem sobre sistemas sociais, Luhman (1987, p.193-194) explica que ‘comunicação’ é a união de oferta de significado (em alemão Mitteilung), escolha (em alemão: information) e compreensão (em alemão: Verstehen).

³ “Tem sido extremamente interessante observar como o conceito de informação está intimamente ligado a visões sobre o conhecimento” (Capurro & Hjørland 2007, p.159).

⁴ Intelligence is high-level, processed, exploitable Information. http://www.institute-for-competitive-intelligence.com/download/Intelligence%20Glossary%20_US_.pdf. Acesso em 29.08.2016

⁵ Na finalidade social incluímos não apenas os seus clientes e usuários, mas também sua responsabilidade de impacto sobre o meio ambiente.

2. METODOLOGIA PARA A DEFINIÇÃO DA LINGUAGEM ESPECIALIZADA DE IC

Buscando uma padronização mínima na linguagem de especialidade em IC, foram selecionados para sua conceituação, alguns termos e expressões mais comumente utilizados. A saber: inteligência organizacional e inteligência competitiva organizacional; inteligência competitiva; inteligência econômica; inteligência empresarial; inteligência de negócios; prospecção informacional; e monitoramento informacional e vigilância informacional. Termos estes usados de modo recorrente com significados idênticos ou superpostos.

Estes termos serão analisados utilizando o princípio da poliedricidade do termo que, afirma que as unidades terminológicas são unidades terminológicas poliédricas, pois integram ao mesmo tempo aspectos: linguísticos, cognitivos e sociais (Cabré, 1999). Do ponto de vista linguístico, os padrões ISO 704 (2000) e 1087-1 (2000) afirmam que termos são designações de conceitos, em que 'termo' é a designação verbal de um conceito (definição) em um domínio específico. Portanto, a definição ou conceito é a representação mental de um objeto, e que, somado a um elemento lexical que o denomina, forma o 'termo'. Saussure (1992) se refere a 'termo' como signo linguístico, uma unidade de conhecimento composta por um conceito (significado) e por um elemento lexical que o nomeia. Neste trabalho, adota-se sob a perspectiva linguística, a designação ou conceituação dos termos, objeto de definição, sob a orientação de significante ou definidor, e sua conceituação, significado ou definidor. Ainda sob o ponto de vista linguístico, os termos serão definidos como produto, como processo e quanto à sua finalidade. Sempre que possível se dará a designação na língua inglesa, francesa e espanhola. As definições se basearão na revisão 'narrativa' da literatura⁶.

Sob a perspectiva cognitiva⁷ o campo em estudo se limitará à linguagem especializada da área de inteligência competitiva. Cabré (1999) alerta para o fato de que uma particularidade das linguagens utilizadas por especialistas é a impreterível precisão da informação comunicada. Para que tal precisão seja consolidada são necessários instrumentos que zelem pela não ambiguidade do discurso especializado. Neste caso, e respondendo à orientação da Teoria Comunicativa da Terminologia, é preciso também adotar uma teoria do conhecimento, que explique como se conceitualiza a realidade da área especializada em estudo.

Sob a perspectiva social, considera-se que os primeiros passos para uma padronização terminológica da área de inteligência organizacional têm em si uma contribuição e impacto relevante para o estudo da área. No entanto, vale lembrar que os termos de uma linguagem especializada são oriundos de contextos sociais e, portanto, podem ser designados por mais de um termo e, ainda, sofrer variações ao longo do tempo, bem como em relação a todo o tipo de fenômeno e evolução social. É preciso levar em consideração a dinamicidade da linguagem especializada, sua progressão semântica. A TCT considera que as variações podem ocorrer numa área de especialidade devido a diferentes situações e comunicações (Cabré 1993, p.213)⁸.

⁶ A 'revisão narrativa' não utiliza critérios explícitos e sistemáticos para a busca e análise crítica da literatura. A busca pelos estudos não precisa esgotar as fontes de informações. Disponível em: <<http://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2016.

⁷ **Cognitivo** é uma expressão que está relacionada com o **processo de aquisição de conhecimento** (cognição). Podemos dizer que diz respeito também à produção de conhecimento, sua evolução e desenvolvimento de teorias para aos vários campos de estudo.

⁸ "Si analizamos la relación entre la forma y el contenido de un lexema (especializado o no), observamos que la correspondencia entre ambas partes no suele ser unívoca sino múltiple" (Cabré 1993, p.213).

3. LINGUAGEM ESPECIALIZADA EM IC: O SIGNIFICADO DOS TERMOS

Conforme especificado na metodologia, para a análise dos termos propostos adotou-se o princípio da poliedricidade integrando a perspectiva linguística, cognitiva e social, cujas dimensões que se inter-relacionam. Considera-se que o aspecto linguístico é a própria linguagem (geral, origem etimológica e especializada), a dimensão cognitiva é o conhecimento que se tem sobre a matéria (revisão de literatura, conceituações, relações entre conceitos) e a dimensão social é a comunicação normalizada.

3.1 INTELIGÊNCIA COMPETITIVA

3.1.1 PERSPECTIVA LINGUÍSTICA

No que tange aos aspectos linguísticos destaca-se a etimologia da palavra 'inteligência' originária do Latim 'intellegentia', cujo significado se refere a "faculdade de compreender", "rapidez de apreensão mental" (Cunha 2010, p.361). Quanto a etimologia da palavra 'competir' também originária do Latim 'competer'/'competere' que significa "disputar, rivalizar" (Cunha 2010, p.166).

Em relação a linguagem geral contemporânea, a definição de 'inteligência' se relaciona a "capacidade de compreender e resolver novos problemas e conflitos e de adaptar-se a novas situações" (Houaiss 2009). Competitivo é "relativo a ou ao que encerra competição [...] que compete; que participa de competição" (Houaiss 2009). Na língua inglesa o termo é similar 'competitive intelligence', assim como na língua francesa 'intelligence compétitive'.

Observa-se que o termo inteligência competitiva está imbricado a capacidade de o indivíduo compreender o contexto em que está inserido, no intuito de tomar decisões que resolvam problemas e possibilite adaptar-se às novas situações.

A inteligência competitiva (IC) pode ser compreendida sob dois enfoques, o primeiro como uma ferramenta aplicada em um determinado contexto, ou seja, com começo, meio e fim. Em geral isso ocorre, quando a organização estabelece um objetivo específico a ser atingido e, ao atingi-lo, encerra a aplicação das atividades de inteligência. O segundo enfoque se refere a IC ser compreendida como um processo organizacional e, neste caso, as atividades de IC são formalizadas e incorporadas na estrutura da organização como qualquer outro processo, sendo ajustado quando necessário.

Nessa perspectiva, evidencia-se que algumas áreas como, por exemplo, a área de Marketing compreende a IC como uma ferramenta que é usada com fins específicos, cuja aplicação é direcionada e finalizada ao se obter o resultado desejado. Por outro lado, a área de Ciência da Informação compreende a IC como um processo contínuo e complexo que, estabelece inter-relações de maneira a gerar inteligência para a organização, na medida em que cria estratégias de ação para cenários futuros (Cervantes et al. 2010, p.49).

Prior (2009) explica que a IC se refere a um programa sistemático para a coleta, análise e gerenciamento de dados, informações e conhecimento sobre o ambiente de negócios em que a organização está inserida, visando obter vantagem competitiva, corroborando com a compreensão de que a IC é um processo.

Outro aspecto evidenciado se refere a ética para a obtenção de dados, informações e conhecimento, conforme preconiza a Strategic and Competitive Intelligence Professionals (SCIP): "[...] processo legal e ético de coleta e análise de informações sobre as organizações concorrentes, a fim de subsidiar a organização no processo decisório para atingir seus objetivos" (SCIP s.d., tradução nossa).

A literatura sobre IC começa a aparecer entre 1960-1970, mas segundo Prescott (1999), não era significativa do ponto de vista quantitativo. A partir da Década de 1980, a literatura sobre IC no contexto organizacional cresce significativamente, enfocando sua aplicação em organizações empresariais de grande porte. Na Década de 1990 a literatura sobre IC é ampliada, uma vez que seu enfoque inclui outros aspectos até então não contemplados, relacionando-a à gestão da informação e à gestão do conhecimento.

Prescott (1999) define inteligência competitiva como um processo que contempla todos os aspectos que envolvem a dinâmica do mercado, visando aumentar a vantagem competitiva da organização e, para tanto, inclui as ações e reações dos concorrentes, fornecedores, clientes, parceiros e potenciais concorrentes, bem como fatores subliminares ao mercado, tais como a regulamentação governamental e a cultura de um país.

3.1.2 PERSPECTIVA COGNITIVA

A inteligência competitiva (IC) pode ser compreendida sob dois enfoques, o primeiro como uma ferramenta aplicada em um determinado contexto, ou seja, com começo, meio e fim. Em geral isso ocorre, quando a organização estabelece um objetivo específico a ser atingido e, ao atingi-lo, encerra a aplicação das atividades de inteligência. O segundo enfoque se refere a IC ser compreendida como um processo organizacional e, neste caso, as atividades de IC são formalizadas e incorporadas na estrutura da organização como qualquer outro processo, sendo ajustado quando necessário.

Nessa perspectiva, evidencia-se que algumas áreas como, por exemplo, a área de Marketing compreende a IC como uma ferramenta que é usada com fins específicos, cuja aplicação é direcionada e finalizada ao se obter o resultado desejado. Por outro lado, a área de Ciência da Informação compreende a IC como um processo contínuo e complexo que, estabelece inter-relações de maneira a gerar inteligência para a organização, na medida em que cria estratégias de ação para cenários futuros (Cervantes et al. 2010, p.49).

Prior (2009) explica que a IC se refere a um programa sistemático para a coleta, análise e gerenciamento de dados, informações e conhecimento sobre o ambiente de negócios em que a organização está inserida, visando obter vantagem competitiva, corroborando com a compreensão de que a IC é um processo.

Outro aspecto evidenciado se refere a ética para a obtenção de dados, informações e conhecimento, conforme preconiza a Strategic and Competitive Intelligence Professionals (SCIP): “[...] processo legal e ético de coleta e análise de informações sobre as organizações concorrentes, a fim de subsidiar a organização no processo decisório para atingir seus objetivos” (SCIP s.d., tradução nossa).

A literatura sobre IC começa a aparecer entre 1960-1970, mas segundo Prescott (1999), não era significativa do ponto de vista quantitativo. A partir da Década de 1980, a literatura sobre IC no contexto organizacional cresce significativamente, enfocando sua aplicação em organizações empresariais de grande porte. Na Década de 1990 a literatura sobre IC é ampliada, uma vez que seu enfoque inclui outros aspectos até então não contemplados, relacionando-a à gestão da informação e à gestão do conhecimento.

Prescott (1999) define inteligência competitiva como um processo que contempla todos os aspectos que envolvem a dinâmica do mercado, visando aumentar a vantagem competitiva da organização e, para tanto, inclui as ações e reações dos concorrentes, fornecedores, clientes, parceiros e potenciais concorrentes, bem como fatores subliminares ao mercado, tais como a regulamentação governamental e a cultura de um país.

3.1.3 PERSPECTIVA SOCIAL

Uma das primeiras referências sobre a IC pode ser encontrada no livro do Sun Tzu “A Arte da Guerra”, cujos ensaios foram escritos por volta de 500 a.C. e se constituiu na base para distintas aplicações no contexto militar. Segundo Prescott (1999), a IC passa a ser desenvolvida no âmbito da segurança nacional, cuja origem remonta à II Guerra Mundial e está relacionada a Ciência Política e, mais recentemente, a IC passa a ser desenvolvida em ambientes organizacionais, visando o estabelecimento de diferenciais em um mundo internacionalizado altamente competitivo.

No contexto organizacional, Prescott (1999) explica que a IC se desenvolveu significativamente na Década de 1980, cujo enfoque era voltado à análise da concorrência. Evidencia-se que, justamente por esta razão, inicialmente a IC era compreendida como uma ferramenta aplicada apenas no que tange a análise da concorrência e do mercado (marketing), cuja compreensão se altera através da evolução das pesquisas realizadas sobre o tema de ‘ferramenta’ para ‘processo’.

A IC é fundamental para organizações inovativas, uma vez que subsidia os sujeitos organizacionais com dados, informações e conhecimento essenciais para a tomada de decisão e o ajuste de estratégias que propiciem os diferenciais de inovação voltados à obtenção de vantagem competitiva no mercado em que atuam. Assim, a IC agrega significativo valor ao processo de inovação, proporcionando segurança no que tange aos investimentos necessários às modificações incrementais ou radicais.

Destaca-se também a formação de profissionais especializados em IC, essencial para as organizações contemporâneas. Nessa perspectiva, o mundo do trabalho requer competências e habilidades direcionadas ao desenvolvimento e aplicação da inteligência nas atividades e tarefas desempenhadas pelos sujeitos organizacionais.

Considerando a perspectiva cognitiva se normaliza o conceito de IC como se segue: Inteligência Competitiva: processo contínuo de coleta, análise e gerenciamento de dados, informações e conhecimento sobre o ambiente de negócios em que a organização está inserida, visando obter vantagem competitiva.

3.2 INTELIGÊNCIA COMPETITIVA ORGANIZACIONAL / INTELIGÊNCIA ORGANIZACIONAL

3.2.1 PERSPECTIVA LINGUÍSTICA

A palavra ‘organização’ é derivada de a junção do verbo ‘organizar’ + ‘ção’, cuja origem é do Francês ‘organizer’ que, por sua vez, se origina do Latim ‘organizo’ = ‘dotar de uma estrutura’ (Cunha 2009, p.463). Em relação a linguagem geral contemporânea, a definição de ‘organização’ se relaciona ao “ato ou efeito de organizar(-se) [...] entidade que serve à realização de ações de interesse social, político, etc.; instituição, órgão, organismo, sociedade” (Houaiss 2009). Na língua inglesa o termo é similar ‘organizational competitive intelligence’ ou ‘organizational intelligence’, assim como na língua francesa ‘intelligence compétitive organisationelle’ ou ‘intelligence organisationelle’.

A inteligência competitiva organizacional (ICO) ou inteligência organizacional (IO) enfoca as capacidades de o indivíduo compreender o contexto interno [organização] e externo [mercado] em que está inserido, no intuito de tomar decisões que resolvam problemas e possibilite adaptar-se às novas situações, ou seja, o desenvolvimento de capacidades que propiciem a compreensão tanto de processos internos quanto externos que gerem inteligência para a organização.

3.2.2 PERSPECTIVA COGNITIVA

O termo 'inteligência organizacional' aparece pela primeira vez nos estudos de Wilensky⁹ (1967), entretanto, somente na Década de 2000 o conceito realmente se consolida. Os conceitos e definições evoluem naturalmente a partir das transformações que ocorrem na sociedade. No que tange a IC, observou-se que o processo não contemplava todos os elementos necessários à sua efetividade, evidenciando sua complexidade e, assim, outros elementos foram incorporados como, por exemplo, a cultura e a comunicação organizacional, revelando a necessidade de alterar o escopo de sua denominação, passando de 'inteligência competitiva' para 'inteligência competitiva organizacional', na tentativa de abranger os aspectos supracitados. A cultura e a comunicação organizacional envolvem tantos elementos do ambiente organizacional que, exigiram uma nova compreensão sobre a IC, qual seja, compreendê-la como um modelo de gestão.

Nessa perspectiva, o conceito 'inteligência competitiva organizacional' evolui para 'inteligência organizacional' (IO), conforme explica Prior (2009, tradução nossa): “[...] inteligência organizacional é um termo amplo que abrange a inteligência de negócios e a inteligência competitiva, bem como os elementos que são inerentes as operações globais, como a segurança corporativa e a contra inteligência”.

Para Cervantes et al. (2010, p.51) a ICO se refere a “Capacidade de uma corporação como um todo de reunir a informação, inovar, criar conhecimento e atuar efetivamente baseada no conhecimento que ela gerou”. IO se refere a capacidade de a organização compreender e valorizar os conhecimentos relevantes ao negócio gerados tanto internamente quanto externamente, ou seja, é a capacidade intelectual de os sujeitos organizacionais potencializarem os pontos fortes e amenizarem ou resolverem os pontos fracos no intuito de a organização responder às mudanças e à complexidade do ambiente. Para tanto, a IO abrange desde a capacidade de os sujeitos organizacionais darem sentido as situações complexas e agirem de maneira eficaz para interpretar os eventos relevantes, inclui a capacidade de apropriação, geração, compartilhamento e uso de conhecimentos relevantes para o negócio, bem como a capacidade de refletir e aprender com as experiências vivenciadas (Veryard 2012).

Destaca-se, assim, que a IO é compreendida como um modelo de gestão, envolvendo a cultura e comunicação organizacional, a aprendizagem organizacional, a gestão da informação e a gestão do conhecimento, portanto, diferentes elementos e aspectos do ambiente organizacional, tornando a IO um modelo de gestão que deve envolver todos os níveis organizacionais.

3.2.3 PERSPECTIVA SOCIAL

Aspectos sociais e circunstanciais influíram significativamente para a consolidação do termo “inteligência organizacional”, cuja compreensão está relacionada a geração de conhecimentos, competências e capacidades internas. O capital intelectual ou ativo intangível passa a ser valorizado no contexto organizacional, cujo valor imaterial é essencial para a inovação e o estabelecimento de diferenciais competitivos. O ambiente de aprendizagem se constitui na base da inteligência organizacional.

Segundo Kiel (2009) a crescente complexidade da condição humana e dos sistemas sociais presentes na contemporaneidade exigem percepções, compreensões e ações capazes de lidarem com os desafios que se apresentam. Nessa perspectiva, a inteligência organizacional se insere na complexidade, abrangendo desde a cultura e a comunicação organizacional até o desenvolvimento de competências essenciais nos sujeitos que nela atuam.

⁹ Wilensky, HL 1967, *Organizational intelligence: Knowledge and policy in government and industry*, 2nd.edn. Basic Books, 226 p.

A complexidade estabelece inter-relações entre os contextos organizacional, econômico, tecnológico, político e social, influenciando significativamente na geração de inteligência organizacional. Desenvolver competências nos sujeitos organizacionais para perceberem a complexidade do ambiente passa a ser determinante para a geração de diferenciais competitivos.

Considerando a perspectiva cognitiva se normaliza o conceito como se segue: Inteligência Competitiva Organizacional ou Inteligência Organizacional é um modelo de gestão que envolve a cultura e a comunicação organizacional, no intuito de propiciar espaços de aprendizagem para o desenvolvimento de competências essenciais aos sujeitos organizacionais, visando a geração de diferenciais competitivos para a inovação e a competitividade organizacional.

3.3 INTELIGÊNCIA ECONÔMICA

3.3.1 PERSPECTIVA LINGUÍSTICA

A expressão inteligência econômica não está dicionarizada na linguagem geral. Aqui se considera o termo que qualifica a 'inteligência', a palavra 'econômica'. Definida na linguagem geral como 'arranjo ou modo de operar algo'. Etimologicamente se constitui no feminino substantivo do adjetivo 'econômico' em analogia com 'semântica', 'linguística', 'dialética', etc. (em que se subentende 'arte' ou 'ciência'). 'Econômico' por sua vez, entre várias definições, selecionando as mais pertinentes ao contexto que examinamos, na linguagem geral significa: 1) 'respeitante à economia', 2) 'caracterizado pelo uso cauteloso, eficiente e ponderado dos recursos materiais', 3) 'que controla gastos, que evita desperdícios', 4) 'que gera economia, que reduz gastos' (Houaiss 2001, p.1097). Em uma tradução literal correspondentes em outras línguas são as expressões: 'economic intelligence' (inglês); 'intelligence économique' (francês); 'inteligencia económica' (espanhol).

3.3.2 PERSPECTIVA COGNITIVA

O termo "inteligência econômica" (intelligence économique) é estritamente francês. Em outros países utiliza-se o termo inteligência competitiva para o mesmo conceito (Dou 2011, p.315). A inteligência econômica (intelligence économique) aparece na França como estratégia de Estado, tendo em vista a preocupação com o desenvolvimento e proteção de seus agentes econômicos, do ponto de vista científico, tecnológico e de inovação.

O primeiro texto que fundamenta a temática surgiu no início dos Anos 1990, por meio do relatório Martre (1993-94), que a define como conjunto de ações coordenadas de busca, tratamento, distribuição e proteção de informação útil aos atores econômicos. "L'intelligence économique peut être définie comme l'ensemble des actions coordonnées de recherche, de traitement et de distribution en vue de son exploitation, de 'information utile aux acteurs économiques" (Martre 1994, p.11).

Esta concepção teve o mérito de sensibilizar os empreendedores franceses para que houvesse uma matriz política sobre informação econômica. O mesmo ocorrendo com um segundo relatório dirigido por Bernard Carayon (2003), intitulado 'l'intelligence économique, compétitivité et cohésion sociale'. Obra na qual é afirmada que a inteligência econômica deve ser, verdadeiramente, uma política pública abrangente, a cargo do Estado, de modo similar às políticas de saúde, ambientais e de segurança. Ela pode auxiliar os estados, as empresas, os territórios, associações e fundações a promover coletivamente seus interesses dentro dos novos espaços de regulamentação e normalização (Carayon 2003, p.11).

Os dois relatórios objetivaram apresentar diretrizes para o desenvolvimento de um modelo de governança, cujo objeto se refere a informação estratégica que, por sua vez, tem como finalidade a

competitividade e a segurança da economia e das empresas nacionais (Dou 2010, p.332-333)¹⁰. Dessa maneira, embora análoga à inteligência competitiva, a inteligência econômica é uma atividade organizada em nível nacional e não apenas em nível de empresa, como afirma Jakobiak (2001 p.11)¹¹.

Sua finalidade consiste em fornecer aos responsáveis pela tomada de decisão nas empresas e no Estado (atores econômicos), os conhecimentos necessários para a compreensão de seu entorno social, político, ambiental e econômico e, assim, poder ajustar suas estratégias individuais e coletivas.

Em seus fundamentos operativos, a inteligência econômica pode ser definida tanto como um produto quanto como um processo. O produto é a informação e o conhecimento operacionais (a tomada de decisão) e também inteligência produzida. O processo é o conjunto de meios usados sistematicamente na aquisição, avaliação, tratamento, análise, e disseminação/comunicação da informação e do conhecimento operacionais.

Quanto às suas finalidades, estas podem servir de base para as seguintes funções: domínio (defesa e promoção) do know how científico-tecnológico e da segurança nacional; detecção dos riscos e das oportunidades no mercado interno e externo; entendimento das forças e fraquezas dos atores econômicos; definição de estratégias individuais e coletivas adequadas em nível nacional e, definição de estratégias de influência em apoio às ações (Clerk 1997).

Nas empresas, o termo inteligência econômica, é muitas vezes confundido com inteligência estratégica, (em francês *veille stratégique*). Entendida como uma atividade de antecipação prospectiva, um processo informational de longo prazo, pelo qual a empresa monitora sinais fracos de seu ambiente sócio-econômico, com a finalidade de identificar oportunidades e reduzir riscos face à incerteza (Lesca 1998).

A visão sistêmica da inteligência econômica propiciou seu desdobramento em 'inteligência territorial' (*intelligence territoriale*) ligada ao desenvolvimento regional e ao desenvolvimento de clusters e subclusters de produção (cadeias de valor). Inteligência territorial enfoca iniciativas locais, público/privadas, com intenso trabalho de cooperação entre as cadeias produtivas, ao nível da pequena indústria, de recursos naturais, do turismo, do artesanato, visando seu desenvolvimento e melhor posição competitiva. Sua definição pode ser apresentada de maneira sucinta como a "aplicação da inteligência econômica utilizada como meio de desenvolvimento regional" (Dou 2010, p.333). Alguns autores ampliam o escopo desta definição propondo que, o conceito de inteligência territorial inclua não apenas a eficácia econômica e a eficiência do modelo de desenvolvimento, mas inclua todas as dimensões que afetam o desenvolvimento sustentável (social, político, cultural e ambiental) (Girardot 2008).

3.3.3 PERSPECTIVA SOCIAL

Considerando a perspectiva cognitiva se normalizaram os conceitos como se segue: Inteligência econômica: conjunto de ações coordenadas de busca, tratamento, distribuição e proteção de informação útil aos atores econômicos, incluindo responsabilidades em nível de Estado, regiões e empresas. Inteligência territorial: aplicação da inteligência econômica utilizada como meio de desenvolvimento regional sustentável, em especial das pequenas empresas, focada em suas cadeias de valor, baseada na cooperação e em parcerias público-privadas.

3.4 INTELIGÊNCIA EMPRESARIAL

3.4.1 PERSPECTIVA LINGÜÍSTICA

¹⁰ "developper un mode de governance dont l'objet de l'information stratégique qui a pour finalité la compétitivité et la sécurité de l'économie (nationale) et des entreprises (nationales)".

¹¹ "l'intelligence économique, à l'opposé des autres types de veille est bien une organisation au niveau national et non plus uniquement au niveau de l'entreprise".

A expressão 'inteligência empresarial' não está dicionarizada na língua portuguesa. Deste modo, analisa-se o termo 'empresarial', adjetivo que caracteriza o termo inteligência. O termo 'empresarial' é relativo à empresa (organização) ou a empresário (entidade). A palavra 'empresa', por sua vez, se origina do Latim 'emprehendere', formado pelo prefixo 'em' + 'prehendere', que se iguala a 'capturar, pegar, levar diante de si, segurar' (Houaiss 2001, p.1128).

No Brasil utiliza-se a expressão 'inteligência empresarial' e, também, 'inteligência de negócios'. Seu equivalente em outras línguas é: *enterprise intelligence* (inglês), utilizada com o mesmo significado de *business intelligence* e, também, de *competitive intelligence*. Na língua espanhola aparece a expressão 'inteligencia empresarial'. Na França é utilizada a expressão 'inteligência econômica empresarial' (*intelligence économique d'entreprise*).

3.4.2 PERSPECTIVA COGNITIVA

Embora confundida com inteligência de negócios, *business intelligence* e inteligência competitiva, a inteligência empresarial possui significado próprio. Nessa perspectiva, apresenta-se seu diferencial.

Na literatura francesa a inteligência empresarial é entendida como 'inteligência econômica empresarial'. Define-se como a arte de detectar ameaças e oportunidades (do meio ambiente), coordenando a coleta, triagem, memorização, validação, análise e difusão da informação útil e estratégica para a empresa. Se constitui num ciclo informacional, cuja finalidade é a produção de informações estratégicas e táticas de alto valor agregado. Trata-se de um instrumento de conexão entre a ação e o conhecimento da empresa (Besson & Possin 2002).

Na literatura brasileira, a conexão entre ação e conhecimento empresarial também é enfatizado por Cavalcanti e Gomes (2001, p.56) quando definem o tripé da inteligência empresarial: 'conhecimento, inovação e empreendedorismo'. Estes elementos e sua sinergia constituem a inteligência empresarial. A ênfase dos autores na gestão do conhecimento e, também, na gestão da informação ocorre por meio do 'modelo de capitais do conhecimento'. Enfatizando duas dimensões de gestão: interna (capital estrutural, capital de relacionamento e capital intelectual); e a gestão externa ou ambiental do conhecimento (capital ambiental) (Cavalcanti & Gomes 2001, p.62). Definidos a seguir: 'capital ambiental' - conjunto de fatores que descrevem o ambiente em que a organização está inserida; 'capital intelectual' - capacidade, habilidade e experiência quanto ao conhecimento formal que os integrantes detêm e que agregam a uma empresa; 'capital estrutural' - conjunto de sistemas administrativos, conceitos, modelos, rotinas, marcas, patentes e sistemas de informática, que propiciam à organização funcionar de maneira efetiva e eficaz. Faz parte do capital estrutural a cultura da organização, a maneira como uma determinada organização faz funcionar o seu negócio; 'capital de relacionamento' - rede de relacionamentos de uma organização e seus colaboradores com seus clientes, fornecedores e parceiros (Cavalcanti & Gomes 2001, p.57-59).

Seu produto é o 'conhecimento empresarial'. Seu processo inclui a gestão interna dos 'capitais estrutural', de 'relacionamento' e 'intelectual'; e a gestão externa o 'monitoramento ambiental'. Tem como finalidade criar e desenvolver produtos e serviços na área de inteligência empresarial, com ênfase na gestão do conhecimento.

3.4.3 PERSPECTIVA SOCIAL

Considerando a perspectiva cognitiva se normalizou o conceito como se segue: Inteligência empresarial: 'Sinergia entre conhecimento, inovação e empreendedorismo'.

3.5 INTELIGÊNCIA DE NEGÓCIOS

3.5.1 PERSPECTIVA LINGUÍSTICA

A expressão inteligência de negócios é usada no Brasil também como sua expressão em língua inglesa 'business intelligence' (BI). A palavra 'negócio' tem origem latina e é formada por 'nec', negação e 'otium', sem ócio. Seria, portanto, negação do ócio. Otium, por sua vez, também pode ser apresentada como a utilização do tempo livre para alguma atividade não remunerada. Na sequência lógica, negócio, seria então, fazer algo em troca de remuneração. A palavra 'business' tem origem no Inglês arcaico 'bisignes' que significava cuidado, ocupação, derivado de 'bisig', cuidadoso, ocupado, diligente. Mais tarde, escrita como 'busyness', evolui para significar o estado de estar ocupado ou engajado. Posteriormente, já como 'business', passa a significar a ocupação de alguém em determinado momento. Finalmente, no Século XVIII, passa também a representar atividades comerciais.

Historicamente, o termo conjunto "Business Intelligence" surgiu em 1865 na "Cyclopaedia of Commercial and Business Anecdotes¹²", cunhado por Richard Millar Devens para descrever a estratégia de um bancário que usou a informação disponível no ambiente para vencer os concorrentes. Quase cem anos depois, em 1958, Hans Peter Luhn usou o termo em um artigo para o IBM Journal¹³ para descrever uma atividade de disseminação seletiva de informação, que ele apresentou como um sistema automático que determina perfis de interesse e faz chegar a cada um a informação de que necessita de maneira eficiente, quer na forma de resumo quer na forma de documento completo. Uma década depois, os Anos 1970 trazem a evolução nas formas de armazenamento **Direct Access Storage Device (DASD)** e acesso a dados **Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados (SGBD)**, levando novamente ao uso do termo, agora enriquecido com a inclusão dos processos de coleta, organização, análise, compartilhamento e monitoramento de dados, restrito aos dados contidos em Data Warehouse (DW) ou Data Mart (DM), gerando informações e suporte à tomada de decisão.

A primeira definição do entendimento contemporâneo é de Howard Dresner, em 1989, que propôs Business Intelligence como um termo genérico para descrever conceitos e métodos para melhorar a tomada de decisão de negócios usando sistemas de apoio baseados em fatos¹⁴.

3.5.2 PERSPECTIVA COGNITIVA

O entendimento contemporâneo tomou como premissa o fato de que a maioria das organizações trabalha com inúmeras fontes de informação, que deveriam manter um fluxo constante e preferencialmente integrado. Quando eram poucas, era possível garantir esse ritmo, trabalhando especificamente com um conjunto de dados e extraíndo conhecimento relevante. Entretanto, à medida que o volume e a disponibilidade de informação aumentaram, novos processos tornaram-se necessários, a fim de proporcionar fácil interpretação de grande volume de dados, com o apoio de tecnologias. Dessa maneira, o termo Inteligência de Negócios (Business Intelligence), difundido como BI, passa a referir-se ao uso de tecnologias de integração e análise de dados internos e externos à organização, a partir de fontes de origens diversas, com o objetivo de disponibilizar informação para a tomada de decisão. A particularidade deste conceito consiste em combinar eficazmente o uso de dados com ferramentas analíticas para apresentar informação complexa de maneira que apresente significado aos planejadores e tomadores de decisão, cujo conjunto de técnicas e ferramentas denomina-se de Tecnologias BI.

Evidencia-se que, muitas vezes, o termo se confunde com a própria tecnologia, especialmente ao processo DW. Outras tecnologias comuns ao BI para obtenção de integração, limpeza, pesquisa e análise de dados são os DM, data mining [mineração de dados], Decision Support Systems (DSS), Executive Information Systems (EIS), ferramentas Online Analytical Processing (OLAP), text mining [mineração de texto] e visualizações, entre outros, todos com o mesmo objetivo de propiciar fácil interpretação de grande

¹² Disponível em <<https://archive.org/details/cyclopdiaofcom02deverich>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

¹³ Disponível em <<http://altaplana.com/ibmrd0204H.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

¹⁴ Dresner H. Business Intelligence. Gartner Inc. 1989.

volume de dados. Nessa perspectiva, Business Intelligence é entendido como um meio de apoio à decisão, que pode ir desde a fase operacional até estratégica.

Em uma perspectiva mais ampla, Business Intelligence é utilizada para compreender as capacidades disponíveis na empresa, melhorar substancialmente a eficiência operacional, reduzir custos, revelar o estado da arte e as tecnologias dominantes, as tendências e cenários futuros, sobretudo com a emergência do DW como um repositório, os avanços em relação a limpeza de dados, o aumento das capacidades de hardware e software e o surgimento da arquitetura Web, sendo que todos esses combinados apoiam a criação do ambiente de Business Intelligence, mais rico do que era disponível anteriormente (Negash 2004).

A definição de BI pode exigir um grande esforço de análise da literatura. Primeiro porque há efetivamente, confusão entre BI e IC. Martinsons (1994), Vedder et al. (1999), Kinsinger (2007) e Calof e Wright (2008) utilizam-nas como sinônimos:

A Inteligência Competitiva (IC), também conhecida como Inteligência de Negócios, é um processo e um produto. Como um processo, IC é o conjunto legal de métodos éticos utilizados em uma organização para aproveitar a informação e ajudar a alcançar o sucesso em um ambiente global. Como um produto, IC é a informação sobre as atividades dos concorrentes a partir de fontes públicas e privadas, e seu escopo é o comportamento presente e futuro dos concorrentes, fornecedores, clientes, tecnologias, aquisições, mercados, produtos e serviços, e o ambiente de negócios em geral (Vedder et al. 1999, p.109)¹⁵.

Na gênese do uso da expressão, BI se referia ao uso de todos os dados transacionais acumulados na organização, principalmente da informação produzida internamente (Yermish et al. 2010). Portanto, naquele momento era bastante diferente do conceito de inteligência competitiva. Com o passar do tempo, no entanto, esse entendimento mudou para a maioria dos autores.

Na visão de Negash (2004), IC é agora considerada como um ramo especializado de BI, assim como para Cebotarean (2011) que, afirma que embora inteligência de negócios seja usada eventualmente como um sinônimo de IC, porque ambos são voltados ao apoio à tomada de decisão, a BI utiliza obrigatoriamente tecnologias para analisar dados estruturados internos e processos da organização. Para esta autora, lato sensu, inteligência de negócios pode incluir o subconjunto de inteligência competitiva. Shariat e Hightower (2007) o define como um termo guarda-chuva que reúne a quase totalidade das disciplinas de tratamento de dados de uma organização, ampliando o conceito, dando-lhe ainda mais projeção.

3.5.3 PERSPECTIVA SOCIAL

Considerando a perspectiva cognitiva se normalizou o conceito como: Inteligência de Negócios ou Business Intelligence se refere ao uso de tecnologias de integração e análise de dados internos e externos à organização a partir de fontes de origens diversas, com objetivo de disponibilizar informação para tomada de decisão.

3.6 PROSPECÇÃO INFORMACIONAL

3.6.1 PERSPECTIVA LINGUISTICA

¹⁵ 'Competitive intelligence (CI), also known as business intelligence, is both a process and a product. As a process, CI is the set of legal and ethical methods an organization uses to harness information that helps it achieve success in a global environment. As a product, CI is information about competitors' activities from public and private sources, and its scope is the present and future behavior of competitors, suppliers, customers, technologies, acquisitions, markets, products and services, and the general business environment'.

Em relação a palavra ‘prospecção’, esta tem sua origem no Latim ‘prospectio’ = ‘vistas de olhos lançada ao futuro’ (Cunha 2009, p.526). Em relação a linguagem geral contemporânea, a definição de ‘prospecção’ se refere “ao conjunto de técnicas relativa à pesquisa, localização precisa e estudo preliminar de uma jazida mineral ou petrolífera” (Houaiss 2009). Na língua espanhola, também, evidencia-se o uso do termo ‘prospectiva’ que é relacionado a análise de cenários futuros. Na língua inglesa ‘informational prospectation’ ou ‘informational scanning’ e na língua francesa ‘Prospection informationnel’. O termo está inter-relacionado a compreensão de previsão, antecipação e ao ato de explorar.

Apesar de ser uma palavra derivada de um contexto específico, advindo das atividades desenvolvidas no âmbito da Geologia, os pesquisadores da área de inteligência emprestaram o termo e passaram a usá-lo no âmbito informacional, visto que apresenta o mesmo objetivo, qual seja, prospectar informação em fontes desconhecidas, mas que indicam potencial de conteúdo relevante ao negócio da organização. No âmbito da Administração a área de vendas e de marketing também se apropriaram do termo, e muito comum o uso de prospecção de clientes potenciais, prospecção de mercados potenciais.

3.6.2 PERSPECTIVA COGNITIVA

A prospecção informacional se refere à busca de potenciais desenvolvimentos de longo prazo, com ênfase em perspectivas organizacionais futuras, principalmente no que tange a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ou seja, visa observar o que surge de novo no âmbito científico e tecnológico para que possa ser aplicado no contexto organizacional, no intuito de gerar inovação (Prior 2009, tradução nossa).

Compreende-se prospecção informacional como o método ou técnica que visa a identificação inicial de dados, informação e conhecimento relevantes para o negócio da organização (Cervantes et al. 2010, p.63). A prospecção informacional também é denominada de varredura passiva (scanning), uma vez que varre fontes de informação que não necessariamente indicam de modo latente conteúdos relevantes ao negócio da organização. Sendo assim, a equipe de inteligência atua no intuito de ‘farejar’ fontes de informação formais e informais que apresentem potencial informacional para o negócio da organização. A partir da detecção de conteúdo relevante, a equipe de inteligência passa a monitorar [varredura ativa] sistematicamente a fonte de informação, ou seja, se desenvolve outro estágio de extração de dados, informações e conhecimento.

A atividade de prospecção informacional é essencial ao processo de inteligência, uma vez que é a partir da prospecção inicial que os dados, informações e conhecimentos passam a ser analisados no intuito de gerar conhecimento e inovação. Para Prior (2009), a prospecção informacional visa avaliar o efeito de um provável evento futuro sobre o negócio da organização e, assim, é possível propor estratégias de ação que podem ser trabalhadas antecipadamente.

3.6.3 PERSPECTIVA SOCIAL

Considerando a perspectiva cognitiva se normalizou o conceito de Prospecção Informacional: varredura de dados, informação e conhecimento com potencial relevante ao negócio da organização, no intuito de prever cenários futuros e planejar estratégias de ação de longo prazo.

3.7 MONITORAMENTO E VIGILÂNCIA INFORMACIONAL

3.7.1 PERSPECTIVA LINGUÍSTICA

A palavra monitoramento vem do Latim ‘monere’ que é igual a advertir, avisar, ou seja, acompanha o que acontece, toma conta, ‘inspeciona um trabalho’. A palavra ‘vigilância’ vem do Latim ‘vig-lre’, formada a partir do prefixo ‘vig-l’, que, por sua vez, forma outros termos com significados semelhantes, tais como: o substantivo feminino ‘vig-l-a’ (vigília, insônia), o adjetivo ‘vig-l-ans’ (atento) e o verbo ‘vig-l-ō’ (velar, não dormir, estar acordado) (Caniato & Nascimento 2007, p.44).

3.7.2 PERSPECTIVA COGNITIVA

Os termos monitoramento informacional (informational monitoring) e monitoramento ambiental (environmental monitoring) referem-se a um componente essencial de análise e acompanhamento ambiental global que trata do monitoramento sistemático, permanente e acurado dos ambientes internos e externos de uma organização, a fim de detectar antecipadamente oportunidades e ameaças.

O termo 'vigilância', por sua vez, refere-se ao mesmo conceito restrito a um segmento específico, tal como vigilância tecnológica, também conhecida como vigilância informacional tecnológica, inteligência tecnológica, inteligência competitiva tecnológica, ou na expressão francesa *veille technologique* ou *veille scientifique et technique*, que é um processo organizado, seletivo e permanente de busca, recuperação, análise e disseminação de informação do ambiente externo e da própria organização sobre ciência e tecnologia. Especificamente, a vigilância tecnológica tem como objetivo preparar-se para as aceleradas mudanças tecnológicas em curso e manter contínua as estratégias de inovação como portador de futuro da organização.

O termo *environmental scanning* (em inglês) é o que melhor representa os termos e conceitos associados, mas sua tradução para o português não teve receptividade na comunidade brasileira. Por outro lado, o termo monitoramento informacional, do ponto de vista da literatura especializada, não tem a abrangência do termo *environmental scanning*, mesmo que na prática, é isso a que ele se refere. Por isso, a fim de registrar e disseminar expressão em língua portuguesa, defende-se o uso do termo monitoramento informacional para correlação imediata com o termo *environmental scanning*.

As atividades de *environmental scanning* tiveram início no final dos Anos 1960 com os estudos de Francis Joseph Aguilar (1967), que se dedicava aos estudos da Administração, em particular no que tange ao planejamento estratégico. Aguilar cunhou o termo *Environmental Scanning*, para descrever a ação de exploração do ambiente como forma de aquisição de informações com vistas a apoiar a organização a traçar seu futuro. Este autor classifica a atividade em quatro segmentos: a informação que chega à organização sem propósito específico; a informação que chega sobre áreas selecionadas; a organização que busca ativamente pelas informações para resolver uma questão específica; e por último, a organização que empreende esforço deliberado ou planejado para obter informações específicas sobre uma questão específica.

Soma-se ao entendimento do autor, Choo & Auster (1993) que associam o termo diretamente com a administração e planejamento da organização, com vistas a compreender as forças externas e internas de mudança para que se possam desenvolver respostas eficazes que assegure ou melhore sua posição no futuro. Em outras palavras, o monitoramento informacional é essencial na identificação de ameaças e oportunidades, na obtenção de vantagem competitiva e na elaboração e implementação dos planejamentos estratégico, tático e operacional. Interessante notar que os autores incluem no conceito de monitoramento, também as questões de aprendizagem organizacional e de prospecção ambiental, uma vez que a capacidade de a organização se adaptar ao ambiente externo é dependente de pesquisa, identificação e interpretação das mudanças que estão ocorrendo (que pode ser diretamente associada ao conceito de prospecção), sendo, portanto, também constituído de um modo primário de aprendizagem organizacional. O estudo de Aguilar (1967), especificamente, justifica o monitoramento, sobretudo, para diminuir a aleatoriedade da informação que flui para a organização e para alertar rapidamente os gestores das mudanças nas condições externas.

3.7.3 PERSPECTIVA SOCIAL

Considerando a perspectiva cognitiva se normalizou o conceito de Monitoramento Informacional: monitoramento sistemático, permanente e acurado dos ambientes internos e externos de uma organização, a fim de detectar antecipadamente oportunidades e ameaças.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo analisou alguns dos termos mais utilizados no ambiente da inteligência competitiva a partir da Teoria da Comunicação Terminológica, analisados à luz do princípio da poliedricidade do termo que, afirma que as unidades terminológicas integram ao mesmo tempo aspectos linguísticos, cognitivos e sociais. Os termos selecionados foram inteligência organizacional, inteligência competitiva organizacional, inteligência competitiva, inteligência econômica, inteligência empresarial, inteligência de negócios, prospecção informacional, monitoramento informacional e vigilância informacional.

Evidencia-se que há distinções e similitudes entre eles, mas a partir da análise terminológica foi possível apresentar definições para cada qual, assegurando suas características prioritárias e interfaces possíveis:

Inteligência Competitiva: processo contínuo de coleta, análise e gerenciamento de dados, informações e conhecimento sobre o ambiente de negócios em que a organização está inserida, visando obter vantagem competitiva. **Inteligência Competitiva Organizacional** ou **Inteligência Organizacional** é um modelo de gestão que envolve a cultura e a comunicação organizacional, no intuito de propiciar espaços de aprendizagem para o desenvolvimento de competências essenciais aos sujeitos organizacionais, visando a geração de diferenciais competitivos para a inovação e a competitividade organizacional. **Inteligência Econômica:** conjunto de ações coordenadas de busca, tratamento, distribuição e proteção de informação útil aos atores econômicos, incluindo responsabilidades em nível de Estado, regiões e empresas. **Inteligência Territorial:** aplicação da inteligência econômica utilizada como meio de desenvolvimento regional sustentável, em especial das pequenas empresas, focada em suas cadeias de valor, baseada na cooperação e em parcerias público-privadas. **Inteligência Empresarial:** Sinergia entre conhecimento, inovação e empreendedorismo. **Inteligência de Negócios (ou Business Intelligence):** uso de tecnologias de integração e análise de dados internos e externos à organização a partir de fontes de origens diversas, com objetivo de disponibilizar informação para tomada de decisão. **Prospecção Informacional:** varredura de dados, informação e conhecimento com potencial relevante ao negócio da organização, no intuito de prever cenários futuros e planejar estratégias de ação de longo prazo. **Monitoramento Informacional:** monitoramento sistemático, permanente e acurado dos ambientes internos e externos de uma organização, a fim de detectar antecipadamente oportunidades e ameaças. **Vigilância Informacional:** monitoramento sistemático, permanente e acurado dos ambientes internos e externos de uma organização, a fim de detectar antecipadamente oportunidades e ameaças, em segmento específico.

O refinamento e a padronização dos termos são fundamentais para a consolidação da linguagem especializada da área, cujos significados singulares e objetivos garantem que a comunicação se realize de maneira compreensível e sem ambiguidades. A partir desta análise terminológica inicial foi possível propor as definições supracitadas, no intuito de contribuir para uma melhor compreensão dos termos usados no âmbito dos estudos sobre inteligência.

5. REFERÊNCIAS

- Aguilar, FJ 1967, Scanning the business environment, Macmillan.
- Besson, B & Possin, JC 2002, L'audit d'intelligence économique, Dunod.
- Cabré, MT 1999, La terminología: representación y comunicación, Institut Universitari de Lingüística Aplicada.
- Cabré, MT 1993, La terminologia: teoria, metodologia, aplicaciones, Editorial Antártida / Empúries.
- Calof, JL & Wright, S 2008, Competitive intelligence: A practitioner, academic and inter-disciplinary perspective, European Journal of Marketing, vol.42, n°7, pp.717-730.

- Caniato, AMP & Nascimento, MLV do N 2007, A vigilância na contemporaneidade: seus significados e implicações na subjetividade, *Psicologia em Revista*, vol.13, no1, pp.41-68, http://www4.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20080521171223.pdf.
- Capurro, R & Hjørland, B 2007, O conceito de informação, *Perspectivas em Ciência da Informação*, vol.12, n°1, pp.148-207.
- Carayon, B 2003, L' intelligence économique, compétitivité et cohésion sociale, *Base de Connaissance AEGE*, http://bdc.aege.fr/public/Intelligence_economique_competitivite_et_cohesion_sociale_2003.pdf.
- Cavalcanti, M & Gomes, E 2001, Inteligência empresarial: um modelo de gestão para a nova economia, *Produção*, vol.10, n°2, pp.53-64.
- Cebotarean, E 2011, Business intelligence, *Journal of Knowledge, Economics and Information Technology*, n°2, http://scientificpapers.org/wp-content/files/1102_Business_intelligence.pdf.
- Cervantes, BMN et al. 2010, Glossário trilingue de termos em gestão da informação: subárea inteligência competitiva organizacional, FUNDEPE Editora, Cultura Acadêmica.
- Choo, CW & Auster, E 1993, "Environmental scanning: acquisition and use of information by managers", in Williams, ME (Ed.), *Annual Review of Information Science and Technology*, Learned Information.
- Corcodel, D & Corcodel, A 2014, On the specialized language of economic field, *Studia Universitatis Moldaviae*, vol.10, n°80, pp.122-124, <http://oaji.net/articles/2015/2055-1432569893.pdf>.
- Cunha, AG da 2010, *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, 4.ed., Lexikon.
- Dou, H 2010, Développement regional 2.0, in Quoniam, L & Lucien, A (Orgs), *Intelligence competitive 2.0: Organization, innovation et territoire*, Hermes; Lavoisier, pp.331-349.
- Dou, H 2011, Regional development 2.0, in Quoniam, L (Ed.), *Competitive intelligence 2.0: Organization, innovation and territory*, ISTE; Wiley, pp.315-332.
- Girardot, JJ 2008, Evolution of the concept of territorial intelligence within the coordination of the European network of territorial intelligence. *ReS- Ricerca e Sviluppo per le politiche sociali*, n°1-2, pp.11-29.
- Haeckel, SH & Nolan, RL 1993, Managing by wire, *Harvard Business Review*, vol.71, no5, pp.122-133, <https://hbr.org/1993/09/managing-by-wire>.
- Houaiss, A 2001, *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Objetiva.
- Houaiss, A 2009, *Dicionário eletrônico Houaiss*, Objetiva, CD-ROM.
- Institute for Competitive Intelligence n.d., Glossary of terms used in competitive intelligence and knowledge management, http://www.institute-for-competitive-intelligence.com/download/Intelligence%20Glossary%20_US_.pdf.
- ISO - International Standard Organization 2000, ISO 1087-1:2000 Terminology work: Vocabulary. Part 1: Theory and application, ISO.

- ISO - International Standard Organization 2000, ISO 704:2000 Terminology work: Principles and methods. 2th edn. ISO.
- Jakobiak, F 2001, Intelligence économique avec l'apport des NTIC: comment bâtir son propre système d'intelligence économique, 2ème édnd, Editions d'Organisation.
- Kiel, D (Ed.), 2009, Knowledge management, organizational intelligence and learning, and complexity, in Encyclopedia of life supports systems, EOLLS, UNESCO, vol.1.
- Kinsinger, PC 2007, The Business intelligence challenge in the context of regional risk, Thunderbird International Business Review, vol.49, n°4, pp.535-541.
- Krieger, M da G & Finatto, MJB 2004, Introdução à Terminologia: teoria e prática, Contexto.
- Lesca H 1998, Veille stratégique: Concepts et démarche de mise en place dans l'entreprise, Distrib.
- Martinsons, MG 1994, A Strategic vision for managing business intelligence, Information Strategy: The Executive's Journal, vol.10, n°3, pp.17.
- Martre, H 1994, Intelligence économique et stratégie des entreprises (Rapport du Groupe), La Documentation Française, 167p., <http://www.ladocumentationfrancaise.fr/var/storage/rapports-publics/074000410.pdf>.
- Negash, S 2004, Business intelligence, Communications of the Association for Information Systems, vol.13, <http://aisel.aisnet.org/cais/vol13/iss1/15>.
- Prescott, JE 1999, The evolution of competitive intelligence: Designing a process for action. Proposal Management, pp.37-52, Spring, [file:///C:/Users/User.000/Downloads/Competitive%20Intelligence%20A-Z%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/User.000/Downloads/Competitive%20Intelligence%20A-Z%20(2).pdf)
- Prior, V 2009, Glossary of Terms Used in Competitive Intelligence and Knowledge Management, SCIP, http://www.institute-for-competitive-intelligence.com/download/Intelligence%20Glossary%20_US_.pdf.
- Queyras, J & Quoniam, L, Inteligência competitiva, in Tarapanoff, K (Org.), Inteligência, informação e conhecimento em corporações, IBICT, UNESCO, 2006, p.73-97.
- Saussure, F de 1992, Curso de Linguística geral, 6th edn., Dom Quixote.
- SCIP, s.d., Concept of competitive intelligence, <https://scip.site-ym.com/?page=CodeofEthics>.
- Shariat, M & Hightower, JR 2007, Conceptualizing business intelligence architecture, Management Journal, vol.17, n°2, pp.40-46.
- Vedder, RG, Vanecek, MT, Guynes, CS & Cappel, JJ 1999, CEO and CIO perspectives on competitive intelligence, Communications of the ACM, vol.42, n°8, pp.108-116.
- Veryard, R, 2012, Building organizational intelligence, leanpub.
- Yermish, I, Miori, V, Yi, J, Malhotra, R & Klimberg, R 2010, Business plus intelligence plus technology equals business intelligence, International Journal of Business Intelligence Research, vol.1, n°1, pp.48-63.

A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: CONCEITOS REVISITADOS

Lucilene Cordeiro da Silva Messias Messias, Oswaldo Francisco Almeida Junior

Universidade Estadual Paulista

Resumo

A mediação é um conceito urgente e emergente nas discussões epistemológicas da Ciência da Informação, primeiro porque fundamenta grande parte dos processos da área, segundo porque tem instituído um movimento científico que defende a mediação da informação como sendo o real objeto de estudo do presente domínio. Entretanto, apesar do esforço empreendido na tentativa de compreender as principais matrizes teóricas que envolvem a sua aplicação no campo da Ciência da Informação, a mediação ainda apresenta-se como um conceito flutuante e impreciso. O paradigma que situa a mediação no cerne das dinâmicas de produção, tratamento, disseminação e apropriação da informação, tem contribuído para a profusão do termo mediação da informação na literatura da área, o que pode sugerir uma ampla ou profunda compreensão conceitual. No entanto, ao se fazer uma investigação mais detalhada é possível constatar a fragilidade dos discursos envolvendo a temática. Partindo desse pressuposto, propõe-se uma revisão de literatura no intuito de visitar o conceito de mediação da informação, identificar possíveis núcleos de evoluções e estabelecer um amplo debate acerca de como a Ciência da Informação vem absorvendo e elucidando conceitos pertencentes ao seu quadro teórico. Desse modo, elegemos como corpus de pesquisa os trabalhos apresentados no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) nos últimos 10 anos e que são pertencentes ao grupo 3 - Mediação, Circulação e Apropriação da Informação. A partir dos resultados será possível traçar um panorama de como a área tem empregado e se apropriado do termo mediação da informação.

Palavra-chave: Mediação da Informação; Ciência da informação; Enancib

1. INTRODUÇÃO

A Ciência da Informação, constituída nos moldes de uma ciência pós-moderna, é interdisciplinar por natureza e plural no que se refere ao emprego de métodos para investigar o seu objeto de estudo, a informação. Tradicionalmente definida como uma ciência social aplicada, devido a dimensão social dos fenômenos da informação, apresenta tanto um componente de ciência pura, investigando seus fundamentos, como aplicada, no desenvolvimento de produtos e serviços.

As ciências aplicadas reúnem os conhecimentos que têm por objeto aplicá-los a um fim prático, sendo que a “Ciência Social” constitui uma ciência que estuda a sociedade e formas de intervenção ou melhoria desta. A Ciência da Informação seria, dessa forma, uma ciência que estuda a circulação (ou intervenção) da informação na sociedade (OLIVEIRA, CRESPO, 2012).

A construção da base teórica e conceitual da Ciência da Informação é tecida pelo olhar de diferentes disciplinas científicas, empregando elementos da matemática, física, biologia, psicologia, sociologia, antropologia, comunicação, administração e mais intimamente da Biblioteconomia e da Documentação. O presente domínio encontra respaldo para compreender a realidade e solucionar os problemas do universo informacional circunscritos no âmbito da pesquisa científica e da prática profissional.

Nessa perspectiva interdisciplinar e muitas vezes caótica as ciências pós-modernas vão se constituindo em espaços de fragmentação e cooperação científica. O que por um lado representa o enriquecimento teórico e conceitual do domínio com a ampliação dos limites de compreensão dos fenômenos e de intervenção na realidade, por outro lado ocasiona profundas crises de identidade, provocada, sobretudo, pela diluição de fronteiras entre as disciplinas.

A legitimação de uma ciência depende, a priori, da delimitação de um objeto de estudo e de um campo de fenômenos. A Ciência da Informação ao eleger um objeto tão difuso quanto a informação assumiu os riscos e os desafios impostos aos campos científicos que se dedicam a compreender a dinâmica dos sistemas complexos, como o que provém do universo informacional. A impossibilidade de dissociar o sujeito de suas práticas informacionais exige uma investigação holística e, portanto, interdisciplinar do fenômeno. De acordo com Francellin (2003, p. 65)

Conservar um espírito investigativo preocupado apenas com o processo de tratamento e disponibilização da informação ao indivíduo talvez seja outro motivo para uma reflexão da ciência da informação, pois a informação tomou proporções tais no mundo contemporâneo, que uma disciplina que se propõe estudá-la em seu contexto de atividade não pode omitir-se ao estudo do indivíduo e também do contexto que o envolve.

Na incapacidade de compreender autonomamente a informação não só numa perspectiva técnica e operacional, mas, sobretudo no âmbito social e no contexto das relações humanas, a Ciência da Informação se embrenha numa fusão disciplinar, emprestando referenciais teóricos e metodológicos e construindo uma teia de relações disciplinares com níveis de intensidade e contribuições variáveis. Nesse cenário de múltiplas relações e de bases teóricas pouco sedimentadas, o estatuto científico da Ciência da Informação sofre algumas tensões que vão desde a imprecisão conceitual da informação até a sua validação como objeto de estudo da área. De acordo com Smith e Fadel (2010, p. 171)

Discutir sobre o objeto da Ciência da Informação não é tarefa fácil. Alguns autores como Le Coadic (1996) afirmam que seu objeto “informação” são bem definidos. Outros autores discordam, como Almeida Júnior (2008), que propõe a mediação da informação como objeto da Ciência da Informação.

O termo mediação da informação embora tenha sido incorporado recentemente aos discursos científicos da área e ainda que seja um conceito incipiente e embrionário no presente domínio, ainda assim, vem ocupando uma posição bastante privilegiada, por representar um dos conceitos chaves na composição do objeto de estudo da Ciência da Informação. De acordo com Almeida Júnior (2008)

Mediação é toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional (ALMEIDA JÚNIOR, 2008, p. 46)

Macedo e Silva (2015) apontam em quais esferas da Ciência da Informação a mediação é reconhecidamente um conceito importante e estruturante. A primeira grande constituição do conceito de mediação na CI é de cunho epistemológico, de modo que a mediação é considerada como importante substrato para composição do objeto da CI contribuindo para o caráter pragmático, humano e pedagógico. A segunda grande constituição da mediação na CI está ligada à atuação dos profissionais da informação, permitindo um entendimento sobre práticas de intervenção e interferência em centros de informação.

É possível observar que o movimento e articulação em defesa à mudança do núcleo epistemológico da área têm adquirido relevo e repercussão nos últimos anos. Os argumentos favoráveis ao deslocamento de percepção do objeto de estudo para a mediação da informação são evidenciados sobretudo pelas investigações de Almeida Júnior (2008). Em suas reflexões o autor pondera que a mediação da informação abarca todo o fazer do profissional da informação - do armazenamento à disseminação - e por este motivo ela não deve ser julgada secundária no âmbito da Ciência da Informação, mas considerada como o próprio objeto de estudo deste campo.

Nessa perspectiva, devido a sua intangibilidade, a informação dependeria dos processos de mediação para se constituir. Outro ponto, é que ao considerar apenas as informações registradas e de cunho técnico e científico como objeto de estudo da área automaticamente negaríamos a validade de uma série de atividades relacionadas a prática do profissional da informação, como aquelas que lidam essencialmente com as informações efêmeras e de natureza cultural, reforçando uma visão limitada, reducionista e tecnicista da área.

É importante ressaltar que independente do olhar lançado à mediação da informação seja como objeto de estudo ou conceito estrutural é de suma importância compreender como a Ciência da Informação vem se apropriando do termo e construindo conceitos de modo a legitimar a sua incorporação ao arcabouço teórico da área.

Na perspectiva interdisciplinar da área é de praxe a migração de termos e conceitos oriundos de outros domínios, entretanto, é perceptível também a brevidade com que esses conceitos são incorporados aos discursos.

É possível constatar a proliferação do termo mediação nos discursos da área mas até que ponto existe a real apropriação do conceito? Almeida (2007) pondera que a mediação é um exemplo de conceito que a partir de certo momento passa a estar circunscrito nos debates acadêmicos da Ciência da Informação “exibindo uma naturalidade que muitas vezes esconde a falta de discussões mais aprofundadas acerca de suas aplicações, limites e paradoxos” (ALMEIDA, 2008, p. 3)

Partindo desse pressuposto, a pesquisa de natureza exploratória e descritiva, pretende-se revisitar conceitos estabelecidos para o termo mediação da informação no contexto da Ciência da Informação, partindo da análise das comunicações científicas do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da

Informação (ENANCIB) nos últimos 10 anos pertencentes ao grupo 3 - Mediação, Circulação e Apropriação da Informação.

2. MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

O termo mediação deriva do latim *mediatione* que designa originalmente intervenção humana entre duas partes, ação de dividir em dois ou estar no meio. O conceito de mediação foi tomado por diferentes perspectivas, indicando ideias de interveniência, relação, conjugação, religação, ponte ou elo estabelecido nas relações humanas, por meio de um elemento mediado.

No contexto histórico, data-se que o mais antigo uso do termo que se tem conhecimento fora feito por Chaucer na obra *The Man of Law's Tale* em 1386, referindo-se ao modo de interceptação entre dois adversários, com vistas à reconciliação entre ambos. (WILLIAMS apud MARTINS, 2010, p. 43). Nessa abordagem o termo mediar relaciona-se a prática do Direito, expressando um jargão que significa intervenção judicial.

O conceito de mediação decorre de duas vertentes filosóficas principais: a idealista, de origem cristã, e a hegeliana, bem como a tradição marxista. De acordo com Signates (1998, p. 38)

Tais vertentes são, obviamente distintas, a primeira ligando-se sobretudo à herança teológica (mediação do Cristo entre Deus e o mundo; mediação dos santos entre os pecadores e Deus) e, em seguida, tomando-se corrente no existencialismo, e a segunda, numa preocupação específica de explicar os vínculos dialéticos entre categorias separadas. Ambas as orientações, contudo, às vezes se tocam, como parece ser o caso do quase insuperável problema do dualismo, que o conceito implica.

A princípio a mediação está ligada a ação de relacionar duas ou mais coisas, servir de ponte ou intermediário entre uma coisa e outra, entre termos ou objetos. Essa noção está ligada a necessidade de explicar a relação entre coisas, sobretudo, de naturezas distintas, como por exemplo: o mundo sensível e o mundo inteligível, Deus e o homem, corpo e alma. Ela também pode dizer respeito à harmonização de conflitos entre interesses opostos.

A mediação permeia diferentes domínios científicos podendo ser usualmente encontrada na área do Direito, Comunicação, Educação, Filosofia, Ciência da Informação entre outras. Naturalmente, o termo foi passando por uma evolução conceitual e se revestindo de novos significados à medida que tomado por diferentes domínios científicos. De modo geral, parece haver uma predominância na noção de intermediação, conexão, conciliação e mais recentemente intervenção e interferência.

Ao restringir a mediação no âmbito da Ciência da Informação a problemática permanece, pois é possível encontrar inúmeras expressões relacionadas a mediação, tais como: mediação da informação, mediação cultural, mediação da leitura, mediação pós-custodial, mediação documental, mediação profissional, mediação do conhecimento, mediação do objeto cognitivo, mediação digital e mediação do espírito. (BORTOLIN, 2010).

A ideia de mediação envolve coisas muito diferentes entre si, que abarcam desde as velhas concepções de “atendimento ao usuário”, passando pela atividade de um agente cultural em uma dada instituição – museu, biblioteca, arquivo, centro cultural – até a construção de produtos destinados a introduzir o público num determinado universo de informações e vivências (arte, educação, ecologia, por exemplo), chegando à elaboração de políticas de capacitação ou de acesso às tecnologias de informação e comunicação etc. Desse modo, uma definição consensual de mediação, nos ambientes da pesquisa e da prática, parece impraticável: sempre

contextualizada, torna-se um conceito plástico que estende suas fronteiras para dar conta de realidades muito diferentes entre si. (DAVALLON apud ALMEIDA, 2007)

Embora a mediação da informação seja tema recorrente em pesquisas e projetos científicos da área, na atualidade, poucos pesquisadores se dedicam à investigação conceitual do termo no âmbito da Ciência da Informação. Almeida Júnior talvez seja um dos poucos estudiosos a refletir a mediação da informação, propondo e atualizando conceitos.

Na concepção apresentada pelo autor, a ação da mediação estaria condicionada a prática de um profissional da informação (bibliotecários, arquivistas, museólogos), sugerindo uma atuação mais dinâmica e menos imparcial, ou seja, intervindo e interferindo diretamente no processo, negando a neutralidade que sempre foi defendida pela área. O conceito de mediação também transcende a noção de mera disponibilização dos materiais de informação, devendo o profissional atentar-se para a efetiva apropriação da informação pelo sujeito.

A apropriação da informação só se efetiva quando o sujeito mais do que assimilar e compreender um dado conteúdo, transforma as estruturas do seu conhecimento a partir dessa relação, ou seja, mais do que apenas adquirir, ele incorpora, fazendo com que um conhecimento antes geral tornasse único e pessoal. É uma atividade cíclica, pois novos conhecimentos serão gerados a partir do momento que esse sujeito socializar o que por ele foi apreendido. A informação é a força transformadora do homem, atuando como uma espiral de conhecimento e ação, permitindo com que o indivíduo transforme a si e a realidade que o cerca.

Gomes (2014), defende que o objetivo implícito da mediação é o desenvolvimento do protagonismo social. Encontra em Freire embasamento para suas reflexões.

Freire defende a mediação como uma ação por meio da qual o homem pode se transformar em sujeito, já que na vivência do processo de mediação se pode refletir acerca da situação vivida, sobre seus interlocutores, sobre o mundo e sobre si mesmo, experiência que potencializa a formação da consciência que faz nascer o homem comprometido e capaz de intervir na realidade, enfim, capaz de se transformar em um protagonista e, simultaneamente, contribuir para a formação do protagonismo social. (GOMES, 2014, p. 49)

Para Smit (2003) a mediação da informação se caracteriza como um ato comunicacional de informações, que tem como objetivo transferir a informação com vistas a atender as necessidades informacionais dos usuários. Esse ponto nos interessa particularmente por associar a mediação a um processo de transferência da informação. Essa visão nos parece um tanto limitada por representar sobretudo a unilateralidade do processo e a passividade do sujeito receptor. A mediação suscita um processo mais dinâmico, que envolve movimento e troca efetiva entre os sujeitos, revelando uma interação mais rica e positiva aos envolvidos.

Consideramos oportuno refletir acerca dos limites estabelecidos entre a mediação, transferência e disseminação da informação, pois parece haver uma divergência entre as ações encaradas muitas vezes como sinônimas. A inexistência de limites e clareza entre os processos têm contribuído para aumentar o abismo existente entre a prática e a teoria, pois muitas vezes o fazer se distancia de seus fundamentos.

Smit corrobora com essa ideia ao elucidar que o processo de mediação é complexo e ao mesmo tempo a função mediadora do profissional não é submetida a um questionamento mais detalhado. Ponderamos sobre a necessidade de discutir com mais profundidade como exercemos esta função, quais variáveis intervêm no processo, distribuir estas variáveis entre aquelas que estão fora de nossa esfera de ação e quais outras constituem nosso lócus particular de atuação profissional e investigação científica. (SMIT, 2009)

Almeida Júnior (2008, p. 3) ainda sobre as nuances relacionadas a prática e a teoria envolvendo a mediação ressalta que:

[...] em uma conceituação implícita, proveniente da intuição, a mediação passa a fazer parte do discurso dos profissionais da informação, mas sem que embase suas práticas. Ao contrário, essas são dissociadas da teoria, uma vez que não está ela, teoria, articulada, organizada, sistematizada e explicitada. O senso comum dos profissionais da área identifica a mediação da informação com a imagem de uma ponte. Esta, como aquela, permite a relação entre dois pontos, de alguma forma, estão impedidos de interagir por obstáculos e empecilhos (ALMEIDA JÚNIOR, 2008, p.3).

A mediação da informação se concretiza em um ambiente de diálogo, cooperação, interação e repetição entre os envolvidos nessa relação. Recentemente Almeida Júnior reformulou o conceito de mediação da informação, alterando e incluindo pontos considerados relevantes para uma melhor compreensão da temática. Nessa perspectiva a mediação da informação é:

Toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais -, direta ou indireta; consciente ou inconsciente, singular ou plural, individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais. (ALMEIDA JUNIOR, 2015, p. 25)

Nesse novo entendimento, o autor destaca que a interferência do profissional da informação extrapola os limites de um equipamento informacional, abrangendo todos os espaços em que a informação (ou protoinformação) circula, sejam espaços físicos ou não. Ele também pondera acerca da impossibilidade de satisfazer plenamente as necessidades do sujeito, visto que o acréscimo de informações é gerador de dúvidas e incertezas, produzindo novos conflitos.

Tendo em vista que a mediação permeia todo o percurso e as ações que o profissional da informação realiza no esforço de fazer com que o sujeito se aproprie da informação, podemos ponderar que esse processo pode ocorrer de modo implícito ou explícito. É implícito quando anterior ao contato direto com o sujeito, ou seja, na seleção das informações a compor o acervo, nos instrumentos utilizados para tratar a informação, na disposição e organização dos materiais, etc. É considerada explícita quando há o contato direto com o sujeito que demanda por uma informação, sendo a sua presença física ou virtual.

A mediação implícita, ocorre nos espaços dos equipamentos informacionais em que as ações são desenvolvidas sem a presença física e imediata dos usuários. [...] A mediação explícita, por seu lado, ocorre nos espaços em que a presença do usuário é inevitável, é condição sine qua non para sua existência, mesmo que tal presença não seja física, como, por exemplo, nos acessos à distância em que não é solicitada a interferência concreta e presencial do profissional da informação. (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 93).

Diante do exposto podemos considerar que a mediação é uma ação de interferência, posicionamento e atitude profissional, embora possa ocorrer de maneira consciente e inconsciente. Longe de ser um ato de passividade e neutralidade, a mediação requer uma postura ativa do profissional, no sentido de intervir e orientar o sujeito no movimento de leitura e apropriação da informação. Entretanto, ressaltamos que sendo o profissional um ser político e social, com ideologias e valores próprios, torna-se essencial uma conduta ética e uma postura atenta e reflexiva, evitando que essa interferência se transforme em manipulação. Para reduzir os riscos de manipulação, Almeida Júnior (2009) argumenta que a consciência acerca da existência de uma realidade de interferência na ação mediadora minimiza possíveis manipulações e suas consequências.

Para Sanches e Rio (2010), a mediação da informação configura como linha de pesquisa que propõe atividades de interferência que vão além da relação usuário/informação, de maneira a perpassar por todo o fazer biblioteconômico, enfocando práticas que tornem o trabalho do bibliotecário, agora entendido como mediador, subjetivo. Trabalho esse que configure a biblioteca como um espaço intersubjetivo no compartilhamento de informação.

Dentre os conceitos apresentados, um ponto comum e de certa forma consensual é a noção de mediação enquanto interferência, descartando a neutralidade do processo. A finalidade da mediação da informação é suprir ou preencher lacunas informacionais, sejam elas, individuais ou coletivas, necessitando portanto de uma consciência na lapidação desses construtos do conhecimento. É importante considerar a mediação da informação enquanto um processo cíclico e infinito, uma vez que a informação não produz certezas, mas transforma o nosso estado mental, gerando novas dúvidas. Almeida Júnior (2009, p. 97) nos revela que a informação “está sendo empregada como criadora de conflitos, pois só estes viabilizam a transformação do conhecimento. A informação não dirime as dúvidas ou elimina incertezas. Ela exige a reconstrução do conhecimento na medida em que destrói certezas.”

Silva (2015) destaca a mediação da informação enquanto uma construção pautada nas relações estabelecidas entre seres sociais.

[...] a mediação da informação é um construto que parte dos ‘seres sociais’ (relações múltiplas, plurais e coletivas entre os seres) e se consolida na formação da consciência do ser (passível de singularidade interpretativa de cada ser). De outro modo, a mediação é um construto social que se estabelece entre o ser e o mundo aproximando a teoria (conhecimento) da prática (ação), sendo que a construção de conhecimento deve ser composta a partir do real ou concreto (das configurações sociais, materiais e históricas), com vistas a transformação da realidade do(s) ser(es).

Partindo de todos os pontos abordados até o momento, consideramos que a mediação da informação é uma ação complexa que demanda do profissional muito mais do que um diploma, exige variadas competências e uma atitude pró-ativa em sua prática profissional. Em primeiro lugar é importante que ele seja um leitor ativo de conteúdos variados, além de capacidade analítica e senso crítico; ter conduta ética, demonstrar interesse e respeito pelo usuário e estar atento as nuances da realidade social. A mediação da informação é uma ação com forte impacto social e com potencial para minimizar as desigualdades, pois está diretamente relacionado à formação crítica e consciente do indivíduo e a sua capacidade de intervir positivamente no ambiente.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa, de caráter exploratório-descritivo tem por objetivo resgatar e revisitar conceitos de mediação da informação no âmbito da Ciência da Informação. A delimitação do tema surgiu após a constatação de uma crescente valorização do conceito para o estatuto científico da área, momento que se nota também uma articulação favorável a mudança de percepção acerca do objeto de estudo da área: de informação para a mediação da informação.

O número de citações do termo mediação nos artigos científicos da Ciência da Informação ausente de fundamentação já seria suficiente para justificar a realização de uma pesquisa de natureza conceitual. Aliado a esse fator, a perspectiva da mediação da informação como sendo objeto de investigação do presente domínio já reforça a importância e a necessidade de uma apropriação crítica do conceito. Respaldao pelas reflexões de Martins (2010) e Davallon (2007) ao considerar que “[...] a 'mediação' conheceu um sucesso sem precedentes, e que muitas dessas utilizações estão, com toda a evidência,

bastante distantes de qualquer reflexão sobre o estatuto científico do termo”, consideramos oportuno um estudo dessa essência.

Mais que ausência de um consenso nota-se a escassez de um tratamento teórico, conceitual e epistemológico conferido à noção de mediação - o qual tem sido utilizado por diversas perspectivas de estudos em informação tais como a cognitivo, a gerencial, a educacional e as técnico-organizacionais – indicando que o campo integrou o construto desprovido de reflexões mais aprofundadas, sem proceder aos ajustes de modo a viabilizar sua operação em novos contextos. (MARTINS, 2010, p. 196)

Um ponto crítico e sensível na constituição da Ciência da Informação é o espectro conceitual que alicerça o seu arcabouço teórico. O intercâmbio entre as disciplinas favorece a profusão de termos, conceitos e teorias vinculados a outros domínios, entretanto, a incorporação acrítica tende a resultar em discursos vazios e pouco significativos para a área. Como ressalta Capurro e Hjørland (2007) o “caos conceitual” presente na literatura científica da ciência da informação dificulta a sistematização de seus limites disciplinares e científicos.

O conceito é utilizado na linguagem científica como a representação e a delimitação de uma ideia ou fenômeno, ou seja, é a compreensão do objeto em essência e estrutura, sendo reconhecido e validado pela comunidade científica, com a função primordial de comunicação. De acordo com Rabello (2008, p. 25)

[...] conceito genericamente seria o símbolo representativo da abstração produzida mediante o intelecto na expressão da idéia de uma coisa ou fenômeno observável. Por outro lado, se apreendermos o conceito dentro da lógica e da razão científica, ele seria a delimitação necessária que a linguagem científica se apóia para a representação da realidade mediante uma simbologia criada pelo primado da exatidão, da sensibilidade e da consensualidade (intersubjetiva), na busca pela representação dos fenômenos da realidade. O conceito científico também é apreendido como um construto, por possuir um significado construído intencionalmente à luz de um marco teórico.

O conceito exerce a função de guia da observação de uma realidade. Ele está inserido dentro de um contexto metodológico específico, está sempre relacionado a um método, a um conjunto de procedimentos que revela a postura do pesquisador. Portanto, o uso de determinados conceitos em detrimento de outros indica a maneira de observar a realidade que figura na mente do sujeito. (BREITBACH, 1998).

Revisitar os conceitos de “mediação da informação” é uma tentativa de compreender e elucidar o fenômeno no âmbito da Ciência da Informação, minimizando possíveis inconsistências de ordem prática e teórica.

O corpus do presente trabalho é constituído de comunicações científicas revisadas pelos pares e publicada nos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), correspondente aos anos de 2005 a 2015. O ENANCIB surgiu por iniciativa da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB). O GT (Grupo de Trabalho) do ENANCIB permite a reunião de pesquisadores com temáticas e problemáticas comuns, oportunizando um debate mais direcionado e produtivo. Para o recorte da pesquisa, selecionamos as comunicações pertencentes ao GT 3 - Mediação, Circulação e Uso/Apropriação da informação.

O critério para a seleção do corpus foi a presença do termo “mediação da informação” no título ou na palavra-chave do artigo, indiciando a temática como sendo principal e não periférica. A partir da identificação dos trabalhos realizou-se uma leitura integral, de modo a resgatar os conceitos adotados

pelos autores. Nessa etapa será possível identificar se há uma preocupação em elucidar os conceitos ou apenas a replicação dos termos, reproduzindo um comportamento bastante comum na Ciência da Informação, a profusão de termos ausente de discussões conceituais.

A metodologia utilizada na pesquisa é análise de conteúdo, definida como uma técnica de análise de comunicações que abarca explicitação, sistematização e expressão do conteúdo de mensagens, visando deduções lógicas e justificadas a respeito da origem dessas mensagens, onde se incluem os emittentes, o contexto de emissão e os possíveis efeitos que se pretende causar a partir delas. (BARDIN, 1979).

A análise de conteúdo possui duas funções que na prática podem ou não dissociar-se. Uma função heurística: a análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão para a descoberta e uma função de “administração da prova”. Hipóteses sob a forma de questões ou de afirmações provisórias, servindo de diretrizes, apelo para o método de análise sistemática para serem verificadas no sentido de uma confirmação ou de uma infirmação. (BARDIN, 2011)

A análise de conteúdo é uma técnica de análise de dados pautada na investigação empírica, de caráter interpretativo, no sentido de extrair o sentido de textos ou imagens e privilegia, sobretudo, pesquisas de natureza qualitativa.

Na fase preliminar foi realizada a compilação do corpus da pesquisa, constituído das comunicações pertencentes ao GT 3 do ENANCIB no período de 2005 a 2015. A seleção dos documentos encaminhados à análise obedeceu ao critério: presença do termo “mediação” ou “mediação da informação” no título. Após esse processo procedeu-se a leitura integral dos textos e identificação das unidades de análise temática. Logo após seguiu-se o processo de categorização.

4. RESULTADOS

É importante ressaltar que os resultados da pesquisa são bastante parciais, considerando que a amostragem não reflete a totalidade das publicações envolvendo a temática mediação da informação no âmbito da Ciência da Informação. Ainda assim, é possível vislumbrar um panorama de como o tema vem sendo abordado pelos pesquisadores da área. De modo geral, é possível afirmar que as pesquisas sobre mediação da informação embora tenham avançado em alguma medida, está muito aquém do que seria considerado razoável para o que se pretende instituir como estatuto científico da área. É perceptível a superficialidade com que o tema é abordado em algumas pesquisas, ausente de discussões conceituais ou de aplicação.

Inicialmente a pesquisa se propunha a investigar as comunicações apresentadas nas 10 edições do encontro, entretanto, não foi possível obter acesso aos textos completos correspondente ao ano de 2011. Das 9 edições do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) que constituíram o universo da pesquisa, foram recuperados 21 trabalhos contemplando os critérios estabelecidos para análise, ou seja, a presença do termo “mediação da informação” no título ou palavra-chave. Um número considerado bastante moderado se considerarmos a relevância do tema para a área, o que pode nos sugerir algumas pistas:

- a inexistência de conceitos conflitantes assegura uma certa homogeneidade na assimilação representando uma ilusória impressão de uniformidade e solidificação conceitual;
- a mediação da informação é compreendida intuitivamente, e, portanto dispensa a necessidade de investigações sistemáticas;
- a carência de produção intelectual contemplando a temática tanto em nível nacional como internacional tem restringido e dificultado novas investigações, pois demanda empenho e ousadia por parte dos pesquisadores.

Dos 21 trabalhos analisados, apenas 1 não apresentou nenhuma consideração acerca do que se compreende por mediação da informação. Mesmo de forma sucinta os demais expressaram algum entendimento acerca da temática, apresentando questões conceituais ou de aplicabilidade.

Em 2008 Almeida Júnior instituiu o primeiro conceito para mediação da informação no âmbito da Ciência da Informação, tornando-se referência e base de sustentação aos trabalhos posteriores. Dos 21 artigos, 14 deles resgataram a definição proposta por Almeida Júnior (2008, p. 46) de que mediação seria:

[...] toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional.

Nenhum dos trabalhos apresentou qualquer discordância acerca do entendimento proposto por Almeida Júnior, e apenas 1 deles avançou ao sintetizar as ideias centrais contidas na definição do autor. Esse esforço de síntese foi realizada por Almeida (2012)

Em um exame grosseiro das ideias centrais de Almeida Júnior, podemos supor como possibilidades de acepção, vislumbrar os níveis da definição de mediação da informação, a saber: a) objeto de pesquisa do campo da Ciência da Informação; b) objeto de trabalho do profissional da informação; c) objetivo e finalidade da atuação do profissional da informação, no sentido de sua função social elementar; d) processo que ocorre nos serviços de informação nas tarefas ligadas à gestão, organização e disseminação da informação; e) ação de interferência sociocultural com a intenção precípua de levar à apropriação da informação que significa, ao fim e ao cabo, alteração do conhecimento dos sujeitos pela via da criação de novos significados.

Parece haver uma concordância quase unânime ao relacionar a mediação da informação a uma ação de interferência com fins de apropriação da informação. De modo implícito ou explícito quase que a totalidade dos trabalhos expressaram essa ideia. Assim como a concepção de que a mediação da informação está intimamente relacionada ao fazer do profissional da informação, permeando as atividades circunscritas às ambiências dos equipamentos informacionais.

A maior parte dos artigos abordaram a mediação da informação no âmbito dos equipamentos culturais e informacionais (bibliotecas, arquivos e museus), identificando o profissional da informação como agente mediador.

A adoção do termo ambiência em detrimento ao ambiente, está diretamente relacionada a noção de que a mediação da informação deve extrapolar os limites de um espaço delimitado e não se restringe ao acervo de nenhum equipamento informacional. Desse modo, a mediação da informação pode ocorrer também em espaços virtuais, como a internet. Alguns trabalhos já vislumbraram essa possibilidade, mas sempre com alguma cautela e pouca inovação, o que indica uma certa limitação na compreensão acerca da mediação no contexto da Web, suscitando a necessidade de investigações mais detalhadas e menos superficiais acerca da mediação da informação no universo digital.

Dos 21 trabalhos apresentados 7 trouxeram algumas reflexões acerca da mediação da informação no ambiente virtual, mas é notório que a mediação nesse contexto não se distancia das práticas de disseminação da informação ou transferência da informação, sendo o mediador um intermediário.

[...] na CI a mediação da informação pode ser compreendida como a ação de prover mecanismos para que a informação chegue até o seu receptor. No conceito apresentado por esta área, o profissional da informação é aquele a que compete a atitude intermediadora, e que consiste também no ato de se relacionar com o outro e com o mundo à sua volta, a fim de assimilar qualquer tipo de necessidade informacional. (SANTOS; GOMES, 2015)

É importante considerar que a mediação apresenta um componente de dialogia e de troca e sempre com vistas a suprir uma necessidade informacional. Nesse sentido, surge um questionamento: quais os limites estabelecidos entre o que denominamos de mediação, disseminação e transferência da informação? Ao que tudo indica a mera disponibilização de informações burocrata-administrativas como o horário de funcionamento da biblioteca ou obras pertencentes ao acervo já se configura como mediação da informação, o que consideramos no mínimo um equívoco.

Apenas um dos trabalhos abordou a mediação da informação na web não relacionado ao papel do profissional da informação. A mediação foi investigada nos limites das redes sociais, sem privilegiar o papel do agente mediador ou receptor, com foco sobretudo na interação entre os atores sociais. Esse momento é oportuno para debatermos até que ponto a mediação da informação se legitima como uma atividade restrita aos profissionais da informação? De certa forma, vários pontos não se apresentam como conclusivos mas discutíveis.

Ao estabelecimento do conceito de mediação da informação por Almeida Júnior, somaram-se outros estudos que procuraram expandir o olhar acerca da ação mediadora da informação, a exemplo dos estudos realizados por Gomes (2014) em que se aponta que tal ação pode ser analisada:

- a) ação voltada ao protagonismo social;
- b) ação realizada no processo interacionista;
- c) ação dialógica;
- d) como elemento essencial no processo de desenvolvimento intelectual;
- e) como processo dialético;
- f) ação compartilhada e colaborativa;
- g) ação que se desenvolve na articulação de dispositivos de natureza técnica, semiológica e pragmática;
- h) ação semiótica, dependente das diversas linguagens;
- i) ação ligada ao movimento multidirecional;
- j) ação que envolve a interlocução entre sujeitos e a satisfação das necessidades informacionais;
- k) ação de interferência;
- l) ação ligada ao movimento e à vida;
- m) ação relacionada ao cuidado;
- n) ação ligada ao processo de formação. (GOMES apud SANTOS; GOMES, 2015)

Diante do mapeamento é possível identificar que no âmbito do Enancib não houve nenhuma tentativa em atualizar ou estabelecer um novo conceito ao termo mediação da informação. De certo modo a maioria dos artigos resgatou o conceito estabelecido por Almeida Júnior, indicando uma certa preocupação em estabelecer um mínimo de entendimento sobre a temática, mas sem aprofundamento no que concerne aos possíveis conflitos conceituais.

Apesar desse cenário, recentemente Almeida Junior (2015) reformulou o conceito, destacando que a mediação da informação é um processo realizado na ambiência de equipamentos informacionais, ou seja, não se limita a espaços e acervos físicos. Ele também pondera sobre a impossibilidade de satisfazer

plenamente as necessidades informacionais do sujeito, visto que o acréscimo de informações não elimina incertezas, mas gera novas dúvidas e conflitos, o que sugere a infinitude do processo de mediação da informação.

Apesar da visibilidade que a temática tem assumido nos últimos anos e dos avanços empreendidos até o momento, é certo que ainda há um longo caminho a percorrer no sentido de compreender todas as matrizes teóricas que envolve a mediação da informação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mediação da informação apesar de ser um tema nuclear na Ciência da Informação ainda carece de fundamentação teórica. Seja como processo que norteia as atividades que permeiam o ciclo informacional, da origem à apropriação da informação, seja como ação de interferência ou como substrato que fundamenta a prática dos profissionais da informação, necessita estar na pauta das discussões epistemológicas da área.

Os problemas conceituais que acompanham alguns substratos da área, se estende à mediação da informação. Mas a crise não se estabelece no conflito mas na ausência de pesquisas abordando e esmiuçando essas questões. Para avançar conceitualmente é necessário confrontar teorias e apontar possíveis fragilidades e inconsistências, no sentido de fortalecer os discursos científicos.

Mesmo de modo parcial a pesquisa apontou para a necessidade de esclarecer algumas questões no sentido de aprofundar a compreensão do conceito, começando por estabelecer os limites entre a mediação, transferência e disseminação da informação.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carlos Cândido de. Mediação como processo semiótico: em busca de bases conceituais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 8., 2012. Rio de Janeiro. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro: ENANCIB, 2012. Disponível em: . Acesso em: 21 ago. 2013.

ALMEIDA, M. A. de. Mediação cultural e da informação: considerações socioculturais e políticas em torno de um conceito. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 8., 2007. Salvador. Anais eletrônicos... Salvador: ENANCIB, 2007. Disponível em: . Acesso em: 15 mar. 2016

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). Gestão da informação e do conhecimento. São Paulo: Polis; Cultura Acadêmica, 2008. p. 41- 54.

_____. Mediação da informação e múltiplas linguagens. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 9., 2008. São Paulo. Anais eletrônicos... São Paulo: ENANCIB, 2008. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/view/3037/2163>>. Acesso em 13 de maio 2016.

_____. Mediação da informação e múltiplas linguagens. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/17/39>>. Acesso em 08 set. 2013.

- _____. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, J. S. (Orgs). Mediação oral da informação e da leitura. Londrina: ABECIN, 2015.
- BARDIN, L. A análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1979, 226 p
- BORTOLIN, S. Mediação oral da literatura: a voz dos bibliotecários lendo ou narrando. 2010. Tese (doutorado)- Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2010. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/bortolin_s_do_mar.pdf>. Acesso em: 02 set. 2013.
- BREITBACH, A. C. De M. Notas sobre a importância metodológico dos conceitos. Ensaio FEE, Porto Alegre. v. 9, p. 121-125, 1988. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1193/1542>>. Acesso em 14 de mar. 2016
- CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. Perspectivas em Ciência da Informação. v.12, n.1, p.148-207, jan./abr. 2007
- DAVALLON, J. A mediação: a comunicação em processo?. Prisma.Com. n. 4, 2007. Disponível em: <<http://revistas.ua.pt/index.php/prismacom/article/view/645/pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2016
- FRACELLIN, M. M. A epistemologia da complexidade e a Ciência da Informação. Ciência da Informação, Brasília. v. 32, n. 2, p. 64-68. maio/ago. 2003.
- GOMES, H. F. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. Informação e Informação. Londrina, v. 19, n. 2, p. 46-59, maio/ago. 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19994>>. Acesso em: 12 mar. 2016
- MACEDO, N. O.; SILVA, J. L. C. Mediação no Campo da Ciência da Informação. Folha de Rosto: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Paraíba, v.1, n. 1, p. 64-74, jan./jun., 2015.
- MARTINS, A. A. Mediação: reflexões no campo da Ciência da Informação. 2010. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECID-88MHR9/dissertacao_ana_amelia.pdf?sequence=1>. Acesso em: 01 de jun. 2015.
- OLIVEIRA, L. C. de.; CRESPO, M. R. Fundamentos teóricos e estatuto científico da Biblioteconomia e Ciência da Informação. CRB8 Digital, São Paulo, v. 1, n. 5, p. 66-85. jan. de 2012. Disponível em: <<http://revista.crb8.org.br>>. Acesso em: 01 de jan. 2016.
- RABELLO, R. Histórias dos conceitos e Ciência da Informação: apontamentos teórico-metodológicos para uma perspectiva epistemológica. Enc. Bibli. R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, n. 26, 2º sem.2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2008v13n26p17>>. Acesso em 12 mar. 2016
- SANCHES, Gisele A. Ribeiro; RIO, Sinomar Ferreira do. Mediação da informação no fazer do bibliotecário e seu processo em bibliotecas universitárias no âmbito das ações culturais. InCID: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 103-121, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://revistas.ffclrp.usp.br/incid/article/view/24/pdf>> . Acesso em: 05 mar. 2016

- SANTOS, B. B. L. dos; GOMES, H. F. Bibliotecas públicas do Brasil e o uso de dispositivos de comunicação da web social: o facebook como espaço de mediação da informação. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 16., 2015. João Pessoa. Anais eletrônicos... João Pessoa: ENANCIB, 2015. Disponível em:<file:///C:/Users/lucilene/Downloads/3119-6834-1-PB%20(1).pdf> . Acesso em: 15 mar. 2016
- SIGNATES, Luiz. Estudo sobre o conceito de mediação. *Novos Olhares: Revista de Estudos sobre Práticas de Recepção a Produtos Midiáticos – ECA/USP*, São Paulo, n. 2, jul./dez. 1998. Disponível em: . Acesso em 03 set. 2013.
- SILVA, J. L. C. Percepções conceituais sobre mediação da informação. *InCID: R. Ci. Inf. e Doc.*, Ribeirão Preto, v. 6, n. 1, p. 93-108, mar./ago. 2015. Disponível em: <DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v6i1p93-108 >. Acesso em 10 mar. 2016
- SMIT, Johanna W. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia – o que agrega estas atividades profissionais e o que as separa? In: *R. Brás. Bibliotecon. Doc. São Paulo, Nova Série*, v.1, n.2, p.27-36, 2000.
- SMIT, J. W. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: o que agrega estas atividades profissionais e o que as separa? In: *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. São Paulo, Nova Série, v.1, n.2, p.27-36, 2003
- _____. Novas abordagens na organização, no acesso e na transferência da informação. In: SILVA, Helen de Castro da; BARROS, Maria Helena Toledo Costa de (Org.). *Ciência da informação: múltiplos diálogos*. Marília, São Paulo: Oficina Universitária Unesp, Cultura Acadêmica, 2009. p. 57-66.
- SMITH, M. S. J.; FADEL, B. A inter-relação entre o profissional da informação entre o profissional da informação e o profissional contabilista: necessidades informacionais. In: VALENTIM, M. (Org). *Gestão, mediação e uso da informação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

PERCEPÇÕES DO VALOR DA INFORMAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO EM AMBIENTES EMPRESARIAIS

Marta Lígia Pomim Valentim

Universidade Estadual Paulista

Resumo

Analisou-se a percepção do valor da informação, junto aos sujeitos organizacionais que atuam em ambientes empresariais, por meio da identificação e da análise de conceitos, definições, autores, correntes e abordagens, e dos atributos recorrentemente aplicados à informação, em especial três: fidedignidade, relevância, consistência, abrangendo a literatura nacional e estrangeira da área de Ciência da Informação. Além disso, investigou-se esses atributos, por meio da realização de uma pesquisa de campo, junto ao Núcleo Empreendedor Confecção, associado à Associação Comercial e Industrial de Marília, visando comparar a literatura com a realidade pesquisada dos fenômenos estudados. Os dados e informações foram analisados por meio do método 'Análise de Conteúdo' de Bardin, mais especificamente a partir da aplicação da técnica 'Análise Categorial'. Elaborou-se um mapa conceitual sistematizando os atributos e as compreensões sobre o que é informação fidedigna, relevante e consistente. Foi possível contribuir para o aprimoramento dos referidos conceitos, e elaborar um framework aplicado à percepção do valor da informação em ambientes empresariais.

Palavra-chave: Valor da Informação; Informação Relevante; Informação Confiável; Informação Consistente; Atributos da Informação; Gestão da Informação; Gestão do Conhecimento; Ambientes Empresariais.

Abstract

Analyzed the perception of the information value together the organizational individuals who work in business environments, through the identification and analysis of concepts, definitions, authors, approaches, and attributes recurrently applied to information, in particular three: trustworthiness, relevance, consistency, covering national and foreign literature in the Information Science field. In addition, we investigated these attributes, by the realization of a field survey by the Confection Entrepreneur Nucleus associated with the Commercial and Industrial Association of Marilia, to compare literature with the reality of the phenomena studied. The data and information were analyzed using the 'Content Analysis' Bardin method, more specifically applied the technical 'Categorical Analysis'. Elaborated a conceptual map systematizing the attributes and comprehensions about what is trustworthy, relevant and consistent information. It was possible to contribute to the improvement of these concepts, and develop a framework applied to the perception of the information value in enterprise environments.

Keywords: Information Value; Relevant Information; Trustworthy Information; Consistent Information; Information Attributes; Information Management; Knowledge Management; Business Environments.

1. INTRODUÇÃO

A informação no âmbito das organizações empresariais tem sido exaustivamente estudada por pesquisadores da área de Ciência da Informação, e cujos avanços investigativos revelam que a informação de fato possui papel estratégico. Discute-se muito que a informação nesse contexto deve possuir determinados atributos compreendidos como fundamentais como, por exemplo: acurácia, pertinência, relevância, qualidade, fidedignidade, consistência, entre outros, tornando-a valiosa para um determinado público aplicá-la para a tomada de decisão ou para o desempenho de uma atividade/tarefa.

Pesquisar sobre o valor da informação em ambientes empresariais se faz necessário, na medida em que a informação é insumo de vários fazeres nesse âmbito. As organizações empresariais necessitam de informação fidedigna para que possam atuar com segurança no segmento de mercado ao qual estão inseridas. Em especial evidencia-se as organizações empresariais que geram inovação, pois neste caso a informação possui papel ainda mais relevante, uma vez dependem de sua capacidade inovativa para se manterem competitivas.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar o valor da informação para organizações empresariais, primeiramente por meio da identificação dos atributos recorrentemente aplicados à informação, abrangendo a literatura nacional e estrangeira da área, posteriormente, sistematizar os conceitos e as definições encontradas na literatura de maneira a construir referencial teórico sobre a temática e, por último, aplicar um instrumento de verificação em organizações empresariais de modo a confirmar ou não os conceitos e as definições encontradas na literatura.

Desenvolveu-se o referencial teórico da seguinte maneira: 1) conceitos, definições, correntes e abordagens sobre o valor da informação; 2) atributos da informação (com ênfase na fidedignidade, relevância e consistência); e 3) valor da informação em contextos empresariais.

2. ABORDAGENS SOBRE O VALOR DA INFORMAÇÃO

O termo 'economia da informação' é usado desde meados de 1960, entretanto, somente a partir da Década de 1980 que seu uso foi apropriado pela Ciência da Informação. Os conceitos advindos da área de Economia relacionados a custo, eficácia, eficiência e valor, muitas vezes são usados no âmbito da Ciência da Informação, sem explicitar claramente de que maneira se compreende cada um desses elementos. Nessa perspectiva, evidencia-se que 'custo' pode ser definido como o investimento na produção de bens e serviços. Contudo, no contexto da Ciência da Informação, é necessário desarraigá-lo da visão tradicional do termo, porquanto se reduz à unidade monetária. A 'eficácia' se refere ao alinhamento entre os resultados alcançados e os objetivos preliminarmente estabelecidos. A 'eficiência' se relaciona a qualidade do desempenho para o alcance dos objetivos preliminarmente estabelecidos. O 'valor' se refere a um atributo que, por sua vez, possui três características: "[...] é subjetivo; varia com o tempo; e pode ser positivo ou negativo" (Fernandes 1991, p.167).

Ao se inter-relacionar informação às necessidades informacionais de distintos sujeitos organizacionais é possível estabelecer unidades de análise e de mensuração, seja de modo objetivo ou subjetivo. Um processo intrínseco a qualquer tipo de organização se refere a redução de custos. Nesse contexto, a informação concerne a seu uso estratégico para análise de risco, envolvendo os aspectos operacional, comercial, técnico, ambiental, financeiro e estratégico. Dessa maneira, é necessário "[...] determinar quais informações os executivos precisam para tomar decisões, tendo em consideração os fatores críticos de sucesso pertinente ao negócio" (Cohen 2002, p.33).

Taylor (1982) já destacava na Década de 1980 que a informação com valor agregado era essencial para as organizações, isto é, transformar dados sem significado em informação estratégica deveria ser um

processo informacional dinâmico praticado pelos sujeitos organizacionais, de maneira a propiciar o bom desempenho da organização.

Cronin (1986, p.14) afirmava que a informação é o combustível para que organizações empresariais desenvolvam pesquisa e desenvolvimento (P&D). Contudo, infere-se que no cenário nacional apesar de algumas organizações empresariais terem essa percepção, o que ocorre é que geralmente a informação não é reconhecida nos processos organizacionais, e isso ocorre porque geralmente a informação é imaterial⁹⁸ ou intangível⁹⁹.

O valor agregado à informação ocorre a partir da inter-relação entre a informação propriamente dita e o sujeito organizacional, uma vez que se estabelece uma relação direta entre a necessidade/demanda e a informação disponibilizada, cuja conexão proporcionará a sua valorização ou não valorização para posterior uso.

Segundo Taylor (1986, p.6, tradução nossa) o “[...] valor que é adicionado à informação pode ser tanto externo quanto interno à mensagem. Podem ser sinais tangíveis como um descritor, ou um valor intangível como a validade dos dados”. Taylor separa o valor da informação em duas vertentes: “[...] o valor do conteúdo informativo das mensagens, isto é, o ‘significado’ que informa ou o que influencia a decisão; o valor dos recursos de informação (ou seja, os serviços, tecnologias e sistemas) que armazenam, processam, analisam, empacotam e entregam as mensagens”. Taylor (1982, p.343, tradução nossa) destaca características relacionadas ao valor da informação:

- Valor não é intrínseco e nem é transportado pela mensagem.
- Uma mensagem tem valor apenas no contexto.
- valor é dado à mensagem por um “usuário” que vê a “utilidade” dela, porque a coloca num ambiente particular e é capaz de relacionar a mensagem aos problemas e às tarefas desse ambiente.
- Uma mensagem, portanto, é carregada de valor em potencial.
- ‘Utilidade’ significa que uma pessoa tenha escolhido uma mensagem em particular: a) para fazer uso imediato dela; ou b) para armazená-la de algum modo porque vê potencial uso dela no futuro.
- Como uma mensagem tem valor em potencial, o processo de agregar valor à informação é definido como: a) pode sinalizar esse potencial; e/ou b) pode relacionar esse potencial às necessidades de um ambiente específico.

Choo (2003, p.27; 29) afirma que “A informação é componente intrínseco de quase tudo que uma organização faz”. Para este autor, no espaço organizacional existem três arenas relacionadas à informação: “[...] criar significado, construir conhecimento e tomar decisões”, cujos processos são inter-relacionados, sendo que um retroalimenta o outro.

Os processos organizacionais dependem de informação, porquanto é através dela que se obtêm conhecimento para poder absorver as mudanças políticas, econômicas, tecnológicas, sociais etc. A informação leva os sujeitos organizacionais a novas percepções, concepções, compreensões que, por sua vez, subsidiam a ação. Nessa perspectiva, evidencia-se que vários conteúdos informacionais são

⁹⁸ Do Latim ‘immaterialis’: não tem consistência material; não é da natureza da matéria; não tem existência palpável (Houaiss 2009).

⁹⁹ Do Latim [in] + ‘tangibilis’: que não pode tocar, pegar; intocável; não perceptível pelo tato; impalpável; incorporeo; que não é suficientemente claro ou definido para ser percebido ou entendido (Houaiss 2009).

encontrados em tipos documentais distintos, desde livros e periódicos especializados até patentes, normas técnicas, relatórios técnicos etc.

Nos ambientes organizacionais o uso da informação é de fundamental importância no que se refere à tomada de decisão. A análise da informação é, sobretudo, voltada à verificação do valor da informação.

Se a informação é fundamental para o sujeito organizacional gerar conhecimento para uma ação, contribuindo para o desenvolvimento da organização, pode-se afirmar que os atributos relacionados à informação são importantes para sua valorização nesse ambiente, principalmente, se levarmos em consideração a quantidade de informação produzida na sociedade contemporânea, bem como a velocidade com que é acessada e disseminada em todos os níveis.

No âmbito empresarial geralmente os processos organizacionais são vinculados ao gerenciamento de custos, que mapeia o custo-benefício de determinada atividade/tarefa, fator crucial para que possa ser mantida ou não. No caso dos processos informacionais, identificar o valor é extremamente complexo, uma vez que a informação perpassa todos os processos organizacionais e os resultados advindos desse acesso/uso, não são mensurados no momento em que ocorrem, mas após um determinado espaço de tempo (Valentim 1997).

Desse modo, é importante que as organizações empresariais identifiquem o valor da informação para suas atividades, visando a utilização eficiente desse recurso por parte de seus colaboradores. Reconhecer o valor da informação para o desempenho organizacional é estratégico e propicia à organização maior competitividade, uma vez que uma ação organizacional deve adicionar valor ao seu negócio, e isso somente será possível caso a organização reconheça o valor dos elementos inerentes às ações (atividades, tarefas, decisões etc.) organizacionais, entre elas a informação.

Há diversas compreensões sobre como é fundamentada a atribuição de valor à informação. Cooney (1991, p.179) destaca quatro abordagens: qualidade intrínseca; efeito de custo; oferta e procura; e de utilidade. A qualidade intrínseca da informação refere-se ao valor irrefutável da informação, pelo menos quanto ao seu sentido metafísico, uma vez que “[...] pode-se considerar a informação do ponto de vista do valor intrínseco que ela possui”. Entretanto, seu valor econômico independe de seu valor metafísico.

Ainda, segundo Cooney (1991, p.183) “[...] a informação gera uma crescente demanda por mais informação”, ou seja, a informação não atinge um ponto de saturação como os bens de mercado ou serviço. No que diz respeito ao excesso de informação “[...] o problema não está no excesso de informação em si, mas no excedente de informação fragmentada que não incorpora valor às informações já conhecidas”.

As organizações necessitam conhecer as variáveis que agregam valor aos processos organizacionais, pois a partir desse conhecimento podem realizar inferências diretas ou indiretas sobre elas, tornando-as mais efetivas do ponto de vista da gestão. Evidencia-se que cada organização empresarial tem peculiaridades e, por isso mesmo, não é possível aplicar uma única regra para conhecer essas variáveis, ao contrário cada caso será específico, pois outros fatores como a cultura e a comunicação serão influenciadoras do ambiente organizacional, modificando a relação do sujeito organizacional com a informação.

Existem distintas discussões que tratam do valor agregado à informação. Kielgast e Hubbard (1997) explicam que uma informação de valor é aquela que provê ao sujeito organizacional subsídio para a resolução de sua necessidade informacional. Segundo estes autores, há quatro ações que influem na valorização da informação: a organização, a análise, a síntese e o julgamento.

Nessa perspectiva, a agregação de valor é um ponto de discussão pertinente. Segundo Almeida e Varvakis (2005, p.58) “Definitivamente, o valor terá recebido algum atributo no momento da percepção do cliente.

Para necessariamente agregar valor a um produto deve-se levar em conta o usuário. Além disso, nem todo o trabalho realizado na organização agrega valor”.

Cronin (1990) explica que se pode atribuir os seguintes valores à informação: a) valor de uso [relacionado ao usuário final]; b) valor de troca [produto/mercadoria]; c) valor de propriedade [custo, propriamente dito].

A partir do momento em que se admite que a informação é passível de mensuração de valor, é necessário definir parâmetros para fazê-lo. Segundo Moresi (2000, p.16) pode-se realizar tal tarefa por meio de distintos juízos de valor, “[...] que, apesar de serem indefinidos, consideram que o valor varia de acordo com o tempo e a perspectiva”, isto é, definir o valor monetário de uma informação depende essencialmente do contexto na qual o demandante está inserido, uma vez que a informação é diretamente proporcional às circunstâncias na qual é solicitada por um sujeito ou grupo de sujeitos organizacionais.

Evidencia-se que os principais recursos organizacionais são a informação, o conhecimento e a inteligência (McPherson, 1994), entretanto são elementos de difícil mensuração monetária, bem como de difícil mensuração no que tange ao impacto que causam nas atividades desenvolvidas e nos resultados alcançados. Para este autor existe a necessidade de se desenvolver modelos de conversão aplicados aos ativos intangíveis identificando-os contabilisticamente. Entretanto o valor monetário supre apenas uma dimensão do valor real da informação. Dessa maneira, é necessário estabelecer critérios para mensurar o valor da informação que, por sua vez, devem ser bem compreendidos de modo multidimensional.

No que tange ao valor da informação, Fenner (2002) ressalta que isso muda de acordo com a perspectiva de interesse, contexto e uso do sujeito organizacional, uma vez que o valor somente será, de fato, declarado após a percepção, apropriação e uso, reconhecendo se a informação foi valorosa ou não para a necessidade informacional. Nessa perspectiva, evidenciar o valor da informação utilizando métodos tradicionais de mensuração de valor, não se aplica. Fenner (2002, p.2, tradução nossa) afirma que “O valor da informação não reside nela mesma, seu valor deriva da compreensão e sua subsequente aplicação. Antes de seu estágio final não é possível estimar o valor que se espera”.

McPherson (1994) descreve a ‘hierarquia do valor da informação’, evidenciando dois domínios por parte da organização, sendo um financeiro [tangível] e o outro intangível. Destaca, ainda, que o valor da informação é composto por duas condições básicas, a instrumental e a intrínseca. No âmbito do valor instrumental relaciona a realização dos propósitos organizacionais vinculados às possibilidades financeiras, e no que tange ao valor intrínseco relaciona a existência de recursos informacionais às estratégias organizacionais.

Berliner e Brimson (1992, p.28) ressaltam a falta de “[...] mecanismos adequados para avaliar o valor adicionado por informações” aos produtos, serviços e processos organizacionais. Braunstein (1985) realizou um estudo em organizações industriais da área de manufatura, cujo enfoque era a informação e sua relação com a produtividade organizacional e, para tal, utilizou uma equação aplicada ao valor agregado por informações ao produto final. A equação continha os seguintes elementos: valor agregado (V), trabalho (L), capital (K), serviços (I) e outros (X). Após os estudos serem concluídos, Braunstein ressaltou que os resultados obtidos não eram fidedignos, uma vez que a consistência das estimativas não era totalmente confiáveis e sugeriu a realização de outros estudos.

Para Cooney (1991, p.179) há a “[...] possibilidade de se atribuir valor à informação com base no seu custo de produção”, entretanto, ressalta que o “[...] custo de produção da informação nem sempre é um indicador efetivo de seu valor”.

Griffiths (1982) realizou uma revisão de literatura, cuja análise destaca a complexidade em mensurar o valor da informação, evidenciando que existe o valor inerente à própria informação, bem como existe também o valor de uso. Nessa perspectiva, propõe que o valor da informação seja mensurado através do 'custo/benefício' que proporciona aos processos organizacionais. Segundo este autor, o valor da informação é subjetivo, uma vez que o valor é atribuído por um indivíduo, grupo, organização ou sociedade a partir de uma dada situação, sendo assim, o valor atribuído varia com o tempo, espaço e necessidade.

Por outro lado, Oberhofer (1991), destaca que para agregar valor à informação, também é necessário realizar o processo inverso, qual seja, avaliar o processo de obsolescência da informação, caracterizando seu declínio de utilidade e uso no decorrer do tempo. Segundo esta autora, compreender os processos de obsolescência de um objeto material [documento] é simples, entretanto, quando se trata de um objeto imaterial [informação], tais processos se tornam complexos.

Byrd (1989, p.191-199) analisa conceitos sobre o valor da informação, e infere que as organizações não aplicam métodos para conhecer o valor da informação em seus processos organizacionais, porquanto na maioria das vezes a informação se perde nos fluxos existentes na organização.

Segundo Blom (1991, p.251-255) a informação é um fator crítico de sucesso para as organizações e ressalta a importância de as organizações mensurarem as entradas de informação em um projeto empresarial, focando três pontos básicos: "[...] Determinar o custo total do projeto, com a quantia despendida, por exemplo, em [...] informação [...] Determinar o custo [...das] entradas de informação [...] Estimar a contribuição relativa (percentual) de cada diferente entrada, incluindo as entradas de informação [...]".

De Sordi (2008, p.29-57) apresenta algumas dimensões para se analisar a qualidade da informação: abrangência/escopo da informação; integridade da informação; acurácia/veracidade da informação; confidencialidade/privacidade da informação; disponibilidade da informação; atualidade/temporalidade da informação; ineditismo/raridade da informação; contextualização da informação; precisão da informação; confiabilidade da informação; originalidade da informação; existência da informação; pertinência/agregação de valor da informação; identidade da informação; audiência da informação.

Segundo De Sordi (2008, p.58) "A apuração do nível de qualidade da informação é extremamente importante para as organizações". Este autor acredita que as dimensões supracitadas devem ser trabalhadas exaustivamente, de modo a propiciar a mensuração do valor da informação para os sujeitos organizacionais.

Crawshaw (1991, p.23) destaca que o nível de sofisticação no que tange ao fornecimento da informação influi na relação do sujeito organizacional com a informação, mais especificamente em relação ao tempo dedicado à leitura e à análise das informações disseminadas. Segundo ele, quanto maior for o nível de sofisticação do serviço informacional prestado, maior será a relação do sujeito organizacional com a informação.

Conforme explicam King e Griffiths (1988, p.3-4) é possível mensurar a eficácia informacional, a partir das atividades desenvolvidas durante os processos organizacionais, destacando o modelo de regressão múltipla em que a mediação da eficácia é uma variável dependente, e a medição de performance juntamente os outros fatores são variáveis independentes. Se por um lado as atividades informacionais possuem um custo para a organização, por outro influem na performance organizacional e, portanto, na eficácia da atuação, ou seja, possuem valor estratégico, uma vez que são ativos que influem positivamente ou negativamente nos processos organizacionais, conforme já foi mencionado anteriormente.

Estudar as percepções sobre o valor da informação é uma proposição complexa, tanto em relação aos aspectos teóricos, quanto em relação aos aspectos práticos. Contudo, há vasta literatura sobre o assunto, na qual se encontra alguns consensos sobre os conceitos fundantes, mas apesar desse panorama não há uma proposta teórico-metodológica que realmente possa ser aplicada às percepções do valor da informação em ambientes empresariais. Assim, trata-se de um desafio que instiga a proponente desta pesquisa.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos devem viabilizar o alcance das respostas às questões críticas da pesquisa, adequando métodos, técnicas e instrumentos de coleta de dados ao objeto e fenômenos pesquisados. Esta pesquisa é de natureza qualitativo-quantitativa que, “[...] pressupõe uma população de objetos de observação comparável entre si e os métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser” (Haguette 1995, p.63). No âmbito da pesquisa qualitativa desenvolveu-se uma revisão bibliográfica e no âmbito quantitativo realizou-se uma pesquisa de levantamento (*survey*) de abordagem exploratória, uma vez que se pretendeu compreender a realidade das organizações empresariais que necessitam e usam informação e, portanto, devem conhecer o valor da informação para o desempenho de atividades/tarefas e para o processo decisório.

Nessa perspectiva, inicialmente realizou-se um levantamento bibliográfico em bases de dados internacionais da área de Ciência da Informação: *Library & Information Science Abstracts* (LISA); *Information Science Abstracts* (ISA); *Library Literature* (LL). Em relação ao contexto nacional buscou-se nos periódicos de acesso aberto da área de Ciência da Informação, nas bibliotecas digitais de teses e dissertações dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação do País e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Além disso, verificou-se os repositórios nacionais como o *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Por último, buscou-se em livros nacionais e estrangeiros, tanto impressos quanto eletrônicos e, também, anais de congressos, simpósios, seminários, encontros etc. realizados no país e no exterior.

Para a realização do levantamento bibliográfico, utilizou-se as seguintes palavras-chave: informação confiável; informação fidedigna; informação relevante; informação consistente; qualidade da informação; informação de qualidade; e valor da informação. Após a seleção, fichamento, leitura e análise da literatura foi possível elaborar o referencial teórico e, posteriormente realizar a pesquisa de campo exploratória.

O universo de pesquisa selecionado foi a Associação Comercial e Industrial de Marília (ACIM) que, atualmente, possui 1.565 empresas associadas. Para definir a população alvo, optou-se pelo método de amostragem por cluster que, Hill e Hill (2005, p.49) explicam como sendo “[...] útil quando o universo é grande, mas os casos estão agrupados em unidades ou ‘clusters’. O método consiste essencialmente em aplicar a amostragem aleatória a estas unidades”. Assim, definiu-se como amostragem por cluster o Núcleo Empreender de Confecção pertencente à ACIM. O Núcleo conhecido como ‘Núcleo Marília Top Modas’ foi formado em 2008, e atualmente é composto por 10 (dez) microempresas, todas pertencentes ao comércio varejista do ramo do vestuário. Do total da população alvo, 5 (cinco) (50%) microempresas participaram da pesquisa. Em relação aos sujeitos pesquisados, participaram da coleta de dados os gestores responsáveis pelas referidas empresas.

O instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário, elaborado com a Escala de Likert, no intuito de medir o grau de conformidade do respondente às afirmações relativas aos atributos designados à informação. A Escala de Likert apresenta conformidades que variam de um extremo a outro, propiciando

descobrir as distintas opiniões. Para tanto, optou-se por uma escala contendo 7 (sete) níveis, sendo (3) três níveis de discordância, 1 (um) nível de neutralidade e 3 (três) níveis de concordância: 1-Discordo totalmente; 2-Discordo moderadamente; 3-Discordo levemente; 4-Nem concordo, nem discordo; 5-Concordo levemente; 6-Concordo moderadamente; 7-Concordo totalmente. O questionário foi composto pelos três atributos analisados: a) informação fidedigna (composta por 34 afirmações); b) informação relevante (composta por 19 afirmações); c) informação consistente (composta por 16 afirmações).

A aplicação do questionário in loco foi realizada em uma reunião realizada pelo Núcleo Empreender de Confeção. Sellitz, Wrightsman e Cook (1987) explicam que o contato in loco apresenta algumas vantagens: a) as pessoas estão dispostas e são capazes de cooperar; b) há a possibilidade de diminuir ambiguidades ou corrigir enganos sobre as questões perguntadas; c) mais apropriado por revelar informações mais complexas.

A análise dos dados foi realizada a partir das compreensões dos respondentes sobre os atributos fidedignidade, relevância e consistência, subsidiada pela literatura nacional e estrangeira. Para tanto, utilizou-se o método 'Análise de Conteúdo', mais especificamente a técnica 'Análise Categórica', isto é, a partir da constituição do corpus teórico estabeleceu-se as categorias de análise para verificação *in loco* na realidade pesquisada. Bardin (1997, p.42) define Análise de Conteúdo como um “[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”.

O método Análise de Conteúdo possui várias técnicas que podem ser aplicadas às pesquisas acadêmico-científicas, entre elas optou-se pela 'Análise Categórica' que analisa os dados coletados por categorias. As categorias podem ser definidas *a priori* ou *a posteriori*. Para esta pesquisa as categorias foram definidas *a priori*, são elas: 1) informação fidedigna; 2) informação relevante; 3) informação consistente.

4. ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

O conceito de valor pode ser formulado de diversas maneiras e nas mais diferentes áreas do conhecimento e de acordo com as necessidades de cada área. No que se refere à Ciência da Informação, certos conceitos podem ser adaptados, a fim de serem inseridos na busca pela elucidação do problema sobre a atribuição de valor à informação.

A informação é conceituada e definida no campo científico da Ciência da Informação, entretanto, não há clareza no que se refere à conceituação do que seja uma 'informação de valor'. Sendo assim, é imprescindível que não apenas o conceito de informação seja explicitado de modo compreensível, mas que os atributos que conferem valor à informação também sejam definidos com clareza. Ainda não há padronização quanto às maneiras de abordar o valor da informação e como agregar valor a ela.

Cunha e Cavalcanti (2008, p.202) explicam que informação com valor agregado se refere a “[...] resposta baseada em pesquisas acrescidas de comentários, interpretações, análises técnicas e/ou sugestões de especialistas da área”. Deve-se considerar que a determinação do valor é complexa e, portanto, se caracteriza como um trabalho árduo. Em virtude disso, é relevante detalhar as diferentes definições de valor, para que assim as diferentes visões de diversas matrizes do conhecimento sejam estudadas para identificar quais conceitos podem ser exportados para uso no âmbito da Ciência da Informação.

Barreto (2002, p.4) afirma que “A ciência da informação passou a ser uma instituição de reflexão da informação, como um campo, que estuda a ação mediadora entre informação e conhecimento acontecido no indivíduo”. Diante disso, o valor da informação pode ser mensurado como um instrumento modificador da consciência do sujeito, ou seja, aborda o conceito de que a apropriação da informação

está diretamente relacionada a quem irá utilizá-la e, portanto, seu valor deve ser verificado diante dessa premissa.

A informação é um bem imaterial, dada a essa condição observa-se a dificuldade em definir, por exemplo, um valor monetário correspondente a ela. Atribuir um valor monetário a uma determinada informação, talvez não seja o ideal, uma vez que dificilmente o preço será equivalente ao valor real da informação, seja para o produtor dela, seja para o consumidor dela.

O valor da informação pode mudar, a partir de distintas perspectivas, uma vez que o valor é explicitado após a compreensão da informação e se esta é ou não útil para um indivíduo, com base nisso é possível determinar o tipo de valor e quantificá-lo. Nessa perspectiva, ressalta-se que tentar quantificar o valor da informação utilizando os mesmos métodos usados para mensurar valor, a partir de modelos econômicos tradicionais, não é aplicável para a informação.

Há muitas discussões quanto ao valor agregado à informação, principalmente, no que se refere à sua aplicação prática. Kielgast e Habbard (1997) demonstram tal aplicação, por meio da estrutura teórica a qual sustenta a prática. O valor agregado à informação apresenta-se de acordo com as necessidades apresentadas pelas pessoas e/ou entidades as quais farão uso da referida informação, sendo que a informação de valor tende a se transformar em conhecimento. A informação de valor é aquela que provê ao indivíduo condições para a resolução de suas necessidades informacionais.

Nos ambientes organizacionais o uso da informação é de fundamental importância no que se refere à tomada de decisão. A informação deve ser utilizada pelo gestor como elemento primordial e norteador, a fim de que a decisão tomada seja, no mínimo, satisfatória. A análise da informação é, sobretudo, voltada à verificação do valor da informação. Outro aspecto importante a ser considerado refere-se à seleção da informação considerada relevante ou não, uma vez que depende diretamente do valor a ela atribuído durante o processo de análise da informação.

Em vista disso, pode-se afirmar que a apropriação e uso da informação em ambientes organizacionais é determinante para definir seu valor.

4.1 INFORMAÇÃO FIDEDIGNA

Segundo Cunha e Cavalcanti (2008, p.168) fidedignidade se refere ao “[...] grau de exatidão ou precisão dos resultados fornecidos por um instrumento de medida, independentemente da variável que está sendo medida”.

Verificou-se junto aos sujeitos pesquisados o que consideram como uma informação fidedigna, evidenciando três aspectos principais: 1) Produtor da informação [contexto de produção]; 2) Fonte de informação [contexto de disseminação]; 3) Acessibilidade [contexto de acesso].

No que tange a percepção da fidedignidade da informação, sob o enfoque de quem a produziu/gerou (Gráfico 1), evidenciou-se que a maioria dos sujeitos pesquisados acreditam que a informação produzida ou gerada por uma pessoa da mesma organização é fidedigna. Essa percepção revela que há um sentimento de confiança entre pessoas que atuam no ambiente organizacional, fator importante para propiciar o compartilhamento de informações e conhecimento. Contudo, esse fator também impõe aos produtores de informação, a responsabilidade de produzir/gerar informações a partir de fontes confiáveis, de maneira que ela de fato tenha veracidade.

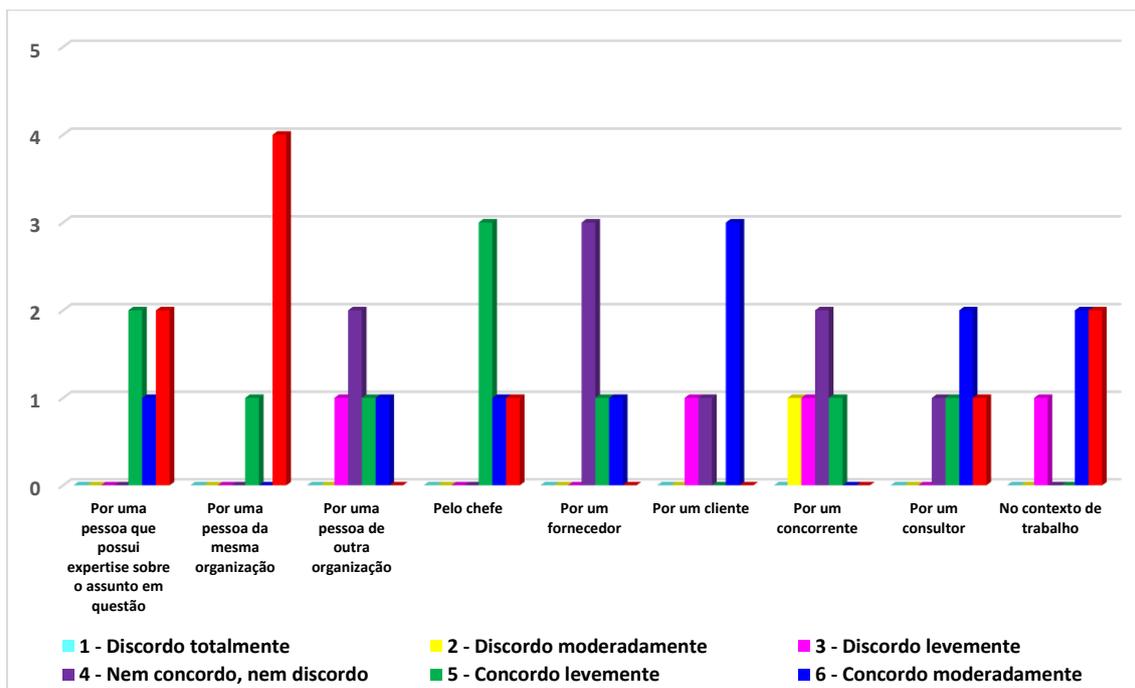


GRÁFICO 1: PERCEPÇÃO SOBRE O CONTEXTO DA PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO FIDEDIGNA. FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DOS DADOS DA PESQUISA.

Outro aspecto evidenciado se refere a importância do chefe, clientes e fornecedores no que tange a produção de informação fidedigna. O poder do chefe ou do líder é incontestável, uma vez que os subordinados o respeitam como tal e, portanto, sua responsabilidade na geração de informação é significativa, visto que há a crença de que se o chefe ou o líder gerou uma determinada informação está certamente é fidedigna. Da mesma maneira há a percepção de que quando fornecedores e clientes produzem/geram uma informação está provavelmente é fidedigna.

Em relação a percepção da fidedignidade da informação, sob o enfoque do contexto de disseminação (Gráfico 2), evidenciou-se que a maioria dos sujeitos pesquisados acreditam que a informação disseminada em relatórios de viagem, oriundos da própria organização, bem como disseminada em uma visita técnica é fidedigna. Essa percepção revela que há um por parte do Núcleo Empreender de Confeção da ACIM, o interesse de estar em contato com o mercado e clientes.

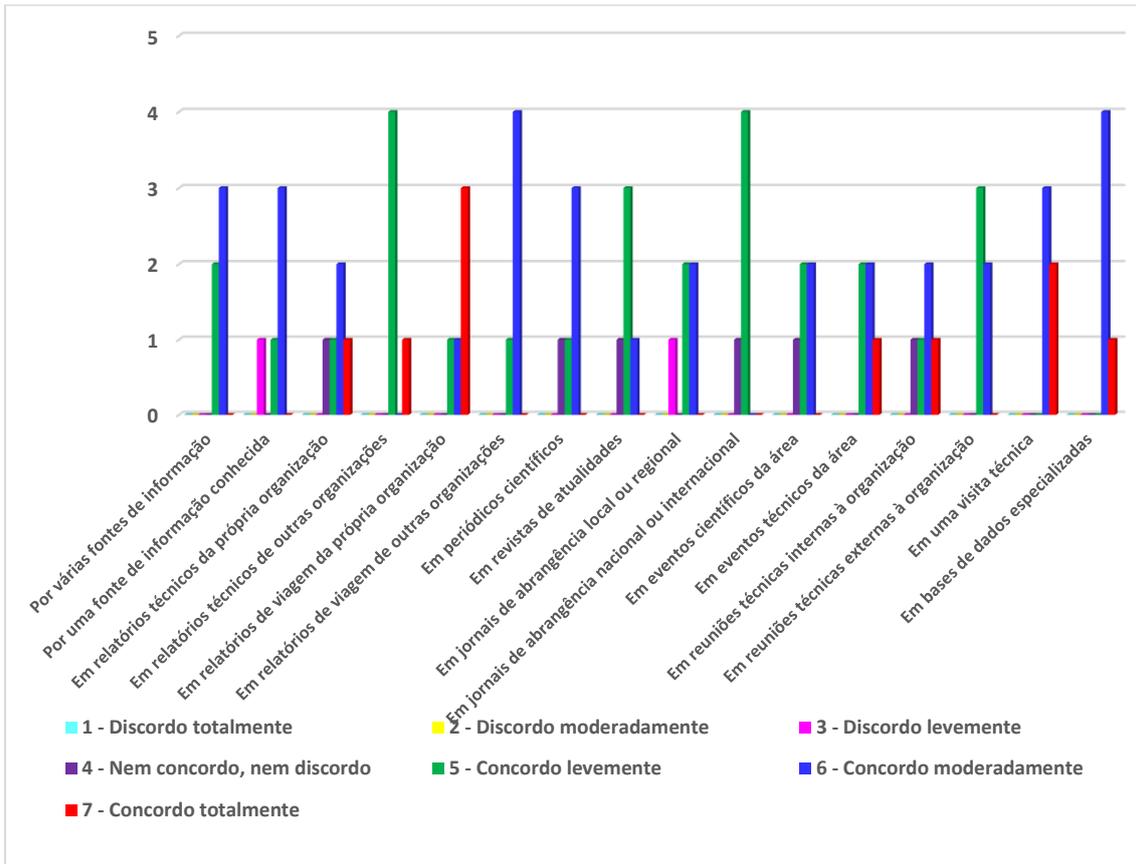


GRÁFICO 2: PERCEPÇÃO SOBRE O CONTEXTO DA DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÃO FIDEDIGNA. FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DOS DADOS DA PESQUISA.

Observou-se, também, que a informação é considerada fidedigna quando disseminada em bases de dados especializadas e em relatórios de viagem de outras organizações, entendendo-se aqui que se refere as organizações que fazem parte do Núcleo Empreender de Confecção, uma vez que há reuniões periódicas dos participantes do Núcleo, cujo objetivo é o compartilhamento de informações e conhecimentos.

No que tange a percepção da fidedignidade da informação, sob o enfoque do contexto da acessibilidade (Gráfico 3), evidenciou-se que a maioria dos sujeitos pesquisados acreditam que as informações que estão na intranet da organização são fidedignas. Destacaram também as informações constantes de documentos oficiais e presentes no portal corporativo são fidedignas.

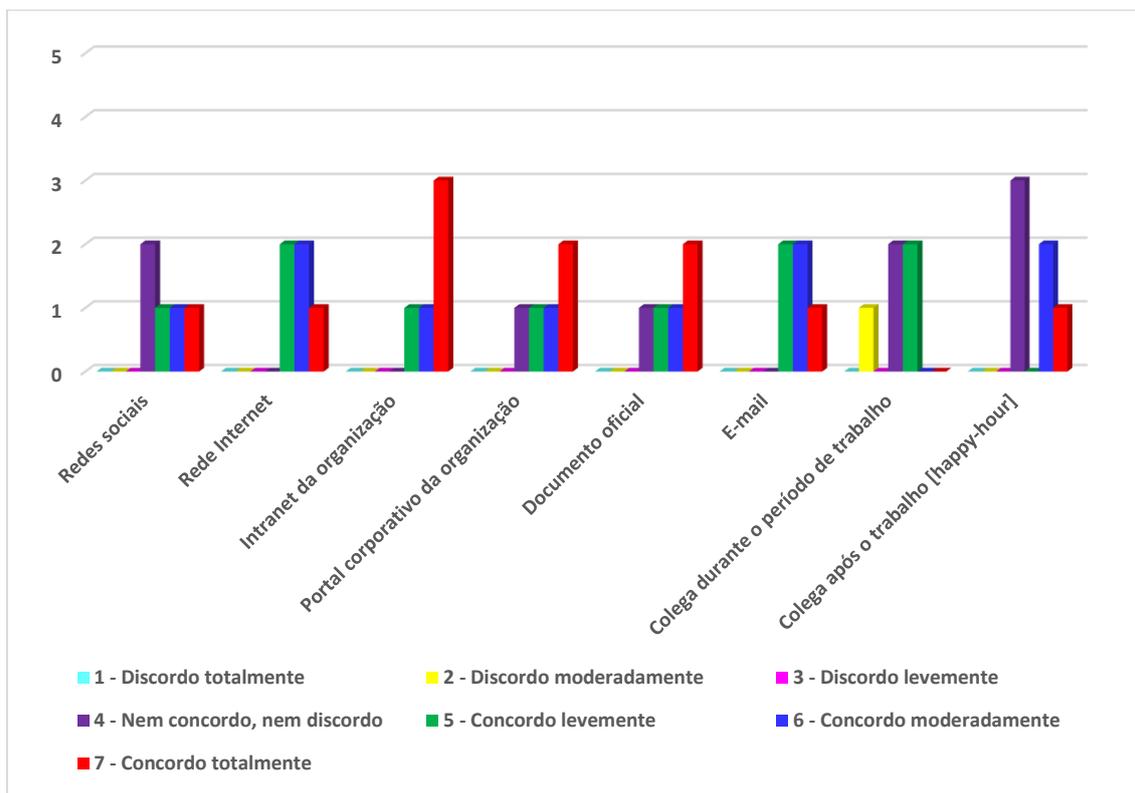


GRÁFICO 3: PERCEPÇÃO SOBRE O CONTEXTO DA ACESSIBILIDADE DE INFORMAÇÃO FIDEDIGNA. FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DOS DADOS DA PESQUISA.

Ressalta-se que as informações acessadas na rede Internet e nas redes sociais sempre devem ser objeto de análise, pois há muita contra informação ou manipulação de informação e, por essa razão, é necessário verificá-las no que tange à fidedignidade. Além disso, no âmbito do *happy-hour*, apesar de o compartilhamento de informações e conhecimento ser uma prática comum, há que se observar o que de fato é informação fidedigna.

4.2 INFORMAÇÃO RELEVANTE

Verificou-se junto aos sujeitos pesquisados o que consideram como uma informação relevante, enfocando 17 (dezesete) aspectos (Gráfico 4). Cunha e Cavalcanti (2008, p.320; p.289) compreendem relevância como sinônimo de precisão. Segundo estes autores, precisão se refere “[...] qualidade informativa dos documentos recuperados por um sistema, para atendimento de pedidos relativos a temas específicos. Em geral, quanto maior for a precisão, menor será a revocação relevância”. No entanto, considero relevância e precisão termos distintos. A precisão da informação é relacionada ao que é exato, claro, certo, ou seja, sem falhas, perfeição, exatidão e, portanto, está diretamente relacionada às condições com que foi organizada, tratada, gerenciada para ser acessada e recuperada. A relevância da informação é relacionada ao valor, importância, conveniência ou interesse, isto é, está diretamente relacionada ao usuário da informação e suas necessidades informacionais.

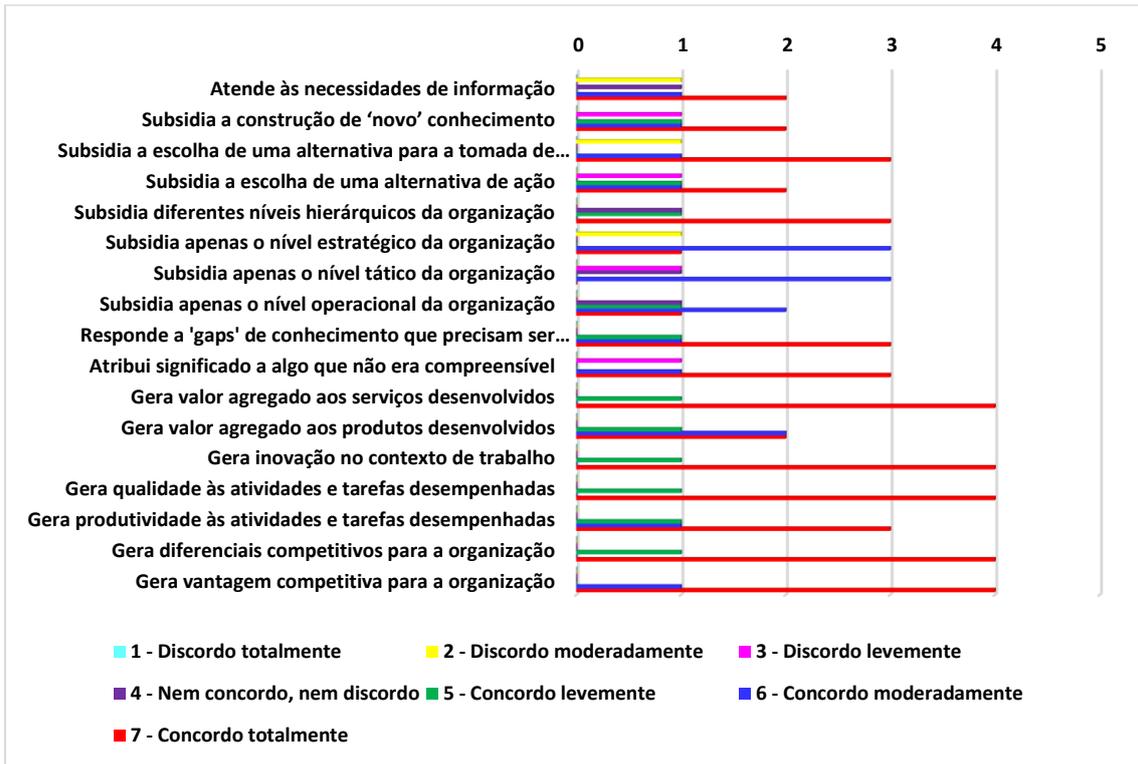


GRÁFICO 4: PERCEPÇÃO SOBRE A RELEVÂNCIA DA INFORMAÇÃO. FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DOS DADOS DA PESQUISA.

Os sujeitos pesquisados revelaram que a relevância da informação está relacionada ao valor agregado, por ela proporcionado, aos serviços e produtos desenvolvidos pelas organizações. Mencionaram que a informação relevante propicia mais qualidade e produtividade às atividades e tarefas desempenhadas que, por sua vez, geram inovação e diferenciais competitivos para a organização atuar no mercado.

Além disso, destacaram que a informação é relevante quando possibilita a atribuição de significado a algo ambíguo, diminuindo ou eliminando 'gaps' de conhecimento.

4.3 INFORMAÇÃO CONSISTENTE

Quanto a percepção dos sujeitos pesquisados em relação a consistência da informação (Gráfico 5), compreendida como aquela que é confiável, ou seja, possui lastro, é coerente com o aquilo que de fato quer informar e garante sua consistência.

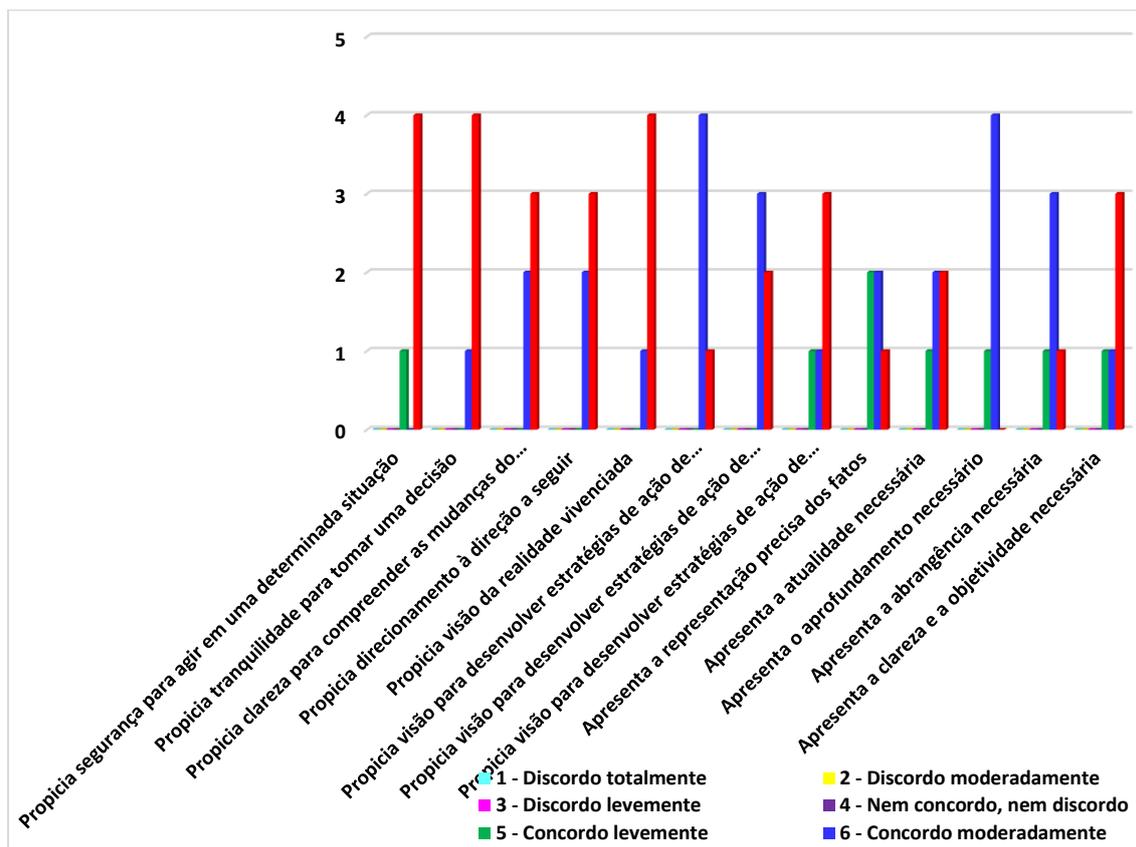


GRÁFICO 5: PERCEPÇÃO SOBRE A CONSISTÊNCIA DA INFORMAÇÃO. FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DOS DADOS DA PESQUISA.

Evidenciou-se que a maioria dos sujeitos pesquisados acreditam que a informação consistente é aquela que propicia uma visão ampliada da realidade vivenciada, de maneira a dar segurança para agir em uma determinada situação, ou seja, maior tranquilidade para tomar uma decisão.

Além disso, mencionaram que as informações consistentes proporcionam maior clareza para se compreender as mudanças do ambiente, de modo que possam desenvolver estratégias de ação de curto, médio e longo prazo.

Os dados obtidos indicam que os sujeitos pesquisados possuem a percepção do que seja uma informação fidedigna, relevante e consistente para seu desempenho no contexto organizacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar os aspectos que envolvem a percepção do valor da informação em ambientes empresariais proporcionou uma visão mais acurada do que seja informação fidedigna, relevante e consistente, tanto em relação os aspectos convergentes, quanto aos aspectos divergentes.

Dessa maneira, apresenta-se o mapa conceitual sobre informação fidedigna, relevante e consistente (Gráfico 6).

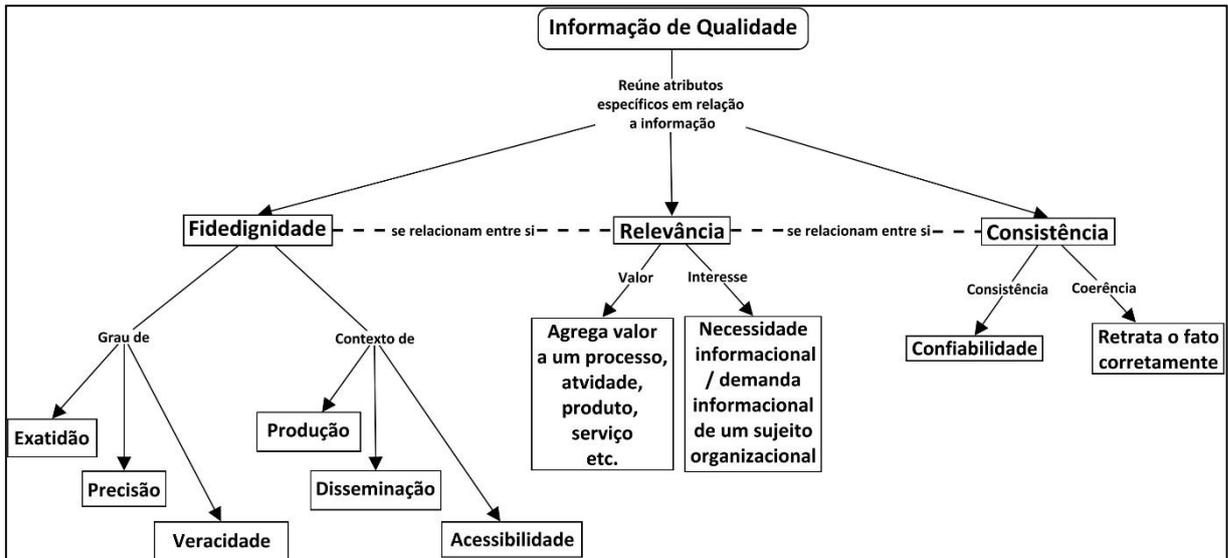


GRÁFICO 6: MAPA CONCEITUAL SOBRE INFORMAÇÃO FIDEDIGNA, RELEVANTE E CONSISTENTE. FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DOS DADOS DA PESQUISA.

A partir da pesquisa de campo foi possível observar que a informação é insumo de vários fazeres organizacionais, assim, a 'informação de qualidade' reúne a fidedignidade, a relevância e a consistência. A informação fidedigna [verídica] contribui para a tomada de decisão em diferentes níveis hierárquicos, com distintos propósitos. A informação relevante agrega valor aos produtos e serviços, bem como propicia condições para o desenvolvimento da inovação e, assim, para a geração de diferenciais competitivos. Por último, a informação consistente [confiável] proporciona a segurança necessária para que os processos organizacionais sejam desenvolvidos com qualidade e produtividade.

6. REFERÊNCIAS

- Almeida, CC de & Varvakis, G 2005, Valor e ciência da informação: serviços de informação baseados na gestão de operações de serviço, *Informação & Sociedade: Estudos*, vol.15, n°1, pp.49-74, <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/52/1522>.
- Bardin, L 1997, *Análise de conteúdo*, Edições 70.
- Barreto, A de A 2002, A condição da informação, *São Paulo em Perspectiva*, vol.16, n°3, http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392002000300010&script=sci_arttext.
- Berliner, C & Brimson, JA 1992, *Gerenciamento de custos em indústrias avançadas*, T. A. Queiroz.
- Blom, A 1991, Information: A critical success factor for the organization of tomorrow, *South Africa Journal of Library and Information Science*, vol.59, n°4, pp.251-55.
- Braunstein, YM 1985, Information as a factor of production: Substitutability and productivity, *The Information Society*, vol.3, n°3, pp.261-273.
- Byrd, GD 1989, The economic value of information, *Law Library Journal*, vol.81, n°2, pp.191-201, Spring.
- Choo, CW 2003, *A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões*, Senac Editora.
- Cohen, ME 2002, Alguns aspectos do uso da informação na economia da informação, *Ciência da Informação*, vol.31, n°3, pp.26-36, <http://revista.ibict.br/cienciadainformacao/index.php/ciinf/article/view/144>.

- Cooney, JP 1991, Qual o real valor da informação?, Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, vol.20, n°2, pp.176-190, <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/2781>.
- Crawshaw, S 1991, Competitive intelligence: Developing value added information services, Infomediary, n°5, pp.19-24.
- Cronin, B 1990, Esquemas conceituais e estratégicos para a gerência da informação, Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, vol.19, n°2, pp.195-220, <http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000001446&dd1=de0e4>.
- Cronin, B 1986, Information research and productivity, in Ingwersen, P (Ed.), Information technology and information use, Taylor.
- Cunha, MB da & Cavalcanti, CR de 2008, Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, Briquet de Lemos.
- De Sordi, JO 2008, Administração da informação: fundamentos e práticas para uma nova gestão do conhecimento, Saraiva.
- Demo, P 1992, Pesquisa: princípio científico e educativo, 3ed., Cortez.
- Fenner, A 2002, Placing value on information, Library Philosophy and Practice, vol.4, n°2, Spring, <http://www.webpages.uidaho.edu/~mbolin/fenner.pdf>.
- Fernandes, PO 1991, Economia da informação, Ciência da Informação, vol.20, n°2, pp.165-168, <http://revista.ibict.br/cienciadainformacao/index.php/ciinf/article/view/1251>.
- Griffiths, JM 1982, The value of information and related systems, products, and services, Annual Review of Information Science and Technology, n°17, pp.269-284.
- Haguette, TMF 1995, Metodologias qualitativas na Sociologia, 4ed., Vozes.
- Hill, MM & Hill, A 2005, Investigação por questionário, 2ed., Sílabo.
- Houaiss, A 2009, Dicionário eletrônico Houaiss, Objetiva, CD-ROM.
- Kielgast, S & Hubbard, B 1997, Valor agregado à informação: da teoria à prática, Ciência da Informação, vol.26, n°3, <http://revista.ibict.br/cienciadainformacao/index.php/ciinf/article/view/382/342>.
- King, DW & Griffiths, JM 1988, Evaluating the effectiveness of information use, in Evaluating the effectiveness of information centres and services, AGARD.
- Mcperson, PK 1994, Accounting for the value of information, Aslib Proceedings, vol.46, n°9, pp.203-215.
- Moresi, EAD 2000, Delineando o valor do sistema de informação de uma organização, Ciência da Informação, vol.29, n°1, pp.14-29, <http://revista.ibict.br/cienciadainformacao/index.php/ciinf/article/view/246/214>.
- Oberhofer, CMA 1991, Valor da informação: percepção versus quantificação, Ciência da Informação, vol.20, n°2, pp.119-129, <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/1231/874>.
- Selltiz, C, Wrightsman, LS & Cook, SW 1987, Métodos de pesquisa nas relações sociais, 4ed., EPU, 4v.
- Taylor, RS 1982, Value-added process in information life cycle, Journal of the American Society for Information Science, pp.341-346, https://www.asis.org/Publications/JASIS/Best_Jasist/1982Taylor.pdf.

Taylor, RS 1986, Value-added process in information systems, Ablex.

Valentim, MLP 1997, O custo da informação tecnológica, Polis; APB.